



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRANSLINGUAGEM ENTRE O FIXO E O FLUIDO DAS
PERFORMANCES IDENTITÁRIAS NO *FACEBOOK***

**Salvador
2021**

DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRANSLINGUAGEM ENTRE O FIXO E O FLUIDO DAS
PERFORMANCES IDENTITÁRIAS NO *FACEBOOK***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Livia Márcia Tiba Rádis Baptista

Área de Concentração: Linguagem e Interação

Linha: Linguística Aplicada

**Salvador
2021**

Espírito Santo, Diogo Oliveira do.

A translanguagem entre o fixo e o fluído das performances identitárias no facebook / Diogo Oliveira do Espírito Santo. - 2021.

398 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Livia Márcia Tiba Rádis Baptista.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2021.

1. Linguística aplicada. 2. Linguagem e internet. 3. Usuários da internet - Linguagem. 4. Facebook (Rede social on-line). 5. Identidade (Psicologia). 6. Descolonização - Aspectos sociais. I. Baptista, Livia Márcia Tiba Rádis. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 418

CDU - 81'33

DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO

**A TRANSLINGUAGEM ENTRE O FIXO E O FLUIDO DAS
PERFORMANCES IDENTITÁRIAS NO *FACEBOOK***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Tese defendida em 13 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora composta por:

Prof.^a Dr.^a. Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista (Orientadora - Presidente)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Fernando Zolin-Vesz (Primeiro Avaliador)
Universidade Federal de Mato Grosso

Prof. Dr. Henrique Rodrigues Leroy (Segundo Avaliador)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a. Cláudia Hilsdorf Rocha (Terceira Avaliadora)
Universidade Estadual de Campinas

Prof.^a Dr.^a. Edleise Mendes Oliveira Santos (Quarta Avaliadora)
Universidade Federal da Bahia

**Salvador
2021**

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, às mulheres que me acompanham e me acompanharam em minha trajetória como filho, aluno, orientando e acadêmico. Sou grato à minha mãe e tia, por serem meus maiores exemplos de dedicação, força, coragem e inspiração de vida. O que seria de mim sem vocês?

Sou grato à Rafa, amiga companheira de mais de uma década, e que vem me ajudando a superar cada obstáculo da minha vida com leveza e bom humor.

Sou grato às Profas. Edleise Mendes, Denise Scheyerl e Lívia Baptista por não só me orientarem em diferentes etapas do meu desenvolvimento acadêmico, mas construírem comigo possibilidades outras de ser e estar no mundo.

Agradeço a Rodrigo, meu eterno companheiro de vida.

Agradeço à Kelly Barros, para sempre minha tutora e amiga.

Agradeço a Sávio Siqueira por me possibilitar aprender mais em minha formação acadêmica.

Agradeço ao PPGLINC e à UFBA, por serem minha casa e base acadêmica.

Agradeço aos/às meus/minhas amigos/as e colegas que fiz durante esses mais de dez anos como aluno dessa instituição. Eles/as são muitos, mas sabem que os/as levarei para sempre no coração e na memória.

Agradeço ao grupo DECOLIDE, pelas intensas discussões teóricas, aprendizagens e por ter me apresentado à nossa eterna colega, Lílian Latties.

Agradeço ao apoio do corpo docente e discente da UFRB.

A todos vocês, minha gratidão nesse período em que cada afeto e demonstração de carinho conta. Que consigamos avançar resistindo e na esperança de dias melhores.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Print de tela.....	84
Figura 2 – Representação da proposta multidimensional das práticas translíngues.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – “Não temos outra escolha a não ser sobreviver”.....	19
Quadro 2 – Diferentes sentidos para a translanguagem.....	25
Quadro 3 – “Ninguém está rezando pela Somália?”.....	40
Quadro 4 – Interação entre “O” e “AMIGO”.....	41
Quadro 5 – Recursos transmodais.....	47
Quadro 6 – Representação do <i>post</i>	85
Quadro 7 – Escalas Sociolinguísticas.....	212
Quadro 8 – Síntese da análise da dimensão decolonial.....	233
Quadro 9 – “A luia em mim”.....	246
Quadro 10 – Uma luia com fome.....	248
Quadro 11 – “Pray for Hong Kong”.....	249
Quadro 12 – Independência das Filipinas.....	251
Quadro 13 – Exigências.....	256
Quadro 14 – “A vitória de Trump é uma notícia devastadora”.....	259
Quadro 15 – “A resposta correta merece um <i>kitkat</i> ”.....	268
Quadro 16 – “Vocês, de Bangladesh, são tão trabalhadores”.....	278
Quadro 17 – O tempo e as identidades em Bangladesh.....	285
Quadro 18 – Síntese da análise das dimensões espaço-temporal e mediadora.....	287
Quadro 19 – “DEAR ALL”.....	289
Quadro 20 – Cultura e valores de Bangladesh.....	292
Quadro 21 – “Am I growing old?”.....	293
Quadro 22 – Interação entre “D” e “Sujeito 4”.....	298
Quadro 23 – “Tem certeza de que o <i>post</i> é para TODOS/AS?”.....	301
Quadro 24 – Interação “mediadora” entre “D” e “Sujeito 4”.....	309
Quadro 25 – “Quero meus cinco minutos de volta”.....	310
Quadro 26 – “Piki Piki”.....	315
Quadro 27 – Posicionamentos sobre Nyakundi.....	320
Quadro 28 – “Muito obrigado e adeus”.....	324
Quadro 29 – “Her wahala is too much”.....	328
Quadro 30 – Deslocamentos de uma orientação estrutural para uma orientação translínque.....	345

LISTA DE ABREVIATURAS

LA	Linguística Aplicada
CMC	Comunicação Mediada por Computador
ADMC	Análise do Discurso Mediado por Computador
LT	Linguística Textual
AD	Análise de Discurso
NEL	Novos Estudos do Letramento
CONEP	Comissão de Ética em Pesquisa Com a Língua Materna
MT	
SI	Sociolinguística Interacional
SAC	Sistema Adaptativo Complexo
MDA	Análise do Discurso Mediado
EUA	Estados Unidos da América

RESUMO

ESPÍRITO SANTO, D. O. do. **A translinguagem entre o fixo e o fluido das performances identitárias no *Facebook***. Salvador. 398f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

Esta tese propõe a translinguagem como uma opção outra para os estudos de performances identitárias de sujeitos multilíngues no *Facebook*. Tal opção se alicerça nas contribuições de campos centrados nos efeitos da mobilidade, globalização, tecnologia digital e do paradigma monolíngue na maneira como refletimos sobre língua(gem) e identidade. Dessa maneira, serão discutidas as bases teórico-metodológicas da perspectiva translíngue como uma proposta de pensamento fronteiro para as práticas identitárias, através dos conceitos de translinguagem, repertório semiótico/experiencial, heteroglossia, posicionamentos identitários e performance e performatividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza netnográfica, cujos dados foram gerados a partir dos seguintes instrumentos: observação e análise de *posts* do *Facebook*, aplicação de questionários e condução de entrevistas *online* com sujeitos multilíngues de quatro países pós-coloniais. A partir da discussão e análise dos dados, esta tese problematiza os processos de negociação identitária dentro de uma proposta multidimensional que envolve e é envolvida pelas relações decoloniais, espaço-temporais e mediadoras das práticas translíngues. Com isso, foco será dado nas possibilidades que perspectivas contemporâneas podem oferecer à investigação de performances identitárias em que uma gama de recursos semióticos é empregada para a construção de sentido em diferentes configurações espaço-temporais. Portanto, esta tese pode contribuir não só para a caracterização da translinguagem como uma opção possível para estudos que façam jus aos posicionamentos identitários no *Facebook*, mas também para a consideração de como as tensões entre fixo e o fluido das práticas de linguagem contemporâneas desafiam a nossa prática de pesquisa em tempos de superdiversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Translinguagem; Performances Identitárias; Facebook.

ABSTRACT

ESPÍRITO SANTO, D. O. do. **Translanguaging between fixity and fluidity in identity performances on Facebook**. Salvador. 398p. Thesis – Graduate Program in Language and Culture – Institute of Letters, Federal University of Bahia, 2021.

This thesis aims to propose an-other option to study multilingual's identity performances on Facebook based on the concept of translanguaging. Such an option draws on contributions of fields that revolve around the effects of mobility, globalization, digital technology and of the monolingual paradigm in the ways we approach language and identity. Thus, the theoretical and methodological foundations of translanguaging perspective as a border thinking will lead us to investigate identity practices through the notions of translanguaging, semiotic and experiential repertoires, heteroglossia, identity positionings and performance and performativity. This is a qualitative and netnographic research, whose data were collected through the following instruments: Facebook posts analysis and observations, online questionnaires and interviews conducted with research subjects from four post-colonial countries. Based on the data analysis and discussion, this thesis problematizes identity work within a multidimensional proposal which involves and it is involved by the decolonial, spatiotemporal and mediating relations of translanguaging practices. Focus will be on the possibilities provided by contemporary perspectives on multilingual practices in different time-space configurations in which a wide range of semiotic resources is employed for the negotiation of meaning. Therefore, this thesis not only proposes translanguaging as an option for studies that do justice to identity positionings on Facebook, but also considers how the tensions between fixity and fluidity in language practices can challenge our own research practices in times of superdiversity.

KEYWORDS: Translanguaging; Identity Performances; Facebook.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – “NÃO TEMOS OUTRA ESCOLHA A NÃO SER SOBREVIVER” – CONTEXTUALIZANDO PERFORMANCES IDENTITÁRIAS E A TRANSLINGUAGEM	16
1.1 A CARACTERIZAÇÃO DA TRANSLINGUAGEM COMO UMA PERSPECTIVA OUTRA	18
1.1.1 Uma perspectiva para ir além dos códigos: a translanguagem	24
1.1.2 Para além das línguas: a translanguagem pelo olhar dos repertórios	29
1.1.3 Quem (não) pode translinguar? A emergência do sujeito translíngue	32
1.2 DISCUSSÃO DE CONCEITOS-CHAVE: AS BASES DA TRANSLINGUAGEM COMO TEORIA E PRÁTICA	35
1.2.1 A visão heteroglóssica de linguagem	35
1.2.2 Por uma visão transglóssica das práticas translíngues	44
1.3 A PERSPECTIVA DA MULTI/TRANSMODALIDADE	45
1.4 RESISTINDO A POSIÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES: O LUGAR DAS REDES SOCIAIS	49
1.5 POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA DA TRANSLINGUAGEM.....	54
1.5.1 Linguística Aplicada como uma constelação de epistemes translíngues ...	58
1.6 UMA OPÇÃO ENTRE O FIXO E O FLUIDO DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES	60
1.7 PROBLEMA DE PESQUISA	64
1.8 PERGUNTAS DE PESQUISA	64
1.9 OBJETIVOS	65
1.10 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	65
CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: BASES DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES	67
2.1 PESQUISA E LINGUAGEM ONLINE: O QUE É?	67

2.1.1 Do texto à multi/transmodalidade	69
2.2 POR ENTRE ONDAS E (N)ETNOGRAFIAS	75
2.2.1 O que (não) é uma pesquisa netnográfica.....	79
2.2.2 Processos e procedimentos de pesquisa numa perspectiva netnográfica... 81	
2.3 UMA ABORDAGEM NETNOGRÁFICA DE ANÁLISE DE PRÁTICAS TRANSLÍNGUES É SUFICIENTE?	87
2.3.1 O enunciado translíngue como atividade de linguagem e unidade de análise	88
2.3.2 Uma proposta multidimensional das práticas translíngues.....	93
2.3.3 Alinhamentos teóricos para uma análise da unidade translíngue.....	99
2.4 QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE TRANSLINGUAM?.....	101
2.4.1 Perfis sociolinguísticos dos sujeitos da pesquisa	103
2.5 ÉTICA ON OU OFFLINE?	108
CAPÍTULO 3 – SOBRE PERFORMANCES E POSIÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS TRANSLÍNGUES NO FACEBOOK.....	112
3.1 SOBRE IDENTIDADES	113
3.1.1 Sobre o “posicionamento teórico”	114
3.1.2 Conceitos-Chave da Teoria dos Posicionamentos.....	115
3.1.3 Modos de posicionamento e o caráter negociável das identidades.....	119
3.1.4 No fim, tudo é identidade?	121
3.1.5 Sobre performances e negociações	123
3.1.6 Estar no mundo através da linguagem: as identidades desde um viés dialógico	128
3.2 NEGOCIANDO (POSIÇÕES DE) IDENTIDADES TRANSLÍNGUES	131
3.3 NEGOCIANDO IDENTIDADES NOS MODOS ON E OFFLINE	139
3.4 PARA CONCLUIR MEU POSICIONAMENTO	144
CAPÍTULO 4 – DIMENSÃO DECOLONIAL DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES	147

4.1 MONO/MULTILINGUISMO(S) E A POSSIBILIDADE DE UMA OUTRA LÓGICA NOS ESTUDOS DA LÍNGUA(GEM): PERCORRENDO AS FRONTEIRAS DE UMA DIMENSÃO QUE SE PRETENDE DECOLONIAL ...	147
4.1.1 Quênia: do suaíli ao inglês, mas a que custo?.....	151
4.1.2 Nigéria: do multilinguismo ao ensino “com a língua materna”	153
4.1.3 Bangladesh: da falta de políticas a políticas linguísticas nacionalistas....	154
4.1.4 Filipinas: multilinguismo espelhado em línguas não faladas.....	156
4.1.5 O sheng e o pidgin como alternativas para se imaginar uma dimensão decolonial	158
4.2 O QUE TEM DE PÓS NO DECOLONIAL E VICE E VERSA? EMARANHANDO CONCEITOS, LINGUAGENS, (DES)INVENÇÕES E COLONIALIDADES	162
4.2.1 As bases (de)coloniais de uma crítica à natureza da linguagem.....	168
4.2.2 (Des)invenção, línguas nomeadas e o lugar dos estudos mono/multilíngues	173
4.2.3 Onde as perspectivas mono/multilíngues se (des)encontram: Estados-nação e paradigma monolíngue	180
4.2.4 Das desinvenções aos seus efeitos materiais	184
4.2.5 Um pensamento outro em língua(gens) outras.....	186
CAPÍTULO 5 – AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPORAL E MEDIADORA DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES: A ORGANIZAÇÃO CRONOTÓPICA E ESCALAR DAS IDENTIDADES	193
5.1 IDENTIDADES CRONOTÓPICAS, ESCALAS E ESPAÇOS POTENCIALMENTE TRANSLÍNGUES	196
5.1.1 Da organização espaço-temporal das práticas de linguagem: propostas e articulações	198
5.1.2 O espaço-tempo da diferença colonial	204
5.1.3 Da organização cronotópica das identidades	205
5.1.4 Escalas, indexicalidade e produção de sentido.....	209

5.2 O FACEBOOK COMO UM ESPAÇO-TEMPO OUTRO.....	219
5.2.1 Virtualidades e o <i>Facebook</i> como um espaço para a linguagem	220
5.2.2 O <i>Facebook</i> como um sistema adaptativo complexo	222
5.2.3 A organização arquitetônica do <i>Facebook</i> : articulações bakhtinianas....	223
5.2.4 O <i>Facebook</i> como uma rede de engajamento	226
5.2.5 O <i>Facebook</i> como um espaço potencialmente translíngue.....	227
CAPÍTULO 6 – ARTICULAÇÕES DIMENSIONAIS: UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA AS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES	231
6.1 DE QUE LÍNGUAS ESTAMOS FALANDO? – PROBLEMATIZANDO O FIXO E O FLUIDO DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES	232
6.1.1 “A lua em mim...”: noções de pertencimento e autenticidade entre o fixo e o fluido das práticas translíngues	246
6.1.2 “A resposta correta merece um <i>kitkat</i> ”: jogos estratégicos de identidade.....	268
6.1.3 “We fought for language”: nacionalismos e a colonização do tempo	278
6.2 PERFORMANCES IDENTITÁRIAS A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE CRONOTOPO, ESCALA E PODER	288
6.2.1 “Am I growing old?”: constelação de vozes, cronotopos e construção coletiva de identidade	291
6.2.2 Negociação escalar, práticas translíngues e quando a norma não é para TODOS/AS	300
6.3 “A LÍNGUA JÁ NÃO É UMA BARREIRA”: CONECTANDO AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPORAL E MEDIADORA	306
6.3.1 “O <i>Google translate</i> é um mentiroso”: posicionamentos, escalas e performances translíngues	310
6.3.2 “Muito obrigado e adeus, Lualhati”: fotografias e cronotopias	323
6.3.3 “Her wahala is too much!”: memórias mediadas no <i>Facebook</i>	327
6.4 REVISITANDO E SINTETIZANDO AS DIMENSÕES ANALÍTICAS	330
CAPÍTULO 7 – RETOMANDO E EXPANDINDO PONTOS: NOTAS CONCLUSIVAS E OUTRAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA.....	335

7.1 RETOMANDO PONTOS: RETORNO ÀS PERGUNTAS DE PESQUISA ...	337
7.1.1 Um retorno aos repertórios e à proposta de análise multidimensional das práticas translíngues.....	337
7.1.2 As práticas translíngues como recurso para a tomada de posição identitária	340
7.1.3 Desdobramentos das práticas translíngues nos conceitos de língua e identidade e na produção de conhecimento sobre a linguagem.....	342
7.1.4 Translinguar para quê e para quem? Direcionamentos e possibilidades de pesquisa.....	345
7.2 CONCLUINDO PONTOS: ENTRE O PESQUISAR E O AGIR TRANSLÍNGUE NO TEMPO-ESPAÇO DIGITAL	348
REFERÊNCIAS	351
APÊNDICES	383
ANEXOS	395

CAPÍTULO 1 – “NÃO TEMOS OUTRA ESCOLHA A NÃO SER SOBREVIVER” – CONTEXTUALIZANDO PERFORMANCES IDENTITÁRIAS E A TRANSLINGUAGEM

Como é a luta da não violência? Primeiro é nunca matar/ Segundo, jamais ferir/ Terceiro, estar sempre atento/ Quarto é sempre se unir/ Quinto, desobediência às ordens de sua excelência que podem nos destruir. (Cantata pra Alagamar, 1979).

Na noite de 13 de novembro de 2015, a cidade de Paris, na França, foi surpreendida por uma sucessão de atos terroristas. Os ataques ocorreram em diferentes pontos da cidade, deixando centenas de feridos e vítimas fatais. Em dezembro de 2016, situação semelhante foi vivenciada na capital alemã, Berlim. Um ano mais tarde em Londres, capital da Inglaterra e na cidade de Manchester. Como resposta à essa onda de medo, insegurança e certa impotência, pessoas, ao redor do mundo, buscaram demonstrar solidariedade às vítimas dos ataques. Pelo *Twitter* e *Instagram*, internautas espalharam a *hashtag* #PrayFor¹, com mensagens de apoio. Já no *Facebook* (FB), além da disseminação da *hashtag*, usuários começaram a substituir as fotos de seus perfis por imagens das bandeiras dos países atacados como uma forma de prestar homenagem.

Fica claro como consequência desses ataques e demais eventos trágicos, o papel das redes sociais na disseminação dessas notícias e no agrupamento de pessoas que querem se mostrar solidárias. Usar *hashtags* e alterar as fotos do perfil se tornaram a norma e conduta moral a ser seguida na *Internet*, já que tais práticas funcionam como teias que ligam pessoas do mundo inteiro em torno de um objetivo comum. Dessa forma, prestar homenagem em eventos trágicos pode, de certo modo, dar às pessoas uma voz global e, sendo assim, passa a ideia de ser algo possível para todos.

Apesar da importância das redes sociais nesse contexto, críticos apontaram que mostrar solidariedade através da *Internet* não é tão eficaz quanto tomar uma atitude efetiva para diminuir os casos de terrorismo, por exemplo. Assim, *hashtags* e fotos de perfis acabam substituindo ações reais. Adicionado a isso, a crítica quanto à falta de representatividade de outros contextos nesses “atos solidários” aumentou. Ataques

¹ A *hashtag* “#PrayFor”, em português “Ore/Reze por...”, foi usada pela primeira vez na rede social *Twitter*, em 2011, quando um terremoto atingiu a ilha de Tohoku, no Japão. Ela se tornou popular, no entanto, em 2015, quando o astro *pop*, Justin Bieber, a usou como forma de prestar solidariedade às vítimas dos ataques terroristas em Paris.

terroristas que também ocorreram nos mesmos anos em países da Ásia e África, como Líbano e Somália, não receberam a mesma cobertura e nem indignação dos usuários das redes sociais se comparado ao contexto europeu.

Como Hardy (2010) e Said (2004) pontuam, tal fato tem ocorrido por duas razões: primeiro porque a mídia “ocidental” (aqui, diga-se Europa e América do Norte, principalmente) tende a noticiar casos em seus contextos mais próximos, subalternizando histórias e eventos “não-ocidentais”; e, segundo, porque a própria construção social do “outro”, aquele “não-ocidental”, o diferente de “nós” ainda é muito contraditória e complexa na contemporaneidade.

Apesar da constatação desses autores e para além das diferenças sociais, étnicas e linguísticas, os usuários de *sites* de redes sociais encontram nelas o espaço onde podem se agrupar e compartilhar uma gama de interesses. Nesses termos, é possível definir as redes sociais como **espaços de afinidade translocais** (LEPPÄNEN; PEURONEN, 2012), onde o multilinguismo é visto como um recurso semiótico para a construção de sentido na *Internet*. Isso significa dizer que as redes sociais se tornaram uma zona de contato em que recursos multilíngues se mostram essenciais para o sucesso na comunicação, ação e interação. Esse **espaço translocal** impulsionou, dessa maneira, uma mudança na maneira de se investigar as práticas de linguagem² *online*, uma vez que pesquisadores se voltaram para os efeitos da globalização nos processos de negociação de sentido multilíngue e para a sua repercussão na negociação identitária dos sujeitos.

Para Leppänen e Peuronen (2012, p. 389)³, essa forma de investigar a linguagem na *Internet* deslocou o foco de estudos do mero levantamento das línguas que circulavam na grande rede (GRADDOL, 1997) para

[...] as específicas práticas multilíngues dos usuários da internet, as motivações por trás das escolhas linguísticas e as funções e sentidos que elas têm em contextos específicos [...] em que operam. O que tais práticas de linguagem demandam, portanto, são pesquisas que nos ajudem a compreendê-las e explicá-las como uma ação situada e significativa [...].

² Salvaguardadas as diferenças teóricas, compreenderei “prática de linguagem”, “prática discursiva”, “ato de linguagem” e “ação por meio/através da linguagem” como sinônimos. Faço isso justamente na tentativa de ressaltar como esta tese se fundamenta em contribuições de diferentes campos da linguagem.

³ As traduções de citações em língua estrangeira são de minha responsabilidade.

Nesse contexto, acredito que o exemplo trazido a seguir de um *post* de *Facebook* ajudará a compreender de que forma os sujeitos negociam sentidos multilíngues nesses **espaços translocais** que são as redes sociais. Além disso, o texto servirá de base para ilustrar o objetivo pretendido neste capítulo introdutório, visto que não só me permitirá discutir os principais conceitos teórico-metodológicos que perpassarão toda a minha investigação, mas também porque elucidará as minhas motivações iniciais para o estudo das práticas que chamo de **translíngues**. Escolho iniciar o debate dessa forma, por considerar importante que o leitor tenha contato, desde o início, com os objetos nos quais estou interessado e tenha conhecimento dos pressupostos que me orientarão durante todo o percurso deste estudo. Dito isso, dedicarei as próximas páginas para a apresentação de um exemplo do meu objeto de análise e, sendo assim, passo para a discussão inicial do arcabouço que me permitirá alcançar os objetivos aqui traçados.

1.1 A CARACTERIZAÇÃO DA TRANSLINGUAGEM COMO UMA PERSPECTIVA OUTRA

O *post* foi escrito por um jovem nigeriano de 28 anos, que aqui chamarei de “O”⁴. “O” é natural de Oyo, na Nigéria, onde grande parte da população se comunica no que conhecemos como iorubá, inglês, hauçá e pidgin. Até o fechamento da escrita deste texto, ele cursava o doutorado em produção de texto nos Estados Unidos.

O primeiro contato que tive com “O”⁵ e com outros dois sujeitos desta pesquisa ocorreu quando participamos de um programa de intercâmbio de ensino de línguas naquele país. Foi através dessa experiência de interação, contato e observação que cresceu o meu interesse em investigar práticas translíngues. Esse diálogo com as maneiras através das quais aqueles sujeitos construía sentidos nas suas redes sociais me fez repensar muitas das minhas práticas como professor de línguas e como pesquisador. Daquele momento em diante, iniciei minha trajetória de leituras, debates e reflexão que me levou a questionar os conceitos de língua e identidade que até então orientavam os meus trabalhos. Tal processo, assim, culminou no desenvolvimento desta tese.

⁴ Pseudônimos foram usados para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, assim como de outros participantes que, eventualmente, podem aparecer nas interações dos *posts*.

⁵ Mais informações sobre os perfis dos sujeitos participantes, bem como sobre a natureza metodológica da pesquisa serão dadas no Capítulo 2.

O *post* em questão foi extraído da seção de atualização de *status* do *Facebook* “No que você está pensando?”, onde os usuários podem compartilhar suas opiniões sobre eventos diversos, fotos, memórias entre outros. Ele foi escrito logo após os ataques terroristas na capital da Somália, Mogadíscio, em 14 de outubro de 2017, que deixou mais de 600 mortos.

Neste *post*, “O” expressa sua insatisfação com a baixa cobertura dos ataques na mídia internacional, principalmente nos Estados Unidos, onde residia na época, assim como a pouca importância dada pela própria mídia local. “O” retoma a *hashtag* #*PrayFor*, anteriormente discutida, de forma bastante irônica, convidando os usuários de sua rede social a refletirem sobre como vidas africanas não teriam o mesmo valor das europeias quando se trata de comoção nas redes sociais.

O que me interessará para debate posterior será o processo de construção desse texto como prática local de linguagem, suas implicações midiáticas e sociais e como elas impactam a forma como os sujeitos negociam posições identitárias no discurso. A partir deste exemplo, abordarei as principais bases teórico-metodológicas para a defesa que desenvolverei neste texto. Logo, trechos do *post* serão retomados em discussões ao longo do capítulo.

Quadro 1 – “Não temos outra escolha a não ser sobreviver”

TEXTO DO FACEBOOK

So, no one is praying for Somalia? Hahahaha. Not even the Africans that prayed for Paris, London, Manchester, etc.? Y'all really need to unfetter your minds. Why does it even matter? The prayers you have said in the past weren't answered, though. Keep praying. 😊



and 1 other

4 Comments

Very little press coverage for the disaster there.

9 minutes ago · Like · Reply · More

I'm telling you, bro. To them, violence in Somalia is commonplace. So, why cover what is inherently Somali? O ri bakan. How you dey na?

8 minutes ago · Like · 1 · Reply · More

Exactly. I dey survive o.

7 minutes ago · Like · 1 · Reply · More

You na baba na. We dont have a choice than to survive.

6 minutes ago · Like · Reply · More

TRADUÇÃO

“O”: Então, ninguém está rezando pela Somália? Hahahaha. Nem mesmo os africanos que rezaram por Paris, Londres, Manchester, etc.? Vocês realmente precisam abrir as suas mentes. E por que isso importa? Mas as preces que vocês fizeram no passado não foram atendidas. Continuem rezando. 😊

COMENTÁRIOS

“AMIGO”: Pouca cobertura do desastre aqui.

“O”: Estou te dizendo, cara. Para eles, violência na Somália é algo comum. Então, para que abordar algo que é inerentemente somali? O que é de alguma forma. Como você está?

“AMIGO”: “O” Exatamente. Estou sobrevivendo.

“O”: Você é o cara! Não temos outra escolha a não ser sobreviver.

Fonte: elaborado pelo autor.

O que dizer sobre esse texto, aparentemente comum, escrito por dois jovens discutindo um evento qualquer numa rede social? Nada fora do ordinário acontece nele. Porém, se adotarmos determinadas perspectivas teóricas, podemos observar que, ao contrário do que parece, esse texto serve de base para discussões de construtos que há tempos vêm configurando foco de interesse nas ciências da linguagem, tais como a Sociolinguística e Linguística Aplicada (doravante LA).

Se analisarmos o *post* a partir de uma perspectiva específica de estudo, a presença do que, comumente, conhecemos como “línguas”, dá pistas das identidades bi/multilíngues dos seus participantes devido à mescla de recursos associados a “códigos diferentes”, dentre eles o inglês (*exactly*), iorubá (*O ri bakan*) e pidgin (*You na baba na*). Dentro dessa orientação para as práticas de linguagem desses sujeitos, estaríamos lidando com o fenômeno da alternância de línguas, extensivamente discutido na literatura sobre línguas em contato⁶, sob o rótulo de *codeswitching* (GUMPERZ, 1982). Nessa tradição, é possível apontar que a influência que as línguas têm umas sobre as outras, como é observado no uso do pidgin, seja um caso de **interlíngua**, tópico recorrente nos estudos sobre aquisição de segunda língua (SELINKER, 1972; SCHUMMAN, 1974), ou ainda como um exemplo de **interferência** (WEINREICH, 1953), conceito usado para descrever os desvios das normas nas línguas faladas pelos bilíngues.

A discussão sobre o *codeswitching* é ampla na Linguística e áreas afins, como a Psicologia, Antropologia e Sociolinguística. Com frequência, ele é tratado como o uso de mais de uma língua no curso de um único episódio comunicativo (HELLER, 1988), ou

⁶ Tenho consciência de que tais estudos não estavam voltados para a comunicação digital, uma vez que a existência das redes sociais ainda não era uma realidade. Porém, não devo deixar de pontuar que muitas das práticas de linguagem desenvolvidas fora da grande rede se estendem para a comunicação *online* e vice versa, por isso considero ser adequado abordar essas perspectivas nesta etapa introdutória.

como a alternância no uso de uma ou mais línguas (AUER, 1984), ou ainda como o uso de duas ou mais línguas numa mesma conversa (MYERS-SCOTTON, 1993). Fica claro com essas posturas que devido à multiplicidade de perspectivas, não há um consenso quanto à definição do que seria a prática; porém, algumas delas podem ser úteis para a compreensão da natureza da comunicação multilíngue que melhor atende aos objetivos desta tese, como tratarei a seguir.

Uma importante contribuição para as pesquisas sobre *codeswitching* no campo da Linguística foi o trabalho de Uriel Weinreich (1953), cujo interesse estava na descrição dos efeitos do contato linguístico no funcionamento das línguas. Os estudos de Weinreich sugeriam que os bilíngues possuíam duas variedades linguísticas separadas que seriam aplicadas em situações distintas. Sua sugestão estava centrada na concepção de que as alternâncias frequentes observadas nas crianças bilíngues eram produtos da baixa instrução advinda dos pais. Um ano depois, essa percepção foi contestada por Vogt (1954), que advogou que o *codeswitching* não só era uma prática natural como também comum dos bilíngues; abrindo portas, assim, para o desenvolvimento de estudos que passaram a considerar questões “extralinguísticas” nas motivações para o *codeswitching*.

Na Sociolinguística Interacional, John Gumperz é considerado um dos nomes mais importantes nesses estudos. Seu trabalho com Blom (1972) levou adiante o papel do contexto extralinguístico na forma em que os sujeitos bilíngues selecionavam os “códigos” a serem alternados. Em 1982, Gumperz expande os estudos do *codeswitching* e passa a integrá-los a sua proposta das **pistas de contextualização**. Para esse autor, assim como gestos e questões de prosódia, a alternância de línguas oferecia meios aos participantes de uma interação de como as sentenças deveriam ser interpretadas, isto é, ela oferecia informação para além do conteúdo referencial. A partir desses estudos, Gumperz desenvolveu uma lista de funções exercidas pela troca de línguas no discurso bilíngue, servindo de base para trabalhos subsequentes sobre a prática de *codeswitching*.

Críticos de Gumperz (1982), como Auer (1984; 1995), sugeriram que o trabalho com funções do *codeswitching* não dava conta de explicar o porquê da prática e quais eram seus papéis no discurso. Auer acreditava que uma lista finita de funções era algo arbitrário, assim como uma empreitada fútil. Além disso, esse autor pontuou que para se determinar as funções da prática de alternância, seria preciso considerar a escolha linguística como algo preexistente à situação e à interação. Para Auer, ao contrário, as

situações são, na verdade, construídas no discurso em si. Mais tarde, o próprio Gumperz (1982) reconheceu que a proposta de uma lista de funções do *codeswitching* não explicaria as percepções dos ouvintes sobre tais práticas e nem como elas afetariam o processo de interpretação. O autor sugeriu, então, o desenvolvimento de novas classificações que levassem em consideração o valor semântico e pragmático da alternância entre línguas.

Uma proposta que buscou preencher as lacunas deixadas pela teoria de Gumperz foi a de Myers-Scotton (1993) conhecida como **O Modelo da Marcação**. Nele, a autora enfatizou que as escolhas de códigos linguísticos durante uma interação eram dirigidas principalmente pelas motivações dos falantes. Para Myers-Scotton, cada código relacionava-se a um grupo específico de direitos e obrigações atribuídos discursivamente pelos sujeitos, isto é, aos traços situacionais salientes para cada interação relacionados às suas atitudes e expectativas. Assim, o “código” associado mais frequentemente a um determinado grupo de direitos e obrigações representava a escolha não-marcada para aquela comunicação particular. O falante levaria em conta aspectos da situação, mas a escolha final dependeria da relação que ele desejaria estabelecer. Desse modo, Myers-Scotton (1993) indicou que ao usar mais de uma língua, os participantes de uma interação se propunham a negociar sentido com base em papéis sociais relevantes para a interação. Apesar de promissora, a perspectiva dessa autora foi bastante criticada por se embasar, sobremaneira, no conhecimento extralinguístico e no entendimento dos próprios falantes sobre quais seriam os direitos e as obrigações adequadas para cada interação.

Salvaguardadas as contribuições que essas posturas trouxeram para o desvelamento das práticas de linguagem dos sujeitos multilíngues em diferentes contextos, são expressivas, no entanto, suas implicações para os estudos mais contemporâneos sobre a natureza das práticas de linguagem. Apesar de produtivas, as diferentes perspectivas para o *codeswitching* acabaram deixando de lado a explicação sobre o que se tem entendido por “língua”. Desse modo, ao equacionar “código” à “língua” ou ainda a variedades linguísticas, sem ao menos fazer uma avaliação crítica sobre o que eles viriam a ser, pesquisadores do campo negligenciaram uma questão fundante nas suas teorizações. Essa constatação indica, portanto, os desafios de se estudar as práticas dos sujeitos bi/multilíngues para além do entendimento de línguas como códigos. Para isso, se torna importante apostar em orientações que não apenas deixem

claro a concepção de língua que fundamenta suas pesquisas, como também proponham discutir tais práticas dentro de contextos sociais, políticos e identitários mais amplos. Sobre essas orientações, eu tecerei considerações a seguir.

1.1.1 Uma perspectiva para ir além dos códigos: a translanguagem

Tem havido um deslocamento expressivo na forma como a prática de *codeswitching* é estudada pela Sociolinguística e LA. Essas áreas têm se aproximado de concepções pós-estruturalistas e pós-coloniais de língua(gem), que a entendem não como estruturas fixas e neutras, mas como situadas na história, nas sociedades, ideologias e nas vozes dos sujeitos que as usam. Essa perspectiva heteroglóssica (BAKHTIN, 1981) contribuiu para a adoção de uma visão de língua como prática social local (PENNYCOOK, 2010), isto é, uma mudança na concepção de que os sujeitos têm “bilinguismo” para o entendimento de que eles “fazem bilinguismo”. Antes de me aprofundar nessa perspectiva, considero importante dedicar atenção a como os estudos sobre bilinguismo e multilinguismo foram desenvolvidos até chegarmos à essa orientação de prática social.

O estudo sobre o bi/multilinguismo⁷ é comumente embasado na consideração da coexistência, contato e interação de diferentes línguas tanto no nível social como individual. Ao longo dos anos, essa investigação tem se tornado tópico de interesse multidisciplinar, atraindo a atenção de pesquisadores na Linguística, Psicolinguística, Sociolinguística e outras. Devido à essa gama de perspectiva, o bi/multilinguismo vem sendo abordado a partir de diferentes ferramentas de pesquisa, bem como de diversas concepções de língua.

Li Wei (2013) nos mostra que enquanto uma perspectiva psicolinguística enfatiza as consequências do contato linguístico na capacidade cognitiva dos indivíduos, a linguística se preocupa com o papel desse contato nos padrões estruturais das línguas, principalmente, nas restrições estruturais dos empréstimos lexicais e *codeswitching*. Diferentemente dessas duas abordagens, Li Wei (2013) aponta que a perspectiva sociolinguística se distancia do foco meramente linguístico ou cognitivo do contato entre as línguas, ressaltando que o bi/multilinguismo é um fenômeno socialmente construído e

⁷ Adotarei o par “bi/multilinguismo”.

tomando o sujeito bi/multilíngue como um ator social. Nessa abordagem, ênfase é dada ao bi/multilinguismo como uma questão de ideologia, prática comunicativa e social, o que provocou deslocamentos nos conceitos de língua e sujeito que fundamentam esses estudos e abriu espaço para considerar que quando falamos sobre línguas em contato, estamos, na verdade, falando do contato entre sujeitos (LI WEI, 2013).

Apesar das diferentes ênfases dessas perspectivas, García e Li Wei (2014) observam que os conceitos de bi/multilinguismo compartilhado por elas têm uma coisa em comum: “[...] eles se referem à pluralidade de línguas autônomas, sejam duas (bilinguismo) ou muitas (multilinguismo), no nível individual (bilíngue/plurilíngue) ou social (multilíngue) [...]”. (GARCÍA; LI WEI, 2014, p. 11-12). Para esses estudiosos, havia pouca reflexão sobre as práticas bi/multilíngues enfocadas em como os sujeitos se movem por entre diferentes recursos semióticos para agirem socialmente. Com base nisso, se torna pertinente retomar a discussão sobre a translanguagem nesse cenário de disputa teórico-metodológica e ressaltar a sua contribuição como orientação ou perspectiva outra para os estudos sobre bi/multilinguismo.

A translanguagem, como conceito teórico, ganhou espaço considerável na LA e Sociolinguística principalmente através dos trabalhos de Ofelia García (2009), que o adota para fazer referência às fluidas práticas discursivas de sujeitos bi/multilíngues. Atualmente, outras propostas têm ocupado espaço considerável na literatura, uma vez que essas práticas têm chamado a atenção de muitos pesquisadores interessados em descrever e analisar as formas em que os sentidos são construídos através do emprego de diferentes semioses. O quadro a seguir busca sintetizar algumas dessas propostas, ressaltando seus diferentes contextos de interesse e foco de teorização:

Quadro 2 – Diferentes sentidos para a translanguagem

plurilinguismo (CONSELHO DA EUROPA, 2000)	voltado para o contexto da educação linguística europeia. Refere-se a todo repertório linguístico de um indivíduo, incluindo suas línguas maternas, segundas e estrangeiras.
---	--

bilinguajamento (MIGNOLO, 2000)	proposta de um pensamento fronteiro de e para línguas e sujeitos subalternizados. Uma forma de viver entre línguas no mundo transnacional e um passo para a descolonização das línguas.
translinguismo/translingualismo ou simplesmente <i>translanguaging</i> (GARCÍA, 2009; GARCÍA; LI WEI, 2014)	teoria de linguagem, prática pedagógica e novas práticas discursivas que evidenciam a complexidade das trocas semióticas entre pessoas de diferentes histórias e identidades.
bilinguismo flexível (CREESE; BLACKLEDGE, 2010)	uso de diferentes línguas com propósito pedagógico em contextos de ensino bi/multilíngue no Reino Unido.
polilinguismo (JØRGENSEN, 2010)	uso de diferentes recursos comumente associados a línguas diferentes por jovens de zonas urbanas da Dinamarca.
<i>codemeshing</i> (CANAGARAJAH, 2011)	realização da translanguagem em textos acadêmicos de alunos multilíngues do ensino superior. Trata-se da mistura de diferentes modos semióticos para a construção de sentido em textos escritos.
prática translíngue (CANAGARAJAH, 2013a; ROCHA; MACIEL, 2015)	termo guarda-chuva que envolve toda teorização sobre as práticas comunicativas que imbricam variados recursos semióticos para a comunicação.
metrolinguismo (PENNYCOOK; OTSUJI, 2015)	formas a partir das quais sujeitos de diferentes contextos linguístico-culturais usam, brincam e transformam suas línguas

	e identidades em interações urbanas em Tóquio, Japão, e em Sidney, na Austrália.
Translinguagem/translinguajar (LUCENA; CARDOSO, 2018; LUCENA; HALL, 2019)	a habilidade dos falantes bilíngues de potencializarem todo o seu repertório semiótico no processo de construção de sentido. Foco no translinguajar de sujeitos do estado do Pará e de alunos de escolas bilíngues no sul do Brasil.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como é possível observar, os termos e contextos de teorização sobre o que aqui tenho optado por chamar de translinguagem são diversos. Embora muitos desses autores venham defender um termo em detrimento de outros, julgando ser o mais adequado aos seus objetivos de pesquisa, o sentido de translinguagem aqui advogado se situa na intersecção dessas diferentes perspectivas, isto é, se desenvolve no espaço em que todas elas compartilham bases epistemológicas semelhantes. Logo, a meu ver, o que une essas propostas é o entendimento de que o processo de construção de sentido não está atrelado ao uso de “línguas”, compreendidas como um conjunto finito, discreto e enumerável de recursos linguísticos. Aqueles autores defendem, ao contrário, que diferentes recursos semióticos estão disponíveis em **repertórios comunicativos** (GUMPERZ; HYMES, 1972) e **espaciais** (PENNYCOOK; OTSUJI, 2015) que se estendem por entre e para além das “línguas” e “variedades” que, ao longo dos anos, têm sido associadas a específicos grupos nacionais, territoriais e sociais. Por fim, apesar de diferentes entre si, essas propostas concebem língua(agem) como um recurso social sem fronteiras claras, colocando o sujeito no centro da interação.

Para retomar a discussão em torno do conceito da translinguagem ou *translanguaging*, duas importantes implicações para o estudo das práticas multilíngues precisam ser pontuadas. A primeira delas relaciona-se ao conceito de *linguaging* e a segunda à ênfase dada ao prefixo **trans**.

Dentro de uma perspectiva psicolinguística, *linguaging* refere-se ao processo de

ação de linguagem para a construção de conhecimento, estabelecer comunicação e articular o pensamento. Estudos apontam que os primeiros a falarem sobre tal prática, no entanto, foram os biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela (1998) através da teoria da *autopoiesis*. Para esses autores, não podemos separar a história biológica e social de nossas ações das formas através das quais concebemos o mundo. Nossa experiência e conhecimento estão ancorados na relação com o meio; logo, o que conhecemos do e sobre o mundo é desenvolvido a partir da ação e da prática. E é através do processo de *linguaging* que o ato de saber se constitui.

Segundo Maturana e Varela (1998, p. 235),

[...] vivemos nossas vidas numa ligação linguística mútua, não porque a língua permite que nos revelemos, mas porque nós somos constituídos na linguagem num constante processo de vir a ser que construímos com os outros.

Desse modo, a língua não pode ser encarada como um sistema de estruturas que independe das ações humanas; ao invés disso, aprender novas maneiras de *linguaging* vai além da aquisição de novos códigos, pois é, acima de tudo, um caminho para se entrar numa outra história de interações e de práticas culturais; é, assim, aprender novas formas de se estar no mundo.

Quanto à adoção do prefixo **trans**, Li Wei e Hua (2013) apontam para três repercussões para o estudo das práticas multilíngues, a saber: 1 – indica a construção de um **trans-sistema/espço**, em que o entendimento de língua vai por entre e além dos sistemas e estruturas e passa a incluir outras modalidades, contextos comunicativos e espaços; 2 – indica **transformação**, já que o ato de translínguar é transformativo no sentido de trazer as diferentes dimensões linguísticas, sociais, cognitivas dos sujeitos multilíngues para a pesquisa, a fim de se investigar como eles constroem novas maneiras de se posicionar no mundo; 3 – indica **transdisciplinaridade**, uma vez que perspectivas translíngues enxergam as práticas multilíngues como uma porta de entrada para o estudo das relações sociais, linguísticas, cognitivas e educativas em que os sujeitos se encontram. Com isso, a perspectiva **trans** para as práticas de *linguaging* permite investigar como as práticas linguístico-identitárias dos sujeitos estão fincadas em suas histórias e trajetórias como forma de criar espaços de socialização.

Investigações alinhadas ao conceito de *translinguaging*, assim, têm se deslocado

da observação de como códigos (línguas) distintos são alternados ou misturados para o interesse de se investigar como fronteiras entre as línguas e as identidades são resultado de ideologias linguísticas particulares e de como os sujeitos manipulam seus repertórios a fim de atingirem seus propósitos sociais.

Diante do exposto, é possível observar que a translinguagem difere do *codeswitching* por ela se referir não simplesmente a uma mera mudança entre dois códigos, mas à construção de práticas discursivas interrelacionadas que não podem ser associadas a um ou outra definição mais estrutural de língua. Desde uma lente translíngue, considera-se que os sujeitos bi/multilíngues possuem apenas um repertório linguístico do qual selecionam e combinam recursos estrategicamente para se comunicar (GARCÍA, 2009). A translinguagem, portanto, se distancia do *codeswitching* no nível ontológico. Enquanto o *codeswitching* se embasa na visão monoglóssica de que os bi/multilíngues teriam dois sistemas linguísticos diferentes, a translinguagem postula que o seu comportamento linguístico é heteroglóssico, ou seja, sempre dinâmico, como um sistema linguístico integrado. Daí a preferência por repertório em detrimento de “línguas diferentes”.

1.1.2 Para além das línguas: a translinguagem pelo olhar dos repertórios

O conceito de **repertório** tem oferecido diferentes formas de se estudar os modos como os sujeitos se valem de diferentes recursos para construir sentido. O olhar para as práticas de linguagem com foco nos recursos que os sujeitos trazem para a comunicação tem sua origem nos estudos de John Gumperz e Dell Hymes (1972, p. 20-21), que definem **repertório** como “[...] a totalidade de recursos linguísticos disponíveis aos membros de comunidades particulares”. A partir dessa proposta, **repertório** passou a ser usado para descrever todas as formas de falar que os sujeitos conhecem e usam para se engajar em processos comunicativos, por isso a referência a **repertório comunicativo** é muito presente na literatura.

Ao trazer a proposta dos estudos de **repertório** para refletir sobre a translinguagem e, mais amplamente, sobre a ação da linguagem em tempos de mobilidade, migração e tecnologia digital, pesquisadores têm advogado que esses movimentos transformam os **repertórios** dos sujeitos, demandando uma consideração dos recursos que são acrescentados, expandidos, revisados e, às vezes, sedimentados em

funções comunicativas particulares de acordo com o contexto de ação. Nesses termos, se discute que os **repertórios** não se desenvolvem linearmente, mas de acordo com a situação comunicativa. Dessa forma, os sujeitos aprendem usos situados de seus recursos que mudam de acordo com o contexto e com as modalidades à disposição. Nesse processo, alguns recursos são permanentes e duradouros, enquanto outros mais temporários e dinâmicos (BLOMMAERT; BACKUS, 2013).

É por essa razão que muitos dos estudos centrados no conceito de **repertório** se deslocam das “línguas” para os “recursos”. Essa defesa é seguida por Blommaert (2010), que coloca que precisamos de um estudo da linguagem de recursos móveis e não de língua imóveis. Para esse autor, “[...] [n]osso foco, portanto, deveria ser os repertórios, os complexos recursos que as pessoas têm e empregam” (BLOMMAERT, 2010, p. 102) e complementa dizendo que o multilinguismo deveria ser visto não como uma “coleção de línguas” que os sujeitos controlam, mas como

[...] um complexo de recursos semióticos específicos, alguns dos quais pertencem a uma ‘língua’ convencionalmente definida, enquanto outros pertencem a uma outra ‘língua’. Tais recursos concretos são sotaques, variedades linguísticas, registros, gêneros, modalidades como a escrita – formas de usar a língua em contextos comunicativos particulares e esferas da vida, incluindo as ideias que as pessoas têm sobre tais formas de uso, suas ideologias linguísticas [...]. (BLOMMAERT, 2010, p. 102).

Com base nessa afirmação, torna-se possível sugerir que todos os sujeitos são potencialmente “multilíngues”, uma vez que o **repertório** não trata apenas de “línguas” (institucionalizadas e ideologicamente construídas), mas das maneiras reais de se negociar sentido a partir delas e de outros recursos.

Outros estudiosos que se embasam na ideia de recursos móveis são Pennycook e Otsuji (2015), através da proposta de **repertórios espaciais**. Para esses autores, a compreensão de **repertório** como recursos disponíveis demanda a consideração das diversas línguas e de todo o entorno semiótico que modelam e são modelados pelas ações dos sujeitos. Pennycook e Otsuji (2015) estão interessados, assim, nas relações entre os sujeitos e os recursos espaciais que convergem e divergem na produção de suas práticas situadas. Dessa maneira, foco tem sido dado no conceito de **espaço**.

Conforme Canagarajah (2017b), uma orientação espacial dos **repertórios** precisa levar em consideração o **espaço** como ativo, generativo e agentivo, isto é, um **espaço**

como um construto holístico que inclui geografia, história e sociedade. Um **espaço** onde “coisas modelam umas às outras e a outros seres, incluindo os humanos”. (CANAGARAJAH, 2017b, p. 3). Nesse sentido, o **espaço** é entendido como socialmente constituído e em constituição, acompanhando as diferentes trajetórias de vida dos sujeitos⁸; logo, o **repertório** de uma pessoa reflete a sua vida, e não apenas o seu nascimento, já que se trata de uma vida vivida em um espaço político, sociocultural e histórico.

Sobre isso, as contribuições de Megale e Liberali (2020) avançam na consideração do **repertório**. A partir da proposta de **patrimônio vivencial**, essas autoras defendem que

[...] os repertórios parecem nos permitir documentar as trajetórias percorridas pelos sujeitos: as oportunidades, os limites, as desigualdades que vivenciaram, os ambientes de aprendizagem que tiveram (ou não) acesso, seus movimentos através do espaço físico e social e seu potencial de agência em disputas sociais específicas. (MEGALE; LIBERALI, 2020, p. 66).

Com isso em mente, não seria inadequado atrelar a ideia de **patrimônio vivencial** ao próprio conceito de **experiência** como desenvolvido por Miccoli e Vianini (2015), para as quais a **experiência** é concebida como inerentemente dual, isto é

[...] [q]ualquer experiência se remete ao que acontece com alguém em um determinado ambiente. Assim, além de seu aspecto visual e subjetivo, pois o que acontece, acontece a alguém em particular, a experiência possui, ao mesmo tempo, um lado coletivo, de natureza social – o que acontece, acontece em contextos sociais. Além disso, as experiências influenciam e modificam tanto quem vive a experiência quanto os contextos em que as experiências acontecem. (MICCOLI; VIANINI, 2015, p. 154-155).

É pensando nessas contribuições que, nesta tese, ao me reportar para os **repertórios** que são manejados pelos sujeitos em suas práticas translíngues, os chamarei não só de **repertórios semióticos, espaciais** ou **patrimônio vivencial**, mas também de **repertórios experienciais**, isto é, um processo vivo que faz parte de nossa existência com outros sujeitos e construído a partir de recursos que podem ou não estar disponíveis em nossas práticas de linguagem. Por essa razão, os **repertórios** aqui serão estudados em sua situacionalidade e confrontados com as (im)possibilidades que o meio (ou o **espaço**)

⁸ Uma discussão mais detalhada sobre o conceito de **espaço** será feita no Capítulo 5, onde esse será confrontado com a perspectiva cronotópica de Bakhtin.

impõe ao emprego de determinados recursos para que os sujeitos consigam agir. Logo, o estudo das práticas translíngues, com foco nos **repertórios experienciais**, busca trazer à tona como as trajetórias de vida são marcadas não apenas pelos recursos que os sujeitos trazem, mas por aqueles que eles não têm e que podem se tornar visíveis em uma determinada situação de linguagem como uma lacuna, uma ameaça ou um desejo (BUSCH, 2015).

O conceito de **repertório espacial/experiencial** se afasta da ideia de que as línguas são sistemas fechados e a de que os **repertórios** são meramente linguísticos. Ao ligar o **repertório** aos conceitos de **espaço**, **recurso** e **experiência**, é possível considerar as desigualdades e as diferenças de poder que os recursos semióticos podem forjar. Portanto, como Jørgensen et al. (2011) pontuam, a translinguagem não é “livre para quem quiser”: “[...] recursos que estão disponíveis para os falantes [e] que são usados ao redor deles podem não estar à disposição de todos [...]”. (JØRGENSEN et al, 2011, p. 35). Nesse sentido, diferentes recursos não são apenas disponibilizados diferentemente, mas também a eles são atrelados valores e avaliações distintas em diferentes espaços, conectados a emoções, experiências e a relações de poder (BUSCH, 2012).

Feitas as considerações sobre o conceito de **repertório** que será seguido nesta tese, acredito que mais detalhes precisem ser dados sobre a consideração feita anteriormente de que todos nós somos potencialmente “multilíngues”. Isso me leva a explicar o que tenho chamado de **sujeito** e como essa posição se relaciona à proposta translíngue.

1.1.3 Quem (não) pode translinguar? A emergência do sujeito translíngue

Como vimos, os **repertórios espaciais** mudam de acordo com as diferentes relações espaço-temporais, uma vez que consideramos que os recursos trazidos para a comunicação seguem e indexam as biografias daqueles que os empregam. Nesse sentido, podemos sugerir que os repertórios são as “línguas” que os sujeitos têm para agirem socialmente.

Ao observarmos as trajetórias dos sujeitos participantes desta pesquisa, tomamos conhecimento de que alguns deles aprenderam línguas na infância que não são mais usadas no dia a dia, seja por questões afetivas, familiares e até políticas. Outros continuam aprendendo línguas e, conseqüentemente, recursos semióticos atrelados a elas,

impulsionados pela mobilidade ou pelas funcionalidades da tecnologia digital. É claro que tais línguas e recursos não podem ser empregados por todos, com todos e nem em qualquer contexto. Isso nos leva a sugerir que os repertórios são um “complexo de traços de poder”, isto é, uma coleção de recursos que os sujeitos tiveram que acumular e aprender como estratégia para fazerem sentido do mundo a sua volta e para que pudessem operar ou desafiar normas e expectativas que governam a vida social (BLOMMAERT; BACKUS, 2011). Segundo Blommaert e Backus (2011), tal perspectiva se alinha à visão foucaultiana de sujeito: o sujeito como efeito das relações de poder.

Nessa lógica, ao me referir, repetidamente, a **sujeitos**, tenho em mente não um **indivíduo**, uma entidade sociológica e política a qual deveriam ser garantidos direitos e deveres; muito menos uma **pessoa**, entidade moral e metafísica. Quero fazer referência a uma entidade simbólica, aquela não dada, mas construída (KRAMSCH, 2006). Um sujeito formado a partir e na linguagem. Logo, os **repertórios** não serão vistos como algo que os sujeitos têm, mas recursos construídos e empregados em processos intersubjetivos entre a fronteira do “eu” e do “outro”. Por isso, falarei aqui e nos próximos capítulos do “ser” bi/multilíngue como uma posição-sujeito, uma orientação de como eles devem agir em determinadas situações e contextos, onde atos de identidade são valorizados, sancionados ou até mesmo proibidos e considerados errados e desviantes. As posições dos sujeitos, assim, são relacionais e obtêm seus sentidos quando confrontadas com outras posições e discursos.

Consequentemente, a compreensão do sujeito bi/multilíngue ligada a sua trajetória experiencial e ao sentimento de se “estar” na linguagem, para além da existência permanente, é uma maneira de questionar o conceito de **identidade** como máscaras que os sujeitos podem trocar em determinadas situações sem que isso traga nenhum tipo de consequência para as maneiras como se orientam nas práticas de linguagem. Pelo contrário, agir de forma bi/multilíngue significa se constituir na tensão entre diferentes línguas e semioses (BUSCH, 2012). Portanto, assumir uma perspectiva alinhada à noção pós-estruturalista de identidade⁹ me permite defender o ser e estar bi/multilíngue como posições assumidas pelos sujeitos no discurso, levando em consideração os recursos e as relações de poder, de tempo e de espaço que estruturam a ação social. Dessa forma, a

⁹ Tal perspectiva será retomada em discussão futura neste Capítulo e expandida no Capítulo 3.

diferença entre os chamados bi/multilíngues e os monolíngues está muito mais na ordem ideológica e situacional da prática de linguagem do que na contagem de recursos linguísticos que cada um deles emprega¹⁰.

Frente ao exposto, devo alertar que assumir uma perspectiva translíngue nos estudos sobre bi/multilinguismo não significa substituir esses conceitos pela translíngue apenas. Para além disso, assumir uma orientação translíngue é revisar o que se entende por bi/multilinguismo e, conseqüentemente, o bi/multilíngue, em outras bases. Bases essas que não se limitam a considerar esse sujeito como aquele que fala duas ou mais línguas, mas que trazem à tona as diferentes relações de poder que configuram a ação de linguagem a partir de uma gama de recursos semióticos (o que inclui o que entendemos por línguas). Isso nos leva a considerar que por mais que um sujeito se envolva em práticas que demandam o emprego de mais de uma língua, a ele pode ser negada a ação multilíngue por conta não só da relação de poder que molda esses espaços, como também da percepção que seus pares têm sobre os recursos trazidos. De igual modo, sujeitos tradicionalmente tidos como “monolíngues” podem se engajar em práticas multilíngues momentâneas, mesmo que esses recursos não façam parte de suas biografias de vida a longo prazo¹¹.

Portanto, no decorrer desta tese, o leitor perceberá que adotarei uma perspectiva translíngue tanto para falar de uma determinada opção teórico-metodológica e filosófica, quanto para caracterizar os sujeitos que se envolvem em práticas de linguagem em que uma variada gama de recursos semióticos (línguas/variedades/dialetos, gestos, expressões faciais/corporais etc.) são empregados para se posicionar identitariamente, mesmo quando esses recursos são, comumente, relacionados a línguas nacionais (GARCÍA; LI WEI, 2014) diferentes ou quando eles não são considerados como apropriados aos sujeitos. No entanto, as denominações “bi/multilíngues” ainda podem ser empregadas, ocasionalmente, já que “é impossível se livrar das categorias”. (BUSCH, 2015, p. 9).

Como Derrida (1996) nos mostra em *O monolingüismo do outro ou a prótese de*

¹⁰ Embora reconheça que os chamados bi/multilíngues dispõem de mais recursos linguísticos em seus repertórios do que aqueles tidos como monolíngues, é válido pontuar que o emprego de tais recursos está condicionado às relações de poder e das configurações espaço-temporais de ação da linguagem. Assim, um bi/multilíngue pode agir muito menos de forma bi/multilíngue se o espaço privilegiar normas monolíngues, por exemplo.

¹¹ Mais sobre essa discussão no Capítulo 5.

origem: não se pode evitar nascer em uma ou mais línguas, de tê-las inscritas em nossos corpos. Porém, assumir uma perspectiva translíngue significa revelar que tais denominações nunca são inocentes. Tomá-las como construídas em ideologias linguísticas específicas é um caminho para problematizar a influência que exercem nos modos como os sujeitos sentem e experienciam a linguagem.

Com essa explanação das diferentes perspectivas sobre as práticas de linguagem de sujeitos multilíngues, eu situo esta pesquisa numa opção translíngue de investigação. Essa perspectiva tem se mostrado produtiva para os objetivos que busco alcançar neste trabalho, tanto no nível teórico como no metodológico. Nas próximas páginas, irei retomar o *post* do *Facebook* com o qual abri este capítulo, como uma maneira de guiar a discussão do conjunto epistemológico que está atrelado a essa maneira de refletir sobre a linguagem, qual seja, a translíngue. Para isso, inicio discutindo o porquê de se associar a visão heteroglóssica de linguagem com a do translanguismo, para posteriormente explicar o papel da transmodalidade na compreensão de como o repertório semiótico dos sujeitos são manejados em práticas de linguagem *online*. Finalizarei esta etapa com a discussão da proposta da Linguística Aplicada como um conjunto de epistemes e do papel dos estudos sobre pós/decolonialidade para a compreensão das práticas translanguageiras desde uma perspectiva outra.

1.2 DISCUSSÃO DE CONCEITOS-CHAVE: AS BASES DA TRANSLINGUAGEM COMO TEORIA E PRÁTICA

1.2.1 A visão heteroglóssica de linguagem

Atualmente, pesquisadores têm percebido a necessidade de se estudar as línguas em outras bases, isto é, ao invés de assumir que a homogeneidade e estabilidade representam a norma, a mobilidade, as dinâmicas políticas e o hibridismo passam ser questões centrais no estudo das línguas e da comunicação contemporânea.

Devido às grandes ondas migratórias e com os avanços das mídias tecnológicas que tornam uma multiplicidade de recursos semióticos disponíveis em uma tela ou botão, a comunicação também está em constante fluxo e desenvolvimento. Nessas condições, é possível afirmar que o multilinguismo é a norma em nossas sociedades atuais,

demandando, assim, a adoção de novas políticas linguísticas (MENDES, 2019b) quanto ao tratamento da diversidade linguístico-cultural das sociedades seja em âmbitos locais como transnacionais. Com isso, noções estruturais e formalistas de língua como sistemas fechados de recursos linguísticos começam a ser insuficientes na análise do seu uso (apesar de a ideia de “uma língua” ser importante como um construto social) (BLACKLEDGE; CREESE, 2014)).

Nesse contexto, buscando responder às limitações de abordagens linguísticas que estudam a diversidade linguística com base na contagem e separação das línguas, pesquisadores têm se debruçado nas contribuições da perspectiva translíngue como uma lente através da qual se pode investigar as implicações sociais, políticas e históricas das práticas de linguagem.

Como vimos, o conceito de translinguagem expande teorias já existentes sobre o bi/multilinguismo por focar as práticas discursivas de sujeitos que lançam mão de diferentes recursos semióticos para construir sentido. Essa é uma tentativa de se afastar de concepções abstratas e idealizadas de língua como um conjunto de habilidades e ressaltar os processos nos quais os multilíngues se engajam no aqui e agora da comunicação. A prática da translinguagem é vista, portanto, como uma mudança de voz, ao invés da alternância de línguas, em que os sujeitos mobilizam recursos de um amplo repertório de práticas linguísticas e sociais. Dessa forma, ao enfatizar a importância das vozes dos sujeitos nas problematizações sobre as práticas de linguagem, pesquisadores alinhados à orientação translíngue coadunam e ampliam a noção heteroglósica de linguagem como postulada por Mikhail Bakhtin (1981).

Heteroglossia¹² ou **heterodiscurso** é a tradução do termo russo *raznorechie* cunhado pelo filósofo da linguagem, Mikhail Bakhtin. O conceito refere-se, em linhas gerais, aos usos simultâneos de diferentes formas de signos, às tensões e conflitos que existem entre eles e às associações socio-históricas que carregam (BAILEY, 2012). Apesar de Bakhtin (1981) tê-lo desenvolvido para análise do discurso no romance, sua

¹² “Heteroglossia” é o termo usado na versão norte-americana de “O discurso no romance” (1981) e, adotado no Brasil, por Faraco (2006) e Tezza (2003). Em nova tradução do texto, Bezerra (2015) opta pelo termo “heterodiscurso”, diferenciando-se, assim, da versão de Bernadini et al (1993), em que a palavra russa *raznorechie* é traduzida como “plurilinguismo”. Neste trabalho, tanto o termo “heteroglossia” como “heterodiscurso” serão usados como sinônimos, com preferência pelo primeiro devido a sua recorrência na literatura.

reflexão apresenta uma outra perspectiva sobre a natureza da linguagem, que na contramão das ideias Saussurianas de *langue* e *parole*, enfatiza o caráter social e histórico das línguas. Bakhtin argumenta que a língua em uso e ação representa “[...] pontos de vista específicos sobre o mundo, modos de conceituar o mundo em palavras, específicas visões do mundo, cada uma caracterizada pelos seus próprios objetos, sentidos e valores”. (BAKHTIN, 1981, p. 291). Nesse sentido, é possível compreender que o interesse em se estudar a linguagem está relacionado à maneira como ela aponta para certas ideologias, classes sociais e outras práticas identitárias.

A **heteroglossia** está relacionada à compreensão de como a linguagem é moldada pelos contextos sociais, históricos e políticos dos sujeitos. Logo, entende-se que evidencia as diferenças, variedades, alteridade e pluralidade do uso linguístico, assim como sua base social, histórica e política (BLACKLEDGE; CREESE, 2014). Nesse sentido, tanto a **heteroglossia/heterodiscurso** quanto o translinguismo não tratam da língua como um código separado das práticas comunicativas dos sujeitos.

Para Bakhtin, a **heteroglossia** é marcada principalmente pela **indexicalidade**, **tensão** e **multivocalidade**. A **indexicalidade** enfatiza e identifica diferentes pontos de vista, ideologias, classes sociais, profissões e outras posições sociais a partir da ação da linguagem. A estratificação linguística, por exemplo, deriva não apenas de sua associação histórica dentro das línguas, mas também de suas associações acompanhadas das avaliações que os usos linguísticos recebem em determinada cultura. Nesse sentido, diferentes formas linguísticas associadas a diferentes posições ideológicas são estratificadas em dialetos, gírias, línguas crioulas, pidgin e outras; sendo cada uma dessas posições valoradas diferentemente a depender do contexto.

Desse modo, entende-se que a ação através da linguagem “indexa” um determinado ponto de vista, assim como é resultado de sua natureza social, refletindo as diferenças ideológicas que competem em uma determinada sociedade. Portanto, a **heteroglossia** diz respeito a muito mais do que o uso simultâneo de “línguas”, visto que se refere à coexistência de diferentes perspectivas ideológicas, sejam elas constituídas em uma única “língua” nacional, sejam dentro de repertórios comunicativos complexos, como é o retrato das sociedades contemporâneas.

Podemos comparar **indexicalidade** nos termos bakhtinianos à visão antropológica de **indexicalidade não referencial** de Pierce (1955) e Silverstein (2003), para os quais

os sentidos construídos através das formas linguísticas dependem das associações que as pessoas fazem entre forma e sentido ao longo da história. Nesse sentido, a **indexicalidade** se constitui como “[...] a propriedade do signo linguístico de apontar para projeções semiótico-textuais, que indicam a interpretação de um ato comunicativo ao ser local e culturalmente contextualizado”. (GUIMARÃES; MOITA LOPES, 2017, p. 18). Um exemplo disso é trazido por Guimarães e Moita Lopes (2017, p. 17-18):

[...] no assim chamado português do Brasil, as formas de tratamento ‘senhor/senhora’, diferente do pronome ‘você’, expressariam indexicalmente um nível de respeito e distanciamento na relação entre interlocutores, em que um deles/as pode ser mais velho ou ocupar posição social superior [...].

Essas formas indexicais não podem ser interpretadas sem levar em consideração as **tensões** sociais empregadas e construídas por elas, por isso Bailey (2012) acentua que umas das contribuições do construto da **heteroglossia** não é tanto sua referência às diferentes formas dos signos linguísticos, mas sim ao seu foco nas **tensões** sociais inerentes a qualquer língua.

Essas tensões aparecem na obra bakhtiniana como **forças centrípetas** e **centrífugas**¹³. As **forças centrípetas** incluem as forças políticas, sociais e institucionais que tentam impor uma variedade de língua sobre as outras. Elas são assim chamadas porque tentam forçar os sujeitos a adotarem uma forma linguística unificadora e homogênea. As **forças centrífugas**, ao contrário, afastam os sujeitos de um centro comum e os levam em direção à diversidade, à heteroglossia. Apesar de distintas, o autor sugere que ambas as forças estão em competição na ação da linguagem, não existindo uma sem a outra.

Mais contemporaneamente, o sociolinguista Blommaert (2010) repensou as **forças centrípetas** e **centrífugas** a partir dos conceitos *language-in-motion*, isto é, formas linguísticas e sentidos dinâmicos em constante evolução, e *language-in-place*, usos linguísticos fixos e padronizados. Com isso, o autor discute que ao caracterizar as

¹³ Segundo Fiorin (2016), ao discutir o discurso no romance e na poesia, Bakhtin mostra que aquele tem como característica básica a descentralização, enquanto este se distingue pela centralização. Assim, o romance, para Bakhtin é naturalmente plurilíngue, por acolher diferentes falas e as distintas linguagens, se construindo, assim, na diversidade de vozes e discursos; ao passo que a poesia não interage com o discurso alheio. Nesses termos, o romance, em sua composição, é centrífugo, enquanto a poesia é centrípeta.

práticas de linguagem como heteroglóssicas, é preciso também considerar que há forças que buscam homogeneizar as línguas e a diversidade inerente a elas.

Outro construto usado na discussão sobre práticas heteroglóssicas é o da **multivocalidade**. Para Bakhtin (1981), a palavra em uma língua é, em parte, a palavra de outra pessoa. Isso aponta para o fato de que a palavra tem sempre dois lados, já que no momento de seu uso, responde ao que a precede e antecipa o que está por vir. Assim, todas as formas linguísticas têm uma história e um futuro antecipado. Para Blackledge e Creese (2014, p. 10):

[...] Bakhtin observou que o que mais falamos são palavras dos outros, tanto que nossa fala transborda palavras de outras pessoas. Fazendo isso, nós ponderamos, avaliamos, refutamos, repudiamos, celebramos, afirmamos e assim por diante, não apenas palavras de outros, mas também as posições político-ideológicas representadas por tais palavras [...].

Para Bakhtin, assim, todas as formas linguísticas são inerentemente dialógicas. Elas têm, ao mesmo tempo, uma história e um presente negociados durante a interação. Logo, os sujeitos não simplesmente povoam recursos linguísticos de acordo com suas intenções e histórias, para além disso, novas formas linguísticas são acrescentadas àquelas já existentes, mesmo que inconscientemente. Dessa maneira, toda forma linguística é **multivocal**, isto é, reflete não apenas os nossos usos, como também o diálogo implícito entre vozes, intenções e histórias do passado, presente e futuro.

Deixe-me retomar a discussão do *post* com o qual abri este texto, voltando-me agora para considerações de determinados pontos que podem ser mais bem explicados pelo viés da **heteroglossia**.


Uma maneira de se investigar a interação no *post* seria descrevê-lo a partir das funções das alternâncias entre iorubá, inglês e pidgin. Entretanto, a despeito das intensas “alternâncias” demonstradas pelos dois sujeitos que participam da construção do texto (“O” e “AMIGO”), pode não ficar claro para que elas servem. Apesar de reconhecer que o levantamento de funções de *codeswitching* pode ser analiticamente produtivo para o processo de desvelamento de funções linguísticas e sociais que podem ser alcançadas pela ação da linguagem, esse tipo de abordagem pode também reproduzir a ideologia de que é natural escrever/falar em apenas uma língua. O fato de linguistas terem focado, em demasia, nos sentidos e motivações do *codeswitching* reflete a proposta monolíngue de

que a prática não é um modo natural de agir pela linguagem, mas algo que precisaria ser explicado (BAILEY, 2012). Logo, o foco nos recursos linguísticos, oficialmente nomeados como “códigos” ou “línguas”, nesse caso, iorubá e inglês (o que falar, então, do pidgin?), pode contribuir para a desconsideração da diversidade da **indexicalidade** social dentro desses próprios recursos.

A partir de uma lente heteroglóssica, as práticas translíngues são apenas mais uma das maneiras de se negociar sentidos. Portanto, se o objetivo do pesquisador for investigar a ação social por meio da linguagem, não seria de grande importância saber o porquê de o sujeito estar alternando “códigos”. Pelo contrário, o objetivo do pesquisador seria deslocado para o sujeito como ator social que manipula um conjunto de recursos heteroglóssicos para negociar posições identitárias específicas.

Tanto o iorubá, como o inglês e o pidgin empregados por “O” e “AMIGO” carregam diversos recursos semióticos que indexam aspectos de suas experiências sociais e identitárias. O “inglês”, por exemplo, inclui formas ligadas a diversas associações sociais. É possível observar o emprego da norma “padrão” da língua, como pode ser visto em quase todo o *post* (excluindo-se os comentários), o que demonstra como “O” tem domínio da norma prestigiada de uso da língua inglesa:

Quadro 3 – “Ninguém está rezando pela Somália?”

TEXTO DO FACEBOOK		
<p>So, no one is praying for Somalia? Hahahaha. Not even the Africans that prayed for Paris, London, Manchester, etc.? Y'all really need to unfetter your minds. Why does it even matter? The prayers you have said in the past weren't answered, though. Keep praying. 😊</p>		
	and 1 other	4 Comments
TRADUÇÃO		
Empty space for the translation		

“O”: Então, ninguém está rezando pela Somália? Hahahaha. Nem mesmo os africanos que rezaram por Paris, Londres, Manchester, etc.? Vocês realmente precisam abrir as suas mentes. E por que isso importa? Mas as preces que vocês fizeram no passado não foram atendidas. Continuem rezando. 😊

Fonte: elaborado pelo autor.

Porém, podem ser encontradas também formas associadas a grupos mais jovens e diferentes classes sociais, como apontado pelo uso do (*Y'all*), fazendo com que “O” marque uma posição identitária que o afasta dos mais velhos ou até mesmo o aproxima daqueles que se identificam como afro-americanos.

Além disso, o próprio fato de os sujeitos transitarem entre recursos linguísticos “distintos” aponta para as suas identidades étnico-linguísticas. É interessante perceber que o texto de “O” foi construído, quase em sua totalidade, no que se poderia descrever como “língua inglesa”, mas os comentários apresentam uma combinação de “línguas” que só foi possível por conta da interação com o “AMIGO”, sugerindo que esse compartilhava os mesmos recursos semióticos:

Quadro 4 – Interação entre “O” e “AMIGO”

COMENTÁRIOS

Very little press coverage for the disaster there.

9 minutes ago · Like · Reply · More

I'm telling you, bro. To them, violence in Somalia is commonplace. So, why cover what is inherently Somali? O ri bakan. How you dey na?

8 minutes ago · Like ·  1 · Reply · More

Exactly. I dey survive o.

7 minutes ago · Like ·  1 · Reply · More

You na baba na. We dont have a choice than to survive.

6 minutes ago · Like · Reply · More

“AMIGO”: Pouca cobertura do desastre aqui.

“O”: Estou te dizendo, cara. Para eles, violência na Somália é algo comum. Então, para que abordar algo que é inerentemente somali? O que é de alguma forma. Como você está?

“AMIGO”: “O” Exatamente. Estou sobrevivendo.

“O”: Você é o cara! Não temos outra escolha a não ser sobreviver.

Fonte: elaborado pelo autor.

Nessa interação, a combinação de “línguas” extrapola a concepção do uso “utilitário” e “funcional” da linguagem, uma vez que os sujeitos lançam mão desses recursos para construir sentido localmente. Portanto, o que está em foco aqui é a compreensão de como os sujeitos buscam alcançar seus objetivos comunicativos (a crítica à mídia e denúncia à inserção de uma possível ideologia “ocidental” na África) mais do que o “porquê” da “mistura” de seus recursos linguísticos. Não seria produtivo, por exemplo, determinar quando se iniciam ou terminam os recursos de “língua inglesa” quando nos deparamos com “I dey survive o”, por exemplo. Se assim o fizéssemos, cairíamos na tentação de apenas tratarmos tal ato de linguagem como um caso de uso de

pidgin, o que faria nos associar, assim, a determinadas ideologias linguísticas que atribuem às formas pidgin o *status* de variedades linguísticas menos complexas¹⁴.

Além do exposto, essa é uma ilustração de como os sujeitos resistem a determinados discursos através de suas práticas translíngues. A asserção de que “Nós não temos outra escolha a não ser sobreviver” (aqui, o “nós” indica que tanto “O” como o “AMIGO” compartilham um *background* africano) em língua inglesa e não em pidgin, que fora usado logo anteriormente (*You na baba na*), indica que o sentido a ser construído não está contido em línguas específicas, mas sim na combinação dos recursos que elas oferecem aos sujeitos. Dessa maneira, eles mobilizam vozes diferentes para apontar suas perspectivas, como nos seguintes exemplos: “O” retoma a popularização do uso das *hashtags* e denuncia uma possível ausência no discurso da mídia e dos próprios africanos a importância de se solidarizar com as vidas na África, enquanto “AMIGO” coaduna com os comentários para assumir uma posição diante do evento discutido.

Portanto, esse exemplo indica que tal prática de linguagem *online* construída entre “O” e “AMIGO” indexa determinados conjuntos de valores, ideologias e posições sociais negociadas no aqui e agora da interação. Ao adotar uma perspectiva heteroglóssica na investigação das práticas de linguagem na *Internet*, o mais importante não é se perguntar quais línguas estão sendo usadas, mas sim quais recursos estão sendo combinados e desafiados, e para onde eles estão apontando. Uma perspectiva heteroglóssica, então, pode nos permitir uma melhor compreensão das tensões e conflitos dentro e por entre os recursos que compõem os repertórios semióticos dos sujeitos.

Entretanto, apesar da **heteroglossia** servir de base para se problematizar as vozes, tensões e a própria natureza da linguagem, acredito que ela não possa ser transplantada para interpretar todo tipo de ação de linguagem na contemporaneidade, devido às suas circunstâncias temporais e sociais. Por conta disso, é importante pontuar que neste estudo,

¹⁴ De forma geral, “pidgin” e “línguas crioulas” são consideradas novas variedades linguísticas desenvolvidas a partir do contato entre variedades não-padrão de uma língua europeia e diversas línguas não-europeias. Neste estudo, no entanto, corroboro a crítica do linguista congolês, Salikoko Mufwene (2013, 2015) quanto à aceção de que os termos “pidgin” e “línguas crioulas” ainda são adotados sem uma revisão crítica por parte dos estudiosos. Segundo o linguista, é urgente a necessidade de se revisar a concepção de que tais recursos sejam estruturalmente mais simples e primitivos se comparados a outras línguas nacionais, já que tal postura revelaria a tendência de se prestigiar uma única visão do que viria a ser o construto “língua” ignorando outras epistemologias e pontos de vista. Como a discussão do tema é extensa, fugindo ao escopo deste estudo, eu sugiro a leitura dos trabalhos já citados de Mufwene, bem como de Branco (2018).

eu tomarei a **heteroglossia** como pontapé inicial para a interpretação das práticas translíngues, mas, acrescentarei a ela, perspectivas outras que se mostram adequadas para a reflexão dos desafios de se falar sobre a linguagem em tempos de complexidade e mobilidade, como é o caso da proposta transglóssica.

1.2.2 Por uma visão transglóssica das práticas translíngues

Foi discutido nas páginas anteriores que pesquisas recentes na Sociolinguística e na LA têm buscado problematizar as noções de bi/multilinguismo, apoiadas na consideração de que tais posturas apresentam lacunas na problematização do papel da diversidade dos recursos semióticos que compõem os repertórios dos sujeitos. Por isso, uma gama de perspectivas que buscam capturar a complexidade das práticas de linguagem atuais tem reiterado, de maneiras diversas, os postulados de Bakhtin (1981). Indo além da mera reprodução dos estudos bakhtinianos, García (2009), Sultana, Dovchin e Pennycook (2014), Rocha e Maciel (2015) e Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), por exemplo, vêm apostando na interação entre a perspectiva heteroglóssica com teorias transgressivas da linguagem (PENNYCOOK, 2007).

Tanto a **heteroglossia** como as teorias transgressivas tratam as línguas não como códigos separados entre si, mas sim como um tipo de **translinguística** (BAKHTIN, 1986), isto é, um modo de abordar a língua/linguagem para além dos seus aspectos formais e sistemáticos. Nesse contexto, tem sido dada preferência à **transglossia**, ou seja, ao foco nas línguas já misturadas, não em termos de *codeswitching*, mas de recursos semióticos empregados no processo de construção de sentido (GARCÍA, 2009). Assim, apesar de reconhecerem a importância dos estudos sobre práticas heteroglóssicas, estudiosos alinhados à transglossia sugerem a adoção do prefixo **trans**, por ele capturar melhor as práticas nas quais eles estão interessados.

Nas palavras de Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), o **arcabouço transglóssico**¹⁵ reúne, portanto, orientações **trans** da linguagem, quais sejam a **translinguística**, a **transmodalidade** e a **transtextualidade**, como forma de ir além do multilinguismo como a soma de línguas separadas e de dar espaço para uma investigação

¹⁵ Uma discussão mais detalhada sobre esse arcabouço será feita no Capítulo 2, em que debatarei os pressupostos que embasarão a análise dos dados gerados.

que se engaje na problematização dos impactos da globalização nas práticas de linguagem contemporâneas.

Como é possível observar, um dos pontos discutidos pelos autores alinhados ao **arcabouço transglóssico** é a consideração do aspecto transmodal da linguagem. Acredito ser esse outro elemento relevante para a compreensão da natureza das práticas translíngues que tenho abordado nesta investigação. Sendo assim, nos próximos parágrafos, reservarei algumas palavras sobre a pertinência desses estudos para a minha tese.

1.3 A PERSPECTIVA DA MULTI/TRANSMODALIDADE

O conceito de translinguagem aqui adotado abarca os modos que os sujeitos empregam, criam e interpretam diferentes semioses para negociarem sentido através de contextos e performarem suas posições identitárias no discurso. Esse foco nos diferentes signos linguísticos e demais semioses permite que a perspectiva translíngue investigue a natureza transmodal da comunicação, especialmente em cenários complexos marcados pela imbricação de línguas/linguagens, imagens, sons e outras maneiras de construção de sentido, como é o caso das práticas *online*.

Ao observar a natureza da comunicação translíngue, seria pertinente pontuar que toda interação entre sujeitos de diferentes contextos linguístico-culturais se dá de forma multimodal – gestos, objetos, recursos visuais, toque, tom, sons e outros modos de comunicação que vão além das palavras.

A **multimodalidade** é normalmente relacionada ao impacto da globalização, das novas tecnologias e da *Internet* na comunicação. O **giro multimodal**, por assim dizer, se volta para a linguagem como um processo de construção de sentido e não como sistemas fechados de recursos linguísticos. Seus pressupostos embasaram uma variedade de estudos nas áreas da Linguística, Antropologia e da Comunicação, dentre os quais posso destacar a abordagem da semiótica social de Kress e van Leeuwen (2001), os estudos sobre interação face a face da análise da conversação (GOODWIN, 2000) e a abordagem multimodal derivada da análise do discurso de Norris (2004) e Scollon e Scollon (2004). Os trabalhos de Kress e van Leeuwen (2001) foram e ainda são os mais proeminentes no campo, influenciando uma gama de estudos, cujo foco recai na análise da linguagem como mais um entre os mais diversos recursos semióticos que os sujeitos dispõem para a

comunicação.

A **semiótica social multimodal** considera que todos os signos linguísticos, como parte de um amplo repertório de recursos modais que os sujeitos possuem a sua disposição, carregam específicas associações socio-históricas e políticas. Entretanto, como García e Li Wei (2014) pontuam, enquanto nessa abordagem, a língua é central em relação aos demais modos que podem ser escolhidos para a construção de sentido e identificação social, a translinguagem inclui todos os modos em sua investigação.

Outro ponto de crítica é trazido por García e Kleifgen (2019), segundo as quais embora a perspectiva multimodal tenha dado foco na diversidade linguística e cultural de nossos tempos, ela pouco abordou seu aspecto multilíngue. Para essas autoras, o multilinguismo e o emprego de múltiplos recursos linguísticos em práticas de leitura e escrita foram excluídos dos estudos sobre multimodalidade. Logo, apesar da **multimodalidade** se mostrar como um dos mais produtivos arcabouços para análise das interações humanas em diversos espaços, incluindo o virtual, críticos apontam para o fato de que a complexidade semiótica e multilíngue é negligenciada.


Dovchin (2020a) afirma que, de forma similar ao paradigma do multilinguismo que tende a pluralizar o monolinguismo ao invés de problematizá-lo, a **multimodalidade** tende a reforçar o uso da pluralidade dos modos quando poderia se centrar no potencial transgressivo deles. Partindo desse pressuposto, pesquisadores envolvidos na análise da comunicação digital, por exemplo, começaram a voltar a atenção para as formas em que os processos de construção de sentido ocorrem para além dos modos semióticos, transgredindo crenças já cristalizadas sobre o lugar da língua e de outras semioses nas práticas languageiras (PENNYCOOK, 2007).

Diante do exposto, adotarei neste estudo **transmodalidade** ao invés de **multimodalidade** para me referir aos processos de construção de sentido nas redes sociais que ocorrem através e além dos modos semióticos e para acentuar a necessidade de se estudar a língua em relação às outras semioses e não separada delas. Entretanto, apesar de optar pela **transmodalidade**, isso não significa dizer que as contribuições dos estudos sobre **multimodalidade**, em especial os de Kress e van Leeuwen, serão descartadas em minha pesquisa. Reconheço o papel que tais investigações tiveram para a análise do discurso multimodal, dentre eles o digital, e por isso não posso ignorá-las quando envolvido na discussão sobre a produção dos textos objetos desta investigação

(além de que pesquisadores alinhados à perspectiva **transmodal** também partem dos estudos desses autores para desenvolverem suas propostas teóricas e metodológicas). Porém, assim como o multilinguismo está atrelado a uma perspectiva específica de se interpretar as práticas de linguagem de sujeitos translíngues, adotar o multimodal, sem uma revisão crítica, seria inadequado para os objetivos que pretendo alcançar nesta tese.

Para ilustrar o que tenho citado como “ir além e por entre os modos semióticos” numa perspectiva **transmodal**, eu recorro mais uma vez ao *post* que tenho analisado durante todo este capítulo. Neste trecho, é possível perceber que ao empregar diferentes recursos semióticos, “O” dá pistas importantes sobre como os leitores podem interpretar o seu *post*. No entanto, essa interpretação apresentaria lacunas caso se se buscasse o sentido apenas através da análise dos recursos de língua inglesa usados em seu texto, como mostro a seguir:

Quadro 5 – Recursos transmodais

TEXTO DO FACEBOOK		
<p>So, no one is praying for Somalia? Hahahaha. Not even the Africans that prayed for Paris, London, Manchester, etc.? Y'all really need to unfetter your minds. Why does it even matter? The prayers you have said in the past weren't answered, though. Keep praying. 😊</p> <p> and 1 other 4 Comments</p>		
TRADUÇÃO		
<p>“O”: Então, ninguém está rezando pela Somália? Hahahaha. Nem mesmo os africanos que rezaram por Paris, Londres, Manchester, etc.? Vocês realmente precisam abrir as suas mentes. E por que isso importa? Mas as preces que vocês fizeram no passado não foram atendidas. Continuem rezando. 😊</p>		

Fonte: elaborado pelo autor.

Como já discutido nas páginas anteriores, é possível inferir que a publicação de “O” esteja abordando uma crítica à maneira como os ataques terroristas na África (não) são tratados pela mídia “ocidental” e à falta de empatia dos próprios africanos com as vítimas. Anteriormente, citei, pontualmente, que “O” utiliza um estilo irônico para a sua denúncia e crítica, porém não me aprofundei nos motivos que me levaram a chegar a tal afirmação.

Ao olhar para o texto escrito com recursos de língua inglesa, não é possível perceber o “tom” irônico da publicação. Essa interpretação só é possível quando “língua” e demais recursos são combinados e analisados em conjunto. Isso inclui considerar o papel da onomatopeia “Hahahaha” e o emprego do *emoji* com a língua para fora que é, frequentemente, usado para transmitir humor.

É na combinação nesses recursos que se pode sugerir a ironia no texto de “O”, pois o *emoji* no final do texto não desempenha papel acessório na interpretação, pelo contrário, ele transforma o “tom” dos recursos verbais, conferindo-os um aspecto de humor, de brincadeira e ironia da mesma forma que a onomatopeia usada para indexar risos. Assim, *emoji* e onomatopeia contribuem para a construção de sentido conjuntamente com os recursos linguísticos empregados pelo sujeito, que indicam que os recursos verbo-visuais devem ser interpretados holisticamente. Diante disso, é adequado concordar com Pennycook (2007) quando afirma que a perspectiva **transmodal** desafia as noções de que o sentido reside unicamente nas “línguas” ou que elas são o principal meio de comunicação apesar dos recursos “extralinguísticos” e “para-linguísticos”. Desse modo, Pennycook (2007, p. 50) nos lembra que a “[...] [t]ransmodalidade sugere que não apenas o sentido ocorre em múltiplos modos, ou que a língua não pode ser entendida em isolamento, mas também que não existe nada como língua em isolamento [...]”.

A partir do que foi discutido, fica clara a necessidade de se analisar as práticas translíngues levando em consideração não só a natureza **transglóssica** da linguagem, mas também a combinação e transgressão dos modos semióticos empregados no processo de negociação de sentido. Essas duas concepções são valiosas, assim, para a elucidação das formas através das quais os sujeitos buscam performar aspectos de suas identidades e experiências nas redes sociais. E é sobre esse tema que debato a seguir, pois se constitui como um dos elementos-chaves para a compreensão do estudo sobre o qual tenho me debruçado nesta tese.

1.4 RESISTINDO A POSIÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES: O LUGAR DAS REDES SOCIAIS

As redes sociais podem ser definidas como espaços na *web* que permitem os sujeitos a não só construírem perfis públicos ou semipúblicos, como também articular uma lista de usuários com os quais eles podem compartilhar interesses (boyd; ELLISON, 2007). Os estudos sobre essa forma de comunicação digital se iniciaram em meados dos anos 1990 na Sociologia e na Comunicação, mas cresceram, exponencialmente, com o surgimento de diversas plataformas como *Youtube*, *Twitter* e o *Facebook*, chamando a atenção de pesquisadores de outras áreas como a Sociolinguística.

Essas mídias digitais têm oferecido novas oportunidades para os sujeitos compartilharem/exporem suas vidas cotidianas de maneiras, antes, nunca imaginadas. Essas práticas, como abordadas por Barton e Lee (2015, p. 94) “[...] mudaram as formas como as pessoas pensam sobre si mesmas [...]”, além de oferecerem diferentes recursos para a performance de suas identidades. Nesse sentido, novos diálogos interculturais são oportunizados pelas redes sociais, abrindo ainda mais o leque de possibilidades para os a reflexão sobre o papel da linguagem nesses espaços.

Enquanto os *sites* de redes sociais têm facilitado, significativamente, a comunicação transnacional a partir da expansão da língua inglesa nesses cenários, na última década tem-se observado também um aumento gradativo no número de outras línguas sendo usadas *online*, evidenciado, assim, a natureza multilíngue dos encontros nas redes sociais. À medida que esses sujeitos interagem com outros “multilíngues” ou até com os chamados “monolíngues”, eles lançam mão de seus recursos linguísticos de formas complexas, dinâmicas e criativas, através de processos potencializados pelos recursos disponíveis na *Internet*. Nesse contexto, é possível afirmar que as redes sociais, ou no caso desta pesquisa, o *Facebook*, como um **espaço de afinidade translocal**, têm desempenhado papel fundamental nas práticas digitais ao redor do mundo.

Rojo e Melo (2017, p. 1281) discutem que a comunicação no *Facebook* “[...] só se realiza a partir da multisssemiose e requer, para isso, múltiplos letramentos: saber curtir, compartilhar, produzir posts em sites específicos ou por intermédio de aplicativos e/ou programas [...]”. Dessa forma, a combinação de diversos recursos semióticos no ambiente do FB só evidencia, assim, a necessidade de se problematizar não só os impactos dessa mídia na educação, como também conceitos como bi/multilinguismo e as práticas de

codeswitching a partir de outras bases, motivando pesquisadores a se voltarem, cada vez mais, para as contribuições da translanguagem. Portanto, como pontuam Barton e Lee (2015, p. 85),

[...] [a] internet multilíngue já deixou para trás a questão de saber qual língua domina a internet ou como os usuários usam a alternância de código. Agora, trata-se de saber como as pessoas agem de forma diferente ao aproveitar as novas possibilidades oferecidas pelas línguas na web [...].

Assim, cresce o interesse em saber como as práticas translíngues nas redes sociais indexam identidades diversas.

Importantes estudos sobre a relação entre língua e identidade no *Facebook* (BOLANDER; LOCHER, 2010; 2015; LEE, 2011; PAGE, 2012) têm se embasado na concepção de que as identidades são multifacetadas e negociadas quando os sujeitos usam a linguagem e outros modos semióticos para se comunicar. Uma das perspectivas mais produtivas para se estudar o processo de construção identitária nas redes sociais é aquela embasada no conceito de **posicionamentos** (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999) ou **posturas**¹⁶ (BARTON; LEE, 2015) atrelada a uma perspectiva pós-estruturalista de linguagem e identidade.

A Teoria dos Posicionamentos pode ser compreendida como parte dos estudos sociais caracterizados pelo interesse na análise de interações face a face e pelo entendimento de discurso como elemento importante na construção da ordem social. Ela também segue os rastros da virada social nas pesquisas em Psicologia voltadas para a relação entre discurso e sociedade para a compreensão dos fenômenos psicológicos.

A teoria se configura como uma alternativa para a explicação dos processos de construção identitária que buscam ir além da noção de papéis. Para Harré e van Langenhove (1999), embora os participantes assumam determinados papéis durante uma interação, esses estão sujeitos a mudanças, já que assumem, a todo momento, diferentes **posições** no discurso. Portanto, levando em consideração essas mudanças nos papéis dos sujeitos, os autores advogaram o uso do construto **posicionamento** para descrever a dinamicidade das práticas discursivas.

Harré e van Langenhove (1999) discutem que em toda prática de linguagem, os

¹⁶ Um debate mais detalhado sobre esses construtos será realizado no Capítulo 3. Nesta etapa, apenas introduzirei os conceitos e teorias que embasarão a minha proposta de estudo translíngue.

sujeitos atribuem **posições** para si (em processos chamados de **posicionamento reflexivo**) e para os outros (**posicionamentos interativos**), e que essas posições são organizadas a partir de normas e expectativas sociais. Esses elementos combinados limitam o quanto que uma pessoa pode dizer ou fazer numa interação.

Essa maneira de atribuição de **posições** é estudada a partir de duas formas de **posicionamento: posicionamento performativo e explicativo** (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999). O **performativo** é realizado quando um sujeito atribui **posições** a outrem, que age de acordo com as expectativas do que seria adequado para cada frame interacional. Já o **posicionamento explicativo** aparece quando posições são resistidas.

Ecoando os princípios da Teoria dos Posicionamentos, Barton e Lee (2015) desenvolveram uma proposta para a análise da construção identitária nas redes sociais embasados no conceito de **posturas**. Para os autores, **postura** “[...] se refere ao posicionamento das pessoas em relação a si mesmas, ao que é dito, e a outras pessoas ou objetos [...]”, sendo marcada “[...] por formas particulares de linguagem, mas também por outros recursos para a construção de significado [...]”. (BARTON; LEE, 2015, p. 118). Dentre esses recursos, Barton e Lee acentuam o papel da escolha semiótica na tomada de diferentes **posições**. A translanguagem, então, funcionaria como um recurso através do qual os sujeitos se posicionam e posicionam os demais no discurso. Dessa forma,

[o] posicionamento tornou-se um ato discursivo fundamental na interação *online*. Ele não se limita a assinalar opiniões de quem se posiciona pela escolha cuidadosa do vocabulário e outros recursos; algumas pessoas também podem requerer reforçar um senso único de eu, a fim de se destacar numa comunidade mais ampla de pessoas que se posicionam. (BARTON; LEE, 2015, p. 118-119, grifos dos autores)

Uma das mais profícuas contribuições da teorização sobre **posicionamentos** e **posturas** nas redes sociais para os estudos sobre translanguagem é a possibilidade de se investigar como essas práticas se constituem como ferramentas através das quais os sujeitos resistem a discursos que os inferiorizam. Para ilustrar o que acabei de pontuar, retomo o *post* sob análise neste capítulo.

Como dito em páginas anteriores, uma das questões levantadas no *post* de “O” é a sua crítica à postura dos próprios africanos em relação aos ataques terroristas que ocorreram no continente. Como também já pontuado, o texto principal é escrito com recursos do que conhecemos como “inglês”, seja através do uso da norma padrão ou de outras características linguísticas que remetem à língua. Porém, na seção de

“comentários” em que interage com “AMIGO”, “O” lança mão de outros recursos de seu repertório antes não empregados. Essa manipulação de diferentes recursos linguísticos aponta para o fato de que os participantes de redes sociais levam em consideração uma série de fatores ecológicos para o aproveitamento e uso das virtualidades dessas semioses. Nessa direção, Barton e Lee (2015, p. 79) pontuam que “[...] os usuários *online* sabem muito bem como mobilizar seus recursos linguísticos em diferentes contextos para fins diversos e diferentes pessoas [...]” e apontam para quatro aspectos principais para essa prática, quais sejam, **quem é o usuário, qual é o público-alvo, o que postar e como o veículo é utilizado**. Para a análise de como esses aspectos emergem da prática de linguagem, acredito que a ótica dos **posicionamentos** e da **postura** pode ser bastante produtiva.

Primeiramente, é observado que “O” contesta a falta de solidariedade e comoção dos próprios africanos diante da tragédia na Somália quando afirma que: “Então, ninguém está rezando pela Somália? Hahahaha. Nem mesmo os africanos que rezaram por Paris, Londres, Manchester etc.? **Vocês** realmente precisam abrir as suas mentes”. Nesse enunciado, “O” se posiciona contrário a atitude dos africanos e marca essa diferença através do uso do pronome “Vocês”. Além disso, o sujeito denuncia a percepção de que as vidas africanas valem menos do que as europeias, sugerindo uma possível “contaminação” do discurso midiático ocidental no próprio discurso ou na falta de ação da população africana.

Na seção de comentários, na resposta ao “AMIGO”, já é possível perceber que o aspecto **quem é o público-alvo** se torna saliente no manejo do repertório semiótico dos sujeitos. O emprego de recursos associados ao pidgin e ao iorubá se configura como uma forma de **posicionamento reflexivo** (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999), pois, ao escolher tais formas, “O” tanto se posiciona, como posiciona o “AMIGO” como participantes de uma comunidade linguística específica que os diferencia dos demais “amigos” do *Facebook*. Mas, por que isso importa?

A escrita do texto principal em língua inglesa foi, possivelmente, motivada pela **audiência** que “O” queria envolver, isso porque nem toda a comunidade de “amigos” que o sujeito tem em sua rede social compartilhava dos mesmos recursos linguísticos. Desse modo, o uso da língua inglesa dá mais visibilidade ao seu *post* e possibilita a participação de sujeitos que não compreendem pidgin e iorubá, por exemplo. Porém, ao interagir com

uma pessoa que tem esses recursos em comum, “O” lança mão das possibilidades que essas línguas oferecem para a interação. Esse tipo de prática é denominado de **estratégias de resistência** por Canagarajah e Dovchin (2019), isto é, os sujeitos decidem sobre o uso de determinadas línguas de acordo o contexto de comunicação para resistir e questionar relações desiguais de poder. Assim, o emprego de línguas tidas como minoritárias na grande rede (iorubá e pidgin) seria uma forma de performar identidades de grupos locais.

Relaciono essa manipulação de línguas às práticas de resistência, uma vez que o “O” vai na contramão de políticas linguísticas que inferiorizam o pidgin e os seus falantes na Nigéria. O seu uso é totalmente desaconselhável nos âmbitos institucionais do país, sendo, inclusive, foco de debates educacionais que buscam desencorajar professores a aceitarem o seu emprego em sala de aula. Com isso, atribui-se ao pidgin o *status* de “não-língua”, indexando características negativas aos seus falantes, por ser considerado um “erro” ou “desvio”. Portanto, a utilização do pidgin se constitui como uma **estratégia de resistência**, uma vez que “O” se aproveita dos recursos de uma língua falada em sua comunidade que não é necessariamente vista como desejável pelas instituições nigerianas, para criticar seus compatriotas e manifestar sua desaprovação a discursos que menosprezam as vidas africanas.

Com essa explanação, é possível sugerir que enquanto a manipulação de recursos de língua inglesa atribui **posições** identitárias “desejáveis” na grande rede, como de sujeito letrado e envolvido numa cultura jovem global, o uso de línguas locais como o pidgin e iorubá atribui aos sujeitos identidades étnicas específicas. Com isso, pode-se afirmar que os sujeitos manipulam os seus repertórios de formas estratégicas, seja para criar um sentimento de pertencimento étnico, seja para resistir a determinadas representações e até para excluir outros sujeitos da interação. Diante dessas práticas que envolvem o uso estratégico de recursos híbridos, se faz necessário repensar o lugar da Linguística Aplicada na problematização desses construtos em suas pesquisas. Logo, se torna urgente refletir sobre que Linguística Aplicada nós precisamos em tempos de translinguagem.

1.5 POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA DA TRANSLINGUAGEM

Blommaert (2010), ao propor uma Sociolinguística da Globalização, acentua a necessidade de outros modos de construção de conhecimento que respondam aos desafios impostos pelas atuais configurações sociais, políticas e econômicas. Para o autor, um estudo da linguagem do qual precisamos “[...] é um que aborde não os objetos tradicionais da linguística, mas algo mais dinâmico, fundamentalmente cultural, social, político e histórico (BLOMMAERT, 2010, p. 2). Dessa forma, Blommaert aponta para a necessidade de uma outra alternativa que investigue os fenômenos linguísticos a partir dos contextos sociais, culturais, políticos e históricos que os formam, colocando em xeque, assim, as bases que sustentam as pesquisas no campo da linguagem, mais especificamente, da Sociolinguística e Linguística Aplicada.

Importante mencionar que tal alternativa, como proposto por Blommaert (2010), coloca em voga o entendimento de que uma abordagem para o estudo da linguagem deve reconhecer o papel da mobilidade na complexa formação das identidades nos tempos atuais, como uma maneira de enxergar a ação humana em termos de sua trajetória temporal e espacial, deslocando o foco do movimento dos sujeitos apenas, para o movimento de recursos e repertórios.

Ao invés de atribuir um caráter de novidade aos processos de mobilidade, aqui compreendido como um conceito guarda-chuva que inclui o movimento de recursos e objetos para além do humano (CANAGARAJAH, 2017a), essa proposta busca investigar as mais diversas configurações das fronteiras físicas e virtuais e dos fluxos migratórios em diferentes formações sociais ao longo da história. Por isso, visões alinhadas à essa virada paradigmática retoma a discussão aqui já realizada de que devemos considerar a língua como um complexo de recursos móveis, moldados e desenvolvidos tanto **por causa** da mobilidade quanto **para** a mobilidade (CANAGARAJAH, 2017a). Essa proposta tem não só embasado como também expandido um dos conceitos mais estudados na relação entre linguagem e mobilidade que é o de **superdiversidade**.

Vertovec (2007) busca compreender os processos migratórios através de seu caráter transformador, isto é, através da “diversificação da diversidade”, não apenas em termos étnicos, mas também com relação a uma gama de variáveis que afetam o onde, o como e com quem as pessoas vivem. Tais variáveis englobam os diferentes perfis de imigrantes, envolvendo o *status* de imigração de cada um deles, o que impõe restrições à

mobilidade e ao exercício da cidadania, muitas vezes ligada às suas etnias, laços familiares, aos seus gêneros, entre outros fatores. Para Vertovec, a inter-relação desses elementos é estudada com base na concepção de **superdiversidade**, um conceito que problematiza as complexas formas do multilinguismo, que compõem as paisagens linguísticas dos centros urbanos contemporâneos, marcados não só pelo contato entre diferentes gerações de imigrantes, como também pela massificação dos meios de comunicação digital.

Partindo de tal realidade, é possível pensar que o mundo sociolinguístico desses sujeitos em espaços **superdiversos** é ao mesmo tempo local como translocal, já que eles podem interagir com outros migrantes de diferentes contextos linguístico-culturais, se comunicar com seus familiares em seus países de origem, assim como ter acesso a recursos midiáticos diversos. Dessa maneira, a grande diversidade linguística desses espaços gera complexos repertórios translíngues formados, em sua grande parte, pela combinação de recursos linguísticos vernáculos com “fragmentos” de línguas de migração e demais recursos semióticos.

Outro pesquisador que toma os estudos de Vertovec como ponto de partida para a problematização da relação entre pesquisa e linguagem é Moita Lopes (2013a; 2013b). Para o autor, em contextos de mobilidade, de redes digitais, de fronteiras esmaecidas dos estados-nação, de reconfiguração identitárias e de **superdiversidade**, se faz necessário “[...] pensar as línguas, a linguagem e quem somos no mundo social em outras bases [...]”. (MOITA LOPES, 2013a, p. 19). Moita Lopes, com isso, evidencia a importância de o campo aplicado de estudos da linguagem se reestruturar de forma a ser responsivo a tais mudanças, a partir do desenvolvimento de teorias que busquem um modo alternativo de fazer pesquisa. Em suma, o autor vindica “[...] uma linguística das práticas e dos contatos em oposição a uma linguística das comunidades e da estrutura interior das línguas” (MOITA LOPES, 2013a, p. 29).

Espera-se, então, de uma linguística das práticas (KRAMSCH, 2015), o desenvolvimento de ações teóricas e metodológicas que superem a tradição monocultural e monolíngue em suas pesquisas, isto é, não se espera apenas a mera celebração de um campo indi/transdisciplinar de estudos (MOITA LOPES, 2006), mas a produção de conhecimento que leve em consideração o contexto atual de investigação aplicada e os envolvidos na própria ação linguística. Partindo desse entendimento, fica claro que

defendo nesta tese, a adoção do translinguismo como um caminho possível para se pensar uma LA contemporânea, baseada nas práticas interacionais situadas de sujeitos que se movem e são movidos pelas línguas, linguagens e experiências que os acompanham em suas trajetórias.

A minha defesa segue os passos deixados pela proposta de Li Wei (2018), que atribui à translinguagem o posto de teoria das práticas de linguagem. Para esse autor, uma teoria que se quer problematizar as práticas de linguagem contemporâneas deve oferecer novas formas de se pensar o mundo atual, e não apenas indicar soluções práticas. Sobre isso, é importante contextualizar a concepção de uma perspectiva translíngue nos estudos da linguagem. Como farei a seguir.

O nome **translinguismo** é derivado da palavra gaélica *trawsieithu* cunhada por Cen Williams (1994) em sua descrição das práticas de linguagem em contextos de educação bilíngue no País de Gales. Ele fazia referência aos atos de fala em que professores e alunos usavam duas línguas ao mesmo tempo (galês e inglês) para cumprir suas tarefas em sala de aula. Mais tarde, Baker (2001) traduziu a palavra para o inglês como *translanguaging*, compreendendo-a como um processo de construção de sentido através do uso de duas ou mais línguas.

Atualmente, com o crescente uso da lente translíngue, seus pressupostos teóricos foram expandidos, fazendo, assim, da translinguagem não só i. um conceito para se descrever uma prática de linguagem, mas também ii. uma perspectiva para o estudo da linguagem e iii. uma prática pedagógica. Neste estudo, irei transitar entre os dois primeiros campos de “atuação” da perspectiva translíngue com o objetivo de discutir o seu potencial como uma perspectiva outra em Linguística Aplicada e Sociolinguística. Agora sim, voltarei à questão da translinguagem como teoria prática da LA.

Uma das principais contribuições do translinguismo como uma teoria (ou orientação/perspectiva) da linguagem diz respeito ao próprio entendimento do construto “língua”. Seguindo os passos da crítica pós-estruturalista, a translinguagem tem oferecido caminhos para se repensar o *status* de língua como um sistema autônomo representado por rótulos como “inglês”, “português”, “espanhol” e outros. Para alguns críticos, como Makoni e Pennycook (2005), esses rótulos são construções humanas, associadas à ascensão dos estados-nação europeus e ao iluminismo. Categorias linguísticas, assim, foram criadas através da atribuição de rótulos a uma constelação de características e

recursos que constituiriam um sistema coeso. Makoni e Pennycook (2005) enxergam nessa prática a empreitada de invenção das línguas como parte de um projeto cristão/colonial.

O entendimento de língua como construção social está atrelado ao mito de que países colonizados eram lousas em branco que deveriam ser preenchidas pelo “conhecimento” europeu. Isso era alcançado, principalmente, através de missionários que escreviam gramáticas e livros baseados num entendimento europeu de línguas e não com base no conhecimento local. Na percepção dos autores, a qual coaduno, assim como as línguas foram “inventadas”, assim também foram categorias como “monolinguismo”, “bilinguismo”, “multilinguismo”, “variedade”, “dialetos” etc., que nunca representaram, de fato, a diversidade das práticas de linguagem.

Canagarajah (2013a), corroborando as ideias de Makoni e Pennycook, discute que tais movimentos econômicos, político-sociais e filosóficos característicos da modernidade europeia como o iluminismo, a formação dos estados-nação e o colonialismo solidificaram o que o autor caracteriza de **paradigma monolíngue**. Para Canagarajah, essa orientação pressupõe que a língua seria capaz de expressar, naturalmente, os valores e pensamentos pertencentes a uma comunidade específica, fazendo dela a “dona” dessa língua. De forma resumida, esse paradigma monolíngue assume que: 1 - uma língua se equaciona a uma comunidade e a um local geográfico específico; e 2 - uma língua corresponde a uma identidade. Nessa orientação, se torna urgente o processo de “desinvenção”, que demanda um intenso debate sobre como o conceito de língua/linguagem está firmemente centrando numa epistemologia ocidental/colonial.

Postura semelhante é assumida por Severo (2016, p. 12), que pontua que:

[...] os discursos produzidos sobre as línguas no período colonial não são neutros, mas constitutivos de um paradigma da modernidade, enraizados em uma perspectiva cristã e/ou iluminista de leitura e compreensão do mundo. Tal paradigma constitui uma matriz colonial de poder (colonialidade) de exploração e controle de terras, povos e línguas, que passaram a ser nomeados e detalhadamente descritos [...].

Diante dessa denúncia, espera-se dos estudiosos da linguagem, o desenvolvimento de “estratégias de desinvenção (MAKONI; PENNYCOOK, 2005; PENNYCOOK; MAKONI, 2020), ou de “reinvenção” (SEVERO, 2016), exigindo o diálogo com a

experiência colonial que leve em conta a perspectiva dos sujeitos que foram afetados por tal prática.¹⁷

1.5.1 Linguística Aplicada como uma constelação de epistemes translíngues

Atribuo a Pennycook (2018) uma das contribuições para o entendimento de trabalho aplicado que adotarei nesta pesquisa. Para o autor, qualquer perspectiva que busque discutir o caráter inter ou transdisciplinar da LA precisa colocar em questão dois pontos: primeiro, a contradição entre o trabalho inter e transdisciplinar, pois enquanto o primeiro pode nos permitir o engajamento com outras disciplinas, o segundo, por outro lado, implica um espaço que está além e acima das disciplinas; segundo, a consideração de que a LA se relaciona com outros campos – Antropologia, Psicologia, Sociologia etc. – pode significar que esse relacionamento não seja no nível das disciplinas.

A discussão de Pennycook (2018) segue o intenso e já conhecido debate sobre o *status* disciplinar da LA, porém, traz novos *insights* quanto à base que sustenta as pesquisas no campo.

Propostas já indicavam a necessidade de a LA ser compreendida como indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), promovendo o entendimento de que o foco na transdisciplinaridade seria o caminho mais produtivo para se pensar o trabalho aplicado. No entanto, Pennycook (2018) esclarece que, por mais que a perspectiva transdisciplinar seja preferível em relação à disciplinar, ela obscurece questões importantes concernentes à natureza epistemológica da LA. Em outras palavras, é pontuado que a defesa do diálogo com outras disciplinas enfraquece a concepção transdisciplinar e, ao mesmo tempo, ignora que o que está em jogo é a constituição epistêmica. Logo, o que Pennycook (2018) denuncia é a falta de debate sobre se o diálogo com outras “disciplinas” ocorreria no nível (trans)disciplinar ou epistemológico.

Para esse autor, a LA precisa de pesquisadores que estejam envolvidos em processos constantes de reflexão cultural, política e social e que sejam capazes de adotar diferentes perspectivas na análise de seus dados. Para isso, se torna vital expandir os repertórios epistemológicos do campo para que seus métodos, ferramentas interpretativas

¹⁷ Mais sobre essas estratégias de desinvenção no Capítulo 4 sobre a dimensão decolonial das práticas translíngues.

e ações intervencionistas estejam alinhadas aos contextos sociais e culturais que, há muito tempo, estavam de fora das investigações aplicadas. Portanto, entende-se dessa postura que a LA não se relaciona com outras “disciplinas”, mas sim com epistemes¹⁸ que influenciam os trabalhos em diversos campos de conhecimento através, mas não somente, das intensas “viradas” epistemológicas, tais como a somática, multilíngue, performática etc.

Segundo Pennycook (2018), a defesa de um trabalho transdisciplinar eximiria os linguistas aplicados de se envolverem em questões mais amplas de política do conhecimento; mas, por outro lado, coloca em xeque o que se entende por campos **trans**. Ora, se a LA dialogasse com outras “disciplinas”, logo, seu escopo seria formado por perspectivas ainda disciplinares de ciência, contradizendo, assim, a própria proposta da transdisciplinaridade. Como alternativa, Pennycook (2018, p. 129, grifos do autor) se volta para as perspectivas da translíngua e translíngua, já debatidas neste capítulo, ao afirmar que

[o] foco translíngua nos repertórios de recursos semióticos [...] sugere uma nova forma de pensar sobre a teoria da linguística aplicada em termos de recursos epistemológicos que nós empregamos ao nos relacionarmos com questões de linguagem. [A] transdisciplinaridade não é a solução para superar o sufocamento disciplinar [...] porque o engajamento entre domínios é mais um engajamento entre epistemes e porque as reais questões que a linguística aplicada precisa enfrentar são aquelas de sua aplicabilidade e responsabilidade com um vasto conjunto de contextos e ideias que têm sido colocados até agora. Ao invés de se pensar a linguística aplicada como uma empreitada transdisciplinar, portanto, é mais produtivo pensar em termos de uma *constelação epistêmica*.

Desse modo, coaduno com Rocha (2019, p. 28) a noção de que a orientação translíngua esteja alinhada à proposta de uma LA como **constelação epistêmica**, uma vez que ambas englobam perspectivas que nos permitem

[...] um olhar situado e (g)local tanto para as políticas e práticas de linguagens quanto para as educativas, bem como uma visão expansiva, transformativa, descentrada e pós-colonial diante dos modos como nos

¹⁸ Aqui, adoto a perspectiva foucaultiana ([1966] 2000) de episteme, enxergando-a como sistemas de pensamento que permitem as condições para a possibilidade de discursos e ação em diferentes épocas. Devido ao seu caráter histórico e seus impactos no pensamento científico, as epistemes modulam nossa forma de enxergar o mundo e a relação com outras áreas do conhecimento.

relacionamos, nos comunicamos, ensinamos e aprendemos no mundo de hoje [...].

A ideia de constelação de epistemologias, assim, permite a LA considerar a translanguagem como epistemes que reconhecem e representam vozes e conhecimentos outros, ou como apontado por Mignolo (2000), como um pensamento fronteiro.

Portanto, acredito que a relação entre a perspectiva translíngua e a proposta pós/decolonial ocorre a partir do foco que ambas dão nas ideologias implícitas em qualquer modo semiótico que se use para o processo de construção de sentido. Logo, essas orientações para e na LA podem trazer outras possibilidades de pesquisa e de ensino, desde que dedicadas à problematização de como os recursos sociais, semióticos e epistemológicos podem (des)humanizar os sujeitos.

1.6 UMA OPÇÃO ENTRE O FIXO E O FLUIDO DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES

Diante do exposto, já deve ter sido possível perceber que quando proponho a translanguagem como uma opção, perspectiva ou orientação **outra** para o estudo de práticas/performances identitárias, em *sites* de redes sociais como o *Facebook*, não estou reivindicando uma nova teoria ou uma substituição de propostas anteriores. Pelo contrário, estou buscando um espaço de diálogo e de tensionamentos de propostas que buscam ir além da mera celebração das línguas e identidades manejadas nas práticas discursivas dos sujeitos. Estou mirando a possibilidade de **um outro** ponto de partida (MIGNOLO, 2007) na tentativa de não me fundamentar em noções homogeneizantes de língua, identidade e sujeito.

Por essas razões, essa **opção outra**, por mais que faça alusão a uma gramática decolonial, procura imbricar perspectivas não só desses estudos, mas também daqueles que Blommaert (2010) chamou de **Sociolinguística da Globalização** ou da **Mobilidade**; e dos que Moita Lopes defendeu como uma **Linguística Aplicada Indisciplinar** (MOITA LOPES, 2006) ou da **modernidade recente** (MOITA LOPES, 2013a). Através também tal opção à proposta de uma **Sociolinguística Decolonial**, como discutido por García e Alvis (2019), e várias outras orientações que convergem no sentido de imaginar possibilidades que façam jus a vozes antes pouco ouvidas em pesquisas sobre linguagem e identidade. Logo, a translanguagem que discuto nesta tese parte de outras opções de investigação para se constituir como uma **opção outra**.

Essa **opção outra** transita também entre o fixo e o fluido das práticas identitárias

negociadas no espaço-tempo do *Facebook*. O que quero dizer com isso é que embora muitos dos estudos aqui referenciados partam da mobilidade e dos seus efeitos nas práticas de linguagem contemporâneas, penso que questões de estabilidade também precisam ser levadas em consideração. Por isso, venho argumentar a favor da inclusão tanto da fluidez quanto da fixidez para a compreensão da língua(gem) e identidade desde um viés translíngue. Porém, por mais que acentue a importância de ambos os fenômenos no processo de investigação, preciso alertar que não estou aqui simplesmente equacionando mobilidade à fluidez e fixidez à estabilidade. Sobre isso, reservo mais alguns parágrafos a seguir.

Na discussão sobre os processos de negociação identitária em tempos de superdiversidade, penso não ser suficiente abordar apenas aqueles aspectos considerados como resultado da mobilidade, nem tampouco aqueles influenciados pela estabilidade. Se estivermos realmente interessados na compreensão dos processos de negociação identitária e das relações de poder neles imbricadas, qualquer opção de investigação precisa reconhecer a importância tanto da fixidez quanto da fluidez.

É razoável pensar que não seja suficiente defender que estejamos nos movendo de sociedades em que pessoas se embasam em identidades fixas para aquelas com pessoas com identidades fluidas, nem podemos assumir que a crescente mobilidade motivará o desenvolvimento de identidades sempre desterritorializadas. Fixidez e fluidez, nesses termos, são aspectos fundamentais da condição humana; assim, os conceitos de língua(gem) e identidade não podem ser compreendidos sem referência a essa dialética. No entanto, o que tenho observado é uma ênfase maior em apenas uma dessas abordagens, principalmente impulsionada pelas propostas **trans** aqui já mencionadas.

Como alternativa ou expansão dessa ênfase, os dados gerados nesta pesquisa indicam que, para os sujeitos participantes, um certo caráter de fixidez de suas identidades desempenha papel preponderante em suas práticas de linguagem. Tal constatação não encontra terreno fértil apenas nos dados aqui discutidos, mas em propostas anteriores de estudos sobre translinguagem.

O caminho proposto nesta tese é alicerçado no entendimento de Jaspers e Madsen (2019), para os quais a fixidez e a fluidez são parte de um complexo sistema de práticas, valores e ideologias que modelam as ações sociais dos sujeitos. Para esses autores, tal abordagem é compreendida como “linguagizada”, como tentativa de ressaltar o

persistente valor social da separação das línguas nas vidas das pessoas. Segundo Jaspers e Madsen (2019, p. 16), chamar esse sistema de “linguagizado” não exclui a existência da fluidez linguística, nem minimiza o valor que ela tem nos estudos translíngues. Pelo contrário, ela ressalta que a adesão a uma perspectiva em detrimento da outra sempre será marcada por dificuldades e estará sujeita a “respostas ambivalentes”. Em linhas semelhantes, Møller (2019) discute que considerar o fixo e o fluido das práticas linguageiras traz desafios aos estudos sociolinguísticos contemporâneos. Para esse autor, assim como sociolinguistas passaram a conceber a ideia de língua como um construto social e a desestabilizar a fixidez linguística a partir de propostas **trans**, eles precisam também começar a dar atenção ao fato de que alguns sujeitos “[...] organizam suas línguas em línguas”. (MØLLER, 2019, p. 33).

Tais perspectivas se orientam pela crítica à ênfase nos pressupostos adotados por pesquisadores para analisar práticas translíngues em detrimento do engajamento com as ideologias linguísticas que informam as ações dos sujeitos de uma pesquisa.

Para ilustrar um dos alvos dessa crítica trago Otheguy, García e Reid (2015) que adotam uma perspectiva translíngue em contraposição ao que chamam de “línguas nomeadas”¹⁹. Conforme esses autores:

[a] **translinguagem adota a perspectiva do indivíduo, a visão de dentro do falante**; ela oferece uma descrição estritamente baseada nas categorias internas das estruturas lexicais e gramaticais. As línguas nomeadas adotam **a visão de fora do falante**, uma perspectiva à qual o falante tem que se adequar como membro de um grupo. (OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 297, grifos meus).

Embora enfatizem que a translinguagem adotaria uma perspectiva do sujeito, esses autores comentam em outra passagem que a partir da noção de translinguagem “[...] **o analista** transcende as línguas nomeadas [...]”. (OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 297, grifos meus). O que me parece, na verdade, é que a perspectiva translíngue seja muito mais uma perspectiva adotada pelos pesquisadores, guiados pelos seus próprios conceitos de língua e identidade, do que uma visão única e exclusiva dos sujeitos. A proposta que coloco em debate aqui é a de pensar a translinguagem como constituída entre a perspectiva dos pesquisadores e a dos sujeitos participantes de uma investigação. Dessa maneira, é possível vislumbrar a translinguagem como um caminho que tornaria

¹⁹ Mais sobre esse debate no Capítulo 4.

“[...] visível a complexidade das trocas linguísticas entre pessoas de diferentes histórias e que permite histórias e compreensões que foram enterradas dentro de identidades fixas forçadas pelos Estados-nação”. (LI WEI; GARCÍA, 2016, p. 5).

Essa visão de trânsito da translanguagem pode nos permitir discutir as práticas de linguagem para além de um resultado da fluidez dos nossos tempos, que embora pareça desestabilizar valores de verdade e fixidez atrelados a uma orientação monocêntrica e monocultural, aponta também para a manutenção da equivalência “natural” entre língua e território, herdada do paradigma monolíngue (SANTOS; ZOLIN-VESZ, 2020).

A perspectiva translíngue, entre a fixidez e a fluidez, por fim, se assemelha à metáfora da *translanguaging corriente*, proposta por García, Johnson e Seltzer (2017), quando fazem referência ao movimento das práticas de linguagem de bi/multilíngues. Para essas autoras, uma vez que a corrente de um rio não é estática,

[...] ela percorre um curso mutável dependendo das características do ambiente, [isto é], [...] a depender da corrente, as margens do rio mudam assim como a suas características. E no final do rio, o terreno é um; o rio e suas duas margens são, na verdade, um todo integrado. (GARCÍA; JOHNSON; SELTZER, 2017, p. 21).

Trazendo para a reflexão aqui proposta, o fixo e o fluido da translanguagem também podem ser compreendidos como uma corrente, uma vez que por mais que ela corra fluidamente, sua vazão pode desembocar em pontos fixos, que sempre são modificados pelo movimento do ir e vir de suas águas.

Frente ao exposto, defendo que ao invés de assumirmos uma polaridade entre o fixo e o fluido das práticas translíngues, seja mais produtivo buscarmos a compreensão dos sujeitos sobre as suas línguas e identidades e confrontá-la tanto com as ideologias herdadas do paradigma monolíngue quanto com aquelas que orientam a nossa prática de pesquisa. Essa, assim, é uma tentativa de problematizar o deslocamento entre as **forças centrífugas** e **centrípetas** que caracterizam as práticas languageiras de nossos tempos, sem perder de vista os efeitos materiais que a invenção das línguas e das identidades, nos modelos coloniais e modernos, tem exercido nos sujeitos. Nessa orientação, penso ser possível compreender o fixo e fluido como interrelacionados numa tensão dialógica, percebendo a fluidez com referência à fixidez: essa se consistindo em esforços para estabilizar e regular práticas fluidas e aquela buscando escapar de tal controle.

Com isso, finalizo a discussão dos conceitos-chave que servirão de base para a

defesa da translanguagem como uma perspectiva outra nos estudos sobre as práticas de linguagem de sujeitos bi/multilíngues. No entanto, esclareço que por mais que tenha discutido os construtos que me ajudarão nessa empreitada, acredito que muito ainda ficou a ser dito, e é por isso que esses e outros pontos serão retomados e aprofundados nos próximos capítulos.

Após essa contextualização, seguirei, então, para a segunda e última seção deste capítulo, centrada na caracterização do problema de pesquisa, nas perguntas que me orientarão em minha defesa, bem como na sistematização dos objetivos que busco alcançar.

1.7 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da discussão realizada nas páginas anteriores, é possível observar a minha tentativa de apontar a necessidade de estudos que passem não só a questionar perspectivas teórico-metodológicas que insistem na separação do uso da língua de outros recursos semióticos, assim como revisitem posturas que ainda desconsideram o caráter fixo e fluido das identidades de sujeitos que experienciaram mobilidade em seus mais diferentes níveis. Isso posto, acredito que essa mudança na forma de conceber a ação por meio da linguagem tem por finalidade problematizar tanto as maneiras como sujeitos, comumente, chamados de bi/multilíngues, negociam suas identidades em espaços digitais, como a própria tradição epistemológica nas investigações na LA e na Sociolinguística.

Com base no exposto, o problema que motiva a pesquisa aqui desenvolvida centra-se na investigação das contribuições da perspectiva translíngue como uma alternativa outra, se deslocando entre o fixo e o fluido das performances identitárias no *Facebook* e orientada não só pelos repertórios semióticos de sujeitos multilíngues, mas também pelas relações decoloniais e espaço-temporais de suas práticas comunicativas e pelo papel da tecnologia digital na maneira como se posicionam *online*.

1.8 PERGUNTAS DE PESQUISA

As perguntas que orientam esta pesquisa são:

- a) De que forma a perspectiva translíngue pode contribuir para os estudos sobre performances identitárias em *sites* de redes sociais como o *Facebook*, levando em

consideração as tensões entre o fixo e fluido das práticas de linguagem e os diferentes repertórios negociados por sujeitos multilíngues?

- b) Em que práticas translíngues os sujeitos se engajam quando negociam sentidos a partir de seus posicionamentos identitários?
- c) Quais deslocamentos a perspectiva translíngue pode provocar nas concepções de língua, identidade e pesquisa em estudos sobre práticas de linguagem de sujeitos multilíngues?

1.9 OBJETIVOS

O objetivo geral desta tese é o de propor caminhos possíveis para a investigação de práticas languageiras desde uma perspectiva que se pretende translíngue, em que os repertórios semióticos de sujeitos multilíngues, as relações decoloniais e espaço-temporais de suas práticas de linguagem e o papel da tecnologia digital na maneira como se posicionam são preponderantes para a análise de performances identitárias no *Facebook*. Quanto aos objetivos específicos, eu pretendo:

- a) Investigar as práticas translíngues nas quais os sujeitos se envolvem e sua relação com as performances identitárias no *Facebook*;
- b) Discutir as bases teórico-metodológicas da translíngue como uma opção outra para o estudo de práticas de linguagem em que uma gama de recursos semióticos é negociada.

1.10 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Neste Capítulo 1, atenção foi dada à discussão do conceito de translíngue, levando em consideração os deslocamentos provocados nos estudos sobre bi/multilinguismo e a sua repercussão na Linguística Aplicada e na Sociolinguística, campos nos quais fundamenta esta pesquisa. Além disso, discuti a relação entre identidade e redes sociais, na tentativa de melhor contextualizar o foco de investigação desta tese.

No Capítulo 2, serão realizadas discussões sobre as etapas de geração e análise dos dados, como foco na natureza metodológica desta pesquisa, seus instrumentos, e nos perfis dos sujeitos participantes. Considerações sobre conceitos importantes para tal

discussão também serão oferecidas, como os de texto, unidade e foco de análise e de propostas analíticas que orientaram o processo de tratamento dos dados. Será apresentada também a minha proposta de se estudar as práticas translíngues a partir da imbricação de três dimensões, que servirão também para a organização da discussão teórica realizada nos Capítulos 4 e 5.

No Capítulo 3, atenção será dada à reflexão sobre outro conceito importante para esta tese, qual seja, o de identidade. Orientações teóricas que contribuíram para o desenvolvimento desse conceito serão revisitadas, com foco maior nas propostas pós-estruturalistas como as da Teoria dos Posicionamentos, a da perspectiva performática e a dialógica. Estudos voltados à problematização de performances identitárias em *sites* de rede social, como o *Facebook*, também serão discutidos e confrontados com investigações pautadas nas práticas translíngues.

Os Capítulos 4 e 5 são voltados à discussão teórica das dimensões analíticas apresentadas no Capítulo 2, quais sejam, a decolonial, a espaço-temporal e a mediadora. Estudos voltados à problematização dos conceitos de língua e identidade serão retomados, mas expandidos a partir de perspectivas pós/decoloniais, engajadas em discussões sobre os impactos das complexas configurações espaciais, temporais e mediadoras nas práticas translíngues.

O Capítulo 6 traz as dimensões translíngues em conjunto com o objetivo de se analisar e discutir os dados gerados. Os *posts* dos sujeitos desta pesquisa serão apresentados e analisados, bem como trechos das entrevistas e dos questionários aplicados.

Por fim, o Capítulo 7 está reservado para a retomada das perguntas de pesquisa, dos objetivos aqui colocados e para as possibilidades futuras de pesquisa que busquem investigar performances identitárias em bases translíngues.

Com isso, finalizo este Capítulo 1, e, na sequência, me dedicarei à discussão do percurso teórico-metodológico desta investigação.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: BASES DE UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES

A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta. Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado. (BAKHTIN, 2003, p. 319).

No capítulo anterior, apresentei e discuti exemplos das práticas de linguagem nas quais estou interessado nesta tese. Reforcei a necessidade de formas alternativas de pensar e de investigar como sujeitos se envolvem em, resistem a e ainda negociam práticas comunicativas que vão além de qualquer concepção meramente estrutural de língua e identidade. Acentuei o fato de tais práticas, com base no pensamento aqui adotado, demandarem a mobilização de teorizações outras. Tendo isso em mente e sendo coerente com os princípios defendidos até então, acredito que o percurso metodológico que fundamenta esse tipo de pesquisa exige, também, opções **trans** na forma de gerar, discutir e analisar os seus dados.

Este capítulo, portanto, abordará as opções teórico-metodológicas que amparam esta pesquisa. Para empreender tal discussão, farei considerações sobre os principais tipos de pesquisa sobre a linguagem *online* disponíveis na literatura, acentuando suas potencialidades e limitações no estudo de práticas de linguagem híbridas na grande rede. Nesse ínterim, eu refletirei sobre a opção netnográfica (KOZINETS, 2002; 2010; 2020) de pesquisa, uma proposta etnográfica adaptada para incluir a influência da *internet* na problematização das práticas languageiras de nossos tempos. Comentarei ainda o processo de geração de dados, bem como apresentarei a unidade e as dimensões analíticas desta pesquisa. Em seguida, apresentarei os sujeitos participantes, dando ênfase às suas histórias sociolinguísticas e aos motivos pelos quais foram escolhidos para a investigação proposta. Por fim, abordarei o meu papel como pesquisador e as implicações éticas de se fazer pesquisa *online*.

2.1 PESQUISA E LINGUAGEM ONLINE: O QUE É?

Um importante passo na caracterização do percurso metodológico de uma pesquisa *online* é o da definição de seus conceitos. Apesar de discussões teóricas já terem sido realizadas em capítulos anteriores, penso que alguns construtos essenciais a essa

forma de pesquisa ainda carecem de esclarecimentos. O primeiro deles diz respeito à própria concepção de *internet*, ou como também tenho usado, a grande rede.

Leppänen e Peuronen (2012) são dois exemplos de estudiosos que melhor problematizam essa concepção. As autoras finlandesas sugerem que a *internet* deva ser estudada levando em consideração não só o seu lado técnico, mas também sua relação com as práticas comunicativas “fora” dela. Para Leppänen e Peuronen (2012), de um lado, a *internet* se refere a uma rede global que conecta milhares de computadores e serve como um meio para o acesso ao *World Wide Web*, isto é, um sistema virtual de distribuição e acesso de informação na forma de documentos hiperlinkados. Do outro lado, as autoras ressaltam que a disseminação de informações através da rede e a sua relação com outros sistemas de comunicação²⁰ digital tem impactado, sobremaneira, como interagimos na contemporaneidade, o que deve ser considerado nos estudos sobre a comunicação *online*. Essa complexa relação tem motivado pesquisadores a estudar a linguagem na *internet* através de perspectivas variadas, sendo os estudos sobre Comunicação Mediada por Computador (CMC) uma delas.

A CMC pode ser definida como todo tipo de prática comunicativa viabilizada pelo uso de computadores conectados. É importante esclarecer que, apesar de o conceito se referir, inicialmente, à toda interação ocorrida através da mediação do computador, ele tem sido usado também para caracterizar outras configurações de interação via *smartphones*, *tablets* e outros. Sobre isso, Barton e Lee (2015) pontuam que os termos “comunicação mediada por computador”, “mídia digital”, “comunicação digital”, “novas tecnologias”, “*sites*” e “plataformas” se referem às ferramentas que os sujeitos usam para interagir uns com os outros. Portanto, mensagens de texto, por exemplo, também estão incluídas em grande parte desses estudos como uma forma de comunicação mediada por computador, já que um telefone celular nada mais é do que um computador portátil, um aparato de comunicação digital.

²⁰ Nesta pesquisa, os termos “comunicação” e “interação” não serão tratados como sinônimos, mas como interdependentes. Assim como Recuero (2014), parto da premissa de que por mais que a interação social ocorra por meio de processos comunicativos, nem toda comunicação resulta em interação. Portanto, como estou interessado nas práticas de linguagem *online*, isto é, nas formas mediadas pela tecnologia digital através das quais os sujeitos negociam sentido (base social), elas sim poderão ser compreendidas como sinônimo de interação.

Complementarmente à CMC, é comum a referência aos estudos sobre a Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC), considerada uma abordagem de análise das práticas de linguagem a partir de uma perspectiva linguística. Um dos principais nomes nesses estudos é o de Susan Herring (2004), que adota esse tipo de pesquisa sobre as interações *online* embasada em métodos oriundos de disciplinas com foco na linguagem como a Linguística, Comunicação e Retórica. Voltarei a falar dessa abordagem mais à frente.

Fica clara nessas abordagens a atenção dada à comunicação mediada pela tecnologia digital a partir de diferentes gêneros discursivos²¹ (*e-mails*, grupos de discussão, *chats*, jogos eletrônicos etc.), cujas propriedades linguísticas variam de acordo com o tipo de sistema de mensagem usado e os contextos socioculturais dos sujeitos. O que todos esses gêneros têm em comum é que a atividade linguística desenvolvida é constituída, exclusivamente, de linguagem, realçando, assim, a importância dos estudos linguísticos nesse campo.

Com essa contextualização, pode parecer a quem lê este capítulo que os tipos de interação na grande rede se resumem a mensagens de textos trocadas por sujeitos que usam a *internet* de maneira meramente utilitária e mecânica. Como saída para esse possível equívoco, se faz necessário, então, discutir o que tenho chamado de **texto** e como essa concepção se relaciona com a noção de espaços *online*.

2.1.1 Do texto à multi/transmodalidade

Um dos campos de estudos que mais se debruçou sobre o conceito de **texto** é o da Linguística Textual (doravante LT) (FÁVERO; KOCH, 1994). Essa abordagem traz em seu bojo a preocupação de se superar o tratamento da língua apenas em termos de suas

²¹ Segunda a perspectiva bakhtiniana (2000 [1895-1975]), toda prática comunicativa se embasa em tipos relativamente estáveis de enunciados, os chamados gêneros do discurso. A partir dessa visão discursivo-interacionista, é acentuado o fato de que os gêneros ressaltam o caráter social da linguagem, sendo o enunciado produto da interação em um dado contexto. Esses estudos fizeram com que pesquisadores adotassem um olhar mais sensível sobre como a tecnologia digital fez emergir novas práticas de letramento. Marcuschi (2004), por exemplo, aborda a emergência dessas novas práticas sob a denominação “gêneros digitais”, enquanto Rojo e Barbosa (2015) “gêneros hipermidiáticos”. Segundo essas autoras, a multisssemiose que as possibilidades multi/hipermidiáticas do texto trazem para as práticas de leitura e escrita precisam ser estudadas a partir de um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem, extrapolando, assim, os limites dos ambientes digitais, já que esses gêneros também são encontrados naqueles impressos como os jornais, revistas etc. Levando em consideração que a divisão entre o digital e impresso nem sempre é tão precisa, portanto, irei me referir a esses gêneros como “hipermidiáticos”.

unidades menores, como palavra, frase ou período - pressuposto em correntes linguísticas como o Estruturalismo e Gerativismo -, e advoga que as relações textuais vão além do mero somatório de itens ou sintagmas. Compreendendo **texto** como uma unidade linguística de sentido e forma dotada de uma “textualidade”, isto é, sua relação com as condições e situações em que ocorre, a LT tem oferecido um vasto campo de estudo sobre o **texto** a partir de uma multiplicidade de perspectivas. No Brasil, trabalhos como os de Koch e Marcuschi (1998) e Koch (2002; 2008), por exemplo, contribuíram para a expansão da área no país.

Outra perspectiva produtiva para se pensar **texto** é a desenvolvida por Halliday e Hasan (1985), para os quais toda e qualquer instância de língua em uso em um determinado contexto é denominada **texto**. Essa perspectiva funcional abre caminhos para estudos que vão além da compreensão de **texto** como um conjunto de palavras/frases, tratando-o, assim, como processos de construção de sentido. Consequentemente, a partir de uma abordagem semiótico-social, esses autores estudam os **textos** como uma forma de troca de significados entre sujeitos sociais.

Paralelamente ao crescimento de abordagens linguístico-funcionais centradas no **texto** como a unidade comunicativa básica de análise, propostas discursivas passam a ter espaço nessa problematização. Para Orlandi (2015), apesar de a Análise de Discurso (AD) ter o **texto** como sua unidade de análise, esse é visto em sua discursividade, isto é, enquanto materialização/manifestação do **discurso**. Fiorin (2017) complementa afirmando que por mais que o **discurso**, assim como o **texto** sejam produtos da enunciação, eles diferem em relação ao modo de existência semiótica: enquanto aquele é a atualização das virtualidades da língua e do universo discursivo, este é a realização do discurso por meio da manifestação. Portanto, o **texto**, nessa orientação, pressupõe o **discurso**.

A perspectiva discursiva reforça o **texto** como uma unidade significativa, acentuando sua relação com a exterioridade. Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 25) defende que o **texto** seja tomado como um objeto linguístico-histórico, já que “[...] [e]le não é apenas um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações; é antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais [...]”. Esse caráter social do **texto** é pano de fundo para a discussão a partir do viés dialógico bakhtiniano ([1895-1975] 2000) e de seu Círculo, que o compreende como um

“conjunto coerente de signos”, possibilitando, assim, encarar o **texto** como um fenômeno sociodiscursivo, vinculado às condições concretas da vida.

Para Bakhtin ([1895-1975] 2000), o **texto** é visto como um enunciado com função dialógica. Esse autor aponta, assim, para a consideração da língua como um fenômeno social da interação verbal que ocorre através de enunciados concretos, deixando claro que é por meio de **textos** que nos tornamos sujeitos.

Uma gama de perspectivas de trabalhos sobre/com o **texto** e/ou **discurso**, atualmente, tem não só retomado os pressupostos bakhtinianos (ROJO, 2013; ROJO; MELO, 2017), mas também os expandido, a fim de acomodar os impactos da tecnologia digital na forma como construímos sentido. Propostas como a dos **multiletramentos** e da **multimodalidade** ilustram essa empreitada.

Para Baptista (2016), a proposta dos **multiletramentos** e da **multimodalidade** acentuam a necessidade de os estudos da linguagem deslocarem o foco monomodal e monolíngue para dar conta das práticas de compreensão e produção textuais multimodais, caracterizadas como multilinguísticas e multissemióticas. Segundo essa autora, tal deslocamento

[...] se torna necessário, tendo em vista o acesso pelos sujeitos a um universo diversificado de práticas discursivas materializadas nas sociedades contemporâneas e orientado para a formação de um leitor crítico, sintonizada com as demandas comunicativas e interacionais atuais [...]. (BAPTISTA, 2016, p. 65).

Dessa forma, as práticas de leitura e escrita passam a ser repensadas a partir de um arcabouço que leva em consideração os complexos contextos culturais e linguísticos em que os letramentos se desenvolvem.

O termo **multiletramentos** emergiu de intensas discussões promovidas pelo chamado Grupo de Nova Londres (1996), um conjunto de pesquisadores que compartilharam a insatisfação sobre como as práticas de letramento (não) eram estudadas em seus mais diversos contextos de atuação. Esses estudiosos criticaram os pressupostos dos Novos Estudos do Letramento (NEL) (STREET, 1984) por esses ainda se embasarem no ensino formal de uma variedade escrita das línguas, e por seu foco recair, sobremaneira, na multiplicidade e variedade das práticas letradas, ignorando a diversidade cultural e semiótica das sociedades.

A perspectiva dos **multiletramentos**, portanto, engloba duas das principais

dimensões das mudanças operadas na comunicação contemporânea. A primeira delas diz respeito à crescente diversidade cultural e linguística das sociedades e a segunda à influência das novas tecnologias digitais (KALANTZIS; COPE, 2008).

Os pesquisadores alinhados a essa perspectiva, relatam que os processos comunicativos contemporâneos incorporam uma fusão de textos, imagens, sons e movimentos. Quer seja em *blogs*, *wikis* ou plataformas de redes sociais como o *Facebook*, por exemplo, o **texto** é produzido levando em consideração o *layout* apropriado aos diferentes dispositivos digitais (tela de computador, *tablet*, *smartphones*), combinando imagens, gráficos, fotos e vídeos com som e música. Os trabalhos de Cope e Kalantzis (2000), bem como os de Kress e Van Leeuwen (2001), aqui já referenciados, por exemplo, enfatizaram, assim, a importância de olhar não só para as línguas, mas também para o uso de outras modalidades na comunicação. De acordo com esses autores, as práticas de letramento não poderiam mais ser tomadas como monomodais, e por isso, propõem que a **multimodalidade** seja levada a sério, tanto na pesquisa sobre a linguagem e a educação, bem como um meio crucial de se produzir sentido.

Dessa maneira, o Grupo parte da premissa de que os processos de construção de sentido estão sendo desenvolvidos a partir de gêneros cada vez mais multimodais, demandando, portanto, **novos letramentos**. Como consequência disso no âmbito educacional, Cope e Kalantzis (2000) desenvolveram a **pedagogia dos multiletramentos**, cujo objetivo é o de oferecer maneiras através das quais os processos de ensino e aprendizagem poderiam envolver os alunos em novas práticas de letramento, produzindo, usando, criticando e desafiando textos multimodais. Nessa direção, se torna essencial o trabalho com os **letramentos críticos**, isto é, propostas que busquem transformar o ‘consumidor acrítico’ em “analista crítico” (ROJO, 2012), o que, nas palavras de Baptista (2016, p. 68) acentua “[...] a necessidade de construir significados, não se restringindo a uma dimensão denotativa, mas explorando interpretações e avaliando discursos produzidos de forma contextualizada [...]”.

As investigações sobre **multiletramentos** e **multimodalidade**, assim, passaram a compreender **texto** e **linguagem** como formas de prática social²², por sua ênfase nos usos

²² Tomando como base as reflexões do linguista Norman Fairclough (2003), entendo prática social como uma articulação dos diferentes tipos de elementos sociais que são relacionados a áreas particulares da vida. Desse modo, as práticas sociais articulam a linguagem (ou discurso) a outros elementos sociais: a prática social do ensino institucionalizado, por exemplo, articula formas de como usar a língua às relações de poder

da leitura e da escrita como socialmente contextualizadas (BAPTISTA, 2016). Baptista (2016) ressalta que os pressupostos dos **multiletramentos** se fundamentam na necessidade de transcender uma visão monolíngue, monocultural e grafocêntrica de pesquisa e ensino, o que é corroborado por Rocha (2010, p. 67) quando afirma que o papel dessas propostas seria o de

[...] [d]esenvolver multiletramentos necessários para fazer uso de uma língua em múltiplas zonas de contato, apropriando-se dessa língua para seu próprio uso e interesses, com vistas a interagir com pessoas com diferentes modos de pensar, agir e dizer, histórica e discursivamente marcados, tornando-se apto a enfrentar os desafios que o mundo densamente (multi)semiotizado coloca em seu caminho, nos mais variados aspectos [...].

Por fim, como defende Rojo (2012), é possível resumir os **multiletramentos** em algumas características importantes: a) eles são interativos e colaborativos; b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas e c) são híbridos, fronteirços e mesclam diferentes linguagens, mídias e culturas. Com isso, essa autora afirma nessa perspectiva, os **textos**, ou como chama, **hipertextos**, possibilitam modos de interação em diferentes níveis, já que permitem aos sujeitos se relacionarem a partir de múltiplos gêneros discursivos e com vários interlocutores para atingir propósitos comunicativos diversos.

Outro pesquisador que se embasa nos pressupostos dos **multiletramentos** é Pennycook (2007). Apesar de propor a **transmodalidade** como ponto de partida para seus estudos, esse autor retoma os trabalhos de Kress e van Leeuwen (2001) para discutir as maneiras como a língua e/ou discurso se tornam parte de um intenso entrelaçamento de sujeitos, objetos, tempo e espaço (como pode ser visto em práticas de leitura e escrita em trabalhos de grafiteiros, na mistura de línguas, linguagens e sons dos *Dj's* e na forma como os sujeitos performam identidades específicas através de suas roupas e acessórios). Para essa noção de **texto** como um processo transgressivo de construção de sentido, Pennycook (2007), portanto, se volta não apenas para as contribuições da teoria semiótica ou multimodal, mas também para as dos estudos somáticos, musicais e das teorias sobre repertórios espaciais.

que são estabelecidas em sala de aula, bem como à estrutura e ao uso da sala como um espaço físico. Fairclough (2003) aponta, assim, para a relação dialética entre linguagem e prática social, sendo os “textos” uma das formas de essa relação se materializar.

Alinhado tanto à noção transtextual de Pennycook (2007), como à multimodalidade de Kress e van Leeuwen (2001), Canagarajah (2013b) trata do **texto** como um tipo de ação performativa. Esse autor argumenta que a performance enfatiza que as práticas de letramento não dizem respeito à atribuição de sentido a um **texto** preexistente e pré-construído. Para Canagarajah (2013b), pelo contrário, essas práticas são os próprios **textos**, cujos sentidos não residem unicamente na língua, mas na combinação de diferentes recursos semióticos. Essa postura frente à definição de **texto** funciona como uma metáfora para a própria noção de tecnologia na contemporaneidade, isso porque o **texto** passa a ser visto como criação e processo, ao invés de um simples mediador de informações e facilitador da comunicação, como era vista a tecnologia. A noção performática de **texto** proposta por Canagarajah (2013b) ecoa nos princípios teórico-metodológicos defendidos por Barton e Lee (2015) e nos possibilita pensar em como tal definição se associa às práticas comunicativas digitais.

Partindo do pressuposto de que vivemos num mundo textualmente mediado e midiaticizado, Barton e Lee (2015) advogam que os estudos de letramentos se tornam centrais na problematização da linguagem, já que grande parte da *Internet* é mediada por atividades letradas: ela é escrita e lida e, muitas vezes, de formas semelhantes à linguagem falada. Entretanto, ao invés de retomar a dicotomia linguagem “escrita” e “falada”, esses autores optam por se referir a essas práticas como linguagem *online*.

Apesar de não estarem livres de problemas, os termos *online*, *internet* e *web* são empregados para fazer referência ao contexto e domínio amplo em que a comunicação ocorre. Logo, a expressão **linguagem online** é usada para caracterizar os processos e produtos linguísticos resultantes desse tipo de comunicação. Nas palavras de Barton e Lee (2015, p. 19, grifos dos autores):

[...] [q]uando dizemos *online* e *offline*, estamos nos referindo aos diferentes contextos situacionais em que a comunicação ocorre. Não estamos afirmando que a vida das pessoas se realiza *online* ou *offline*, nem estamos sugerindo que o *online* esteja substituindo o *offline* [...], muitas práticas sociais contemporâneas entrelaçam perfeitamente atividades *offline* e *online*, que não podem ser separadas [...].

Logo, a investigação sobre a linguagem *online* se concentra em práticas de produção e recepção de textos, isto é, nos gêneros hipermidiáticos (ROJO; BARBOSA, 2015), através dos quais os sujeitos empregam e transformam recursos para construir sentido.

Dessa maneira, compreender as práticas de produção de texto *online* não implica

apenas fazer uma análise das características estruturais da língua, mas também investigar os modos particulares de criação e utilização de textos e como eles impactam as vidas dos sujeitos (BARTON; LEE, 2015). Portanto, a comunicação mediada por computador, isto é, a comunicação *online*, atrelada à noção dos multiletramentos, desloca o foco da linguagem como uma ferramenta de comunicação, para a compreensão de como ela envolve e está envolvida por questões sociais, culturais e políticas mais amplas. Nesse sentido, textos e práticas são inseparáveis.

Como pode ser observado, nesta tese, defendo um conceito de **texto** a partir de perspectivas discursivas e multi/transmodais. Com isso, entendo que os **textos** representam aspectos do mundo (físico, social e mental), como as crenças, desejos e valores, além de estabelecer relações sociais e permitir que os sujeitos se envolvam nos processos de construção de sentido através da escrita, da fala, dos gestos, do olhar etc. Portanto, os **textos** serão compreendidos como instâncias de interação entre os sujeitos e o mundo social, isto é, como a materialização da linguagem que modela as práticas sociais a partir de diferentes semioses.

Com isso em mente, o conceito de **texto** embasado numa proposta de prática social transmodal demanda metodologias específicas, que lidem com a análise da ação por meio da linguagem a partir de múltiplos olhares, a fim de compreender as práticas mais amplas em que os sujeitos se engajam. São sobre elas e outras que tratarei a seguir.

2.2 POR ENTRE ONDAS E (N)ETNOGRAFIAS

Além de as novas mídias, inegavelmente, oportunizarem outras configurações de comunicação, elas têm gerado também intenso interesse multidisciplinar. A (Socio)Linguística e os Estudos de Letramentos são dois grandes exemplos dessa tendência. Como um campo em constante crescimento, as pesquisas sobre a linguagem *online* introduziram novos métodos de pesquisa, bem como ressignificaram teorias e construtos já conhecidos em decorrência das mudanças nas virtualidades das novas tecnologias. Nas páginas anteriores, já havia introduzido uma dessas formas de se fazer pesquisa, uma que enfatiza o caráter social das línguas e não impõe barreiras entre as práticas comunicativas *online* e *offline* dos sujeitos. Entretanto, nem sempre os estudos seguiram esse caminho.

Nesta seção, eu caracterizarei o que chamo de **ondas** de pesquisa sobre a

comunicação *online*, embasado, principalmente, nos pressupostos de Androutsopoulos (2006; 2008) e Barton e Lee (2015), para discutir (não em termos cronológicos), o conjunto de estudos que compartilham posturas particulares (nem sempre excludentes) no modo de se estudar a comunicação mediada por computador.

Na primeira **onda** de pesquisa sobre CMC, o foco recaía nas características e estratégias que, possivelmente, eram específicas das novas mídias e nos efeitos das tecnologias da informação na linguagem. Para isso, pesquisadores buscavam comparar tais estratégias de linguagem na comunicação mediada por computador com os modos de comunicação existentes. Nesse estágio, era de interesse saber se a comunicação deveria ser tratada como fala, como escrita ou ainda como um híbrido entre fala e escrita. Portanto, o ponto de partida dessa **onda** era o de empregar conceitos linguísticos já existentes para entender a comunicação *online*. Ficaram famosos também termos como *netspeak* e *internetês*, cunhados por Crystal (2006), *e-mailismo*, *chatspeak* entre outros, como tentativas de denominações para as características linguísticas dessa “nova variedade” de linguagem.

Dentro dessa perspectiva de estudos, cresceram também as investigações sobre o multilinguismo na *internet*, encabeçados pelo interesse pelo papel que a língua inglesa desempenhava na comunicação mediada por computador, assim como pela “perda” em seu *status* de língua mais usada na rede. No entanto, muitos desses trabalhos (DURHAM, 2003; WRIGHT, 2004; CRYSTAL, 2006) seguiam a tendência dos estudos de **primeira onda** e se voltaram para questões linguísticas quantitativas (presença ou não das línguas na rede), sem levar em consideração fatores discursivos e contextuais na escolha dessas línguas.

De modo geral, a crítica aos estudos de **primeira onda** centra-se na visão determinista que propunha que as novas possibilidades tecnológicas fomentavam novas formas de linguagem. Barton e Lee (2015, p. 16) complementam ainda afirmando que “[g]randes quantidades de dados *online* publicamente acessáveis (por exemplo, salas de bate-papo) eram muitas vezes coletadas aleatoriamente e analisadas sem levar em conta seus contextos discursivos e sociais imediatos [...]”. Androutsopoulos (2006) ressalta ainda que muitos desses estudos contribuíram para disseminar mitos sobre a linguagem, já que se sustentavam em noções homogêneas de língua e sujeito.

A chamada **segunda onda** nos estudos sobre CMC reúne uma gama de pesquisas

centradas na linguagem em uso. Embora apresente uma variedade de métodos e instrumentos de geração de dados, essa **onda** é marcada pelo deslocamento do foco no aparato midiático para a ação por meio da linguagem. Por mais que não rejeitem o impacto da tecnologia na linguagem, muitos dos autores envolvidos em pesquisas nesse paradigma problematizam o determinismo tecnológico implícito nos trabalhos de **primeira onda**. Conseqüentemente, pesquisas sobre os padrões linguísticos do “internetês” passam a dar atenção à análise contextual do uso da língua.

Muito influenciada pelos estudos da Pragmática, Sociolinguística e, principalmente, pelas Análises do Discurso, a **segunda onda** enfatiza os usos situados da linguagem e a diversidade linguística na grande rede. Em decorrência disso, começam a surgir estudos sobre variação social da linguagem e identidade *online* conduzidos, em sua grande parte, pelas pesquisas pioneiras sobre linguagem e gênero de Susan Herring (1993; 1996; 2000). Esse deslocamento da linguagem da comunicação mediada por computador para o do discurso *online* abre caminhos para o desenvolvimento de estudos conduzidos sob a égide da Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC), uma abordagem que permite o uso de diversas teorias sobre o discurso e a comunicação *online*. Nas palavras de Herring (2004, p. 4, grifo meu), a ADMC

[...] não é um único método, mas sim um conjunto de métodos a partir dos quais o pesquisador seleciona aqueles que melhor se adequam aos dados e perguntas de pesquisa. Em suma, a ADMC, como uma abordagem para a pesquisa do comportamento *online*, oferece um conjunto de lentes teóricas através das quais se pode fazer observações e interpretar os resultados de uma análise empírica.

A ADMC se tornou bastante popular nos estudos preocupados com a correlação entre linguagem e identidade. Apesar de ser uma abordagem produtiva para se pensar a comunicação mediada pela tecnologia, acredito que tal arcabouço seja insuficiente para os propósitos desta tese. Explico, a seguir, o porquê dessa declaração.

Apesar de ser tradição em ADMC gerar dados envolvendo contato direto com os sujeitos através do envio de questionários, por exemplo, ainda são incipientes as pesquisas que se valem de entrevistas e da própria interpretação desses sujeitos sobre suas práticas *online*. Observa-se, pelo contrário, o foco demasiado na análise linguística em detrimento da problematização do uso local da linguagem relacionada às questões sociais, culturais e políticas que os cercam. Com isso, ignora-se a análise das motivações das pessoas para o uso de determinados recursos semióticos em suas práticas comunicativas e os

significados que elas constroem na grande rede. Somado a isso, a adoção de teorias linguísticas já existentes sobre interação face a face e o seu complexo deslocamento para o estudo das práticas mediadas pela tecnologia digital acabam deixando lacunas na consideração da natureza híbrida da linguagem *online*.

Por fim, mas não menos importante, críticos da ADMC desafiam os conceitos de gênero e identidade, implícitos nos estudos de **segunda onda**, como categorias preexistentes que influenciariam a ação de linguagem. Em contrapartida, esses autores (HUFFAKER; CALVERT, 2005) defendem a concepção de identidade como construção discursiva, constantemente negociada em espaços de interação *online*.

Na tentativa de abordar os pontos citados nos parágrafos anteriores, volto-me à discussão dos estudos desenvolvidos no que chamo de **terceira onda** de investigação sobre a linguagem virtual. Muitos deles se fundamentam em um vasto conjunto de perspectivas teórico-metodológicas em consonância tanto com os ideais etnográficos de se fazer pesquisa, quanto com o interesse em investigar as formas de comunicação moldadas por ideologias linguísticas específicas. É nesse paradigma que insiro esta tese, e, a seguir, explico as razões.

Os estudos de **terceira onda** podem ser caracterizados pela combinação de métodos e abordagens orientados para a compreensão da escrita em ambientes *online* a partir da perspectiva tanto dos pesquisadores como dos sujeitos envolvidos nessa prática. Desse modo, estudiosos se preocupam com os significados que esses textos podem assumir em situações de ação da linguagem, investigando o porquê de os sujeitos empregarem determinadas estratégias. Logo, é certo que as descrições linguísticas não poderiam, sozinhas, lidar com essas questões, o que demanda a mobilização de métodos que combinem uma observação sistemática das práticas de linguagem com contato direto com os atores sociais.

Muitos desses estudos se fundamentam nos princípios da pesquisa etnográfica (AGAR, 1995), bem como da etnografia da comunicação proposta por Hymes (1996). Tais perspectivas objetivam compreender os significados sociais de diferentes formas de ação por meio da linguagem levando em consideração as interpretações dos sujeitos sobre suas práticas e relacionando-as a categorias sociais mais amplas. Adroutopoulos (2006) divide esses estudos em dois grandes grupos: o primeiro deles foca no uso da **Internet no dia a dia** e buscam investigar como as novas tecnologias da comunicação são integradas

na vida e nas culturas de comunidades específicas. As pesquisas são caracterizadas como uma mescla de etnografia *online* e *offline*. O segundo grupo, no qual o autor se situa, está relacionado à **vida social na Internet**, ou seja, a *internet* como um espaço em que cultura e identidade são construídas. A partir dessa noção, uma gama de propostas passa a ser usada para caracterizar o tipo de pesquisa etnográfica realizada, entre eles, posso citar a etnografia virtual (HINE, 2000), a ciberetnografia (DOMÍNGUEZ et al, 2007), a webnografia (PURI, 2007) e os trabalhos sobre netnografia de Kozinets (2010; 2020).

Nesta tese, adoto a perspectiva da netnografia, como proposta por Kozinets (2010, 2020), por uma razão principal: enquanto a etnografia virtual e webnografia se fundamentam na combinação de abordagens etnográficas *on* e *offline* para a compreensão das práticas comunicativas virtuais, a netnografia é conduzida, exclusivamente, através de meios *online*. Isso se justifica pelo fato de minha pesquisa ter como participantes sujeitos que vivem em diferentes partes do mundo, o que dificulta o contato pessoal e o acompanhamento mais próximo e “etnográfico” de suas práticas de linguagem “fora” do meio virtual.

Apesar de encontrar respaldo nos pressupostos netnográficos, uma vez que eles visibilizam as pesquisas empreendidas, exclusivamente, *online*, reconheço a importância de estudos dessa natureza atrelarem as práticas virtuais dos sujeitos com suas vidas não-virtuais, pois dessa forma pode ser possível fazer investigações mais embasadas sobre como suas experiências com as línguas e linguagens se associam aos contextos sociais, culturais e políticos mais amplos. No entanto, mesmo que essa possibilidade não tenha sido possível devido às circunstâncias já pontuadas, acredito que a netnografia, tal como defendida por Kozinets (2020), ainda seja adequada às propostas apresentadas por oferecer caminhos através dos quais eu possa analisar as práticas *offline* a partir das interações virtuais dos sujeitos.

A seguir, trarei mais detalhes sobre a natureza netnográfica da pesquisa e ressaltarei os princípios que orientam a geração de dados nessa perspectiva.

2.2.1 O que (não) é uma pesquisa netnográfica

O termo **netnografia** foi cunhado por Robert Kozinets (1998) para se referir a uma abordagem etnográfica para o estudo da comunicação mediada por computador. Uma abordagem etnográfica é caracterizada pelo foco nas práticas culturais de um grupo

específico. O etnógrafo se insere nas práticas culturais desse grupo através de observação participante e gera dados levando em consideração as suas experiências como parte daquela comunidade. Suas impressões são registradas a partir da vivência com o grupo e de entrevistas conduzidas com seus membros. Por fim, o etnógrafo busca compreender e oferecer uma análise detalhada das práticas culturais da comunidade relacionando-as a contextos sociais e históricos amplos.

Como um tipo de etnografia, a netnografia se alinha às recentes pesquisas qualitativas de base antropológica e social e, como tal, se configura como um tipo de *bricolage* entre abordagens já conhecidas com práticas de pesquisas emergentes. Dessa forma, as abordagens et/netnográficas compartilham os seguintes fundamentos: foco na experiência humana e compreensão cultural, interesse pelos contextos cotidianos das pessoas, investigação dos sistemas sociais de construção de sentido e inclusão da interpretação das práticas culturais tanto dos pesquisadores como dos “pesquisados” (KOZINETS, 2020).

Logo, como ocorre em qualquer estudo etnográfico, a netnografia faz uso de observação participante, entrevistas e outros instrumentos de geração de dados disponíveis ao pesquisador. Entretanto, algumas diferenças são postas entre as abordagens, a fim de legitimar o lugar da netnografia nos estudos sobre as práticas culturais virtuais. Segundo Kozinets (2010), uma **etnografia pura** se embasa na interação cultural e na geração de dados face a face, em contrapartida, uma abordagem **mista de etnografia e netnografia** seria aquela em que ambas as formas de interação e geração de dados coexistem, já a **netnografia pura** é realizada, exclusivamente, a partir de interação e geração de dados *online*.

Essas diferenças, apesar de parecerem mínimas, trazem grandes implicações para a condução de pesquisas por meios virtuais. Para Kozinets (2010), a netnografia não é simplesmente um outro nome para a etnografia feita *online*, mas sim um modo específico de se fazer pesquisa qualitativa a partir da combinação de diferentes métodos e procedimentos (KOZINETS, 2020). De acordo com o autor (KOZINETS, 2010, p. 5, meus grifos), as diferenças entre elas podem ser resumidas nos seguintes pontos:

[p]rimeiro, entrar numa cultura ou comunidade *online* é diferente. Difere das entradas face a face em termos de acessibilidade [e] abordagem [...]. ‘Participação’ pode significar algo diferente pessoalmente e *online*. Assim como o termo ‘observação’. Segundo,

gerar dados culturais e analisá-los traz desafios particulares, bem como novas oportunidades. A ideia de ‘inscrição’ de notas de campo é radicalmente diferente. A quantidade de dados pode ser diferente. A habilidade de aplicar ferramentas analíticas particulares e técnicas muda quando os dados já estão em formato digital. A forma como os dados precisam ser tratados pode ser diferente. Por fim, há poucos, se algum, procedimentos éticos para o trabalho de campo face a face que podem ser facilmente traduzidos para o meio *online*. As orientações abstratas dos termos de consentimento estão sujeitas a diferentes níveis de interpretação.

Com isso, podemos perceber que etapas básicas de uma pesquisa científica, envolvendo geração de dados, análise e procedimentos éticos mudam dentro de uma perspectiva netnográfica, uma vez que gerar e interpretar dados *online* demandam técnicas e práticas de pesquisa adequadas às situações virtuais de produção de sentido. Logo, o processo de envolvimento de um pesquisador conduzindo uma pesquisa de natureza netnográfica torna-se diferente daquele em pesquisas face a face. Esses processos serão discutidos na sequência.

2.2.2 Processos e procedimentos de pesquisa numa perspectiva netnográfica

Devido aos avanços tecnológicos e às diferenças nas possibilidades oferecidas às pesquisas, o processo de geração de dados se torna diverso. A diversidade de “campos de pesquisa” impõe desafios ao pesquisador no que concerne à escolha da mídia e de suas respectivas práticas. Ao pesquisador são oferecidas diferentes opções de espaços digitais em que sua pesquisa pode ser desenvolvida. Páginas da *web*, *e-mails*, salas de bate papo, jogos *online*, bem como *sites* de rede social como *blogs*, *Twitter*, *Facebook*, *Wikipedia* e outros oferecem espaços onde o pesquisador pode empreender suas investigações. Logo, frente à tamanha variedade, o desafio que se põe é o afunilamento do campo de atuação.

Enquanto na pesquisa etnográfica, o pesquisador está presente num espaço físico com a comunidade, na netnografia o seu campo é determinado pelas práticas discursivas construídas entre seus membros em múltiplos espaços virtuais. Assim, o netnógrafo precisa decidir quais interações incluir e quais não são importantes na definição de seu “campo”. Dessa forma, definir os limites do campo pode, muitas vezes, reverberar na especificação das atividades que o pesquisador deseja investigar. No meu caso, apesar de já ter em mente o “campo” em que queria atuar, eu precisava definir quais práticas serviriam de base para a discussão que queria desenvolver.

A escolha do *Facebook* como campo de pesquisa emergiu do meu contato com os

sujeitos participantes desta pesquisa. Apesar de ser usuário desse *site* de rede social, eu não o havia encarado como uma possibilidade de pesquisa até meados de 2016. Foi através do meu contato com pessoas de diferentes lugares do mundo e com *backgrounds* linguístico-culturais diversos que passei a vislumbrar o *Facebook* como esse **espaço de afinidade translocal** (LEPPÄNEN; PEURONEN, 2012), como discutido no Capítulo 1.

As redes sociais são plataformas que oferecem inúmeras possibilidades de criação, circulação e consumo de conteúdo *online* (KOZINETTS, 2020). Dados de 2017 (KOZINETTS, 2020) mostram que o *Facebook* é usado por mais de 2 bilhões de pessoas no mundo inteiro. Nesses processos de criação de conteúdo *online*, esses sujeitos circulam também pontos de vista específicos sobre o mundo e sobre suas práticas através da imbricação de recursos semióticos variados. Essas características, assim, demandam uma forma de se fazer pesquisa que faça jus à complexidade das práticas de linguagem e à relação entre o uso dessas redes com as identidades dos sujeitos. O próprio Kozinets (2020) atribui à netnografia o lugar de destaque na análise das práticas comunicativas desenvolvidas nas redes sociais, e por esse motivo, acredito que os seus princípios sejam de grande valia para esta pesquisa.

Com o “campo” de atuação escolhido, eu precisava definir quais práticas dele/nele teriam a minha atenção principal. Como já discuti em capítulos anteriores, redes sociais, como o próprio *Facebook*, oferecem grandes possibilidades para a negociação de novas práticas de linguagem, bem como pistas sobre as identidades dos seus usuários. Como a própria definição sugere, é central nessas plataformas a criação de um perfil pessoal compartilhado com outras pessoas. Os sujeitos podem incluir fotos, vídeos, responder perguntas sobre seus gostos, rotina, nível de escolaridade e *status* de relacionamento através das ferramentas disponibilizadas pela rede social. Apesar de essas seções do *Facebook* serem importantes fontes de dados, escolhi focar a análise das atualizações de *status* na seção “No que você está pensando?”. Definidas como microblogs (LEE, 2011) ou ainda tecnobiografias por Barton e Lee (2015), esses textos são produzidos como uma forma de os sujeitos reportarem o que fazem, pensam e sentem, seja para compartilhar informações, interagir com “amigos” ou ainda discutir tópicos variados.

A escolha dessa seção do *Facebook* foi orientada pelo objetivo inicial do meu projeto de doutorado que tinha como proposta analisar os *posts* em que fosse evidente a mistura de recursos linguísticos. Apesar de esse objetivo ter feito sentido naquele

momento, considero-o inadequado para a atual situação de minha pesquisa por soar contraditório com a própria noção de translíngua defendida em meu texto. Para deixar mais claro, me embaso na posição assumida por Pennycook (2010) e Canagarajah (2007; 2011) que, ao tratarem dos estudos sobre a língua inglesa como língua franca, por exemplo, criticam a ênfase dada à ideia do que seja o “inglês”, como se esse preexistisse à própria prática comunicativa. Para os autores, as pesquisas sobre a linguagem deveriam ter como ponto de partida a concepção de que as línguas não existem fora das práticas comunicativas, pois atuam como uma forma de processo social, constantemente, negociado entre os sujeitos. O que os linguistas aplicados criticam, por fim, é a incessante e perigosa busca por “línguas” em interações multilíngues, como se tais fossem dadas *a priori* e apenas “usadas” pelos sujeitos para se comunicar.

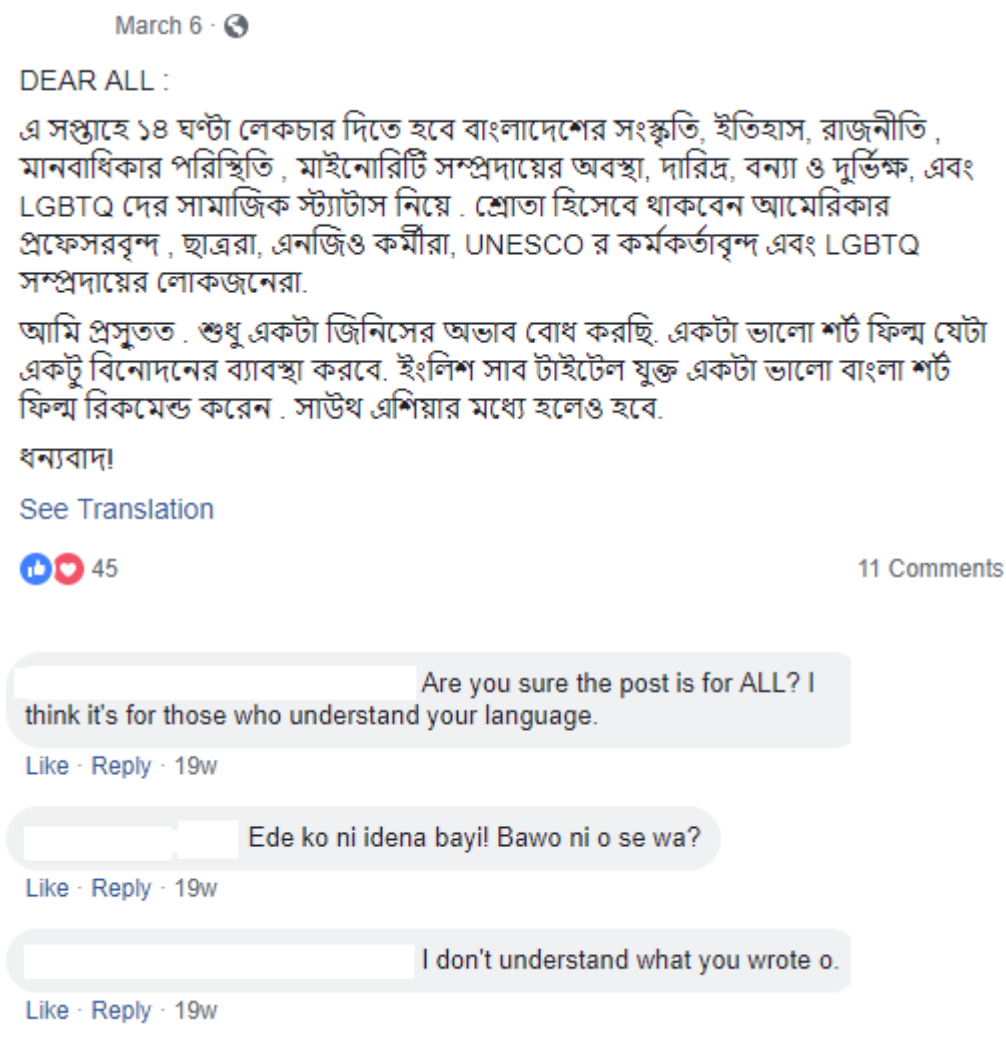
Portanto, alinhado à perspectiva **trans** adotada nesta tese, tenho evitado defender qualquer posição teórica que ressalte um possível caráter global (KACHRU; NELSON, 2006), franco (SEIDLHOFER, 2001) ou internacional (JENKINS, 2000) para o que chamamos de “línguas”. Por mais que tenham operado avanços na teorização sobre o caráter multilíngue das práticas de linguagem contemporâneas, acredito que tais perspectivas, implicitamente, reforçam e exaltam a existência de **uma língua**, ainda assentada em territórios e falantes específicos, camuflando, assim, uma orientação monolíngue de se fazer pesquisa. Desse modo, os *posts* escolhidos para esta pesquisa passam a ter papel central, não pelo fato de trazerem o uso de “línguas” diferentes, mas porque eles são, em seus próprios termos, práticas de linguagem em que os sujeitos translíngues constroem, refutam, negociam e performam suas identidades na tentativa de atingir propósitos sociais específicos.

Toda essa contextualização engloba apenas um dos três modos de geração de dados discutidas por Kozinets (2010), qual seja, os **dados de arquivo**. Somados a ele, o autor discute ainda outros dois procedimentos de se gerar dados a partir de uma abordagem netnográfica: **dados suscitados** e **dados de anotação**.

Os **dados de arquivo** são aqueles pouco afetados pela ação do netnógrafo (KOZINETTS, 2010) e se apresentam em formas de páginas da *web* ou textos coletados antes mesmo de o pesquisador “entrar” em campo. Essa forma pode incluir ainda recursos audiovisuais, gráficos e fotográficos. Para Kozinets (2010), um caminho produtivo para o registro desses dados é através do recurso de *print* de tela que captura a prática

comunicativa tal como aparece na plataforma digital. A seguir, apresento uma fonte desses dados usada em minha pesquisa:

Figura 1 – Print de tela



Fonte: elaborado pelo autor.

Esse é um *print* de um dos *posts* usado como **dado de arquivo** para a minha pesquisa. Ele foi escrito por um dos sujeitos participantes (mais informações serão oferecidas em páginas posteriores), e nele é mostrada também a seção de comentários, outra fonte importante para geração desse tipo de dado. Após a captura de tela de *posts* como esse, eu salvei as imagens em formato *.png* e iniciei a transcrição em um arquivo *word*, evitando, assim, uma possível perda dos textos, já que poderiam ser excluídos ou modificados pelos participantes. Como nesse caso eu estava lidando com o sistema

brâmico de escrita que embasa o alfabeto bengali, um dos recursos usados pelo sujeito em questão, optei pela prática de copiar (*CONTROL-C*) e colar (*CONTROL-V*), já que o alfabeto não estava disponível pelo aparato tecnológico usado naquele momento. Após tradução do *post* para língua inglesa feita pelo próprio sujeito, eu iniciei o processo de formatação dentro do modelo já apresentado no Capítulo 1, em que trago a versão em língua portuguesa, como mostro a seguir:

Quadro 6 – Representação do *post*

TEXTO DO FACEBOOK
<p>QUERIDOS/AS TODOS/AS: Esta semana será muito louca porque tenho que dar várias palestras sobre a cultura, história, política, direitos humanos, minorias, pobreza, alagamento e a condição social da comunidade LGBTQ em Bangladesh. Meu público será professores, alunos, assistentes sociais, alguns secretários da UNESCO e alguns membros do clube LGBTQ da universidade. Embora seja desafiador, eu estou pronto. Mas acho que preciso de uma representação visual da minha cultura. E um filme curto pode ser uma boa forma de representar a minha cultura. Por favor, me recomendem algum filme que representa a cultura e os valores de Bangladesh. Qualquer filme sul asiático será ok também.</p> <p>Obrigado.</p>
COMENTÁRIOS
<p>“SUJEITO 5”: Tem certeza de que o post é para TODOS? Eu acho que é para aqueles que entendem a sua língua.</p> <p>“D”: Querida: A língua já não é uma barreira agora! Como está?</p> <p>“SUJEITO 5”: Eu não entendi o que você escreveu.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Além dos **dados de arquivo**, a netnografia também faz uso de **dados suscitados**. Nesse tipo de procedimento, o netnógrafo e os participantes da pesquisa co-constroem sentidos através de ferramentas interativas. Isso pode ocorrer na forma de comunicação assíncrona, seja através de postagem de perguntas em fóruns, assim como através do envio de questionários por *e-mail* ou ainda de forma síncrona como a realização de entrevistas por meio do *Skype* e equivalentes.

Para esta tese, foi dado prioridade ao envio de questionários, à condução de

entrevistas no próprio *chat* do *Facebook* e ao envio de perguntas por *e-mail*. Um questionário (APÊNDICE C) foi disponibilizado aos sujeitos participantes para levantar dados sociolinguísticos e obter uma visão geral de suas impressões tanto sobre suas práticas translíngues, bem como sobre suas práticas de uso da *internet*. Outra maneira de conseguir dados foi através do envio de arquivos em *word* com os próprios *posts* escolhidos com o objetivo de solicitar dos sujeitos a colaboração para a tradução dos textos e o levantamento de suas impressões e motivações para a escrita deles. Após o retorno dos questionários e de uma primeira etapa de análise, conduzi entrevistas a fim de obter mais esclarecimentos tanto sobre os propósitos comunicativos dos textos, como também sobre aspectos que não ficaram claros nas respostas aos questionários.

Segundo Kozinets (2010), conduzir entrevistas através do computador ou outro aparato digital significa que a comunicação será moldada por tal meio. Isso foi experienciado através das entrevistas realizadas com alguns dos sujeitos. Por exemplo: ao usar o *chat* do *Facebook*, eu estava suscetível às condições do tempo, da região geográfica, bem como da qualidade da conexão à *internet*. No caso do *post* discutido neste capítulo, algumas das perguntas demoraram a ser respondidas, mesmo quando feitas durante uma conversa síncrona no próprio *Facebook*. O sujeito costumava ficar distante das redes sociais por um período longo, o que dificultava a geração de dados adicionais ao texto em questão. Além disso, devido ao fato da não presença física, o que possibilitaria a leitura da linguagem corporal, houve alguns equívocos de interpretação das perguntas tanto no *chat* do *Facebook* como também em entrevistas via *e-mail*. Como sugerido por Kozinets (2010), todas as entrevistas escritas no *chat* ou no *e-mail* foram copiadas e salvas em arquivos próprios.

Outra fonte de dados que embasa a pesquisa netnográfica é a de anotações. Semelhante às notas de campo na pesquisa etnográfica, os **dados de anotação** acrescentam as impressões e interpretações dos netnógrafos com relação às práticas analisadas. Enquanto o pesquisador toma nota do que é visto numa tela, ele também interpreta a forma como experiencia essas práticas. Nessa anotação de campo reflexiva, o netnógrafo relata suas próprias observações concernentes aos textos, subtítulos e condições pessoais, emocionais e identitárias envolvidas na prática estudada. Para Kozinets (2010), tais anotações oferecem detalhes sobre os processos sociais e interacionais nos quais os sujeitos participantes da pesquisa se envolvem.

Essas notas, em meu contexto de pesquisa (APÊNDICE D), foram escritas em arquivo *word* ou bloco de notas e relatam minhas impressões sobre as práticas diárias dos participantes, bem como a minha experiência como “amigo” desses em suas redes sociais. Através delas, por exemplo, consegui ter uma ideia geral sobre os principais temas de interesse postados, investiguei alguns padrões comunicacionais e identifiquei em quais situações os sujeitos optavam pela mistura de recursos linguísticos e quando evitavam tal prática.

Após discussão da geração de dados através das três formas explicadas nos parágrafos anteriores, se faz necessário detalhar o processo de análise dentro de uma pesquisa que se caracteriza como netnográfica. Nos parágrafos que seguem, farei uma avaliação dessa etapa de pesquisa e refletirei sobre em que medida uma abordagem netnográfica pode ser útil na análise de práticas translíngues.

2.3 UMA ABORDAGEM NETNOGRÁFICA DE ANÁLISE DE PRÁTICAS TRANSLÍNGUES É SUFICIENTE?

De modo geral, a etapa de análise engloba o processo de transformação e interpretação dos dados gerados de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos mobilizados numa pesquisa. Para isso, o pesquisador conduz um exame detalhado de um conjunto de dados a partir da análise e comparação de seus constituintes. Para Kozinets (2010), uma maneira possível para se realizar essa etapa numa pesquisa de natureza qualitativa, como a netnográfica, é lançar mão de abordagens holísticas de análise, em que a interpretação ganha lugar de destaque no tratamento dos dados, como é o caso da hermenêutica (THOMPSON et al, 1994).

Numa abordagem hermenêutica, se busca os significados sociais e históricos emergentes da análise dos dados, como uma tentativa de oferecer uma interpretação cultural mais acurada. Essa forma de interpretação abre caminhos para novos modos de se compreender o fenômeno estudado e permite a reavaliação dos próprios pressupostos teóricos empregados na pesquisa. Aplicados à natureza virtual das práticas de linguagem, envolver-se numa interpretação hermenêutica significa analisar os significados do texto *online*. Algumas perguntas podem guiar o processo interpretativo do netnógrafo, tais como: **Quem postou esse texto? Por quais motivos ele/ela fez essa postagem? O que esse texto revela sobre suas práticas culturais?** E as respostas para tais perguntas podem levá-lo a reavaliar os questionamentos feitos, confrontando-os com outros dados

gerados a fim de se ter uma visão mais ampla das práticas estudadas.

Embora caracterize a minha pesquisa como netnográfica, pelos motivos aqui já apresentados, acredito que devido à natureza dos dados com os quais irei trabalhar, seja necessário discutir qual unidade de análise seria a mais adequada a uma perspectiva translíngua. Digo isso por conceber que foge à netnografia uma discussão mais detalhada de práticas de linguagem em que recursos semióticos diversos são empregados como um ato identitário. Portanto, é preciso que esteja claro tanto para mim quanto para o leitor, qual pode ser essa unidade analítica, desde bases etnográficas/translíngues, explicitando também o seu foco de análise, isto é, o que o pesquisador deve “selecionar” das interações analisadas e quais elementos podem ser incluídos nesse processo. Reservo os próximos parágrafos à essa discussão.

2.3.1 O enunciado translíngua como atividade de linguagem e unidade de análise

O debate que aqui início já havia sido levantado por Canagarajah (2017b; 2018) quando mesmo reconhecendo os avanços teóricos e metodológicos nos estudos sobre multilinguismo, critica a persistência de orientações estruturalistas na forma de se analisar as práticas de linguagem contemporâneas. Embasando-se na ideia de “enviesamento linguístico” na pesquisa sobre as práticas comunicativas multilíngues (BLOCK, 2014), Canagarajah (2018) discute uma série de implicações e pressuposições que subjazem os estudos nessa orientação, destacando que, dentre outros aspectos, a unidade de análise continua sendo as trocas verbais face a face em espaços físicos de interação, que o foco de análise ainda é o de uma língua por vez e que há uma intensa desconsideração de outros recursos semióticos nos processos de negociação de sentido.

Para esse autor, se torna urgente a introdução de alternativas que repensem o processo de análise para além de tais pressupostos estruturalistas. Dessa postura, portanto, Canagarajah (2018) propõe pensar a **atividade** como unidade de análise de estudos que se pretendem translíngues. Com isso, é dado ênfase à noção de que o processo de construção de sentido está a serviço das atividades sociais que os sujeitos querem cumprir (estudar, trabalhar, destacar-se, reivindicar, ensinar, revidar entre outras), empregando, assim, todo e qualquer tipo de recurso semiótico apropriado para tais ações.

Ao tratar da atividade como unidade de análise, Canagarajah (2018) busca enfatizar que nós, pesquisadores, deveríamos estar interessados não nas palavras em si

mesmas (como unidades gramaticais), mas na maneira como elas se alinham a outros recursos semióticos para o cumprimento de propósitos sociais. Nessa perspectiva, o autor ressalta a necessidade de nos deslocarmos da noção de gramática para a discussão do já mencionado **repertório espacial**. Levando isso em conta, ao nos debruçarmos sobre os repertórios, isto é, sobre a conglomeração de recursos semióticos que modelam e são modelados pelas práticas dos sujeitos, nos atentamos às configurações espaço-temporais em que esses recursos são empregados. Frente a isso, somos inclinados a considerar que pedaços de textos (BLOMMAERT, 2010) e demais recursos trabalham juntos, de forma coesa e ecológica, na e para a construção de sentido a partir das práticas translíngues.

Portanto, os **repertórios espaciais** são pensados como situados, ecológicos, negociados e emergentes e como orientadores das interações, ao invés de regras fixas como pressuposto pelo estudo gramatical da língua. Assim, uma vez que se toma a atividade como referência e não a estrutura da língua, se torna possível compreender como diversas semioses na ecologia espacial atuam no cumprimento de ações sociais (CANAGARAJAH, 2017b). Portanto, as línguas são compreendidas como uma *assemblage* de recursos semióticos, artefatos e propiciamentos (*affordances*) em contextos específicos de interação.

Essa mudança na maneira de se estudar os repertórios que os sujeitos trazem e constroem a partir de suas práticas avança na consideração do **evento de fala** como unidade de análise proposto por estudos sociolinguísticos mais “tradicionais”, por ele ainda estar embasado na interação oral, deixando de lado a natureza transmodal da comunicação. Dessa maneira, Canagarajah (2021, p. 4) reúne argumentos suficientes para justificar a atividade como unidade de análise, uma vez que ela “[...] situa o discurso nas redes sociais e ecologias materiais que envolvem a comunicação [...]”. Ademais, tal unidade nos ajuda a problematizar como os sentidos emergem das atividades das quais repertórios semióticos são parte.

Essa orientação nos permite transcender o binarismo ou ainda problematizar o que se entende por texto/contexto, debate já realizado em parágrafos anteriores. Enquanto perspectivas mais estruturalistas focam nos recursos verbais face a face como unidade de análise, relegando todo o resto ao que se entendia por contexto (participantes, corpos e ambientes imediatos), uma perspectiva **trans** abre caminhos para se superar essa noção monolítica e passiva, passando a enxergar o contexto não só como uma rede expansiva

de relações temporais, sociais e espaciais, mas um meio que agrega recursos que possibilitam a ação da linguagem em diferentes escalas de interação. Tais recursos formam o texto, que passa a ser entendido como emergente das próprias práticas de linguagem. Assim, o contexto é compreendido como relativo, expansivo, estratificado e coconstruído pelos sujeitos, o que nos leva a considerar que tudo nele é potencialmente comunicativo (CANAGARAJAH, 2018)²³.

É possível compreender até aqui que a atividade como unidade de análise emerge do emprego de repertórios de recursos semióticos e espaciais para o cumprimento de propósitos sociais. Nessa lógica, o repertório não vem carregado de sentidos e valores, mas possibilita que esses sejam negociados em práticas locais. No entanto, diante dessa profusão de recursos e performances, desafios são postos à caracterização da atividade a ser compreendida como unidade de análise: “[...] se tudo está conectado a todo o resto, por onde ou como começamos a análise?” (CANAGARAJAH, 2018, p. 4), que recursos incluir em nossas investigações?

Para Wortham e Reyes (2015), essa problemática envolve a decisão de cada pesquisador de determinar onde uma atividade de linguagem começa e termina. Para esses autores, não há regras claras que ditem tais fronteiras, uma vez que elas dependem do que é considerado como contexto relevante para a interação e para as ações sociais a serem alcançadas. Frente a isso, eles discutem que o objetivo do pesquisador deve ser o de revelar o tipo de ação social que os sujeitos performam, a partir da identificação dos signos que deixam evidentes os contextos relevantes para tal ação.

Expandindo o posicionamento de Wortham e Reyes (2015), Canagarajah (2018, p. 17) discute a identificação de “signos relevantes” em termos de **frame** e **escala como prática**, o que implica “[...] que as pessoas acomodam, constroem e negociam escalas estrategicamente, como frames relevantes para seus interesses sociais e atividades [...]”. Nessa lógica, o papel do pesquisador seria considerar como os sujeitos se embasam em relações espaço-temporais (*frames*) para e na compreensão de como escalas medeiam e modelam suas interações. Com isso, Canagarajah (2018) ressalta que podemos definir a nossa unidade de análise a partir das escalas que os sujeitos assumem como importantes para a interação.

²³ Debate mais detalhado sobre **contexto** será realizado no Capítulo 5.

Observem que no *post* trazido neste capítulo, os sujeitos participantes negociam diferentes noções de escala para atingir seus propósitos comunicativos. É possível inferir que “Sujeito 5” se orienta pela escala em que o inglês é a escolha de língua de comunicação entre sujeitos de diferentes *backgrounds* linguísticos, ao passo que “D” se movimenta pela escala da diversidade de línguas para atingir seus interesses a partir de seus textos. Ambos lançam mão de normas e expectativas diferentes sobre a comunicação no FB e os fazem como maneira de performarem posicionamentos identitários também distintos²⁴.

Para Canagarajah (2020), uma análise escalar nos permite enxergar uma atividade não como significativa em si mesma, mas agregando sentido a partir das escalas que tanto os sujeitos quanto os pesquisadores adotam. Nesse sentido, para se chegar a uma unidade de análise relevante, nós devemos triangular *frames* (estruturas de relações espaço-temporais), situando-as entre uma categoria de prática (evocada e negociada pelos sujeitos de pesquisa – como é o caso de “D” e “Sujeito 5”) e uma categoria de análise (adotada pelos pesquisadores).

Diante disso, o que se espera na caracterização de uma atividade como unidade de análise é estar aberto à possibilidade de ela variar de acordo com os *frames* que os sujeitos participantes evocam em suas práticas de linguagem. Por fim, Canagarajah (2018, p. 5) nos diz que:

[d]evemos estar abertos à possibilidade de os pesquisadores poderem adotar diferentes escalas como relevantes, baseados nas perguntas ou problemas que buscam abordar. Isto é, a história que os pesquisadores querem narrar e os objetivos que querem atingir a partir da análise de interações multilíngues irão determinar quais escalas se tornam relevantes e quais recursos semióticos são significativos para a consideração daquela escala. Claro que eles precisam triangular os dados e análise com as categorias que os próprios participantes trazem e evidenciar isso através de metodologias etnográficas e de análise do discurso para além do evento de fala.

Canagarajah (2017b; 2018; 2020; 2021) nos indica que determinar uma unidade de análise, isto é, a atividade e os contextos relevantes a serem considerados numa pesquisa, vai depender, primordialmente, do confronto entre os *frames* e ideologias que tanto os pesquisadores como os participantes trazem para análise e discussão dos dados,

²⁴ A discussão sobre escala será realizada de modo mais detalhado no Capítulo 5, onde também farei uma análise mais profunda do *post* mencionado.

como também das bases epistemológicas que informam os objetivos e perguntas colocadas em cada investigação.

Dessa forma, corroborando a posição de Canagarajah (2018), proponho pensar a atividade como unidade analítica desta pesquisa, cujo foco de análise recairá nas relações indexicais que emergem dos repertórios comunicativos/semióticos/espaciais/experienciais dos sujeitos, englobando, assim, suas ideologias, identidades e experiências *on* e *offline* que impactam e são impactadas pelas práticas nas quais se envolvem. Portanto, essa proposta de foco e de unidade de análise envolve considerar que:

- a) as práticas de linguagem modelam e são modeladas pelos espaços *on* e *offline* de interação;
- b) os dados gerados numa pesquisa *online* devem ser tomados como formas de prática social, demandando, assim, a mobilização de teorias orientadas para a linguagem como atividade;
- c) o estudo do significado social das práticas comunicativas deve ter lugar de destaque na análise.

Isso posto, a atividade emergente dos *posts* de *Facebook*, como unidade de análise desta pesquisa, será interpretada como uma forma de ação social informada pelas identidades dos sujeitos e imbricada em suas práticas *on* e *offline* de maneiras complexas e interdependentes. Com isso, os dados gerados a partir dos questionários, entrevistas e anotações de campo servirão de subsídios para a compreensão dessa atividade comunicativa maior, isto é, da própria prática translíngua.

Faz-se importante pontuar também que a abordagem aqui assumida não é a única alternativa para a análise de práticas translíngues em espaços mediados pela tecnologia digital. Pelo contrário, é uma abordagem escolhida a partir de um olhar específico que julgo ser apropriada aos objetivos colocados nesta tese na busca por se problematizar os propósitos sociais que os sujeitos querem alcançar em suas atividades, considerando suas identidades sociais e posicionamentos. No entanto, não excluo a possibilidade de tal abordagem ser o ponto de partida para investigações futuras desde que suas premissas estejam alicerçadas na combinação de instrumentos e pressupostos teórico-metodológicos já consagrados nos estudos da (trans)linguagem com outros voltados às práticas

comunicativas em *sites* de redes sociais.

Feitos os esclarecimentos necessários e agora na tentativa de melhor abordar a atividade translíngua posta como unidade de análise, proponho pensá-la a partir da imbricação de três **dimensões** que podem orientar a discussão e tratamento dos dados gerados. Sobre elas, falarei a seguir.

2.3.2 Uma proposta multidimensional das práticas translíngues

Como já vimos, os diferentes propósitos de análise nas mais diversas áreas da linguística se justificam nas concepções de língua(gem) que elas adotam. Se formos pensar desde um paradigma estruturalista, como critica Canagarajah (2017b; 2018), as práticas sociais eram identificadas como dimensões dissociadas da língua, desconsiderando, assim, a relação entre os fenômenos históricos, ideológicos e culturais em seus estudos. Em contrapartida, num paradigma funcionalista, a língua passa a ser estudada pela sua relação com os seus elementos “externos”. Assim, as identidades dos sujeitos são levadas em consideração, por se compreender que elas contribuem para os modos como lidamos com nossas práticas comunicativas. Os já mencionados estudos sobre a perspectiva sistêmico-funcional podem ser inseridos nessa orientação.

Dentro de uma perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY; HASAN, 1985), a língua(gem) é compreendida como articuladora de três dimensões ou metafunções, a saber, **ideacional**, **interpessoal** e **textual**. A ideacional articula e comunica ideias, tendo a língua(gem) como a ponte que constrói e representa nossas experiências com o mundo; a interpessoal estabelece relações, compreendendo a língua(gem) como eixo articulador de nossas interações e posicionamentos; e a textual ressalta a função da língua(gem) de organizar nossos significados em um todo coerente.

Uma outra perspectiva que retoma e expande a proposta de compreensão da língua(gem) em dimensões é aquela empreendida por Fairclough (1992; 2003), em sua *Análise Crítica do Discurso*, que busca investigar as maneiras como as formas linguísticas funcionam na reprodução, manutenção e transformação social.

Em sua proposta de análise, Fairclough entende todo evento discursivo como um composto de três dimensões simultâneas: o **texto**, a **prática discursiva** e a **prática social**. A dimensão do texto se relaciona à análise dos recursos linguísticos em si; a prática discursiva especifica a natureza dos processos de produção e interpretação de textos; e a dimensão da prática social engloba as circunstâncias institucionais e organizacionais

(entendidas em termos de ideologia e hegemonia) do evento discursivo e como elas moldam tanto a natureza das práticas de linguagem como os sentidos construídos pelos sujeitos (aqui entendidos como atores sociais). Tais funções e dimensões da linguagem são vistas em sua imbricação e ressaltam a consideração do texto como constituído por um conjunto de recursos que, ao mesmo tempo, representam a realidade, estabelecem e criam identidades e relações entre os sujeitos.

Salvaguardadas as diferenças entre essas visões de língua(gem) e a perspectiva adotada nesta tese, acredito que essas reflexões trazem uma importante contribuição para a discussão da atividade translíngua que proponho como unidade significativa de análise desta pesquisa. Penso dessa maneira por acreditar que tais pressupostos possibilitam enxergar as práticas de linguagem como atividades construídas e negociadas por sujeitos cultural e historicamente constituídos por meio da linguagem, alinhando, assim, a uma perspectiva bakhtiniana.

Nessa lógica, as dimensões e/ou funções aqui apresentadas servem como linha de partida para a compreensão do enunciado translíngua como a unidade mínima concreta de sentido da comunicação atrelado aos domínios socioideológicos e dialógicos que atuam na constituição do sujeito. Essa atividade de linguagem, ou melhor, enunciado, nas palavras de Tílio e Rocha (2009, p. 301) são concretos:

[...] na medida em que comportam relação imediata com a realidade e com o sujeito histórico em sua ação dentro de determinadas esferas e campos comunicativos, impregnando-se de suas visões de mundo e juízos de valor específicos, os enunciados impõem suas marcas distintivas em contraposição a uma palavra, frase ou oração, no sentido restrito dos termos, tornando também explícitas as críticas bakhtinianas frente a vertentes estruturalistas de linguagem.

Nessa ótica, portanto, as dimensões aqui entendidas como eixos organizadores da análise e discussão da atividade translíngua buscam destacar a natureza heteroglósica da linguagem para a consideração do “todo do enunciado” (BAKHTIN; MEDVEDEV, [1928] 1985). Nesta tese, assim, compreenderei a unidade de análise de uma proposta que se pretende translíngua como envolvida por três **dimensões**, quais sejam: a **decolonial**, a **espaço-temporal** e a **mediadora**.

A **dimensão decolonial** está relacionada às experiências de sujeitos cujas vozes e práticas de linguagem foram e/ou são deslegitimadas pelos paradigmas modernos e monológicos de língua e identidade. Essa dimensão centra-se na compreensão de que agir

por entre línguas e recursos diversos tem potencial decolonial, uma vez que abre possibilidades de enxergar e promover novas formas de ser, estar, viver, sentir e saber a partir de lógicas outras. A **dimensão decolonial** das práticas translíngues é uma oportunidade de colocar no centro de nossas análises os sujeitos com suas diferentes trajetórias (socio)linguísticas, suas complexas relações com recursos que trazem ou são impedidos de trazer para a interação e as ideologias sobre as suas próprias práticas discursivas. Essa dimensão, assim, ressalta a necessidade de se problematizar o que entendemos por língua e identidade, levando em consideração diferentes epistemologias frente às práticas que desafiam ideologias linguísticas centradas no monolingüismo. Nesse sentido, a **dimensão decolonial** (assim como todas as outras) não pode simplesmente ser extraída das práticas de linguagem, pois é ela o alicerce da translíngua como um ato político de existência e performance identitária.

A **dimensão espaço-temporal** diz respeito à noção de língua como recurso móvel e à consideração das diferentes configurações de espaço e tempo que modelam as práticas de linguagem. Nessa dimensão, é desafiada a noção de língua ligada a territórios e a sujeitos específicos e abrem-se possibilidades de enxergarmos os sentidos de interações como emergentes e atrelados ao emprego de recursos semióticos diversos. Tal orientação nos permite também explorar os conceitos de **escala e ordens de indexicalidade** e seus impactos na consideração das práticas discursivas como índices de valores e ideologias. Além disso, essa dimensão nos guia na interpretação de como tempo e espaço medeiam as relações sociais em diferentes níveis de interação. É a partir da **dimensão espaço-temporal**, portanto, que será possível discutir os sentidos construídos a partir de diversos recursos semióticos na e para a comunicação.

Já na **dimensão mediadora**, o foco é dado na complexa rede de *affordances* que a tecnologia digital possibilita para a negociação identitária. Nessa dimensão, atenção é dada aos recursos, virtualidades e restrições que emergem das percepções dos sujeitos sobre as oportunidades que *sites* de redes sociais como o *Facebook* oferecem para a performance de suas identidades. Importante para essa dimensão é a compreensão de que as práticas de linguagem são performadas a partir da interação entre as posições identitárias, histórias e repertórios experienciais com o uso desterritorializado de recursos semióticos. Tal dimensão, assim, se embasa na visão de que toda prática de linguagem é mediada por uma gama de recursos/instrumentos culturais, que em diálogo com as

diferentes configurações espaço-temporais em que são empregadas transformam e negociam discursos e identidades.

Embora a escolha pela compreensão das práticas translíngues como envolvidas pelas dimensões supracitadas, devo esclarecer que essa proposta não deve ser entendida como uma síntese das metafunções ou dimensões do discurso como pontuadas pelo paradigma funcionalista/discursivo aqui explorado. Embaso-me em tais propostas como um caminho para uma interpretação outra sobre as práticas de linguagem dos nossos tempos. É possível afirmar, no entanto, que as três dimensões aqui elencadas sejam possíveis desdobramentos do que Halliday e Hasan (1985) e Fairclough (1992; 2003) tenham chamado de função interpessoal e de prática discursiva/social da linguagem, respectivamente. Assumo tal posição por acreditar que qualquer proposta de estudo de práticas de linguagem não daria conta de explicar todas as metafunções e/ou dimensões do enunciado, o que demanda, portanto, recortes que mais se adequem aos objetivos traçados em cada pesquisa.

Diante disso, as dimensões das práticas translíngues serão entendidas como possíveis desdobramentos das relações interpessoais e das práticas discursivas/sociais da linguagem por elas buscarem compreender como os sujeitos estabelecem relações uns com os outros, como se posicionam interacionalmente e como performam ações sociais e avaliam o mundo a sua volta, a partir de configurações espaço-temporais específicas e de suas vivências como sujeitos pós-coloniais.

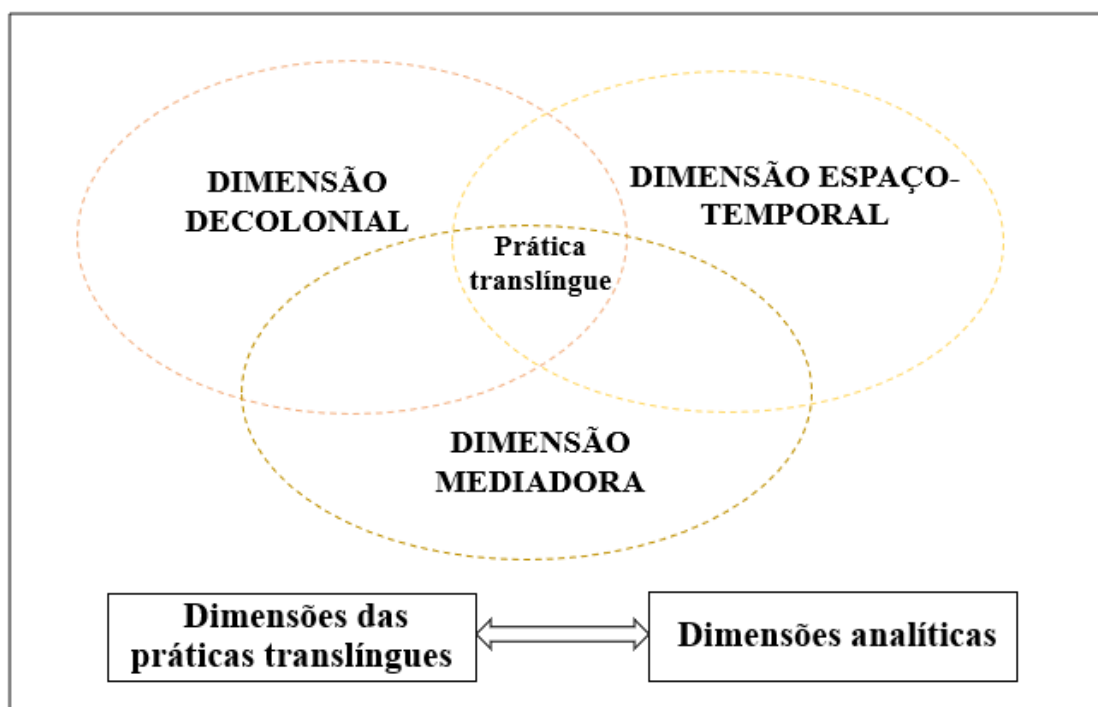
Após essa caracterização, acredito que algumas palavras ainda precisam ser ditas caso queiramos compreender melhor o lugar das dimensões das práticas translíngues nesta pesquisa. A seguir, busco cumprir esse objetivo.

É importante dizer que as dimensões **decolonial**, **espaço-temporal** e **mediadora** emergiram do tratamento dos dados gerados durante o percurso desta investigação. Suas definições, no entanto, só foram possíveis a partir dos arcabouços teóricos aqui já explorados e daqueles que ainda serão apresentados ao longo da tese. Além disso, a opção de se estabelecer essas dimensões busca atender a dois propósitos: 1 - a caracterização das dimensões que orientarão o processo de análise e discussão dos dados; e 2 - a consideração de tais dimensões como constituintes das práticas translíngues. Destarte, como dimensões que emergiram da análise dos dados a partir do meu olhar como pesquisador, elas devem ser entendidas também como categorias de prática

(CANAGARAJAH, 2018). Isso significa dizer que essas dimensões não têm como propósito explicar toda prática discursiva em todos os contextos de pesquisa e com todos os tipos de sujeitos participantes. Elas são, na verdade, propostas de investigação adequadas aos objetivos traçados numa pesquisa específica, não devendo, portanto, ser universalizadas e aplicadas a toda investigação sem as devidas adequações e ponderações.

A figura que mostro na sequência é uma tentativa de ilustrar as considerações que faço sobre as dimensões translíngues colocando-as tanto como dimensões analíticas tanto quanto dimensões emergentes das práticas translíngues analisadas nesta pesquisa:

Figura 2 – Representação da proposta multidimensional das práticas translíngues



Fonte: elaborado pelo autor.

Como pode-se observar, essas dimensões devem ser compreendidas como imbricadas umas nas outras e não como categorias estanques e fechadas em si mesmas. A caracterização separada delas tem como propósito uma melhor organização da discussão a ser empreendida nos próximos capítulos desta tese. Fiz essa escolha com o objetivo de guiar o leitor na compreensão das práticas translíngues a partir de suas dimensões constituintes. Assim, os Capítulos 4 e 5 a serem discutidos mais adiante mobilizarão o debate de pressupostos teóricos e metodológicos que possam contribuir para a análise das práticas translíngues em cada uma de suas dimensões. O diálogo entre

elas se fará mais evidente no capítulo de análise e discussão dos dados, onde as propostas teóricas debatidas serão confrontadas a fim de se chegar a uma compreensão mais acurada das práticas translíngues a partir de um viés decolonial, espaço-temporal e mediador.

Para se discutir a **dimensão decolonial**, por exemplo, esta tese parte das contribuições dos estudos pós e decoloniais, assim como lança mão dos diálogos desses campos com a proposta de invenção e desinvenção das línguas de Makoni e Pennycook (2007) e Pennycook e Makoni (2020), com a discussão em torno da colonialidade da linguagem (VERONELLI, [2015] 2021; BAPTISTA, 2019) e da problematização do fixo e do fluido das práticas de linguagem de sujeitos pós-coloniais como discutido por Otsuji e Pennycook (2010) e em Jaspers e Madsen (2019).

Desde uma **dimensão espaço-temporal**, foco pode ser dado nas configurações de tempo e espaço evocadas pelas práticas translíngues a partir do debate em torno do conceito de cronotopo bakhtiniano, em complemento com a noção de escala (MOORE, 2008; BLOMMAERT, 2007; 2010; CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016; CARR; LEMPERT, 2016). Já na **dimensão mediadora**, é possível lançar mão dos estudos sobre *affordances* (PAIVA, 2010; 2011) para se analisar o impacto das possibilidades tecnológicas oferecidas por *sites* de redes sociais nas performances multilíngues dos sujeitos.

Como já dito, tais dimensões, em conjunto, buscam ressaltar como as relações sociais entre os sujeitos são negociadas, levando em consideração os diferentes propósitos comunicativos a serem alcançados. A partir dessa consideração, uma **proposta multidimensional** das práticas translíngues busca revelar as possíveis ações sociais performadas nos/pelos enunciados, o que inclui uma discussão detalhada das identidades sociais e dos posicionamentos identitários em jogo. Por exemplo, excluir pessoas da participação em um *post* é um tipo de ação social, o que nos leva a entender que “D” acaba excluindo “Sujeito 5” de sua postagem por conta dos recursos que emprega para agir no *Facebook*. Os sujeitos, assim, realizam uma atividade de linguagem a partir da manipulação de seus repertórios semióticos como uma maneira de se posicionarem e negociarem posições diversas.

Um desafio particular na análise de uma atividade nos termos da translíngua é o processo constante de revisão dos pressupostos que fundamentam a pesquisa. Logo, é preciso ter claro quais noções de **língua, texto e identidade** são tomadas como ponto

de partida e como tais podem lançar luz sobre as práticas analisadas. Para alcançar esse nível de análise, portanto, é necessário se valer de uma gama variada de propostas teórico-metodológicas, como as aqui já mencionadas, e outras que possam contribuir para uma investigação mais detalhada dos recursos linguísticos empregados nos textos.

Diferentemente do que farei com os pressupostos teóricos atrelados à cada uma das dimensões, para os quais serão reservados capítulos específicos, as perspectivas a serem apresentadas na sequência não se referem, exclusivamente, a uma ou outra dimensão, por poderem contribuir com a análise textual dos *posts* em qualquer uma delas. Dito isso, proponho a consideração da perspectiva transglóssica (DOVCHIN; PENNYCOOK, SULTANA, 2018) e das pistas indexicais de Wortham (2001) e Wortham e Reyes (2015), no e para o processo de descrição, análise e interpretação dos dados gerados.

2.3.3 Alinhamentos teóricos para uma análise da unidade translíngue

A **perspectiva transglóssica**, tal como a proposta por Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), traz em seu bojo características tanto das já discutidas translinguística e transglossia, como da netnografia. Dentro dessa perspectiva, os autores elaboraram um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas que pudesse dar conta da análise de práticas trans/heteroglóssicas.

Ele oferece caminhos possíveis para o trabalho com a linguagem em três perspectivas distintas de análise: a **translinguística** – cujo foco recai sobre a natureza da linguagem em si, entendida em termos de translinguagem; a **transmodal** – que defende que o sentido não é construído apenas dentro de modos de comunicação distintos, mas sim através de modos que transgridem conhecimentos e outros sentidos já estabelecidos; e a **transtextual** – que é subdividida em um conjunto de instrumentos que permitem uma análise textual mais integrada, quais sejam:

[...] *história pré-textual* – relações sócio-históricas do texto; *relações contextuais* – a localização física, os participantes, as relações de indexicalidade; *formas intratextuais* – o uso de palavras e frases dentro do texto; *sentido subtextual* – as ideologias, o enquadre cultural e as relações de poder que afetam a interação; *ecos intertextuais* – as referências implícitas e explícitas a outras vozes e textos; e a *interpretação pós-textual* – as interpretações dos sujeitos sobre suas práticas de linguagem. (PENNYCOOK, 2007, p. 53-54, grifos do autor).

Para Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), esses diferentes níveis de análise trazem importantes implicações para a prática de pesquisa, já que além da necessidade de uma análise textual/discursiva, o processo de investigação precisa incluir também as camadas contextuais embasadas nos princípios etnográficos de pesquisa, aqui já pontuados.

No que diz respeito a um maior detalhamento de como diferentes níveis de interação se sobrepõem no discurso, também lançarei mão das **pistas indexicais** de Wortham (2001) e Wortham e Reyes (2015), que partem de pressupostos bakhtinianos com o objetivo de analisar as maneiras através das quais os sujeitos indexam suas vozes como recurso para os seus posicionamentos. Para esses autores, ao enunciarem, os sujeitos empregam pistas linguísticas que referem (referência) e predicam (predicação) interlocutores de forma a posicioná-los.

O estudo dessas pistas pode ser conduzido com base em cinco propostas: **referência** – elementos do mundo aos quais o sujeito se refere. No *post* trazido neste capítulo, observamos que ao referenciar o público-alvo de sua palestra na universidade como “professores, alunos, assistentes sociais, alguns secretários da UNESCO e alguns membros do clube LGBTQ”, “D”, inevitavelmente, caracteriza ou posiciona seus referentes de formas particulares. Nesse caso específico, tais referentes são evocados como “vozes de autoridade” e servem para dar visibilidade à atividade a ser desenvolvida, isto é, não é uma palestra qualquer para um público qualquer; **predicação** – é a caracterização dos elementos predicados. Essa pista pode ser inferida a partir do enunciado de “D”: “eu estou pronto”, que indica a sua autoridade nos assuntos a serem tratados em sua palestra; **indexicais avaliativos** – uma vasta categoria de signos que apontam para contextos relevantes de maneira a caracterizar e avaliar grupos ou sujeitos sociais. No enunciado do “Sujeito 5”, é possível perceber essa estratégia de posicionamento valorativo quando problematiza: “Eu acho que [o *post*] é para aqueles que entendem a sua língua”, que indica a sua avaliação do que foi postado e o reconhecimento do grupo social que “D” quer alcançar com o seu texto; **descritores metapragmáticos** – verbos que descrevem e avaliam ações dos sujeitos, os chamados verbos *discendi* (de dizer); **modalizadores epistêmicos** – expressões do grau de verdade atribuído pelo sujeito a sua enunciação. No *post*, por exemplo, “D” expressa a sua posição sobre o que é enunciado por ele mesmo através de modalizadores epistêmicos: “Eu acho

que estou pronto”]; e **citação** – representa um evento de fala, combinando a referência a um personagem citado, o verbo metapragmático e a enunciação citada.

Assim como foi dito sobre as dimensões aqui mobilizadas, é de grande importância ter em mente que tais instrumentos e pistas não atuam de forma independente uns dos outros, pois eles só ganham sentido a partir da sua imbricação. Além disso, é necessário pontuar que o estabelecimento e a caracterização das pistas como relevantes para a análise dependerão do olhar do pesquisador e do que ele considerar importante para a problematização do enunciado como uma forma de ação social.

Com base no exposto sobre a unidade de análise desta pesquisa, sobre a perspectiva translíngua e as pistas indexicais, é possível inferir que esta pesquisa, apesar de partir do *post* para realizar a investigação de práticas comunicativas como a de “D”, não entende o texto escrito como a unidade de análise de uma pesquisa sobre a translíngua. Essa é a razão de se confrontar diversas propostas teóricas e metodológicas na busca por caminhos para se compreender a unidade e o foco de análise desta pesquisa.

Diante do exposto, percebe-se que a atividade translíngua não preexiste à investigação e à reflexão do pesquisador, já que a unidade de análise emerge a partir da combinação e interpretação dos dados gerados a partir de escolhas teórico-metodológicas que julgamos adequadas à natureza de cada pesquisa. Por esse motivo, questionários e entrevistas com os sujeitos envolvidos na atividade, a análise de suas performances identitárias, o conhecimento de suas experiências com o mundo que o cercam e a percepção do pesquisador sobre a relação entre esses elementos são pontos chave para a elucidação da prática translíngua.

Por fim, feitas as considerações sobre as possibilidades de análise a partir de uma perspectiva etnográfica e translíngua, procedo à apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa. Para isso, farei considerações sobre os dados gerados pelo questionário sociolinguístico enviado aos sujeitos e sobre o processo de escolha desses como participantes da pesquisa.

2.4 QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE TRANSLINGUAM?

Migrações à nível global, característica marcante do século XX, têm nos acompanhado também nos tempos atuais. Cada vez mais pessoas vivem suas vidas em

mais de um local físico, muitas vezes, além das fronteiras nacionais. Elas são expostas e negociam diferentes normas, tradições e práticas de linguagem. Li Wei e Hua (2013) denominam tais sujeitos de **transnacionais**, dando ênfase aos inúmeros laços que desenvolvem tanto com seus países de origem, bem como com seus novos espaços de interação e desafiando, assim, pressupostos enraizados sobre a noção do que viria a ser pertencimento. Sobre isso, os autores pontuam que

[...] [c]ompreender as vidas dos transnacionais requer uma mudança analítica que leve à desvinculação com o nacionalismo metodológico ou com a expectativa de que a vida social, lógica e automaticamente, se desenvolva dentro do enquadramento dos estados-nação [...]. (LI WEI; HUA, 2013, p. 517).

Como alternativa, Li Wei e Hua (2013) procuram pensar as experiências desses sujeitos levando em consideração a relação com as instituições, organizações e experiências que os cercam. Dessa forma, os **transnacionais** são compreendidos como sujeitos, cujas vidas são/foram afetadas por processos de migração que repercutem em suas práticas comunicativas e as transformam. Portanto, não seria equívoco equacionar **transnacionais** a sujeitos translíngues, denominação preferida nesta tese.

Essa contextualização se faz necessária, uma vez que três dos quatro sujeitos participantes desta pesquisa, além de se envolverem em práticas translíngues através de seus textos *online*, experienciam ou já experienciaram algum tipo de deslocamento por entre fronteiras nacionais. Com isso, é possível observar que estou lidando com o que Dovchin, Pennycook e Sultana (2018) chamam de **consumidores online**, ou seja, sujeitos com capital cultural e econômico para acessar e produzir textos a partir de diferentes mídias em diferentes espaços.

Dois dos participantes são oriundos de países africanos (Quênia e Nigéria) e os outros dois de países asiáticos (Bangladesh e Filipinas), o que reforça a natureza multilíngue de seus repertórios comunicativos. Essa caracterização se torna relevante também por abordar experiências de sujeitos, cujas origens ainda são pouco tratadas em pesquisas aplicadas e sociolinguísticas. Sobre isso, Piller (2016) argumenta que estudos sobre o multilinguismo tendem a focar as línguas locais sempre em relação à língua inglesa enquanto pouco se tem falado sobre a imbricação linguística sem referência ao inglês como língua dominante. Pennycook (2007) também já havia ressaltado que investigações sobre sujeitos transnacionais deveriam abordar não apenas a expansão da

língua inglesa, mas também a de outras línguas como evidência das práticas translíngues.

Essas propostas ressoam defesa semelhante feita por Moita-Lopes (2006) em sua busca por um “outro sujeito para a Linguística Aplicada”. O linguista aplicado, ao se voltar para as “vozes do sul” (SANTOS, 2004), reforça a necessidade de se pensar o mundo por um olhar outro, por se compreender que o processo de construção de conhecimento embasado numa lógica ocidentalista encobriu outras epistemes possíveis. Nessa perspectiva, Moita-Lopes (2006, p. 87-88) ressalta que

[a] crítica à episteme ocidentalista pode ser traduzida na preocupação com quem é o sujeito inscrito nela. Aqueles que foram postos à margem em uma ciência que criou outridades com base em um olhar ocidentalista têm passado a lutar para emitir suas vozes como formas igualmente válidas de construir conhecimento e de organizar a vida social, desafiando o chamado conhecimento científico tradicional e sua ignorância em relação às práticas sociais vividas pelas pessoas de carne e osso no dia a dia [...].

Nesse sentido, acredito que esta pesquisa seja um passo para se pensar o processo de construção de sentido a partir das vozes e experiências de sujeitos atravessados pelos contextos pós-coloniais de produção de conhecimento, representados não só pela participação de africanos e asiáticos, mas também pela perspectiva de um autor sul-americano, brasileiro e nordestino, que trata de práticas que desafiam qualquer concepção mais homogênea de língua e identidade.

Além de esses países saírem da rota de produção de conhecimento “Estados Unidos-Europa Ocidental”, todos eles sofreram processos de colonização, o que traz impactos não só para as suas experiências linguísticas, culturais e sociais, mas também para as visões sobre suas próprias práticas de linguagem.

A seguir, apresento os quatro participantes da pesquisa, dando destaque aos seus complexos *backgrounds* linguístico-culturais e as suas experiências sociolinguísticas nas redes sociais.

2.4.1 Perfis sociolinguísticos dos sujeitos da pesquisa

A **primeira participante** convidada para esta pesquisa foi “E”, uma mulher de trinta e quatro anos, nascida no Quênia. “E”, como exemplo de um sujeito transnacional, já viveu em diferentes países como na Coréia do Sul, por quase dois anos, Japão, por dois meses e Estados Unidos, por três anos. Ela possui mestrado e já foi professora numa universidade dos Estados Unidos. Atualmente, “E” reside no Quênia.

Quando criança, “E” diz ter sido exposta a mais de dez línguas, mas afirma se comunicar melhor em três delas: inglês, luia e suaíli. Além de empregar recursos dessas línguas em seu dia a dia, ela consegue se comunicar, relativamente bem, em japonês, kikuyu e francês. Muitas de suas práticas de linguagem *online* refletem a sua experiência multilíngue, apesar de ela preferir o emprego de recursos de língua inglesa em seus textos na grande rede. Suas práticas no *Facebook*, a rede social mais utilizada para tratar de questões pessoais e profissionais, mostram claramente sua preferência pela língua inglesa, porém, observa-se que essa língua está sempre imbricada/combinada com os recursos do suaíli e luia.

Essa complexa configuração linguística de “E” diz muito sobre a própria história da formação linguístico-cultural do Quênia, país que viveu sob o domínio britânico por quase cinquenta anos.

Budohoska (2014) nota que a ideia do Quênia como uma nação unificada só emergiu a partir da construção do país como colônia britânica em 1910. Para a autora, antes dessa empreitada colonial, o Quênia era uma sociedade plural com uma imensa diversidade étnico-cultural. Com a divisão territorial pela Coroa Britânica, a diversidade do país passou a operar a partir dos princípios homogeneizantes e “modernos” de língua e cultura impostos pelos colonizadores, tendo a língua inglesa papel fundamental nesse cenário. Imposto como língua oficial do país, o inglês passou a ser associado à ideia de prestígio e ascensão social. Como efeito, autores ressaltam que a sua expansão pela África tem freado a diversidade linguística de seus países, bem como as identidades de seus falantes.

Muitos dos estudos sobre o papel da língua inglesa no Quênia têm sido desenvolvidos sob o pressuposto do *World Englishes* (WE) (MCARTHUR, 1993; KACHRU, 1997), que busca ressaltar os contextos plurais em que a língua é usada, acompanhado da noção de que o inglês é, na verdade, muitos “ingleses”, servindo de indicativo de sua heterogeneidade em diferentes situações de uso. Essas propostas têm acentuado a necessidade de se pensar que não há uma única forma “correta” de se falar a língua inglesa, assim como postulam que a tentativa de relacionar os usos dela à variedade americana ou britânica falha na consideração da realidade multilíngue de seus falantes.

Nessa tentativa de descentrar o lugar de primazia das “variedades” americanas e britânicas no processo de comunicação e educação, dando atenção aos outros “ingleses”

em contextos pós-coloniais, abre-se espaço, assim, para a consideração da emergência de um possível “inglês queniano”. Tal proposta se estende às demais realidades em que a língua inglesa foi atribuída o *status* de segunda língua em países marcados pela colonização inglesa e é analisada a partir dos estudos do sociolinguista indiano Braj Kachru (1985), sobre os **círculos concêntricos** (interno, externo e em expansão) da expansão da língua inglesa. O estudo sobre a língua nessa proposta foi realizado com base em três critérios principais: a forma de expansão do inglês, os padrões de aquisição e as funções que a língua exerce nos mais diferentes domínios de comunicação.

Segundo esses critérios, o **círculo interno** inclui países onde o inglês é falado como língua materna. O **círculo externo** é representado pelos países colonizados em que ao inglês foi atribuído o *status* de língua oficial, como o caso do Quênia, e o **círculo em expansão** é usado para se referir aos países onde o inglês é aprendido como língua estrangeira.

A despeito dos avanços que tal premissa pressupõe, considero pouco produtivo pensar na existência de uma variedade de língua inglesa que caracterizaria seu uso num país multilíngue como o Quênia. Além de ser teórica e metodologicamente desafiador pontuar quais características fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas deveriam ser associadas a essa “nova variedade”, acredito que embasar esse estudo em critérios meramente linguísticos, como têm feito Schmied (2008; 2009), Seidel (2004) e Skandera (2003), por exemplo, negligencia questões identitárias vitais para se compreender o papel que essa língua desempenha no dia a dia de seus falantes.

Por essa razão, Canagarajah (2013a) critica essas propostas fundamentado na concepção de que o WE, por exemplo, trata as variedades do **círculo interno** como uniformes e monolíticas, das quais as demais variedades emergiriam. Segundo esse autor, a proposta, ainda embasada em termos de estado-nação, ignora a noção de que a própria língua inglesa, seja ela usada em qualquer um dos círculos, é de natureza híbrida e fluida. Nesse viés, tanto os chamados “não-nativos”, quanto os “nativos” de língua inglesa empregam normas plurais para agir com as línguas, se envolvendo, assim, em práticas translíngues. Assim sendo, fica claro que nesta tese o conceito de **variedade** não será usado sem reflexão crítica, e, como alternativa, optarei pela utilização de **translinguagem** e sinônimos, como forma de acentuar a natureza multilíngue e híbrida dos repertórios linguísticos dos sujeitos.

O **segundo participante** é “D”, escritor do *post* discutido neste capítulo. “D” é um homem de 32 anos, nascido e criado em Bangladesh, país situado ao sul da Ásia, com mais de 160 milhões de habitantes. Atualmente, ele faz doutorado nos Estados Unidos, em literatura de língua inglesa, e já foi professor assistente de língua e literatura inglesa também em uma universidade estadunidense. O contato com os Estados Unidos ocorreu há três anos, quando “D” participou de um programa de intercâmbio internacional de ensino de línguas. Além de bengali, língua oficial de Bangladesh, “D” fala inglês e compreende árabe e hindi, possivelmente como consequência da complexa configuração sociocultural de seu país.

Bangladesh compreendia uma parte do território da Índia Britânica até 1947, quando em agosto daquele ano, o fim do domínio do Império Britânico resultou na criação de dois países, a própria Índia e o Paquistão. Esse último foi subdividido em duas regiões de acordo com a predominância religiosa de seus habitantes: o Paquistão Ocidental, de maioria muçulmana falante de urdu, e o Paquistão Oriental, falante de bengali e maior parte da população do Paquistão. Entretanto, diferenças econômicas, culturais e linguísticas resultaram na rivalidade entre as duas regiões.

As tensões entre os dois territórios atingiram seu ápice quando, em 1948, o governo paquistanês declarou o urdu como língua oficial do país, trazendo descontentamento aos falantes de bengali. Em conflitos violentos, a população do Paquistão Oriental lutou para estabelecer o bengali como língua oficial, o que ocorreu apenas em 1971, após independência da região, dando origem, assim, à Bangladesh e ao estabelecimento do bengali como língua nacional.

Com esse panorama, percebe-se a importância das línguas na construção identitária da população de Bangladesh, o que não será ignorado na análise dos *posts* produzidos por “D” no decorrer desta tese.

O **terceiro participante** desta pesquisa compartilha, de certo modo, experiências socioculturais semelhantes às da participante “E”. Oriundo de um país onde se fala mais de 400 línguas, o nigeriano de 30 anos, “O”, mora nos Estados Unidos há 5 anos, onde realiza seus estudos de doutoramento.

“O” faz uso diário de redes sociais para discutir, basicamente, questões políticas dos Estados Unidos e Nigéria. Atualmente, “O” não utiliza mais o *Facebook*, mas é usuário frequente do *Twitter*. Os *posts* discutidos nesta tese, portanto, foram coletados

antes do encerramento da sua conta do *Facebook*.

O sujeito alega se comunicar, fluentemente, em inglês, assim como em iorubá e hausa, que juntamente com o igbo são as três línguas nativas mais faladas no país. Apesar de também empregar recursos do pidgin em seus textos *online*, essa forma de comunicação não foi pontuada pelo sujeito no questionário sociolinguístico, o que merece esclarecimentos adicionais.

O pidgin nigeriano é um termo usado para caracterizar o uso de uma forma linguística facilitadora da comunicação entre sujeitos de línguas diferentes. O pidgin, como essa língua de contato, emerge da mescla de línguas nativas com o inglês. A esse modo de comunicação é atribuída a noção de que suas estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas são limitadas, se comparadas às línguas nacionais, e de que seu uso está restrito a contextos informais de comunicação. É possível que essas representações tenham trazido conotações negativas sobre o uso do pidgin, já que é comum compará-lo como uma forma inferior de comunicação ou ainda como uso desviante de uma norma linguística como bem pontuado por Balogun (2012).

Segundo o autor, a rejeição a essa maneira natural de comunicação entre os nigerianos tem sua origem na própria desconsideração dos colonizadores britânicos sobre os usos de língua inglesa da população nativa. Para Balogun (2012), foi a pressuposição de inferioridade dos europeus em relação aos colonizados que fizeram com que esses não reconhecessem suas práticas de linguagem como legítimas.

Apesar de não ser considerada como língua oficial (e nem como uma língua em seus próprios termos), o pidgin nigeriano é uma importante forma de comunicação entre o governo e os seus cidadãos, principalmente em interações face a face (e virtuais como mostrado no post de “O” no Capítulo 1), bem como é empregada também no comércio, em programas de rádio locais etc.

A posição que assumo quanto ao emprego de recursos do pidgin se assemelha àquela que discuti sobre o “inglês queniano”. Se tais práticas de linguagem continuarem a ter como base noções homogeneizadoras e coloniais de língua inglesa e identidade, as maneiras como “E” e “O” se comunicam sempre estariam em desvantagem ou seriam consideradas como ilegítimas. Por essa razão, considerar seus repertórios semióticos, não como formados por “línguas diferentes”, mas por recursos sociais, pode ser um caminho para preencher essa lacuna que persiste na caracterização de suas práticas de linguagem.

Não estou desconsiderando que esses sujeitos se comuniquem em “inglês queniano” ou “nigeriano”, pois tais construtos são reais para eles e os confortam dentro de uma ideia de identidade linguística específica. Porém, não posso deixar de considerar as implicações que tais percepções têm para a forma de se fazer pesquisa sobre a linguagem.

O **quarto e último sujeito** convidado a fazer parte dessa pesquisa é “W”. Diferentemente dos demais participantes, “W” é o único que não teve a experiência de morar em outros países, mas isso não o impede de se envolver em práticas translíngues com sujeitos de outros locais. Nascido e criado nas Filipinas, “W” tem 30 anos, é licenciado e mestre em estudos asiáticos pela Universidade das Filipinas, onde é professor. Seu repertório semiótico possui recursos da língua filipino, ou tagalog, inglês, mandarim e do dialeto chinês min-nan, herança de seus pais chineses.

Apesar de falar e compreender bem os recursos linguísticos supracitados, “W” constrói seus textos *online*, em sua maioria, a partir de recursos da língua inglesa e do filipino. Esses também são os recursos que mais utiliza para se comunicar com amigos no seu dia a dia, uma vez que a língua inglesa e o filipino são línguas oficiais em seu país.

As Filipinas são um país com mais de 170 línguas, resultado de longos processos de colonização da China, Espanha e dos Estados Unidos. Apesar dessa diversidade linguística, grande parte da população se comunica em filipino e/ou inglês. Dados mostram que mais de 70% da população fala ou compreende bem a língua inglesa, que se tornou oficial em 1987 (DIMACULANGAN, 2018). Com isso, é de se esperar que os *posts* de “W” ilustrem essa complexa relação entre os recursos linguísticos com o que já se tem chamado de “inglês filipino” (ANSALDO, 2011).

Feitas as considerações sobre os perfis dos sujeitos participantes desta pesquisa, seguirei para o último ponto a ser discutido nesse capítulo voltado para as implicações éticas de uma pesquisa desenvolvida através de meios *online*.

2.5 ÉTICA ON OU OFFLINE?

Por oferecer uma ampla possibilidade de geração e coleta de dados, a comunicação digital, em suas múltiplas versões, tem demandado outras formas de condução ética da pesquisa *online*. Embora os dados digitais sejam facilmente acessíveis, princípios éticos nem sempre estão condizentes com essa realidade. Ao passo que se tem defendido que a condução ética da pesquisa face a face possa ser transplantada para a

realidade virtual, tem aumentado também a percepção de que a comunicação mediada por computador faz emergir desafios quanto ao tratamento de elementos éticos básicos como privacidade, consentimento e anonimidade nesse tipo de pesquisa (HERRING, 2002).

Conduzir uma pesquisa de natureza netnográfica adaptada aos princípios éticos da grande rede também está longe de ser simples. Para Kozinets (2010), algumas das perguntas que giram em torno dessa temática são: As comunidades *online* são espaços públicos ou privados? A quem pertence os dados postados em plataformas dessa natureza? Podemos usar as interações nas quais participamos? Como podemos obter o consentimento dos sujeitos?

As respostas para esses e outros questionamentos são vitais para compreender o papel dos procedimentos éticos numa pesquisa netnográfica.

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores e nem entre organizações internacionais que tratam de parâmetros éticos de pesquisa, Kozinets (2010) afirma que o tratamento dessas perguntas deve se embasar na realidade local do estudo *online*. Para isso, o autor pontua que algumas etapas básicas precisam ser seguidas nesse contexto. Entre elas são citadas a necessidade de o pesquisador se identificar e explicar os objetivos do estudo, respeitar a anonimidade dos dados pessoais e pedir permissão para o uso dos dados dos sujeitos através de seu consentimento quando não se tratar de plataformas de redes sociais como *Twitter* e *Facebook*, já que essas demandam registro prévio e, muitas vezes, lidam com informações pessoais dos sujeitos.

A despeito de essas etapas abrirem possibilidades para a condução ética da pesquisa em espaços *online*, elas deixam brechas no entendimento de outras questões importantes. Para Herring (2002), o consentimento informado pode afetar seriamente a qualidade da investigação sobre práticas de linguagem, por exemplo. Para a autora, a assinatura do termo poderia implicar uma identidade adicional aos sujeitos, ou seja, além das identidades investigadas pelos pesquisadores através de suas práticas *online*, aqueles assumiriam ainda a posição de sujeitos de pesquisa, o que pode trazer impactos sobre a naturalidade das interações. Assim, a assinatura de um termo pelos sujeitos e conhecimento sobre os objetivos da pesquisa podem interferir no modo como as interações se desenvolvem.

Os pontos trazidos por Herring (2002) desembocam na discussão sobre o papel e posição que os próprios pesquisadores desempenham nessas investigações *online*, uma

vez que as experiências desses como usuários das plataformas analisadas permeiam a compreensão da relação que os sujeitos têm com elas. Para Barton e Lee (2015), as fronteiras entre esses papéis podem ser imprecisas e muitas vezes se sobrepõem, mas a prática oferece vantagens com relação à familiaridade dos pesquisadores com os espaços estudados e com as práticas neles investigadas.

Trazendo essa discussão para a realidade de minha pesquisa, se faz necessário pontuar algumas questões envolvidas no tratamento dos procedimentos éticos discutidos que envolvem, principalmente, o próprio processo de submissão do projeto ao Conselho de Ética da Universidade Federal da Bahia.

Após análise da documentação enviada a um dos Conselhos de Ética dessa instituição, o projeto foi devolvido com o pedido de anexação de algum documento que indicasse o responsável pelo “campo” de pesquisa, sob o argumento de que o *Facebook* não poderia ser interpretado como “uma terra de ninguém”. Devido à impossibilidade de se obter tal documento, a aprovação²⁵ só foi concedida quando assinei um termo que pedia dispensa de autorização de campo, uma vez que não havia resolução que tratasse dos procedimentos éticos de desenvolvimento de pesquisa em espaços não-físicos²⁶. De toda forma, me comprometi a seguir os princípios éticos de pesquisa pautados na resolução daquela instituição (mesmo que esses estivessem voltados à área de saúde) e anexei toda a documentação pedida para a apreciação do projeto.

Essa experiência só ilustra alguns dos desafios que os netnógrafos enfrentam na condução de uma pesquisa *online*. Com isso, fica clara a necessidade de procedimentos que levem em consideração a realidade virtual da pesquisa, com suas limitações e implicações, sem deixar de assegurar o bem-estar dos sujeitos e a prevenção a qualquer tipo de exposição e/ou danos aos envolvidos no processo, isto é, assegurando os princípios

²⁵ Esta pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, no parecer de número 3.168.263 (ANEXO A).

²⁶ Somente no início de 2021, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) divulgou um ofício que orienta pesquisadores e Comitês de Ética em Pesquisa em relação aos procedimentos que envolvem o contato direto com participantes e/ou coleta de dados, em qualquer etapa de uma pesquisa, em ambiente virtual.

Para mais informações, sugiro a leitura desse documento em:

https://www.ufrb.edu.br/ppgecid/images/Documentos/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em 08 de ago. 2021.

éticos de toda investigação científica.

Com isso, chego ao fim de mais um capítulo, em que tratei do processo teórico-metodológico e das escolhas realizadas para a condução de uma pesquisa *online*. Comecei, inicialmente, explorando alguns conceitos importantes para se compreender as práticas de linguagem mediadas pela comunicação digital e, em seguida, me debrucei sobre as dimensões analíticas caracterizadas como eixos organizadores da análise e discussão dos dados desta pesquisa. Ilustrei, através de um *post* de um dos sujeitos da pesquisa, as possibilidades que pressupostos teóricos alinhados à orientação translíngue oferecem para o tratamento de dados gerados virtualmente. Por fim, trouxe os perfis dos sujeitos participantes, dando ênfase às suas histórias sociolinguísticas e finalizei com os desafios e procedimentos éticos de uma pesquisa conduzida *online*.

No próximo capítulo, me dedicarei à discussão de um outro importante pilar teórico desta pesquisa: o conceito de identidade. Para isso, serão mobilizadas as contribuições de estudos desenvolvidos por variados campos da linguagem, com foco na Sociolinguística e em perspectivas de cunho pós-estruturalista. Por fim, serão discutidas as relações dessas propostas com uma visão bakhtiniana de sujeito e de posicionamento identitário. Findada essa discussão, os Capítulos 4 e 5 tratarão, mais especificamente, das dimensões analíticas aqui discutidas, com o intuito de apresentar e debater os pressupostos teórico-analíticos mais adequados às dimensões decolonial, espaço-temporal e mediadora das práticas translíngues.

CAPÍTULO 3 – SOBRE PERFORMANCES E POSIÇÕES IDENTITÁRIAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS TRANSLÍNGUES NO FACEBOOK

For a people who are neither Spanish nor live in a country in which Spanish is the first language; for a people who live in a country in which English is the reigning tongue but who are not Anglo; for a people who cannot entirely identify with either standard (formal, Castilian) Spanish nor standard English, what recourse is left to them but to create their own language? A language which they can connect their identity to, one capable of communicating the realities and values true to themselves-a language with terms that are neither *español ni inglés*, but both. (ANZALDÚA, 1987, p. 55).

Discuti, nos capítulos anteriores, que pesquisas sobre a translinguagem vêm dando atenção aos mais diversos processos de negociação de sentido em contextos superdiversos. Além do interesse nas práticas de sujeitos que se movem por e entre língua(gens), elas têm oferecido uma perspectiva outra para o estudo das interações marcadas pela globalização, se afastando e desafiando as convencionais correlações entre língua, nação e identidade.

Dessa forma, entende-se que o envolvimento em processos transnacionais de interação (LI WEI; HUA, 2013) e o desenvolvimento de laços em “territórios” diversos, nos força a considerar que as vidas dos sujeitos precisam ser interpretadas não mais dentro de uma lógica de estado-nação, mas sim na sobreposição e negociação de espaços que modelam a formação de suas identidades. Essa consideração se associa ao que Schiller (2004) denomina formas de ser e de pertencer, ou seja, a possibilidade de se transitar entre as práticas locais de construção de identidade (formas de ser) e as práticas que legitimam identidades relacionadas a grupos particulares (formas de pertencer).

Neste capítulo, farei uma discussão mais aprofundada do que aqui tenho chamado de **identidade**. Para isso, debatarei a contribuição de diferentes campos de estudo, como Sociolinguística, Antropologia, Estudos Culturais e Linguística Aplicada. Em seguida, apresentarei a perspectiva bakhtiniana e discutirei o que tenho entendido por negociação identitária com base em pressupostos pós-estruturalistas. Por fim, relacionarei os estudos sobre **identidade** às práticas translíngues e farei uma consideração sobre como essa discussão pode ser útil para a análise de performances identitárias em espaços digitais de construção de sentido.

3.1 SOBRE IDENTIDADES

Questões identitárias têm sido investigadas sob o escrutínio de diferentes abordagens científicas. Segundo Coupland (2007), nas últimas décadas, esses estudos se deslocaram de modelos relativamente estáticos para outros mais dinâmicos. Enquanto abordagens variacionistas e sociopsicológicas consideravam **identidade** como algo estável e independente da língua, perspectivas construtivistas e pós-estruturalistas o enxergam como uma realização interacional, produzida e negociada através do discurso.

Foi com os trabalhos de Berry (1980), Tajfel (1981) e Giles e Byrne (1982) que os estudos sobre **identidade** ganharam destaque em perspectivas sociopsicológicas. Pesquisas sobre aculturação e identidade social com base na etnolinguística foram o alicerce dos estudos sobre questões identitárias na década de 1980. Seus modelos de análise, no entanto, foram bastante criticados no que concerne à associação direta entre língua e identidade, o que indicava a consideração dos sujeitos como membros de uma comunidade linguística homogênea e uniforme. Segundo Pavlenko e Blackledge (2004), tais perspectivas eram orientadas por um paradigma ainda monolíngue e monocultural, negligenciando, assim, os complexos processos de negociação identitária em espaços multilíngues.

Outra abordagem importante para o processo de investigação identitária em contextos multilíngues foi aquela desenvolvida na Sociolinguística Interacional, cujo foco recaía nas práticas de *codeswitching*, aqui já discutidas. Trabalhos como os de Gumperz (1982), Le Page e Tabouret-Keller (1985) e Myers-Scotton (1998) marcam a transição de abordagens sociopsicológicas para perspectivas etnográficas e interacionais, que advogavam que as identidades são fluidas e construídas na interação linguística. Tais propostas demonstraram que nos mais diversos contextos de interação (sejam em contextos bilíngues espanhol-inglês, como nos estudos de Gumperz, ou em comunidades caribenhas como as pesquisadas por Le Page e Tabouret-Keller), sujeitos bi/multilíngues se moviam em espaços sociais multidimensionais em que cada ato de linguagem poderia constituir um “ato de identidade”.

Sob o conceito de “ato de identidade”, Le Page e Tabouret-Keller (1985) passaram a questionar posturas essencialistas de identidade nos estudos em Sociolinguística. Esses autores enxergavam cada ação de linguagem como uma série de atos em que os sujeitos revelavam tanto suas identidades pessoais como sua busca por papéis sociais; ou seja,

eles acreditavam que em situações em que havia complexa mistura de línguas e dialetos, os sujeitos possuíam um controle de como queriam projetar suas identidades relacionadas às línguas que falavam. Nesse sentido, a prática do *codeswitching* poderia indexar identidades específicas em interações intergrupos (como no estudo de Jacobson (1998) em que grupos de mexicano-americanos usavam o *codeswitching* para marcar sua dupla identidade).

Ao longo dos anos, no entanto, os trabalhos sobre *codeswitching* foram alvo de várias críticas. Além dos aspectos aqui já discutidos, como a própria base epistemológica e a visão de línguas como códigos distintos que podiam ser alternados, Pavlenko e Blackledge (2004) acentuam que a relação direta feita entre línguas e grupos nacionais/regionais ainda estava presente, o que ignorava o fato de que os sujeitos poderiam construir identidades particulares que não estivessem relacionadas a nenhuma de suas línguas “nacionais”.

Apesar dos avanços nos estudos sobre identidade e linguagem proporcionados pelas abordagens interacionais da Sociolinguística, acredito que ainda seja necessário expandi-los com o propósito de melhor abordar o debate sobre as práticas de negociação identitárias dos tempos atuais. Por isso, nas próximas páginas, tratarei de duas abordagens teórico-metodológicas que me parecem adequadas aos cenários de negociação de sentido nos quais tenho interesse, quais sejam, as perspectivas socioconstrutivistas e pós-estruturalistas.

Iniciarei a discussão pela Teoria dos Posicionamentos de Davies e Harré (1990) e Harré e van Langenhove (1999), por ela embasar muitos estudos sobre multilinguismo na Linguística Aplicada e por oferecer instrumentos valiosos à investigação de como negociamos **posições** identitárias através de atos comunicativos.

3.1.1 Sobre o “posicionamento teórico”

Os campos de estudos da linguagem, principalmente na área da Linguística Aplicada, têm passado pelo que Block (2003) denominou de “virada social”, caracterizada pela confluência de aportes teóricos e metodológicos oriundos de diferentes perspectivas, tais como a Sociolinguística Crítica (FIRTH; WAGNER, 1997; KUMARAVADIVELU, 1999; BLOMMAERT, 2010), estudos feministas e pós-estruturalistas (BUTLER, 1990; NORTON, 2000), estudos culturais (HALL, 1990; BHABHA, 2007) entre outras. Tais abordagens têm permitido que construtos caros à

ciência linguística, como língua e identidade, possam ser investigados levando em consideração o crescente impacto da globalização, das tecnologias digitais e da mobilidade nos processos de construção de sentido, demandando, assim, novas formas de se interpretar como as identidades são negociadas em contextos complexos de ação da linguagem. Uma das contribuições para essa “virada social” advém da Teoria dos Posicionamentos.

A Teoria dos Posicionamentos (DAVIES; HARRÉ, 1990; HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999) discute as maneiras como os sujeitos agem uns em relação aos outros no processo de construção de suas **posições** identitárias. Seu principal objetivo, ao investigar como os sujeitos se posicionam e posicionam outros através do discurso, está atrelado à tentativa de compreender o comportamento não como uma mera resposta a um estímulo, mas como um tipo de ação social. A teoria, assim, tem um caráter multidisciplinar, uma vez que se embasa na Psicologia Cultural, compreendendo os fenômenos psicológicos como performados através de práticas discursivas; teorias feministas e pós-estruturais, que têm investigado o papel da linguagem na construção e reprodução das relações sociais; e na Linguística, já que seus fundadores se embasam na problematização de como a força de determinados atos de fala posicionam sujeitos no discurso.

Através dessa convergência de perspectivas teóricas, a Teoria dos Posicionamentos busca compreender como sujeitos atribuem, ganham ou negociam normas e expectativas sociais. Nesse sentido, faz-se necessário tratar do que seus principais estudiosos entendem por **posição** e **posicionamento** nos processos de negociação identitária e discutir seus impactos na análise de práticas translíngues.

3.1.2 Conceitos-Chave da Teoria dos Posicionamentos

A Teoria dos Posicionamentos oferece um quadro analítico que consiste na integração de dois construtos basilares: **posição** e **posicionamento**.

Em seus estudos sobre a construção identitária de sujeitos envolvidos em relações heterossexuais, Hallway (1984, p. 236) afirma que

Os discursos tornam disponíveis posições a serem assumidas pelos sujeitos. Essas posições estão relacionadas a outras pessoas. Como o sujeito e predicado de uma sentença... homens e mulheres são posicionados um em relação ao outro através dos sentidos que um discurso particular torna disponível.

Alinhados a esse pressuposto, van Langenhove e Harré (1999, p. 16) compreendem **posicionamento** como “[...] a construção discursiva de narrativas pessoais que fazem das ações de uma pessoa inteligíveis e relativamente determinadas pelos atos sociais em que os membros de uma conversa têm **posições** específicas”. Nesse contexto, os autores discutem que enquanto alguns atos sociais são reconhecidos e inteligíveis para os participantes de um evento discursivo, outros podem ser questionados e não aceitos.

A importância da definição de **posição** e **posicionamentos** tem a ver com a crítica ao estudo da subjetividade (ou do “eu” – *selves* como indicam os autores) como aquele proposto em *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman (1959), um dos pioneiros nos estudos sobre a compreensão de como as identidades são construídas em episódios sociais. O objetivo do sociólogo, ao aplicar o seu clássico modelo de dramaturgia, era compreender as interações em termos de atribuição de “papéis” para serem performadas por atores sociais. A partir dessa relação entre papel e ator social, os sujeitos interagiriam com base nas responsabilidades ditadas a cada papel assumido num determinado evento discursivo. Nesse sentido, é possível perceber que a noção de “papéis” está embasada na ideia de que haveria categorias fixas ocupadas pelos sujeitos nos processos de interação às quais seriam associadas certas expectativas atreladas a determinadas funções sociais.

Diferentemente dessa visão, a ótica da Teoria dos Posicionamentos pressupõe que os sujeitos constroem identidades, discursivamente, através do uso de categorias relacionadas a gênero, raça, classe e identidade pessoal e social disponíveis em determinadas práticas de linguagem. Essas identidades, ao contrário de “papéis”, são condicionadas socialmente e coconstruídas pelos envolvidos em tais práticas. Com isso, ao invés de se definir identidade em termos de categorias estáticas ou funções atribuídas às pessoas, o **posicionamento** oferece aos sujeitos a “opção” de aceitar ou rejeitar as **posições** destinadas a eles. Dessa forma, as categorias de gênero, raça entre outras passam também a ser compreendidas como construções sociais, tidas como variáveis e construídas no discurso.

Um exemplo que indica que nem sempre é possível compreender as práticas de linguagem com base na noção de “papéis” pode ser encontrado num estudo conduzido por Kayi-Aydar (2014). A autora percebe que numa situação de sala de aula, um estudante dominava as interações, através de frequentes interrupções e contestações da autoridade

e conhecimento do professor. Para essa autora, se fôssemos compreender tais práticas sob a ótica dos “papéis sociais”, encontraríamos dificuldades em explicar as ações desse aluno. Se o papel de um aluno é, comumente, compreendido como aquele que faz perguntas nas horas apropriadas, colabora com os colegas quando solicitado e que participa das aulas de forma significativa, como explicar, então, o fato de aquele aluno, em particular, não ter “preenchido”, adequadamente, a sua função?

A autora afirma que tanto o **posicionamento** do aluno quanto o dos demais não podem ser interpretados como meros “papéis” atribuídos. Ela defende, portanto, que tais atos possam ser compreendidos através de um conceito mais fluido e que capture as inesperadas mudanças ou transformações de **posições** em uma prática de linguagem local. Kayi-Aydar (2014) sugere, então, o trabalho com **posicionamentos**.

Desse modo, estudiosos da Teoria preferem enxergar “papéis” como as expectativas socioculturais dos sujeitos representadas dentro de um conjunto de normas e restrições, em que **posições** são ligadas a situações específicas, disputadas, desafiadas e alteradas. Por isso, **posicionamentos** fluidos, e não “papéis”, são construídos pelos sujeitos através do discurso (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999).

Nas palavras de Tan e Moghaddam (1995, p. 187, grifo dos autores):

[i]mportante para o conceito de posicionamento é a ideia de que as posições são ativamente negociadas e alcançadas, ao invés de atribuídas e passivamente recebidas. Posições discursivas não são ‘locais’ preexistentes, meramente ‘ocupados’ em práticas discursivas, mas são imanentes e se tornam colaborativamente disponíveis e realizadas por falantes *no próprio ato da conversa*.

Portanto, atribuir a outros ou ser atribuído **posições** por outros através de atos de fala é o que se pode chamar de **posicionamento**.

Como a Teoria dos Posicionamentos tem uma de suas bases nos estudos de John Austin (1962)²⁷ e John Searle (1979), Harré e van Langenhove (1999) reservam espaço importante aos atos de fala (ou como os autores chamam, ações sociais) em suas investigações. Para Harré (2012), uma ação pode ser definida como uma **performance** (tanto na fala como nos gestos, por exemplo) significativa e intencional, ao passo que um ato é entendido como o significado social dessa ação. Uma ação de linguagem, assim,

²⁷ Mais detalhes sobre as contribuições dos trabalhos de Austin para as reflexões sobre os processos de construção identitária serão dados na seção sobre performance e performatividade.

pode se tornar um ato de fala quando tal é assumido por todos os participantes (DAVIES; HARRÉ, 1990). Portanto, um ato de fala inclui as **posições** atribuídas e assumidas pelos sujeitos em práticas locais de linguagem através de sua força ilocucionária (ação social) e do seu efeito perlocucionário (ato social). Aquela refere-se ao ato de fala em si enquanto uma ação performativa (pergunta, comando, comentário), já o efeito perlocucionário refere-se às consequências do ato ilocucionário (resposta, recusa e contra-argumentação).

Apesar de a teoria se alicerçar nos estudos dos atos de fala, contemporaneamente, tem-se defendido a inclusão do termo “atos comunicativos” (HERBEL-EISENMANN *et al.*, 2015), uma vez que outros recursos semióticos tais como a postura, gestos expressões faciais e, mais contemporaneamente, recursos digitais, também contribuem para o **posicionamento**. Nesse sentido, as **posições** passam a ser interpretadas como atribuições semioticamente estruturadas ligadas às ações sociais a partir de um conjunto de repertórios já moldados culturalmente e emergentes da interação entre os sujeitos (DEPPERMAN, 2015). Essa perspectiva é valiosa para a compreensão das práticas translíngues enquanto práticas identitárias, uma vez que aponta para o caráter semiótico da construção de sentido. Assim, a escolha semiótica (e não apenas de línguas) em interações locais pode posicionar os sujeitos de diferentes formas, representando, assim, as múltiplas identidades envolvidas nos processos de negociação.

Através dos **posicionamentos**, moldados pelos atos comunicativos e suas consequentes forças e efeitos, somos capazes de reivindicar, negar, exigir ou aceitar determinadas posições discursivas. Isso significa dizer que os sujeitos, através do uso de suas **posições**, podem limitar ou permitir ações sociais.

O que discuti até o momento foi a caracterização da Teoria dos Posicionamentos, como proposta, inicialmente, por Davies e Harré (1990) e Harré e van Langenhove (1999). Tenho me debruçado sobre essa perspectiva por acreditar ser esse um importante ponto de partida para se analisar como as identidades (ou **posições** identitárias) são construídas através da linguagem. Iniciei a discussão situando a proposta teórica dos autores, cuja preocupação estava em investigar a negociação de normas e expectativas em práticas locais de ação da linguagem e abordei como ela abriu caminhos para a construção discursiva dos **posicionamentos**.

Apresentei que tal proposta teórica se embasa na discussão dos **atos de fala** (aqui entendidos como atos comunicativos ou atos sociais) e nas próprias manifestações

semióticas dos sujeitos através de atos ilocucionários e perlocucionários. Sendo assim, segundo a Teoria dos Posicionamentos, todo ato de fala/comunicativo é um fenômeno puramente social, podendo ser compreendido como a consequência de uma ação de linguagem.

É nessa tensão entre atos ilocucionários e perlocucionários (nos termos da teoria dos atos de fala) que se pode encontrar o potencial de negociação identitária através da linguagem. Digo isso porque é através da recusa, do questionamento e do confronto de determinados atos que os sujeitos se envolvem em processos de construção de novas **posições** identitárias, resultando assim, **posicionamentos** diversos dentro do discurso. É essa tensão que me interessa no que concerne à problematização da negociação de identidades de sujeitos translíngues, já que é nela e a partir dela que poderei refletir sobre como os sujeitos, dialogicamente, se posicionam através do emprego de seus recursos semióticos.

Para me aprofundar nessas questões, discutirei o que venho, ao longo deste capítulo, chamando de negociação identitária. Apesar de partir da Teoria dos Posicionamentos (e de sua consequente base nos atos de fala) expandirei tais propostas como uma forma de incluir perspectivas críticas sobre os processos de negociação de sentido através das práticas translíngues, o que me permite, assim, lançar mão de múltiplas ferramentas para a análise dos contextos de relações de poder em que os sujeitos se posicionam e são posicionados. Iniciarei, portanto, com a discussão de determinados modos de **posicionamento** que abrem brechas para se refletir sobre atos de negociação.

3.1.3 Modos de posicionamento e o caráter negociável das identidades

Como é possível perceber, o **posicionamento** é uma prática discursiva. Em uma ação social, cada envolvido posiciona outros sujeitos enquanto, simultaneamente, posiciona a si mesmo. Ou seja, sempre que alguém se posiciona, o ato discursivo implica o **posicionamento** de alguém a quem o ato é direcionado. O contrário também é verdade. Sempre que alguém posiciona outros, isso implica seu próprio **posicionamento**. Com isso, em qualquer prática de linguagem, o **posicionamento** constitui tanto quem se posiciona como também os posicionados no discurso e é, ao mesmo tempo, um recurso através do qual os sujeitos podem negociar novas **posições**.

Segundo Harré e van Langenhove (1999), o processo de negociação de novas **posições** identitárias ocorre através de três modos: **posicionamento de primeira,**

segunda e terceira ordem. Grande parte dos **posicionamentos** de **primeira ordem** é tácito, isto é, os sujeitos nem sempre se posicionam ou posicionam outros intencionalmente. Nesse estágio, as **posições** atribuídas não são desafiadas, e quando resultam em ação são chamadas de **posicionamento performativo**. Quando, no entanto, o **posicionamento** de primeira ordem é questionado, tem-se o que se chama de **posicionamento de segunda ordem**. Essa prática é também conhecida como **reposicionamento**, uma vez que os sujeitos reivindicam ações como forma de desafiar o **posicionamento** inicial, ou então, como uma maneira de negar alguém o ato de posicionar outros. Esse processo ocorre, portanto, quando há a necessidade de se questionar ou negociar **posicionamentos** de **primeira ordem**. Nesse caso, **posicionamentos** iniciais podem ser desafiados e os falantes reposicionados (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999). Há ainda processos de negociação de **terceira ordem**. Esse estágio caracteriza discussões retrospectivas de atos de **posicionamentos** prévios, ou seja, esse **posicionamento** ocorre fora da interação original, uma vez que descrevem ações que aconteceram antes da interação atual.

Para ilustrar a dinâmica desses três modos de **posicionamento**, utilizarei como exemplo um estudo feito por Menard-Warwick (2008) sobre as ligações entre gênero e **posicionamento** social em um programa de inglês como segunda língua para imigrantes latinas na Califórnia, Estados Unidos.

A análise das interações ocorreu em uma aula, cujo tema era emprego/ocupações. Durante uma atividade em que alunas deveriam assinalar numa folha opções de habilidades que julgariam apropriadas a elas, a professora da turma assume que aquelas alunas possuíam apenas habilidades de dona de casa. Isso porque a folha que foi entregue continha apenas conhecimentos relacionados à vida doméstica, tais como limpar a casa, cozinhar, passar etc. Através dessa postura, é possível perceber que a professora posiciona suas alunas como possíveis donas de casa ou candidatas a uma vaga de emprego que envolvesse habilidades domésticas, ou ainda como sujeitos que faltariam habilidades mais “especializadas”, como esperado pelo mercado de trabalho competitivo, qualificado e dominado pelos homens. Caso essa **posição** não fosse questionada por nenhuma das alunas, teríamos um exemplo claro de **posicionamento de primeira ordem**. Entretanto, não foi o que ocorreu.

Uma das alunas acrescentou à folha de habilidades “venda/compra de produtos

químicos”, apontando para a sua experiência pré-imigração com administração e empreendedorismo. A habilidade alegada pela aluna indica sua contestação à **posição** atribuída pela professora, sinalizando, assim, um processo de negociação/tensão de **posições** identitárias. Devido a sua baixa proficiência linguística, a aluna não teve oportunidades de fazer essa negociação oralmente e, por esse motivo, lançou mão de outros recursos para poder resistir à **posição** atribuída. Menard-Warwick (2008) observou que o processo de **posicionamento** das alunas estaria alinhado com a percepção da professora e, possivelmente, dos estadunidenses sobre o papel que mulheres latinas poderiam ocupar na sociedade americana. Entretanto, tal percepção foi desafiada, localmente, pelo ato social de contestação iniciado por uma das envolvidas.

Imaginemos ainda se essa aluna tivesse comentado tal episódio com seus familiares em um contexto fora da sala de aula. É verdade que seu comentário poderia não estar, conscientemente, direcionado ao fato de a professora ter expressado uma postura preconceituosa, porém, isso não impediria que seus familiares atribuísem outras **posições** a ela e à professora. Alguns poderiam falar que a professora agiu de forma muito competente por ter aplicado uma atividade apropriada ao nível de proficiência das alunas. Outros poderiam pontuar que a aluna em questão não deveria ter escrito na folha outras habilidades que não aquelas apresentadas, posicionando-a, assim, como rebelde ou subversiva. Se isso acontecesse, teríamos um caso de **posicionamento de terceira ordem**.

Esse exemplo serve para ilustrar como **posições** identitárias são construídas nas práticas discursivas em eventos locais de interação. Os **posicionamentos de segunda e terceira ordens**, nesse contexto, abrem caminhos para práticas de contestação, negação e **reposicionamento** discursivo dos sujeitos, moldando, assim, suas identidades. Antes de avançar na elucidação dos processos de negociação, acredito ser importante esclarecer o porquê de eu estar contrapondo, em certa medida, as expressões **posições identitárias e identidades**.

3.1.4 No fim, tudo é identidade?

Para Harré e van Langenhove (1999), as identidades são construídas levando em consideração diversos aspectos da vida social. Os autores esclarecem que toda e qualquer análise de construção identitária deve levar em consideração, ao menos, três níveis de interação: o **interpessoal**, o **institucional** e o **cultural**. Apesar de separar as práticas

discursivas em três grandes níveis, Harré e van Langenhove reconhecem o perigo de se pensar a sociedade como a união de três partes independentes (com cada uma sendo pesquisada por ciências diferentes, quais sejam, a psicologia, a psicologia social e a sociologia). Ao invés disso, os autores advogam que o mundo social consiste em um único grande domínio de interações, nas quais fenômenos sociais e psicológicos são gerados continuamente e concomitantemente. Nesse sentido, qualquer tentativa de se definir identidade ignorando a complexidade entre as relações **interpessoais**, **institucionais** e **culturais** que se produzem em sociedade deve ser vista com cuidado.

Por essas razões, Harré e van Langenhove (1999) indicam que o que chamamos de **identidade** é, na verdade, um processo contínuo e repetido de tomada de **posições** em seus diferentes níveis de interação. Por isso, seja a identidade vista sob um viés sociocultural (como pertencimento a uma etnia, a uma classe social, ou como “papéis” sociais como pai, mãe, professor, aluno) ou pessoal (formada por atributos que associamos a nosso “eu” em comparação aos dos outros), ela é, portanto, um processo de tomada de **posições** circunscritas nas nossas experiências individuais e coletivas e nas práticas repetidas que desenvolvemos com outros sujeitos e contextos.

Para explicar com outras palavras, defendo aqui que o que são construídas e negociadas, na verdade, são muito mais **posições identitárias** do que **identidades** propriamente ditas. Isso porque o que os sujeitos reconstróem através das práticas de linguagem que emergem das interações sociais são **posições** no discurso e não apenas **identidades** culturais, sociais ou institucionais. Ou seja, um mesmo sujeito pode performar ou ser atribuído “novas identidades” através das **posições** que ocupa em diferentes situações. Com o passar do tempo, algumas **posições** particulares podem se tornar mais dominantes que outras na forma que nos apresentamos em eventos locais de interação.

Essa minha postura não nega o fato, no entanto, de que categoriais identitárias como gênero, sexualidade, raça etc. não sejam negociadas. Pelo contrário. O que pontuou é que é na “acumulação” de **posições** no discurso que os sujeitos constroem o que se entende por identidades socioculturais e pessoais.

Esclareço esse ponto com mais um exemplo. Agir de forma multilíngue é uma posição identitária dentre muitas que um sujeito pode construir em *sites* de redes sociais. O que faz, por exemplo, um sujeito ser “lido” como “multilíngue” são as posições que ele

ocupa e as ações nas quais se envolve em contextos de comunicação transnacional. Ora, ser posicionado como “multilíngue” não está relacionado a apenas a um uso pontual de “línguas diferentes”, por exemplo, em apenas uma ou outra publicação na *internet*. Essa posição, ao contrário, é construída por aqueles que enxergam tal sujeito como assumindo, repetidamente, posturas consideradas como “multilíngues”. Aqui não se discute se tal sujeito, de fato, seja um falante proficiente em todas as línguas que emprega em suas publicações e nem se questiona se faz uso delas cotidianamente. O que se coloca é a performance repetida de se valer de diferentes recursos linguísticos em postagens numa rede social como uma maneira de indexar uma identidade “multilíngue”.

Assim, como Kayi-Aidar (2019) defende, é na acumulação de **posições identitárias** que as identidades são formadas e (re)construídas. Ou ainda como pontuam, Davies e Harré (1999, p. 1999, grifos meus)

[u]m sujeito emerge dos processos de interação social, não como um produto relativamente fixo e acabado, mas como um que é constituído e reconstituído através de várias práticas discursivas das quais participa. É o mesmo sujeito que é variavelmente posicionado na interação. Ainda que posicionado de diversas formas, podemos dizer que a mesma pessoa experiencia e projeta aspectos de seu ‘eu’ que estão envolvidos na continuidade de uma multiplicidade de ‘eus’.

Parece-me adequado, portanto, afirmar que há pontes que ligam a Teoria dos Posicionamentos a duas perspectivas que, reservadas as suas diferenças, têm acompanhado as teorizações sobre a construção da subjetividade e das identidades. A primeira delas se apoia nas reflexões desenvolvidas por Judith Butler (1990; 1999), ao apontar que a identidade de gênero (seu interesse de estudo) é performativa, isto é, constituinte da identidade que ele pretende ser. Com seus trabalhos, a autora tem aberto grandes possibilidades para se pensar nos modos através dos quais performamos atos de identidade como um processo contínuo de **performances** culturais e sociais, desafiando a noção de que expressamos uma identidade pronta e preexistente. E a segunda perspectiva encontra terreno fértil na natureza dialógica da linguagem como defendida por Bakhtin e o seu Círculo. A seguir, discutirei, mais detalhadamente, o papel da **performatividade** na constituição dos **posicionamentos identitários**, para, na sequência, apresentar as contribuições bakhtinianas.

3.1.5 Sobre performances e negociações

Performance e performatividade não são conceitos estranhos aos estudiosos da Linguística, Análise do Discurso e Pragmática, para citar apenas algumas ciências da linguagem. No universo artístico, a **performatividade** é entendida como características da **performance**, enquanto essa é vista como o produto de um conjunto de ações cujas intenções são “mostrar” uma ideia. Assim, o que constitui a **performance/performatividade** nesse contexto é a relação simbiótica entre audiência, atores, roteiros e palco (MILLER, 2007). Nos estudos sociológicos, conceitos equivalentes foram discutidos, principalmente, nos trabalhos de Goffman (1959), aqui já citado e, na linguística, por Austin (1962), como elementos centrais da teoria dos atos de fala.

A discussão sobre **performatividade** foi encabeçada por J. L. Austin ([1962] 1990), em seu livro *Quando dizer é fazer: Palavras e ações*²⁸ para descrever um tipo particular de ato de fala que faz o que diz, ou performa um ato na enunciação, tais como “Eu prometo que irei”, “Eu vos declaro marido e mulher” etc. O autor distinguiu os atos em dois tipos: **constativos** e **performativos**. O primeiro descreve ou relata um estado de coisas e, por isso, pode se submeter ao critério da verificabilidade, ou seja, pode ser verdadeiro ou falso, segundo uma perspectiva positivista lógica. Por exemplo, a constatação clássica “a neve é branca” é descritiva e, como tal, verdadeira ou falsa. Já o segundo tipo de ato é o **performativo** que quando enunciado, realiza uma ação. O exemplo “Eu vos declaro marido e mulher” não descreve e nem relata uma ação, portanto, não pode ser interpretado pelo seu valor de verdade. Ao invés disso, esse enunciado deve ser compreendido como **performativo**, já que quando é proferido, realiza a ação denotada pelo verbo. Isto é, a declaração é **performativa** porque é através do pronunciamento das palavras que a cerimônia é realizada. Além disso, seu sucesso depende de um conjunto de fatores contextuais tais como ser enunciado por pessoas autorizadas (padre) e na circunstância adequada (casamento), por exemplo.

O trabalho com os atos de fala ocupou espaço considerável nos estudos linguísticos por um certo período. Entretanto, dificuldade na “análise performativa” de todas as práticas de linguagem com base na descrição e levantamento de atos de fala levou os estudos de Austin a perder o fôlego.

²⁸ Tradução de Danilo Marcondes de Souza (1990) do livro *How to do things with words* (1962).

Mais tarde, teóricos denominados pós-estruturalistas, tais como Habermas (1984), Derrida (1986) e Bourdieu (1991), para citar alguns, retomam os estudos de Austin como um modo de investigar como a língua pode funcionar como uma forma de atividade social, alcançando diferentes efeitos e fazendo com que pessoas ajam de determinadas maneiras. Trazendo assim, os estudos **performativos** de volta ao palco. No entanto, mais adequados aos objetivos desta pesquisa são os trabalhos da filósofa Judith Butler (1990; 1993; 1997; 1999), importante nome na chamada teoria *queer*, para quem a **performatividade** “[...] não é um mero ato usado por sujeitos pré-determinados, mas sim uma poderosa e traiçoeira forma através da qual os sujeitos ganham vida [...]”. (BUTLER, 1999, p. 125). Com isso, Butler e demais estudiosos do campo defendem posições que procuram desnormalizar qualquer projeto identitário entendido como natural, dado ou legítimo (MOITA LOPES, 2013a).

Assim como Austin estabeleceu que atos como “eu prometo” não descrevem um estado pré-determinado de coisas, mas na verdade criam um, Butler (1990) afirma que o gênero também é **performativo**, porque configura a sua existência por meio de seu próprio pronunciamento. A autora afirma que categorias como “feminino” e “masculino” não são características que nós possuímos, mas efeitos de sentido que produzimos a partir das coisas específicas que fazemos. Por isso, ela pontua que

[g]ênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos dentro de uma estrutura rígida e reguladora que se consolida com o passar do tempo, produzindo o que aparenta ser substância, uma espécie ‘natural’ do ser [...]. (BUTLER, 1990, p. 33).

Portanto, gênero, como pontuam Livia e Hall ([1997] 2010, p. 122), é tido como **performativo** porque, como ocorre em enunciados como “É uma menina!”, no momento de nascimento de um bebê, por exemplo, não se está apenas descrevendo um acontecimento, mas prescrevendo-o, exigindo, assim, que a criança

[...] aja de acordo com as normas vinculadas a gênero e, além disso, que crie um gênero apropriado em cada ato culturalmente percebido que ela realizar, desde a maneira como penteia seu cabelo até a maneira como caminha, fala ou sorri [...].

Ou seja, a partir desse momento, aquele bebê já passa a ter um gênero e sobre ele incidem as normas de gênero construídas e impostas pela sociedade.

É importante observar, no entanto, que o ato de enunciar e, ao mesmo tempo,

“construir” o gênero, não significa que não estejamos, constantemente, performando identidades²⁹ generificadas. Para Butler (1993), construímos através da linguagem, a identidade que pretendemos ser/ter, isto é, é o discurso que produz falantes e não o contrário. Portanto, as identidades (de gênero) podem ser vistas como o resultado consolidado de atos repetidos, realizados por sujeitos que estão, a todo momento, esforçando-se para se constituírem como homens e mulheres “adequados” (CAMERON, [1998] 2010).

Essa abordagem performática de linguagem e identidade aponta, assim, para a concepção de um sujeito construído através de **performances identitárias** ritualizadas e sedimentadas ao longo do tempo (BUTLER, 1999), ou seja, a constituição/negociação identitária se dá na relação dialética entre a constituição discursiva dos sujeitos e a sua relação com a sua constituição social. Portanto, as pontes entre a Teoria dos Posicionamentos e a perspectiva performática de identidade são estabelecidas na defesa que ambas fazem da constituição identitária como um acúmulo de **posicionamentos** no discurso e/ou de atos **performativos**, ao longo do tempo, ou como nas palavras de Butler (2002, p. 64):

[...] [a] performatividade de gênero sexual não consiste em eleger de que gênero seremos hoje. Performatividade é reiterar ou repetir as normas mediante as quais nos constituímos: não se trata de uma fabricação radical de um sujeito sexuado genericamente. É uma repetição obrigatória de normas anteriores que constituem o sujeito, normas que não se pode descartar por vontade própria.

Sobre isso, Moita Lopes (2013a) aponta para o fato de que os sujeitos não estão fadados a repetir continuamente **performances** já formuladas, pois vivem sob regulamentos muito bem firmados sobre o que podem ou não fazer. Para esse autor, no entanto, isso significa dizer que “[...] se por um lado, repetimos *performances*, por outro lado, por se tratar de repetições, elas nunca são iguais e, como são sempre encenadas para

²⁹ Apesar de tentativas de distinção entre performance e performatividade, Colling, Arruda e Nonato (2019) observaram que a própria Butler, às vezes, usa os termos como sinônimos. Isso se tornou muito comum em vários estudos que utilizam a teoria da performatividade de gênero, o que não quer dizer que as pessoas, ao usarem a ideia de performance, estejam pensando apenas em performances artísticas, pois ela se estendeu para outros âmbitos tais como o pessoal, profissional e educacional. Ao tratarem das performances identitárias de gays afeminadas, por exemplo, os autores defendem que elas nos ensinam muito mais do que a oposição entre performance e performatividade, já que borram a fronteira entre performatividade e performance de gênero, que foi, paradoxalmente, pensado por Butler de forma rígida. Indico a leitura para mais *insights* sobre a relação entre identidade de gênero, performance e performatividade.

outros, dependem dos significados que outros atribuem ao que fazemos [...]”. (MOITA LOPES, 2013a, p. 243, grifo do autor). O autor, assim, coadunando com as ideias de Pennycook (2007), afirma que enquanto o **performativo** dá conta de **performances** repetidas, a **performatividade** inclui a possibilidade de inaugurarmos **performances** inovadoras. Nesse sentido, compreende-se que os processos de construção identitária também são marcados por atos de subversão.

Importante na teoria da **performatividade** é que ela nos permite reconhecer a instabilidade e a variabilidade das identidades e, desse modo, do comportamento que exhibe a **performatividade** delas. Logo, ao passo em que defende que o gênero é regulado e policiado por normas socioculturais extremamente rígidas, Butler (1993) não reduz homens e mulheres a meros reprodutores/repetidores de condutas sociais. Como Cameron ([1998] 2010) discute, para Butler as pessoas são “[...] agentes conscientes que podem – apesar de, com frequência, com certo custo social – optar pelo engajamento em atos transgressores, subversivos ou que denotem resistência [...]”. É nesse engajamento que algo estranho pode acontecer, onde a norma é rechaçada ou revisada, ou onde começam novas formulações de gênero (BUTLER, 2014). É possível perceber, portanto, mais um elo entre as teorizações performáticas e o que Harré e van Langenhove (1999) chamam de **posicionamento de segunda ordem**, já que os sujeitos se engajam em processos subversivos de negociação de **posições** através de **performances/posicionamentos** identitários produzidos no e por discursos anteriores.

A discussão sobre **posicionamentos** e **performances identitárias** abre maneiras significativas de se repensar o papel da linguagem na construção identitária e vice e versa. De forma crucial, como aponta Pennycook (2004, p. 13),

[...] nos oferece uma forma de pensar a relação entre linguagem e identidade que enfatize a força produtiva da linguagem na constituição da identidade ao invés de identidade ser vista como um construto pré-determinado que é refletido no uso da língua [...].

Tais teorizações nos possibilita desnaturalizar todo e qualquer sentido de essência para as identidades, que passam a ser vistas como estando sempre em construção ou produzidas por meio de efeitos de sentido que provocam na **performance** (MOITA LOPES, 2013b). Portanto, os sujeitos têm papel ativo no processo de construção e negociação de suas

performances³⁰, já que têm o potencial de se apropriar e subverter as **posições** às quais foram atribuídos.

Realizadas as considerações sobre o papel dos estudos sobre **performance** e **performatividade** na noção de **posicionamento identitário**, seguirei para a segunda perspectiva que dialoga com tais pressupostos, qual seja, a bakhtiniana.

3.1.6 Estar no mundo através da linguagem: as identidades desde um viés dialógico

A principal ideia promulgada pela visão bakhtiniana de linguagem é de que ela é inerentemente dialógica. Logo, os trabalhos de Bakhtin e de seu Círculo são fundamentados numa ontologia em que o “eu” não é uma essência, mas sim um construto relacional. Nesse sentido, a identidade não é vista como autônoma, como proposta pelo subjetivismo cartesiano (penso, logo existo). Ao contrário, para Bakhtin, a identidade se constrói no diálogo: “[...] eu sou consciente de mim mesmo e me torno eu mesmo somente enquanto me revelo para um outro, por meio de outro e com o auxílio do outro”. (BAKHTIN, 1984, p. 287).

O dialogismo bakhtiniano nos oferece uma forma de pensar as identidades e o mundo social não como duas entidades separadas que estão em interação uma com a outra; ao contrário, elas são vistas como dois lados da mesma moeda, relativas à e constitutivas uma da outra. Essa consideração nos faz observar que o diálogo não deve ser interpretado como uma mera troca de enunciados entre as pessoas, mas sim como um meio de relação entre sujeitos situados no mundo com os outros.

Em cada ato de linguagem, um enunciado é a expressão da experiência subjetiva. Ele é construído em um contexto de um fato social, realizado em um determinado tempo e espaço, sendo, assim, irrepetível e socio-historicamente situado. Por isso que à toda atividade de linguagem produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados se dá o nome de **enunciado concreto**, pois ele “nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação”. (VOLOSHINOV, [1926] 1997, p.

³⁰ É válido citar a contribuição dos estudos da chamada terceira onda da Sociolinguística. Embasados na noção de estilo enquanto maneiras como os falantes empregam os recursos de variação linguística para produzir sentidos nos encontros sociais, autores alinhados a essa perspectiva defendem que tal orientação sobre o construto “identidade” nos ajuda a compreender tanto como os falantes criam diferentes relações sociais por meio de suas escolhas estilísticas, quanto como os estilos e contextos sociais se inter-relacionam. Sugiro a leitura de Nikolas Coupland (2007) para saber mais sobre como a noção de estilo se relaciona com o pressuposto da performance/performatividade.

122). A enunciação, dessa maneira, apresenta uma estrutura dialógica de relação entre o “eu” e o “tu” marcada pela história, pelo social e pelo ideológico. Nesse viés, portanto, o “tu” é condição de existência de um “eu”.

Para Bakhtin, o diálogo cria a possibilidade para a linguagem. Nessa lógica, a linguagem é essencial para a construção da visão de mundo dos sujeitos e de suas identidades. Conforme Pires e Sobral (2013), os sujeitos constituem suas identidades no mundo:

Os sujeitos são eventos *no* mundo, inscrições de ser e de sentido no mundo. Mas que mundo é esse? É um mundo concreto-transfigurado. Mundo concreto, porque é um mundo que existe (fenomenologicamente) antes de nós e ao nosso redor. Mas é também mundo transfigurado, mundo interpretado, representado simbolicamente [...], um mundo avaliado, valorado [...]. (PIRES; SOBRAL, 2013, p. 208-209, grifo dos autores).

A perspectiva dialógica de linguagem de Bakhtin, assim, se fundamenta na negação da possibilidade de se conceber o sujeito fora do discurso que produz, por ele se constituir como apenas uma propriedade das muitas vozes que enuncia. Logo, a identidade em termos bakhtinianos é dialógica por natureza, se constituindo pela negociação de sentido entre sujeitos situados socio-historicamente (RIOS, 2005). Em outras palavras, tal perspectiva nos leva a compreender que “[...] [o] mundo exterior chega a mim via palavra do outro [...]”. (PIRES; SOBRAL, 2013, p. 215).

Diante da consideração de que todo enunciado é dialógico (e concreto), isto é, ele é intrinsecamente uma resposta a enunciados anteriores, estando aberto a diferentes valorações de enunciados futuros, convém pontuar que o ato de linguagem envolve uma autoria, uma “assinatura” que não é a mera expressão deliberada da subjetividade; para além disso, todo ato de linguagem revela uma posição sujeito. Ora, se frente a qualquer enunciado se assume uma postura ativamente responsiva de um sujeito específico em contextos específicos, tal postura é orientada pela visão de mundo que se tem, oriunda da realidade sócio-histórica na qual o sujeito está imerso, ou seja, é produto e processo da sua relação frente à vida real, vivida concretamente (MOLON; VIANNA, 2012).

É nessa atitude responsiva de nos posicionarmos frente a cada enunciado que fica sugerida a relação entre a perspectiva bakhtiniana de identidade com os construtos **performance** e **posicionamento** aqui trabalhados. Conforme nos apontam Molon e Vianna (2012, p. 157-158, grifo dos autores):

[...] se um enunciado concreto sempre é resposta a outro anterior e abre-se para respostas de outros enunciados futuros, ele, como resposta, sempre está marcado por uma atitude valorativa do enunciador. Sem se posicionar, o enunciador não está apto a responder coisa alguma. E como a responsividade é fundamental na teoria do Círculo, logo o posicionamento é compulsório – consciente ou não. [...] Fica claro, portanto, que cada enunciado é marcado pelo posicionamento de seu enunciador. E é a essa marca que se pode dar o nome de *voz*. As vozes do discurso, então, são os diversos posicionamentos marcados no enunciado, posicionamentos e marcas que carregam consigo um acento valorativo frente a um enunciado e frente à vida.

Aqui, portanto, é possível observar que a intersubjetividade é anterior à própria subjetividade, já que são os enunciados e as posições valorativas dos outros que instituem a subjetividade.

Desse modo, o posicionamento dialógico dos sujeitos, se assim posso chamá-lo, se sustenta nas vozes que se enfrentam em um mesmo enunciado, representando diferentes experiências históricas, sociais e linguísticas, emergentes do processo de interação.

À vista disso, o que se pode depreender dessa postura bakhtiniana é que a identidade é algo que criamos para nós mesmos a partir de fragmentos negociados por outros, “pelo espelho do outro” (PIRES; SOBRAL, 2013, p. 210). Dessa forma, os sujeitos são vistos como um constante tornar-se, uma vez que não há identidade como algo fixo, mas “modos individuais de identificar-se” (PIRES; SOBRAL, 2013, p. 210). A identidade se constrói mediante os nossos atos de linguagem num movimento sempre em direção ao outro, “um reconhecimento de si pelo outro e um reconhecimento do outro pelo sujeito que a ele se dirige”. (PIRES; SOBRAL, 2013, p. 217).

Por fim, os diálogos entre a Teoria dos Posicionamentos e a concepção performática de linguagem se mostram mais que pertinentes para esta tese, uma vez que realçam o processo constante de negociação e de autoconstituição do sujeito, num incessante “tornar-se no mundo”; um “ser evento”, que não pode deixar de se responsabilizar por estar e agir com o outro no âmbito da linguagem (LIMA, 2018).

Mas, uma pergunta persiste: o que significa “negociar identidades”? É sobre ela que dedicarei espaço considerável nos próximos parágrafos, enquanto buscarei relacionar os estudos sobre **performances** e **posicionamentos** com os processos de negociação identitária de sujeitos translíngues.

3.2 NEGOCIANDO (POSIÇÕES DE) IDENTIDADES TRANSLÍNGUES

Em *Negociação de identidades em contextos multilíngues*³¹, Pavlenko e Blackledge (2004) reúnem uma gama de textos que discutem as formas através das quais as identidades (ou **posições** identitárias) são negociadas em diferentes contextos de ação pela linguagem. Os autores, especificamente, partem da Teoria dos Posicionamentos, alinhada às abordagens pós-estruturalistas, como proposta de investigação dos meios através do quais as identidades são situadas nas práticas discursivas. Para eles, os processos de negociação identitária advém da interação entre as práticas em que os sujeitos se posicionam no discurso (também chamadas de **posicionamento reflexivo**) e as já discutidas práticas de **posicionamento interativos**, isto é, quando os sujeitos posicionam outros. Para Pavlenko e Blackledge (2004, p. 19), portanto, o interesse pelos estudos de negociação de **posições** identitárias está “[...] em contextos onde múltiplas interpretações ou sentidos colidem, resultando numa luta por poder”. Aqui, é possível sugerir a relação da proposta dos autores com os processos de negociação de **segunda ordem**, discutidos anteriormente, uma vez que eles deixam claro que “[...] identidade se torna interessante, relevante e visível quando é contestada ou está em crise [...]”. (PAVLENKO; BLACKLEDGE, 2004, p. 19).

Tendo isso em mente, é coerente reconhecer, portanto, que a relação estabelecida por Pavlenko e Blackledge (2004) com a Teoria dos Posicionamentos está fincada num dos conceitos mais importantes na investigação dos processos de negociação de **posições** identitárias, que é o de **poder**. Aqui, coaduno com as propostas da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) que melhor ilustram as tensões que caracterizam os processos de **posicionamento** identitário.

De acordo com van Dijk (1997, p. 24, grifos do autor), “[...] o problema ético real no qual precisamos focar a pesquisa sobre discurso crítico é... o exercício *ilegítimo* de poder, que é o *abuso* de poder ou *dominação*”. Essa perspectiva é seguida também por Norman Fairclough (2001) para quem o **poder** é visto como uma força opressiva na sociedade, calculado para subjugar oposição aos mecanismos através dos quais o *status quo* é mantido nos interesses dos seus detentores. O autor, assim, se alinha aos estudos de **poder** que ressaltam sua relação com ideologia e hegemonia de base marxista.

³¹ Do original: *Negotiation of identities in multilingual contexts*.

Além de perspectivas marxistas, a ACD também corrobora a noção foucaultiana de que o **poder** não é simplesmente opressivo, mas também circula por e entre todas as relações e práticas sociais. Sobre o poder, Foucault (1980, p. 98) afirma que

[...] os indivíduos não apenas circulam por entre seus fios; eles estão também na posição de simultaneamente sofrer e exercer esse poder. Eles não estão inertes ou são seu alvo consentido; eles são também os seus elementos de circulação [...].

Assim, o **poder** deve ser analisado como algo sempre em circulação, ao invés de funcionar apenas em forma de cadeia. Por isso, nos interessa saber que ele (o poder) nunca está localizado aqui ou ali, nunca nas mãos de uma única pessoa, já que é empregado e exercido através de uma teia de relações complexas.

Nesse sentido, acredito que compreender as relações de poder criadas e circuladas pelos discursos seja um caminho possível para se analisar como as práticas de linguagem expressam e modelam as relações de dominação e acesso aos mais diferentes níveis de interação, isto é, para os objetivos deste trabalho, me interessa investigar, através do processo de **posicionamento**, como os sujeitos negam e são negados acesso a determinadas práticas sociais e a diferentes recursos semióticos em contextos locais de negociação identitária.

Tendo esse arcabouço em mente, Pavlenko e Blackledge (2004, p. 19) definem **identidade** como

[...] opções sociais, discursivas e narrativas oferecidas a uma sociedade em particular num tempo e local específico, às quais indivíduos e grupos de indivíduos recorrem numa tentativa de se afirmarem, se caracterizarem e reivindicarem espaços e prerrogativas sociais [...].

Partindo dessa definição e evidenciando a relação entre linguagem, poder e identidade, os autores propõem pensar a construção identitária a partir de três processos, quais sejam: **identidades impostas**, **identidades assumidas** e **identidades negociáveis**.

As **identidades impostas** são aquelas que não podem ser negociadas e nem subvertidas pelos sujeitos. Um exemplo que se encaixa nessa definição pode ser encontrado nas práticas de identificação de judeus na Alemanha Nazista. Apesar de os sujeitos negarem ou discordarem com a imposição do rótulo de “judeu”, isso não os impediram de ser exterminados. Outro exemplo foi a mudança de nomes de imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos no início do século XX. Apesar de ter havido movimentos contrários a tal prática, os sujeitos não puderam negá-los, já que era condição

para se viver no novo país.

As **identidades assumidas**, para Pavlenko e Blackledge (2004), assim como as **impostas**, também não são negociáveis, mas fazem com que muitos sujeitos se sintam confortáveis com elas ou não tenham interesse em contestá-las. Segundo os autores, essas identidades são, normalmente, aquelas mais valorizadas e legitimadas por discursos dominantes sobre identidade. Por exemplo, o **posicionamento** de sujeitos como heterossexuais, brancos e de classe média os confere muito mais vantagens do que malefícios.

Por fim, os autores discutem as **identidades negociáveis**, centro de sua problematização e que se relacionam, em grande medida, tanto com os **posicionamentos de segunda e terceira ordens**, assim com a **performances** subversivas e a noção de negociação que tenho defendido neste texto. Para os autores, essas identidades se referem às **posições** que podem e são contestadas e resistidas através de práticas discursivas diversas. Esse processo de negociação se assemelha ao que Manuel Castells (1999) denominou **identidade de resistência**.

Partindo também do pressuposto que a construção social identitária sempre ocorre em contextos marcados por relações de poder, Castells sugere três formas através das quais as identidades são negociadas: **identidade legitimadora** – introduzida pelas instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação às identidades dos sujeitos (acredito que esse nível de negociação se relacione com as identidades impostas, como defendido por Pavlenko e Blackledge (2004)); **identidade de resistência** – que indica a construção de **posições** identitárias de sujeitos que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação, resultando assim em **posições** de resistência e sobrevivência; e **identidade de projeto** – quando os sujeitos constroem novas identidades capazes de redefinir suas **posições** sociais, levando-os, assim, a buscar por transformação das sociedades em que vivem.

Segundo Castells (1999, p. 25), a **identidade de resistência** é, provavelmente, uma das mais importantes no processo de construção/negociação identitária, uma vez que “[...] dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia”. Nessa ótica, a **identidade de resistência** é de oposição e de construção de caminhos que permitem os sujeitos

questionarem discursos homogeneizantes sobre suas subjetividades e experiências.

Com essa contextualização, fica sugerido que o foco de Pavlenko e Blackledge (2004) está na problematização das estratégias e recursos empregados pelos sujeitos que os permitem resistir e confrontar discursos de poder que os inferioriza, ou nos termos de Castells (1999), o foco está nas trincheiras de resistência e sobrevivência. Nesse sentido, atenção é dada aos sujeitos agentivos (ou subversivos), isto é, “[...] aqueles que estão em constante busca de novos recursos linguísticos e sociais que os permitam resistir identidades que os posicionam de formas indesejáveis [...]”. (PAVLENKO; BLACKLEDGE, 2004, p. 27).

Apesar desse arcabouço ser valioso para os meus propósitos de pesquisa, acredito que Pavlenko e Blackledge (2004) deixam um pouco de lado a discussão sobre o papel contextual nesses processos de negociação identitária. Como já foi levantado aqui, toda e qualquer análise dos **posicionamentos** identitários deve ser abordada através de uma perspectiva sócio-histórica, ou seja, cada categoria de negociação deve ser compreendida e estudada levando em consideração circunstâncias históricas, sociais e políticas envolvidas em sua construção. Dessa maneira, o que se entende por **identidade imposta** ou **não negociável** pode mudar ao longo do tempo. Por isso, acredito que haja uma tensão entre a adoção que os autores fazem de uma perspectiva de sujeito agentivo e a suposição de que algumas identidades não sejam negociáveis. Isso dá a impressão de que agentividade esteja relacionada apenas a **posições** de resistência, enquanto seria mais produtivo (e como será assumido neste trabalho) investigar os mecanismos através dos quais identidades são impostas e assumidas.

Outra postura teórico-metodológica pertinente aos objetivos que tenho traçado nesta pesquisa é aquela discutida por Canagarajah (2013a, 2013b). Indo além do paradigma do multilinguismo que sustenta a defesa de Pavlenko e Blackledge (2004), o linguista aplicado cingalês desenvolveu uma proposta analítica para fazer jus aos contextos superdiversos de construção identitária. Guiado por uma orientação pós-colonial nos estudos da linguagem, Canagarajah (2013a) defende que as identidades de sujeitos translíngues são modeladas e construídas através do emprego de diferentes estratégias em suas práticas discursivas. O autor, assim, busca não apenas problematizar a complexidade nas formas de comunicação contemporânea sob outras perspectivas, como também relacionar o emprego de tais estratégias aos processos de negociação da

subjetividade em zonas de contato.

A consideração da translinguagem no processo de negociação identitária proposto por Canagarajah (2013a) se embasa no entrelaçamento dos seguintes pressupostos: os sujeitos buscam negociar e manter suas diferenças linguísticas nas interações; eles constroem normas intersubjetivas para a comunicação, assim como agem através de recursos híbridos (não apenas através da mistura de línguas); e exploram os recursos ecológicos nos processos de construção de sentido. Com isso, esse autor apresenta sua formulação dos processos de negociação de sentido embasado na noção de **estratégias translíngues**. Para Canagarajah (2013a), durante as interações, os sujeitos empregam e desenvolvem estratégias de negociação que constituem o que ele chama de “gramática de práticas”, isto é, processos de construção de sentido desenvolvidos nas e através das práticas de linguagem.

Apesar de partir de estudos já consolidados sobre estratégias de comunicação empregadas em diálogos interculturais, tais como as propostas sobre ensino de inglês como segunda língua/língua estrangeira (CANALE; SWAIN, 1980), Pragmática (HOUSE, 2002, 2003; LI, 2002), Análise da Conversação (FIRTH, 1990; 1996; MEIERKORD, 2004) e estudos sobre Inglês como Língua Franca (KAUR, 2009), Canagarajah (2013a) também aponta que, em certa medida, tais arcabouços se mostram teoricamente inadequados para os tipos de práticas de linguagem nas quais está interessado. Grande parte da crítica feita pelo autor se centra no fato de que muitos desses estudos, além de ainda tratarem os falantes de outras línguas como deficientes ou almejando atingir um ideal linguístico, ratificam visões de línguas como sistemas fechados e que servem como meros instrumentos para uma comunicação efetiva e harmoniosa. O autor aponta que, na verdade, o que permite que os sujeitos se comuniquem são as próprias práticas comunicativas e estratégias que usam para negociar suas diferenças. Dessa forma, Canagarajah (2013a) afirma que os sujeitos translíngues tratam as línguas como um recurso, um sistema aberto que se molda a práticas situadas, em que as gramáticas estão à serviço da construção de suas identidades, ou seja, à serviço das práticas discursivas locais e não o contrário.

Os processos de negociação de identidade são divididos em quatro macroestratégias: **envoicing**, **interação**, **entextualização** e **recontextualização**, cada uma delas correspondendo a um aspecto central da interação discursiva, respectivamente:

peçoal, social, textual e contextual. Como grande parte das reflexões empreendidas por Canagarajah (2013a) se embasa em seus estudos sobre escrita acadêmica, o alicerce dos estudos de construção identitária é a concepção de texto como **prática performativa**, ou seja, a concepção de que os sujeitos negociam suas **posições** identitárias através de **performances**. De acordo com esse autor, a noção de **performance** “[...] enfatiza que as práticas de letramento não são sobre dar sentido a um texto pré-construído ou preexistente. Tais práticas *são* o texto [...]”. (CANAGARAJAH, 2013b, p. 44, grifos do autor). Além disso, ele discute que

[...] [o] texto em si não é constituído de sentido, mas oferece os recursos para a construção de sentido. Ainda mais importante, o *status* de leitor e escritor é redefinido, já que todos são tanto leitores como escritores, compartilhando mútua responsabilidade na construção de sentido [...]. (CANAGARAJAH, 2013b, p. 44, grifo meu).

Embora cada processo/estratégia de negociação identitária englobe diferentes práticas de linguagem, Canagarajah ressalta que elas não ocorrem separadamente, mas de forma interconectada. Dessa maneira, faz-se necessário tecer considerações sobre o que vem a ser cada uma delas.

Estratégias de *envoicing* – essas estratégias descrevem a forma através da qual os sujeitos hibridizam recursos semióticos para satisfazer seus propósitos comunicativos e performar identidades específicas, ou seja, se referem aos modos como eles imprimem suas vozes/identidades nos processos de negociação de textos e identidades. Aqui é válido esclarecer que para Canagarajah (2004), é através da impressão de suas vozes que os sujeitos conseguem se posicionar através da linguagem. Para esse autor, a voz se manifesta nos contextos microssociais da comunicação humana, enquanto “identidade”, “papéis” e “subjetividade” são construtos macrossociais (isto é, experienciados no nível da história, da sociedade e da ideologia, respectivamente). Com isso, Canagarajah (2004, p. 268) afirma que “[...] é no nível microssocial da vida cotidiana e das interações linguísticas que alguém é capaz de resistir, modificar ou negociar as estruturas sociais mais amplas [...]”. Partindo do pressuposto de que língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas também uma forma de identificação, para Canagarajah (2004), os sujeitos desenvolvem tais estratégias não apenas para transferirem uma mensagem, mas para expressá-la de uma maneira que suas **posições** identitárias possam ser representadas.

Sujeitos translíngues podem fazer isso através de práticas de hibridização linguística, do uso do vernacular, com propósitos comunicativos específicos mesmo em situações formais e através da estilização (COUPLAND, 2007) de recursos linguísticos e não-linguísticos que indexicalizam determinadas identidades de gênero, tais como o tom de voz, gestos, dentre outros.

Estratégias de interação – ao passo que as estratégias de *envoicing* lidam com o aspecto pessoal da comunicação, as interacionais se situam no campo social. Canagarajah (2013a, p. 82) define-as como “[...] uma atividade social de coconstrução de sentido através da adoção de estratégias colaborativas e recíprocas”. Dessa forma, os sujeitos se envolvem no processo de negociação de sentido com o intuito de entenderem uns aos outros. É valioso, nesse processo, o conceito de “alinhamento” (*alignment*), definido como formas que os sujeitos encontram de combinar os recursos linguísticos que trazem para o processo de negociação de acordo com as pessoas que participam da interação (CANAGARAJAH, 2013a). Desse modo, elas estão baseadas no entendimento de que os sujeitos estão dispostos a colaborar na construção de sentido apesar das diferenças que os constituem. Canagarajah (2013a) esclarece que esse processo não se refere apenas à ordem da negociação de sentido linguístico *stricto sensu*, mas também ao âmbito da negociação social e retórica. Por exemplo, ao negociar mal-entendidos ou ao influenciar a opinião de alguém (retórica), o sujeito busca formas de projetar sua identidade e estabelecer relações de poder através da linguagem (âmbito social).

Estratégias de entextualização – se referem ao aspecto textual do processo de negociação de sentido. Elas oferecem pistas de como os sujeitos devem monitorar e manipular seus processos de criação de textos através da exploração de recursos espaciais e temporais. Apesar de elas estarem mais ligadas ao discurso escrito (no qual autores escrevem múltiplas versões de um texto através de rascunhos, edições e revisões constantes), também podem ser relacionadas ao discurso oral, por meio de estratégias como a de segmentação, em que os sujeitos transformam enunciados longos em frases mais curtas, ou ainda, da regularização, que demanda o domínio de recursos retóricos, tais como deslocar a informação mais importante de um enunciado para frente da frase. Portanto, essas estratégias são construídas como uma forma de estratégia discursiva, em

que os sujeitos desenvolvem a capacidade de compreender padrões e características de gêneros discursivos diversos.

Estratégias de recontextualização – baseado nos estudos da Sociolinguística Interacional, voltados para as estratégias que governam os usos sociais e contextuais da língua, Canagarajah (2013a) teoriza sobre as estratégias de recontextualização considerando que os sujeitos precisam lançar mão de pistas contextuais para que a comunicação seja bem-sucedida. É pertinente para o estudo dessas estratégias o conceito de enquadre (*frame*) de Gregory Bateson ([1972] 2002) e Erving Goffman (1974), para os quais, o enquadre contém uma série de pistas que indicam como devemos interpretar determinadas práticas de linguagem. Para Bateson ([1972] 2002), o enquadre oferece elementos que, combinados de certas formas, delimitam que tipo de prática está ocorrendo e, por conseguinte, como cada participante deve responder àquela situação específica. Para Ribeiro e Royle (2002), a grande contribuição da noção de *frame*, em uma perspectiva interacional da linguagem, é a de enfatizar que não existe discurso que não esteja enquadrado, ou seja, as ações sociais nunca ocorrem fora de um enquadre, e os sujeitos estão continuamente reenquadrando a interação e modificando, assim, a interação em andamento.

Com esse apanhado, é possível perceber a intrínseca relação entre as abordagens performativas e da Teoria dos Posicionamentos com as propostas de Canagarajah (2013a; 2013b) no que concerne à coconstrução de **posições** identitárias através do discurso. Juntas, essas perspectivas me possibilitarão investigar de que forma os sentidos/identidades são construídos e negociados através das práticas de linguagem de sujeitos envolvidos em contextos de relação desigual de poder.

Agora que tanto o conceito de **identidade** quanto o de negociação de **posição** identitária foram esclarecidos, iniciarei uma discussão os processos de construção identitária em espaços digitais. Como minha pesquisa está centrada nas práticas de negociação de textos em redes sociais, é vital teorizar sobre esses espaços e sobre de que modo a discussão até então realizada pode contribuir para o desvelamento dos processos de práticas identitária que ocorrem para além da interação face a face. Além disso, se torna vital refletir sobre como os processos de migração e mobilidade impactam a noção de identidade nas redes sociais.

3.3 NEGOCIANDO IDENTIDADES NOS MODOS ON E OFFLINE

Enquanto foi possível perceber o intenso debate em torno de **identidade** a partir de diferentes campos do conhecimento, se torna importante, diante dos contextos atuais de comunicação, refletir sobre como as práticas de linguagem de sujeitos translíngues são moldadas pelos espaços digitais de negociação de sentido. Deslocados de perspectivas mais centradas no papel do meio (computador) na comunicação digital para abordagens interessadas nas **performances identitárias**, estudos recentes têm questionado a ingênua percepção da *internet* como um espaço democrático e igualitário, em que os sujeitos podem ser quem eles quiserem, e passado a assumir a ideia de que os processos de construção de identidade *online* são multifacetados e interligados às identidades *offline* de formas complexas (ANDROUTSOPOULOS, 2006). Com isso, a distinção entre *on* e *offline* se torna improdutiva, quando o que interessa, na verdade, é investigar as maneiras através das quais os sujeitos mobilizam recursos semióticos para construir sentido e afirmar, negar, questionar e transformar suas relações com os significados alcançados.

Perspectivas que têm se guiado nessas premissas podem ser encontradas nos estudos de Leppänen (2007), Lee (2011), Page (2012), Barton e Lee (2015), Schreiber (2015), Bolander e Locher (2010; 2015), Dovchin, Sultana e Pennycook (2018) e Espírito Santo e Baptista (2018), para citar alguns. Apesar de esses trabalhos se embasarem em propostas teóricas variadas, percebe-se que a concepção de identidade defendida neles ressonam os princípios **performativos**, pois pregam que os sujeitos constroem identidades no discurso através do emprego de diferentes recursos disponíveis em interações locais.

Já os estudos sobre práticas discursivas de construção de identidade nas redes sociais atingiram seu ápice em meados dos anos 2000, refletindo a ascensão de tais recursos e seus impactos no desenvolvimento de relacionamentos interpessoais *on/offline*, como apontam as pesquisas de boyd e Ellison (2007) e boyd (2010). Devido ao intenso engajamento de usuários em aplicativos e páginas de redes sociais na contemporaneidade, pesquisas nesse campo têm continuado a crescer e investigado as relações entre linguagem, identidade e recursos digitais embasadas nos impactos da globalização na forma como os sujeitos negociam sentidos.

Os estudos sobre construção identitária e o *Facebook* não seguiram caminhos diferentes. Apesar de grande parte deles ter sido encabeçada por áreas da Comunicação e

Sociologia, por exemplo, pesquisas (socio)linguísticas sobre identidade e redes sociais têm crescido, refletindo um interesse geral pela linguagem em espaços outros. O que esse crescimento também indica é o interesse pelo entendimento de que não só a linguagem é o elemento chave a partir do qual os sujeitos performam e constroem suas identidades, mas também que é através da combinação e transformação de práticas transmodais (PENNYCOOK, 2007) que novos atos de identidade são iniciados.

Para Bolander (2017), o *Facebook* oferece uma variada gama de recursos para que os sujeitos negociem/construam suas identidades. A autora cita como exemplos: a página de perfil, onde os usuários rotulam e descrevem práticas através das quais eles compartilham informações sobre si mesmos (como idade, sexualidade, gênero, estado civil, escolaridade etc.); a foto de perfil e os álbuns de fotos; a *timeline*, onde eles postam suas atualizações de *status*, compartilham músicas, vídeos; e interações com seus “amigos” através de comentários em fotos e atualizações.

Esses recursos, para Bolander (2017), só evidenciam o leque de possibilidades que os sujeitos dispõem para a **performance** de suas identidades, assim como para outros tipos de relacionamento interpessoal. Segundo a autora, esses elementos só ratificam o entendimento de construção identitária como um processo, em que, continuamente, seus usuários relacionam suas práticas com suas vidas *offline*. Para Bolander (2017, p. 146, grifos meus)

[...] Esse processo se inicia quando um usuário/a faz uma conta no *Facebook* e é impulsionado/a a completar informações sobre si mesmo/a, por exemplo, sua data de nascimento, seu estado civil, trabalho e escolaridade e *hobbies*. Grande parte dessas informações é oferecida através da linguagem escrita, por exemplo, através do ato de escrever textos curtos sobre sua visão política e religiosa, através da prática de copiar e colar *links* em páginas de grupos ou na própria página pessoal ou escolher, de uma lista de respostas pré-determinadas, opções referentes ao *status* de relacionamento – ‘casado’, ‘solteiro’, ‘noivo’ etc.

Além desses aspectos que indicam traços identitários dos sujeitos que usam redes sociais como o *Facebook*, o que tem interessado pesquisadores (inclusive a mim) é saber como essas plataformas proporcionam encontros translíngues antes nunca visto, produzindo, assim, novas práticas de linguagem. Nesse contexto, o foco recai nos processos em que os sujeitos negociam os diversos recursos semióticos que compõem seus repertórios comunicativos como forma de construir **performances** identitárias. Essa

discussão é feita de forma detalhada por Barton e Lee (2015).

Ao passo que a escolha de línguas é ponto central para a **performance** e construção identitária no *Facebook*, tem crescido a compreensão de que a maneira como os sujeitos combinam imagens e outros recursos visuais para negociar sentidos também é uma forma de posicionar a si e o outro. Essa concepção é levada à risca por Barton e Lee (2015) que afirmam que um dos caminhos mais produtivos para se investigar os processos de negociação identitária é discutir como os sujeitos translíngues mobilizam seus recursos semióticos em diferentes contextos para fins diversos e com diferentes pessoas. Os autores discutem tais práticas (as quais eu incluo num contexto mais amplo de práticas identitárias translíngues) através do que chamam de **atos de posicionamento**.

Atos performativos, posicionamento e *envoicing* são alguns dos conceitos, já discutidos neste texto, que se equacionam ao que Barton e Lee (2015) chamam de **atos de posicionamento**, ou simplesmente, **posicionamento/postura**. Sem desconsiderar o fato de que os autores se valem de tal conceito para falar das práticas de negociação em espaços digitais/redes sociais, os **atos de posicionamentos** ecoam grande parte das discussões empreendidas neste capítulo. Logo, associá-las aqui não seria exagero e muito menos inadequado, já que seus pressupostos se sobrepõem de maneira produtiva e oferecem outras perspectivas para as práticas de linguagem objeto de estudo desta pesquisa.

Ao partir da concepção de que “[...] identidade *online* não diz respeito apenas a *quem somos*, mas também a *quem queremos ser para os outros*, a *como os outros nos veem* [...]” (BARTON; LEE, 2015, p. 94, grifos dos autores), Barton e Lee (2015, p. 118) oferecem um pano de fundo para entender a dinâmica da negociação identitária *online* alicerçada na ideia de **posturas**, isto é, o “[...] posicionamento das pessoas em relação a si mesmas, ao que é dito, e a outras pessoas ou objetos [...]”. Para os autores, espelhando os estudos sobre a Teoria dos Posicionamentos, o **posicionamento** é um ato discursivo fundamental na interação *online*. Além disso, ele não se limita apenas a expressar opiniões de quem se posiciona pela escolha cuidadosa de vocabulário e outros recursos; os autores apontam que os sujeitos também podem querer reforçar um senso único do “eu”, a fim de se destacar numa comunidade mais ampla de pessoas que se posicionam.

A ideia central da discussão levantada por Barton e Lee (2015) é a de que as novas mídias oferecem outras possibilidades de **posicionamentos** e interações, já que os sujeitos

podem experimentar e agir nos espaços digitais com diferentes línguas e recursos semióticos, oportunizando, assim, a criação de encontros multilíngues. Aqui, Barton e Lee (2015) se alinham à perspectiva adotada neste trabalho e validam a importância dessa postura na problematização dos processos de negociação identitária nas redes sociais.

Esses autores reconhecem que, ao se envolverem em práticas translíngues, os sujeitos lançam mão de diferentes recursos para destacarem diferentes aspectos de suas identidades. A escolha desses recursos, segundo Barton e Lee (2015), depende de uma gama de relações contextuais, expressando a tentativa de os sujeitos projetarem uma determinada identidade para um público específico e, às vezes, imaginado (MARWICK; boyd, 2010).

Segundo Barton e Lee (2015), no *Facebook*, por exemplo, os sujeitos sabem e podem controlar, em certa medida, quem lê o que em seus perfis, já que, com frequência, eles conhecem sua audiência, ou “amigos”. Posição um pouco distinta é oferecida por Marwick e boyd (2010), que distinguem a audiência do *Facebook* em duas: a **endereçada** e a **invocada**. A **audiência endereçada** compreende os leitores dos textos postados, enquanto a **audiência invocada** engloba o público construído e imaginado pelos sujeitos que postam o texto. Para os autores, assim, enquanto os usuários do *Facebook* não sabem exatamente quem é a sua **audiência endereçada**, eles têm uma representação mental de quem eles querem atingir com seus textos, ou seja, a **audiência invocada**. Portanto, na falta de uma precisão sobre o seu público, os usuários se orientam a partir de pistas deixadas nos ambientes virtuais para projetar a sua comunidade de leitores. Assim, a audiência imaginada pode ser completamente diferente daquela que, de fato, lê os textos publicados.

Tendo isso em mente, os usuários do *Facebook* muitas vezes negociam a opção de recursos semióticos, incluindo as línguas que compõem os seus repertórios, levando em conta o tipo de identidade que desejam performar para um público imaginado. Essa opção de recursos está, assim, estritamente relacionada ao grau em que os sujeitos pretendem se projetar como membros globais ou locais no *Facebook*. Por isso que a negociação entre línguas e identidades globais e locais é entendida por Barton e Lee (2015) em termos de **glocalização**. Para os autores, participar como uma pessoa glocal é uma importante maneira que os usuários de redes sociais têm para maximizar a acessibilidade de seus perfis, onde explicam sua cultural local para o mundo. Assim, “[...]”

escrever de modo multilíngue é umas das práticas de letramento essenciais, em que as pessoas projetam identidades locais *online* [...]” (BARTON; LEE, 2015, p. 113), num constante processo de **posicionamento** e **reposicionamento**.

Um exemplo que ilustra o debate sobre os **posicionamentos** e **reposicionamentos** *online* é este trazido também por Barton e Lee (2015, p. 141):

[...] em nossa pesquisa no Facebook, um aluno com especialização universitária em inglês, explicou várias vezes sua preferência pelo inglês no Facebook por ser esta sua principal disciplina. (‘Faço faculdade de letras com habilitação em inglês’.) No entanto, quando se situa num fórum público, ele evita o uso do inglês porque não quer que os outros julguem seu inglês caso cometa alguns erros em público. Este ato de reposicionamento leva em conta a perspectiva de seus leitores-alvo [...].

Os autores defendem, assim, que ao falar de sua relação com a linguagem *online*, os sujeitos frequentemente afirmam suas identidades por meio do **posicionamento** e **reposicionamento** de si mesmos e dos outros. E o **reposicionamento** é alcançado pela referência aos papéis que eles desempenham na vida, seja como estudante, amigo, membro da família etc., e ao seu senso de “propriedade” de determinado recurso semiótico, nesse caso, a língua inglesa.

Essa discussão se mostra produtiva no que concerne à noção de que a tomada de **postura**, isto é, dos **atos de posicionamento** e alinhamento em relação aos outros, é útil para compreender como as identidades são negociadas *online*. Além disso, ela aponta para o fato de que a escolha semiótica atua como uma estratégia através da qual os sujeitos buscam se diferenciar e criar suas próprias vozes em espaços multilíngues. A escolha dos recursos semióticos como forma de **posicionamento** serve, assim, como um recurso para a criação de efeitos de sentidos específicos e para a negociação de **posições** identitárias.

Posso resumir a discussão elencada sobre a negociação de sentido *online* através dos seguintes pontos:

1 – Escrever textos em espaços digitais como o *Facebook* é uma forma de afirmar a existência na e através da escrita. Assim, sempre que os sujeitos escrevem um *post*, ou um comentário ao *post* de outra pessoa, carregam uma imagem e/ou criam um perfil, também estão abrindo espaço para a negociação de práticas de linguagem que apontam para quem eles são e que tipo de pessoas querem que os outros vejam. Essas práticas de escrita podem projetar novas identidades ou permitir estender o “eu” do âmbito *offline*. À

medida que essas identidades transitam entre o *on* e o *off* da tela, estamos questionando a tradicional fronteira entre *online* e *offline*.

2 – Quando os sujeitos se envolvem em práticas de linguagem *online* não estão se comportando apenas como um “eu” único, já que estão em uma “comunidade em rede” em que as pessoas estão “conectadas” umas às outras. Assim, quando escrevem sobre eles mesmos, estão escrevendo para diferentes grupos de pessoas. Esse público-alvo pode ser previsto ou invocado (pessoas que já conhecemos ou que esperamos que leiam os textos postados), ou imaginado/endereçado (como acontece com qualquer usuário da *Internet* que não conhecemos ou que leem, de fato, os textos publicados);

3 – Para os sujeitos translíngues, a negociação, a mescla e a combinação de recursos semióticos tais como línguas, fontes, cores, imagens, vídeos e sons é uma prática de destaque na articulação da identidade em espaços digitais. Nesse sentido, as práticas de linguagem desses sujeitos podem tanto indexicalizar identidades, como serem espaços para resistência, empoderamento e confronto.

Frente ao exposto, as redes sociais devem ser encaradas como uma parte de um sistema maior de ação da linguagem que oferece aos sujeitos translíngues espaços possíveis para o desenvolvimento de seus recursos e repertórios semióticos. Para as pesquisas sobre a linguagem, esses espaços de negociação indicam uma mudança para as práticas situadas na grande rede. O interesse, portanto, deve se voltar para a elucidação das práticas dos sujeitos, suas motivações por trás das escolhas dos recursos semióticos e dos sentidos que eles carregam. Assim, o que tais práticas demandam de nós, linguistas aplicados, são posturas investigativas que nos ajudem a compreender e explicá-las como formas significativas de ação.

3.4 PARA CONCLUIR MEU POSICIONAMENTO

Neste capítulo, eu busquei problematizar conceitos que serviram de base para fundamentar o que entendo por **identidade**. Para isso, iniciei a discussão fazendo um levantamento de estudos, cujo foco recaia na relação entre linguagem e identidade a partir de abordagens de diferentes campos e reservei espaço para a discussão sobre a Teoria dos Posicionamentos, abordando a sua base socioconstrucionista e sua relação com perspectivas tidas como pós-estruturalistas, que entendem identidade como a construção dinâmica de posições discursivas.

Em seguida, relacionei o conceito de **posicionamento** com os estudos sobre identidade de gênero e **performatividade**, alicerçado, principalmente nos pressupostos de Judith Butler (1990) e com a perspectiva dialógica de linguagem (BAKHTIN, 1981; 1984). Pontuei, nesse cenário, que a discussão sobre **performatividade** abre caminhos produtivos para se pensar língua e identidade a partir de outros olhares, uma vez que nos permite investigar a relação entre esses elementos enfatizando a força que a língua(gem) tem na constituição identitária e vice e versa. Atrelado a isso, discorri sobre o papel da abordagem dialógica, que propunha uma perspectiva relacional e dinâmica de construção identitária com foco na emergência de posicionamentos marcados socio-historicamente. Por fim, apontei para a necessidade de se entender as identidades não como entidades que preexistem o discurso, mas como atos repetidos de linguagem.

Levando em consideração o caráter subversivo das identidades, discuti o papel da Teoria dos Posicionamentos e da **performatividade** no contexto de construção identitárias de sujeitos translíngues. Para isso, me embasei nos estudos de Pavlenko e Blackledge (2004) e Canajagarajah (2013a, 2013b) que, apesar de demonstrarem posturas diferentes quanto à natureza heteroglóssica da linguagem, compartilham pontos valiosos para a minha pesquisa, quais sejam: a) as opções linguísticas e identitárias são limitadas a contextos sócio-históricos específicos, embora continuamente contestadas e reinventadas; b) as identidades são construídas a partir de recursos semióticos diversos; c) as identidades quando impostas ou assumidas abrem possibilidades para processos de negociação; d) os sujeitos são agentivos, estando sempre em busca de novos recursos linguísticos e sociais que os permitam resistir identidades que os posicionem de maneiras indesejáveis.

Na última seção, me dediquei à problematização dos processos de construção identitária em espaços digitais e reservei espaço para a discussão sobre a natureza da interação nas redes sociais e a como os sujeitos lançam mão das possibilidades que esses contextos oferecem para a **performance** de suas identidades.

No próximo capítulo, continuarei com a discussão dos conceitos-chave para a compreensão da translíngua como um caminho possível para a análise de práticas de linguagem contemporâneas mediadas pela tecnologia digital. Partindo disso, darei início ao debate de uma das dimensões analíticas, qual seja, a **dimensão decolonial**, já

apresentada no capítulo de metodologia. Nesse capítulo, discutirei as bases teóricas de tal dimensão com o objetivo de mirar a perspectiva translíngue como uma opção decolonial.

CAPÍTULO 4 – DIMENSÃO DECOLONIAL DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança [...]. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o português. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente [...]. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. (GONZALES, 1980, p. 235-236).

O objetivo deste capítulo é discutir as bases epistemológicas do que chamo de **dimensão decolonial** das práticas translíngues. O debate aqui iniciado confrontará noções ainda enraizadas no paradigma colonial e monolíngue que tem orientado a forma como entendemos, pesquisamos e embasamos nossas identidades linguísticas ao longo dos anos. Para iniciar a discussão, ilustrarei como políticas linguísticas em territórios africanos e asiáticos refletem e impulsionam visões ainda coloniais de língua(gem) e identidade. Em seguida, trarei considerações sobre os impactos dessas noções nos estudos que se propõem pós ou decoloniais e como eles podem contribuir para um entendimento de práticas translíngues em perspectivas outras.

4.1 MONO/MULTILINGUISMO(S) E A POSSIBILIDADE DE UMA OUTRA LÓGICA NOS ESTUDOS DA LÍNGUA(GEM): PERCORRENDO AS FRONTEIRAS DE UMA DIMENSÃO QUE SE PRETENDE DECOLONIAL

Face à heterogeneidade de muitos Estados pós-coloniais, as políticas linguísticas³² têm sido um assunto controverso, à medida que diferentes ações ainda são colocadas em funcionamento com base na demarcação e categorização de línguas e identidades específicas, relegando práticas de comunidades “minoritárias” ao *status* de “não-língua”.

³² Aqui entendo “política linguística” nos termos de Rajagopalan (2013, p. 21): “[...] a arte de conduzir reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, estado ou ainda, instâncias transnacionais maiores”. Desse modo, compreendo que as políticas linguísticas impulsionam olhares e ações de intervenção que afetam os modos como os sujeitos concebem suas línguas e as práticas delas decorrentes.

Em muitos casos, a ausência das “não-línguas” nas discussões e documentos sobre a participação étnica e linguística de determinados grupos nos mais diversos âmbitos sociais é reflexo da promoção de políticas linguísticas que têm seus rastros na concepção de línguas nacionais europeias. Nesse sentido, o **colonialismo**, como conhecemos, foi e ainda é epistemologicamente importante no tratamento de grupos pós-coloniais como homogêneos e estáticos, sendo tal homogeneidade também estendida à língua. Como Makoni et al. (2012) mostram, embora busquem mudanças para o futuro, as políticas linguísticas na África contemporânea ainda se embasam em categorias do passado. Esses autores discutem que tais políticas se fundamentam na herança colonial da noção de grupos étnicos e linguísticos como xhosa, zulu, luya, swazi, mesmo quando esses não integram e nem representam (como se fosse possível) identidades africanas.

A distinção de grupos étnicos, assim como a sua diferenciação linguística, estão muito presentes nas sociedades pós-coloniais, e dada às circunstâncias em que as línguas “indígenas” foram construídas, as políticas linguísticas se mostram como continuação dos projetos coloniais. Ademais do que se debate aqui, convém observar que tanto a classificação das línguas como das identidades emergiu como um produto do **colonialismo**.

Com tal demarcação classificatória, esse mundo inventado de línguas e etnicidades passou a ser tomado como uma realidade objetiva e um fenômeno natural, impulsionado, principalmente, pelo que chamo de “discursivização” das línguas (SEVERO, 2016), em que artefatos linguísticos passam a ser textualizados em gramáticas, vocabulários, ortografias etc. e onde a complexidade dos contextos sociolinguísticos são reduzidos a partir de aparatos tecnológicos de base monológicas, monolíngues e monoculturais. Essa consideração nos permite vislumbrar que as línguas africanas (ou maioria das línguas emergentes como tais no período colonial) eram experienciadas diferentemente pelos seus falantes. Dito de outra forma, o que passou a ser compreendido como “língua” nos moldes coloniais não acompanhava, de fato, as práticas de linguagem dos sujeitos.

Como consequência da noção da construção social das línguas (ou da sua invenção, como será discutida mais adiante) e atrelado aos efeitos da globalização e mobilidade nas ideologias e políticas linguísticas, o cenário linguístico-identitário dessas sociedades tem se complexificado. Ao lado da imposição do uso das línguas europeias

(como o inglês, português, espanhol e francês), as políticas linguísticas em sociedades pós-coloniais têm atuado no sentido de educar suas nações também em línguas “nacionais”, “indígenas”, “maternas” ou “nativas”, como é o caso do suaíli no Quênia, e iorubá, na Nigéria. Nesse contexto, as escolas são instrumentos importantes na propagação dessas línguas e, conseqüentemente, de novas ideologias a elas relacionadas.

Sobre esse aspecto, Valle e Arnoux (2010) discutem que as gramáticas escolares atuam como dispositivos normativos altamente institucionalizados, que atuam para a consolidação de determinadas ideologias linguísticas que reproduzem o que chamam de discursividades legítimas. Para esses autores, então, as gramáticas, bem como manuais de estilo, formas de escrever etc.

[...] ao passo em que apontavam os modos de falar socialmente admitidos e excluíaam os demais, articulavam também através desses exemplos o universo ideológico, definindo o correto e aceitável em comportamentos e práticas que excediam amplamente o espaço da linguagem. (VALLE; ARNOUX, 2010, p. 6).

Paradoxalmente, no entanto, os esforços educacionais têm se pautado no mesmo paradigma filosófico das línguas europeias, uma vez que o ensino de língua “materna”, “nacional”, “indígena” e/ou “nativa”, por exemplo, pouco representa as práticas reais de linguagem de seus falantes. Logo, em contextos pós-coloniais, o ensino não se configura como um mero exercício linguístico ou tentativa de representação identitária, mas a oportunidade de se propagar perspectivas linguísticas específicas que, quase sempre, são pautadas em princípios coloniais, resultando nos mesmos efeitos negativos em comunidades com pouco ou nenhum capital cultural e linguístico.

É possível ilustrar tal cenário considerando que aqueles que passam pelo ensino regular na África e Ásia, por exemplo, são confrontados com a ideia de serem “multilíngues” ainda no início do processo de escolarização. Segundo Pennycook e Makoni (2020), ser “multilíngue”, nesse contexto, é algo descoberto na escola através de discursos que alteram a forma como os alunos se percebem quando práticas pedagógicas os forçam a entender as línguas como entidades separadas. Esses autores continuam sua crítica dizendo que políticas linguísticas na educação envolvem o ensino de uma perspectiva única sobre as línguas, criando, assim, a ideia de línguas como “objetos”. Conseqüentemente, os rastros de tal percepção impulsionam a construção de línguas “maternas” ou línguas “de instrução”, fazendo com que as línguas dos sujeitos, que

sempre coexistiram de forma complementar, sejam, abruptamente, separadas e competindo por espaço e representação político-social (BANDA, 2009).

Similarmente, essa orientação se aproxima da crítica feita por Mendes (2019a) sobre as políticas linguísticas focadas na promoção da língua portuguesa. Defendendo a construção de políticas de abertura e de acolhimento ao multilinguismo e à diversidade cultural, Mendes (2019a) questiona de que modo as políticas linguísticas podem contribuir para a manutenção de outras línguas que coexistem com o português. Essa autora, assim, compreendendo políticas linguísticas como uma rede de interesse e complexas relações de poder e defendendo a percepção da língua portuguesa como uma “língua de muitos”, denuncia o fato de as políticas linguísticas ainda se embasarem na promoção de uma língua em detrimento de outras, tendendo levar línguas “não-hegemônicas” ao confinamento e isolamento.

Em virtude do exposto, tem se advogado a necessidade não só de políticas linguísticas, mas de pedagogias e estudos da linguagem desde uma perspectiva multilíngue (MENDES, 2019a) ou plurilíngue, nos termos de Makoni et al. (2012), como forma de capturar as relações dinâmicas de poder entre línguas europeias, indígenas e recursos semióticos variados. Tais perspectivas se embasam no entendimento de que seja no âmbito educacional, político ou social, toda reflexão sobre a língua(gem) envolve e está envolvida na produção e reprodução de determinadas ideologias linguísticas.

Para Pennycook (2013), o objeto de uma política linguística não é tanto a língua como um sistema linguístico em si, mas o que se faz e pensa sobre ela. Para esse autor, ao insistirem em políticas linguísticas, os Estados estão, na verdade, colocando em voga certas ideologias linguísticas que consideram adequadas em um determinado contexto sociohistórico. Em suas próprias palavras, Pennycook (2013, p. 2) nos diz que:

[p]olíticas linguísticas estatais, portanto, têm muito mais a ver com a regulação de ideologias linguísticas do que com a regulação de práticas de linguagem locais. [...] Enquanto, ostensivamente, lidam com a distribuição e regulação das línguas, as políticas linguísticas são sobre algo a mais, seja sobre regulação educacional, ideológica ou cultural. Práticas de linguagem locais, nesse ínterim, podem parecer sujeitas às ideologias linguísticas, mas já que as políticas linguísticas são sempre sobre um entendimento diferente de língua, é essa compreensão e não as práticas em si que estarão em jogo.

A partir dessa visão de Pennycook, podemos, assim, compreender as ideologias linguísticas tal como Valle (2007, p. 19-20), que as define como:

[...] sistemas de ideias que articulam noções gerais sobre a linguagem, as línguas, a fala e/ou a comunicação com formações culturais, políticas e/ou sociais específicas. Ainda que pertençam ao âmbito das ideias e se possam conceber como marcos cognitivos que ligam coerentemente a linguagem a uma ordem extralinguística, naturalizando-a e normalizando-a (VAN DIJK, 1995), também há de se pontuar que [as ideologias linguísticas] se produzem e reproduzem no âmbito material das práticas linguísticas e metalinguísticas [...].

Ao nos remeter a representações, crenças e a “sistemas de ideias”, Valle (2007), assim como Valle e Arnoux (2010), nos conduzem a compreender o caráter ideológico da linguagem não nos mesmos termos da ideologia como uma falsa consciência ou uma distorção da realidade. Para esses autores, pelo contrário, a ideologia é entendida tanto em seu âmbito das ideias e das representações subjetivas, quanto em seu âmbito das práticas, isto é, dos processos que constituem o significado social da atividade humana (VALLE; ARNOUX, 2010).

Por fim, acredito que Mariani (2004, p. 45) complementa essa discussão quando afirma que nenhuma política linguística “[...] se encontra isolada da ideologia constitutiva das relações sócio-históricas, por um lado, nem da imagem que se tem das línguas em contato, por outro”. Assim, para essa autora, discutir política linguística em sua interface com as ideologias linguísticas é situar-se “[...] no interior de uma complexa e contraditória relação entre homogeneidade imposta e heterogeneidade de fato, entre uma desejada unidade imaginária frente a uma diversidade concreta [...]”. (MARIANI, 2004, p. 45).

Embora o meu foco, neste capítulo, não seja promover um debate extenso sobre ideologias e políticas linguísticas em si, mas sim refletir sobre o seu papel na concepção de língua e linguagem em contextos pós-coloniais, acredito que essa discussão seja pertinente para a construção do que aqui chamo de **dimensão decolonial** das práticas translíngues. Mas, antes de me aprofundar nesse aspecto, ilustrarei com exemplos dos quatro Estados pós-coloniais (AMIN-KHAN, 2012) desta pesquisa, a saber: Quênia, Nigéria, Bangladesh e Filipinas, o que tenho trazido sobre a complexa relação entre políticas linguísticas coloniais e pós-coloniais e a diversidade linguística dos nossos tempos.

4.1.1 Quênia: do suáli ao inglês, mas a que custo?

Quênia pode ser descrito como um país multilíngue (no sentido estrito de “muitas línguas”). Logo, qualquer debate sobre políticas linguísticas deve(ria) levar em

consideração a sua complexa composição sociolinguística. Mesmo com toda contradição existente em torno dos processos de classificação e contagem de línguas, estima-se que 42 línguas indígenas sejam faladas no país. Elas são agrupadas em 4 categorias: cushitic, bantu, para-nilotic e nilotic. As línguas bantu formam o grupo mais numeroso de falantes do país, tendo uma de suas línguas, o suaíli, sido declarada língua nacional em 1974 e língua cooficial em 2010 (THUKU, 2010). Além dessas línguas indígenas, o Quênia, assim como muitos países africanos, adotou como oficial a língua do colonizador, o inglês. Ela é usada em esferas administrativas e governamentais, enquanto ao suaíli é reservada a condução de alguns serviços públicos em centros urbanos. Como línguas nacional e oficial, respectivamente, o suaíli e o inglês também são ensinados e avaliados em diferentes níveis educacionais, sendo pré-requisitos para a conquista de um diploma universitário. Consequentemente, o intenso foco nessas duas línguas, impulsionado pelo seu *status* e utilidade acadêmica e econômica, tem ofuscado a representação de outras línguas no país.

A partir da quarta série do sistema educacional queniano, o ensino nas línguas maternas dos alunos é completamente desmotivado em favor da língua inglesa e do suaíli. Assim, os alunos, tanto em áreas rurais ou urbanas, enfrentam experiências semelhantes de imposição das línguas oficiais em detrimento de suas próprias línguas (ou do que se considere como “língua” nesse cenário). Porém, no período colonial, a realidade era outra: se favorecia o ensino por meio das línguas indígenas, mas com base na alegação de que o inglês era complexo demais para os quenianos (sem mencionar que o ensino era voltado exclusivamente para atender a interesses coloniais). Após a independência e frente à alta procura pela língua inglesa nas grandes cidades (mirando a ocupação de cargos governamentais e executivos), políticas linguísticas destacaram a importância de seu ensino formal. Sobre isso, Bore (2019) nos diz que tais medidas foram pensadas à custa da oportunidade de se colocar em voga políticas multilíngues no país. No entanto, o cenário que se estabeleceu foi bem diferente.

No setor educacional, o suaíli tem ganhado espaço juntamente com a língua inglesa. Além disso, elas têm sido as principais línguas de escolha nos grandes centros urbanos, com populações linguísticas diversas. Para Bore (2019, p. 139):

[...] o inglês e o suaíli são símbolos de *status* porque são essenciais no engajamento de uma variada gama de atividades sociais [...]. Por exemplo, o suaíli é tido como um símbolo de herança identitária para

grande parte dos africanos orientais. Essas línguas são valorizadas comparadas a línguas nativas porque elas são os meios através dos quais o país se envolve com o mundo no processo de globalização.

Nesse contexto, é crescente a ideia de que a proficiência em língua inglesa e, mais contemporaneamente, do suaíli, se configura como porta de entrada para um mundo de oportunidades e de melhores empregos, mesmo que isso signifique ignorar a realidade linguística de grande parte da população. Realidade não muito diferente é experienciada na Nigéria, sobre a qual falarei nos próximos parágrafos.

4.1.2 Nigéria: do multilinguismo ao ensino “com a língua materna”

Os três maiores grupos linguísticos da Nigéria são o ibo, iorubá e hauçá. Além desses, estima-se que mais de 400 línguas sejam faladas no país. No entanto, apesar da diversidade, a Nigéria tem investido na imposição de um único currículo escolar a todos os grupos étnicos, que “orienta”, inclusive, qual língua deve ser usada nos diferentes níveis educacionais. Não é surpresa alguma que o inglês tenha assumido esse papel, já que após a independência do país, a língua foi elevada política e educacionalmente, indexando prestígio e mobilidade.

Essa ênfase dada ao inglês é resultado de práticas coloniais passadas. A maioria das famílias falavam suas línguas indígenas em casa e em contextos mais imediatos, já que não dominavam a língua colonial e por isso não gozavam de poder econômico e cultural. Em contrapartida, aqueles que estudavam o inglês tinham prosperidade econômica e eram invejados pelo resto da sociedade. Os proficientes em língua inglesa estavam no governo, nos bancos, no controle da economia e podiam enviar seus filhos para estudar em outros países. Com isso, a percepção era que se você fosse capaz de falar inglês, aumentavam-se as chances de alcançar prosperidade econômica e social (OJOSE, 2019).

Assim como no contexto queniano, o sistema educacional na Nigéria reforça a importância de saber (ou possuir) a língua inglesa. Mesmo com políticas linguísticas educacionais promulgando o uso de línguas indígenas nos anos iniciais de escolarização, os alunos devem passar em testes de proficiência de inglês para prosseguir para o próximo nível, inclusive, o superior. Diante disso, se percebe que o sistema educacional não apresenta alternativas ao inglês para certificação e propósitos universitários. Sobre esse tema, Ojose (2019) nos alerta que a Nigéria não se sustenta sem a língua inglesa e adiciona

outros pontos cruciais para se compreender a dinâmica do idioma no país. Segundo esse autor, para atender à demanda do ensino da língua nos mais diferentes níveis, se faz necessária uma formação condizente com os desafios colocados pela contemporaneidade. Além disso, o currículo não é pautado em ou para contextos nigerianos, sendo insuficiente a sua abordagem na consideração da relação entre prática pedagógica e as práticas reais nas quais seus alunos se envolvem em suas comunidades.

Em contrapartida, na tentativa de um ensino bi/multilíngue, há correntes que defendem a inclusão do chamado ensino “Com a Língua Materna” (*With Mother Tongue* – MT), que enaltece o uso das línguas indígenas no processo de aprendizagem de inglês, sob o argumento de que elas funcionariam como um instrumento que levaria os alunos a apreciarem suas culturas, criarem relações sociais e obterem sucesso acadêmico. No entanto, tal perspectiva tem sido alvo de críticas, principalmente de escolas e professores, segundo os quais o uso da língua materna não seria apropriado para o contexto de ensino; ademais, devido à grande ênfase na língua inglesa, há pouco espaço para a produção de material didático que pudesse orientar o trabalho docente naquelas línguas. Assim, Ojose (2019), embasado no fato de que a educação linguística na Nigéria se efetiva via seleção/exclusão de línguas, acrescenta a esse debate o questionamento: qual ou quais língua(s) indígena(s) seria(m) escolhida(s) no ensino diante da grande diversidade linguística de nossos grupos?

Com esse questionamento em mente, sigo para uma discussão das políticas linguísticas em Bangladesh, que ao lado do Quênia e da Nigéria, também irá me ajudar na contextualização dos impactos das ideologias linguísticas coloniais no modo como as línguas (não) são tratadas na contemporaneidade.

4.1.3 Bangladesh: da falta de políticas a políticas linguísticas nacionalistas

A situação (sócio)linguística em Bangladesh é complexa devido a, no mínimo, dois fatores: o primeiro deles está ligado ao sentimento nacionalista em relação à língua bengali, e o segundo à ênfase dada ao inglês no crescimento individual e econômico. Além desses fatores, não deve ser deixada de fora a lacuna que separa a comunidade falante de bengali, presumidamente monolíngue, da configuração etnolinguística das “minorias” indígenas. Acredita-se que 98% da população tenha o bengali como primeira língua, ao passo que, aproximadamente, 2 milhões de pessoas, divididas em 45 grupos

indígenas, falem outras 30 línguas (RAHMAN, 2010). Embora não neguem a existência desses grupos, as políticas linguísticas do país, quando não escassas, se pautam no desenvolvimento e na promoção do bengali como língua oficial e nacional.

Após a independência, a Constituição bangladeshiana de 1972 estabeleceu o bengali como língua oficial e meio de instrução em todas as esferas educacionais, administrativas e sociais. Para Rahman (2010), essa política linguística, devido ao seu caráter monolíngue, ignora a realidade multilíngue do país. Ademais, a Constituição traz à tona a associação direta entre língua e nação, quando confere ao bengali, uma unidade e solidariedade da nação bangladeshiana, da qual derivaria sua identidade, língua e cultura (RAHMAN, 2010).

Devido ao fato de a Constituição não fazer qualquer menção ao papel da língua inglesa ou das línguas indígenas no país, toda política linguística desenvolvida fica a cargo dos governos locais, que têm dedicado atenção à língua inglesa. Para muitos desses governos, influenciados pela herança colonial e a constante pressão da globalização, o inglês deve ser a língua da educação devido às (supostas) possibilidades de desenvolvimento econômico (HOSSAIN; TOLLEFSON, 2007). Em diferentes políticas educacionais estatais, ênfase tem sido dada ao inglês no processo de ensino e aprendizagem em diferentes níveis, sendo essa língua obrigatória no ensino médio e superior. Face ao crescente uso da língua inglesa nas pesquisas acadêmicas, na mídia e no comércio, Bangladesh tem virado, não oficialmente, um país “multilíngue”. E nesse contexto, assim como nas ex-colônias africanas aqui apresentadas, o inglês tem sido sinônimo de prestígio e educação.

O que se indica, no entanto, é a falta de preocupação com as línguas indígenas do país no e para o desenvolvimento de suas políticas linguísticas. Essa realidade só veio começar a mudar em 2010 (ALI, 2013), com o decreto de uma política educacional nacional, em que se menciona e incentiva o uso das línguas locais/indígenas no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, pouco trabalho prático tem sido desenvolvido desde então, até porque essas línguas desfrutam de pouco prestígio social e acabam indexando pobreza, ignorância e falta de educação se comparada com a língua inglesa e com o bengali.

Diante dessa caracterização do cenário linguístico em Bangladesh, é possível observar que as políticas linguísticas no país, embora incipientes e pouco claras, têm se

encaminhado, contraditoriamente, para uma realidade “multilíngue” encabeçada pelo monolinguismo em língua inglesa. Embora o bengali tenha tido participação importante na construção de Bangladesh como um Estado-nação, ele tem perdido espaço para a expansão da língua inglesa atrelada a promessas de mobilidade e ascensão social. Paralelamente, as línguas indígenas, apesar de configurarem em documentos mais recentes de políticas públicas, ainda são sub-representadas em meio à dominação do inglês e, até certa medida, do bengali. O que aproxima Bangladesh do Quênia e da Nigéria é a difícil tarefa de encontrar estratégias que façam jus à realidade das práticas de linguagem de suas populações, o que, de certo modo, ainda é um desafio também nas Filipinas.

4.1.4 Filipinas: multilinguismo espelhado em línguas não faladas

Com a constituição de 1987, ficou estabelecido que as línguas oficiais das Filipinas seriam o filipino (ou tagalog) e o inglês (introduzida pela colonização americana no início do século XX), que são ensinadas desde o início do processo de escolarização. Além dessas duas línguas, estima-se que sejam faladas mais 200 línguas nativas no país. Entretanto, os programas de educação bilíngue são caracterizados pelo uso separado do filipino e do inglês, com as línguas indígenas sendo consideradas apenas nos dois primeiros anos de escolarização e desencorajadas nos anos subsequentes.

A partir da implementação da nova base curricular comum, em 2012 (BERNARDO; AGGABAO; TARUN, 2018), incentivo passou a ser dado às línguas maternas dos alunos em sala de aula, através da Educação Multilíngue Embasada na Língua Materna (similar ao MT da Nigéria, anteriormente mencionado). Nesse cenário, alunos e professores usam a língua materna de suas regiões durante as aulas. No entanto, até final do século XX, principalmente em áreas rurais, a maior parte dos filipinos não usava suas línguas nativas porque os pais ensinavam tagalog ou inglês aos seus filhos, já que eram/são as línguas mais prestigiadas socialmente. Logo, a língua materna de muitos desses alunos não é a língua nativa falada na região.

Essa tensão entre o cenário sociolinguístico e as políticas linguísticas colocadas em voga nas Filipinas tem trazido empecilhos para a efetivação do programa multilíngue, uma vez que parte da comunidade escolar não fala a língua materna escolhida para instrução. Além disso, estudos (BRAVO-SOTELO, 2020) mostram que instituições

designam o ensino de línguas diferentes a componentes curriculares específicos, como reflexo de velhas políticas linguísticas, (com o inglês reservado a disciplinas “científicas” como matemática, e o tagalog e línguas indígenas às humanidades), quando não adotam, explicitamente, políticas de *English Only*.

As políticas linguísticas em países pós-coloniais, como os aqui discutidos, têm sido formuladas e implementadas a partir de uma gama de instrumentos, sendo a escola um dos mais importantes. Entretanto, o que se pode perceber até o momento é que tais medidas têm pouco refletido a diversidade linguístico-cultural de suas populações. Embora tenham sido crescentes os movimentos a favor da inclusão sistemática da língua “materna”, “nativa”, “nacional” e/ou “indígena” em sala de aula, com vistas a uma educação multilíngue, seus resultados se mostram inconclusivos ou apresentam desafios aos governos e instituições educacionais.

Makoni et al. (2012) resumem esses desafios em três pontos:

- a) a falta de estudos que demonstrem o papel efetivo das línguas “maternas” nas instruções em salas de aula;
- b) a falta de clareza nas concepções de línguas “maternas”, “nativas”, “nacionais” e/ou “indígenas” nas políticas linguísticas;
- c) a tendência de se ensinar aos alunos o que uma visão externa categoriza como língua “materna”, mesmo que ela não corresponda ou reflita as práticas cotidianas negociadas fora das escolas.

Com isso, os autores afirmam que o ensino baseado nessas línguas pode levar à criação de fronteiras, já que tende a desenvolver métodos em que cada língua é separada e segregada em seu próprio espaço e tempo, impedindo a sua imbricação com outros recursos linguísticos. Esse cenário ecoa, assim, a afirmação feita anteriormente de que as ações políticas sobre as línguas, quase sempre são pautadas em princípios ainda coloniais, resultando nos mesmos efeitos negativos (hierarquização, apelo ao nacionalismo, purismo linguístico etc.) nas comunidades foco de tais medidas. Em contrapartida, posso elencar aqui duas alternativas que se mostram viáveis ao desenvolvimento de uma abordagem multi ou plurilíngue, como apontado por Makoni et al. (2012) e Mendes (2019a), respectivamente. Essas opções têm origem nos próprios países aqui

apresentados: uma delas encontra terreno fértil nas práticas de linguagem do sheng queniano e a outra no pidgin nigeriano.

4.1.5 O sheng e o pidgin como alternativas para se imaginar uma dimensão decolonial

O sheng é categorizado como uma língua híbrida derivada do inglês e do suaíli, comumente falada nos grandes centros urbanos do Quênia. A prática (ou a “língua” nos termos de Bore (2019)) já se tornou comum entre populações urbanas, na mídia e entre os mais jovens. Embora sua fonte seja a língua inglesa e o suaíli, o sheng tem acomodado também outras línguas indígenas, se espalhando por diferentes classes sociais e países vizinhos como a Uganda e Tanzânia, e se tornando uma prática cada vez mais comum no leste africano.

Devido ao seu caráter híbrido e por não se enquadrar numa classificação mais rígida de língua, a prática do sheng tem sido alvo de críticas (KIRAMBA, 2014), cujo foco recai na possível ameaça que ela oferece à preservação cultural, à falta de domínio das línguas maternas de seus falantes e por, supostamente, atrasar o desenvolvimento educacional. Logo, por conta de sua natureza dinâmica, críticos veem no sheng não só uma forma de corromper o suaíli e o inglês, mas também de trazer impactos negativos ao processo de ensino e aprendizagem.

Cenário semelhante é encontrado na Nigéria, onde o pidgin tem se consolidado como uma prática de linguagem comum de grande parte da população. Assim como o sheng, o pidgin nigeriano é a imbricação das mais diversas línguas faladas pelos nigerianos, e se mostra de grande importância para aqueles que buscam se comunicar mesmo quando não compartilham os mesmos recursos linguísticos. Embora haja transformação da estrutura gramatical das línguas que participam da construção do pidgin, seu propósito comunicativo não é afetado. Sua origem remonta ao período colonial, mas atualmente, tanto grandes centros urbanos como áreas rurais lançam mão de tal prática na e para a comunicação.

Apesar de ser uma prática cotidiana na Nigéria, o pidgin também enfrenta grande resistência por parte das instituições educacionais e dos formuladores de políticas linguísticas, que se embasam no argumento de que a prática deturpa a “língua da rainha”. Tomando uma direção diferente da apresentada, Ojose (2019) advoga a inclusão da língua

nas políticas públicas, afirmando que: [...] [q]uando autoridades indicarem interesse prático, a atitude de diferentes pessoas em relação ao pidgin nigeriano mudará drasticamente [...]”. (OJOSE, 2019, p. 52).

Consoante com a defesa de Makoni et al. (2012), Ojose (2019) vislumbra uma política linguística embasada na prática real da população da Nigéria, motivando um repensar das bases que sustentam as ideologias linguísticas em países com grande diversidade étnico-cultural. Dessa maneira, o sheng e o pidgin nigeriano se apresentam como caminhos possíveis tanto para a problematização das noções de língua “materna”, “nacional”, “indígena” e “nativa” que orientam o olhar sobre a educação multilíngue, quanto para a construção de perspectivas que façam jus ao cenário superdiverso das práticas languageiras em contextos pós-coloniais. Assumindo tal orientação, acredito, assim como Pennycook e Makoni (2007, p. 35) que:

[p]olítica linguística [...] se torna[ria] um projeto bem diferente de sua atual configuração em direção à escolha entre línguas a serem usadas em contextos particulares, ou ao debate se uma língua ameaça a outra. Se a política linguística pudesse focar as práticas translíngues ao invés de entidades linguísticas, muito mais avanço poderia ser feito em áreas como a educação linguística. A linguística aplicada, de forma geral, precisa se questionar como seria se tomássemos mais seriamente as implicações de não mais assumirmos a existência de línguas separadas.

Esse deslocamento da língua como entidade (e suas conseqüentes nomenclaturas – materna, nativa, nacional, indígena etc.) para as práticas translíngues demanda, assim, a necessidade de uma perspectiva outra não só nas políticas linguísticas, mas na maneira como pesquisamos língua(gem) e identidade. É desse cenário de grande complexidade, contradições, e de foco na problematização dos efeitos coloniais no ser e agir dos sujeitos pós-coloniais, que se pode discutir a **dimensão decolonial**. Sua mola propulsora são as possibilidades oferecidas por práticas como o sheng e o pidgin nigeriano não só para a crítica a modelos monolíngues e monoculturais de estudo da linguagem, mas também para a busca por mudanças nas bases que sustentaram tais paradigmas.

Assumir uma **dimensão decolonial** nos permite enxergar que as práticas de linguagem de sujeitos pós-coloniais no Quênia, Nigéria, Bangladesh e Filipinas, por exemplo, vão além dos termos usados para nomear suas línguas, assim, não importa quem sejam, se imigrantes ou residentes em seus países de origem, elas não se encaixam nas fronteiras artificiais impostas pelas políticas linguísticas e educacionais. Apesar da falta

de reconhecimento de suas práticas culturais e comunicativas, como vimos com o sheng e o pidgin, esses sujeitos pensam, falam e agem, a partir de seus próprios lugares de enunciação (MIGNOLO, 2005a), onde diferentes maneiras de se produzir conhecimento e de se expressar convergem. Portanto, ao transcenderem as fronteiras criadas sob perspectivas coloniais e do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno (GROSGUÉL, 2008), essas diferentes maneiras de pensar, ou esses pensamentos fronteiriços (MIGNOLO, 2003), têm o potencial de decolonizar as epistemologias que há tempos estão em consonância com a formação dos Estados-nação, das identidades nacionais e com a própria formação (invenção) das línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Defesa semelhante é feita por Khubchandani (2012) que, ao olhar para e desde a Índia, na busca por modelos alternativos de construção de conhecimento em contexto sul asiático, afirma que a realidade plurilíngue naquele país faz com que a manutenção das fronteiras linguísticas seja pouco produtiva. Segundo esse autor, é necessário avaliar criticamente as categorias que fundamentam as discussões sobre o que vem a ser língua e assumir uma perspectiva plural no estudo de e na elaboração de políticas linguísticas, demandando “[...] uma mudança substancial nas preocupações dos cientistas sociais para levar em consideração esse cenário complexo como uma *força viva* na atualidade [...]”. (KHUBCHANDANI, 2012, p. 328, grifos do autor).

Frente ao exposto, se estivermos, de fato, interessados em problematizar e pôr em evidência as práticas translíngues como uma “força viva” dos sujeitos pós-coloniais em nossas pesquisas, devemos, inicialmente, reconhecer sua **dimensão decolonial**, como produto e processo das formas através das quais os sujeitos se envolvem com histórias, discursos, experiências e ideologias para exercer suas vozes (num sentido bakhtiniano).

A **dimensão decolonial** está na base do que significa agir de forma translíngue. Ela não nos ajuda apenas a celebrar a translinguagem como uma maneira de ser através da linguagem diferente do que impõe o entendimento de línguas nacionais, como o suaíli e o iorubá, mas sim compreender que translinguar é se apropriar dessas línguas e contaminá-las com o potencial epistemológico do pensamento fronteiriço. Translinguar, nesses termos, é em si uma prática decolonial³³, o que significa colocar em xeque os

³³ Há de se deixar claro que estou me remetendo à **translinguagem expansiva**, segundo os termos de Canagarajah (2017c), que diferentemente da **translinguagem redutiva**, que é orientada por discursos neoliberais que promulgam a translinguagem com base em interesses mercadológicos, acomoda

princípios de pureza e coerência das línguas. Agir de forma translíngue, assim, orientado por sua **dimensão decolonial**, é um modo de ser, de pensar e escrever em línguas “subalternizadas” (MIGNOLO, 2000), na perspectiva do subalterno que usa e se apropria de uma língua hegemônica e a invade com histórias, experiências e maneiras de agir outras. E é essa forma “outra” de pensar as práticas de linguagem, colocando em jogo epistemologias sobre as línguas que foram silenciadas, que está no centro da teorização de translíngua e de sua dimensão **decolonial**.

Tendo o sheng e o pidgin nigeriano como sua razão de ser (e incluo também o “pretuguês” de Lélia Gonzalez com a qual abri este capítulo), a **dimensão decolonial** nos possibilita problematizar os efeitos coloniais na maneira como os sujeitos enxergam língua e identidade desde um viés outro. Para isso, ela nos possibilita trazer à tona tanto o fixo quanto o fluido das práticas translíngues (PENNYCOOK; OTSUJI, 2019), o que nos permitirá questionar não apenas as associações que os sujeitos fazem entre língua, etnicidade, nação e território, mas também a sua reivindicação de autenticidade alicerçada em ideologias de paradigmas modernos.

Falar de fixidez e fluidez quando tratamos de práticas translíngues, então, se torna necessário, uma vez que foi observado que os sujeitos desta pesquisa, ao buscarem validação de seus posicionamentos no *Facebook*, não só lançam mão, como também interpretam suas performances identitárias em termos ainda circunscritos em noções mais “estáticas” do que se entende por língua e identidade. Assim, tratarei de tal cenário por ele apresentar desafios aos estudos **trans** da linguagem quanto à consideração de como os sujeitos (des)alinham noções de língua e identidade em suas práticas comunicativas, colocando em xeque a própria concepção de fluidez e fixidez e a crescente defesa de que toda e qualquer maneira de se construir sentido na contemporaneidade seja híbrida e instável.

Desse modo, embasado na acepção de que para muitos sujeitos “[...] as identidades [...] estão inexoravelmente ligadas às suas línguas [...]” (BLACKLEDGE; CREESE, 2010, p. 17), buscarei chamar atenção para a possibilidade de as práticas de linguagem de sujeitos pós-coloniais (como os aqui mencionados) não só apontarem, mas também irem além do que compreendemos como fixo e fluido nas categorias linguísticas

perspectivas pós-coloniais de estudos da linguagem e constitui “[...] um conjunto de visões, práticas e políticas que, resistentes a qualquer tipo de essencialização ou disciplinarização, proponha-se a enfrentar os mais variados tipos de discursos e práticas monolíngues [...]”. (ROCHA, 2019, p. 27).

e identitárias manejadas em seus discursos, o que pressupõe valores e ideologias específicas e a busca por ferramentas conceituais mais sensíveis ao que pessoas “leigas” pensam sobre o que fazem com a linguagem.

Com base no exposto até aqui, para iniciar a discussão dos alicerces da **dimensão decolonial** das práticas translíngues, irei contextualizar as relações que têm sido feitas entre essas e as chamadas opções decoloniais. Na sequência, embasado na proposta de Makoni e Pennycook (2007; 2019), debatarei os projetos de invenção das línguas, me concentrando nos efeitos materiais exercidos nas ideologias linguísticas contemporâneas e, por fim, problematizarei as relações entre as opções decoloniais com os estudos sobre translinguagem na busca por desinventar as línguas e as identidades.

4.2 O QUE TEM DE PÓS NO DECOLONIAL E VICE E VERSA? EMARANHANDO CONCEITOS, LINGUAGENS, (DES)INVENÇÕES E COLONIALIDADES

A **dimensão decolonial**, como aqui defendida, tem nos chamados estudos, opções ou pensamentos decoloniais³⁴ uma de suas bases. Essas propostas estão ligadas, principalmente, a uma rede de pesquisadores latino-americanos, caribenhos e latinos, conhecida como grupo “Modernidade/ Colonialidade”, integrado por Walter D. Mignolo, Anibal Quijano, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Catherine Walsh e Nelson Maldonado-Torres, para citar alguns. Para Zamora (2019), os trabalhos desses pensadores fazem eco aos estudos pós-coloniais desenvolvidos por intelectuais asiáticos, como Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Entretanto, posicionamentos distintos podem ser percebidos nas críticas de Grosfoguel (2008) e de Mignolo (2008; 2020). Darei atenção a essas críticas nos próximos parágrafos.

O enfrentamento às marcas coloniais deixadas na maneira de se conceber e produzir conhecimento também era agenda do que ficou conhecido como Estudos Subalternos³⁵, um campo interdisciplinar reconhecido como uma força potencial da

³⁴ Diferentes campos do conhecimento têm buscado incluir uma agenda decolonial em suas pesquisas, dentre eles, cito a proposição de uma Sociolinguística da Decolonialidade, por García e Alvis (2019), os estudos feministas decoloniais (VERGÈS, 2020) e os estudos *Queer of Colour*, que partindo das teorias *queer*, vêm tentando mostrar as heranças coloniais presentes nos discursos sobre sexualidade, articulando o contexto local e global das performances identitárias a partir de sua intersecção com diferentes marcadores sociais. Segundo os estudos *Queer of colour*, desde uma perspectiva decolonial, o enfrentamento às normas sexuais, sociais e corporais pressupõe uma leitura interseccional da dominação colonial. Para mais detalhes, recomendo as leituras de Pelúcio (2012), Minõso (2015) e Fernandes (2017).

³⁵ O termo “subalterno” tem sua origem nos estudos de Antonio Gramsci, usado para se referir à subordinação em termos de classe, gênero, raça, língua e cultura e às tensões entre as relações

crítica pós-colonial. Tal crítica incentivou um repensar dos processos de produção de conhecimento e construção identitária, colocados em voga pelo **colonialismo** e pela dominação ocidental, a partir de estudos desenvolvidos, principalmente (mas não exclusivamente) no/pelo Sul asiático.

Os Estudos Subalternos, termo cunhado pelo indiano Ranajit Guha, mergulharam-se na contestação das representações culturais e identitárias dos sujeitos pós-coloniais através de outras lentes. Ao acusar as interpretações colonialistas, marxistas e nacionalistas de impedir a agência de tais sujeitos, essa corrente filosófica promulgava uma nova abordagem para restaurar a história para e dos subalternos, ressaltando a importância de se buscar e incluir no diálogo cultural e histórico as perspectivas e teorias daqueles excluídos pela elite intelectual ocidental.

Partindo de suas experiências como ex-membro do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, Grosfoguel (2008) faz uma avaliação crítica, dizendo que embora essa corrente tenha tentado produzir conhecimento alternativo e radical, seus seguidores reproduziam o esquema epistêmico de estudos ocidentais. Para esse autor “[s]alvo raras exceções, optaram por fazer estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela [...]” e continua sua crítica, afirmando que “[o]s seus membros subestimaram, na sua obra, as perspectivas étnico-raciais oriundas da região, dando preferência sobretudo a pensadores ocidentais [...]”. (GROSGOQUEL, 2008, p. 116). Segundo Grosfoguel, assim, os Estudos Subalternos, com seus cânones “pós-estruturalistas/pós-modernos ocidentais” (encabeçados por Foucault, Derrida e Gramsci), acabavam representando o que ele chama de uma “crítica eurocêntrica ao eurocentrismo”. Conforme Dussel (1999) aponta, embora importante e necessária, uma crítica pós-moderna da modernidade não é suficiente.

Para Mignolo (2020), a questão que deve ser colocada entre os estudos pós-coloniais e a decolonialidade é a irreduzível diferença na base que sustenta os argumentos de suas propostas, que segundo esse autor não podem mais ser construídas sobre categorias e premissas das ciências ocidentais. De acordo com Mignolo (2008, p. 452, grifos do autor), então:

dominado/dominante ao longo da história. Nesse cenário, a saída para a quebra das relações desiguais de poder deveria vir dos próprios “subalternos”, através de processos de conscientização crítica e da vontade coletiva de ação.

[a] Colonialidade e de-colonialidade introduzem fraturas tanto nos projetos eurocêntricos da pós-modernidade e no projeto da pós-colonialidade, extremamente dependente do pós-estruturalismo na medida em que Michel Foucault, Jacques Lacan e Jacques Derrida têm sido reconhecidos como a base do cânone pós-colonial: Edward Said, Gayatri Spivak e Hommi Bhabha. Decolonialidade começa a partir de outras fontes. Da virada de-colonial já implícita em *Nueva corónica and buen gobierno* de Waman Puma de Ayala; na crítica de-colonial e ativismo de Mahatma Gandhi; na fratura do marxismo em seus encontros com legados coloniais nos Andes, articulados por José Carlos Mariátegui; na radical mudança política e epistemológica promovida por Amílcar Cabral, Aimé Césaire, Frantz Fanon, Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, entre outros. A virada de-colonial, em outras palavras, é um projeto de desligamento, enquanto a crítica e teoria pós-colonial é um projeto de transformação intelectual dentro da academia.

O que Mignolo advoga com a sua proposta de desligamento (*de-linking* ou *desprendimiento*) é um movimento em direção à política geo-histórica do corpo que denuncie a pressuposta universalização de uma etnicidade específica (política do corpo), localizada em uma parte específica do planeta (geopolítica), isto é, na Europa. Portanto, o *desprendimiento* se configura como uma virada epistêmica decolonial rumo a uma outra universalidade.

Devido ao seu foco numa configuração biográfica de gênero, religião, classe, etnia e língua, as epistemologias modernas ocultaram outras maneiras de pensar, sentir e agir; e é por esse motivo que o pensamento decolonial foca no ato enunciativo, uma vez que para ser operacionalizado, ele deve propor alternativas a partir de enunciações negadas pelo domínio e hegemonia da geopolítica do conhecimento ocidental. Para tanto, o pensamento decolonial se volta para o lócus da enunciação, isto é “[...] o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala [...]”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 119). Outrossim, para Baptista (2019, p. 127):

[...] [o] lócus de enunciação remete a um espaço sócio histórico de enunciação, a partir do qual os sujeitos subalternizados, no âmbito da colonialidade/modernidade, podem alcançar representatividade e, conseqüentemente, instaurar uma perspectiva outra de conhecimento como enunciadore[s] [...].

Com isso em mente, o lócus de enunciação busca deslocar o paradigma a partir do qual as perspectivas são pensadas, e se mostra uma alternativa possível ao cânone pós-colonial proposto pelos Estudos Subalternos na tentativa de representar outros corpos e

conhecimentos³⁶.

Acredito que Kumaravadivelu (2016) contribui com essa discussão quando pontua que ao se embasarem na noção gramsciana de inferioridade subalterna, pesquisadores pós-coloniais sul-asiáticos acabaram por problematizar também a sua incapacidade de ação. Dentre eles, Spivak ([1988] 2010), que discute em “Pode o subalterno falar?”, como a violência epistêmica colonial cometida contra “as margens” forja uma fonte de conhecimento e métodos de investigação alicerçados em discursos eurocêntricos do começo ao fim. Dando uma resposta negativa à pergunta colocada em sua obra, Spivak lamenta que aos intelectuais subalternos não foi dada outra oportunidade a não ser se conformar às normas ocidentais de pensar e linguajar (KUMARAVADIVELU, 2016).

Nesse cenário, Kumaravadivelu (2016) questiona: como podem, então, os intelectuais subalternos se desfazerem dos nós da matriz colonial do poder, do método e do discurso? Acrescento a esse questionamento a provocação feita por Mignolo (2020) quando pergunta: que mais pode haver, para além de uma crítica eurocêntrica da modernidade e do eurocentrismo? Embora ambos os autores respondam às suas próprias indagações a partir de propostas decolônias, nesta tese, assumo uma direção complementar (se é que assim posso denominá-la), uma que não se desliga completamente das contribuições “pós-estruturalistas/pós-modernas/pós-coloniais”, mas que as retoma no emaranhamento com as opções **trans** e decolônias.

Moita Lopes (2013a) nos diz que a produção de conhecimento nos estudos da linguagem desde uma mirada latino-americana não deve prescindir de todo pressuposto teórico-filosófico oriundo do Norte. Esse autor problematiza tal questão se perguntando:

[...] [é] coerente optar pelo trabalho de Walter Mignolo, porque é argentino (embora trabalhe nos Estados Unidos) e recursarmos o de Boaventura de Sousa Santos porque é português e trabalhe em Coimbra, sendo que os dois têm igualmente colaborado para construir um conhecimento decididamente anticolonial, antiocidentalista e antimodernista? A filósofa estadunidense Judith Butler, por exemplo, com sua teorização radical sobre gênero/sexualidade, fez mais para nos pensarmos de uma forma mais ética e justa como seres humanos ao

³⁶ É possível observar diálogos entre as perspectivas aqui abordadas com aquelas de Paulo Freire, especialmente as trazidas em “Pedagogia do Oprimido” ([1970] 2021). Com o seu foco na relação dialógica entre opressor e oprimido, Freire traz contribuições significativas para uma tomada de consciência do subalterno com vista à “descolonização do ser”. Embora tal relação possa ser produtiva para uma discussão (pós)(de)colonial desde uma visão freireana, fugiria do escopo desta tese se debruçar sobre ela. Para mais sobre o tema, sugiro as leituras de Penna (2014), Loureiro e Pereira (2019) e Fellini e Franzi (2020).

problematizar, entre outros aspectos, a fala de ódio (*speech hate*) em relação a modos de ser humano considerados não legítimos [...] do que muitas outras teorias sobre a vida social, independentemente de sua proveniência geográfica [...]. (MOITA LOPES, 2013a, p. 235).

Concluindo sua reflexão, Moita Lopes assevera que, em nossa empreitada indisciplinar, devemos ler autores que operem com outras lógicas, que refutem visões ocidentalistas, mas, acentua que tais lógicas, “[...] não são uma questão geográfica, e sim teórico-política [...]”. (MOITA LOPES, 2013a, p. 235). Logo, esse autor reitera o que Grosfoguel (2006) aponta como a diferença entre “lugar epistêmico” e “lugar social”, isto é, o fato de autores estarem socialmente situados ao lado dos oprimidos nas relações de poder (seu lugar social) não significa que estejam, de fato, enunciando desde um “lugar epistêmico” subalterno (BAPTISTA, 2019).

Em direção semelhante, Pennycook e Makoni (2020), embora reconhecendo a importância epistemológica de um *de-linking* com o pensamento ocidental, advogam uma linguística aplicada do Sul Global em que “[...] não envolva nem um desligamento total com epistemologias ocidentais nem com propostas que apenas interajam com o Sul Global [...]”. (PENNYCOOK; MAKONI, 2020, p. 125). Esses autores propõem, assim, uma opção teórico-filosófica em que o Sul e o Norte Global³⁷ possam dialogar e produzir conhecimento que tragam à tona tanto

[...] compreensões sul-africanas de interdependência e considerações centro-americanas das fronteiras, para que possamos, simultaneamente, observar as relações emaranhadas entre Norte e Sul assim como a possibilidade de sua dissolução e o nosso entrelugar. (PENNYCOOK; MAKONI, 2020, p. 126).

Ressoando as perspectivas de Moita Lopes, Grosfoguel e Pennycook e Makoni, minha defesa de uma posição no entrelugar (ou do não-lugar, se me permitem (AUGÉ, 1992)) das epistemologias pós e decoloniais se justifica por dois motivos: o primeiro deles está no próprio fundamento desta tese que busca em Bakhtin, Blommaert, Butler e outros, alternativas teórico-metodológicas para a consideração do sujeito e da linguagem como centrais na negociação de suas identidades; e, segundo, por coadunar com Rocha (2019) quando indica que, para além de considerar os estudos encabeçados pelos prefixos

³⁷ Esses autores deixam claro que o Norte e Sul não se resumem a aspectos geográficos, mas englobam questões epistemológicas e enunciativas.

“trans”, “pós” e “de” como diametralmente opostos, o que devemos investigar são os efeitos de sentido que se manifestam a partir da imbricação de suas propostas epistemológicas. Portanto, mais importante do que determinar se os estudos pós-coloniais ou os decoloniais são mais adequados ao debate dos efeitos coloniais na linguagem e no ser, me posiciono a favor do alinhamento dessas propostas e de como elas podem contribuir para a construção de uma perspectiva para o estudo da linguagem que não seja complacente com a **colonialidade**.

Nesse contexto, busco compreender a decolonialidade não como uma negação das contribuições que a modernidade eurocêntrica trouxe à história, mas sim, conforme Veronelli ([2015] 2021 p. 83), como: “[...] um espaço para perspectivas epistêmicas e experiências outras que emanam de uma multiplicidade de subjetividades que a relação modernidade/colonialidade ignorou, deslocou e subalternizou intencionalmente a nível global”. Digo isso também me apoiando em Muniz (2016, p. 775), para a qual: “[...] [s]e não existe em alguns contextos o colonialismo, existe definitivamente a colonialidade introjetada em nossos discursos e em nossa forma de ver o Outro, por isso esta é uma discussão fundamental para as pesquisas que têm como base a relação entre linguagem e identidade”.

Aqui, vale uma pequena reflexão sobre a adoção do termo “decolonial” na dimensão aqui discutida. Explico que assim o faço não por acreditar que apenas os estudos decoloniais deem conta de problematizar as práticas translíngues, mas porque, assim como Walsh (2009), entendo que o termo decolonial marca uma distinção com o significado de descolonizar, em seu sentido clássico. Nesta tese, o termo não diz respeito a uma tentativa de desfazer o colonial ou revertê-lo, superando o momento colonial pelo pós-colonial; pelo contrário, penso que assim como os estudos pós-coloniais, os decoloniais estão interessados em transgredir normas pré-estabelecidas de se fazer pesquisa e de se pensar o mundo, implicando, portanto, uma luta contínua. Logo, acredito que o conceito já inclua em si o pós-colonial, como já discutido anteriormente; e, por isso, opto pela denominação da dimensão como **decolonial**.

Feitas as considerações sobre os pontos de convergência e divergência entre as perspectivas pós e decoloniais, penso que essa última ainda precise de mais contextualização para que alcancemos um entendimento mais amplo do que aqui tenho chamado de **dimensão decolonial**. É sobre esse ponto que discutirei na sequência.

4.2.1 As bases (de)coloniais de uma crítica à natureza da linguagem

Com base no exposto em parágrafos anteriores, fica sugerido que os pensamentos decoloniais se configuram como uma alternativa tanto para a investigação social como educativa inseparável de uma compreensão do sistema-mundo em que vivemos. Para os países latino-americanos, essa compreensão remonta ao “descobrimento”, a conquista e colonização, que ocorre, paralelamente, ao período da Modernidade europeia (ZAMORA, 2019). Por essa razão, seus principais expoentes falam de **modernidade-colonialidade** como um processo único e indissociável, que estabeleceu histórias, discursos e condições diferenciadas para a Europa e para as suas colônias.

Os estudos do grupo “Modernidade/Colonialidade” retomam, sobremaneira, as reflexões de Aníbal Quijano (2000) sobre os conceitos de **colonialidade** e **colonialidade do poder**. Nessa orientação, a **colonialidade** é entendida como a imbricação dos processos econômicos e políticos do capitalismo com os processos de subjetivação e classificação dos grupos sociais (resultando na invenção de categorias como branco, negro e indígena); por outro lado, a **colonialidade do poder** se desenha como a expressão concreta das relações da **colonialidade**, por estabelecer as formas de imposição de subjetividade à totalidade dos âmbitos de existência humana, como o trabalho, o sexo, o gênero e a raça. Logo, a **colonialidade do poder** se refere aos sistemas de poder que emergiram como um resultado do **colonialismo** e que continuam a controlar relações sociais, econômicas e os processos de produção de conhecimento.

Como antecipado nos parágrafos anteriores, para se compreender a **colonialidade do poder** é necessário, primeiro, reconhecer a **colonialidade** como constitutiva da modernidade e não apenas como uma derivação dela (primeiro vem a modernidade e depois a colonialidade). Para Mignolo (2017), Quijano dá um novo sentido ao legado do **colonialismo**³⁸ quando ressalta que a **colonialidade** nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até os dias de hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte

³⁸ Complementarmente à essa visão, Grosfoguel (2008) emprega o termo “colonialismo” para se referir a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial, como o caso do período do colonialismo clássico, e a designação “colonialidade” para se referir a “situações coloniais” da atualidade. Para esse autor, “situações coloniais” se referem à opressão/exploração cultural, política, econômica e sexual de grupos étnicos/racializados subalternizados por parte de grupos étnico-raciais considerados dominantes, com ou sem a existência de uma administração colonial.

(MIGNOLO, 2017).

O par **modernidade/colonialidade** é empregado por Mignolo (2000; 2008; 2017; 2020), assim, como um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a **colonialidade** (MIGNOLO, 2017). Dessa forma, a partir da **modernidade/colonialidade**, é possível “[...] compreender a continuidade das formas coloniais de dominação mesmo após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial [...]”. (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Em outras palavras, o conceito de **decolonialidade** emerge do de **colonialidade**, que por sua vez surge do de **colonialismo** – as consequências da colonização.

Segundo Quijano (1992), o empreendimento intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva e um modo de produzir conhecimento que demonstra o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. O autor discute que a constituição eurocêntrica da modernidade se dá por meio da **colonialidade do poder**, a chave analítica que nos permite observar o espaço de confluência entre modernidade e capitalismo e os resultados dessa relação. Dessa maneira, compreende-se a **colonialidade do poder** como operando através do controle ou hegemonia das dimensões políticas, administrativas e subjetivas, assumindo a forma do estado-nação, do capitalismo e do eurocentrismo.

Mignolo (2005b) retoma, assim, o conceito de **colonialidade do poder** para discutir o que chama de **diferença colonial**, isto é, pensar a partir das fronteiras, das experiências e das margens criadas pela **colonialidade** na estruturação do mundo moderno/colonial, como forma não de restituir conhecimento, mas de reconhecer conhecimentos outros. Tal conceito nos permite não só revelar as dinâmicas de poder que estão em disputa nos modos como o pensamento eurocêntrico constituiu a subjetividade dos povos colonizados, estabelecendo parâmetros de validade e reconhecimento do que pode ser considerado humano, natural e desenvolvido, como também a possibilidade de questionamento e de transformação da **colonialidade do poder**.

Para o autor argentino, portanto:

[...] [a] diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são

forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. (MIGNOLO, 2003, p. 10).

A diferença colonial é uma proposta que permite estudiosos refletirem sobre a lógica colonial a partir de outros quatro eixos: a **colonialidade do saber, do ser, da natureza e da linguagem**.

A **colonialidade do saber** (no âmbito epistêmico, filosófico e científico da relação das línguas com o conhecimento) representa o impacto da colonização e do racismo na construção do conhecimento. Segundo Fleuri (2012), ela retoma a suposição de que a Europa se constituía como centro de produção de conhecimento, descartando a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e de outros saberes que não fossem de homens brancos, héteros, cis e/ou europeizados. Já, a **colonialidade do ser**, ligada às experiências coloniais vividas pelos sujeitos e seus impactos na linguagem, “[...] é o que se exerce por meio da subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados, à medida que o valor humano e as faculdades cognitivas dessas pessoas são desacreditadas pela sua cor e pelas raízes ancestrais [...]”. (FLEURI, 2012, p. 10). O terceiro eixo é o da **colonialidade da natureza** e da própria vida, onde se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais que dá sustentação a conhecimentos outros.

Tais formas de **colonialidade** são experienciadas tanto na maneira como os sujeitos se relacionam uns com os outros, como também na maneira como se produz conhecimento. Com isso em mente, Fleuri (2012) defende a construção de uma **interculturalidade crítica**, que busque desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, “[...] que apontem para a possibilidade de conviver em uma nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais [...]”. (FLEURI, 2012, p. 10).

A **colonialidade do poder** de Anibal Quijano é também o ponto de partida para Veronelli ([2015] 2021) e Baptista (2019) discutirem o quarto eixo chamado de **colonialidade da linguagem**, isto é, o processo de racialização de povos colonizados como agentes comunicativos inferiores ou como serem sem linguagem real, incapazes de expressar sentido cosmológico, social, erótico ou econômicos complexos.

Veronelli ([2015] 2021) nos diz que a relação **modernidade/colonialidade** é uma estrutura de poder que afeta a lógica da percepção, impossibilitando considerar os

colonizados como seres de linguagem. Para essa autora, como um modo de revelar os impactos da colonialidade na linguagem, torna-se necessária uma mudança paradigmática, uma vez que a perspectiva sobre a língua(gem) que a modernidade supõe invisibiliza outras formas de ser e de se expressar. Como alternativa, Veronelli ([2015] 2021) propõe o conceito **colonialidade da linguagem**, na busca de compreender a relação raça/linguagem e denunciando como ela é praticada dentro de uma filosofia e ideologia eurocêntrica que carrega uma política linguística da exclusão.

Embasando-se nos trabalhos da chicana, Glória Anzaldúa (1987), e trazendo à tona a constituição de uma identidade linguístico-racial múltipla não essencialista, Baptista (2019, p. 128) acredita que a dimensão da língua/linguagem nos estudos decoloniais traz em si relevantes questões metodológicas e epistemológicas, “[...] sobretudo no que tange a uma reavaliação na forma como o conhecimento sobre as línguas e práticas de linguagem tem se constituído e tem se legitimado, a partir do viés da racionalidade ocidental ou moderna [...]”. Para essa autora, se torna vital aprofundar a compreensão em torno da **colonialidade da linguagem** e dos seus efeitos nas práticas sociais, como uma opção possível para o desvelamento dos modos por meio dos quais

[...] são validadas as experiências com a linguagem e as dinâmicas interacionais, bem como são preservados os fundamentos binários de mundo para problematizar língua, identidade e cultura. Com tal propósito, se torna fundamental a premissa de que a colonialidade da linguagem é uma das caras da colonialidade do poder-saber, no caso, de um saber sobre a língua/linguagem [...]. (BAPTISTA, 2019, p. 128).

Como um passo para avançar na mudança paradigmática nos estudos da linguagem, proposta por Veronelli ([2015] 2021) e, de certa maneira, por Baptista (2019), estudiosos do pensamento decolonial têm se voltado à noção de *linguaging* (ou linguajar, em língua portuguesa), como adotado pelos biólogos chilenos Maturana e Varela (1998).

Os efeitos do deslocamento da “língua” para *linguaging* têm sido sentidos em diferentes campos de estudos com foco na linguagem. Embora esse último tenha sido adotado no processo de aquisição de segunda língua como um processo cognitivo de produção significativa de sentido (SWAIN, 2006), a perspectiva decolonial tem se apropriado, em sua maioria, das propostas da teoria da *autopoiesis* de Maturana e Varela (1998), segundo a qual são nos processos de *linguaging* e na interação que estabelecemos com os meios que nos cercam, que nos tornamos seres de linguagem. Nesse sentido,

linguaging diz respeito à noção de que todo ser humano se envolve em histórias sociais, cognitivas, emocionais e afetivas em suas interações, que modelam e são moldadas por suas subjetividades (GARCÍA; ALVIS, 2019).

Para Veronelli ([2015] 2021, p. 92, grifos da autora): “[a] noção de *linguajar* abre uma opção para pensar a linguagem não como um produto acabado, mas como uma atividade progressiva e localizada [...]”, confrontando, assim, a perspectiva de língua como objeto institucionalizado, ordenado com uma gramática (discursivização da língua, anteriormente mencionada) e atrelado a um império ou nação. Veronelli compreende que o sentido das práticas de linguagem, a partir da perspectiva do linguajar, não é dado, mas criado na relação dos seres com o seu meio, e por isso, ele é sempre produzido por alguém em um determinado tempo e espaço. É através do “linguajar juntos”, nas palavras da autora, que os sujeitos criam suas realidades. Dessa maneira, a perspectiva do linguajar é valiosa para a compreensão da **dimensão decolonial** aqui discutida, uma vez que traz à tona uma face da língua(gem) encoberta pelo paradigma moderno/colonial. Assim como compreendida por Veronelli ([2015] 2021, p. 94), *linguaging* nos permite

[...] revisar aquilo que a modernidade/colonialidade prescreve como seres não humanos, e que, portanto e por definição, não possuem uma linguagem que possa ser considerada ‘real’, e ver esses seres de fora da matriz colonial de poder e suas restrições conceituais e linguísticas: vê-los como gente que linguajeia.

Mignolo (2000, p. 274), por sua vez, atrela a noção de *linguaging*³⁹ a sua proposta de *bilanguaging love*, compreendendo-a como

[o] amor de ser e estar entre línguas, amor pela desarticulação da língua colonial e pelos subalternos, amor pela impureza das línguas nacionais e amor como uma ação corretiva necessária à ‘generosidade’ do poder hegemônico que institucionaliza a violência; esse amor é para todos aqueles negados pela cultura acadêmica cúmplice do legado colonial e das hegemonias nacionais. [...] Por fim, esse é o amor da impuridade das línguas que foram banidas da educação e da epistemologia desde o início da colonização e da racionalidade moderna. [...] Bilinguajar o amor é um passo em direção à decolonização das línguas.

O que Mignolo nos mostra, assim, é que para se teorizar os processos de *linguaging* precisamos de outras perspectivas. Portanto, bilinguajar o amor é sobre teorizar as línguas dentro de suas estruturas sociais de dominação, como uma forma de

³⁹ Utilizarei também a palavra em inglês, por ela capturar a ideia de fluidez e processo inerente ao conceito, o que é possível a partir do sufixo “ing”.

lidar com a condição plurilíngue “natural” da condição humana, historicamente “[...] suprimida pelas ideologias e hermeneúicas monotópicas da modernidade e do nacionalismo [...]”. (MIGNOLO, 2000, p. 228).

Face ao exposto, a **colonialidade da linguagem**, assim como o *(bi)linguaging love*, oferecem relevantes arcabouços teóricos à **dimensão decolonial**, por promoverem deslocamentos nos discursos sobre as línguas imperiais e os realocarem a partir de uma perspectiva dos sujeitos pós-coloniais, isto é, de uma perspectiva epistêmica outra. É com base nesses conceitos que poderemos investigar, “[...] recombinar, ressignificar e visibilizar as identidades performadas pelos sujeitos [...], pelas ‘vozes do Sul’, que vêm ‘de baixo’ [...]”. (LEROY, 2018, p. 18).

Tais propostas escancaram a necessidade de pensar os processos de linguajar para além das línguas. E para isso se tornar efetivo, precisamos considerar que as línguas e as performatividades a elas atribuídas foram inventadas. Explicar essa afirmação é o principal motor das próximas páginas.

4.2.2 (Des)invenção, línguas nomeadas e o lugar dos estudos mono/multilíngues

Em *Desinventing and Reconstituting Languages*, obra organizada por Makoni e Pennycook (2007), são questionadas pressuposições em torno da natureza das línguas e de como elas são conceituadas. A obra é uma extensão dos trabalhos de seus organizadores e retomam a promoção de uma linguística aplicada crítica (PENNYCOOK, 2001), embasada em perspectivas menos Anglo-americanas ou ocidentais e mais engajada em contextos sociolinguísticos outros (MAKONI, 2005). Abordando uma gama variada de contextos (língua de sinais na Indonésia, práticas de letramento no Brasil, linguagem hip-hop nos Estados Unidos e outros), os autores nos levam a pensar que uma crítica dessas pressuposições não está numa ordem meramente conceitual, mas advém de uma necessidade sociopolítica.

Na busca de argumentos para a discussão proposta, esses autores dedicam suas reflexões a instâncias de invenção das línguas, promovidas, principalmente (mas não exclusivamente) pela Linguística, pelas políticas linguísticas (pós)coloniais e pelo **colonialismo**. Para Makoni e Pennycook (2007), assim como as muitas perspectivas de língua devem ser examinadas, minuciosamente, a mesma necessidade se estende à discussão sobre línguas maternas, direitos linguísticos e multilinguismo. A noção de

invenção que orienta os trabalhos desses autores tem sua fonte nos conceitos de **narração** de Bhabha (2007), **comunidades imaginadas** de Anderson (1991), na obra *The invention of tradition in colonial Africa* de Ranger (1983) e a **atitude do descobrimento** de Blommaert (1999), que reservadas as suas particularidades, são usados para caracterizar o mito de que, antes da colonização, países fora da Europa ocidental eram um quadro em branco pronto para ser preenchido com categorias políticas, sociais, religiosas e identitárias europeias. Tais categorias, assim, incluíam os nomes de grupos étnicos, línguas e os modos como elas deveriam ser descritas.

Makoni e Pennycook (2007) ligam os processos de invenção, nomeação e classificação das línguas ao projeto colonial/cristão. Para esses autores, a escrita de gramáticas e livros por missionários se embasava em perspectivas específicas de línguas europeias, negligenciando as ideologias locais de seus falantes e contribuindo para o processo de cristianização e invenção das “línguas indígenas”, agora transformadas em objetos de conhecimento europeu. Esse “objeto” emerge, assim, não à imagem das línguas e identidades europeias, mas sim de como a Europa imaginava como deveriam ser tais línguas e identidades.

Com isso, o que se pode inferir é que a classificação e nomeação das línguas foi um ato performativo, um processo de invenção que trouxe as línguas à existência. Nesses termos, Makoni e Pennycook (2007, p. 2) afirmam que “[...] as línguas não existem como entidades reais; pelo contrário, elas são as invenções de movimentos sociais, culturais e políticos [...]” (acrescento aqui, performativos), ligados à emergência da noção de língua como uma entidade nacional. Logo, o que se observa é que não só as “línguas indígenas” foram inventadas pelos europeus, mas também as próprias noções que esses passaram a adotar para caracterizar as suas próprias línguas e identidades.

Partindo da e expandindo a noção de que as línguas foram inventadas, ou melhor, construídas numa tradição ocidental/nortecêntrica, Severo (2016) traz essas reflexões para compreender a América Latina também como uma invenção colonial. Para essa autora, isso foi possível através de “[...] um arsenal discursivo que ajudou a produzir uma visão colonial e colonialista sobre as experiências travadas e vividas na América a partir da perspectiva dos agentes coloniais [...]”. (SEVERO, 2016, p. 13).

A reflexão proposta por Severo (2016) se embasa na crítica pós/decolonial que discute o “Novo Mundo” como uma invenção racializada e ocidentalizada. Para construir

seu argumento, a autora retoma a obra *A invenção da América* de O’Gorman (1958), que analisa diferentes processos de discursivização que tornaram possível a criação de uma “ideia” de América. Com o intuito de problematizar o discurso do “descobrimento”, O’Gorman propõe pensar a América “[...] como o resultado de uma invenção do pensamento ocidental e não mais como o resultado de uma descoberta puramente física, feita também por acaso”. (O’GORMAN, 1958, p. 2).

Igualmente importante para esse debate é Mignolo (2005a) que a partir de uma perspectiva ou opção decolonial discute a “América Latina” não como uma entidade, mas uma “ideia” fundada na “modernidade”, como resultado da expansão do capitalismo e do silenciamento das histórias e cosmologias indígenas e africanas. Em *A ideia de América Latina*, Mignolo (2005a) problematiza os mecanismos que possibilitaram uma “ideia” de América fincada em uma visão ocidentalista e universalizante. Para o autor, tal lógica ou lugar de enunciação eurocêntrico permitiu a classificação, categorização e divisão do mundo em termos raciais, religiosos e civilizatórios. Com isso, Mignolo (2005a) discute que compreender o surgimento dessa “ideia” de América Latina significa também entender como o Ocidente e o mundo moderno foram forjados em um paradigma colonial.

Trazendo a discussão da invenção para o campo linguístico, Espírito Santo e Barros (2018, p. 155) refletem sobre as políticas linguísticas no Brasil e os seus impactos na construção de um “mito monolíngue”, discutindo que “[...] o processo de invenção das línguas foi também um processo de invenção, hierarquização e exaltação de identidades sociolinguísticas específicas [...]”. Para esses autores, o processo de discursivização no período colonial impulsionou também a invenção das “línguas” no Brasil e instaurou uma forma única e “correta” de se expressar em “português”, às custas da prática natural de imbricação das línguas. Portanto, Espírito Santo e Barros (2018, p. 155) nos alertam que “[...] falar do processo de invenção das ‘línguas’ é também falar, de um lado, sobre processo de invenção de um grupo, e de outro, sobre o apagamento de identidades”.

Severo (2016), Espírito Santo e Barros (2018) ilustram uma crescente iniciativa acadêmica de pesquisadores brasileiros (SOUZA; MUNIZ, 2017; SEVERO, 2019; NASCIMENTO, 2020) de revisão e expansão do quadro epistemológico que tem se voltado para os efeitos da colonialidade nos conceitos de raça e língua(agem). Nesse sentido, as propostas “invecionistas” (SEVERO, 2016; 2019), ou da performance linguística e identitária (SOUZA; MUNIZ, 2017) ou do culturalismo racialista

(NASCIMENTO, 2020) estão intrinsecamente ligadas à própria noção de (de)colonialidade, uma vez que se debruçam sobre como o processo de categorização de línguas e identidades inscreveram nos povos indígenas e latino-americanos formas específicas de compreensão e de interação sócio-verbal com o mundo. Complementarmente, Souza e Muniz (2017, p. 82) nos dizem que tais propostas têm o potencial de “[...] tensionar as questões de linguagem levando-se em conta identidades, cultura e performance [como] fundamentais para possibilidades de mudanças desse cenário de dor causado pelas mais diversas discriminações”.

Um aspecto que merece um pouco mais de atenção é a consideração de que os estudos linguísticos também se desenvolveram sobre os rastros da discursivização colonial das línguas (PENNYCOOK; MAKONI, 2020). Com a necessidade de se dissociar “língua” de seu contexto real de uso, no intuito de se constituir como uma ciência respeitada, a Linguística fez operar uma extensa série de exclusões, relegando pessoas, histórias, sociedade, cultura e a política a um âmbito externo à língua. Para Pennycook e Makoni (2020), embora a pesquisa nos campos da Linguística venha avançando na superação de acepções coloniais, ainda é visível essa herança na maneira como língua e sujeito são estudados. Tornando o debate da invenção ainda mais complexo, acrescento as contribuições de Otheguy, García e Reid (2015), que se apoiando na noção de translinguagem, refletem sobre o que chamam de **línguas nomeadas**.

Para esses autores, as **línguas nomeadas** dizem respeito às línguas inventadas (nos termos de Makoni e Pennycook), isto é, uma construção social, definida pelas filiações políticas, territoriais e étnicas de seus falantes. No entanto, o ponto de discussão dos autores vai além de refletir sobre os processos de invenção e discursivização que foram apresentados até o momento. Para eles, uma língua nomeada (português, inglês, espanhol – só para citar algumas das línguas dos Estados-nação) não pode ser definida linguisticamente, ou seja, não pode ser descrita em termos gramaticais. Na tentativa de desconstruir a noção de **línguas nomeadas**, então, os autores esclarecem que elas não devem ser confundidas com o conceito de línguas como “[...] um conjunto de características lexicais e estruturais que formam o repertório de um falante empregado para permitir a comunicação [...]”. (OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 286). Essa diferenciação é de grande importância para a defesa desses autores, uma vez que para eles, ao ignorar tais distinções, linguistas, gramáticos e pedagogias de línguas se propõem

a um trabalho do qual eles não poderão dar conta.

Mas, se a Linguística não trabalha com **línguas nomeadas**, o que ela faz, então? Para Otheguy, García e Reid (2015), a resposta para essa pergunta está na noção de **idioleto**, isto é, a língua pessoal e única de um sujeito; a gramática que emerge da interação com outros falantes e os permite a agir na linguagem. O **idioleto** seria, então, a visão interna do sujeito, separada da perspectiva externa ou das categorias que a sociedade atribui às suas línguas. Para os autores, “[...] [e]ssas são as coisas que os linguistas, de fato, analisam e estudam, não uma língua nomeada, mesmo quando, confusamente, eles usam línguas nomeadas em suas pesquisas [...]”. (OTHEGUY, GARCÍA, REID, 2015, p. 289). Para justificar tal argumento, os autores ilustram com o seguinte:

[o]s linguistas não podem nos dizer se as falas de Barcelona e Valência são versões da mesma língua porque elas não são questões linguísticas. Ao invés disso, elas são questões sobre as identidades políticas e culturais dos falantes, um item de seu conhecimento cultural que é compartilhado: leigos, normalmente, reconhecem Madri e Havana como falantes da mesma língua por causa de fatores históricos que ligam Espanha e Cuba; eles, [de igual modo], também reconhecem que Madri e Lisboa falam línguas diferentes por causa dos laços culturais e históricos que foram se afrouxando ao longo do tempo [...]. (OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 288).

Otheguy, García e Reid (2015) nos mostram, assim, que o que comumente conhecemos como “espanhol”, “português” etc. são, na verdade, características comuns compartilhadas por **idioletos**, que emergem apenas depois que esses já foram classificados a partir de uma base cultural, entendida como pertencente a uma mesma língua nomeada. Dito de outro modo, os linguistas não poderiam analisar as características que constituem o “espanhol” ou o “português” (ou qualquer outra língua nomeada) começando do zero. Eles desenvolvem os seus estudos embasados na noção prévia do que conta ou não como sendo uma língua nomeada como o “espanhol” ou o “português”. Assim, as línguas não podem ser entendidas, *par excellence*, em termos linguísticos, uma vez que as suas fronteiras são estabelecidas em bases não-linguísticas.

Complementando essa discussão, agora a partir de uma perspectiva decolonial, García (2019) problematiza que o único sistema possível de estudo e classificação linguística continua sendo o eurocêntrico, disseminado, principalmente, através da padronização das **línguas nomeadas**. Essa autora pondera, assim, que

[as] línguas nomeadas não são, de nenhum modo, entendidas como o mais importante instrumento de racialização daqueles, cuja mão de obra tinha que ser continuamente explorada para benefício econômico da elite pós ‘independência’ política. Falantes minorizados tinham que ser criados para que se pudesse proteger a estrutura hierárquica da superioridade dos europeus brancos, as línguas europeias nomeadas e, especialmente o inglês, que tem sido a chave na continuação da ‘colonialidade do poder’. (GARCÍA, 2019, p. 159).

Essa perspectiva das **línguas nomeadas**, embora não imune a contestações (AUER, 2019), abre inúmeras possibilidades de problematizarmos como os estudos da linguagem ainda se alicerçam em fundamentos não tão claros sobre o seu “objeto” de investigação, já que dependem de critérios sociais e políticos para a sua descrição e análise. Dessa maneira, essa noção tem impactos significativos no que conta ou não como “língua” e, conseqüentemente, no que conta ou não como sujeitos mono, bi e multilíngues.

Nesse cenário, segundo Makoni e Pennycook (2007), o que precisa ser problematizado é a implícita ideologia de singularidade e contabilidade, reforçada pela noção de uma língua-objeto essencializada e fisicamente locada em territórios linguísticos específicos. Para esses autores, “[...] [a] ideia de enumeração linguística e singularidade está embasada na noção dual de que tanto as línguas como os falantes delas são passíveis de contagem”. (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, p. 11). Nessa lógica, abstrair as línguas, contando-as como objetos discretos e, conseqüentemente, nomeando sujeitos com base nessa enumeração, é uma estratégia de reproduzir uma norma monolíngue (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Expandido essa discussão e retomando o conceito de **idioleto**, Otheguy, García e Reid (2015) nos guiam a compreender que sujeitos, nomeadamente, mono/bi/multilíngues, não são qualitativamente diferentes. Segundo esses autores, a diferença reside no fato de que os **idioletos** dos bi/multilíngues contém mais recursos semióticos e mais experiências socio-culturais de como e quando empregar tais recursos. Em outras palavras: “[...] monolíngues e bilíngues não são tão diferentes linguisticamente – ambos têm uma gramática que guia as suas interações sociais, que [emerge e] é empregada, de maneira seletiva, dependendo do interlocutor e do contexto [...]”.

(OTHEGUY; GARCÍA; REID, 2015, p. 293)⁴⁰.

No entanto, não devemos ser levados a pensar que ao problematizarem a perspectiva moderna e meramente linguística de **língua**, contrastando-a com **líguas nomeadas** e **idioleto**, Otheguy, García e Reid (2015) estejam negando a existência de **líguas**, visto que, pelo contrário, eles as inserem em seus próprios domínios discursivos como forma de colocar em voga perspectivas alternativas. Assim, ao falarem de “língua”, “mono/bi/multilinguismo” e sujeitos “mono/bi/multilíngues”, esses estudiosos deixam claro que tais classificações nada têm a ver com o que os sujeitos fazem em suas práticas reais de linguagem, mas atendem a interesses linguísticos, sociais, políticos e culturais específicos.

Frente a isso, é possível afirmar que se põe em destaque o fato de as **líguas nomeadas** terem papel fundamental na realidade sociocultural dos sujeitos. Essa perspectiva nos leva a refletir, assim, que o que entendemos por inglês, português, espanhol etc. impacta as vidas de seus falantes em diferentes dimensões. Ela nos permite ainda compreender que o processo de aprendizagem de **líguas nomeadas** pode significar a oportunidade de os sujeitos expandirem os seus repertórios com novos recursos, possibilitando-os a ter uma noção de como, quando e com quem tais recursos podem ser empregados para que consigam atingir seus propósitos sociais.

Em suma, estudar as **líguas nomeadas** desde uma perspectiva da translinguagem nos permite:

- a) enxergar os sujeitos como atores sociais que selecionam e empregam recursos de um único repertório para se comunicar;
- b) lançar mão de uma perspectiva para o bi/multilinguismo que privilegia as dinâmicas práticas semióticas para além do que conhecemos como **líguas nomeadas**;
- c) reconhecer os efeitos materiais das líguas nomeadas e das ideologias linguísticas a elas atreladas, especialmente nas práticas de sujeitos subalternizados.

Com isso, fica visível na ideia de invenção e de **líguas nomeadas** que a própria classificação mono/bi/multilinguismo está embasada em princípios coloniais de

⁴⁰ No próximo capítulo, irei retomar essa discussão a partir de lentes complementares, ressaltando as relações ideológicas e espaço-temporais da ação através da linguagem. Aqui, é suficiente pontuar que agir de forma mono/bi/multilíngue está condicionada a uma gama de fatores que podem permitir ou inibir que os sujeitos sejam capazes de exercer suas práticas translíngues.

categorização e enumeração linguística. Penso ser relevante desenvolver esse aspecto um pouco mais a fundo.

4.2.3 Onde as perspectivas mono/multilíngues se (des)encontram: Estados-nação e paradigma monolíngue

Embora tenha sido frequente a celebração do multilinguismo nas sociedades “contemporâneas”, motivando o que May (2014) chamou de “virada multilíngue” nos estudos da linguagem, se torna necessário verificar que muitas das abordagens sobre a diversidade linguística ainda se pautam em estratégias de contagem das línguas. Mesmo que abram espaço para se discutir a diversidade por outros vieses, o que se observa é que tais abordagens tendem a reproduzir os princípios da invenção colonial. Com isso, ao atrelarem o estudo da diversidade à enumeração linguística, elas continuam empregando as estratégias coloniais de categorização enquanto ignoram as questões qualitativas, que são onde, de fato, a diversidade reside.

A grande crítica ao monolinguismo feita por aqueles em defesa do multilinguismo centra-se no argumento de que o estudo da diversidade linguística é dominado por princípios ainda monolíngues. No entanto, essa linha de pensamento, ao celebrar um deslocamento do mono para o multilinguismo, não dá conta de problematizar, desde uma mirada decolonial, as premissas que embasam suas próprias investigações. Com isso, ao invés de sermos críticos do monolinguismo, sugerindo que nos movamos de uma lógica “mono” para uma “multi”, a **dimensão decolonial** aqui proposta pode nos ajudar a enxergar ambos os posicionamentos como problemáticos. Para isso, é de grande relevância ecoar o debate feito por Pennycook e Otsuji (2015) quando nos dizem que os argumentos que embasam as duas propostas (tanto a “mono” como a “multi”) ainda têm suas raízes na enumeração linguística.

Para esses autores, tal lógica monológica pressupõe que “[...] há falantes e há línguas, com isso, ou uma pessoa fala apenas uma língua, o que faz dela ‘monolíngue’, ou ela fala mais de uma língua, o que faz dela bi ou multilíngue. Ou uma pessoa fala muitas línguas ou ela não fala”. (PENNYCOOK; OTSUJI, 2015, p. 16). Pennycook e Otsuji (2015) nos levam a pensar com tal provocação que o multilinguismo, ao invés de superar o monolinguismo, passa a ser, na verdade, entendido como uma “pluralização do monolinguismo”. Essa ideologia tem orientado a defesa, por exemplo, de que o Brasil é

um país “multilíngue” devido à existência de mais de 200 línguas (!!!) em seu território, enquanto perde de vista que o próprio monolinguismo, assim como o multilinguismo (como a pluralização de línguas) são construtos sociais ao invés de realidades linguísticas passíveis de serem enumeradas. A partir dessa consideração, me alinho à Busch (2012) quando diz que “ninguém é monolíngue”, e de que a falsa condição de ser monolíngue é um mito que nasce junto com o colonialismo, com os Estados-nação e suas tradições monosemióticas e monomodais, que favorecem o uso do alfabeto e da escrita em detrimento de outros sistemas de signos como imagens, ícones, símbolos e modos semióticos.

Diante desse cenário, é possível sugerir que a ideia de línguas autônomas construída pelos Estado-nação e as ideologias linguísticas advindas dela co-criaram as classificações de mono, bi e multilinguismo ainda prevalentes na contemporaneidade. A ideia impressa é a de que as línguas poderiam ser “acrescentadas” como objetos separados, o que oculta a consideração de que os sujeitos multilíngues podem nunca terem se comportado de tal maneira. Nesses termos, García (2019, p. 160) chama atenção para o fato de que

[...] o multilinguismo continua a ser interpretado desde lentes europeias que ignoram as práticas multilíngues de muitos sujeitos [racializados] [...]. [E]sse multilinguismo exclui as práticas de linguagem fluidas de corpos negros, especialmente em programas de educação linguística que se põem a desenvolver o multilinguismo [...].

Dessa maneira, é possível considerar que o monolinguismo é muito mais do que um termo quantitativo para caracterizar a presença de uma língua em um território, ao invés disso, passa-se a dar atenção à proposição de que tal ideologia tem organizado toda uma estrutura social, desde a construção da ideia de falantes de uma língua, da formação de disciplinas acadêmicas e de um forjado sentimento nacionalista de pertencimento cultural. Para Pennycook e Otsuji (2015, p. 19), o

[...] [m]onolinguismo, então, é um dos princípios fundantes da modernidade, um conjunto de crenças sobre a linguagem que organizou a nossa percepção do mundo; e como muitos mitos, não é fácil de se superar.

Traçando uma trajetória da invenção do monolinguismo, Gramling (2016) situa espaço-temporalmente a sua emergência nos séculos XVII e XVIII, quando se tornou um

dos principais veículos para o Iluminismo europeu, para a alfabetização em massa e para um mercado econômico coordenado e liberal. Complementarmente, Canagarajah (2013a) nos diz que a orientação/paradigma monolíngue emerge não apenas dos ideais iluministas, mas também de outros movimentos como o Romantismo, a industrialização, a formação dos Estados-nação, o estruturalismo, a colonização e o imperialismo. Para o autor cingalês, tais movimentos levaram adiante a ideia de equivalência entre língua, comunidade e território, numa relação que ficou denominada como “tríade herderiana” (BAUMAN; BRIGGS, 2000). Essa relação é ilustrada por Canagarajah (2013a, p. 20-21) nos seguintes termos:

a tríade herderiana fez com que cada língua fosse considerada única e até mesmo separada. Cada língua foi estampada com uma essência de uma comunidade particular com a qual era associada. A língua era capaz de naturalmente expressar apenas os valores e pensamentos de pertencimento àquela comunidade. Essa ideia fez da comunidade a dona da língua. Os outros eram seus usuários ilegítimos. Eles não seriam capazes de expressar os pensamentos da vida em comunidade e seus valores na língua de outra pessoa. A tríade herderiana também territorializou as línguas. Uma língua que move de um lugar para o outro está em território estrangeiro. Ela não pode expressar o espírito de outra comunidade ou se tornar parte daquele lugar.

Além do exposto, Canagarajah (2013a) nos lembra também que para que tal relação fosse possível, as línguas precisariam ser inventadas, assim como os seus falantes e identidades. Nessa seara, conforme Santos e Zolin-Vesz (2020, p. 118):

[...] esse conjunto de concepções que rege o paradigma monolíngue produziu efeitos que reverberam até a atualidade e condicionam, em grande parte, a concepção de língua que se produz e se reproduz nos mais diversos contextos sociais [...].

Dessa maneira, o paradigma monolíngue, além de complacente com os propósitos coloniais, se firma como uma das bases da colonialidade, moldando as nossas representações sobre grupos etnolinguísticos, nossas ideologias linguísticas e ferramentas conceituais.

Com base no exposto, o mito do monolinguismo, alicerçado num paradigma moderno, vai de encontro à noção heteroglóssica de linguagem, operando como uma **força centrípeta** que busca transformar algo tão complexo e multifacetado como a língua em uma coisa unitária e monocêntrica. Portanto, visto desde uma visão bakhtiniana, o monolinguismo é sempre uma ficção (HOLQUIST, 2014).

O paradigma monolíngue, tal como discutido até aqui, também parece ser a base para o que Veronelli ([2015] 2021) chama de **monolinguajar**, ou seja, as práticas materiais e discursivas de racialização a partir da perspectiva da linguagem. Tornando as intersecções teóricas da invenção das línguas, da decolonialidade e as bakhtinianas ainda mais visíveis, Veronelli lança mão do **monolinguajar** para descrever como as práticas de linguagem entre colonizadores e colonizados naturalizaram a dominação colonial em seus domínios discursivos e dialógicos. A partir desse conceito, a autora discute que a socialização e/ou relação de dominação entre colonizados e colonizadores se efetua através de formas que desumanizam as pessoas colonizadas. Desde um viés bakhtiniano, Veronelli ([2015] 2021, p. 94) nos diz que:

[s]egundo Mikhail Bakhtin ([1979] 2002), a condição *sine qua non* do diálogo é que o falante pressuponha em sua enunciação ‘uma compreensão ativa repleta de resposta’ (p. 258). Esse papel ativo do outro no processo de comunicação real (p. 259) é precisamente o que a colonialidade rejeita ao negar aos colonizados-colonializados a capacidade e agência comunicativa dos colonizadores-colonializadores [...].

Embora reflita perspectivas dialógicas em sua problematização dos efeitos da colonialidade na linguagem e na constituição da subjetividade, Veronelli ([2015] 2021) parece perder de vista que a relação que estabelece entre colonizados e colonizadores não se constitui de maneira tão rígida e dicotômica. Valendo-me de ideias freireanas, penso que a busca pela humanização dos sujeitos (como também proposto por Veronelli) implique não só a superação da contradição opressor-oprimido (ou colonizador-colonizado), mas também a consciência de que a desumanização desses se manifesta quando o oprimido/colonizado “hospeda” em si o opressor/colonizador.

A partir do que chama de “aderência”, Freire ([1970] 2021) discute que o dominador imprime sua forma ao dominado, que a absorve e passa a olhar o mundo sob a ótica do opressor, desejando ser como ele. Para Freire ([1970] 2021, p. 44):

O ‘homem novo’, em tal caso, para os oprimidos, não é o homem a nascer da superação da contradição, com a transformação da velha situação concreta opressora, que cede seu lugar a uma nova, de libertação. Para eles, o novo homem são eles mesmos, tornando-se opressores de outros.

Além disso, Freire nos diz que a desumanização dos sujeitos não se verifica apenas nos que têm a sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma

diferente, nos que a roubam. Dessa maneira, não devemos ser levados a pensar as posições de colonizadores e colonizados como diametralmente opostas, mas problematizar as situações de opressão que desumanizam ambos, isto é, as situações que se “formam” e em que “realizam” sua existência, e onde opressores e oprimidos se encontram proibidos de ser (FREIRE, [1970] 2021).

Se para Veronelli ([2015] 2021, p. 93) “[é] através do linguajar como atividade em comunidade - linguajar juntos - [...]” que os sujeitos poderão encontrar a sua humanidade, Freire ([1970] 2021) vê na “palavra”, como ação e reflexão, o caminho para a transformação do mundo e dos homens. Com isso em mente, percebe-se que ambos os autores encontram na linguagem a condição para sermos mais, para existirmos, humanamente. Assim, tanto o linguajar quanto a “palavra verdadeira” são a exigência para a superação autêntica da contradição “opressores-oprimidos” e indicam alternativas para desinventarmos as relações de opressão.

4.2.4 Das desinvenções aos seus efeitos materiais

Como consequência do trajeto até aqui percorrido na tentativa de se enxergar as línguas e seus pares mono/multilinguismo como invenções, uma pergunta é trazida à tona: estamos argumentando que as línguas não existem mesmo quando é claro que aos sujeitos subalternos, aqueles que lutam por representação político-social, não é deixada outra saída a não ser lançar mão de identidades linguísticas e culturais preexistentes?

Na busca por uma resposta, me inclino a pensar que não seria possível promover uma opção decolonial simplesmente ignorando a materialidade das invenções nos mais diversos âmbitos das relações humanas. Em outras palavras, não argumento, assim como não o fazem Makoni e Pennycook (2007) e Pennycook e Makoni (2020), que as línguas não existem: o que fazemos é chamar atenção para o fato de que tais invenções apontam tanto para os processos através dos quais as línguas foram criadas, como para os processos através dos quais a noção de **línguas nomeadas** tem sido produzida em consonância com investimentos políticos e acadêmicos nas línguas europeias. Assim, não queremos dizer que as línguas não existem, uma vez que da mesma forma que vários aspectos de nossa vida social também foram construídos (gênero, raça, sexo etc.), elas são realidades para os sujeitos e trazem impactos para as suas vidas. Outrossim, nos termos de Pennycook e Makoni (2020, p. 59):

[...] [n]ão defendemos que as línguas não existem, mas sim que elas não são realidades naturais, [assim como] não são coisas que existem para além da atividade humana. Isso pode nos ajudar a ver por que é importante que as pessoas se mobilizem em torno de conceitos de língua, não como um resultado de uma ‘falsa consciência’ (ação política baseada em um mito), mas como um tipo particular de atividade política [...].

Diante disso, quais seriam então, os caminhos alternativos que temos para pensar sobre a língua(gem), inserindo-a na atividade humana, como proposta pelos autores supracitados? Respondo à essa pergunta propondo um olhar para a **dimensão decolonial** aqui discutida.

Um caminho possível a partir do qual as políticas linguísticas no Quênia possam se abrir para o sheng, assim como a Nigéria possa voltar suas atenções para o pidgin, está na adoção de estratégias de desinvenção. E para isso, há de se reconhecer que o colonialismo, bem como o mito do monolinguismo e o paradigma monolíngue desencadearam efeitos materiais na maneira como enxergamos e definimos as línguas. Logo, enquanto se torna útil compreendermos as línguas como invenções, é também crucial reconhecer que os efeitos de tais construções sociais são bem reais.

É nesse cenário que o projeto de desinvenção se integra, de certa maneira, aos processos de luta por direitos linguísticos e pelo multilinguismo, uma vez que esses movimentos são conduzidos em bases em que língua e identidade são vistas como realidades em si mesmas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007). No entanto, para que o processo de desinvenção tenha algum papel na decolonização da linguagem, é preciso que esses movimentos sejam imbuídos de uma luta epistemológica. É também somente nessa possibilidade de contestação que nós, linguistas indisciplinados, poderemos confrontar as implicações das noções de invenção não apenas em domínios abstratos das definições de língua e de linguagem, mas no terreno material dos seus efeitos.

Tal postura se assemelha à defesa de Mignolo (2008) de uma **desobediência epistêmica**, ou de uma identidade **em/na** política, ao invés de uma política identitária. Em suas próprias palavras:

[u]ma vez que concordo parcialmente com tal visão de políticas de identidade – da qual nada é isento, já que há políticas identitárias baseadas nas condições de ser negro ou branco, mulher ou homem, em homossexualidade e também em heterossexualidade -, é que construo

meu argumento na relevância extrema da identidade **em** política [...]. (MIGNOLO, 2008, p. 289, grifos do autor).

Para esse autor, então, a discussão da identidade **em** política, assim como propõe a desinvenção de Makoni e Pennycook (2007),

[...] é crucial para a opção decolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas [...] por discursos imperiais [...], pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno [...]. (MIGNOLO, 2008, p. 289).

Nos rastros de Mignolo, Grosfoguel (2008) expande ainda mais a proposta de desinvenção das identidades a partir de um projeto decolonial. Para esse autor, as identidades subalternas poderiam servir de ponto de partida epistêmico para uma crítica radical dos paradigmas e modos de pensar eurocentrados, desde que permitissem alargar a noção de igualdade entre os grupos subalternos para todas as relações de opressão, sejam elas raciais, de classe, sexuais ou de gênero. De acordo com Grosfoguel (2008, p. 141-142), “[o] novo universo de significação ou novo imaginário de libertação necessita de uma linguagem comum, apesar da diversidade de culturas e formas de opressão [...]”. Esse autor conclui, então, que [...] [e]sta nova linguagem comum poderia ser obtida através da radicalização das noções libertadoras nascidas do velho padrão de poder colonial/moderno, tais como a liberdade (de imprensa, religiosa ou de expressão), as liberdades individuais ou a igualdade social [...]” desde que ligadas “[...] a uma democratização radical das hierarquias políticas, epistêmicas, de gênero, sexuais, espirituais e económicas do poder à escala global”.

Destarte, penso que a menos que nos engajemos numa crítica constante dos paradigmas que tornaram possível a invenção das línguas e das identidades, com o objetivo de transformar as maneiras através das quais as pesquisas sobre a língua(gem) são conduzidas, não seremos capazes de capturar a complexidade das práticas comunicativas de sujeitos pós-coloniais em outras bases. É nessa lógica e atrelada ao âmbito da **dimensão decolonial**, que situo, despretensiosamente, a perspectiva translíngua, não como o único caminho possível de “linguagem comum”, como vislumbrado por Grosfoguel, mas como uma opção viável para decolonizarmos ou desinventarmos as línguas.

4.2.5 Um pensamento outro em língua(gens) outras

A relação simbiótica entre decolonialidade e translinguagem nos permite imaginar uma dimensão analítico-teórica decolonial. Como já mencionado anteriormente, o decolonial engloba as propostas pós-coloniais de estudos sobre a linguagem. Mas ao trazer para o terreno da translinguagem, não bastaria dizer que essa é envolvida pela decolonialidade, uma vez que aquela se configura como um caminho para que ações decoloniais sejam desenvolvidas.

A partir da **dimensão decolonial** das práticas translíngues, somos capazes de vislumbrar não uma mera crítica ao monolinguismo em favor do multilinguismo, mas uma compreensão mais ampla dos processos discursivos que atuam em prol de abordagens “enumerativas” das línguas. Quando falamos de translinguagem não estamos, necessariamente, falando de “mistura linguística” ou de “multilinguismo”, mas podemos estar nos referindo ao que se concebe apenas como monolinguismo e aos impactos de tal percepção no estudo da linguagem. Assim, a translinguagem não é nem monolíngue nem multilíngue; ela tem a ver com as relações dinâmicas entre práticas de linguagem, discursos sobre as línguas e (de)colonialidade.

Enquanto para algumas perspectivas, as respostas para o estudo das línguas e, conseqüentemente, suas políticas e ensino, estão no multilinguismo, uma posição decolonial das práticas translíngues, no entanto, sugere que tal postura possa ser inadequada, por ela não capturar o que o multilinguismo pode significar para os sujeitos do Sul. Nesse sentido, a **dimensão decolonial** encontra apoio em Pennycook e Makoni (2020, p. 127) para entender que a promoção de um multilinguismo do Norte no Sul,

[...] assumindo que faz sentido falar de línguas maternas, ou ver o multilinguismo como um resultado desejado da educação ao invés de ele ser o seu ponto de partida, falha em seu engajamento com uma pluralidade de multilinguismos. [Em contrapartida], pluralizar o multilinguismo como se essa fosse a saída para a crítica de que o plurilinguismo do Norte é a pluralização de monolinguismos pode também falhar caso não esteja atrelado a uma diferença ontológica.

Para esses autores, assim, as práticas translíngues (por eles referenciadas como multilingua francas e *multilanguaging*) oferecem não uma resposta, mas caminhos possíveis para essa questão, uma vez que “[p]ropostas que reivindicam [um suleamento] devem ser postas a exames críticos, particularmente nas maneiras em que formulam teoria e quanto à natureza da relação entre teoria, contexto social e *práxis*”. (PENNYCOOK; MAKONI, 2020, p. 128).

Em seus diálogos com Boaventura de Sousa Santos e Walter D. Mignolo, Garcia e Alvis (2019) expandem as possibilidades da **dimensão decolonial** para o estudo da linguagem quando apontam que as opções decoloniais focam na construção de conhecimento que a colonialidade relegou à invisibilidade, através do que Santos (2007) chama de “pensamento abissal”. O “pensamento abissal”, assim, põe em questão que embora os sujeitos do Sul⁴¹ não tenham seus conhecimentos e práticas de linguagem validadas e reconhecidas, eles (re)existem em terrenos contra hegemônicos de tensão e resistência (GARCÍA; ALVIS, 2019) (como é o caso dos sujeitos participantes desta pesquisa que se apropriam do *Facebook* para performarem suas identidades). Esses sujeitos pensam e agem desde um lócus enunciativo ou pensamento fronteiroiro outro (MIGNOLO, 2000).

Com isso em mente, por transcender as barreiras intelectuais que foram criadas a partir de interesses ocidentais e modernos, o pensamento fronteiroiro tem o potencial de decolonizar epistemologias cúmplices da formação dos Estados-nação, da noção de identidade como algo dado e das **línguas nomeadas**. Logo, como nos diz Mignolo (2000, p. 249): “[...] ‘[u]ma outra língua’ é a condição necessária para um ‘pensar outro’ e para a possibilidade de se mover para além da defesa de línguas e ideologias nacionais [...]”.

É esse “pensar outro” que a translinguagem mobiliza e que nos permite enxergar os modos através dos quais os sujeitos fazem língua(gem) a partir de repertórios que os propiciam transformar suas realidades sociais e políticas. Uma transformação que os leva para além dos binarismos e da enumeração de línguas e que abre caminhos para se imaginar possibilidades de escutar outras vozes e novas formas de (trans)linguajar. Assim, é dessa posição de fronteira, das práticas sociais e ações “entre” línguas que emerge o conceito de translinguagem, tal como proposto por García e Leiva (2014, p. 204), onde “[...] o sujeito é situado em um espaço em que representações alternativas e enunciações podem ser construídas, [onde] histórias enterradas são libertadas e conhecimentos alternativos e contraditórios são produzidos”.

Uma vez que se assume que as **línguas nomeadas** são construções sociais, e que os sujeitos mono/bi/multilíngues são definidos como aqueles que possuem tais construtos, a **dimensão decolonial** nos permite problematizar a noção de que os termos “língua”,

⁴¹ Ratificando que não se trata de um Sul geográfico, mas epistemológico; uma metáfora do sofrimento humano (MIGNOLO, 2008).

“mono/bi/multilíngues” se referem também a objetos sociais e não a realidades linguísticas. Com isso em mente, não se nega a existência de tais fenômenos, parte-se deles para se investigar os papéis que desempenham na vida dos sujeitos, buscando revelar os seus efeitos materiais (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) entre o fixo e no fluido das práticas de linguagem.

Nessa perspectiva, a **dimensão decolonial** no permite engajar com posições críticas à própria proposta da translíngua, no que concerne a sua suposta ênfase nos aspectos “híbridos” e fluidos das práticas de linguagem contemporâneas, que pode incorrer no risco de se relegar a fixidez (um dos efeitos materiais da invenção das línguas) a um *status* antagônico, em que determinadas ideologias linguísticas precisam ser superadas. Em contrapartida, Jaspers e Madsen (2019) acreditam que ao nos propormos estudar as práticas de linguagem desde um outro arcabouço conceitual e epistemológico, não podemos apenas celebrar o hibridismo como se categorias fixas de identidade e linguagem simplesmente deixassem de existir, uma vez que o que parece fluido pode ter sido influenciado por categorias identitárias mais fixas, enquanto a fixidez linguística pode ter sido motivada por uma crescente consciência de fluidez. O que esses autores advogam, assim, e o que é mais valioso para a **dimensão decolonial**, é que não devemos tratar a fixidez e a fluidez das práticas translíngues dicotomicamente, mas sim como elementos que simbioticamente se (re)constituem.

Como alternativa, Jaspers e Madsen (2019) se embasam na noção de “mundos linguagizados” na busca por deslocar os olhares da sociolinguística para o potencial transformativo de **todas** as formas de performances identitárias com foco na linguagem, independentemente de sua (suposta) natureza fixa ou fluida. Dessa forma, partirei dessa noção de “linguagização” como uma maneira de examinar os efeitos materiais da **colonialidade da linguagem** nas ideologias linguísticas dos sujeitos e em que medida esses efeitos (des)orientam suas práticas identitárias no *Facebook*.

Avançando em seu potencial teórico-analítico, a **dimensão decolonial** pode nos possibilitar, então, “[...] problematizar os contatos linguísticos e culturais e suas implicações nas identidades linguísticas tradicionalmente tratados e pensados à luz da modernidade/colonialidade a partir de uma perspectiva crítica e decolonial [...]”. (BAPTISTA; LÓPEZ-GOPAR, 2019, p. 19). Ademais, tal perspectiva exige que nos reposicionemos ou retiremos nossas lentes “[...] no sentido de compreender por qual razão

eclorem práticas translíngues e nos obrigam a rever a lógica de uma língua, cultura e identidade essencialmente orgânicas e organizadas [...]”. (BAPTISTA; LÓPEZ-GOPAR, 2019, p. 19).

Nesse contexto, a **dimensão decolonial** das práticas translíngues pode ser uma opção analítica e teórica para se reconhecer as vozes e epistemologias periféricas e, como coloca Rocha (2019, p. 28): “[...] em uma ótica que rompe com o olhar corretivo e com uma ordem social pré-estabelecida, colonizadora e universalista [...]”. Segundo essa autora, as relações entre translinguagem e decolonialidade permite a “[...] a tessitura de uma multiplicidade – nem sempre harmônica, mas sempre aberta e promissora, de lentes pelas quais podemos (re)pensar as práticas de linguagens e os processos educativos na atualidade”. (ROCHA, 2019, p. 28).

Tal atualidade das práticas de linguagem envolve e é envolvida pelo digital, pelo estar e agir *online* e pela contestável separação da comunicação “virtual” e “real”. Nesse sentido, a **dimensão decolonial** pode lançar olhares alternativos para a problematização das relações de poder na e a partir das práticas digitais, com o objetivo de trazer à tona as fronteiras desse poder, transgredindo espaços digitais outros. Tal dimensão pode ser instrumento para se questionar normas, políticas e ideologias que atravessam os múltiplos mundos digitais que convergem em multiterritorialidades (numa rede social como o *Facebook*, por exemplo)⁴², contribuindo assim, me arrisco a dizer, para a construção de um “espaço digital outro”. Essa postura reitera a posição de Cushman (2016, p. 236), para a qual:

[...] uma abordagem translíngue no processo de construção de sentido evoca uma lente decolonial com foco nas ideologias implícitas em qualquer instrumento usado para [tal] (seja através do modo, mídia ou gênero), uma vez que eles sempre são carregados de significado cultural, histórico e instrumental para quem os usam.

Face ao exposto neste capítulo, é possível resumir (sem a pretensão de esgotar) os possíveis impactos da adoção da **dimensão decolonial** na e para as práticas translíngues nos seguintes pontos:

⁴² Mais sobre multiterritorialidade no próximo capítulo.

- a) ela pode trazer contribuições no nível paradigmático, por evidenciar e, potencialmente, transformar as matrizes coloniais de poder que sustentam e mantêm as hierarquias do conhecimento e da linguagem;
- b) ela pode dar ampliar o desenvolvimento de opções decoloniais na pesquisa e no ensino, preocupadas com o embate de práticas sociais, epistêmicas, semióticas e linguísticas que desumanizam os sujeitos;
- c) ela permite problematizar a promoção do multilinguismo no lugar do monolinguismo, por trazer à tona as práticas coloniais que alicerçam ambas as iniciativas;
- d) por permitir a construção de histórias alternativas, representações e conhecimentos outros, ela engloba ferramentas conceituais que têm o potencial de problematizar as noções de língua que invisibiliza sujeitos subalternos;
- e) ela se embasa no *linguaging*, permitindo nos afastar da ideia de língua como um fato, e nos mover em direção à noção de que falar e escrever em línguas é, na verdade, um conjunto de estratégias para orientar e manipular domínios sociais de interação;
- f) ao lançar mão da perspectiva de **línguas nomeadas**, ela oferece caminhos para revelar ideologias monolíngues ainda ligadas à ideia de línguas nacionais, herdada do imaginário dos Estados-nação;
- g) ela nos possibilita chamar atenção para os efeitos materiais da colonialidade na maneira como agimos e pensamos sobre a língua(gem), nos oferecendo meios para analisar o que há de fixo e fluido nas práticas de linguagem;
- h) ela nos envolve em processos de desinvenção, a partir da ênfase nas práticas translíngues e nos estudos sobre **colonialidade da linguagem**.

Por fim, a **dimensão decolonial** das práticas translíngues é aqui pensada como uma alternativa possível e não uma solução para todas as questões colocadas neste capítulo. Essa dimensão guia as nossas reflexões sobre a língua(gem) nos fazendo questionar: “E se...?”. E se as ideologias linguísticas fossem pensadas a partir da translíngua? E se as línguas não tivessem sido inventadas como um projeto colonial e cristão, que outras invenções teriam sido possíveis? E se as identidades dos grupos colonizados não tivessem sido inventadas a partir de uma lógica racista e de uma suposta

superioridade branca e ocidental, como estaríamos pensando identidade na contemporaneidade? E se o ensino não mais se pautasse na categorização e separação das línguas, como seria? E se os estudos linguísticos não tivessem partido da invenção das línguas, quais seriam, então, as nossas ferramentas analíticas? E se as práticas fluidas de linguagem também envolverem categorias fixas de língua e identidade, como teorizá-las a partir da translinguagem?

Como já deixado claro anteriormente, não é objetivo desta tese buscar responder a todas essas perguntas, mas sim vislumbrar a possibilidade de estratégias de desinvenção e de pensamentos outros que possam nos guiar num tratamento mais adequado das línguas e das linguagens em contextos pós-coloniais. Nesse sentido, a **dimensão decolonial** é uma maneira de começar a imaginar um estudo das práticas de linguagem para além da **diferença colonial** como a única maneira válida de linguajar, aprender, pensar e ser.

Nessa busca, darei continuidade à discussão de “epistemologias outras” para e na compreensão das práticas translíngues, agora considerando a sua **dimensão espaço-temporal e mediadora**.

CAPÍTULO 5 – AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPORAL E MEDIADORA DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES: A ORGANIZAÇÃO CRONOTÓPICA E ESCALAR DAS IDENTIDADES

In fact, the Borderlands are physically present wherever two or more cultures edge each other, where people of different races occupy the same territory, where under, lower, middle and upper classes touch, where the space between two individuals shrinks with intimacy. (ANZALDÚA, 1987, Prefácio).

No dia 04 de fevereiro de 2020, qualquer usuário de *Facebook* que tivesse acesso à linha do tempo (*timeline*) de “E” poderia também se esbarrar em mais uma afetuosa declaração de amor de seu marido: “I met a beautiful woman 4 years ago today” (Conheci uma linda mulher há 4 anos hoje). Todos que a seguem na rede social sabem que declarações como essas são comuns, visto o número de mensagens e compartilhamento de lembranças entre o casal em ambos os perfis. Fotos, vídeos e atualização de *status* em que o relacionamento dos dois seja o foco não são raros. Tudo à ponta dos dedos, publicizado e compartilhado. Na seção “acontecimentos”, acessamos memórias de seu noivado e casamento, datados de três e dois anos atrás, respectivamente. A partir do contato com tais memórias, é possível observar não só quando os eventos ocorreram, como também onde e quem estava presente. Nos comentários dos “Ficaram noivos” e “Casaram-se”, quem participou e quem não pôde presenciar os “acontecimentos” felicitaram através de fotos, memes, *gifs*, textos verbais escritos em diferentes línguas, *emojis* e depoimentos que deixam pistas dos relacionamentos que essas pessoas poderiam ter com o casal (amigos próximos, amigos de amigos próximos, parentes próximos e distantes, conhecidos de viagens etc.).

O fato de que, naquele 04 de fevereiro, o marido de “E” estava no Quênia quando publicou o *post* relembrando esse momento vivido nos Estados Unidos quando e onde sua então futura esposa realizava um intercâmbio, nos possibilita reunir ainda mais argumentos para afirmar que a plasticidade espaço-temporal numa rede social como o *Facebook* desafia as fronteiras de tempo e espaço tais como tendemos a concebê-las (tempo cronológico e espaço geográfico). Não esqueçamos também da diluição da própria concepção do que é considerado “público” e “privado”, que nessa rede social nos leva a refletir sobre em que medida os espaços em que desenvolvemos práticas cotidianas

(trabalho, vida pessoal, estudo) são, realmente, “nossos”. Ao passo que a *timeline* permite aos seus usuários o emprego de diferentes recursos semióticos (fotos, vídeos, línguas) para performarem uma representação de suas identidades em um dado tempo, ela também mantém o passado presente, de uma maneira direta e acessível, no mesmo espaço onde o próprio presente se desenrola.

A metáfora utilizada por Rymarczuk e Derksen (2014) ilustra bem o meu ponto. Para esses autores, assim como um museu, que busca armazenar uma seleção específica de objetos dentro de um tempo, o passado no FB adentra o presente. Essa característica se revela quando consideramos a crescente permanência de um passado pessoal que impacta as relações sociais e o senso de identidade no presente. Para eles ainda, tudo e todos estão prontamente disponíveis para serem trazidos de volta à consciência: uma mensagem enviada, a curtida em uma publicação e a marcação em uma foto, por exemplo, podem ser assimilados ao presente a qualquer momento. Para essa discussão, Rymarczuk e Derksen (2014) se embasaram na heterotopia de Foucault (1966; 1967).

Foucault desenvolveu o conceito de heterotopia para discutir os espaços reais e efetivos na sociedade em oposição aos espaços utópicos. Para esse autor, o espaço utópico representa o desejo de uma sociedade aperfeiçoada e irreal que desencadeia um espaço mágico, confortável, enquanto o espaço heterotópico inquieta, desconcerta e deflagra um número de outros mundos/espaços reais possíveis. Etimologicamente, a palavra vem da combinação de *hetero* (diferente, outro) e *topos* (espaços), significando, literalmente, “outros espaços”. Foucault considerava as heterotopias como os espaços que rompiam com a normalidade da vida e, como tais, quebravam com as fronteiras dentro e por entre espaços sociais.

A heterotopia, segundo Foucault, tem o poder de justapor em um só lugar vários outros espaços e posicionamentos que seriam incompatíveis entre si. O cinema, por exemplo, pode ser considerado um espaço outro dentro de um conhecido espaço cotidiano: “uma sala estranha retangular, no final da qual, em uma tela bidimensional, alguém pode ver a projeção de um espaço tridimensional”. (FOUCAULT, 1967, p. 25). Nesse espaço, o mundo real e o mundo da ficção são justapostos. Com isso, a heterotopia funde e transforma os espaços: “espaços privados e públicos, espaço familiar e social, espaço cultural e utilitário, o espaço de trabalho e o de lazer” (FOUCAULT, 1967, p. 23) em espaços outros com diferentes normas e relações de poder.

Com isso em mente, conforme Rymarczuk e Derksen (2014), a análise do FB como uma heterotopia nos permite revelar sua relação com outros espaços, isto é, mundos dentro de outros mundos, que se justapõem e se fundem em *une espace autre*⁴³. Nesse sentido, a heterotopia foucaultiana se relaciona ao dinamismo social, às mudanças, aos confrontos de ideias e à insurgência de novos sentidos e representações negociados em determinados espaços. Frente ao exposto, o FB, com seus valores, significados e formas, precisa ser analisado a partir da imbricação de diferentes sujeitos, objetos e sentidos, que condicionam e são condicionados pelas dinâmicas que se desenvolvem em outros tempos e espaços.

Dessa maneira, resta nos convenceremos de que o FB não é apenas uma rede social para “compartilhar e se conectar com amigos”. Como uma rede que tem desempenhado papel central nas práticas comunicativas contemporâneas, sugiro que ela seja compreendida como um **outro espaço-tempo possível**, onde sujeitos se engajam e conectam relações temporais e espaciais específicas para e na negociação de suas performances identitárias. Dessa forma, o tempo e o espaço nessa rede constituem e são constituídos por diferentes experiências de quem busca fazer sentido de suas práticas.

Para me aprofundar na concepção do *Facebook* como um **outro espaço-tempo** e mediador de relações que extrapolam e põem em xeque o aqui e agora da comunicação, me embasarei nas discussões recentes sobre o conceito bakhtiniano de **cronotopo**, atrelando-o ao debate sobre **escalas**, por acreditar que tais pressupostos nos permitem “transver” o que temos compreendido como **contexto** e **identidade** nas análises de práticas comunicativas em espaços-tempos virtuais. Na última seção, avançarei na discussão da organização cronotópica do FB, buscando ressaltar as conexões com o que Li Wei (2011) denominou de **espaço translíngue**. Nesta etapa, portanto, a minha intenção é trazer à tona as bases do que tenho chamado de **dimensão espaço-temporal** e **dimensão mediadora** das práticas translíngues, categorias a serem exploradas no capítulo de análise e discussão dos dados.

⁴³ Não é novo o deslocamento do conceito de heterotopia (outros espaços) para se explicar a dinâmica das práticas virtuais (WARK, 1993; YOUNG, 1998). Apesar de ter um papel em minha defesa numa concepção outra da constituição do *Facebook* como rede social, será possível perceber que priorizarei a noção de tempo e espaço desde uma visão dialógica/heteroglóssica de linguagem.

5.1 IDENTIDADES CRONOTÓPICAS, ESCALAS E ESPAÇOS POTENCIALMENTE TRANSLÍNGUES

O **espaço**, como conceito teórico para e na investigação das práticas de linguagem foi, metaforicamente, tratado como um “container” inerte e vazio, um sistema coordenado de locais discretos e mutuamente exclusivos (SMITH; KATZ, 1993). Essa metáfora deixa sugerido que, além de se embasar em concepções neutras ou absolutas, ela camufla a visão política e social de espaço, enquanto negociado em determinadas configurações temporais. Em oposição à essa visão, tem-se advogado a compreensão de **espaço** como envolvido de pessoas, recursos e interações que transcendem fronteiras nacionais e limites temporais, o que impulsionou estudiosos a se orientarem por uma definição mais abrangente e menos dicotômica do conceito (ou espaço ou lugar)⁴⁴ em suas investigações.

Muito do que se tem discutido contemporaneamente sobre o conceito de **espaço** retoma, de alguma forma, os estudos do geógrafo brasileiro, Milton Santos (1986), para o qual, o **espaço** deve ser investigado em sua existência concreta, articulando presente, passado; logo, deve ser estudado na sua imbricação com o **tempo**. O que o geógrafo propõe é o estudo de um **espaço-tempo**, onde as relações de poder são confrontadas e (des)construídas. O **espaço** é compreendido como materialidade social em construção, que é, ao mesmo tempo, composto por formas que podem se tornar históricas, impactando as práticas presentes e futuras. Já o **tempo** é percebido como **tempo-espacial**, ou seja, força que funde tempos históricos diferentes. Assim, o autor discute que:

[o] fato de que os eventos sejam ao mesmo tempo espaciais e temporais não significa que se pode interpretá-los fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social. (SANTOS, 1986, p. 207).

Expandindo as propostas de Santos e situando-as num **espaço-tempo** virtual, é válido apresentar a proposta do geógrafo brasileiro, Rogério Haesbaert (2007a; 2007b), que propõe o conceito de **multiterritorialidade** como uma maneira de refletir sobre a

⁴⁴ Higgins (2017) traz uma importante discussão sobre a diferença entre “espaço” e “lugar”. Para essa autora, o conceito de “espaço” é muito mais produtivo por se referir ao nexos de atividades em constante mudança que tomam forma em um determinado lugar. Tal visão nos permite, assim, investigar, com mais precisão, como sujeitos transnacionais experienciam espaço e como eles empregam recursos semióticos em seus locais de prática.

experiência espacial humana em/com múltiplos territórios⁴⁵. Segundo o estudioso, o que se busca com a **multiterritorialidade** é acentuar uma mudança, não apenas quantitativa (diversidade de territórios que nos rodeiam), mas também qualitativa, uma vez que os sujeitos podem experienciar e combinar, de forma inédita e concomitante, uma enorme gama de diferentes territórios.

Além disso, Haesbaert (2007a) deixa claro que um ponto chave para se compreender a nossa experiência multiterritorial contemporânea, principalmente levando em conta os espaços/territórios virtuais, não é simplesmente destacar a imbricação ou justaposição de múltiplos territórios, que mesmo recombinações ainda mantêm sua individualidade, como produto ou somatório. Para Haesbaert (2007a), pelo contrário, a experiência multiterritorial, assim como promulga a perspectiva translíngua, já discutida em capítulos anteriores, seria hoje uma experiência profundamente inovadora, através de um entendimento espaço-temporal que permite

[...] pela comunicação instantânea, contatar e mesmo agir [...] sobre territórios completamente distintos do nosso, sem a necessidade de mobilidade física. Trata-se de uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus daquilo que poderíamos denominar como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios. (HAESBAERT, 2007b, p. 354).

Nesses termos, Haesbaert nos conduz a conceber a capacidade de agência humana em múltiplos territórios, ou como esse define: uma “ação à distância” – num sentido mais simbólico da dimensão multiterritorial. Para o autor, as práticas sociais nesses espaços envolvem uma “hibridação” de posicionamentos identitários, a partir de movimentos capazes de recriar processos de identificação e (re)construção territorial. Haesbaert (2007a), assim, nos convida a refletir sobre a possibilidade de que toda relação social, bem como todos os processos de negociação identitária sejam “espaciais” e se desenvolvam através de estratégias de apropriação cultural e política. Podemos observar, portanto, que as identidades (multi)territoriais

[...] em seu caráter múltiplo e relacional, são sempre reconfiguradas tanto em relação ao passado, aliando memória e/ou imaginação [...], portanto, aliadas à dimensão histórica, produzem o presente apontando o futuro, do qual se utilizam do entorno e dos contornos espaciais dos

⁴⁵ Para esse autor, território é compreendido como um “espaço-tempo vivido”, sempre múltiplo e imerso em relações de dominação e/ou apropriação sociedade-espaço, se desdobrando em um *continuum* que vai da dominação político-econômica, sua aceção mais concreta e funcional, à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica.

quais são vividos, vivenciados, experienciados, ‘comidos’, ‘roidos’, recorrendo, também, à dimensão geográfica, socioespacial. (MONDARDO, 2009, p. 131-132).

O **espaço-tempo** ou o **tempo-espacial multiterritorial**, nesse sentido, cria e re-cria posicionamentos identitários, concebendo a **mutiterritorialidade** como alternativa que responderia ao caráter mutável e ideologicamente orientado da negociação identitária em tempos e espaços produzidos e confrontados em práticas discursivas. Outra saída possível para essa tarefa tem sido revisitar o conceito bakhtiniano de **cronotopo**, o qual discuto logo em seguida.

5.1.1 Da organização espaço-temporal das práticas de linguagem: propostas e articulações

Nos trabalhos de Bakhtin (1981; 1993), a discussão do tempo (*cronos*) e do espaço (*topos*) se fundamenta em sua crítica à visão transcendental proposta por Kant. Segundo o filósofo russo, o tempo e o espaço não seriam formas subjetivas apriorísticas, que atuariam como condições transcendentais do conhecimento, mas conteúdos materiais objetivos da própria realidade efetiva, que determinam as condições de representação da experiência, delimitando, assim, as possibilidades de concretização artística (BRANDÃO, 2012). Para Brandão (2012), é possível perceber nessa crítica, uma aproximação do conceito de tempo e de espaço bakhtiniano com as teorias de Einstein, para o qual espaço-tempo constituiria um *continuum*, logo, não impossibilitando de se dissociar as coordenadas de um corpo no espaço desse mesmo corpo no tempo. Nota-se, com isso, os pontos que ligam a visão de espaço-tempo de Einstein com o conceito de **cronotopo** bakhtiniano. Vale pontuar, no entanto, como discutido por Brandão (2012, p. 14-15) que

[s]e para Einstein o problema da natureza do espaço era essencial, sendo o espaço ‘concebido como um lugar de ação de um campo [de forças, no caso, gravitacionais]’, para Bakhtin interessam os tempos da realidade do mundo (o tempo físico dos acontecimentos no mundo, o tempo histórico da cultura, o tempo biográfico do homem).

Dessa maneira, o teórico russo retoma as categorias tempo e espaço nos termos kantianos e de Einstein e as une com a unidade interna do sentido que está contida no ser, através de seu lugar único no mundo, um lugar que é espaço-temporal, exotópico, histórico e prene de valores axiológicos.

O conceito de **cronotopo** se refere à conexão intrínseca entre relações espaço-temporais no romance. Ele expressa a “inseparabilidade de tempo e espaço” que é compreendido como uma “categoria constitutiva da literatura” (BAKHTIN, 1981) e, como tal, orienta os posicionamentos dos sujeitos. Esses posicionamentos (ou a imagem do homem, nas palavras de Bakhtin) são cronotopicamente organizados, uma vez que o tempo e o espaço são inseparáveis tanto na construção da narrativa como na constituição dos próprios personagens, como se esses se fundissem, formando um todo concreto, isto é, um **cronotopo**. Nas palavras de Bezerra (2018, p. 217), “[...] o cronotopo determina a unidade artística de uma obra literária em sua relação com a autêntica realidade [...]”.

Para Bakhtin (1993, p. 215):

[t]odos os elementos do romance (em sua forma abstrata) enumerados por nós sem exceção, sejam os de enredo, os descritivos ou os retóricos, não são de modo algum novos: todos eles encontravam-se e foram bem desenvolvidos em outros gêneros da literatura clássica [...]. Entretanto, todos esses elementos de variados tipos de gênero são aqui fundidos e ligados numa nova unidade específica de romance, cujo elemento constitutivo é o tempo [...]. Num cronotopo completamente novo [...], os elementos de vários tipos de gênero adquiriram novo caráter e funções particulares, e por isso deixaram de ser o que eram em outros gêneros.

Bakhtin demonstra, assim, que investigar como o tempo e o espaço são conceituados e interligados pode ajudar na diferenciação dos gêneros literários a partir da caracterização dos tipos específicos de personagens que aparecem nessas narrativas. Com isso, o filósofo mostra como diferentes **cronotopos** (romance de aventura e romance biográfico, por exemplo) colaboram para a definição das diferenças entre os gêneros e personagens, até mesmo quando as temáticas e histórias desenvolvidas compartilham algumas semelhanças.

Embora Bakhtin assumisse que o seu interesse se centrava na discussão das implicações do **cronotopo** para o trabalho literário, seus pressupostos sobre as configurações espaço-temporais e seus efeitos nos romances abriram caminhos para que pesquisadores de outros campos pudessem analisar como os **cronotopos** poderiam ser empregados na investigação das práticas de linguagem no mundo social (KARIMZAD; CATEDRAL, 2021).

Desse modo, a partir do **cronotopo**, é possível descrever as múltiplas configurações espaço-temporais que coocorrem, não apenas em textos literários, mas de

forma geral, em **cronotopos** culturais, como recortes de tempo, espaço e (inter)subjetividade através dos quais os sujeitos se orientam quando interagem uns com os outros. Portanto, na perspectiva de Agha (2007) e Blommaert (2015), não seria incorreto afirmar que toda ação de linguagem é organizada de forma cronotópica, já que ela é situada em relações espaço-temporais específicas e enquanto se desenvolve no aqui e agora da interação, aponta para outras histórias, experiências e discursos.

Penso no conceito de **cronotopo** como imagens semiotizadas de tempo e espaço associadas a pessoas, comportamentos e recursos negociados por sujeitos a partir de suas experiências com contextos e discursos outros, e que servem de alicerce para orientá-los em suas futuras práticas de linguagem. Portanto, o conceito nos convida a uma mudança de foco da **língua** para o **contexto**. Mas um outro tipo de contexto, não um como um cenário para ação social, mas um que demanda uma concepção de língua emaranhada em aspectos concretos da vida, isto é, de língua como uma constelação de contextos possíveis.

Nessa lógica, assim, o tempo e o espaço não são pensados como meros pano de fundo para a ação social; ao invés disso, entendo que os sujeitos se engajam em configurações espaço-temporais particulares para se posicionarem discursivamente. Consequentemente, compreendo a ação de linguagem como processos a partir dos quais os sujeitos empregam formas de tempo e espaço, ou **cronotopos**, para construir sentido. Essa cronotopia indexa não só a natureza mutável do mundo social, mas também as possibilidades de agência.

Ao ser questionado sobre a pertinência de um novo nome para **contexto**, Blommaert (2018), em *Are chronotopes helpful?*, problematiza que o que está em jogo não é uma simples substituição de uma palavra por outra, mas a necessidade de uma outra orientação epistemológica para o estudo das práticas de linguagem de nossos tempos. Fundamentando-se em Goffman (1964), Cicourel (1992), Silverstein (1992) e outros autores que já haviam se debruçado sobre a questão, Blommaert (2018) defende que o **cronotopo** é sim válido como ferramenta teórico-analítica, uma vez que ele nos convida a (re)avaliar a nossa própria compreensão sobre o papel do contexto em nossas investigações sobre a linguagem ao nos oferecer caminhos possíveis para

[...] tratar aspectos de contexto frequentemente ignorados ou subestimados nas pesquisas e tratá-los com precisão como elementos não casuais de situações sociais que podem dizer muito sobre como as

peças fazem sentido da estrutura social em momentos reais de ação social [...]. A vida cotidiana pode ser vista, através dessa perspectiva, como uma sequência de situações cronotopicamente definidas a partir das quais nos movemos, adaptando e ajustando no processo as nossas identidades e modos de conduta [...]. (BLOMMAERT, 2018, p. 6).

Outro pesquisador que retoma propostas já conhecidas para discutir a relação (con)texto e linguagem é Canagarajah (2020), que apoiado nos pressupostos da Sociolinguística Interacional (SI), aborda a natureza multimodal das práticas de linguagem a partir da língua como atividade (já discutida no Capítulo 2). Para o autor, assumir tal perspectiva, nos permite ir além da mera distinção de texto e contexto, uma vez que todo recurso semiótico/material mobilizado pelos sujeitos se torna potencialmente comunicativo. Para tanto, Canagarajah (2020) revisita os conceitos de *footing*, *frame* e **pistas de contextualização**, na busca de um tratamento analítico adequado dos recursos semióticos em práticas discursivas. Tais pressupostos da SI se constituem como uma perspectiva mais acurada das práticas comunicativas cotidianas em que forças sociais e ideológicas estão em disputa.

O estudo sobre *frame* (ou enquadre) desenvolvido por Bateson ([1972] 2002) e Goffman (1974) nos ajuda a compreender as diversas camadas e escalas do contexto comunicativo/social. Grosso modo, *frame* refere-se ao processo dinâmico de construção de sentido em práticas discursivas específicas. Ele responde à pergunta “O que está acontecendo neste exato momento da interação?”, logo, relaciona-se a uma estratégia sociodiscursiva que nos leva a interpretar as práticas sociais nas quais nos inserimos. Para Canagarajah (2021), os *frames* podem indicar diferentes discursos como também apontar para diferentes escalas espaço-temporais. O autor acrescenta ainda que o conceito, mais contemporaneamente, deve ser analisado levando em conta a estrutura da atividade comunicativa, as experiências nela envolvidas, as convenções, normas sociais e ideologias linguísticas.

Ao atrelá-lo a questões de normas, ideologias e às configurações espaço-temporais, Canagarajah (2020) nos leva a enxergar *frames* não como realidades prontas, mas como discursivamente construídas⁴⁶. Dessa forma, assim como é possível que

⁴⁶ É importante pontuar que há diferentes perspectivas para a noção de *frame*, além daquela promulgada pela Sociolinguística Interacional, que é a adotada nesta tese. Na Antropologia, por exemplo, *frame* é compreendido como um aparato mental de interpretação social, isto é, uma estrutura de pensamento humano ou mapeamento cognitivo que permite os sujeitos a compreenderem diferentes significados que

sujeitos negociem sentidos a partir de enquadres específicos com os quais já estão familiarizados, eles podem revisá-los e alterá-los de acordo com as estratégias comunicativas empregadas pelos seus pares. Diante do exposto, é adequado afirmar que a linguagem (re)cria contextos, ou seja, é através das práticas de linguagem (no caso desta tese, da translanguagem) que os sujeitos conseguem negociar uma multiplicidade de sentidos e se alinhar ou não ao discurso do outro. Essa característica relacional do enquadre (alinhar-se ou não ao discurso de outrem) abre espaço para a consideração dos conceitos de **pistas de contextualização** (GUMPERZ, 1982) e de *footing* (GOFFMAN, 1981).

As **pistas de contextualização** nos permitem observar, empiricamente, como os enquadres são evocados, renegociados ou assumidos. Para Gumperz (1982), essas pistas são apreendidas socioculturalmente e contribuem na sinalização do contexto interacional. Para esse autor ainda, empregamos tais pistas (alternância de estilo, entonação, direcionamento do olhar, gestos, posicionamento do corpo etc.) para não só demonstrar nossos propósitos sociais, mas também para fazer sentido dos propósitos comunicativos dos outros. Assim, as **pistas de contextualização** podem ser compreendidas como “[...] recursos materiais que sinalizam a maneira como repertórios semióticos apontam para enquadres e sentidos relevantes [...]”. (CANAGARAJAH, 2020, p. 11). Portanto, sempre que os sujeitos se engajam em atividades comunicativas, eles buscam fazer sentido da interação através de **pistas contextuais**, a fim de se posicionarem discursivamente, ou seja, com o propósito de negociar diferentes *footings*.

Goffman (1981, p. 128) define **footing** como “[...] o alinhamento que tomamos para nós mesmos e para os outros que é expresso na forma como manipulamos a produção e recepção de enunciados [...]”. Esse autor ressalta o caráter intersubjetivo do alinhamento, ou como prefiro entender, do posicionamento. Os posicionamentos, assim, são moldados pela maneira como agimos a partir de uma profusão de recursos semióticos. E tal ação (ou *frame*) demanda diferentes *footings* que colaboram para a negociação de sentido. Assim, justapor *frame*, *footing* e **pistas de contextualização** e confrontá-los com

emergem da interação. Já na Semântica Cognitiva, os *frames*, ou enquadres cognitivos, são caracterizados como domínios conceituais que permitem a inferência e relações categóricas de pensamento (FELTES; NETO, 2018). Embora não desconsiderem o aspecto cognitivo do *frame*, é possível perceber que a Sociolinguística Interacional se interessa muito mais pela investigação dos processos de construção e negociação dos enquadres no discurso.

o conceito de **contexto**, pode contribuir, significativamente, para o que tenho chamado de **dimensão espaço-temporal** das práticas translíngues. A partir dessa justaposição, poderei compreender como os embates sociodiscursivos são performados em configurações de tempo e espaço específicas e como os sujeitos dão sentidos às suas práticas.

Com isso, além de lançar luz numa compreensão alternativa de **contexto**, ressaltando uma visão de língua em que o sujeito tem posição central na negociação de enunciados historicamente situados, o **cronotopo**, alinhado às propostas de *footing*, *frame* e **pistas de contextualização**, possibilita produtivas formulações sobre a intrínseca relação entre tempo, espaço e prática identitária. Assumir uma perspectiva cronotópica de **contexto** e identidade significa, então, compreender as posições discursivas dos atores sociais não como construídas em redes neutras de interação (*frames*); pelo contrário, é entender que formas particulares de tempo e espaço (**cronotopo**) são constituídas na própria ação social a partir de posicionamentos discursivos diversos (*footing*). Nesse viés, portanto, a linguagem se torna recurso essencial na constituição espaço-temporal das identidades.

A problematização das questões que envolvem mobilidade, diáspora, globalização e seus consequentes impactos nas práticas de linguagem dos sujeitos migrantes (ou transnacionais), depende, a meu ver, não só de uma gama de perspectivas outras para a análise discursiva, mas também de propostas de ruptura epistêmica com as próprias noções coloniais de **identidade, linguagem, tempo e espaço**. Com isso em mente, acredito que seja de grande relevância destacar as aproximações de tais teorizações com os já discutidos estudos ou opções decoloniais, isto é, “[...] um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade [...]”. (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Esses estudos se mostram relevantes, uma vez que não só as configurações espaço-temporais evocadas pelos sujeitos em suas práticas discursivas demandam reflexões que vão além do que conceitos mais estáticos podem oferecer, mas também porque esses sujeitos se constituem na **diferença colonial** (MIGNOLO, 2000). Tais “opções” têm sido levantadas como uma forma de se desenvolver outros conceitos e uma linguagem alternativa para explicar o complexo entrelaçamento das hierarquias de gênero, raça, sexo e de classe existentes no interior dos processos geopolíticos,

geoculturais e geoeconômicos do sistema-mundo colonial, demandando que saíamos de nossos paradigmas, abordagens e disciplinas herdados dessa lógica (GROSGOUEL, 2008). Assim, reservo lugar específico para essas reflexões, por acreditar que complementam teoricamente as propostas anteriormente revisitadas e por enfatizarem a necessidade de se problematizar a colonialidade (efeito/continuidade do pensamento colonial) em suas diferentes manifestações, motivando, conseqüentemente, o desenvolvimento de alternativas epistêmicas.

5.1.2 O espaço-tempo da diferença colonial

Mignolo (2007; 2020) aborda a relação espaço-temporal a partir de sua intensa reflexão sobre como a **modernidade/colonialidade**, isto é, a constituição e história do sistema-mundo moderno/colonial, obscurece(u) a produção de conhecimento daqueles subalternizados pelos centros de poder, ser e saber. Para esse estudioso, tal exclusão, dentre outros motivos, se relaciona com a universalidade atribuída à noção de tempo e espaço oriunda do pensamento moderno/colonial. Mignolo (2007; 2020) defende, nesses termos, a descolonização espaço-temporal fora da ideologia das culturas ocidentais, combatendo os seus pressupostos de cunho universal e comum impostos para todos os tempos em todas as sociedades. Esse autor propõe, portanto, a descontinuidade desses conceitos a partir do outro lado da **diferença colonial**, proposta desenvolvida a partir da **colonialidade do poder** de Aníbal Quijano (1992; 2000), conceitos já discutidos no Capítulo 4.

Mignolo (2020) discute que o eurocentrismo organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórica e cultural como padrão de referência superior e universal, enquanto subalterniza outros modos de conhecimento, transformados não só em diferentes, mas em bárbaros, primitivos, tradicionais e pré-modernos. Mignolo (2007) discute, assim, como o conceito de modernidade se fundamentou na colonização do tempo e do espaço para criar a narrativa da diferença, salvação, emancipação e progresso.

A partir da diferença espacial, com a noção de povos “bárbaros” (aqueles localizados em espaços inferiores, sem religião ou organização política), foi desenvolvida também a diferença temporal colonial, expressa a partir da ideia de povos “primitivos” (atrás do tempo, aqueles que não correspondiam ao estilo de vida e exigências da vida europeia). Em vista disso, Mignolo (2007, p. 471, grifos do autor) observa que “[...] a

diferença colonial espacial foi construída não na base de uma *história europeia prévia*, mas a partir de *histórias não-europeias*, ou ainda, de *peças sem história* [...]”. Esse autor defende, portanto, a adoção de perspectivas que “espacializ[em] o tempo e evit[em] narrativas de transição, progresso, desenvolvimento e pontos de chegada”. (MIGNOLO, 2003, p. 281).

Em face do exposto, se observa que a diferença espaço-temporal é aliada da **modernidade/colonialidade**, devendo ser compreendida em suas dimensões imperiais/coloniais. Por isso, como esboçado anteriormente, a alternativa decolonial seria pensar tais questões a partir da **diferença colonial** e como opção às concepções de tempo linear e de progresso. Logo, pensar essa diferença como um **espaço** pode significar a retomada essencial desses lugares de confronto, sem permitir que as “histórias locais” subalternizadas sejam pensadas como meras possibilidades “em extinção” a serem superadas.

Diante do que foi apresentado nesta seção, é possível observar a importância das opções decoloniais na teorização da **dimensão espaço-temporal** aqui discutida. Essa contribuição se justifica não só pelo fato de se caracterizarem como um olhar outro para as epistemologias com as quais trabalhamos, mas porque falam para e com os sujeitos multilíngues que se constituíram como tais em tempos e espaços colonizados. Salvaguardadas essas contribuições, devo deixar claro, no entanto, que para atender ao objetivo de projeto analítico traçado nesta tese, considero as perspectivas voltadas às práticas discursivas mais adequadas à construção de uma proposta translíngue espaço-temporalmente situada. Essas, de uma maneira ou de outra, retomam ou expandem o pressuposto bakhtiniano de **cronotopo**. Na sequência, discutirei tais formulações.

5.1.3 Da organização cronotópica das identidades

As longas horas que os sujeitos passam na *internet* e as atividades que lá desenvolvem – pesquisa, namoro, ensino, aprendizagem, escrita, postagem – são tão reais quanto quaisquer outras no modo “*offline*”. Com isso em mente, proponho pensar que as práticas digitais se desenvolvem em ambientes essencialmente cronotópicos que permitem os sujeitos performarem suas identidades (se declarar membro de alguma comunidade com práticas e normas específicas ou buscar se dissociar de outros grupos performando outras práticas a partir de outros recursos.) Logo, *na internet*, as pessoas

conseguem estabelecer, experimentar e brincar com múltiplos e complexos *footings*.

Interessados na relação entre globalização, superdiversidade e identidade, um número crescente de estudiosos tem lançado mão dos pressupostos bakhtinianos como uma proposta para pensar as práticas identitárias como cronotopicamente organizadas, evidenciando que os posicionamentos dos sujeitos, afetados por uma profusão de influências em diferentes níveis, se movimentam por e entre categorias tradicionais de pertencimento cultural, étnico e linguístico. Diante disso, esses autores defendem o desenvolvimento de outras perspectivas para o que entendemos como identidade e novos instrumentos para se investigar quais condições espaço-temporais permitem a sua negociação.

Em Dovchin (2020b), por exemplo, o conceito de **cronotopo** é empregado para compreender os efeitos do que chama de **linguagem invertida dos jovens**, em práticas digitais no *Facebook*. A partir de dados gerados em uma pesquisa linguístico-etnográfica com jovens da Mongólia, a autora observa como eles performam suas identidades através da estratégia de eufemismo de discursos considerados tabu e do engajamento e interação entre diferentes **cronotopos**. Numa perspectiva denominada de **macro cronotópica**, Dovchin percebe que a linguagem invertida é usada como um código secreto, incompreensível para *outsiders* de uma comunidade específica no FB e que cria um tipo de linguagem exclusiva, conectando um grupo de sujeitos que buscam se distinguir de outros. Em contrapartida, numa perspectiva **micro**, essa autora observa que tais jovens se envolvem em práticas de linguagem invertida, a partir de usos criativos de diferentes códigos, vozes e recursos em que textos são fundidos e mediados por uma gama de semioses, para criar eufemismos e suavizar palavras e expressões que podem ser consideradas inadequadas ou rudes em determinados espaços sociais. Apesar dos rótulos **micro** e **macro**, a autora conclui, por fim, que esses **cronotopos** se imbricam nas performances identitárias dos sujeitos analisados.

O estudo de Karrebæk e Møller (2020) também expande as propostas de uma abordagem cronotópica, permitindo analisar o relacionamento de diferentes **cronotopos** em uma sala de aula na Dinamarca a partir da observação de práticas de linguagem de crianças imigrantes. Esses autores discutem que, embora o sistema educacional dinamarquês seja relativamente heterogêneo, ele ainda se embasa num regime linguístico monolíngue, perpetuando práticas que favorecem o dinamarquês como língua de

instrução, em detrimento de outras línguas. Karrebæk e Møller (2020) concluem que línguas consideradas “minoritárias” no espaço-tempo escolar são tratadas, em certa medida, como incompatíveis com as opções identitárias oferecidas pelo **cronotopo** de sala de aula. Falar outras línguas não indexaria a imagem de alunos com sucesso acadêmico; pelo contrário, evocaria **cronotopos** da sala de aula como um espaço em que essas línguas são tratadas como exóticas e com função de entretenimento.

Blommaert e De Fina (2017) também se pautam no conceito de **cronotopo** na tentativa de fazer jus à análise de performances identitárias em tempos de mobilidade. Esses autores exploram o conceito bakhtiniano como alternativa a paradigmas que se orientam por termos dicotômicos de representação da identidade como os de micro ou macro, individual ou social, local ou global etc. Para eles, essa dicotomia oferece uma interpretação muito limitada da complexidade das práticas discursivas atuais. Nesse sentido, afirmam que

[...] as práticas identitárias demandam condições específicas como mostrado pelo fato de que mudanças nos arranjos espaço-temporais desencadeiam mudanças complexas e às vezes massivas de papéis, discursos, modos de interação, vestimenta, códigos de conduta e critérios para o julgamento do que é um comportamento apropriado ou não, e assim por diante [...]. (BLOMMAERT; DE FINA, 2017, p. 5).

Em seu estudo, os autores usam dados de variedades linguísticas de uma escola na Sicília, para discutir como as escolhas de línguas dos alunos mudam de acordo com as mudanças nos **cronotopos** imediatos: o uso do italiano em conversas com professores e do siciliano entre colegas no fundo da sala de aula. Blommaert e De Fina (2017) demonstram com suas discussões sobre **cronotopos** (vida de estudante, configurações da sala de aula) que as interações entre esses diferentes tempos e espaços são relevantes para a negociação identitária. Em outras palavras, esses autores mostram como o **cronotopo** de “vida de estudante” pode ser experienciado de maneiras diferentes por alunos diferentes, dependendo dos posicionamentos identitários que esses trazem para a interpretação de suas próprias práticas.

Dessa forma, Blommaert e De Fina (2017) nos conduzem a perceber que, de um lado, a natureza cronotópica das performances identitárias é parte de um entendimento comum de como determinadas comunidades funcionam (*frame*) e que, de outro, tais performances são condicionadas pelas experiências de quem as negociam, envolvendo

suas trajetórias ao longo de suas relações espaço-temporais. Logo, as identidades cronotópicas evidenciam como nossas práticas são construídas a partir de outras unidades cronotópicas, isto é, de configurações, discursos e práticas de outros tempos e espaços.

Retomemos o *post* do marido de “E” com o qual abri este capítulo a título de ilustração. Se observarmos a maneira como a própria página do FB está organizada, podemos perceber que os sujeitos se orientam a partir de estruturas temporais e espaciais específicas para agirem nessa rede social. Os *posts* são escritos em espaços específicos e pressupõem algum tipo de relacionamento entre os atores sociais ou um posicionamento valorativo de algum deles sobre determinado assunto/tópico. O propósito social (declarar, anunciar, contestar algo para alguém) também é orientado pelas valorações dos sujeitos e pelo possível público que pode acompanhar a postagem (a esposa, seus familiares, amigos e conhecidos). Postar uma declaração num formato de *post* público numa página do FB, portanto, evoca princípios, normas e discursos específicos que os diferenciam de uma mensagem privada no *Messenger*, por exemplo.

Portanto, uma rede social como o *Facebook* conecta sujeitos com graus, níveis e períodos de relacionamento distintos (infância, escola, universidade e família), cada um com suas histórias, práticas, costumes e posições ideológicas. Logo, o marido de “E”, assim como aqueles que interagem na postagem, performam posicionamentos identitários cronotópicos que evocam complexas camadas de histórias em uma nova realidade espaço-temporal, isto é, retomando a citação de Bakhtin (1993, p. 215): “todos esses elementos [...] são aqui fundidos e ligados numa nova unidade [...]. Num cronotopo completamente novo [...]”, aberto a outras negociações e valorações.

Frente ao exposto, os diferentes **cronotopos** e/ou multiterritorialidades, evocados nas mais diversas práticas sociais, interagem e coocorrem simultaneamente, oferecendo terreno para novas configurações espaço-temporais. No enunciado translíngue em questão, estão em competição outros espaços e tempos, com normas e expectativas em relação à postagem, bem como posicionamentos identitários/posturas valorativas que se sobrepõem de diferentes modos. Isso nos leva a considerar que os **cronotopos** tanto situam discursos em múltiplas relações espaço-temporais, como também fundamentam as condições a partir das quais tais discursos serão produzidos, interpretados e avaliados. Desse modo, é possível compreender a necessidade de articular os conceitos até aqui discutidos para o desvelamento dos mais variados processos em que nossas identidades

são negociadas. Assim, como maneira de oferecer um tratamento mais adequado desses processos, atrelo aos conceitos de tempo e espaço a necessidade de se explorar os efeitos de sentido produzidos pelos movimentos de diferentes recursos semióticos por entre **escalas**. É sobre elas que tratarei a seguir.

5.1.4 Escalas, indexicalidade e produção de sentido

Já observamos que a mobilidade de pessoas também envolve a mobilidade de recursos (sócio)linguísticos e que seus usos “locais” se fundem com outros “globais”, resultando em efeitos discursivos inesperados. Esse cenário tem se alterado ainda mais com o uso frequente de mídias digitais que possibilitam a imbricação de diferentes espaços nos/pelos quais os sujeitos interagem uns com os outros. Para atender às demandas de tais contextos de ação social se torna vital investigar a língua em movimento, considerando os vários enquadres espaço-temporais que estão em competição na prática identitária. Tais enquadres têm sido estudados a partir do conceito de **escala**, permitindo a percepção de que em tempos de globalização, as práticas de linguagem devem ser compreendidas como organizadas em diferentes e estratificados níveis de relação sociocultural.

Nas últimas décadas, variados campos do conhecimento têm se dedicado a desenvolver o conceito de **escala** mais apropriada aos seus estudos. No entanto, as diferentes abordagens sobre o que ele pode vir a ser têm chegado a definições problemáticas e, não raramente, contraditórias (MOORE, 2008). Apesar de toda controvérsia, essas áreas veem na **escala** uma possibilidade de se discutir as relações dos sujeitos levando em conta as mais diversas configurações espaço-temporais nas quais estão envolvidos. Nos estudos de gênero, por exemplo, a divisão entre “privado” e “pessoal” versus “público” e “político” tem sido abordada como uma questão escalar. Já na geografia social, o redirecionamento nos estudos sobre o que se convencionou chamar de “nação”, “estado”, “local”, “global”, “rural” e “urbano”, por exemplo, tem sua origem no próprio tratamento desses como **escalas**. No campo da linguagem, mais especificamente na Sociolinguística, a preocupação com o estudo sobre **escala** se fez evidente quando as representações espaço-temporais dos seus objetos de análise – a língua(gem) – o discurso – a interação – o ato de linguagem – passaram a ser

questionadas, ao invés de assumidas (CARR; LEMPERT, 2016). Nesse caso, outros olhares para “língua” permitiram enxergá-la como um recurso que possibilita ou inibe o movimento dos sujeitos por/entre diferentes **escalas**, trazendo deslocamentos significativos na maneira como pesquisamos.

Em contexto brasileiro, os estudos sobre **escalas** têm sido mobilizados principalmente na discussão sobre performances e performatividades em práticas discursivas (trans)locais. Silva (2020), por exemplo, através de uma etnografia da escala, articula os conceitos de materialização discursiva e de **escala** numa perspectiva *queer*, com o intuito de problematizar o caráter processual do trabalho pragmático e semiótico em jogo nos processos de naturalização da cis-heteronormatividade. Em Freitas e Moita Lopes (2019), a perspectiva escalar das práticas/performances identitárias desempenha papel central na discussão dos impactos da migração, em contexto brasileiro. Os autores investigam como os sujeitos coconstroem **escalas**, na tentativa de atribuir novos sentidos a visões estabelecidas de sociabilidade e de territorialização.

Assim, embora exista uma profusão de perspectivas em torno do conceito, ou como Moore (2008)⁴⁷ ironiza, uma variedade de perspectivas conceituais que cada vez mais são empregadas de maneira descuidada e analiticamente imprecisa, o que se observa é que essas áreas compartilham **escala** não como uma categoria fixa ou como uma realidade em si mesma, mas sim como construída, fluida e contingente. Nessa linha de raciocínio, Carr e Lempert (2016) criticam o fato de que ainda há estudos que se fundamentam na relação dicotômica de categorias como “micro”, “macro”, “língua” e “dialeto”, por exemplo (como se elas mesmas não fossem o produto de nossas próprias interpretações e classificações das práticas de linguagem), ao invés de se orientarem pelo questionamento de como as **escalas** são/foram forjadas em práticas discursivas. Como alternativa, os autores propõem prestarmos atenção nos efeitos de sentido a partir dos quais os atores sociais (sujeitos) **escalam** os seus mundos. Em outras palavras, o que eles buscam é investigar

[...] como escala é prática e processo antes de ser produto. Inclinados a explorar como as fronteiras entre os eventos e as relações sociais são forjadas, imaginadas e categorizadas pelos atores sociais através de suas

⁴⁷ Segundo esse autor, as escalas são metáforas para se representar o “real”; logo, elas são possibilidades interpretativas de uma “realidade”. Trazendo essa discussão para a linguagem, é pertinente considerar que ao representar o que se entende por “língua”, se decide também ou que não conta como tal.

práticas discursivas, nós podemos fazer sentido do processo escalar com mais clareza [...]. (CARR; LEMPert, 2016, p. 9).

Assumindo uma perspectiva pragmática, Carr e Lempert (2016) focam nas circunstâncias sociais e nas consequências dos processos de escalabilidade (produção/negociação de escalas) (GONZALES; MOITA LOPES, 2018) como uma forma de prática social. Mas para isso, esses autores reconhecem que, primeiro, é essencial investigar como os próprios atores sociais compreendem o mundo e quais metáforas escalares eles utilizam para tal compreensão, já que segundo os autores, os sujeitos orientam suas ações, organizam suas experiências e fazem distinções de quem e o que é válido também em termos escalares. Carr e Lempert (2016) defendem, então, o estudo das práticas sociais a partir do interesse em como as **escalas** são organizadas, feitas reconhecíveis e estabilizadas em várias comunidades de prática. Dito de outro modo, agora me apoiando em Moore (2008), abordar as **escalas** mais como discurso e conjunto de práticas institucionais e variavelmente poderosas do que como coisas concretas no mundo nos impele a levar em consideração não só os processos através dos quais configurações escalares específicas se solidificam na consciência e no mundo material, mas também os efeitos que esses processos têm nas relações sociais, políticas e culturais. Assim, o que se espera é pesquisar como as **escalas** moldam a vida social e não tomá-las como ponto de partida para investigação e análise.

A perspectiva escalar adotada por Carr e Lempert (2016) retoma e expande de maneira significativa o conceito de **escala** como uma categoria de prática proposta tanto por Moore (2008) como por Canagarajah e De Costa (2016). Para esses autores, as **escalas** deveriam ser pensadas numa ordem epistemológica, ao invés de entidades concretas materiais, isto é, as **escalas** deveriam ser vistas como negociadas e coconstruídas com os atores sociais. A partir dessa orientação, no lugar de entender **escalas** como categorias preexistentes (global, local, urbano, rural, língua inglesa, homem, mulher etc.), poderíamos vislumbrá-las como conceitos que colaboram para a compreensão que os sujeitos têm de suas práticas. Portanto, Canagarajah e De Costa (2016) defendem a interpretação de **escalas** como uma forma de compreender nossos atos sociais.

A partir dessa perspectiva, os autores elaboraram algumas perguntas que podem orientar o estudo com **escalas** desde uma perspectiva prática, quais sejam: O que motiva diferentes práticas escalares em diferentes contextos? Que recursos (discursos,

ideologias, semioses, modalidades) permitem os sujeitos e instituições a se engajarem efetivamente em práticas escalares? Que estratégias são adotadas para se contestar determinadas práticas em favor de uma **escala** específica?

Com isso, os autores supracitados compreendem os atores sociais, como *scale makers*, isto é, produtores de **escalas** e como efeitos de diversos processos socioespaciais. Conseqüentemente, o ponto de partida para as investigações não deveria ser a **escala** em si e por si mesma, mas os processos escalares que dão base às dinâmicas e lutas sociais. Diante disso, o trabalho com **escalas** nos oferece caminhos para considerar as identidades e os contextos (**cronotopos**) como interdependentes e sobrepostos, estando o sujeito, a todo momento, se envolvendo em práticas escalares com o propósito de evocar diferentes sentidos para os seus mundos.

A proposta de **escala** como uma categoria de prática, ao invés de categoria de análise feita por Canagarajah e De Costa (2016), se embasa na crítica que fazem aos trabalhos iniciais de Blommaert (2008; 2010), que segundo os autores se orientavam por uma perspectiva de **escala** como fenômeno pré-definido e universal. Em sua tentativa de problematizar a estratificação das práticas de linguagem considerando sua **dimensão espaço-temporal**, Blommaert (2007; 2010) dividiu as escalas sociolinguísticas da seguinte forma:

Quadro 7 – Escalas sociolinguísticas

Escalas inferiores	Escalas superiores
Local, situado	Translocal, difundido
Pessoal, individual	Impessoal, coletivo
Subjetivo	Objetivo
Específico	Geral, categórico

Individual	Papel social, estereótipo
Diversidade, variação	Uniformidade, homogeneidade

Fonte: adaptado de Blommaert (2007; 2010).

Segundo Blommaert (2007; 2010), essas escalas são produzidas a todo o instante em nossas práticas discursivas a partir, por exemplo, do simples uso gramatical e estilístico. Para esse autor ainda, a possibilidade de “saltar”, isto é, de se movimentar por entre diferentes escalas (do local para o translocal, do pessoal para o coletivo, por exemplo), está condicionada ao poder reservado a determinados grupos de sujeitos, já que “[...] [o] salto escalar depende do acesso a recursos discursivos que indexam e iconizam níveis escalares específicos, sendo tal acesso objeto de desigualdade. [...]”. (BLOMMAERT, 2007, p. 7).

Na avaliação de Canagarajah e De Costa (2016) sobre o estudo do uso de variedades africanas de língua inglesa por imigrantes, Blommaert (2008) acabou tratando tais recursos como pertencentes a uma **escala** inferior em termos de espaço (relevância) e tempo (não apresentam capital social ao longo do tempo), ao passo que confere às variedades não-africanas níveis sempre mais altos nessas mesmas **escalas**. Para aqueles autores, assim

[h]á pouco espaço para se considerar a possibilidade de essas normas serem escaladas diferentemente de acordo com a maneira como as interações são compreendidas pelos participantes em interações situadas. Portanto, as normas desses espaços/escalas foram adotadas de forma um tanto determinista. As normas desses imigrantes e de comunidades menos desenvolvidas eram sempre impotentes [...]. (CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016, p. 7).

Isso ocorreu, ainda segundo os autores, pois “[...] as escalas foram tratadas como uma categoria de análise [...], sem a perspectiva de se considerar as maneiras a partir das quais as pessoas as construíam e negociavam para fazer sentido de suas relações e interações”. (CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016, p. 7).

No entanto, Canagarajah e De Costa (2016) apresentam também as mudanças na abordagem dos estudos sobre escalas realizados por Blommaert e avaliam positivamente as investigações mais recentes em que o autor não tratava **escala** como algo fixo e

objetivo, mas sim como “[...] um construto epistemológico que permite os sujeitos negociarem sentidos e valores de suas práticas comunicativas [...]”. (CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016, p. 7). No estudo em questão, os autores observaram como Blommaert et al. (2015) abordaram as maneiras pelas quais *rappers* finlandeses adotavam suas próprias **escalas** de referência para reivindicar autenticidade.

Blommaert et al. (2015) concluíram que a depender do espaço em que se encontravam (mais próximo ou não dos centros urbanos de Helsinque), os *rappers* manipulavam diferentes **escalas** para proveito próprio; aqueles que mais reivindicaram afiliações com a vida de Helsinque eram também os que mais declararam autenticidade de seus recursos semióticos.

Embora os estudos iniciais de Blommaert tenham sido foco de crítica por Canagarajah e De Costa (2016), não se pode ignorar as contribuições dessas reflexões para o estado atual de pesquisas sobre **escalas** e sua relação com a realidade sociolinguística das práticas de linguagem.

Blommaert (2007; 2010), influenciado pelos estudos sobre *World-Systems Analysis* (WALLERSTEIN, 2000), pensava as **escalas** como uma metáfora para compreender a multiplicidade de planos da interação humana, a partir da intensa mobilidade dos sujeitos e de suas práticas discursivas. Essa metáfora, segundo o autor, sugere uma concepção de tempo e espaço como uma forma de ação social, uma vez que pessoas com diferentes recursos linguísticos, por exemplo, ao se moverem por e entre diferentes espaços podem experienciar valorações também diferentes. Assim, para Blommaert (2007, p. 2):

[...] [s]ujeitos multilíngues e articulados podem se tornar inarticulados e ‘sem línguas’ ao se moverem de um espaço em que seus recursos linguísticos são valorizados e reconhecidos para outro em que eles não são vistos como úteis e compreensíveis. [...].

Nesse sentido, o autor defendia a necessidade de se interpretar a ação humana como policêntrica e estratificada, onde os sujeitos se posicionavam de acordo com “normas”, ou em suas palavras, em **ordens de indexicalidade**.

Outro conceito importante nessa problematização é o de **policentrismo**, que para Blommaert (2010) seria uma das chaves para se compreender os regimes interacionais em espaços-tempos globalizados. Segundo o autor, apesar de muitos eventos interacionais parecerem estáveis, múltiplas normas que servem para orientar os sujeitos estão em

competição. À essa multiplicidade foi dado o nome de **policentrismo**, que sugere que determinadas práticas, mesmo ocorrendo um nível escalar específico, podem também afetar outros níveis. O evento comunicativo, assim, se move por entre essas **escalas**, do nível micro ao macroscópico, com cada nível operando em uma **ordem de indexicalidade**. Dito de outro modo, as normas válidas em uma **escala** podem ser diferentes daquelas que operam dentro de outras **escalas**.

Por fim, Blommaert (2010, p. 41) nos explica que

[a]mbos os conceitos, ‘ordem de indexicalidade’ e ‘policentrismo’, sugerem, então, um mundo menos inocente da variação e diversidade linguística, social e cultural, um mundo em que a diferença é rapidamente transformada em desigualdade, e no qual padrões complexos de comportamento [...] ocorrem. Eles permitem também nos mover para além das unidades sociolinguísticas habituais – comunidades de fala homogêneas – e considerar situações nas quais vários sistemas sociolinguísticos entram em cena, assim como pessoas que migram no contexto da globalização, ou quando no mesmo contexto mensagens começam a se mover através de espaços maiores. Nesses casos, as pessoas não só se movem por entre espaços [...], nós percebemos que elas se movem por entre diferentes ordens de indexicalidade [...].

Nesse sentido, coadunando com Blommaert (2010), concebo os posicionamentos como efeitos escalares, isto é, as práticas discursivas dos sujeitos dependem do acesso a (ou da falta de) recursos semióticos que permitem a distinção do que é “bom”, “ruim”, “aceitável”, “normal”, “adequado” etc., em determinadas configurações espaço-temporais. Com isso em mente, mesmo concordando com Canagarajah e De Costa (2016) quando afirmaram que Blommaert havia tratado as **escalas** como fixas e assumidas, penso que esse autor, ao considerar que os recursos semióticos que os sujeitos manipulam no aqui e agora da prática comunicativa são valorados de maneiras e em ordens indexicais diferentes, e que suas performances estão ligadas à possibilidade de transitar, “saltar”, entre **escalas** (ou *scale jumping*, nas palavras do autor), também sugere que as ações dos sujeitos se desenvolvem de igual forma: modificam e são modificadas por diferentes estruturas e normas. Desse modo, devido à assimetria das relações sociais e, conseqüentemente, das práticas languageiras, Blommaert (2010) entendia as **escalas** como organizadas em camadas, fáceis de serem compreendidas numa visão vertical; logo, o autor oferecia indícios de que as práticas escalares não poderiam ser performadas por

todos a toda e qualquer instância, já que são dependentes do acesso ou não a recursos discursivos que indexam identidades específicas.

Blommaert (2007; 2010) nos apresentava, então, a possibilidade de que as relações de poder e a desigualdade de acesso a recursos semióticos são, dentre outras coisas, efeitos da prática escalar (escalabilidade), da capacidade de recorrer a **escalas** particulares para a interpretação ou até mesmo validação dos atos sociais. Mesmo tendendo a discordar de sua asserção de que **escalas** locais são sempre momentâneas, situadas e restritas, ao passo que códigos e práticas letradas de grupos dominantes são sempre mais valorizadas em **escalas** translocais, compreendo que Blommaert (2010) vislumbrava a possibilidade de essas mesmas **escalas** serem também performadas e não fixas no tempo e no espaço.

A depender das relações cronotópicas, sujeitos que tradicionalmente não seriam considerados de grupos dominantes podem performar identidades mais valorizadas em espaços-tempos distintos, através das escolhas linguísticas e semióticas que realizam para esse objetivo. De maneira semelhante, outros sujeitos podem contestar relações desiguais de poder a partir da performance de identidades pouco valorizadas em outros contextos, como sinal de resistência. Em ambos os casos, não se pode negar que os sujeitos manipulam seus recursos e, conseqüentemente, suas identidades, a partir da percepção que eles têm dos efeitos de sentido que suas performances podem produzir.

Tal perspectiva também é seguida por Karimzad (2020), para o qual a disponibilidade e acesso a recursos semióticos (entre eles, as línguas) dependem, em grande medida, das histórias cronotópicas dos sujeitos, isto é, as imagens escalares que eles desenvolvem a partir de seus processos de socialização em diferentes configurações espaço-temporais e de pessoas, tanto **através** como **sobre** contextos específicos.

Karimzad (2020) ilustra sua defesa com dados de práticas translíngues de imigrantes iranianos nos Estados Unidos e discute que a “escolha” de línguas em determinados contextos acompanha a trajetória de vida desses sujeitos e suas experiências com grupos e espaços específicos. Com isso, observa-se que a escolha dos recursos nunca é um ato individual, mas intersubjetivamente negociada e solidificada em normas de uso da linguagem que operam em diferentes níveis escalares (do privado ao público, do local ao global etc.). Logo, as práticas translíngues são o resultado de interações entre pessoas e **escalas** que influenciam o que é coletivamente relevante em determinados contextos.

Diante do exposto, é possível perceber que a metáfora da **escala** tem sido uma importante (mas não incontestável) abordagem para a discussão da linguagem na contemporaneidade. Ela sugere que o que os sujeitos fazem com a linguagem é moldado pelas relações de poder, hierarquias e *status* em diferentes níveis escalares. Dito de outro modo, essas reflexões têm como objetivo contribuir para um estudo da linguagem que leve em conta como tais relações moldam e são moldadas pelo uso e o (des)prestígio de recursos semióticos em diferentes configurações espaço-temporais. Essas abordagens se mostram importantes por oferecerem explicações de como as práticas discursivas podem ser (des)valorizadas a partir dos movimentos entre diferentes tempos e espaços sociais, uma vez que os sujeitos “[...] não se movem apenas por entre espaços, mas por ordens de indexicalidade [...]”. (BLOMMAERT, 2010, p. 41). Nesse sentido, a produção e compreensão de diferentes posicionamentos identitários tem a ver com como recursos semióticos são manipulados em diferentes contextos. Essa perspectiva nos permite enxergar **contexto** e **identidade** como fenômenos interdependentes, estratificados e, simultaneamente, local e translocal, estando sempre em desenvolvimento. Logo, como observam Gonzales e Moita Lopes (2018), somos “seres de contexto”.

Em síntese, a articulação dos conceitos de **cronotopo** e **escala** me permite chegar a algumas reflexões e vislumbrar contribuições para o que aqui chamei de **dimensão espaço-temporal** das práticas translíngues. Elas embasam o trabalho a ser desenvolvido no capítulo de análise e discussão dos dados, no intuito de trazer à tona as maneiras através das quais os sujeitos participantes desta pesquisa se envolvem em performances identitárias cronotópicas. Resumo tais reflexões nos seguintes pontos:

- A compreensão das práticas de linguagem como recursos cronotopicamente organizados traz olhares outros para o nosso entendimento de língua, mobilidade, norma e suas associações com certas **escalas** e territórios;
- A consideração de que as noções de **escala** e **cronotopo** se sobrepõem e se complementam. Logo, toda prática de linguagem evoca um conglomerado de relações cronotópicas, sendo essas mediadas por **escalas**;
- A compreensão do **contexto** parte de uma noção dinâmica das relações históricas, políticas e sociais que orientam e são orientadas pelas práticas

comunicativas. Portanto, não se trata de falar apenas do uso da língua em contexto, mas como essa também (re)cria outros contextos;

- A pressuposição de que performar ou se posicionar de modo bi/multilíngue constitui uma ação interacional não só provocada pelos propósitos e motivos individuais, mas também socialmente orientada, resultado de negociações em determinadas configurações de tempo e espaço;
- O entendimento de que as mais diversas configurações espaço-temporais são sempre moldadas por normas, expectativas, e valorações do que (não) conta como práticas de linguagem legítimas;
- A ideia de que partir da imbricação dos conceitos de **escala** e **cronotopo**, as identidades passam a ser vistas como em constante processo de ressignificação e negociação e atreladas a ordens morais que atravessam as performances dos sujeitos e à maneira como eles valoram certas formas de ser e estar no mundo;
- A afirmação de que toda relação de poder espaço-temporalmente medida é também produtora de posicionamentos identitários, uma vez que controla, distingue, classifica, exclui e separa os sujeitos e os grupos sociais de seus (multi)territórios;
- O entendimento de que toda performance identitária é cronotópica e se relaciona com ou resiste a normas hegemônicas e institucionalizadas impostas por práticas discursivas em diferentes níveis escalares;
- A consideração de que os efeitos de sentido dos nossos posicionamentos identitários (re)contextualizam discursos produzidos além do contexto imediato de nossas performances;
- A concordância de que no tratamento das identidades no espaço-tempo virtual, a distinção entre “*online*” e “*offline*”, “local” e “global”, “nacional” e “internacional”, “micro” e “macro” envolve diferentes noções de **escala** e aspectos da vida social;
- Por fim, a consideração de que os sujeitos podem aceitar e/ou contestar diferentes **cronotopos** evocados em seus atos sociais, e com isso se envolvem em práticas escalares uns com os outros.

A partir dessas reflexões, podemos observar que nem as línguas ou as múltiplas identidades são fenômenos em si mesmos, ou coisas no mundo, mas perspectivas sobre ser e estar nele. Conceitos como os de **escala** e **cronotopo**, nessa lógica, são apenas perspectivas e/ou metáforas parciais de como podemos compreender melhor a ação social através da linguagem. No entanto, mesmo não sendo pensadas como ferramentas que podem explicar toda a realidade social, tais perspectivas permitem revelar como as fronteiras contextuais são discursivamente construídas e negociadas. Com isso em mente, a **dimensão espaço-temporal** das práticas translíngues se relaciona às diferentes maneiras dos sujeitos interpretarem o mundo, a partir de suas vivências e experiências em diferentes contextos de sua existência.

Atentando a esses arcabouços, darei prosseguimento ao debate de como o *Facebook* pode ser também interpretado em termos cronotópicos. Alinharei esses conceitos à proposta da **dimensão mediadora** e ao seu lugar como (mais um) recurso para e nas práticas translíngues.

5.2 O FACEBOOK COMO UM ESPAÇO-TEMPO OUTRO

Quando penso na **dimensão mediadora** das práticas translíngues, retomo a asserção de que todo discurso é mediado (NORRIS; JONES, 2005). Em ambientes digitais, o trabalho identitário envolve também camadas de mediação, com os recursos tecnológicos operando em conjunto com os sociais. Essa dimensão desafia a noção da tecnologia como um meio neutro e transparente para a comunicação, nos permitindo encarar a mediação tecnológico-digital e social como interdependente e fomentadora de mudanças. Nesse sentido, a primeira suposição dentro dessa dimensão é a de que a mediação tecnológica possibilita os sujeitos negociarem sentido não apenas a partir de recursos digitais, mas também linguísticos e sociais. Dessa forma, um passo importante na caracterização dessa mediação é investigar o conceito de *affordances*, ou propiciamentos/virtualidades.

O conceito de *affordances* vem da psicologia ecológica de Gibson (1986) e foi trabalhado, inicialmente, por teorias ecológicas de ensino e aprendizagem (VAN LIER, 2002; 2004). No Brasil, ele tem sido adotado nos estudos em Linguística Aplicada principalmente por Paiva (2010; 2011) e Finardi, Junior e Guimarães (2020). *Affordances* se refere a possibilidades específicas que o ambiente pode oferecer para a ação social.

Numa perspectiva ecológica, o sujeito é entendido como imerso em ambientes repletos de significados em potencial, os quais se tornam disponíveis à medida em que ele interage com as possibilidades oferecidas por esses meios. A tecnologia, nesse sentido, vem expandir tal conceito, oferecendo outras formas de construção de sentido a partir da inclusão de novas modalidades e meios de comunicação.

Desse modo, através da discussão sobre *affordances*, podemos investigar como diferentes recursos midiáticos podem facilitar e contribuir para diferentes maneiras de interação e trabalho identitário, bem como podem limitar tais processos seja através do *design* de seus instrumentos ou dos diferentes níveis de acesso a recursos semióticos que os sujeitos podem (não) ter nesses ambientes⁴⁸. Frente ao exposto, a mediação pode ser vista como elemento essencial para a construção e negociação de performances identitárias, a partir da imbricação dos propiciamentos tecnológicos e sociais.

Para um maior aprofundamento na **dimensão mediadora** das práticas translíngues, com foco na mediação tecnológica, será valiosa para esse debate a noção de *Facebook* como um sistema adaptativo complexo (PAIVA, 2016); de arquitetônica bakhtiniana (ROJO; MELO, 2017); de redes de engajamento (*sites of engagement*) (NORRIS; JONES, 2005; NORRIS, 2019) e a de **espaços translíngues** e translocais (LI WEI, 2011; 2018; CANAGARAJAH, 2013a). Diante disso, nesta seção discutirei a relação dos propiciamentos com as práticas discursivas de modo mais amplo, como um caminho possível para se compreender o FB como um espaço mediador cronotopicamente estruturado.

5.2.1 Virtualidades e o *Facebook* como um espaço para a linguagem

A *internet* pode ser vista como uma das maiores aliadas nos processos de globalização e na criação do que conhecemos como superdiversidade. Como resultado da expansão da rede mundial de computadores, a tecnologia digital e, mais especificamente, as redes sociais, tornaram o acesso e a transgressão de fronteiras geográficas ainda mais fáceis, permitindo os sujeitos se engajarem em atividades locais e translocais a partir de meios antes não possíveis. Embora seja um truísmo dizer que a vida na *internet* e nas redes sociais tem impactado as práticas de linguagem, trazendo uma diversidade de

⁴⁸ Atualmente, tem-se debatido como plataformas de redes sociais têm limitado o uso da linguagem ou até mesmo a liberdade de expressão de alguns dos seus usuários. Para mais detalhes, sugiro as leituras de Silveira (2015) e Nitrini (2021).

modos comunicativos, se faz necessário também reconhecer que essa heterogeneidade é apenas uma parte do cenário.

Assim como a vida “*offline*”, normas e regras também são impostas e negociadas no mundo virtual. Com isso, se observa que a *internet* também é **espaço** onde a diversidade é controlada, ordenada e cerceada (VARIS; WANG, 2011). Esse controle, em outras palavras, envolve tanto formas explícitas de normatividade – como políticas estatais mais amplas –, como também aquelas mais implícitas e negociadas em interações virtuais locais. Com foco nas práticas de linguagem, é possível dizer que à medida que discursos produzidos nesses espaços ganham proporção, os usuários de redes sociais também desenvolvem seus próprios repertórios e convenções para avaliar o que pensam sobre tais práticas. Para Barton e Lee (2015), essas avaliações são amplamente moldadas por ideologias negociadas em espaços outros que não apenas o virtual, indicando que elas estão sempre embutidas em outros discursos na sociedade e, por isso, precisam ser encaradas como uma forma de prática social. Para os autores ainda, uma maneira de essas avaliações ganharem terreno é através das virtualidades oferecidas pelos ambientes nos quais os sujeitos estão inseridos.

Barton e Lee (2015, p. 44) definem virtualidades como “[...] possibilidades e restrições de ação [...]”. Para esses autores, as virtualidades são o próprio contexto para ação social, isto é, elas medeiam o entendimento das pessoas sobre o que elas fazem e como dão sentido aos espaços em que interagem. Barton e Lee (2015) defendem, com isso, que os posicionamentos identitários criam e são criados nesses espaços e, por isso, concebem as virtualidades das redes sociais como socialmente construídas e mutáveis à medida que os sujeitos atuam nesses ambientes⁴⁹. Portanto, é correto afirmar que as redes sociais não são ilimitadas, e por isso se torna vital compreender como os sujeitos se relacionam com as possibilidades e restrições desses espaços em situações particulares.

Barton e Lee (2015, p. 47) explicam essa limitação nos seguintes termos:

[...] [a] metáfora de uma ‘folha em branco’ é pertinente, pois, em certos sentidos, uma plataforma como um *blog* é como uma folha de papel [...] e pode ter vários usos: pode ser utilizado como um diário, uma narrativa, uma obra de ficção ou um jornal, utilizando gêneros

⁴⁹ Os autores trazem exemplos práticos dessa flexibilidade das virtualidades ao citarem, por exemplo, a mudança nos propósitos do *Facebook* como rede social, que atualmente tem sido usado também como plataforma para ensino e aprendizagem, embora não tenha sido concebido como uma ferramenta educacional.

específicos. Mas ele difere de uma folha em branco porque, como todos os *sites*, um *blog* é altamente estruturado, os blogueiros são obrigados a escrever nele dentro de um modelo preconcebido pelo *designer* do *site*. Essa estruturação significa, por exemplo, que os *posts* do *blog* serão sempre organizados em ordem cronológica inversa e que não há muitas opções de lugares no *site* para escrever o *post* do *blog* ou postar um comentário. As diferentes possibilidades de escrita são criadas pelas maneiras como as pessoas podem agir dentro das virtualidades dos espaços projetados. (BARTON; LEE, 2015, p. 47).

Isso posto, Barton e Lee tocam num ponto que merece a nossa atenção ao problematizarem o fato de que um *site* como um *blog*, por exemplo, deve ser considerado como um **espaço** projetado com muitos usos potenciais, e alertam para a possibilidade de ele não ser interpretado como um gênero, isto é, uma mera forma de linguagem – mas sim, “[...] um **espaço para a linguagem**”. (BARTON; LEE, 2015, p. 47, grifos meus). Para discutir, mais cuidadosamente, essa afirmação, trarei algumas propostas sobre a estrutura e virtualidades das redes sociais, que levam adiante a ideia do FB como **espaço para a linguagem**, tal como defendida em Barton e Lee, e que podem também trazer contribuições significativas para a fundamentação da **dimensão mediadora** das práticas translíngues aqui apresentada. Serão para elas que reservarei os próximos parágrafos.

5.2.2 O Facebook como um sistema adaptativo complexo

Alicerçada em teorias de aquisição, ensino e aprendizagem de línguas, que advogam que tais processos são partes integrantes de um sistema em que uma multiplicidade de agentes e fenômenos se sobrepõem, Paiva (2016) propõe compreender o Facebook, nesses mesmos termos, isto é, como um sistema adaptativo complexo (SAC) – uma rede composta por agentes em interação, influenciando e sendo influenciados um pelo outro. Nesse contexto e levando em conta a complexidade da interação humana a partir das tecnologias digitais, essa autora afirma que o FB é um sistema **complexo, dinâmico, aberto, adaptativo e não linear**, por isso, em suas palavras, essa rede social é

[...] um sistema dinâmico porque a produção dessa rede social se dá sempre em fluxo, por meio das interações dinâmicas entre seus agentes. [...] Cada usuário tem o poder de interferir no que vê em sua página, curtindo, comentando, criticando, compartilhando, escondendo produções alheias ou até mesmo apagando suas próprias postagens. [...] O sistema é aberto [...], está longe do equilíbrio, pois novos conteúdos são postados, comentados, excluídos e compartilhados a cada segundo. [...] O FB é também um sistema adaptativo, pois está em constante

processo de mudança e de adaptação. Outra característica do FB é a não linearidade: os efeitos gerados nessa rede social não são necessariamente proporcionais às suas causas [...]. (PAIVA, 2016, p. 68-69).

Paiva acrescenta ainda a concepção do FB como uma comunidade ecológica, na qual os sujeitos interagem uns com os outros em “biomas”, seja através de páginas pessoais, profissionais, acadêmicas, entre outros. Essa autora indica, portanto, como essa rede social, entendida em termos de complexidade, justapõe diferentes espaços e processos comunicativos, onde seus usuários deslocam textos e se envolvem em variadas práticas discursivas que demandam normas e práticas de letramentos diversas (os usuários curtem, comentam, criticam textos e práticas, isto é, assumem múltiplos posicionamentos valorativos).

Frente ao exposto, acredito que Paiva (2016) abre caminhos para a percepção do FB como um espaço outro e para a compreensão de como sua estruturação depende de relações complexas entre sujeitos, virtualidades e práticas sociais. Complementar a essa visão, porém mais alinhada a uma perspectiva bakhtiniana de linguagem, Rojo e Melo (2017) expandem as possibilidades da **dimensão mediadora** das práticas translíngues ao enfocar o caráter arquitetônico dos enunciados em ambientes digitais. Atenção maior será dada à essa proposta, uma vez que ela retoma de modo significativo a natureza cronotópica do FB, aqui defendida.

5.2.3 A organização arquitetônica do *Facebook*: articulações bakhtinianas

No ensaio “Arte e responsabilidade”⁵⁰, publicado em 1919, Bakhtin defende a arquitetônica do ato ético em sua dimensão vivida, envolvendo a estética a partir do ponto de vista do autor como participante responsável. Nesse e em outros trabalhos, Bakhtin e o Círculo desenvolveram formulações teórico-filosóficas sobre a atividade estética articulando os seus elementos à vida social, histórica e cultural, criticando, assim, o pressuposto da aparente necessidade de se separar o estudo imanente da arte do estudo de sua história e de sua inserção sociocultural, como promulgado pelos formalistas russos e correntes linguísticas modernas. Segundo Faraco (2011, p. 22), o estético, na obra do Círculo,

⁵⁰ O texto faz parte da obra “Estética da criação verbal” (1979), traduzido por Galvão (2000).

[...] está enraizado na história e na cultura, tira daí seus sentidos e valores e absorve em si a história e a cultura, transpondo-as para um outro plano axiológico precisamente por meio da função estético formal do autor-criador⁵¹. É o posicionamento valorativo do autor-criador que constitui o princípio regente para a construção do todo estético. [...].

Nesses termos, Faraco discute que o objeto estético é, portanto, um “[...] conjunto de relações axiológicas [...] de um conteúdo axiologicamente enformado pelo autor-criador numa certa composição concretizada num certo material”. (FARACO, 2011, p. 23). Esse autor se orienta, assim, por uma visão arquitetônica do objeto estético, considerado em sua totalidade interna e orientado pelas posições socioavaliativas, assumidas frente a outras posições valorativas situadas histórica e ideologicamente.

Segundo Rojo e Melo (2017), a arquitetônica bakhtiniana e de seu Círculo se relaciona com a concepção de texto/enunciado⁵² nas mais diversas formas e esferas de produção, circulação e recepção discursiva, ou seja, se relaciona à necessidade de se analisar a obra em sua totalidade interna vinculada indissociavelmente à realidade externa axiológica. Para essas autoras, assim:

[a] arquitetônica está relacionada à totalidade da situação, à construção e só pode ser dimensionada a partir do objeto interno (da materialidade) orientado para sua relação com o externo: para o autor-criador que se posiciona a partir de um lugar social, ideológico e axiológico, no processo de interação; para o lugar que o texto/enunciado ocupa no todo acabado como elo da cadeia de textos/enunciados; perpassado pelo contexto maior e pela situação imediata, concreta, de produção; que se corporifica em determinado gênero de discurso (com sua forma de composição), para abrigar as avaliações e assim por diante. (ROJO; MELO, 2017, p. 1280).

Trazendo essas reflexões para a atualidade, as autoras discutem a pertinência de se considerar a perspectiva arquitetônica nos estudos sobre gêneros discursivos e letramentos contemporâneos em ambientes digitais, mais especificamente no FB, com o objetivo de demonstrar como essa orientação pode ser uma potente categoria de análise. A defesa de Rojo e Melo (2017) se centra na consideração do FB como estruturado de

⁵¹ Bakhtin faz a distinção entre autor-pessoa e autor-criador no processo de criação. O primeiro é definido como sendo o próprio escritor e artista; aquele que vive em sociedade compartilhando os mesmos direitos e deveres, com anseios, frustrações e desejos comuns a qualquer outro indivíduo. Já o autor-criador designa, como declara Brait (2005, p. 37), “a função estético-formal engendradora da obra (posição axiológica)”, assim, ele é um constituinte do objeto estético, aquele que dá a sua forma, “o pivô que sustenta a unidade do todo esteticamente consumado”.

⁵² As autoras tratam os termos como sinônimos.

maneira arquitetônica, por articular a totalidade e os posicionamentos valorativos e ideológicos em sua forma, em seu material e conteúdo. As autoras procedem, assim, à análise dos elementos constitutivos da rede social e como essa pode ser analisada em termos bakhtinianos:

a) quanto à **forma**, essas autoras observam que, estruturalmente, o FB está organizado em Linha do Tempo (*Timeline*) e *Feed* de Notícias, cujo *design* materializa a sequência espaço-temporal, evidenciando, assim, a instantaneidade das mensagens trocadas. Para essas autoras, “[e]sse objeto, situado histórica e socialmente, é constituído pela sua totalidade interna orientada pelas avaliações axiológicas primeiramente do criador (da rede) e dos cocriadores (usuários) [...]”. (ROJO; MELO, 2017, p. 1283).

b) quanto à **participação** efetiva e **troca** simbólico-material entre seus cocriadores, as autoras percebem que para esses se inscreverem e criarem um perfil na rede social, são levadas em consideração as suas valorações na construção de uma imagem identitária. Além disso, “[é] pela apreciação axiológica também que se determina a aceitação, rejeição, e/ou exclusão do outro usuário, do ‘amigo’. [...]”. (ROJO; MELO, 2017, p. 1282). As autoras pontuam, por fim, que “[e]ssas escolhas vão determinando, por um lado, a forma composicional e os conteúdos temáticos da página do usuário do *Facebook* e, por outro, dão o tom arquitetônico que delinea essa rede social [...]”. (ROJO; MELO, 2017, p. 1282).

Avançado na discussão da natureza arquitetônica do FB, Rojo e Melo (2017) expandem a afirmação de Barton e Lee (2015), trazida em parágrafos anteriores, de que as plataformas e *sites* de redes sociais deveriam ser consideradas como **espaço para a linguagem**. Para aquelas autoras, devido às inúmeras possibilidades de gêneros que circulam no FB, eles precisam ser considerados apenas como mais um elo nessa cadeia arquitetônica. Portanto, a análise dos *posts* que lá circulam, por exemplo, precisa ir além da mera consideração desses como gêneros (ou pelo menos ir além de como se tem trabalhado gêneros em ambientes digitais), a fim de considerá-los como parte de um espaço que envolve e é envolvido por posicionamentos axiológicos histórica e ideologicamente situados. Somente dessa maneira, segundo as autoras, poderemos exceder propostas fragmentárias e parciais dos textos/enunciados que compõem o espaço-tempo do FB.

Não seria equívoco, portanto, relacionar as reflexões de Rojo e Melo (2017) a uma proposta mediadora e cronotópica do FB. Fica sugerido, por exemplo, que o gênero comentário, nessa rede social, evoca diferentes configurações espaço-temporais dentro de outros gêneros, como o *post*. Além disso, o próprio *post* está embutido em outra configuração cronotópica (ou arquitetônica) da página do FB, quer seja em uma comunidade, grupo, quer seja em qualquer outro espaço-tempo discursivo que o hospede. Por fim, todos esses espaços-tempos estão integrados não apenas nas virtualidades tecnológicas da rede social, mas também nos posicionamentos valorativos dos sujeitos. Logo, os **cronotopos** do FB (posição espaço-temporal do criador, autor-criador e do cocriador, por exemplo) interagem e coocorrem com vários outros **cronotopos** evocados em *posts*, comentários, vídeos, imagens etc., constantemente, avaliados um em relação ao outro.

Em face ao exposto, destaco a possibilidade de enxergarmos o FB como uma rede de relações e posições axiológicas entre autor-criador, ou ator social, com ferramentas culturais e tecnológicas, que os permitem agir no mundo. Nesse sentido, a perspectiva das redes de engajamento também pode ser útil na caracterização do FB como um espaço-tempo outro.

5.2.4 O Facebook como uma rede de engajamento

A rede de engajamento⁵³ ou *site of engagement* é um conceito desenvolvido na Análise de Discurso Mediado (MDA) (SCOLLON, 1998) como uma proposta para se investigar a relação entre ações mediadas (todo discurso é mediado) e sujeitos e como essa participa da constituição de seus mundos sociais. Nessa perspectiva teórica, todo elemento do ambiente (objetos, línguas, corpo etc.) é compreendido como mediador ou instrumento cultural quando empregado para ação discursiva. Uma ação mediada, nesses termos, não seria uma sequência de atos, mas, na verdade, a intersecção entre múltiplas práticas sociais em um único momento da história identificadas pelos participantes como uma ação social. Assim, para investigar essa complexa relação, o conceito de *site of engagement* é evocado.

Para a MDA, a rede de engajamento integra os atores sociais, os instrumentos

⁵³ Essa é minha tradução do termo em língua inglesa. Devido à incipiente produção nacional, considerei adequado oferecer uma tradução que pudesse, ao mesmo tempo, fazer jus aos objetivos traçados nesta tese e englobar as premissas da análise de discurso mediado.

culturais/mediadores e o ambiente em que as ações sociais se desenvolvem, assim como os diferentes discursos que orientam os sujeitos em suas práticas. Para Scollon (1997), é nesse espaço que ações concretas são possíveis através da intersecção de práticas e discursos; é nele também onde a percepção de tempo e espaço que os atores sociais trazem para a interação se faz importante para a negociação de sentido.

Para Jones (2005), é a partir de nossas ações que mobilizamos relações espaço-temporais que nos permitem compreender ações futuras e nos embasarmos em histórias passadas. Para esse autor ainda, “[...] tempo e espaço nunca são ‘neutros’, mas, ao invés disso, refletem ideologias enraizadas nas ações e nas práticas [...]”. (JONES, 2005, p. 143). A partir dessa ótica, o FB seria compreendido, então, como uma combinação de orientações (inter)subjetivas sobre tempo e espaço associadas a práticas sociais e identidades específicas. É na relação dessas diferentes orientações e percepções espaço-temporais que o conceito de *site of engagement* se torna mais produtivo do que perspectivas mais fixas e fechadas, uma vez que nos leva a imaginar tempo e espaço como emergentes da própria ação de linguagem. Com isso em mente, percebo que ao contrário de dizer que as práticas de linguagem se desenvolvem **em** redes de engajamento (ou **no** próprio FB) seria mais apropriado considerar que as ações ocorrem **como** redes de engajamento, ou, retomando as palavras de Barton e Lee (2015), como **espaços para a linguagem**.

Os autores e as perspectivas aqui trazidos contribuem significativamente para a compreensão da **dimensão mediadora**, uma vez que nos fazem perceber que sua caracterização como um espaço de engajamento e a sua organização cronotópica nunca são dadas, mas emergentes e construídas na ação social. Sendo assim, é essa noção de emergência e de espaço-tempo negociado que nos permite relacionar os estudos cronotópicos, arquitetônicos e de engajamento à perspectiva do FB como **espaço translíngue**.

5.2.5 O Facebook como um espaço potencialmente translíngue

Segundo Li Wei (2011), *translanguaging space* é um espaço criado por e para as práticas translíngues, onde os sujeitos desafiam normas linguísticas, enquanto criam outras mais adequadas aos seus propósitos sociais. Esse espaço permite a integração de diferentes práticas que antes eram atreladas a línguas e espaços diferentes em um novo

todo (GARCÍA; LI WEI, 2014). O espaço translíngue, como defendido por Li Wei (2011), é bastante relevante para os estudos sobre práticas de sujeitos bi/multilíngues, uma vez que engloba a capacidade que eles têm de não apenas construírem sentido a partir de múltiplos recursos, mas de transformarem suas próprias vidas.

Para Li Wei (2011, p. 1223), o **espaço translíngue**: “[...] não é um espaço onde diferentes identidades, valores e práticas simplesmente coexistem, mas que se combinam para gerar novas identidades, valores e práticas [...]”. Conforme seu posicionamento, Li Wei entende que o **espaço translíngue** carrega um sentido indexical especial para os indivíduos, pois a criação dele significa também a criação de regras de interação e de interpretação; logo,

[...] o espaço que esses indivíduos criam para si está localizado em um espaço social mais amplo e interage com outros espaços criados e ocupados por outros indivíduos. Os recursos que os indivíduos usam para criar seu próprio espaço incluem não apenas sua capacidade cognitiva, mas também as experiências e histórias pessoais, atitudes, valores e ideologias que adquiriram a partir de interações com os outros dentro de condições sócio-históricas específicas [...]. (LI WEI, 2011, p. 1223).

Dessa forma, o espaço translíngue também possui uma dimensão cultural, isto é, é um espaço vivido, negociado em múltiplas práticas sociais.

Diante do exposto, percebo que Li Wei (2011) vislumbra o **espaço translíngue** em termos cronotópicos, isto é, um espaço-tempo social negociado por sujeitos que integra diferentes dimensões de suas histórias pessoais e experiências; suas atitudes, crenças e ideologias; sua capacidade cognitiva e física em um único e significativo espaço, capaz de gerar e combinar novos valores, práticas e posicionamentos axiológicos (LI WEI, 2011; 2018). Adicionalmente, conforme Rocha (2019, p. 23), embasada em Mazak (2017), “[...] espaços ou ambientes translíngues evidenciam o engajamento estratégico desses falantes por meio de seus repertórios, o que, por sua vez, requer também o reconhecimento das consequências identitárias dessas performances [...]”. Nessa perspectiva, o **espaço translíngue** é tanto um espaço para a ação identitária, assim como um espaço criado a partir dela. .

O espaço translíngue de Li Wei (2011) retoma, sobremaneira, a proposta de **terceiroespaço** (*Thirdspace*) de Edward Soja (1996), que o define como um espaço de abertura, de troca crítica onde fronteiras geográficas podem ser expandidas para englobar

uma multiplicidade de perspectivas antes consideradas incompatíveis. Nesse **terceiroespaço**, novos conhecimentos e posicionamentos podem ser construídos, do mesmo modo em que nos espaços translíngues são desenvolvidas outras formas de criatividade e poder.

Ao trazer o poder como elemento gerado pelos espaços translíngues, Li Wei (2018) se alinha à proposta de **espaço translocal** de Canagarajah (2013a). Para esse autor, tal espaço é transnacional, supralocal e cosmopolita, onde as normas linguísticas são multilíngues e plurais. Canagarajah acrescenta ainda que o sentido de translocal é o de ir além de normas locais e indexicais e acomodar as normas de diversos espaços-tempos. Para o autor cingalês, portanto, o espaço translocal, assim como o **terceiroespaço** e o **espaço translíngue**, é o que os sujeitos fazem dele em suas práticas discursivas, e se constituem na **diferença colonial**, já mencionada anteriormente.

Retomando as perspectivas já discutidas, é possível reunir argumentos suficientes para sugerir que o FB, em sua **dimensão mediadora**, é um espaço negociado, modelado e modelador de práticas ideológicas construídas em outros espaços-tempos. Nessa lógica, a **dimensão mediadora** das práticas translíngues deve ser compreendida como um elo entre diferentes **cronotopos** e entre diferentes possibilidades de ação. Essa dimensão ilustra a defesa de Barton e Lee (2015), por se valer da noção de que são os sujeitos que criam espaços-tempos outros, de onde advêm novas possibilidades identitárias. Com isso, ela nos oferece caminhos para entender que o *site* de rede social FB por si só não se configura como um espaço translíngue/translocal, por ser dependente tanto das estratégias que os sujeitos lançam mão para atender os seus propósitos sociais, como da “vontade” para a criação conjunta de tal espaço; logo, é coerente afirmar que o FB é um espaço **potencialmente** translíngue.

Portanto, a **dimensão mediadora** traz em seu bojo o entendimento de FB como um espaço potencial de linguagem e para a linguagem; nunca neutro ou democrático, ao contrário disso, uma rede onde normas e relações de poder são contestadas. Em termos bakhtinianos, a **dimensão mediadora** das práticas translíngues coloca em evidência como a linguagem é sempre um campo/espaço/rede de luta social, histórica e ideologicamente orientado.

Neste capítulo, discuti e apresentei as bases epistemológicas das dimensões espaço-temporais e mediadoras das práticas translíngues. Conceber o trabalho identitário

no FB como organizado e moldado por configurações espaço-temporais específicas me permitirá conduzir minhas análises para a compreensão de como os complexos processos sociais e discursivos envolvidos nessa ação se relacionam com histórias e valorações negociadas em outros **cronotopos**. Além disso, abrirá caminhos para investigar os modos através dos quais os sujeitos, orientados por uma profusão de práticas e discursos, negociam espaços na e pela linguagem.

No capítulo que segue, articularei as opções teóricas discutidas até aqui, a partir da minha proposta de se investigar as práticas translíngues a partir de perspectivas teórico-analíticas da pós/decolonialidade (**dimensão decolonial**), dos conceitos de **cronotopo**, **escala** e **espaço translíngue (dimensão espaço-temporal)** e das *affordances* e virtualidades do FB como um espaço para a linguagem (**dimensão mediadora**).

CAPÍTULO 6 – ARTICULAÇÕES DIMENSIONAIS: UMA PROPOSTA ANALÍTICA PARA AS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES

Nauliza wapi nitapenya/ Eu me pergunto: para onde vamos? (Trecho da canção “Nauliza”, BaianaSystem).

Nesta etapa, discutirei as dimensões **decolonial**, **espaço-temporal** e **mediadora**, apresentadas nos Capítulos 4 e 5, buscando articular as propostas teórico-metodológicas neles debatidas. Essa articulação será a base para a análise e discussão dos dados gerados durante o percurso desta pesquisa. Como estabelecido no Capítulo 2, esses dados foram gerados da coleta e subsequente análise de *posts* dos sujeitos participantes, das suas interpretações dos próprios enunciados e a partir de questionários e entrevistas conduzidas na plataforma do *Facebook*, bem como através de troca de *e-mails* e mensagens de texto pelo aplicativo *WhatsApp*.

Como uma maneira de melhor abordar essas dimensões analíticas, lançarei mão das seguintes propostas teórico-metodológicas: posicionamentos identitários (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999), transglossia – perspectiva translinguística, transmodal e transtextual (essa última envolvendo a história pré-textual, as relações contextuais, o sentido subtextual, os ecos intertextuais e a interpretação dos participantes sobre seus enunciados) (DOVCHIN; PENNYCOOK; SULTANA, 2018); estratégias translíngues – *envoicing*, recontextualização, interação e entextualização (CANAGARAJAH, 2013a; 2013b); pistas indexicais – referência e predicação, descritores metapragmáticos, citação, indexicais avaliativos e modalização epistêmica (WORTHAM, 2001); cronotopo (BAKHTIN, 1981; 1993; 2003; BLOMMAERT; DE FINA, 2017) e escala (BLOMMAERT, 2007; 2010; 2015; CARR; LEMPERT, 2016), dentre outros, a fim de se chegar a uma compreensão mais ampla do enunciado translíngue, isto é, da unidade mínima e real de sentido da prática discursiva multilíngue (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, [1929] 2009).

O que se pretende, portanto, é articular essas propostas como uma possibilidade de se analisar as diferentes camadas das práticas de linguagem negociadas no espaço-tempo do *Facebook* sob orientações teórico-metodológicas específicas, as quais elegi como adequadas aos objetivos da tese. Logo, proponho uma alternativa de ponto de partida para a análise e discussão de enunciados translíngues negociados virtualmente.

Além do exposto, sinto a necessidade de pontuar que as dimensões analíticas mobilizadas, quais sejam, a **decolonial**, **espaço-temporal** e **mediadora** devem ser compreendidas como interdependentes, representando e oferecendo ferramentas conceituais adequadas ao tratamento do enunciado translíngue de maneira holística. No entanto, por questões didáticas e na tentativa de melhor orientar o leitor na visualização de como as propostas citadas podem colaborar para o tratamento de cada dimensão, busquei discuti-las separadamente, explicitando, quando possível, as conexões entre elas. Por esse motivo, iniciarei o debate a partir da **dimensão decolonial**, constituída no entrelugar dos impactos da herança colonial nas concepções de língua(gem) e identidade.

6.1 DE QUE LÍNGUAS ESTAMOS FALANDO? – PROBLEMATIZANDO O FIXO E O FLUIDO DAS PRÁTICAS TRANSLÍNGUES

Makoni e Pennycook (2007) nos disseram que os efeitos da invenção colonial das línguas têm orientado não só a maneira como elas são compreendidas e como as políticas linguísticas são construídas, mas também os rótulos com os quais os sujeitos passam a se identificar em termos de língua e identidade. Mignolo (2000), ao citar Derrida (1998), contribui com essa discussão ao nos lembrar que as ideologias nacionalistas foram tão bem-sucedidas na naturalização de **uma língua**, defendendo sua pureza e ligando-a a um território, que os sujeitos não podem evitar terem ‘nascidos’ em uma ou mais línguas e nem “[...] de as terem inscritas em seus corpos”. (MIGNOLO, 2000, p. 229).

Partindo desse contexto, argumento a favor de análises de práticas translíngues que possam dar conta não só da crítica aos valores coloniais impostos às línguas e de sua contextualização dentro de estruturas ideológicas ocidentais, mas também da reflexão sobre performances que se deslocam entre noções fixas e fluidas de língua(gem) e identidade. Acredito, portanto, que um caminho possível para isso seja lançar mão da dimensão que aqui denomino **decolonial**.

Para uma melhor orientação na leitura dessa dimensão analítica, trago no quadro a seguir uma síntese das principais articulações a serem desenvolvidas nesta seção, levando em consideração as atividades translíngues mais recorrentes e os principais conceitos evocados para problematizá-las:

Quadro 8 – Síntese da análise da dimensão decolonial

Dimensão decolonial	
Atividades translíngues analisadas	<p>Posicionar-se com relação às línguas que falam; Resistir a ações que buscam homogeneizar as práticas de linguagem; Reivindicar autenticidade e múltiplo pertencimento cultural; Posicionar-se como sujeitos multilíngues; Performar identidades nacionais; Confrontar visões estereotipadas de raça/etnia.</p>
Principais conceitos mobilizados	<p>Vidas linguagizadas (JASPERS; MADSEN, 2019); Metalinguagem metrolíngue (PENNYCOOK; OTSUJI, 2019); Forças centrípetas e centrífugas (BAKHTIN, 1981); <i>Envoicing</i>, Recontextualização e Entextualização (CANAGARAJAH, 2013a); <i>Crossing</i> (RAMPTON, 1995a; 1995b); Identidade/Pertencimento nacional híbrido (BHABHA, 2007); Identidade multiterritorial (HAESBAERT, 1999; 2007a; 2007b); Identidades lúdicas (FRISSEN et al., 2015); Essencialismo estratégico (SPIVAK, 1985); Posicionalidade estratégica (BUTLER, 1993).</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Para dar início ao processo de análise e discussão dos dados, examinemos a situação a seguir.

Ao serem questionados sobre como se identificam com base nas línguas que sabiam, conheciam ou falavam, os quatro sujeitos participantes desta pesquisa pontuaram:

Iorubá, inglês e um pouco de hauçá. Me considero bi/multilíngue porque falo mais de uma língua. (“O”, questionário, grifos meus).

Filipino (Tagalog), inglês, mandarim, chinês min-nan (fuquiém). Sou multilíngue porque eu falo diversas línguas. (“W”, questionário, grifos meus).

*Inglês e bengali. Eu me considero bilíngue, basicamente, **embora eu conheça outras duas línguas: árabe e hindi. Mas, eu falo inglês e bengali com mais frequência.*** (“D”, questionário, grifos meus).

Inglês, suaíli, luia, um pouco de japonês, quicuío e um pouco de francês. Eu fui exposta a mais de dez línguas. (“E”, questionário, grifos meus).

Ao investigar como esses sujeitos falam e pensam sobre as “línguas”, é possível observar que as definições dadas extrapolam o que conceitos mais “tradicionais” da sociolinguística podem oferecer às noções de “bi/multilíngue”. É exatamente essa a mola propulsora para o que Jaspers e Madsen (2019) vão chamar de **mundos linguagizados**.

Esses autores, avaliando criticamente as opções **trans** de estudos da linguagem, discutem que a grande ênfase na mistura de recursos semióticos pode negligenciar as maneiras através das quais os sujeitos “linguagizam” os seus mundos. Em outras palavras, para esses autores, as línguas como entidades nomeadas e vivas desempenham um papel importante na vida dos sujeitos. Nesses termos, os autores consideram perigosa uma ênfase exagerada na fluidez, uma vez que pode invocar um mundo utópico de incessante flexibilidade (JASPERS; MADSEN, 2019). Para Pennycook e Otsuji (2019, p. 89), complementarmente, é possível que vivamos num mundo de fluidez, mas também de fixidez. Segundo esses autores

[...] [n]ão há apenas limites políticos e econômicos na consideração de que língua e cultura podem fluir, mas há também fortes ligações com identidades fixas. Tais ligações podem, por sua vez, reproduzir categorias e ideologias linguísticas normativas que as pessoas mobilizam quando falam sobre a linguagem.

Com isso em mente, Pennycook e Otsuji (2019) ressaltam que mesmo quando os sujeitos se embasam nas possibilidades criativas oferecidas pela diversidade linguística, as identidades e categorias fixas que eles buscam combater podem ser reforçadas.

Frente a isso, Jaspers e Madsen (2019) nos dizem que devemos considerar que os

termos que as pessoas usam em seu cotidiano podem não se referir, propriamente, aos objetos de estudo inventados pelas ciências linguísticas. Para Pennycook e Otsuji (2019), então, uma opção para se capturar tais “vidas linguagizadas” e possibilitar a discussão de uma ideologia linguística de fixidez atrelada às práticas de linguagem dos multilíngues seria revelar a sua **metalinguagem metrolíngue**.

Nos posicionamentos anteriormente trazidos, ao observar que os sujeitos listam, enumeram e comentam sobre a quantidade e porcentagem de línguas que falam e entendem, somos guiados a levantar a seguinte consideração: no dia a dia de suas práticas de linguagem, os sujeitos usam tanto rótulos comuns para descrevê-las como dão pistas de que as escalas tomadas para si estão abertas à negociação. Assim, quando listam línguas, pessoas e lugares, eles não estão, necessariamente, se embasando em distinções entre as línguas, entre os lugares em que elas são faladas e nem entre as pessoas que as falam, uma vez que “[...] [n]esse espaço metrolíngue metalinguístico, línguas, falantes e lugar estão dinamicamente interrelacionados”. (PENNYCOOK; OTSUJI, 2019, p. 82). Com isso em mente, espaços são abertos para propormos que tais rótulos e práticas sejam compreendidos em termos de fixidez e fluidez, isto é, considerar que qualquer busca de entendimento das práticas de linguagem contemporâneas deve explicar as forças tensionadas entre diversidade e homogeneização, em outros termos, entre descrições mais fixas e fluidas da ação da linguagem.

Para “O”, ser bi/multilíngue diz respeito a falar mais de “uma língua”, embora não tenhamos certeza de que se ter “um pouco de hauçá” em seu repertório semiótico entraria nessa definição. Esse contexto se complexifica quando retomamos a afirmação de “O”, discutida no Capítulo 1, de que o pidgin nigeriano não contaria como língua, uma vez que “ele ainda não foi normatizado”. Já de acordo com “D”, embora conheça árabe e hindi, ele se considera “bilíngue” por falar, com mais frequência, inglês e bengali. Por sua vez, enquanto nomeia os recursos que fala, “E” acrescenta que foi exposta a “mais de dez” línguas. Para “W”, por outro lado, ele se classificaria como multilíngue por falar “diversas línguas”, mas equivale o filipino ao tagalog, quando algumas correntes os definem como variedades linguísticas diferentes (MALABONGA, 2009).

O que se observa é que ao passo que a contagem de línguas seja uma prática comum para se buscar uma classificação de suas práticas, fica difícil sugerir o que, de fato, esses sujeitos estão contando como “línguas”. Ademais, não se pode negar que as

metalinguagens metrolíngues desses sujeitos envolvem concepções de línguas influenciadas por seus repertórios experienciais. Vejamos alguns exemplos.

Embora se considere bilíngue por falar inglês e iorubá, “O” eleva essa última ao *status* de “língua materna”, já que segundo ele: “Todos à minha volta falam iorubá”. Ademais, o sujeito pontua que

*Eu prefiro iorubá. Eu **penso em iorubá**. Então, é fácil falar a língua com a qual eu penso. Eu gosto de todas as línguas que eu falo. Mas, às vezes, eu sinto que o inglês pode não capturar o peso do que eu estou tentando dizer. Eu me encontro rezando em iorubá, por exemplo, porque há certas palavras em iorubá que são **boas demais para serem substituídas pelo inglês**. (Questionário, grifos meus).*

Nesse trecho, percebemos que a “hierarquização” linguística e o *status* conferido a cada língua são guiadas pelas experiências que os sujeitos desenvolveram com esses recursos ao longo de suas trajetórias de vida.

Para “O”, embora tenha afirmado em um dos questionários que: “Eu tenho uma competência nativa em inglês”, já que “Eu falo a língua toda a minha vida, desde os três anos de idade”, o “peso” (retomando as suas próprias palavras) social e individual das línguas em seu repertório é o que orienta a sua relação com tais recursos. O iorubá assume lugar de destaque porque é a língua “com a qual eu penso”, aludindo à concepção de língua(gem) como expressão do pensamento (GERALDI, 2011). Nessa concepção, infere-se que o pensamento seja produzido logicamente no âmbito psíquico do indivíduo, responsável pela sua capacidade de organizar as ideias, o que exclui os fatores extralinguísticos do processo de enunciação. Assim, conforme Travaglia (2009), nessa concepção de língua(gem), presume-se que há regras a serem seguidas para essa organização lógica do pensamento, e, conseqüentemente, da linguagem, sendo elas parâmetros para o que pode vir a ser considerado “certo” ou “errado”. Para esse sujeito ainda, em certas práticas (como reza), o iorubá apresenta palavras “boas demais para serem substituídas pelo inglês”, sugerindo a possibilidade de uma língua “substituir” outras, dependendo do contexto enunciativo.

Em contrapartida, enquanto “O” nos apresenta sua visão de “língua materna” ligada, possivelmente, ao espaço em que se relaciona (Todos à minha volta falam iorubá), o mesmo não pode ser dito sobre “W”. Para esse sujeito, sua relação com as línguas e suas definições de multilinguismo são marcadas por outras vivências:

*Minha língua materna **teria que ser** o chinês min-nan, mas eu não sei ler ou escrever em chinês min-nan porque eu fui educado em mandarim. Eu também não sei me expressar em chinês min-nan porque eu não tenho muita prática aqui nas Filipinas. Eu posso entender mais do que falar. (Questionário, grifos meus).*

Além de associar o fato de saber uma língua ao processo de escolarização (que parece ser um elemento importante para determinar o *status* das línguas em seu repertório), “W” aponta também o lugar que cada recurso linguístico ocupa nas suas relações sociais, ressaltando como suas práticas de linguagem não só são dependentes de relações cronotópicas mais amplas, como também hierarquicamente estratificadas. Ao falar de seu meio familiar, o sujeito destaca que:

Nós falamos em filipino, inglês, chinês min-nan e mandarim. Meu pai fala comigo em chinês min-nan, mandarim, inglês e filipino. Minha mãe fala comigo em chinês min-nan e filipino. Minha irmã fala comigo em filipino. Parentes por parte de pai falam comigo em chinês min-nan e filipino, já com parentes por parte de minha mãe eu falo em filipino e bikol (uma outra língua filipina). (Questionário).

Com esse depoimento, “W” nos leva a (re)pensar o que, tradicionalmente, conhecemos como “língua materna” e ilustra como a negociação de sentido de sujeitos que transitam entre diferentes recursos semióticos não depende de normas compartilhadas, uma vez que cada um deles é mobilizado em espaço-tempos específicos que evocam relações interpessoais também específicas.

Sobre isso, enquanto “O” reivindica o iorubá como a sua língua, reforçando a ideia de fixidez nas concepções mais tradicionais do conceito, “W” nos mostra uma outra relação. A pista linguística “teria que ser” nos sugere que embora seja comum relacionar língua materna a um grupo específico de falantes situados em um determinado espaço em que uma língua tenha o *status* de materna, essa definição não dá conta de explicar a relação que ele desenvolveu com esses recursos linguísticos. Dito de outra forma, embora se atribua ao chinês min-nan o *status* de língua materna, ela não era falada, de fato, por “W”, no seu dia a dia. Esse trecho retoma ainda o que foi discutido no capítulo anterior quando mencionei que as políticas multilíngues nas Filipinas, ainda fortemente embasadas na promoção das línguas maternas, não acompanham as práticas de linguagem de grande parte de sua população.

Ao refletir sobre a construção de seu repertório experiencial, “W” indica a sua

frustração por não poder se expressar em chinês min-nan, possivelmente, como consequência de políticas linguísticas que apagam as línguas “minoritárias” de debates educacionais de seu país. Sobre isso, o sujeito declara que:

Eu considero o chinês min-nan como minha língua materna, mas, infelizmente, eu não sei ler ou escrever porque não há uma educação formal que promova essa língua. Eu acho que isso acontece também na China, já que o mandarim é promovido como a língua nacional [...]. Aqui nas Filipinas, as escolas chinesas apenas oferecem mandarim. Entretanto, até mesmo quando o mandarim é incentivado durante as aulas, o chinês min-nan é usado para explicar ou aprofundar algum assunto. Eu não acho que o chinês min-nan seja valorizado na educação filipina porque a China também não o valoriza. (Questionário).

Com esses enunciados, “W” sugere que o seu repertório experiencial seja marcado não apenas pelos recursos que tem ou sabe empregar, mas também pelos recursos que ele não tem e que se tornam visíveis em uma determinada situação comunicativa como uma lacuna: “Eu considero o chinês min-nan como minha língua materna, mas, infelizmente, eu não sei ler ou escrever [...]”, ou como um desejo, indicado em: “[...] porque não há uma educação formal que promova essa língua [...]” e ainda quando diz que “[...] Eu não acho que o chinês min-nan seja valorizado na educação filipina porque a China também não o valoriza”. Nesse sentido, como pontua Busch (2015), os repertórios refletem a coexistência sincrônica de diferentes espaços sociais nos quais os sujeitos participam, ao passo que apontam, diacronicamente, não apenas para o passado da biografia dos recursos semióticos, que deixaram traços e cicatrizes nos sujeitos, mas também para frente, antecipando e projetando situações e eventos que eles estão se preparando para enfrentar.

Além do exposto, é possível perceber nesse último enunciado que enquanto deixa sugerida a forte influência chinesa em assuntos políticos e educacionais nas Filipinas, “W” nos convida a pensar que, embora exista um forte apelo ao uso do mandarim em escolas chinesa, reforçando uma ideologia alicerçada no paradigma monolíngue, as práticas translíngues de seus professores e alunos vão de encontro às políticas linguísticas locais e nacionais, uma vez que “[...] mesmo quando o mandarim é incentivado durante as aulas, o chinês min-nan é usado para explicar ou aprofundar algum assunto”. Esse posicionamento abre possibilidades de pensarmos que os sujeitos, em suas práticas locais, resistem a forças que buscam homogeneizar o ensino de línguas, em detrimento de suas

práticas reais de linguagem. Isso se relaciona à já mencionada tensão que existe entre as **forças centrípetas** e **centrífugas** (BAKHTIN, 1981), ou como pontuei anteriormente, entre descrições fixas e fluidas do uso da linguagem.

A partir de sua orientação heteroglóssica de linguagem, Bakhtin nos permite compreender que as práticas translíngues (ou enunciados translíngues) não possuem sentidos fixos, mas sim sentidos possíveis de acordo com a cultura, história e ideologia dos sujeitos que as negociam. Nessa lógica, a comunicação não pressupõe o compartilhamento de sentido; ao invés disso, ela reside nas tentativas dos sujeitos de negociarem seus próprios sentidos em relação a outros. Nessa inevitável diferença de duas ou mais perspectivas que constroem os enunciados, Bakhtin identifica uma tensão entre as **forças centrípetas** que se movem em direção à uniformidade, e a um sentido compartilhado e comum; e as **forças centrífugas** que se movem rumo à diversidade do discurso, cujos sentidos são construídos em situações particulares.

Nesse sentido, de forma despretensiosa, relaciono os conceitos de fixidez ao de **forças centrípetas**, e o de fluidez ao de **força centrífuga**, para caracterizar as tensões entre as políticas embasadas no monolinguajar impostas ao ensino de línguas, como mencionado por “W”, e a abertura para as práticas heteroglóssicas/translíngues que abraçam a diversidade das língua(gens) em sala de aula e que não pressupõem compartilhamento de repertórios para que haja negociação, como é o caso de sua relação familiar.

Retomo as experiências de “W” com as línguas e como essas impactam as suas performances identitárias para acrescentar que quando esse sujeito rememora os seus tempos de escola e práticas universitárias, ele oferece pistas da formação de seu repertório linguístico a partir do valor que atribui aos recursos que representam cada etapa de sua educação:

Eu fui matriculado em uma escola chinesa durante a minha educação básica. Isso significa que eu tive aulas regulares ministradas em inglês, em alguma língua filipina e aulas regulares conduzidas em mandarim [...]. Na universidade, tanto na graduação como no mestrado, as aulas são regularmente ministradas em inglês, com exceção das aulas de filipino e línguas estrangeiras (espanhol, bahasa indonésio, mandarim) [...]. Eu lembro de ter que memorizar mandarim, espanhol ou palavras indonésias, mas não necessariamente para ser capaz de conversar como um falante nativo. (Questionário).

Conquanto tenha dito que toda a sua educação básica foi em mandarim, “W” não se considera um falante nativo dessa língua e a coloca no mesmo nível hierárquico que o espanhol e indonésio “mas não necessariamente para ser capaz de conversar como um falante nativo”. O inglês também acompanhou toda a sua trajetória formativa, desde a educação básica até o ensino superior, e talvez seja por essa razão que no primeiro questionário sociolinguístico enviado, “W” tenha afirmado que o inglês era a língua que ele melhor falava:

Eu uso o inglês diariamente com colegas de trabalho, alunos e amigos. Eu penso que eu seja um falante proficiente. Eu sou muito seguro do meu inglês. (Questionário).

A mesma postura foi percebida nos depoimentos dos demais sujeitos da pesquisa que, embora não sejam “tradicionalmente” categorizados como falantes “nativos” da língua inglesa (se formos considerar a classificação dos círculos concêntricos de Kachru (1985)), se posicionam como tal, como mostro, na sequência:

O inglês não é estranho para mim. Eu tenho falado a língua quase que toda a minha vida, desde os três anos de idade. Eu tenho uma competência nativa em inglês. (“O”, questionário).

Eu me sinto tão seguro falando inglês porque eu falo melhor do que muitos nativos escolarizados. Minha esposa americana me certificou como melhor no inglês do que maioria dos americanos. Eu considero o inglês como a minha língua. (“D”, questionário).

Eu sou praticamente uma falante nativa de inglês, já que comecei a aprender a língua com cinco anos. Eu consigo transitar muito bem na língua, seja formal, informal ou idiomáticamente. (“E”, entrevista via Facebook).

É possível fazer, no mínimo, duas considerações face a tais depoimentos: primeira – por mais que não tenham nascido ou sido educados em países aos quais é atribuída a “posse” da língua (o *inner circle* de Kachru), os sujeitos evocam escalas alternativas para se posicionarem como falantes autênticos e competentes, com um deles até se posicionando como “melhor no inglês do que maioria dos americanos”; segunda – não fica tão claro em quais bases (ou ideologias) os sujeitos se orientam para afirmarem ser “praticamente falantes nativos” ou terem “uma competência nativa” em inglês, o que nos traz desafios na investigação do que vem a ser língua nativa e proficiência para eles.

Quanto à primeira consideração, me alinho a Canagarajah (2006) quando afirmou que já estava mais do que na hora de ressignificarmos o *status* periférico atribuído aos países que não faziam parte do *inner circle* do modelo de Kachru (1985), uma vez que eles são centrais na caracterização e circulação da língua inglesa na contemporaneidade. Para Canagarajah (2006) ainda, essa atenção maior a tais práticas e realidades multilíngues pelas quais o que conhecemos como “inglês” circula demanda uma reconceitualização da relação entre as diversas variedades da língua. Em tom de provocação, esse autor argumenta:

[...] [i]sso não é para anunciar a morte do falante nativo e nos conduzir na dominação da periferia na teorização sobre o inglês. Temos que, pelo menos, nos aproximar da posição de que o inglês é uma língua heterogênea com múltiplas normas e gramáticas diversas [...]. (CANAGARAJAH, 2006, p. 232).

Além disso, a reivindicação do inglês como “a minha língua” por parte de sujeitos do chamado *outter circle* tem sido estudada em termos de “autenticidade” (PENNYCOOK; 2007; DOVCHIN, 2020a), na tentativa de ressaltar como os sujeitos reconfiguram e negociam visões de língua e ideologias a partir da legitimação de suas práticas de linguagem em contextos de superdiversidade. Segundo Dovchin (2020a, p. 7): “[...] [a] questão de saber o que é inglês autêntico é um processo social complexo e multifacetado, que deve ser entendido como [...], geralmente, produzido, localmente [...]”. Nessa linha de raciocínio, reivindicar autenticidade de suas práticas de linguagem em que o inglês pode se fazer presente é uma das maneiras de os sujeitos desenvolverem seus próprios posicionamentos metalinguísticos sobre o que significa falar e saber bem uma língua. Tais posicionamentos podem se alinhar mais a ideologias que exaltam uma proficiência nativa (como parece ser o caso de “D”) ou ainda podem englobar práticas translíngues em que autenticidade se refere à inclusão de múltiplas vozes e recursos semióticos para a construção de sentido.

No que concerne à segunda consideração, me alinho a Pennycook e Makoni (2020) para problematizar outro ponto que é a percepção de que mesmo que a realidade multilíngue tenha forçado novas teorizações sobre a língua inglesa, demandando a adoção de outras normas e pontos de partida para a análise, as concepções de língua(gem) dos sujeitos podem abrir espaços para considerarmos que elas “[...] têm se embasado,

firmemente, em epistemologias do Norte [...]”. (PENNYCOOK; MAKONI, 2020, p. 10). Isso fica sugerido, principalmente, no depoimento de “D”, que ao se vangloriar de sua proficiência na língua, perde de vista que essa teve como quadro de referência uma falante nativa norte-americana. Observem que o seu posicionamento como falante competente foi atribuído por um sujeito que, supostamente, teria o poder de determinar que o inglês de alguém poderia ser superior ao de outras pessoas. Esse posicionamento identitário de primeira ordem (a esposa atribui tal posição ao marido) é performativo, no sentido de levar “D” a acreditar na consideração da esposa: “minha esposa americana me certificou como melhor”, o que faz com que ele afirme que sente o inglês “como a minha língua”.

A partir dessa observação, chamo atenção para a possibilidade de considerarmos que ser ou estar multilíngue seja, em si, um ato performativo (BUTLER; 1993; PENNYCOOK, 2004), isto é, os sujeitos, ao se posicionarem como tais, criam suas próprias noções do que vem a ser multilíngue. Em outros termos, e agora parafraseando Butler (1990), penso que ser multilíngue é sempre um fazer, embora não um fazer de um sujeito que possa dizer que exista antes da ação de linguagem. Nesse sentido, os posicionamentos dos sujeitos nos conduzem a imaginar as práticas translíngues como performativas; como muito mais uma maneira de os sujeitos performarem atos de identidade em uma série contínua de performances culturais e sociais do que a expressão de uma identidade anterior (PENNYCOOK, 2004).

Nesse contexto, o que fica sugerido é que os sujeitos usam rótulos, contam (duas; mais de dez) e quantificam as línguas (um pouco de; diversas), mas também desafiam tais rótulos e o próprio ato de quantificá-los. Sobre este ponto, ecoo as palavras de Pennycook e Otsuji (2019, p. 81-82) quando argumentam que:

[...] [L]ínguas são nomeáveis, quantificáveis e contáveis, mas não de maneira tão fixa quanto elas podem parecer. Essas são as vidas linguagizadas onde o que se toma como língua não é nem tão fixo, como a velha sociolinguística tende a sugerir, e nem tão fluida, como a nova sociolinguística propõe. Esse é um mundo ‘linguagizado’ em que fixidez e fluidez são ambos compatíveis e negociáveis [...].

Frente ao exposto, concordo que assim como as ideologias linguísticas do “multilinguismo numerável” persistem tanto em domínios populares como linguísticos, as visões sobre as “vidas linguagizadas” dos sujeitos desta pesquisa também estão relacionadas a **metalinguagens metrolíngues** outras. Exemplo disso está na avaliação

que esses sujeitos fazem de suas próprias práticas em que recursos linguísticos são combinados; o que discuto na sequência.

Quando perguntados sobre as razões de hibridizarem seus textos com recursos semióticos diversos, os sujeitos pontuaram que:

Não faço isso quando estou nos Estados Unidos. Posso fazer na Nigéria. Depende muito do contexto. Minha posição é a de que a habilidade de misturar códigos seja um sinal de inteligência. Isso pode ajudar, particularmente, quando há certas palavras que você queira usar, mas elas não estão disponíveis na língua que você está falando. (“O”, questionário).

Eu misturo quando ensino em bengali para que os alunos se conectem a mim e me considerem como um deles. Eu não acho que misturar seja ruim. É muito útil. Às vezes, no ensino de uma língua, a palavra mais apropriada não vem, mas uma simples palavra nativa pode definir a situação. É uma vantagem clara tanto para o aluno como para o professor, na compreensão da situação ou da lição. (“D”, questionário).

Eu não acho que seja alguma interrupção porque as Filipinas são um país multilíngue. Nós temos que usar diferentes línguas para que a comunicação seja compreensível. (“W”, questionário).

Nesses três depoimentos, os sujeitos retomam o que venho discutindo sobre o fato de a translíngua ter sido compreendida de diferentes maneiras a partir de uma gama de perspectivas. Ademais, o que se indica é que não só tal prática é bem-vinda para a comunicação, mas também que ela depende muito das relações cronotópicas que os sujeitos desenvolveram. Para “O”, “misturar os códigos” está reservado mais ao contexto nigeriano do que ao estadunidense. Para “D”, a prática é útil na condução das aulas de línguas estrangeiras, em que uma “simples palavra nativa pode definir a situação”, já para “W”, é uma prática comum num país multilíngue como as Filipinas.

Além de considerar as “vantagens” de se hibridizar recursos como uma estratégia “útil” na e para a comunicação, esses depoimentos nos conduzem a algumas considerações importantes. A primeira delas diz respeito ao que os próprios sujeitos entendem como “códigos”. Será tal concepção tributária dos estudos iniciais sobre *codeswitching*, aqui já debatidos? Ou será que esses “códigos” se relacionam a noções de línguas mais flexíveis no sentido de abarcar as orientações que se propõem translíngues? A segunda consideração a ser feita (e essa me é muito cara) diz respeito à possibilidade

de haver um confronto de concepções sobre o que vem a ou pode ser prática translíngue. Explico melhor: o que tenho considerado como prática translíngue pode ou não estar em consonância com a ideia de “mistura” que esses sujeitos apresentaram, o que me leva a pensar que nem sempre o que é “fixo” ou “fluido” nas práticas de linguagem esteja, necessariamente, relacionado a uma concepção mais conhecida de fixidez ou fluidez. Tal cenário me força retomar Jaspers e Madsen (2019), anteriormente citados, quando dizem que devemos ser levados a considerar que os termos que as pessoas usam em seu cotidiano podem não se referir, propriamente, aos objetos de estudo inventados pelas ciências linguísticas.

O que quero dizer com isso é que, ao assumirmos uma **dimensão decolonial** das práticas translíngues, devemos estar abertos à possibilidade de as ferramentas conceituais mobilizadas não estarem em consonância com as práticas “reais” nas quais os sujeitos se envolvem. Tal questão se assemelha ao desafio de tentar escrever de forma decolonial quando optamos por perspectivas ou discursos ainda alicerçados numa perspectiva de língua muito distante das realidades dos sujeitos multilíngues, isso porque, como desabafa Muniz (2017, p. 777): “[...] eu penso (e existo?) na língua do colonizador [...]”.

Isso ficou sugerido em alguns momentos das entrevistas conduzidas com os sujeitos participantes quando, ao serem solicitados a fazer uma demarcação das línguas que estavam sendo “misturadas” em seus *posts*⁵⁴, eles apresentavam respostas que não acompanhavam a minha expectativa como pesquisador. Em uma das notas de campo eu reflito:

Tem sido frequente, durante as entrevistas, os sujeitos apontarem “línguas” diferentes quando eu as considerava como a mesma língua. O contrário também foi observado: o sujeito “O” afirmou estar usando inglês em um dos seus textos, o que contradiz a minha expectativa, já que era perceptível, em meus termos, a combinação com o que eu acreditava ser iorubá. (Notas de campo, 5 de julho de 2019).

Esse cenário nos apresenta a consideração de que mesmo as categorias linguísticas sendo reconhecidas como historicamente condicionadas e construídas em bases ideológicas coloniais, isso não deve significar que elas tenham perdido o seu impacto, quer seja nas vidas dos sujeitos multilíngues, quer seja (ou principalmente, neste caso) no

⁵⁴ Como já deve ter sido possível perceber, compreendo translinguagem para além da noção de “mistura de códigos”, no entanto, estou fazendo esse recorte por ele ter emergido dos dados gerados.

olhar dos próprios pesquisadores. Portanto, me embaso em Busch (2012) para argumentar a favor de uma translanguagem como uma prática que combina elementos que fazem referências a diferentes categorizações linguísticas e sociais ou a estereótipos nacionais (as chamadas línguas e identidades nomeadas). Nesses termos, é válido ressaltar que “[...] em oposição às práticas translíngues estão as práticas institucionais que têm como objetivo a ‘monolinguação’ e homogeneização e determinar inclusões e exclusões [...]”. (BUSCH, 2012, p. 5, grifos meus).

Acrescento a esse posicionamento de Busch (2012) a observação de que exercer, cotidianamente, posturas potencialmente translíngues, envolve também um deslocamento no próprio olhar do pesquisador sobre os seus “objetos” de estudo. Isso sugere a mesma postura proposta por Ndhlovu (2021), de nos desligarmos (*delink*) das lógicas imperiais de se fazer pesquisa. Nesse sentido, o linguista sul-africano argumenta ainda que “[...] [p]recisamos de uma linguagem que explore espaços e modos de ser que não existam nos espaços dos paradigmas euro-modernos atuais, mas que existam na maioria das outras comunidades ao redor do mundo [...]”. (NDHLOVU, 2021, p. 193). Para esse autor, essa linguagem deve permitir uma reconstituição epistêmica do discurso e da prática de pesquisa.

Nas linhas de Ndhlovu (2021), portanto, é possível considerar que para além de assumir que as práticas translíngues desses sujeitos envolvem, ao mesmo tempo, concepções fixas e fluidas de linguagem e identidade, podemos imaginar que tais concepções podem não dialogar nem com propostas mais “tradicionais” e nem “contemporâneas” de se fazer pesquisa (socio)linguística. Com isso, os sujeitos que translinguam podem lançar mão de rótulos mais estáticos de línguas para descreverem suas práticas, mas isso não descarta a possibilidade de tais rótulos também estarem abertos à contestação. Nesta tese, a perspectiva da translanguagem assumida, desde uma **dimensão decolonial**, busca ser um caminho para considerar tanto o fluido como o fixo, bem como as reflexões que decorrem de tais ideologias (metrolíngues).

Meu argumento, portanto, é de que precisamos problematizar as práticas de linguagem a partir de um arcabouço de uma (outra) translanguagem, especialmente se estamos interessados em incluir a perspectiva local dos sujeitos que parecem incorporar em suas próprias práticas comunicativas tanto o fixo quanto o fluido.

Para ilustrar e complexificar ainda mais o cenário ora discutido, trarei algumas

das unidades de análise materializadas nos *posts* selecionados para esta pesquisa. A partir delas, será possível problematizar de que maneira o fixo e o fluido das práticas translíngues convergem gerando sentidos diferentes para as categorias de língua e identidade.

6.1.1 “A luia em mim...”: noções de pertencimento e autenticidade entre o fixo e o fluido das práticas translíngues

Ao passo que a translíngua apresenta possibilidades de problematizarmos, em outras bases, as práticas híbridas de linguagem, ela pode se esbarrar em categorias identitárias, tais como as de etnia e nacionalidade, que julgamos serem herdadas do pensamento moderno. Para os sujeitos dos *posts* a seguir, isso pode significar que enquanto eles se engajam em práticas fluidas numa imbricação entre o que nomeamos como inglês, suaíli, bengali e filipino, eles podem também mobilizar noções mais estáticas de identidade. Vejamos o caso de “E”.

Quadro 9 – “A luia em mim”

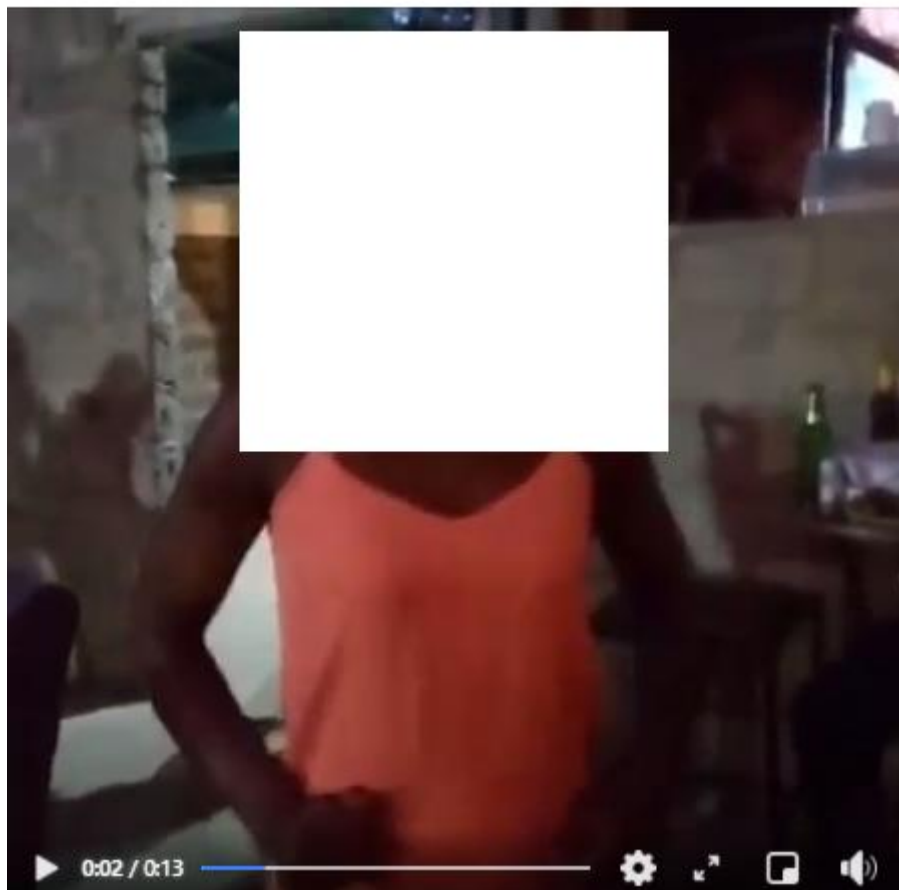
TEXTO DO FACEBOOK⁵⁵

⁵⁵ As imagens foram editadas para preservar a anonimidade dos sujeitos.

6 de março · 🧑

...

The luhya in me 😊😊

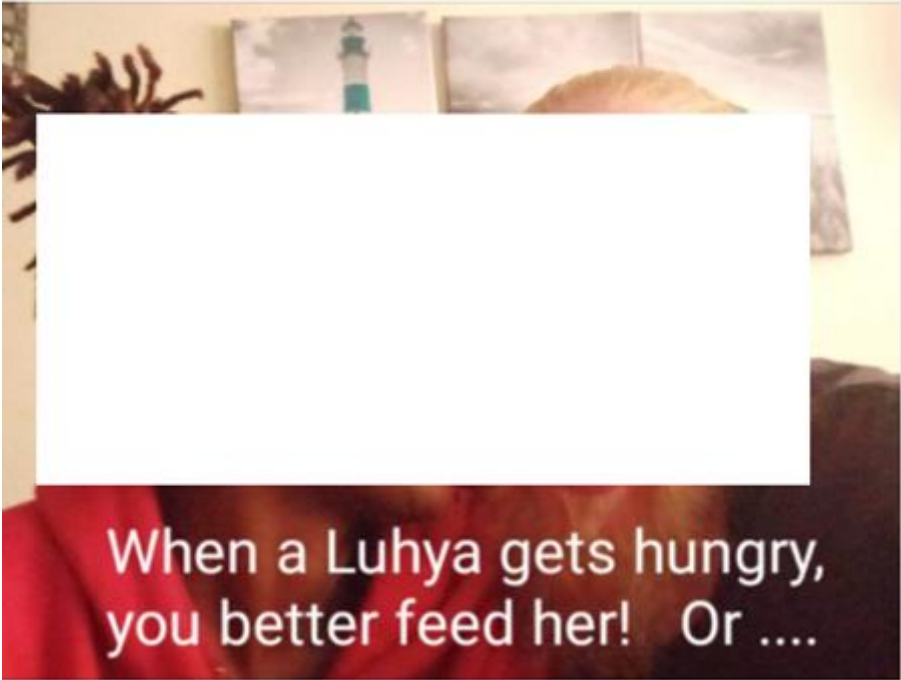


TRADUÇÃO

“E”: A lua em mim

Fonte: elaborado pelo autor.

Quadro 10 – Uma luia com fome

TEXTO DO FACEBOOK

TRADUÇÃO
“E”: Quando uma luia fica com fome, é melhor você alimentá-la! Ou...

Fonte: elaborado pelo autor.

Como já apresentado, “E” é uma mulher de trinta e quatro anos, nascida no Quênia. Os enunciados translíngues em sua página do FB envolvem a combinação de onomatopeias *online*, *emojis/emoticons*, memes e a mistura de recursos de línguas que, tradicionalmente, conhecemos como inglês e suaíli. Porém, recursos de outras línguas

também podem ser vistos com menor incidência, a partir de enunciados em japonês e luia.

Os *posts* aqui trazidos parecem ilustrar um caso de **identidade assumida**, nos termos de Pavlenko e Blackledge (2004), em que é possível observar “E” e o seu marido performarem identidades não contestadas. Nesses *posts*, ambos reiteram práticas em que a ideia de pertencimento ao grupo étnico “luia” parece ser tomada como certa e nada problemática. No primeiro *post*, é compartilhado um pequeno vídeo em que “E” faz movimentos de dança enquanto equilibra uma garrafa de vidro na cabeça, numa performance predicada como “A luia em mim”, para fazer relação a como uma de suas identidades a permitem agir ou celebrar práticas específicas desse grupo. No segundo *post*, ao atribuir a identidade de luia a sua esposa (“Quando uma luia fica com fome...”), o seu marido brinca com o fato de que tal identidade se sobressaia quando “E” tem a necessidade de se alimentar.

Nesses dois casos, ser luia (o que, conseqüentemente, indexa pertencimento a uma etnicidade queniana) para ser assumido como parte incontestável da existência de “E”, isto é, é entendido como algo natural e óbvio. Aqui, não se vislumbra espaço para problematizações sobre a possível herança colonial na invenção de diferentes grupos africanos, reduzidos a termos étnicos e geográficos (RANGER, 1983). É indicada, portanto, uma celebração e/ou inscrição de/em uma identidade já dada.

Levando ainda mais adiante a percepção de que a invenção das identidades (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) tem efeitos reais/materiais nos sujeitos e na performance de autenticidade, trago também *posts* do sujeito “W”:

Quadro 11 – “Pray for Hong Kong”

TEXTO DO FACEBOOK



香港已经让世界看清中共是对民主的威胁。

See Translation



🙄👍 180

6 Comments

TRADUÇÃO

“W”: Hong Kong mostrou claramente ao mundo que o Partido Comunista chinês é uma ameaça a sua democracia.

Tradução dos enunciados verbais

Reze por Hong Kong

Eu não vejo nada / Polícia de Hong Kong

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 12 – Independência das Filipinas

TEXTO DO FACEBOOK

is celebrating ...

Philippine Independence Day.

11 Jun 2019 · 👤

"...let us look back over the road we have traveled. Let us take stock of ourselves. What have we done with that independence for which we waited so long? Let us look clearly and honestly at the record. I can tell you how I feel about it. I can tell you that I am proud of my race, that I am proud of my generation, that I am proud of the nation we created in so short a time and in the face of such tremendous odds."

– an excerpt from President Ramon Magsaysay's 1946 Philippine Independence Day celebration



TRADUÇÃO

“W” está comemorando o Dia da Independência das Filipinas

“... vamos recordar o caminho que percorremos. Vamos fazer um balanço de nós mesmos. O que fizemos com essa independência que esperamos por tanto tempo? Vamos olhar claramente e honestamente para as lembranças. Eu posso te dizer como eu me sinto em relação a isso. Posso te dizer que eu tenho orgulho de minha raça, da minha geração, que eu tenho orgulho da nação que criamos em tão pouco tempo e diante de tantas adversidades.”

- trecho do discurso de 1946 do presidente Ramon Magsaysays no Dia da Independência Filipina.

COMENTÁRIOS

“SUJEITO 1”: VIDA LONGA ÀS FILIPINAS

“SUJEITO 2”: Feliz Dia da Independência! Feliz Dia da Independência!

Fonte: elaborado pelo autor.

Como discutido no Capítulo 2, “W” é um professor de trinta anos, nascido e criado em Manila, capital das Filipinas. Ele é formado em estudos asiáticos e possui mestrado na mesma área, pela Universidade das Filipinas. Além do tagalog/filipino e inglês, “W” declara saber um pouco de chinês min-nan (já discutido em parágrafos anteriores) e mandarim. Suas práticas no FB giram em torno, basicamente, de sua visão política e social sobre as Filipinas e a China, bem como de mini narrativas sobre suas experiências com ensino. É possível observar que grande parte das interações em seus *posts* são negociadas a partir de uma multiplicidade de recursos semióticos e contam, na seção de comentários, com a participação de sujeitos com variados repertórios linguísticos.

Nos dois *posts* trazidos para esse debate, é possível perceber um movimento em direção a categorias mais fixas do que pensamos conhecer como identidade chinesa e filipina. No entanto, esse movimento só é possível a partir da manipulação de diferentes vozes e recursos semióticos.

No primeiro *post*, “W” recontextualiza os protestos ocorridos no ano de 2019 em Hong Kong, em que a população saiu às ruas para reivindicar mais liberdade e democracia, enquanto denunciava os abusos cometidos por policiais na repressão a tais movimentos. As imagens com a polícia vendada, indicando complacência com a violência cometida, e o vermelho forte que faz alusão ao comunismo e ao sangue, indicam a desaprovação de “W” com o rumo político em Hong Kong e com o tratamento que o governo tem dado aos protestos.

É interessante notar que o sujeito mobiliza recursos do mandarim para fazer a sua crítica (香港已经让世界看清中共是对民主的威胁), reforçando a associação que comumente se faz entre língua e nação. Por mais que tenha nascido nas Filipinas e nunca tenha estado na China continental, no questionário sociolingüístico “W” reivindicou para si uma nacionalidade filipino-chinesa. Essa reivindicação o permite, assim, se posicionar diante de temas políticos e sociais chineses, encontrando na língua um dos recursos para performar tal posicionamento. Em entrevistas, o sujeito argumenta:

Eu postei esse texto como parte de minha visão política e de minha identidade como chinês. Eu senti que era importante fazer os outros (não-chineses) verem esse problema como uma realidade social em Hong Kong e que pode acontecer em qualquer lugar. (Entrevista via WhatsApp).

Escrever em mandarim sobre uma situação política, ao passo em que se reivindica uma identidade chinesa, diferenciando-se dos “não-chineses”, nos oferece caminhos para observar que a manipulação de recursos semióticos para construir sentido a partir de *posts* no *Facebook* envolve, também, a filiação a categorias identitárias mais “fixas”.

A mesma necessidade de performar uma identidade por meio da manipulação de recursos linguísticos (tradicionalmente) ligados a ela é observada no texto principal do segundo *post*, em que “W” dá pistas de uma identidade nacional filipina. No entanto, diferentemente do *post* anterior, a língua não atua sozinha para o posicionamento do sujeito. Dessa vez, ele manipula outras vozes para alcançar os seus objetivos, ao recontextualizar a fala de um ex-presidente do dia da comemoração da independência das Filipinas. Tal comemoração encontra terreno fértil nos discursos de orgulho, raça, geração e nação, indicados em “Posso te dizer que eu tenho orgulho de minha raça, da minha geração, que eu tenho orgulho da nação que criamos”, reforçando os laços entre tais

categorias para a caracterização identitária do sujeito.

Embora as práticas de “W” indiquem uma forte relação entre língua, identidade e nação, é válido mencionar que a “tríade herderiana” (CANAGARAJAH, 2013a) é deslocada para atender aos seus objetivos comunicativos, uma vez que não há afirmação de uma única identidade ligada a um único território e língua, mas de línguas ligadas a multiterritórios e identidades. Portanto, somos conduzidos a indicar que a fixidez das categorias evocadas em seus *posts* se imbrica com a fluidez em suas práticas translíngues, promovendo fissuras no que entendemos por língua, identidade e território. Sobre isso, Canagarajah (2017b) discute que embora certos recursos linguísticos indexem determinados lugares e comunidades, promovendo a ideologia de identidades e línguas como rótulos distintos, isso não impede os sujeitos de lançarem mão de todos esses recursos em conjunto para alcançarem seus propósitos, conferindo a essas línguas outros sentidos e possibilidades.

Tal cenário é observado também nos comentários ao enunciado principal. Ao enunciarem “MABUHAY PHILIPINES” (VIDA LONGA ÀS FILIPINAS) e “Selamat Hari Kemerdekaan” (Feliz dia da Independência), os sujeitos “1” e “2” quebram a conexão entre uma língua associada a uma etnicidade e a um contexto cultural. Tal ruptura é promovida pelo fato de “Sujeito 1”, embora enuncie em filipino, ser indonésio e “Sujeito 2” escrever em indonésio para demonstrar sua valoração ao post de “W” sobre um fato histórico filipino.

Para tratar desse aspecto, ecoo Piller (2012, p. 5), quando argumenta que seja cultura entendida como nação ou etnicidade, ela é uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1991), mais bem compreendida como uma construção discursiva. Trazendo para a nossa discussão de língua e identidade, nesses termos, observamos que as categorias “fixas” de identidade mobilizadas pelos sujeitos não podem ser entendidas como algo que alguém tenha, mas sim como construídas discursivamente. Portanto, o que as práticas de “W”, “Sujeito 1” e “Sujeito 2” nos mostram é a necessidade de nos deslocarmos de noções reificadas de identidade para focarmos os discursos nos quais a ideia de “identidade” é relevante como um recurso comunicativo.

Já no último *post* de “W” que trago para ilustrar o debate em torno da fixidez e fluidez das práticas translíngues, a partir de uma **dimensão decolonial**, observamos que as noções de língua e identidade evocadas se tornam mais complexas:

Quadro 13 – Exigências

TEXTO DO FACEBOOK

13 May 2019 · 🌐

requirements para maging guro: college degree, graduate degree, license, medical, sangkatutak na gov't ID at NBI clearance

requirements para maging senador: sumayaw ng budots, magnakaw ng pera, pumatay ng tao, um-oo sa presidente, may pera, artista

tapos sasabihin niyo wala sa credentials yan? e pag gawa ng batas ang gagawin nila jan. hindi naman sila sasayaw sa senado.

we need an opposition, regardless of the political party (as most of the politicians are political butterflies anyway), to keep things in check. we need an opposition to be the voice of other members of society. we need an opposition because we are not supposed to be under a dictator.

there are so many things that are wrong in our country, and saying yes to one idea or person is not helping. we need to keep things and people in check. always.

   683

25 Comments 353 Shares

TRADUÇÃO

“W”: Requisitos para ser um professor: diploma, mestrado, licença para ensinar, testes médicos e um bom número de documentos governamentais e antecedentes criminais.

Requisitos para se tornar senador: dançar “budots”, roubar dinheiro, matar pessoas, dizer “sim” para o presidente, ter dinheiro, ser uma celebridade.

Quer dizer então que não é tudo sobre ter credenciais? Mas o trabalho deles é criar leis e não ficar dançando no senado.

Precisamos de uma oposição, independentemente do partido político (já que todo político é um político borboleta de toda forma) para manter as coisas sob controle. precisamos de uma oposição para ser a voz de outros membros da sociedade. Precisamos de uma oposição porque não deveríamos estar sendo comandados por um ditador.

Há tanta coisa errada em nosso país, e dizer “sim” a uma ideia ou pessoa não vai ajudar.

Precisamos manter as coisas e as pessoas sob controle. sempre.

Fonte: elaborado pelo autor.

Diferentemente do *post* anterior em que são recontextualizados discursos de orgulho, nação e raça como sinônimos de identidade filipina, nesse, ainda voltado para um fato político ligado ao país, “W” lançou mão da imbricação de recursos linguísticos para atender a um outro propósito comunicativo.

Em seu enunciado, “W” demonstra a sua insatisfação com o contexto político das Filipinas e para ilustrar tal cenário ironiza os requisitos que alguém deveria ter para iniciar carreira política. Ao comparar esses requisitos às exigências de exercer a profissão de professor no país, “W” conclui que não é preciso muito para assumir um cargo público no governo. Para ele, “ser celebridade”, “ter dinheiro”, “dançar” e dizer “sim” ao presidente são suficientes para tal exercício, uma vez que todo político é “um político borboleta”, expressão usada para caracterizar políticos, que por interesse próprio e conveniência, saltam de partido em partido sem defender ideais políticos específicos.

Ao enunciar “dançar ‘budots’”, “W” recontextualiza um cômico fato da política filipina em que um dos candidatos ao senado gravou vídeos dançando um estilo de música típico do país, virando uma celebridade instantânea logo em seguida. Já o enunciado

“matar pessoas” e o predicado “ditador” são uma referência direta ao então presidente das Filipinas⁵⁶.

Para demonstrar sua desaprovação com o andamento político de seu país e como uma maneira encontrada de atingir uma audiência maior, “W” se envolve em práticas do que se convencionou chamar de “taglish”, uma mistura de tagalog e inglês, prática semelhante aos já mencionados sheng queniano e pidgin nigeriano no Capítulo 4. Através do emprego do “taglish”, “W” pode representar sua identidade e localidade em seu texto, se configurando como uma estratégia de *envoicing*, definida por Canagarajah (2013a, p. 80) como “a consideração da voz [em sentido bakhtiniano] na apropriação de recursos semióticos móveis [...]”. Esse uso estratégico de recursos é empregado pelos sujeitos para que sejam compreendidos com suas particularidades sociais e culturais. Dessa forma, o “taglish” como apropriação e performance de uma “voz” não apenas ajuda a comunicação; ao invés disso, ela é “tudo na comunicação” (CANAGARAJAH, 2013a, p. 80), uma vez que, como postulado por Bakhtin (1986), falar é sinônimo de *envoice*, isto é, preencher recursos linguísticos com nossas próprias intenções e histórias.

Percebam que diferentemente do que foi discutido sobre “D”, que reivindica autenticidade do seu uso de língua inglesa com base na aprovação de uma falante “nativa”, “W” nos mostra que defender uma identidade filipina envolve muito mais do construir a ideia de língua autêntica em um padrão monolíngue e no “purismo linguístico”. Nesse caso, a autenticidade envolve outras ideologias linguísticas, que são orientadas, principalmente, por escalas translocais e transnacionais de construção de sentido, o que reforça o pontuado no início deste capítulo de que a autenticidade “[...] depende de contextos específicos, das ideologias que a acompanham, e de seus papéis na forma que ela dá às fronteiras étnicas, nacionais e raciais [...]”. (DOVCHIN, 2020b, p. 18). Com esse exemplo ainda não se observa tão claramente as relações entre língua, identidade e território tal como foi possível nos dois *posts* anteriores. O que se pode inferir é que a manipulação dos recursos que compõem os repertórios experienciais desse sujeito é motivada pelos propósitos que ele quer alcançar.

Mesmo as práticas translíngues impondo desafios à discussão sobre a relação entre língua, identidade e nação, elas deixam pistas de que a manipulação de diferentes

⁵⁶ Dentre uma de suas polêmicas falas, o presidente filipino assumiu que havia assassinado três pessoas, quando atuava como prefeito.

recursos atende a propósitos específicos, servindo tanto para envolver as pessoas, como para demarcar um senso de autenticidade e autoridade em determinados assuntos. Esse é o caso do *post* de “E”, a ser discutido na sequência.

Quadro 14 – “A vitória de Trump é uma notícia devastadora”

TEXTO DO FACEBOOK

4 de novembro de 2020 · 

...

I predicted in March of 2016 that Trump would win the November 2016 elections and he did, which won me a \$100 bet.

I also predicted that he will win this time and it looks like I'm going to be right again. I should have put some monetary gain to this as well



  7

32 comentários

Are you sure????? This is the most heart breaking news!!!!

...

Curtir · Responder · 30 sem

^ Ocultar 25 respostas

Huh?

...

Curtir · Responder · 30 sem

Trump Victory is a heart breaking news I hope I hear the good news of Biden Victory

...

Curtir · Responder · 30 sem

how exactly is it heartbreaking news to you when you are neither a US citizen, a permanent resident nor have any ties to the US though?

...

I will answer you. I agree am not a US Citizen. But I have family members and friends in the US who am very close and concerned about. The reason am also interest in American Elections is am a Kenyan and There are a lot economic policies that America create and they affects other countries as well. I hope you are satisfied.

...

Curtir · Responder · 30 sem



good answer. That's all that you could've said to avoid most of the unnecessary responses from people I didn't even ask 🤔🤔🤔

...

Curtir · Responder · 30 sem

TRADUÇÃO

“E”: Eu previ em março de 2016 que Trump iria vencer as eleições de novembro de 2016 e ele venceu, o que me fez ganhar uma aposta de \$100.

Eu também previ que ele irá ganhar dessa vez e parece que estou certa de novo. Eu deveria ter colocado algum ganho monetário nisso também

COMENTÁRIOS

“SUJEITO 3”: Tem certeza????? Essa é uma das notícias mais devastadoras!!!!!!

“E”: “SUJEITO 3” Hã?

“SUJEITO 3”: “E” A vitória do Trump é uma notícia devastadora Eu espero ouvir a boa notícia da vitória do Biden

“E”: “SUJEITO 3”: mas como, exatamente, essa é uma notícia devastadora para você se você não é nem cidadão norte-americano, ou residente permanente e nem tem qualquer laço com os Estados Unidos?

“SUJEITO 3”: “E” Eu vou te responder. Eu concordo que eu não seja um cidadão norte-americano. Mas tenho familiares e amigos dos quais gosto muito e com os quais me preocupo. A razão para que eu também me interesse pelas eleições americanas é que eu sou queniano e Há muitas políticas econômicas que a América cria e elas afeta (sic) outros países também. Espero que esteja satisfeita.

“E”: “SUJEITO 3”: boa resposta. Era isso o que você poderia ter dito para evitar maioria dos comentários desnecessários de pessoas que eu nem pedi.

Fonte: elaborado pelo autor.

A negociação desenvolvida nos enunciados que seguiram nos leva a diferentes direções no debate sobre identidade e território. Para explorar essas possibilidades, lançarei mão não só dos pressupostos trabalhados na **dimensão decolonial**, mas também os relacionarei aos conceitos trabalhados na **dimensão espaço-temporal**. Esse será o

objetivo dos próximos parágrafos.

No *post* principal, “E” se posiciona com relação às eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2020. Aqui não se tem pistas exatas, apenas indicações de sua posição partidária ou favoritismo em direção a um dos dois principais concorrentes à época: Joe Biden, do partido democrata, e Donald Trump, dos republicanos. Embora seja perceptível que “E” esteja se vangloriando de suas estratégias “de adivinhação” quanto a qual dos candidatos sairia vitorioso da corrida eleitoral, a possibilidade de acerto não é compartilhada por alguns dos sujeitos que se posicionam nos comentários ao *post*.

Como já discutido, frente a qualquer enunciado concreto o sujeito assume uma postura ativamente responsiva, materializada em posicionamentos de aceitação, refutação, desacordo etc. Tal posicionamento é orientado por uma visão de mundo específica que é oriunda da realidade sócio-histórica na qual o sujeito está imerso. Logo, todo enunciado é marcado por um tipo de posicionamento, que carrega em si um acento valorativo (BAKHTIN, 1986). Nesses termos, podemos perceber que o acento valorativo do “Sujeito 3” é diferente daquele pretendido por “E”. Fica sugerido que para aquele sujeito o que está em jogo, na verdade, é o efeito devastador iminente de uma possível reeleição do candidato Trump, o que o fez enunciar: “Tem certeza????? Essa é uma das notícias mais devastadoras!!!!!!”.

Uma das estratégias empregadas para esse efeito de sentido é a repetição do sinal de exclamação e interrogação que configura o que Recuero (2014) denomina de **escrita oralizada** nas redes sociais que, grosso modo, corresponde a “[...] formas de indicar elementos que são essenciais para a ‘tradução’ da língua escrita em língua falada, como elementos que dão dimensão prosódica da fala e elementos não verbais, como gestos e expressões”. (RECUERO, 2014, p. 46). No caso em questão, observa-se o uso da repetição daqueles sinais como forma de simular uma entonação oral, o que fornece pistas para o contexto de interpretação dos enunciados, bem como transforma a linguagem em ação. “Sujeito 3”, assim, não apenas enuncia sinais de exclamação e interrogação, ele “expressa” desaprovação e desespero.

Essa posição assumida por “Sujeito 3” é contestada por “E” quando enuncia “Hã?”, dando pistas da sua incompreensão dos objetivos do comentário de seu “amigo”. Ao obter a resposta para a sua indagação, “E” confronta “Sujeito 3”, questionando a sua autoridade para se posicionar de tal forma sobre o assunto em questão. O posicionamento

de “E” evoca aqui a já debatida relação entre identidade e território (nesse caso, nação) e adiciona o fator **pertencimento** como elemento fundamental para a defesa de uma identidade em tempos de mobilidade.

Observa-se que ao passo em que põe em xeque o posicionamento de “Sujeito 3” pela sua suposta falta de “credenciais” para opinar sobre o assunto, o que é expresso pelos questionamentos sobre os laços que esse sujeito (não) mantém com os Estados Unidos, “E” se autoposiciona como aquela que teria autoridade para isso. Esse autoposicionamento pode ser problematizado por algumas lentes teórico-analíticas, as quais trago na sequência.

Uma das opções da qual podemos lançar mão para a reflexão dos posicionamentos tensionados nessa prática advém de propostas que discutem a interrelação entre os conceitos de etnicidade, nação e pertencimento. Para isso, primeiramente, recorro a Rampton (1995b), que discute etnicidade seguindo os rastros da discussão sobre fixidez e fluidez, aqui já abordada. Em seus estudos sobre a prática de *crossing* entre adolescentes imigrantes em Londres, esse autor sugere a imbricação do que ele chama de “duas abordagens para o estudo de etnicidade”. Rampton observou que a abordagem de etnicidade como padrões distintos de uso da língua adquiridos ao longo dos anos nas comunidades “maternas” dos sujeitos se fez tão presente quanto a abordagem que se embasa na etnicidade como um recurso semiótico, isto é, um construto posicional através do qual os sujeitos criam, expressam e negociam suas diferenças. Embora reconheça os problemas da primeira abordagem, no que concerne aos riscos de se homogeneizar e de se pressupor uma noção essencialista de cultura, esse autor argumenta a favor da imbricação das duas perspectivas, por considerar que elas não sejam necessariamente antagônicas.

A posição desse autor é a de que optar por apenas uma das abordagens tende a nos conduzir a duas direções nos estudos sobre etnicidade e migração: ou os sujeitos aceitam e cultivam suas próprias etnicidades ou ignoram a sua importância na performance de suas identidades. Para Rampton (1995b), em contrapartida, o que esses estudos perdem de vista é o reconhecimento da possibilidade de que os sujeitos podem ver “eticidade” tanto a) como algo produzido e não como dado; b) como provocado, e c) como a possibilidade de se construir novas etnicidades a partir de outras já conhecidas.

Nesses termos Rampton (1995b, p. 487) argumenta que:

[u]ma vez que se reconhece que as experiências não-essencialistas de etnicidade podem estar disponíveis para pessoas comuns, a interação multirracial emerge como uma arena em que os sujeitos podem produzir um senso da emergência histórica de novas alianças, transversalizando descendências e reelaborando pertencimentos herdados.

Para embasar seu posicionamento, Rampton (1995b) retoma a discussão sobre **novas etnicidades periféricas** de Hall (1988), fundamentada na percepção de etnicidade como a combinação de um senso de lugar, origem e destino, de culturas e línguas compartilhadas, mas também de autoidentificação com outros grupos.

Sob essas considerações, Rampton (1995b) reflete que, ao se envolverem em práticas de *crossing*, os adolescentes pesquisados não abandonaram ou rejeitaram suas etnicidades herdadas, mas também não deixaram de questionar a sua influência em suas práticas de linguagem. Segundo esse autor, assim, *crossing* pode ser visto como “[...] um processo de negociação política [...]” (RAMPTON, 1995b, p. 501), em que os sujeitos “[...] desnaturalizam tanto etnicidade quanto socialização em uma série de atos que tematizam mudança na identidade étnica e cultivam uma marginalidade espetacular, dinâmica e heteroglóssica [...]”. (RAMPTON, 1995b, p. 507).

Com base nos pressupostos desses autores, é possível perceber que “E”, embora demarque, repetidamente, sua condição de africana, queniana e luia em suas práticas no FB, reivindica posicionamentos identitários que excedem as fronteiras “tradicionais” da etnicidade, nos apresentando a possibilidade de revermos o que entendemos também por **pertencimento**. Logo, ao se posicionar como aquela que pode e está autorizada a falar sobre os Estados Unidos, mesmo não tendo nascido nesse país (eticidade herdada), e colocando à prova a mesma condição reivindicada por “Sujeito 3”, ela declara sua posição entre multiterritórios, não mais fundamentada na primazia do nascimento, mas na experiência e nas relações simbólicas que estabeleceu em múltiplos espaços. Aqui, então, nação e nacionalismo são vistos também como fenômenos construídos pelos próprios sujeitos, ao invés de apenas realidades das quais eles não têm controle. Por isso, é possível sugerir que a luta em torno de filiação, direito, autoridade e pertencimento a territórios e nações se torna uma posição política, onde se há a competição por recursos nos espaços translocais e transnacionais do mundo contemporâneo.

Com isso em mente, é possível imaginar que sujeitos como “E” e “W”, aqui já caracterizados como “transnacionais”, tanto lancem mão de suas filiações a uma ou mais

nações, como também se envolvam em interações e experiências com formas culturais transfronteiriças.

Os estudos sobre **transculturalidade**, assim, podem ser mobilizados para pensarmos tal cenário, por envolverem as complexas relações entre etnicidade, raça e cultura nacional, e por nos permitirem descrever as variadas performances identitárias emergidas dessa interação. O sentido de **transcultural** busca capturar as maneiras pelas quais etnicidade, raça e cultura nacional ligam os sujeitos não a um, mas a vários territórios simultaneamente. Logo, penso ser relevante complementar tal defesa com o pressuposto da **identidade nacional híbrida**, nos termos de Bhabha (2007), para descrever a relação étnica de “W” com as Filipinas e com a China, bem como a de “E” com Quênia (e o grupo luia) e Estados Unidos, como múltipla e que evoca pertencimentos transnacionais interrelacionados.

Os estudos nesse viés põem em voga o entendimento de nação como apenas uma dentre múltiplas filiações a partir das quais os sujeitos performam suas identidades. Além disso, como pontua Bhabha (2007), pensar tais identidades como uma forma de **pertencimento nacional híbrido** ressalta a capacidade de ação dos sujeitos na resistência ou reinterpretação de narrativas ocidentais dominantes. Bhabha (2007), assim, chama a nossa atenção tanto para as vozes ambivalentes e contraditórias (em que o fixo e fluido se sobrepõem) que o discurso colonial e ocidental produz, como para a oportunidade de resistência que tal discurso oferece a sujeitos subalternos. Nesse cenário, o espaço híbrido transnacional e translíngue de luta, resistência e contradição, como possibilitado pelas teorizações das **dimensões decolonial** e **espaço-temporal**, envolve a discussão de pertencimento tanto como um sentimento pessoal que permitiu “E” enunciar “a luia em mim”, como um recurso discursivo que constrói, reivindica, justifica ou resiste à inclusão/exclusão socioespacial.

Essa resistência é perceptível na negação do “Sujeito 3” ao posicionamento de “E” de não validação do seu posicionamento. Para argumentar a favor da valoração enunciada, “Sujeito 3” também recorre à relação entre identidade e nação, como pôde ser visto em sua auto predicação: “embora eu não seja norte-americano” e “[...] eu sou queniano”, mas não apenas para reforçar uma filiação a um ou outro território, mas como estratégia discursiva e posicional. “Sujeito 3” usa a “língua do colonizador” para defender sua voz e resistir a uma posição atribuída (de primeira ordem nos termos da Teoria dos

Posicionamentos). Dessa maneira, embora não seja norte-americano e nem tenha vivido nos EUA, “Sujeito 3” forja uma identidade a partir da diferença imposta por “E”. Sobre esse último ponto, movimento também o conceito de **identidade (multi)territorial** (HAESBAERT, 1999), para trazer uma última (possível) reflexão sobre os posicionamentos aqui confrontados.

Haesbaert (1999; 2007a; 2007b) discute **identidade** desde uma perspectiva (multi)territorial. Para esse autor, a identidade é negociada a partir dos significados que os sujeitos dão às suas ações, podendo elas criarem o sentimento de pertencimento a um grupo social e a um recorte espaço-temporal. Nesses termos, a identidade cria e recria espaços de referência identitária.

Ao evocar o conceito de **identidade (multi)territorial**, Haesbaert (1999), conforme Mondardo (2009), nos oferece uma lente através da qual podemos investigar como essa referência identitária é marcada por uma consciência socioespacial de pertencimento. Para Mondardo (2009, p. 132):

[...] é o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os sentimentos de reconhecimento com indivíduos e/ou grupo social em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Essa consciência identitária não é natural ou essencial, é uma construção simbólica-política e estratégica posicional-discursiva. Constroem-se através de representações espaciais que envolvem, concomitantemente, o domínio funcional-estratégico sobre um demarcado espaço (através de finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (através de afetividades).

Portanto, é possível sugerir que as representações espaciais evocadas tanto por “E” como por “Sujeito 3” sejam estratégias posicional-discursivas que se apropriam do espaço, simbólica e expressivamente, através da afetividade. Em outras palavras, o “Sujeito 3” reivindica a sua posição de alguém com autoridade para emitir avaliações a respeito das eleições norte-americanas, pelo fato de possuir amigos e familiares que vivem nos Estados Unidos e por ser queniano e temer que a possível vitória de Trump pudesse trazer prejuízos para o seu país. Já para “E”, sua identidade multiterritorial encontra terreno fértil em sua relação simbólico-afetiva construída através de suas experiências como esposa de um norte-americano, como ex-residente dos Estados Unidos e pelos laços de amizades e familiares desenvolvidos nesse país. Com isso, é possível

perceber que as performances identitárias desses sujeitos atravessam territorializações efetivamente múltiplas, ou nos termos de Haesbaert (2007b), uma **multiterritorialidade**, negociada por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão de espaço-tempos flexíveis e multi-identitários.

Mobilizar noções de etnicidade e pertencimento para se destacarem como sujeitos transnacionais é um dos recursos aos quais “E”, “W” e “Sujeito 3” recorrem para se posicionarem identitariamente. Não esgotando as opções teórico-analíticas oferecidas pelas dimensões **decolonial** e **espaço-temporal**, tal prática pode ser compreendida ainda como uma estratégia para exercer voz em práticas locais. Para explorar esse sentido estratégico, discutirei dois *posts* do sujeito “D”.

6.1.2 “A resposta correta merece um *kitkat*”: jogos estratégicos de identidade

Quadro 15 – “A resposta correta merece um *kitkat*”

TEXTO DO FACEBOOK

Some humorous moments in the USA...

Lady: Sweetie, where are you from?

Me: I am from North Carolina.

Lady: Oh, okay. I meant your origin.

Me: Can you guess? Right answer will deserve a KitKat!

Lady: Argentina?

Me: No.

Lady: Then Colombia, Mexico or Peru.

Me: No.

Lady: Latin America for sure.

Me: No.

Lady: Okay sweetie I cannot guess then. Tell me I do not need KitKat!

Me: I am from Bangladesh!

Lady: Where is it? In India?

Me: We are a sovereign country. Of course not India. But India is our neighboring country.

Lady: Indians are darker. Your skin color led me think you are a Latino.

Me: Yeah, I am 96% Latino! 4% not, because of Spanish! Planning to marry a Latino to be 100% Latino !

Lady: You must be a humorist!

(Whenever I come to hear this term 'Humor', 'Humorist', the plot of Luncheon climbs in my mind....)

TRADUÇÃO

Alguns momentos engraçados nos Estados Unidos...

Senhora: Querido, de onde você é?

Eu: Sou da Carolina do Norte.

Lady: Ah, okay. Eu quis dizer sua origem.

Eu: Consegue adivinhar? A resposta correta merece um *kitkat*.

Senhora: Argentina?

Eu: Não.

Senhora: Então, México, Colômbia ou Peru.

Eu: Não.

Senhora: América Latina, com certeza.

Eu: Não.

Senhora: Okay, querido. Não sei. Me diz, eu não preciso de *kitkat*.

Eu: Sou de Bangladesh.

Senhora: Onde é isso, na Índia?

Eu: Somos um país soberano. Claro que não na Índia. Mas, a Índia é nosso país vizinho.

Senhora: Indianos são mais escuros. A cor de sua pele me fez pensar que era latino.

Eu: É. Eu sou 96% latino, 4% não, por causa do espanhol. Planejo me casar com um latino para ser 100% latino!

Senhora: Você deve ser humorista!

(Sempre que eu ouço as palavras “Humor”, “Humorista”, o enredo de *The Luncheon* me vem à cabeça...)

Fonte: elaborado pelo autor.

Os enunciados que seguiram são de um *post* publicado por “D”. Como visto no Capítulo 2, grande parte de suas atualizações de *status* diz respeito às impressões sobre o contexto sociopolítico de Bangladesh, assim como às suas experiências de ensino e choques culturais vivenciados em outros países. Nesse *post*, vemos “D” recontextualizar uma cena cotidiana em um novo gênero, o que resulta no deslocamento da situação narrada, expandindo, assim, as possibilidades de negociação, interpretação e propósitos comunicativos. Diante disso, as opções oferecidas para análise são inúmeras; no entanto, escolherei abordar duas delas que se mostram produtivas para a discussão da negociação identitária a partir das dimensões **decolonial** e **espaço-temporal**.

Nesses enunciados, “D” retrata uma interação com uma “senhora”, supostamente, norte-americana. O evento gira em torno da curiosidade dessa em saber em qual país “D” havia nascido, ou em seus termos: “Eu quis dizer sua origem”. Para essa senhora, ser da Carolina do Norte (EUA) não era uma opção, uma vez que fica implícito que para ela, “D” era visivelmente “estrangeiro”: “Indianos são mais escuros. A cor de sua pele me fez pensar que era latino”. Ao longo da interação, o *frame* comunicativo é modificado, e o que antes parecia ser apenas um encontro casual entre dois desconhecidos assume o formato de um “jogo de adivinhação”, pautado nas percepções que a senhora possuía sobre alguém “parecer” ser de uma nacionalidade. Nesse contexto, uma possibilidade de análise para essa mudança de enquadre, anunciada pela provocação: “Consegue adivinhar? A resposta correta merece um *kitkat*”, encontra terreno produtivo na proposta teórica de **identidades lúdicas**⁵⁷ (FRISSEN et al., 2015).

Fundamentados na posição de que realidade e jogo estão intrinsecamente relacionados nas práticas sociais, Frissen et al. (2015) argumentam que performamos identidades em enquadres específicos de relações de poder, marcados por perdas e ganhos e que por isso, toda identidade, de alguma maneira, é uma **identidade lúdica**, com regras, normas e sujeitos competindo por representação e espaço.

Para esses autores, partindo da noção de que toda experiência humana é

⁵⁷ *Playful identities*, em inglês.

(ex)cêntrica⁵⁸, agir com e a partir da linguagem como um jogo ressalta a sua dupla experiência estética. Em outras palavras, jogar com a linguagem e com ela representar um jogo possibilita não apenas experienciar o jogo em si, mas experienciar a própria experiência.

O que esses autores dizem com isso é que, ao se engajarem na atividade social do jogo, as experiências dos sujeitos são acompanhadas pela noção de que tudo “é só um jogo” e, por isso, as regras que guiam a interação também são experienciadas como contingentes, flexíveis e mutáveis. Isso fica sugerido na desistência da “senhora” em continuar o jogo de adivinhação, renunciando a seus ganhos (um *kitkat*) e restaurando o enquadre e os posicionamentos identitários iniciais. Com isso, ao abordar essa interação como uma situação de **identidade lúdica**, quero dar foco na possibilidade de compreender realidade (a “real” etnicidade de “D”) e aparência (os vários posicionamentos da “senhora”) como interrelacionadas e como recursos para o jogo identitário.

Ao propor um jogo de adivinhação sobre a sua identidade, “D” brinca com as possibilidades oferecidas pelo seu fenótipo e confronta, de maneira estratégica, a percepção da senhora ainda fortemente embasada na relação – uma identidade, uma língua, uma nação. Ao mesmo tempo em que resiste aos estereótipos que orientam a percepção de raça e etnia, “D” também se movimenta por entre posicionamentos identitários fixos e fluidos, com base na noção de aparência e realidade.

Sobre isso, Frissen et al. (2015, p. 40) nos dizem: “[...] essas personae estão constantemente oscilando entre realidade e aparência. Elas interpretam seus papéis, apenas fingindo que são idênticas a elas [...]”. É possível ilustrar tal relação com o enunciado de “D” que, jocosa e ironicamente, contesta a tentativa da “senhora” de acertar a sua “origem”: “Eu sou 96% latino, 4% não, por causa do espanhol. Planejo me casar com um latino para ser 100% latino!”. Frissen et al. (2015, p. 40) continuam dizendo que “[...] ao mesmo tempo, essa encenação é séria e como tal se torna uma realidade *sui generis*. Além do mais, as competições nas quais se envolvem não são ‘apenas jogo’, elas têm consequências reais [...]”. Relaciono essa afirmação ao fato de que enquanto trata de ironizar e desafiar as percepções da “senhora”, “D” também atribui um caráter

⁵⁸ Isto é, implica irmos além de nossas experiências pessoais e de nos imaginarmos nas experiências do Outro, mas também reconhecermos que nos mascaramos para performarmos diferentes papéis na vida social.

pedagógico a sua prática. Dizer que seu “lado” espanhol não conta como latino é uma maneira não só de retomar a percepção da “senhora” de que ser latino é ser da “América Latina, com certeza”, mas também de educá-la de que embora os espanhóis (europeus) falem a língua espanhola, eles não devem ser confundidos com os latino-americanos⁵⁹. Aqui se observa, portanto, que a percepção de uma possível latinidade está embasada, principalmente, na cor da pele.

Há muita controvérsia sobre os conceitos de América Latina e identidade latina. Embora essa discussão seja extensa e não se caracterize como foco desta tese, penso ser necessário reservar algumas reflexões por conta da emergência desse tópico nos dados analisados⁶⁰.

Muitas das discussões sobre esses conceitos se esbarram na indefinição tanto sobre quem primeiro os introduziu quanto sobre o que contaria como América Latina e uma possível identidade latina. Segundo Mignolo (2005a), “latinidade” foi uma ideologia sob a qual as identidades de ex-colônias portuguesas e espanholas foram alocadas na nova ordem mundial, colonial e moderna. Para esse autor, a “latinidade” foi introduzida pelos franceses para atestarem a liderança na Europa entre os países latinos envolvidos na América, como Portugal, Itália, Espanha e a própria França. Mignolo (2005a) discute que na América do Sul, a elite mestiça/crioula adotou o termo após independência da Espanha como uma maneira de criar sua própria identidade pós-colonial. Sobre isso, Mignolo (2005a) destaca ainda que a “América Latina” não é tanto um subcontinente, mas um projeto das elites, constituindo, assim uma faca de dois-gumes:

[d]e um lado, criou a ideia de uma nova (e a quinta) unidade continental [...]. Do outro lado, elevou a população de ascendência europeia e apagou as populações indígenas e afro. América *Latina* não foi, portanto, uma entidade preexistente, onde a modernidade chegou e questões identitárias surgiram. Pelo contrário, foi uma das consequências do remapeamento do mundo moderno/colonial motivado pelos processos de decolonização nas Américas e emancipação na Europa. (MIGNOLO, 2005a, p. 59, grifo do autor).

Essa lógica moderna/colonial de identidade se perpetuou também na noção de raça, aqui, não mais ligada apenas à cor da pele, mas à categorização dos indivíduos de

⁵⁹ Aqui, sou levado a pensar que “D” pressupõe que a “senhora” não saiba a diferença entre os “latinos” da América Latina e os “latinos” europeus (como os espanhóis).

⁶⁰ Além dos trabalhos de O’Gorman (1958) e Mignolo (2005a), sugiro a leitura de Souza (2011), que faz um apanhado histórico do conceito de América Latina.

acordo com a proximidade ou distância de um suposto modelo ideal de humanidade. Mignolo (2005) nos diz que “raça” passa a equalizar “etnicidade”: “[...] enquanto raça se refere apenas a uma genealogia sanguínea, de genótipos, ou cor da pele [...], etnicidade inclui língua, memórias [...], se refere a um senso cultural de comunidade, o que as pessoas têm em comum [...]”. (MIGNOLO, 2005a, p. 16).

Nos enunciados apresentados, como já dito, a “senhora” é orientada por uma noção de raça/etnia embasada em características fenotípicas: “A cor de sua pele me fez pensar que era latino”, o que serve de recurso para todo o desenvolvimento do jogo de adivinhação e reorganização dos enquadres comunicativos.

Como mostrado nas considerações feitas até aqui, devido ao próprio *frame* da atividade social do jogo demandar performances de papéis específicos, aos sujeitos é dada a possibilidade de atribuir, adotar, resistir ou negociar posicionamentos identitários diversos. Além disso, é possível dizer que o “jogo”, no sentido de negociação de sentido, não acaba quando a “senhora” enuncia “Não sei” e “D” oferece a tão desejada resposta. Ele continua, mas agora, satisfazendo outros propósitos comunicativos e evocando outras relações cronotópicas. O jogo pode ser visto como uma prática de resistência porque os jogadores podem decidir seguir suas próprias regras e ignorar a ordem e os costumes do “mundo comum” (FRISSEN et al., 2015). Nesse sentido, o jogo pode ser visto como parte de um campo (político-identitário) de batalhas. A próxima opção analítica pode me ajudar a desvelar essa relação entre jogo, identidade e resistência.

O enunciado “Sou de Bangladesh” frustra as tentativas de adivinhação da “senhora”. Tal sentimento decorre da sua dificuldade de territorializar a identidade de “D”, mesmo quando estava quase certa de que ele era latino. Esse emaranhado de “chutes”, estereótipos e equívocos é também o pano de fundo para que “D” não só performe uma **identidade lúdica**, mas também se apoie em identidades fixas como uma estratégia de resistência. Os conceitos de **essencialismo estratégico** (SPIVAK, 1985; [1988] 2010) e **posicionalidade estratégica** (BUTLER, 1993) são a segunda opção analítica que evoco para colaborar com essa discussão.

Essencialismo estratégico é um conceito controverso na obra de Spivak (1985; [1988] 2010). Ele tem sido explorado como um caminho para os grupos subalternos conseguirem representação e implica que membros desses grupos, mesmo internamente diferentes entre si, possam se envolver em performances que essencializam ou

padronizam suas identidades, com o objetivo de se obter ganhos políticos e sociais. A prática é perigosa uma vez que essencializar identidades pode ser uma forma de subjugar ainda mais esses grupos. Spivak, por outro lado, alerta para o fato de que a estratégia só pode funcionar através de crítica e vigilância persistentes. Fuss (1989), em sua consideração sobre a questão, complementa dizendo que já que o termo “essência” é escorregadio, contingente e mutável, seu uso como estratégia política dependerá fundamentalmente não de qualquer valor intrínseco associado ao signo, mas, sim, das relações discursivas e determinantes que o produziram; em outras palavras, dependerá de quem o está utilizando, como e onde seus efeitos estão concentrados.

Em *Bodies that matter*, Butler (1993) critica o **essencialismo estratégico** de Spivak e adota o conceito **posicionalidade estratégica**, como alternativa para alertar sobre os perigos políticos do uso dos signos identitários. De acordo com essa autora, ao admitir a provisionalidade estratégica do signo (ao invés de seu essencialismo estratégico), as identidades podem se tornar um lugar de contestação e revisão. No entanto, é possível observar nessa crítica que Butler, contraditoriamente, tende a ressaltar apenas o aspecto “fixo” das categorias identitárias atreladas ao seu conceito, ignorando o seu lado fluido, como aqui já tratado.

Frente a isso, nesta tese, reservadas as possíveis diferenças entre os dois conceitos e alinhando-os aos propósitos de minha argumentação, eles serão empregados em conjunto, por considerá-los uma alternativa de debate sobre como os sujeitos arriscam performances identitárias para fins estratégicos, enquanto asseguram a noção de que suas identidades se movimentam entre o fixo e o fluido das categorias impostas a elas. Assim, ambos os conceitos devem ser pensados como caracterizadores de uma estratégia política temporária e não como indicadores de uma maneira única de lutar politicamente.

Faço essa articulação pensando que “W”, ao reivindicar uma identidade chinesa e filipina, assim o faz tanto através do emprego do mandarim, mas também de práticas mais fluidas como o “taglish”, indexando identidades múltiplas e multiterritoriais. “E” também lança mão de práticas essencialistas para, estrategicamente, se posicionar como representante autêntica de um grupo étnico, mesmo quando busca também performar uma identidade transnacional que a confira autoridade para se engajar e participar de debates políticos de um país no qual não tenha nascido. No caso aqui discutido, “D” também se envolve em **posicionalidades estratégicas** para refutar e brincar com concepções mais

rígidas de raça e etnia, inaugurando um jogo estratégico de performance identitária de contestação de valores e visões de mundo.

Ironizando a atribuição de uma identidade “latina” e se autopoicionando como de Bangladesh, “D” não só performa uma crítica ao posicionamento da “senhora”, mas também atribui novos sentidos ao que ela, possivelmente, entende como “latino” e “bangladeshiano”. Essa autoafirmação, à primeira vista, pode ser interpretada como uma mera essencialização identitária, mas se analisada profundamente, nos oferece indícios de uma tentativa de desestabilização nas noções “fixas” de identidade nacional.

Ao frustrar a expectativa da senhora por não ser “latino”, “D” permite que essa noção seja repensada. Ora não só ele é de Bangladesh, como também tem uma pele clara assim como os “latinos”; logo, o “fixo” na territorialização de sua identidade serve como um caminho para desmistificar possíveis equívocos na caracterização identitária realizada pela “senhora”. Tal posicionamento de “D” acentua que ser “latino” ou performar “latinidade” é uma prática contingente, situada e negociável, logo, uma decisão política (OBOLER, 2002).

Esse *crossing* (RAMPTON, 1995a) ou **posicionalidade estratégica** (BUTLER, 1993), então, é manejado com o intuito de se vislumbrar a possibilidade de construção de diferentes efeitos de sentido sobre o que vem a ser identidade étnica. Ele é uma estratégia de resistência e autoafirmação realizado constantemente a partir das práticas de linguagem de sujeitos subalternos para afirmar uma identidade naturalizada e essencializada por intermédio de discursos aparentemente calcados na aceitação de submissão e inferioridade (“sou 96% latino”) em face de discursos ocidentais e modernos de identidade (“América Latina, com certeza”). Contudo, essas práticas apresentam-se como expressões de questionamento e contestação que, por sua ambivalência semântica, ressoam significados *a posteriori* que aqueles que os produziram e deles fizeram uso *a priori* talvez nem pudessem prever.

Portanto, encaminhando-me para o fim dessa discussão, argumento que a estratégia de “D” me parece ser um primeiro passo, pelo menos no âmbito discursivo, de se fazer identidade na política, tal como proposto por Mignolo (2007) e Grosfoguel (2008), isto é, a manipulação de categorias identitárias subalternas para uma crítica epistêmica dos modos de pensar modernos.

É também visível nesse *post* (assim como em outros que serão discutidos mais a

frente), as referências ao papel da literatura nas práticas de linguagem de “D”. O enunciado: “(Sempre que eu ouço as palavras ‘Humor’, ‘Humorista’, o enredo de *The Luncheon* me vem à cabeça...)” aponta para esse *background* além de definir o tom de sua apreciação do episódio narrado. Reservo algumas notas sobre isso, na sequência.

The Luncheon é um conto escrito por Somerset Maugham, em que é narrada uma experiência anedótica que teve com um dos seus clientes que, na ocasião, pediu para vê-lo pessoalmente em um almoço, para falar de sua admiração. No conto, a história é narrada 20 anos depois de quando aconteceu. O narrador relata que, à época, tendo publicado somente um livro, não tinha condições financeiras de arcar com uma refeição à altura do cliente, mas aceita encontrá-lo. Para o futuro encontro e na tentativa de performar um homem com boas condições financeiras, o narrador passa a juntar todas as suas economias, se privando até de se alimentar em casa. No conto, o papel do cliente de Somerset é representado por uma senhora da alta sociedade e de meia idade que se diz fã do trabalho do narrador. No dia do encontro, o narrador passa por situações constrangedoras: primeiro porque a senhora passa a pedir os pratos mais caros do restaurante e ele, pensando no alto valor da conta, novamente se priva de se alimentar; e segundo porque além da conversa com a senhora tê-lo deixado entediado, a ele só restava continuar a interação por não conseguir encontrar uma brecha para fugir do encontro.

Com essa referência explícita a uma obra literária, “D” anuncia a sua valoração de todo o episódio descrito em seu *post*. A situação com a “senhora” se assemelha a do narrador/personagem numa conversa entediante em um restaurante de luxo que não cabia em seu orçamento. O interminável jogo de equívocos e estereótipos desenvolvidos com a “senhora” representaram a incapacidade da personagem de *The Luncheon* de se livrar de um encontro enfadonho e dispendioso. Assim, finalizar um *post* evocando vozes literárias para ilustrar uma situação vivida se configura tanto como uma estratégia de *envoicing* como de **recontextualização** (CANAGARAJAH, 2013a), em que pistas são oferecidas para termos acesso às histórias nas quais o sujeito se envolveu antes mesmo da enunciação de seu texto no FB.

A manipulação de vozes, seja por meio da citação de obras e discursos outros, ou pela imbricação de recursos linguísticos diversos, é uma marca de “D”. O próximo *post* a ser discutido deixa tal estratégia ainda mais acentuada, enquanto abre possibilidades

para discutirmos o impacto colonial na noção de tempo que orienta as enunciações desse sujeito.

6.1.3 “We fought for language”: nacionalismos e a colonização do tempo

Quadro 16 – “Vocês, de Bangladesh, são tão trabalhadores”

TEXTO DO FACEBOOK
<p>February 13 at 11:11 PM ·</p> <p>"Oh you are from Bangladesh. I had a friend from Bangladesh, he was so caring, so good, and so hospitable. He died last year! You people are so hard working."</p> <p>মনে মনে বলতেছিলাম বান্ধবী, বাঙালি এখনো দেখিনি, আমেরিকাতে বাঙালি থাকেনা, বাংলাদেশ ছাড়ার সঙ্গে সঙ্গে এরা পৃথিবীর সেরা মানুষ হয়ে যায়, সাদা চামড়া দেখলে এরা ১০ গুন্ অতিথিপরায়ণ হয়ে যায়!! আর তোমার মতো সুন্দরী মেয়ে পেলে তো টাকা ধার করে হলেও ঘি খাওয়াবে!!!</p> <p>চোরের খনি দেখতে চাইলে বাংলাদেশে যাও যেখানে মায়ের কানের সোনা ও নাকি ছেলেরা চুরি করে নিয়ে যায়!!</p> <p>(এক মহা কামেলায় আছি, ইংরেজিতে এ কথা গুলো লিখতে পারিনা কারণ পৃথিবীর প্রায় সব দেশেই বন্ধু আছে, তাদের সামনে তো আর নিজের জন্মস্থান কে ছোট করতে পারিনা)</p>
TRADUÇÃO
<p>“Oh, você é de Bangladesh. Eu tive um amigo de Bangladesh, ele era tão atencioso, tão bom e tão acolhedor. Ele morreu no ano passado! Vocês são pessoas muito trabalhadoras.”</p> <p>Eu estava falando comigo mesmo, “amiga, você não conhece bangladeshianos. Bangladeshianos não vivem na América. Assim que eles deixam Bangladesh, eles viram santos. Quando eles veem os brancos, eles se tornam dez vezes mais acolhedores!!! E se alguém encontrar uma linda mulher como você, ele não vai hesitar até gastar todo o seu dinheiro com você. Eles podem até pegar dinheiro emprestado só para fazê-la feliz!!</p> <p>Se você quiser ver uma fonte de ladrões, visite Bangladesh. É o lugar onde os filhos não hesitam em roubar os brincos das próprias mães.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Semelhante ao *post* discutido anteriormente, vemos “D” recontextualizar uma situação cotidiana em que confrontos sobre a ideia de nação e identidade são visíveis. Para tratar desses enunciados, seguirei três pontos que orientarão a minha defesa de que analisar o *post* com foco em sua **dimensão decolonial** pode trazer contribuições para o desvelamento dos propósitos comunicativos das práticas translíngues: o primeiro deles diz respeito à configuração “híbrida” de recursos que permitem a construção dos seus enunciados; o segundo sobre a visão de nação e nacionalismo defendida pelo próprio sujeito, que é complementado pelo terceiro ponto que versa sobre os efeitos coloniais na noção de “tempo” sugerida no *post*. Para discutir o primeiro ponto, retomo algumas reflexões que foram desenvolvidas ao longo desta tese.

Ao ser questionado sobre o fato de ter escrito o *post* numa configuração de mescla de recursos linguísticos, “D” afirmou:

Foi um processo automático. Eu simplesmente expressei os meus sentimentos [...]. (Questionário).

Essa posição assumida de que a escrita translíngue seja um processo “automático” e ligada ao sentimento também foi abordada pelos outros sujeitos da pesquisa, como é o caso de “W”, aqui já tratado:

[...] as Filipinas são um país multilíngue. Nós temos que usar diferentes línguas para que a comunicação seja compreensível. (Questionário).

É também o caso de “E” que ainda acrescenta à prática outros propósitos:

Depende de minha audiência. Então, depende se estou querendo chamar atenção dos meus amigos no Japão, ou dos meus amigos franceses ou se eu quero excluir meus amigos americanos do Facebook. Às vezes, eu quero desabafar para um público específico sem ofender outros / ou me direcionar a um grupo sem envolver o outro. Eu tenho a tendência a ser bem consciente/cuidadosa sobre os meus posts no Facebook (ou pelo menos eu tento). E também depende muito do meu humor. (Entrevista via Facebook).

Enquanto “D” expressa seus sentimentos de forma automática em práticas que tenho denominado translíngues, para “E” depende não só de uma questão de como ela está se sentindo, ou em suas palavras “depende muito do meu humor”, mas também da

sua audiência, ou de quem ela está “querendo chamar atenção”. Essa prática consciente de manipulação de recursos linguísticos se assemelha à ideia, aqui já abordada, de que ser ou agir de forma multilíngue é performático e, relativamente, condicionado ao tempo-espaço de ação. “O” reforça esse posicionamento:

Depende de meu público-alvo. Em contextos acadêmicos, eu uso inglês britânico. Eu tendo a, estritamente, usar inglês britânico no meu Facebook também. Entretanto, a maioria dos meus posts são escritos em inglês nigeriano porque grande parte do meu público é nigeriano. (Questionário).

Embora “O” afirme buscar escrever no *FB* no que chama de “inglês britânico”, ele observa que suas práticas envolvem muito mais a combinação de recursos do “inglês nigeriano” por causa da composição de sua rede de “amigos”. Aqui, “O” reforça a noção de que os recursos linguísticos são mobilizados não por conta de alguma falta de proficiência, mas sim por serem sensíveis aos contextos mais amplos de comunicação (esse aspecto será mais explicado quando for tratar especificamente da **dimensão espaço-temporal**).

Os propósitos de “D”, “W”, “E” e “O” corroboram a observação de Barton e Lee (2015) de que a escolha de recursos semióticos na escrita para um público específico é um dos modos de os sujeitos se projetarem como participantes globais da comunicação contemporânea. Para esses autores, a negociação entre línguas e demais semioses nas redes sociais, assim como a escrita translíngue (multilíngue nos termos dos autores) são práticas de letramento essenciais para que os sujeitos performem suas identidades *online*, o que reforça a natureza translinguística de tais práticas comunicativas.

No entanto, sabemos que essa escolha de recurso não indica apenas uma vontade meramente individual, já que argumentamos que as práticas translíngues são sensíveis à história e às relações de poder envolvidas no (não) emprego desses recursos. No caso de “D”, precisamos conhecer um pouco o lugar das línguas nas práticas sociais de Bangladesh para compreendermos melhor os seus propósitos.

Hamid (2016) pontua que o surgimento de Bangladesh como país independente fez com que a expansão da língua inglesa na região diminuísse. Segundo esse autor, o nacionalismo bangladeshiano, embasado em questões linguísticas, guiou grande parte das decisões políticas no país. Hamid (2016, p. 40, grifo meu) comenta ainda que “[...] [c]omo

uma língua nacional é um símbolo de unidade nacional, identidade e liberdade da opressão, ao bengali foi dado o maior *status* nos mais importantes domínios, inclusive na educação [...]”. Essa posição conferida ao bengali, relegou o ensino de inglês ao de língua estrangeira apenas. Entretanto, apesar da pouca atenção dada ao inglês nas políticas linguísticas oficiais do país, o seu acesso e, conseqüentemente, a sua fluência demarcam o poder simbólico por ele exercido na região.

Em seus estudos sobre o papel da educação bilíngue inglês/bengali em Bangladesh, Sultana (2014) discute que devido à falta de acesso ao ensino de língua inglesa pelas camadas rurais e mais pobres do país, criou-se um conjunto de crenças em torno da língua que fez com que essas pessoas acreditassem na superioridade daqueles que a falam. Ainda de acordo com essa autora, tal dinâmica social acaba reforçando os valores míticos do inglês, já que grande parte da população bangladeshiana demonstra atitudes positivas em relação à língua e aos seus falantes, como uma possível consequência da herança colonial do país que ficou sob domínio do império britânico. Dessa forma, a mescla de recursos linguísticos do inglês com os do bengali indexa valores sociais e culturais de prestígio, corroborando o entendimento de que o conhecimento da língua represente *status*, cultura, educação e inteligência.

Sultana (2014) toca em duas questões importantes para esse estágio do debate. A primeira é a consideração de que a língua inglesa indexa prestígio, educação e inteligência. Como discutido anteriormente, “D” se vangloria de sua proficiência na língua, e é visível em seus *posts* o emaranhamento desse recurso com o bengali, resultando no que se tem denominado de “banglish”. Nas palavras do próprio sujeito:

98% da população em Bangladesh fala bengali como primeira língua. Somos um país monolíngue. A habilidade de falar ou usar inglês mostra que você é escolarizado ou que vem de uma classe privilegiada. (Entrevista via Facebook).

Muitos em Bangladesh relutam em ler um post escrito em inglês, embora eles sejam bons na língua, eles preferem bengali porque se sentem mais confortáveis em se comunicar em bengali. (Questionário).

Aqui, ao posicionar a população bangladeshiana como “monolíngue”, já que grande maioria “fala bengali como primeira língua”, “D” assume que saber inglês é sinônimo de privilégio e educação e aponta também que mesmo sabendo inglês, “Muitos

em Bangladesh relutam em ler um *post* escrito em inglês”. Com isso em mente, “D” envolve públicos diferentes com o seu *post*. Ao escrevê-lo em uma combinação de “banglish”, ele consegue a atenção de seus compatriotas (faz sentido usar tal item lexical nesse contexto), mas envolve também aqueles que entendem apenas inglês.

No entanto, é possível observar que o seu foco é, na verdade, atingir somente aqueles de Bangladesh, uma vez que fica visível que “D” procura se destacar e performar posicionamentos de um sujeito que sabe a língua inglesa, tirando proveito de seu conhecimento para benefício próprio (caso contrário, por que não escrever um *post* somente no que entendemos por bengali?). Dessa maneira, de forma implícita, o sujeito se autoposiciona como um sujeito educado, com privilégio e que se destaca da maioria da população por não ser “monolíngue”.

A segunda questão que emerge das considerações de Sultana (essa é também o segundo ponto de análise do *post*, como divulgado na abertura desta seção) é o impacto da herança colonial na maneira como os bangladeshianos enxergam língua e identidade.

Como discutido no Capítulo 4, as políticas linguísticas em Bangladesh se alicerçam em ideologias nacionalistas, com vistas à promoção da língua bengali como um símbolo da união do país e de seu povo. Esse sentimento foi aflorado a partir do movimento de 21 de fevereiro de 1952 que foi reconhecido pela UNESCO como “O Dia Internacional da Língua Materna”. Tal movimento foi marcado por protestos violentos ocorridos no que antes era chamado de Paquistão Oriental (atualmente território de Bangladesh), em defesa do uso do bengali como língua oficial da região, ao invés do urdo. Sobre esse episódio, “D” pontua que:

Nossa luta por independência foi baseada em nacionalismo linguístico ou em um nacionalismo de base linguística. Nós lutamos pela língua.
(Entrevista via Facebook, grifos do sujeito).

Ao ressaltar que a população bangladeshiana lutou pelo direito à língua, percebemos a complexidade de se tratar dos efeitos materiais da invenção colonial da língua nas práticas sociais dos sujeitos. Isso me faz reiterar a posição de Makoni e Pennycook (2007, p. 2-3, grifos meus) de que:

[p]or um lado, ao defendermos a visão de que as línguas são construções, nossa posição pode ser vista como uma visão não-materialista de língua: as línguas não existem como entidades reais no mundo e nem emergem de ou representam ambientes reais; elas são, em

contrapartida, as invenções de movimentos sociais, culturais e políticos. Por outro lado, nós reconhecemos também os efeitos materiais das invenções linguísticas, uma vez que elas influenciam como as línguas foram entendidas, como as políticas linguísticas foram construídas, como a educação foi desenvolvida, como os testes de proficiência foram administrados e **como as pessoas passaram a se identificar com rótulos particulares e até morrerem por eles**, como visto na natureza violenta da rivalidade étnica na África e no Sul da Ásia [...]. Assim, enquanto as entidades ao redor das quais as batalhas são lutadas, testes construídos e políticas linguísticas escritas são invenções, **seus efeitos são bem reais**.

Frente ao exposto, não se pode negar, por um lado, que mobilizar noções “fixas” de identidade seja resultado de um longo processo de invenção, e nem se pode ignorar, por outro, que tais noções são recursos a partir dos quais os sujeitos se movimentam e passam a se reconhecer como pertencentes a um grupo ou nação.

No *post* em questão, “D” lança mão de identidades “fixas” para marcar seu lócus de enunciação como um autêntico sujeito bangladeshiano e como aquele que tem a autoridade para exprimir juízos de valor sobre a população. Aqui, “D” nos apresenta uma complexa relação entre recursos linguísticos e propósitos comunicativos ao reservar o inglês e o bengali para fins diferentes. Percebam que os recursos de língua inglesa foram reservados para recontextualizar a situação narrada, enquanto os do bengali para a crítica que o sujeito faz aos seus compatriotas. Frente a isso, o que pode ser observado é que enquanto uma análise que prioriza o estudo desses recursos de forma holística (sua junção) nos permite chegar à conclusão de que eles indexam educação, privilégio e *status* social, uma análise de separação indica que cada recurso está reservado à construção de efeitos de sentido distintos.

Embora ambas as análises se mostrem produtivas, uma vez que tais efeitos só podem ser compreendidos na imbricação dos recursos linguísticos mobilizados, trarei aqui o depoimento do sujeito sobre os propósitos que pretendia alcançar com a separação de suas “línguas”:

Estou numa situação crítica aqui. Isso é constrangedor. Eu não posso escrever isso em inglês porque eu tenho amigos em várias partes do mundo. Eu não posso difamar meu lugar de nascimento na frente deles. Portanto, eu escolhi a língua que somente o meu povo poderia entender. O post está em bengali porque o meu público-alvo era apenas bengalês e não outro. (Entrevista via e-mail).

Enquanto se diz estar numa posição constrangedora por fazer críticas ao seu país de forma pública, “D” revela o seu propósito com a escolha consciente dos seus recursos.

Mirando um público-alvo específico, o sujeito assume que “difamar” o seu país numa língua que mais pessoas pudessem entender (o inglês) teria um efeito negativo na imagem que elas teriam sobre Bangladesh. Percebam que no *post* é trazida uma visão positiva desse país e de sua população e “D” não buscou confrontá-la “na frente” das pessoas que não sejam de Bangladesh. O inglês, assim, estaria voltado para uma comunidade “global”, de pessoas que não precisam saber das mazelas do seu país, ao passo em que o bengali indicaria laços locais/nacionais. O posicionamento que ele assume, portanto, não decorre de um acaso, em que a seleção de recursos linguísticos é produto de uma prática não planejada, mas sim de um ato consciente de manter as “aparências” para um público específico, enquanto exprime a sua crítica voltada sobre e para as pessoas de Bangladesh, ou em seus termos para “o meu povo”.

Outra perspectiva valiosa para essa discussão é oferecida por Moore (2008) com seu debate em torno do conceito de **escala**. Para esse autor, o Estado é um dos grandes disseminadores de categorias escalares, imprimindo, construindo e reproduzindo noções específicas do que vem a ser identidade em uma gama variada de práticas sociais. Um dos exemplos mais claros é justamente a ideia de nação, que é naturalizada como uma escala central de identidade e poder político (Pavlenko e Blackledge (2004) denominam tal processo de **identidade imposta**, conforme discutido no Capítulo 3). Moore (2008, p. 215), no entanto, não ignora o papel agentivo dos sujeitos nas categorizações escalares socioespaciais. Para esse autor, ao contrário, os sujeitos (ou leigos, em suas palavras): “[...] subvertem ou alteram classificações oficiais para seus próprios propósitos. Eles utilizam narrativas para ‘interiorizarem’ e ‘exteriorizarem’ relações socioespaciais e se posicionam em configurações escalares específicas. [...]”. Nesse sentido, Moore (2008) nos indica que os sujeitos performam pertencimento a um lugar ou nação específica pelos modos como se posicionam ou posicionam outros em narrativas sociais.

No caso de “D”, é possível perceber que a escala da identidade nacional, decorrente de discursos nacionalistas propagados pelo Estado, é mobilizada para atender propósitos e públicos específicos. Embora seja possível relacionar tal escala a uma noção mais “fixa” de identidade, há de se pontuar que ela é empregada para exprimir sentidos atrelados a relações espaço-temporais diferentes daquelas promulgadas pelo governo de

Bangladesh. Portanto, a narrativa traçada por “D” indica, assim, seu autopoicionamento como um bangladeshiano e a sua autoridade em tecer críticas voltadas, exclusivamente, para o seu “povo”.

Na crítica feita por “D”, fica sugerida ainda uma comparação entre o povo norte-americano e o bangladeshiano, com base numa noção possivelmente herdada de uma perspectiva ocidentalizada. É sobre isso que tratarei no terceiro e último ponto de análise do *post* em questão.

Quadro 17 – O tempo e as identidades em Bangladesh

TRADUÇÃO
<p>“Oh, você é de Bangladesh. Eu tive um amigo de Bangladesh, ele era tão atencioso, tão bom e tão acolhedor. Ele morreu no ano passado! Vocês são pessoas muito trabalhadoras.”</p> <p>Eu estava falando comigo mesmo, “amiga, você não conhece bangladeshianos. Bangladeshianos não vivem na América. Assim que eles deixam Bangladesh, eles viram santos. Quando eles veem os brancos, eles se tornam dez vezes mais acolhedores!!! E se alguém encontrar uma linda mulher como você, ele não vai hesitar até gastar todo o seu dinheiro com você. Eles podem até pegar dinheiro emprestado só para fazê-la feliz!!</p> <p>Se você quiser ver uma fonte de ladrões, visite Bangladesh. É o lugar onde os filhos não hesitam em roubar os brincos das próprias mães.</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao passo em que refuta a visão “romântica” da voz recontextualizada em seu *post* (não há indicação de quem seja essa “voz”) que predica os bangladeshianos como “atenciosos”, “tão bons e acolhedores” e como pessoas “muito trabalhadoras”, “D” deixa pistas de que a sua crítica ao povo de Bangladesh está embasada na noção escalar de “tempo”.

Em *The colonisation of time*, Giordano Nanni (2012) mergulha na complexa história cultural e social da exploração da ideia de tempo e de práticas temporais no

contexto colonial. Para esse autor, o tempo e a sua regulação não eram apenas ligados à tecnologia imperial, mas também a sua economia moral:

[...] a crença difundida de que sociedades não-europeias de alguma forma ‘não prestavam tanto atenção’ na passagem do tempo, por exemplo, funcionou como um poderoso discurso legitimador para os projetos missionários e coloniais e, portanto, para a hegemonia europeia. (NANNI, 2012, p. 2).

Foi através dessa estratégia de se imaginar como uma civilização consciente do tempo, em oposição a sociedades “intemporais”, que a Europa ocidental grava definições universais de tempo ligadas à regularidade, ordem e produção. Para Nanni (2012), nos rastros dessa ideologia, os indígenas foram tomados como “primitivos” e “selvagens” e compreendidos como incapazes de aproveitar, utilizar e quantificar o tempo.

Tal postura de Nanni (2012) dialoga com aquela de Mignolo (2020) quando argumenta que o eurocentrismo organizou a totalidade do tempo para toda humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórica e cultural como padrão de referência superior e universal, enquanto subalternizou outros modos de conhecimento, transformados não só em diferentes, mas em bárbaros, primitivos, tradicionais e pré-modernos. Decorrente dessa homogeneização do tempo, assim, emerge a noção de civilização ligada ao uso produtivo do tempo. Logo, a experiência eurocêntrica de tempo não pode ser entendida como uma realidade em si mesma, mas sim como um construto social (isto é, inventado), fortemente, integrado a uma visão de sociedade capitalista e industrial. Por fim, evocando as palavras de Makoni e Pennycook (2007, p. 1): “[a] rotação da terra em seu eixo é um fenômeno natural, mas a medida do tempo é um artefato, uma convenção [...]”.

Embora deva ser pontuado que havia resistência de determinadas sociedades indígenas à essa visão totalizante de tempo, orientada pelo relógio e pela necessidade de produção, o que se percebe é que a invenção do tempo, assim como a da língua, deixou marcas nas mais diversas formas de se interpretar as relações que desenvolvemos com o mundo. Um exemplo disso é a crítica que “D” faz ao povo de Bangladesh. Observem que ela é motivada pelos comentários positivos feitos aos bangladeshianos que, dentre outras coisas, foram caracterizados como um povo “muito trabalhador”. “D” sustenta a sua argumentação lançando mão de itens lexicais que contrapõem essa implícita noção de

tempo e espaço atrelados à produtividade. Assim, diferentemente dos norte-americanos, os bangladeshianos não vivem “na América”, logo não podem ser predicados como “muito trabalhadores”. Além disso, para se tornarem pessoas melhores, os bangladeshianos teriam que deixar o seu país e socializarem com “brancos” para poderem, então, virar “santos” e “dez vezes mais acolhedores”, o que vai de encontro à representação desse povo como “tão bom e tão acolhedor”.

O abismo que separa a ideia de tempo que caracteriza os norte-americanos daquela que caracteriza os bangladeshianos é reforçado ainda quando o sujeito evoca os itens lexicais “ladrão”, “roubar” e “gastar todo o seu dinheiro” que acompanham um campo semântico de oposição ao de “trabalho”. Logo, é possível inferir que para “D”, os bangladeshianos não seriam orientados por uma ideia de tempo como progresso, trabalho duro e recompensa, mas sim pela noção de atraso, oportunismo e futilidade.

Com essa discussão é possível destacar que enunciar no FB não diz respeito apenas a compartilhar experiências cotidianas, mas também se posicionar face a ideologias que orientam visões de mundo diferentes. Com os exemplos de “D”, podemos observar que as práticas translíngues envolvem o fixo e o fluido das noções escalares e das experiências que os sujeitos desenvolvem em diferentes espaços de socialização.

Continuarei tratando do sujeito “D” e dos demais, nas próximas seções, mas agora dando maior ênfase às dimensões **espaço-temporal** e **mediadora**. Embora já tenha sido possível perceber que essas dimensões podem e devem atuar juntas (se considerarmos que a análise das práticas translíngues se torna produtiva apenas na consideração do todo do enunciado), o recorte que faço nesta tese tem objetivo de orientar a compreensão das possibilidades que cada dimensão oferece para as análises aqui propostas. Tendo dito isso, avanço na discussão dos dados com base nessas dimensões.

Assim como feito na discussão da **dimensão decolonial**, para uma melhor orientação na leitura das dimensões **espaço-temporal** e **mediadora**, trago no quadro a seguir uma síntese das principais articulações a serem desenvolvidas na próxima seção:

Quadro 18 – Síntese da análise das dimensões espaço-temporal e mediadora

Dimensões espaço-temporal e mediadora
--

<p style="text-align: center;">Atividades translíngues analisadas</p>	<p>Posicionar-se como representantes legítimos de uma cultura nacional; Aproximar-se ou distanciar-se de alguém; Estabelecer diferentes relações com diferentes pessoas; Negociar normas de comportamento <i>online</i>; Performar identidades momentâneas; Resistir a discursos que subjagam identidades.</p>
<p>Principais conceitos mobilizados</p>	<p>Cronotopo (BAKHTIN, 1981; BLOMMAERT, 2015; BLOMMAERT; DE FINA, 2017); Escalas (BLOMMAERT, 2007; 2010; CANAGARAJAH, 2016; CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016; CARR; LEMPERT, 2016); <i>Footing e frame</i> (CANAGARAJAH, 2013a); Ordens de indexicalidade (BLOMMAERT, 2010); Discursos/enunciados desterritorializados (CHRISTIANSEN, 2007; ZOLIN-VESZ, 2016); Práticas transidiomáticas (JACQUEMET, 2005); Espaços translíngues (LI WEI, 2011); Pistas indexicais (WORTHAM, 2001; WORTHAM; REYES, 2015); Teoria dos Posicionamentos (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999); Perspectiva transglóssica (DOVCHIN; PENNYCOOK; SULTANA, 2018).</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

6.2 PERFORMANCES IDENTITÁRIAS A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE CRONOTOPO, ESCALA E PODER

Para discussão do enunciado translíngue que segue buscarei articular os conceitos de cronotopo, escala e poder. Além disso, ilustrarei de que maneira uma análise **espaço-**

temporal e **mediadora** das práticas translingües pode não só evidenciar as relações contextuais nelas mobilizadas e a pertinência da noção escalar para as práticas de linguagem, mas também trazer à tona os modos por meio dos quais posicionamentos identitários indexam diferentes relações de poder entre os sujeitos. Para esse fim, iniciarei a discussão com uma publicação do sujeito “D”.

A atualização de *status* que segue é um exemplo de narração sobre a vida acadêmica de “D”. Iniciarei com parte desse *post*, buscando analisá-lo com base na perspectiva transglóssica de Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), e, na sequência, apresentarei e discutirei os *posts* de “amigos” de “D” realizados na seção de “comentários”.

Quadro 19 – “DEAR ALL”

TEXTO DO FACEBOOK
<p>March 6 · 🌐</p> <p>DEAR ALL :</p> <p>এ সম্প্রদায়ে ১৪ ঘণ্টা লেকচার দিতে হবে বাংলাদেশের সংস্কৃতি, ইতিহাস, রাজনীতি, মানবাধিকার পরিস্থিতি, মাইনোরিটি সম্প্রদায়ের অবস্থা, দারিদ্র, বন্যা ও দুর্ভিক্ষ, এবং LGBTQ দের সামাজিক স্ট্যাটাস নিয়ে. শ্রোতা হিসেবে থাকবেন আমেরিকার প্রফেসরবৃন্দ, ছাত্ররা, এনজিও কর্মীরা, UNESCO র কর্মকর্তাবৃন্দ এবং LGBTQ সম্প্রদায়ের লোকজনেরা.</p> <p>আমি প্রস্তুত. শুধু একটা জিনিসের অভাব বোধ করছি. একটা ভালো শর্ট ফিল্ম যেটা একটু বিনোদনের ব্যাবস্থা করবে. ইংলিশ সাব টাইটেল যুক্ত একটা ভালো বাংলা শর্ট ফিল্ম রিকমেন্ড করেন. সাউথ এশিয়ার মধ্যে হলেও হবে.</p> <p>ধন্যবাদ!</p> <p>See Translation</p> <p>  45 11 Comments</p>
TRADUÇÃO

“D”: QUERIDOS/AS TODOS/AS: Esta semana será muito louca porque tenho que dar várias palestras sobre a cultura, história, política, direitos humanos, minorias, pobreza, alagamento e a condição social da comunidade LGBTQ em Bangladesh. Meu público será professores, alunos, assistentes sociais, alguns secretários da UNESCO e alguns membros do clube LGBTQ da universidade. Embora seja desafiador, eu estou pronto. Mas acho que preciso de uma representação visual da minha cultura. E um curta-metragem pode ser uma boa forma de representar a minha cultura. Por favor, me recomendem algum filme que representa a cultura e os valores de Bangladesh. Qualquer filme sul asiático será ok também.

Obrigado!

Fonte: elaborado pelo autor.

Tomando como base a **perspectiva transmodal**, da proposta transglóssica de Dovchin, Pennycook e Sultana (2018), é possível indicar que a própria natureza do gênero “*post de Facebook*” motiva o emprego de diferentes modos de se construir sentido. Quem é familiarizado com esse gênero discursivo sabe que os recursos “não linguísticos” são importantes para a interpretação dos enunciados negociados. Assim sendo, é possível inferir, por exemplo, que “D” enuncia para todos que possuem ou não um perfil na rede social, uma vez que o ícone ao lado da data da postagem indica que o texto é público. Essas e outras informações são importantes para a análise, já que a escolha dos recursos comunicativos pelo sujeito indica o público que ele almeja abarcar em suas produções, decidindo, assim, quem pode ou não participar delas.

Levando em consideração a **perspectiva transtextual**, como foco na **relação contextual**, fica indicado no enunciado, o convite para o público assistir a uma palestra que “D” faria em sua universidade, e para quem acompanhava suas publicações, regularmente, sabia que ela se localizava nos Estados Unidos. Já partindo da **perspectiva translinguística** de análise, percebe-se nesse enunciado a predominância e combinação de recursos comumente relacionados às línguas bengali e inglesa. O uso de recursos do bengali predomina, enquanto os de inglês estão reservados à escrita dos acrônimos *LGBTQ* e *UNESCO* e do *DEAR ALL*.

Entretanto, para compreender tal enunciado como uma atividade translíngua não

é suficiente apenas apontar quais recursos foram empregados pelos sujeitos, mas revelar como eles funcionam em conjunto, criando um todo diferente (GARCÍA; LI WEI, 2014). Dessa forma, será possível ter acesso a uma gama de pistas sobre a identidade étnica, linguística, bem como a escolaridade de “D”, onde vive e seus interesses de pesquisa, por exemplo. Com isso em mente, é adequado afirmar que tais pistas apontam para diferentes relações cronotópicas mediadas por diferentes escalas. Falarei sobre a relação entre cronotopo e escala a seguir.

6.2.1 “Am I growing old?”: constelação de vozes, cronotopos e construção coletiva de identidade

Como já vimos, o FB pode ser compreendido como um espaço cronotopicamente organizado. Partindo de uma conceituação de contexto como estratificado e multiescalar, no espaço-tempo do FB, a nossa atenção se desloca de uma percepção unidimensional dos signos (com foco nos significados denotativos) para uma multidimensional. Nessa ótica, o foco se centra nos sentidos indexicais que revelam conexões particulares entre discursos e práticas culturais mais amplas. Desse modo, qualquer enunciado produzido envolve uma gama de cronotopos; como exemplo, o conteúdo temático de um *post* carrega determinadas estruturas normativas que podem ser contestadas, negociadas e desenvolvidas por outros usuários, e, com isso, evoca configurações experienciais, discursivas, ideológicas e espaço-temporais diferentes.

Nesses termos, as práticas de linguagem desenvolvidas a partir do FB, por não envolverem uma copresença física, mas virtual, envolve um número desconhecido de potenciais participantes e, conseqüentemente, de posicionamentos identitários, combinados em enquadres flexíveis de tempo e espaço em que a própria noção de copresença é repensada através de uma infinidade de recursos semióticos. No caso da publicação de *posts* sobre a vida universitária, por exemplo, o criador do texto pode performar um posicionamento acadêmico e, ao mesmo tempo, também se engajar em práticas que manifestam suas relações de amizade, familiar, profissionais etc. Considerando esse cenário, portanto, todos esses espaços e tempos podem se conectar uns com os outros em vários tipos de interação que se materializam, simultaneamente, seja através da menção a nomes específicos como “casa”, “universidade”, seja até mesmo do

uso de dêiticos como “aqui” e “lá”. Voltemos a nossa atenção ao *post* de “D” para ilustrar o que trouxe até o momento.

Quadro 20 – Cultura e valores de Bangladesh

TRADUÇÃO
<p>“D”: QUERIDOS/AS TODOS/AS: Esta semana será muito louca porque tenho que dar várias palestras sobre a cultura, história, política, direitos humanos, minorias, pobreza, alagamento e a condição social da comunidade LGBTQ em Bangladesh. Meu público será professores, alunos, assistentes sociais, alguns secretários da UNESCO e alguns membros do clube LGBTQ da universidade. Embora seja desafiador, eu estou pronto. Mas acho que preciso de uma representação visual da minha cultura. E um curta-metragem pode ser uma boa forma de representar a minha cultura. Por favor, me recomendem algum filme que representa a cultura e os valores de Bangladesh. Qualquer filme sul asiático será ok também.</p> <p>Obrigado!</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

É possível sugerir que a maneira como “D” evoca diferentes configurações espaço-temporais em seu *post* se dá a partir das escolhas semióticas que ele realiza. Para fundamentar essa sugestão, utilizarei as pistas indexicais de Wortham (2001) e Wortham e Reyes (2015), discutidas no Capítulo 2.

É possível indicar, por exemplo, que a utilização dos itens lexicais “minha cultura” e “a cultura e os valores de Bangladesh”, por exemplo, se configura como uma importante estratégia de autoposicionamento, demonstrando o *status* epistêmico de “D” como conhecedor ou “pertencente” à cultura bangladeshiana, o que indica também a sua identidade étnica e linguística. Além disso, um encadeamento de predicções para o referente “eu”: “tenho que dar várias palestras sobre...” “estou pronto”, “preciso de uma representação visual da minha cultura” e do uso do modalizador “eu acho”, além de reforçar esse autoposicionamento, confere ao sujeito lugar legítimo de representante dessa cultura.

Esse último ponto fica ainda mais aparente quando “D” evoca outras normas, tempos e espaços através dos itens lexicais “professores”, “alunos”, “assistentes sociais”, “UNESCO”, “membros do clube LGBTQ da universidade”, e quando predica o referente “dar palestra” como “desafiador”, que ao serem mobilizados dão credibilidade ao seu discurso. O apelo a tais cronotopos é estratégico – eles conferem a “D” credenciais que o permitem falar sobre o assunto como uma autoridade. Logo, o manejo de tais pistas entra em cena como uma estratégia que leva à ordem de indexicalidade que atribui o lugar de “D” como autêntico representante da cultura bangladeshiana a fatores externos, assim como evoca uma gama de configurações espaço-temporais.

Evocar cronotopos e, conseqüentemente, diferentes vozes e discursos a partir do manejo de recursos semióticos, é uma estratégia recorrente nas publicações de “D”. No *post* que segue, são apresentadas estratégias semelhantes:

Quadro 21 – “Am I growing old?”

TEXT DO FACEBOOK

June 28 at 11:11 AM · 🌐

ঢাকায় আসার পর থেকেই সকল রোগ বলাই সিঁড়িকেট করে আমার পেছনে লেগেছে. আমেরিকাতে প্রায় ৮ লক্ষ টাকা খরচ হয়েছে হেলথ ইন্সুরেন্সের পেছনে কিনুত এক টাকার ও ঔষধ কিনতে হয়নি. এখন মনে হচ্ছে 'মাই ডটার, মাই ডুকাট'.

তীব্র পেটে ব্যাথা আর বুক জ্বালাপোড়া নিয়ে বাসার ভেতরেই কাঁতরাছি. কি করবো ঠিক বুঝতে পারছিনা. আপনাদের কোনো সাজেশন থাকলে বলুন আর এ বিষয়ে ভালো ডাক্তারের সাথে পরিচয় থাকলে প্লিজ একটু লিংক দিন. Your help will be appreciated.

চুল পেকে গেছে. গতকাল উত্তরা থেকে আসার পথে এক ছেলে 'মামা' বলে ডাক দিয়েছে যদিও ওর মায়ের চেহারাটা এ মুহূর্তে ঠিক আমার মনে আসছেননা. হতে পারে আমার পূর্ব জনমের বোন ছিল! আদর করে আমি ভাইগা ডাকাতে সে ও একটু লজ্জা পেয়েছে! Am I growing old? Am I growing old?

[See Translation](#)

   108 15 Comments

TRADUÇÃO

“D”: Depois de voltar para Daca, eu venho sofrendo de muitas doenças como se todas elas tivessem formado um sindicato para me atacar como um ato de vingança. Quando eu estava nos Estados Unidos, eu paguei por um ótimo plano de saúde para me prevenir de doenças, mas nunca precisei comprar remédios. Agora, parece que depois de voltar para Bangladesh, eu perdi tanto “minha filha quanto meus ducados”.

Estou tendo sérias dores no estômago agora. E eu realmente não sei o que fazer e como melhorar isso. Se você conhece algum médico bom na cidade, por favor me indique um ou poste os links deles aqui. Sua ajuda será muito bem-vinda.

Meu cabelo está ficando grisalho. Ontem, quando estava no ônibus, um garoto chegou até mim perguntando se eu era o seu tio, embora eu nem lembre o rosto de minha própria irmã (sua mãe). Estou ficando velho? Estou ficando velho?

Fonte: elaborado pelo autor.

Começando pela **relação contextual** do enunciado, observamos “D” comentando sobre seu estado de saúde após sua chegada à terra natal e convidando seus “amigos” a ajudá-lo nesse período de reajuste. O emprego da sentença *Your help will be appreciated* (Sua ajuda será muito bem-vinda) dá indícios dessa afirmação. Além disso, “D” percebe que desde quando retornou dos Estados Unidos, não só sua saúde piorou, como alguns cabelos grisalhos também começaram a aparecer. Ele lamenta o fato enunciando que perdeu “tanto minha filha quanto meus ducados” e finaliza o *post* com: *Am I growing old? Am I growing old?* (Estou ficando velho? Estou ficando velho?). Nesse momento, se torna vital compreender o que está por trás do emprego desses enunciados, o que nos leva à interpretação da **história pré-textual** de produção e aos seus **ecos intertextuais**.

Em entrevistas e questionários aplicados, “D” deixou clara a sua paixão pelos estudos que desenvolve na área de literatura e aponta ser esse um dos motivos de ter evocado as pistas indexicais de citação “minha filha e meus ducados” e “Estou ficando velho?”. Esses trechos foram citados a partir de dois trabalhos literários: o primeiro deles é de autoria de William Shakespeare, *O Mercador de Veneza*, peça em que um judeu,

Shylock, tem parte de sua fortuna roubada por sua filha, Jéssica, ao fugir com Lorenzo, amigo de um dos seus inimigos. Ao descobrir a fuga, Shylock grita: “Minha filha! Meus ducados”, indicando sua indignação pela perda de duas de suas posses.

No *post*, esses enunciados são recontextualizados em um novo cronotopo: “filha” e “ducados” passam a ter um outro valor semiótico, evocando o cronotopo de saúde. “D” manipula, assim, diferentes escalas associadas a diferentes espaços-tempos de suas experiências. Ele indica não só de onde enuncia “Depois de voltar para Daca”; “parece que depois de voltar para Bangladesh...”; onde estava “Quando eu estava nos Estados Unidos”; e seu estado atual: “eu venho sofrendo de muitas doenças”; “Estou tendo sérias dores no estômago agora”; “Meu cabelo está ficando grisalho”; mas também nos revela as vozes literárias que modelam suas experiências.

A segunda obra literária usada como referência para a enunciação de “D” é o poema *A canção de amor de J. Alfred Prufrock*, escrito pelo inglês, T.S. Eliot. Em seu enunciado, “D” se assemelha à persona de Prufrock, que vivia na constante luta contra a sua existência e velhice. Em um de seus devaneios, Prufrock exclama: *I grow old... I grow old...* (Eu envelheço... Eu envelheço...). De igual modo, “D” inclui as vozes de Prufrock como forma de demonstrar sua angústia por ter voltado ao seu país e não estar seguro sobre o seu corpo e aparência.

A partir da perspectiva **dos ecos da intertextualidade** e da **relação contextual** aqui adotada, é possível compreender que o processo de construção de sentidos estabelece conexões com outras vozes e eventos comunicativos de espaços-tempos distintos, que ao serem evocados, constroem novos sentidos, ressaltando, assim, a natureza transglóssica da linguagem (DOVCHIN; PENNYCOOK; SULTANA, 2018).

Ao ser questionado sobre o fato de ter escrito o *post* nessa configuração de vozes, “D” afirma:

Foi um processo automático. Eu simplesmente expressei os meus sentimentos. Eu venho de um plano literário, assim como muitos de meus amigos [do Facebook]. Eu quis dizer com isso que eu estou me tornando como Prufrock, não se firmando em nenhum lugar e perdendo a confiança sobre meu corpo. (Questionário).

O que é possível inferir dessa constelação de vozes é que cronotopos específicos produzem posicionamentos identitários, ações, sentidos e valores também particulares.

Empregá-los e compreendê-los interacionalmente também são práticas cronotópicas, em si mesmas, em que “[...] outras histórias são reunidas na historicidade do aqui-e-agora da produção e compreensão. [Onde] [s]ignos ‘da’ história são convertidos em signos ‘na’ história. [...]” (BLOMMAERT, 2015, p. 109). Portanto, os pedaços de textos de Shakespeare e T.S Eliot trazem consigo pedaços de história como contextos relevantes para a compreensão dos enunciados. Assim, “filha”, “ducados” e “Estou ficando velho?” carregam valores implícitos de identidade, tempo e lugar, ideologicamente carregados de interpretações locais e baseados em uma visão translocal de linguagem (TANZI NETO; OLIVEIRA, 2018).

A partir das pistas indexicais, estrategicamente performadas por “D”, nos dois *posts*, podemos sugerir que ele se projeta como: a) acadêmico, ao fazer referência à universidade, ao seu *background* literário e a atividades relacionadas a esse espaço (dar palestras); b) como sujeito multilíngue, ao manipular recursos linguísticos associados a uma variedade de línguas nacionais; e c) como bem instruído, não só por dominar o bengali padrão, mas também por se mostrar engajado em temas políticos e culturais diversos. O curioso nessas práticas que versam, basicamente, sobre a sua vida acadêmica nos EUA e sobre sua relação com seu país de origem, é que elas são recorrentes em grande parte de suas publicações. Logo, quem acompanha as suas postagens consegue reconhecer que quando aquelas pistas são empregadas, mesmo sem referência explícita a um espaço-tempo específico, o sujeito está se reportando a sua vida naqueles países e às práticas dela decorrentes. Isso nos leva a perceber que os cronotopos passam a ser reconhecidos como tais a partir de duas condições principais: a **generalizabilidade** e a **fractalidade**⁶¹.

Segundo Blommaert (2015), a **generalizabilidade** envolvida na prática cronotópica se refere à percepção de que todo ato de linguagem é marcado por diferentes períodos de nossas vidas e, como tais, possuem suas próprias práticas culturais. O *post* em questão apresenta um exemplo: uma qualificação cronotópica como “vida universitária” pode ser estendida à qualquer prática que possa estar ligada a ou condicionada por configurações espaço-temporais específicas. Dito de outra forma, essas configurações nos revelam formas específicas de práticas e construção identitária,

⁶¹ Essas são a minha tradução, uma vez que não foi possível encontrar publicação em língua portuguesa sobre os conceitos.


condicionadas aos diferentes estágios de vida daqueles que as performam, envolvendo também trajetórias em diferentes lugares de socialização.

Já a **fractalidade** está ligada à **generalizabilidade**. Ainda conforme Blommaert (2015), não podemos confinar as práticas cronotópicas a grandes estágios de nossa vida apenas, porque dentro de cada intervalo de tempo mais restrito outras configurações de espaço-tempo podem coocorrer. Ainda tomando como exemplo o cronotopo de “vida universitária”, é possível perceber, assim, que outros espaços e tempos estão em competição como “estudar para provas”, “ter reunião com professores”, “formar-se”, “apresentar TCC” etc. Logo, as normas relativamente estáveis atreladas a essas configurações se interrelacionam, expandindo ou limitando as opções identitárias dos sujeitos envolvidos. Destarte, com base nas termos propostos por Blommaert (2015), é possível compreender como as pistas indexicais e as performances encenadas por “D” passam a ser entendidas como tais. Seus “amigos” se embasam em práticas habituais desenvolvidas em outros tempos e espaços que servem como orientadoras de suas valorações sobre o que é postado.

Complementarmente, evocar cronotopos, da forma como realizado por “D”, nos apresenta ainda outras duas possibilidades de debate sobre performances identitárias: uma diz respeito à construção coletiva de espaços-tempos e a outra à definição cronotópica do FB nos termos do próprio sujeito. E aqui entra a participação de seus “amigos” na coconstrução de seus enunciados.

Se voltarmos a nossa atenção aos cronotopos mobilizados por “D” em sua tentativa de se autoposicionar como representante de sua cultura no *post* dos quadros 19 e 20, nos deparamos com a possibilidade de que tal identidade não seja construída individualmente apenas naquele espaço-tempo. Ao solicitar aos seus “amigos” recomendações de “algum filme que representa a cultura e os valores de Bangladesh” ou “Qualquer filme sul asiático”, “D” se engaja em processos de coconstrução identitária, uma vez que as recomendações representarão também posições axiológicas outras sobre o que pode vir a ser a cultura e os valores de Bangladesh. Observem que nesse “pedido”, “D” abre oportunidades para que outras experiências cronotópicas sejam negociadas no espaço-tempo do FB. Os recortes, trazidos a seguir, são partes de uma camada de comentários daquele mesmo *post* aqui analisado:

Quadro 22 – Interação entre “D” e “Sujeito 4”

COMENTÁRIOS
<p data-bbox="414 459 1236 526">youtube e kichu award winning film thakar kotha...</p> <p data-bbox="430 526 805 548">Like · Reply · See Translation · 19w</p> <p data-bbox="486 582 1093 638">Short film not more than 15 minutes...</p> <p data-bbox="502 638 694 660">Like · Reply · 19w</p> <p data-bbox="502 817 1228 884">here you can find some documentary film about Bangladesh</p> <p data-bbox="502 907 1005 929">Exhibition: http://www.youtube.com/playlist...</p> <div data-bbox="470 952 1220 1142"><p data-bbox="694 996 1021 1086">YOUTUBE.COM Exhibition - YouTube</p></div>
TRADUÇÃO
<p data-bbox="239 1422 1236 1467">“SUJEITO 4”: você pode encontrar alguns de nossos filmes premiados no youtube...</p> <p data-bbox="239 1500 869 1545">“D”: Curta-metragem, não mais do que 15 minutos...</p> <p data-bbox="239 1579 1204 1624">“SUJEITO 4”: aqui você pode encontrar alguns documentários sobre Bangladesh</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse novo cronotopo, temos a participação de “Sujeito 4”, também de Bangladesh, que ao acatar a posição atribuída por “D” acaba, ao mesmo tempo, se posicionando como aquele que tem autoridade para sugerir produções culturais sobre o país. É importante ressaltar, no entanto, que a sugestão feita por “Sujeito 4” é, na verdade, seu posicionamento valorativo do que ele compreende como “cultura e valores de Bangladesh”. Portanto, essas noções são negociadas a partir dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos que enunciam, não dadas *a priori*.

Frente ao exposto, sugere-se que a performance de uma identidade “bengali”, nesse espaço-tempo seja uma prática de construção coletiva, que remete aos posicionamentos dos sujeitos envolvidos sobre o que eles percebem como sendo “cultura” e “valor”, genuinamente, bangladeshianos. Os diferentes cronotopos em disputa representam diferentes configurações, normas e ideologias que apontam para o passado (as experiências que ambos os sujeitos construíram antes da interação no *post - generalizabilidade*), para o presente (o posicionamento axiológico frente ao que é anunciado) e para o futuro (é provável que “D” confira se as sugestões oferecidas pelos sujeitos representam, de fato, o que ele compreende como “cultura” e “valores” de Bangladesh).

Voltando para a segunda possibilidade de performance identitária, anteriormente mencionada, apresento um trecho de uma resposta de “D”, trazida em um dos questionários enviados. Nesse questionário, o sujeito apresenta os motivos/propósitos que orientam as suas práticas translíngues no FB:

Eu não misturo bengali e inglês nos comentários, embora eu alterne os códigos na escrita de meus posts. (Questionário).

O que se infere por meio desse posicionamento é que “D” tem consciência de como a organização cronotópica do FB pode atender aos seus propósitos comunicativos. Nesse trecho, o sujeito revela as suas próprias normas para utilização dessa rede social, que foram corroboradas a partir das análises realizadas das anotações de campo. Após registrar as minhas observações das publicações de “D”, constatei que o sujeito responde aos comentários de seus *posts* sempre com recursos de uma língua ou outra (mais sobre isso, nos próximos parágrafos deste capítulo), e nunca através de uma prática de hibridação delas. Tal fato retoma a afirmação de Blommaert e De Fina (2017, p. 3) de que

[...] [c]onfigurações específicas de espaço-tempo possibilitam ou sancionam modos específicos de se comportar como positivos, desejáveis ou compulsórios [...], e isso acontece através do emprego e da avaliação de indexicais cronotópicos relevantes – indexicais que adquirem um certo valor reconhecível quando mobilizados dentro de uma configuração espaço-temporal particular.

No caso em questão, penso que os recursos linguísticos empregados podem ser considerados como “indexicais cronotópicos”. O espaço da publicação de um *post*, nesse sentido, é reservado para a mistura, hibridação, ao passo que a seção de comentários é marcada pelo alinhamento ao recurso empregado pelo outro. Isso posto, o manejo de recursos semióticos e sua “adequação” a espaços-tempos específicos no FB nos conduz a interpretar que as práticas translíngues são negociadas em diferentes camadas que representam a natureza cronotópica do ato de linguagem, e essa, por sua vez, contribui para definir quais performances são possíveis em cada espaço e tempo.

Diante do que foi discutido até o momento, nota-se que enunciar no *Facebook* é evocar espaços-tempos populados por outras vozes, ideologias e experiências. Juntos, esses elementos constroem diferentes mundos com contornos temporais e espaciais particulares, sendo laminados ou estratificados em diferentes níveis de interação. As performances dos sujeitos, assim, são negociadas discursivamente, a partir da justaposição de recursos semióticos diversos, seja através de experiências passadas, ideologias linguísticas e/ou de conhecimentos de mundo. Para trazer dados que possam ilustrar o que tenho qualificado como interação “laminada” ou “estratificada”, se faz pertinente lançar um olhar mais cuidadoso sobre o conceito de **escala** e sobre seu lugar na **dimensão espaço-temporal** de análise.

6.2.2 Negociação escalar, práticas translíngues e quando a norma não é para TODOS/AS

Retomo um trecho da seção de comentários do *post* trazido anteriormente, que tem sido objeto de análise até o momento, para investigar as implicações político-ideológicas do enunciado desde uma perspectiva escalar.

Quadro 23 – “Tem certeza de que o *post* é para TODOS/AS?”

COMENTÁRIOS
“SUJEITO 5”: Tem certeza de que o <i>post</i> é para TODOS/AS? Eu acho que é para aqueles que entendem a sua língua.
“D”: Querida: A língua já não é uma barreira agora! Como está?
“SUJEITO 5”: Eu não entendi o que você escreveu.

Fonte: elaborado pelo autor.

O primeiro comentário questiona se o *post* escrito, de fato, seria para “TODOS/AS” (escrito em letras maiúsculas). Para essa participante, “D” enunciou apenas para aqueles que compreendiam a sua língua, o que, conseqüentemente, excluiria os demais “amigos” conectados a sua rede. Entendo que o comentário da participante se relaciona ao fato de o *post* ser iniciado pelo item lexical em língua inglesa “DEAR ALL” (QUERIDOS/AS TODOS/AS), o que deve ter criado a expectativa de que mais informações também iriam ser/seriam dadas nessa língua.

Ao observarmos o posicionamento axiológico de “Sujeito 5” e a réplica de “D” ao seu comentário: “A língua já não é uma barreira”, podemos compreender que o que está em jogo é uma negociação escalar com base em comportamentos reconhecíveis e atos performativos negociados em configurações espaço-temporais específicas. Dito de outra forma, a disputa enunciativa envolve a percepção de que, em **espaços translíngues**, cada recurso semiótico pode ser usado em diferentes níveis escalares e nenhum domina todas as escalas e nem pode ser empregado em todas as situações com todas as pessoas. Nesse sentido, o que conta como apropriado, de *status* elevado ou como recurso inferior é mediado por posicionamentos valorativos situados, mas ligados à historicidade e aos efeitos performativos dos signos.

Diante do exposto, o que está em disputa, a meu ver, é o posicionamento frente a uma noção escalar: quem pode (ou deve) usar a língua inglesa no FB. Nos enunciados de “Sujeito 5”, por exemplo, o que está implícito é que essa língua indexaria coletividade,

impessoalidade, homogeneidade e translocalidade, isto é, o uso do inglês atingiria um público maior e faria com que mais pessoas pudessem participar da negociação de sentido. Por outro lado, o posicionamento de “D” frente a uma possível imposição escalar (por que usar só inglês?) se embasa na noção de diversidade, da localidade das práticas, do subjetivo e está atrelado ao propósito pessoal mirando a coletividade.

Segundo Blommaert (2007), em seus estudos sobre linguagem e globalização, o inglês operaria no nível escalar superior (translocal) da comunicação, sendo semiotizado como o emblema da mobilidade internacional, sucesso e prosperidade. Para esse autor, a escolha linguística a favor do inglês seria, frequentemente, motivada pelo desejo de “sair daqui” e de se engajar em contextos comunicativos mais amplos. No entanto, o que me parece é que a atividade em questão pode ser mais bem explicada a partir da afirmação de Canagarajah e De Costa (2016, p. 8) de que “[...] a própria definição de escala translocal como sendo apenas inglês ou multilíngue varia, por essa ser negociada intersubjetivamente em diferentes contextos [...]”. Portanto, o que se percebe é que a escala é sempre uma questão de perspectiva que orienta os atores sociais a agirem de determinadas formas (CARR; LEMPERT, 2016).

O posicionamento assumido por “Sujeito 5”, nesses termos, se embasa em sua própria avaliação de práticas de linguagem que seriam “apropriadas” no FB, que situam, discursivamente, pessoas e ações em certos contextos prototípicos, ligados ao que Karimzad (2020) chama de “imagens idealizadas de escalas superiores” de língua e identidade. Em contrapartida, o posicionamento de “D” nos revela a tentativa de negociação de normas outras, ou pelo menos, o desejo dessa construção naquele tempo e espaço. “D” nos convida a pensar também que sujeitos “transnacionais” adotam um *footing* diferente na e para a comunicação, isto é, buscam se comunicar levando em consideração diferentes normas, indo além do compartilhamento de línguas e identidades. Com isso, aqueles que insistem em suas próprias normas “translocais” tendem a indexar “etnocentrismo” (CANAGARAJAH, 2013a). No enunciado em questão, notamos a tentativa de “D” de “saltar” escalas, relegando a imposição de normas (o uso do inglês no FB) a uma escala inferior (local) e não como correspondendo a uma escala translocal, conforme defendido por Blommaert (2007).

Em ambos os casos, o que se pode deduzir, portanto, é que os sujeitos estabelecem ou negociam suas escalas com base na percepção que têm das normas que deve(ria)m

orientar as suas práticas de linguagem, isto é, com base nas práticas cronotópicas que experienciaram em diferentes performances, textos e discursos. Ao invés de as escalas serem tomadas como prenes de sentidos e valores, elas são compreendidas como resultados de práticas locais específicas. Nas palavras de Freitas e Moita Lopes (2019, p. 159), assim, “[...] houve outros textos e outros significados em movimento que viajaram para esta narrativa e foram entextualizados nesse espaço-evento em um novo processo de contextualização que fixa momentaneamente o fio semântico [...]”.

Ainda sobre a percepção que sujeitos multilíngues teriam sobre escalas translocais, Canagarajah (2016, p. 52) nos diz que:

[...] [e]sse nível escalar acomoda normas linguísticas diversas. É, nesse sentido, translocal: isto é, transcende as normas de locais específicos. Assim, a interpretação dos valores associados à escala translocal é diferente daquele de homogeneidade [...].

Esse posicionamento foi reforçado por “D” em um dos questionários respondidos, em que quando questionado sobre o porquê de se mover entre diferentes recursos linguísticos na e para a comunicação, ele pontua:

*[a prática] esclarece muitos problemas, **acrescenta diversidade**, conecta os públicos e deixa as outras pessoas curiosas. Ela também traz um pouco de diversão no contexto.* (Questionário, grifos meus).

Percebe-se, então, que a escala da diversidade é tratada não como prática meramente local ou individual, mas sim como um recurso para conectar sujeitos de e entre diferentes configurações espaço-temporais. “D” performa, assim, o que Canagarajah (2013a) denomina de “prática de letramento negociada”. Para esse autor, uma orientação adequada para as práticas de linguagem de sujeitos que translinguam seria uma em que o texto é concebido como negociado e coconstruído num tempo e espaço específico, com oportunidades para os leitores moldarem seus sentidos e forma, se configurando, assim, como um texto performado ao invés de pré-construído. Com efeito, essas práticas representam o próprio ato translíngue: desenvolver a “sinergia” para se negociar textos híbridos entre e a partir de diferentes semioses (CANAGARAJAH, 2013a).

Sobre esse ponto, é válido retomar ainda as reflexões de Canagarajah (2016) quando nos alerta que se valer de determinadas escalas com base em interesses próprios

demanda um cuidadoso processo de negociação, ou seja, é um empreendimento de risco e de resultados imprevisíveis, uma vez que não há garantia de que tais escalas serão aceitas por todos. Essa afirmação pode ser ilustrada pela insistência de ambos os sujeitos em negociar suas próprias escalas: “D” não usa o inglês em suas réplicas, e “Sujeito 5” continua solicitando esclarecimentos sobre o *post* naquela língua.

O que se infere, com isso, é que os próprios sujeitos multilíngues podem lançar mão do direito de impor suas próprias normas (ou ordens de indexicalidade) (mesmo ambos podendo ser considerados multilíngues, se percebe que eles se embasam em perspectivas escalares diferentes), nos levando a reforçar a percepção do **espaço translíngue** não como neutro ou democrático. Pelo contrário, nessa configuração espaço-temporal, os sujeitos têm consciência de que cada recurso semiótico indexa diferentes valores e normas. Portanto, pode ser sugerido que, nessa negociação, o exercício de poder é resistido e realizado por ambas as partes e, assim sendo, nos conduz a concluir que o *footing* e os **enquadres** da comunicação são sempre negociados. Nesse cenário, acredito que revisitar a discussão que Bakhtin propõe sobre tensão e poder possa nos ajudar a compreender os desdobramentos dessa negociação.

Segundo Jan (2003), a prática de mesclar diversos recursos linguísticos⁶² diz respeito às diferenças nas relações de poder e *status*. Para a autora, a escolha de recursos linguísticos é também uma estratégia para exercer poder em uma interação. Ela acredita ainda que os participantes de um evento comunicativo se valem de suas posições ideológicas para negociar e contestar os sentidos dos usos linguísticos, assim como o fez a participante do comentário ora analisado. Para além de uma perspectiva de escolha linguística, no entanto, prefiro compreender essa instância comunicativa através dos já mencionados conceitos de **forças centrípetas e centrífugas**.

Ampliando um pouco mais o debate sobre **forças centrípetas e centrífugas**, Fiorin (2016, p. 36) nos diz que a partir desses conceitos,

[...] Bakhtin desvela o fato de que a circulação das vozes numa formação social está submetida ao poder. Não há neutralidade no jogo das vozes. Ao contrário, ele tem uma dimensão política, já que as vozes

⁶² Jan (2003) desenvolve seus estudos sob o rótulo de *codeswitching*, porém, como tenho defendido uma orientação translíngue na e para a investigação, não entendo a combinação de recursos linguísticos como uma mera alternância de línguas; por isso não adoto o termo empregado pela autora. Entretanto, reconheço que muitos trabalhos sobre o fenômeno da alternância de línguas podem ser de grande importância para a compreensão da natureza das práticas translínguas, como já discutido no Capítulo 1.

não circulam fora do exercício do poder: não se diz o que se quer, quando se quer, como se quer [...].

Nesse panorama, o que se observa é que os efeitos de sentido produzidos na negociação escalar entre “D” e “Sujeito 5” são resultados também da tensão entre forças que se movem em direção à homogeneização e uniformização linguística, e forças que marcam o **plurilinguismo/heterodiscurso/heteroglossia** das práticas translíngues. É importante pontuar, no entanto, que a tensão existente entre **forças centrípetas** e **centrífugas** se faz presente dentro de cada sujeito; dessa maneira, tais forças devem ser encaradas não como antagônicas, mas como complementares e formadoras de todos os enunciados.

Dessa forma, integrando a defesa de Blommaert (2010), observo que as escalas ampliam as noções de **forças centrípetas** e **centrífugas**, por nos ajudarem a compreender como os atos sociais se organizam em níveis ou dimensões através dos quais formas particulares de normatividade e de uso da linguagem se organizam. Nesses termos, é possível pensar, portanto, que o espaço-tempo do *post* do FB, ou seu cronotopo, não é um fato dado na interação; ao invés disso, é mais produtivo reconhecer que os sentidos dos e sobre os espaços sociais virtuais são continuamente negociados. Tal negociação, assim, fundamenta, discursivamente, a (re)criação de opções ou posicionamentos identitários. A negociação escalar, assim, é uma importante caracterização do caráter **transformativo** (GARCÍA; LI WEI, 2014) das práticas translíngues, uma vez que gera novas identidades, valores e práticas.

Através da articulação dos conceitos de cronotopo e escala, tem sido possível discutir de que modos diferentes recursos colaboram para a prática identitária em configurações espaço-temporais particulares. O cronotopo bakhtiniano nos lembra que as escalas espaço-temporais devem ser compreendidas como conectadas e interrelacionadas. Consequentemente, as escalas nos permitem tratar **contexto** como relacional: o que é relevante em um contexto para um sujeito pode não ser para outro. Isso significa dizer que as relações espaço-temporais precisam ser negociadas, de modo que possam ser relevantes para o entendimento de determinadas práticas de linguagem.

Nessa perspectiva, é possível sugerir que diferentes recursos (língua, discurso, ideologia etc.) conduzem a distintas noções escalares, estando essas sempre suscetíveis à negociação. O que se observa no *post* de “D”, aqui debatido, é como a própria tecnologia

digital pode expandir ou limitar as possibilidades de os sujeitos assumirem ou imporem determinadas posições identitárias. Diante disso, é importante investigar os impactos dessa relação a partir da **dimensão mediadora** das práticas translíngues.

6.3 “A LÍNGUA JÁ NÃO É UMA BARREIRA”: CONECTANDO AS DIMENSÕES ESPAÇO-TEMPORAL E MEDIADORA

Já é lugar comum afirmar que as práticas de linguagem *online* estão cada vez mais diversas. Embora não se ignore o lugar da língua inglesa nesse cenário, mais recursos (*affordances*) multilíngues e multimodais têm sido empregados no processo de construção de sentido, o que permite aos sujeitos se expressarem de maneiras variadas, desenvolvendo seus repertórios comunicativos tanto em termos de diversidade de recursos disponíveis, bem como de diversidade de modos através dos quais eles são mobilizados. De forma semelhante, Pennycook (2018) nos diz que os sujeitos que interagem *online* devem ser compreendidos mais como recursos semióticos distribuídos por entre redes do que como meros usuários. De igual maneira, para esse autor, discutir **repertório espacial** (já discutido no Capítulo 1) seria mais adequado para a compreensão da relação entre os sujeitos e os recursos que estão a sua disposição. Pennycook (2018) sugere, assim, que os propiciamentos digitais (*affordances*) sejam tomados como recursos espaciais que potencializam a ação da linguagem. Sobre isso, voltemos para a atividade translíngue construída entre “D” e “Sujeito 5”.

Como tentativa de “amenizar” os efeitos negativos de seu *post* principal e como réplica ao questionamento de “Sujeito 5”: “Tem certeza de que esse *post* é para TODOS/AS?”, o que colocou em xeque as motivações comunicativas de “D”, esse lança mão de um recurso que indexaria “aproximação” e “solidariedade”, que é responder em uma das línguas que compõem o repertório linguístico de “Sujeito 5”, o iorubá. O motivo que o levou a tomar essa atitude emergiu em um dos questionários aplicados, em que “D” revela que:

Eu respondi em iorubá para fazê-la entender que meu público-alvo era diferente. Eu queria perguntar como ela estava e dizer que aquela era uma língua diferente para um público diferente. (Questionário).

O emprego do iorubá sugere o entendimento de que a manipulação dos recursos semióticos indexaria relações sociais diferentes, assim como permitiria a atribuição e

negociação de posicionamentos identitários diversos. O fato de “D” responder ao comentário em uma das línguas faladas por “Sujeito 5” revela como os sujeitos estão conscientes das possibilidades que a tecnologia oferece para construir sentido *online*. Por mais que a língua iorubá não fosse falada por “D” em seu cotidiano e ele nem fosse fluente nela, isso não o impediu de evocar um cronotopo de “aproximação” e “amizade”, já que os recursos da *internet* (tais como o tradutor automático do *Google*) o permitiram transitar entre diferentes línguas e identidades, mesmo que momentaneamente.

Por mais que nesta tese eu caracterize essa prática sob o termo guarda-chuva **práticas translíngues**, faz-se importante citar importantes contribuições a partir de outros olhares. Uma delas é a de Jacquemet (2005), que a estuda como uma instância dos efeitos da globalização na linguagem. Ao caracterizá-las como **práticas transidiomáticas**, esse autor enfoca como os sujeitos deslocam recursos linguísticos de sua comunidade “original” e de seu contexto de uso, para serem empregadas em outros espaços-tempos. Outra perspectiva é a de Rampton (1995a), que discute tal fenômeno sob a já mencionada perspectiva de *crossing*, como uma tentativa dos sujeitos demonstrarem um senso de movimento por entre as barreiras linguísticas, através do emprego momentâneo de recursos semióticos de outros grupos. Rampton caracteriza tal prática, portanto, como parte de um complexo processo de autoposicionamento, no qual os sujeitos indicam suas orientações quanto às diferentes vozes que adotam no discurso.

Essa prática de linguagem demonstra, assim, como sujeitos transnacionais, atravessados por processos comunicacionais das mais variadas naturezas, desenvolvem complexas relações com as línguas, não só como estratégias de projeção identitária, mas como uma garantia de um espaço em que eles podem expandir seus repertórios comunicativos.

O que se pode inferir a partir desse cenário é que as novas possibilidades do espaço-tempo virtual acrescentam ainda mais complexidade, mobilidade e imprevisibilidade às práticas de linguagem ou, em outras palavras, tornam as práticas de linguagem contemporâneas superdiversas. Sobre isso, Pennycook (2018, p. 51) nos diz que “[...] [o] ponto aqui não é simplesmente que a língua serve a propósitos comunicativos, mas que ela é parte de um conjunto muito mais amplo de possibilidades semióticas. [...]”. Nessa perspectiva, esse autor complementa ainda que

[...] os pesquisadores começaram a abordar questões sociolinguísticas não do ponto de vista de como indivíduos fazem escolhas linguísticas racionais entre as variedades linguísticas disponíveis a eles, mas de como eles se engajam em uma variedade de práticas sociais com implicações linguísticas, ou de como recursos semióticos se tornam disponíveis em repertórios espaciais [...]. (PENNYCOOK, 2018, p. 131).

Com isso, ao assumir um ponto de vista pós-humanista de língua, Pennycook (2018) abre caminhos para vê-la como uma prática corporificada, integrada, estendida, performada e distribuída em e a partir de repertórios espaciais. Canagarajah (2017b) também se posiciona de maneira semelhante e acrescenta que os **repertórios espaciais** são constituídos (*assembled*) *in situ*, em colaboração com os outros. E como tais, eles podem não fazer parte de uma proficiência existente no sujeito (como é o caso de “D”).


Frente ao que foi dito, percebo a proposta dos **repertórios espaciais** como o reconhecimento de que “[...] a língua funciona como uma montagem [*assemblage*] de recursos semióticos, artefatos e possibilidades do ambiente em situações específicas [...]”. (CANAGARAJAH, 2017b, p. 6). Sob essa ótica, “D” nos permite enxergar como a língua se distribui entre atos diversos em espaços-tempos também diversos. Além disso, suas práticas nos mostram que a língua não se limita a processos internamente motivados de escolhas de itens léxico-gramaticais, mas envolve lugares (Bangladesh, Estados Unidos, universidade, seções específicas do FB), ideologias (que recurso está mais adequado à minha visão de mundo e de normas linguísticas?) e sentidos (o que eu quero alcançar com isso?).

Se faz pertinente pontuar também que as possibilidades ou limitações impostas pela tecnologia digital não se fazem presentes apenas no “produto” da enunciação, no próprio texto, mas também em seu processo de construção. Em entrevistas, “D” indica que o engajamento em práticas translíngues também é impulsionado pelas próprias limitações tecnológicas, como é o caso do teclado de aparelhos como *smartphones* e *laptops*:

Muitos aparelhos não vêm com o teclado apropriado ao bengali, por isso as pessoas usam o alfabeto em inglês ao invés do bengali para escrever em bengali. (Entrevista via Messenger do Facebook).

A interação com “Sujeito 4”, anteriormente citada, é um exemplo dessa dinâmica mediadora:

Quadro 24 – Interação “mediadora” entre “D” e “Sujeito 4”

COMENTÁRIOS
<p data-bbox="416 461 1241 517">youtube e kichu award winning film thakar kotha...</p> <p data-bbox="437 524 807 551">Like · Reply · See Translation · 19w</p> <p data-bbox="496 584 1098 640">Short film not more than 15 minutes...</p> <p data-bbox="509 645 699 672">Like · Reply · 19w</p> <p data-bbox="496 819 1241 898">here you can find some documentary film about Bangladesh</p> <p data-bbox="509 904 1007 938">Exhibition: http://www.youtube.com/playlist...</p> <div data-bbox="480 954 1230 1149"><p data-bbox="703 1010 1023 1081">YOUTUBE.COM Exhibition - YouTube</p></div>
TRADUÇÃO
<p data-bbox="240 1429 1241 1462">“SUJEITO 4”: você pode encontrar alguns de nossos filmes premiados no youtube...</p> <p data-bbox="240 1509 868 1543">“D”: Curta-metragem, não mais do que 15 minutos...</p> <p data-bbox="240 1590 1203 1624">“SUJEITO 4”: aqui você pode encontrar alguns documentários sobre Bangladesh</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

É possível perceber que “Sujeito 4” se embasa no alfabeto latino para enunciar por escrito (*youtube e kichu award winning film thakar kotha*), ao invés do sistema brâmico, que é a base do alfabeto bengali. Dessa forma, a romanização do alfabeto bengali é impulsionada pelas próprias limitações da tecnologia, o que força os sujeitos a adotarem tais sistemas em suas práticas de letramento *online*, ao passo que as hibridizam com recursos de outras línguas, cujo alfabeto também é de base latina, nesse caso, o inglês.

Diante disso, percebemos que a **dimensão mediadora** das práticas translíngues nos indica que as ações dos sujeitos são construídas também a partir das potencialidades ou limitações que os espaços virtuais apresentam. Os “pedaços” de línguas (BLOMMAERT, 2010) presentes no enunciado do “Sujeito 4”, assim como os recursos de língua inglesa empregados por “D” só fazem sentido em conjunto, como uma *assemblage*, mediada pelas virtualidades dos aparelhos digitais que permitem a comunicação entre os sujeitos.

Outra situação em que o entendimento de língua como “montagem” ou *assemblage* se torna pertinente para a análise da **dimensão mediadora** das práticas translíngues é uma interação entre “E” e o seu marido, sobre a qual falarei na sequência.

6.3.1 “O Google translate é um mentiroso”: posicionamentos, escalas e performances translíngues

A atividade translíngue escolhida se trata de uma atualização de *status*, em que “E” tece críticas a um polêmico *blogger* queniano. Nele, a participante não apenas assume determinados posicionamentos identitários, como também resiste e atribui outras posições a outros sujeitos.

Quadro 25 – “Quero meus cinco minutos de volta”

TEXTO DO FACEBOOK

January 8 · 🌐

Haki mimi nimeketi kuangalia wall yangu ya FB na nika-stumble upon huyu mtu anajiita Cyprian, Is Nyakundi. Haki I want my five minutes back!

[See Translation](#)



Like



Comment



Me too baby! 😂 1

Like · Reply · 22w

I bet \$1 that you didn't understand 99% of what I wrote 😊

Like · Reply · 22w



You better have that \$1 waiting for me when i pick you up from the airport baby! 🤔

1 hr · 🌐

Haki mimi nimeketi kuangalia wall yangu ya FB na nika-stumble upon huyu mtu anajiita Cyprian, Is Nyakundi. Haki I want my five minutes back!

I am just sitting looking at my facebook wall and I have been seated on this one, he is calling for a community, is in nyakach. I want my five minutes back!

[🗳️ · Rate this translation](#)

Like · Reply · 22w



TRADUÇÃO

“E”: Eu juro que eu estava sentada aqui dando uma olhada em meu Facebook e me deparei com esse cara que se chama de Cyprian, Is Nyakundi. Juro que eu quero meus cinco minutos de volta!

COMENTÁRIOS

“SUJEITO 6”: Eu também baby!

“E”: Eu aposto 1 dólar que você não entendeu 99% do que eu escrevi 😊

“SUJEITO 6”: É melhor você ter esse 1 dólar me esperando quando eu for te buscar no aeroporto, baby!

“E”: Não foi nada disso o que eu disse!! O Google translate é um mentiroso.

Fonte: elaborado pelo autor.

Levando em consideração as perspectivas sobre processos identitários aqui discutidas, me inclino a dizer que há nessa atividade translíngua uma gama de relações cronotópicas mediadas por diferentes escalas. Uma parcela dessas relações se concentra nos posicionamentos de “E” sobre as colocações do *blogger* Cyprian, Is Nyakundi, e uma outra parcela está relacionada ao posicionamento de um dos seus “amigos” no que tange a uma das posições atribuídas a ele pelos enunciados de “E”. Começarei por essa última parcela por apresentar pistas da **dimensão mediadora** das práticas translíngues que venho discutindo.

Como já debatido nesta tese, o posicionamento é um ato interativo, o que significa dizer que a maneira como os sujeitos entendem as posturas uns dos outros pode moldar novas enunciações e negociações. Em *sites* de rede social, como o *Facebook*, “[...] a postura não é adotada por um único falante ou escritor, mas é constantemente criada e renegociada de forma colaborativa por um público em rede [...]”. (BARTON; LEE, 2015,

p. 50). Portanto, esses atos de posicionamento multimodal-multilíngue, apesar de serem autogerados, acabam se tornando coparticipativos (BARTON; LEE, 2015). No *post* analisado, mesmo tendo o “cuidado” de abordar apenas uma audiência “bilíngue”, “E” não tinha controle de quem, de fato, poderia ler e interagir em suas publicações. Esse fato é perceptível através do envolvimento do “Sujeito 6”, quem, supostamente, não teria o direito de participar.

Ao enunciar: “Eu também, baby”, o “Sujeito 6” passa a negociar a posição de “não autorizado” que lhe fora atribuída por “E”. Esse, assim, assume um posicionamento de segunda ordem, nos termos da Teoria dos Posicionamentos (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999), ao contestar a posição de não falante de suaíli, evocando, com isso, um novo conjunto de relações cronotópicas e escalares. Em entrevistas, “E” informou que o “Sujeito 6” não falava ou compreendia suaíli fluentemente, por isso, ela se engajava, frequentemente, em brincadeiras que centravam na falta de proficiência dele. No *post* em questão, isso pode ser inferido pela combinação do *emoji* sorridente, indicando sua dúvida sobre a capacidade do “Sujeito 6” ter compreendido a postagem, em sua modalização epistêmica: “Eu aposto 1 dólar que você não entendeu 99% do que eu escrevi 😊”.

A negociação continua na seção de comentários em que é possível observar “E” questionando a validade da tradução automática postada por “Sujeito 6”: “Não foi nada disso o que eu disse! O Google translate é um mentiroso”, reposicionando-o como “não autorizado”, através da imposição escalar (saber o suaíli) e de sua crítica à incapacidade de o tradutor automático expressar o que ela havia enunciado, de fato. Nesse ponto, há uma mudança notável na estrutura de participação do “Sujeito 6” e, como consequência, uma modificação no nível escalar: ao postar a tradução em língua inglesa do *post* principal, “Sujeito 6” opera em um nível escalar horizontal, isto é, em que as diferenças hierárquicas são atenuadas; ele busca se posicionar no mesmo nível de “E” e dos demais sujeitos bi/multilíngues. “E”, por outro lado, também modifica sua estrutura de participação: ao zombar da tradução postada, ela não só reforça a distância linguística entre os dois, como também provoca uma outra mudança no nível escalar, que passa a ser vertical.

A negociação escalar nos enunciados em questão envolve a resistência a posicionamentos identitários com base na (falta de) proficiência em determinadas línguas.

De um lado, a diferença linguística é abrandada através de recursos disponíveis para esse tipo de interação digital, como a tradução automática de textos em língua estrangeira oferecida pelo próprio *Facebook*; e por outro, é incentivada em nome de uma provável reivindicação bem-humorada de autenticidade. Com isso, percebe-se que a manipulação de diferentes recursos semióticos em textos *online* aponta para camadas complexas de negociação de posições identitárias. A partir da **dimensão mediadora** das práticas translíngues, o que busco ressaltar é que sujeitos, comumente, tomados como “monolíngues”, como pode ser o caso do “Sujeito 6”, desafiam esse rótulo através das possibilidades oferecidas pela tecnologia digital, performando, assim, posições identitárias locais e transitórias, expressas pela combinação de recursos linguísticos fluidos, ressaltando a necessidade da adoção de perspectivas translíngues para a elucidação de tais práticas.

Portanto, conforme Pennycook e Otsuji (2015, p. 19), quando falamos de práticas translíngues (ou metrolinguismo, nos termos dos autores):

[...] não estamos, necessariamente, falando de ‘mistura de línguas’ ou ‘multilinguismo’. Podemos, igualmente, estar nos referindo ao que pode ser visto pelos outros como ‘monolinguismo’, o que não pode mais ser concebido como uma capacidade limitada de falar apenas uma língua. O metrolinguismo [e a própria translanguagem] não é nem monolinguismo nem multilinguismo; tem a ver com a relação dinâmica entre práticas de língua e espaços [virtuais].

Além de deixar evidente o papel da **dimensão mediadora** das práticas translíngues, “Sujeito 6” também negocia posicionamentos identitários quando recorre a outros cronotopos como maneira de estabelecer diferentes relações que acabam extrapolando o tópico em discussão, oferecendo pistas, assim, da **dimensão espaço-temporal** de seus enunciados.

Ao enunciar: “É melhor você ter esse 1 dólar me esperando quando eu for te buscar no aeroporto, baby!”, “Sujeito 6” evoca outros espaços-tempos que indicam uma ordem de indexicalidade de proximidade com “E”. Isso é indexicalizado pelas pistas linguísticas “baby” e “te buscar no aeroporto”, que desloca a relação entre esses sujeitos de uma escala “impessoal” para uma “pessoal” ou “íntima”. Ao predicar “E” como “baby”, “Sujeito 6” a posiciona em uma relação social particular e pode, ao mesmo tempo, requerer dessa uma avaliação ao posicionamento atribuído. Logo, essa ordem de

indexicalidade não é situada espaço-temporalmente somente na interação no *post*, ela é transtemporal no sentido de apontar para relações que excedem a mera troca de mensagens no FB. Ao fazer isso, “Sujeito 6” se destaca e revela seu *status* epistêmico diferenciado da maioria dos “amigos” de “E” naquela rede social. Ao observarmos com atenção as postagens de “E”, podemos ter pistas suficientes, por exemplo, da relação conjugal que se estabelece entre ela e o “Sujeito 6”.

Em outro *post*, o relacionamento dos dois também é reforçado pelas pistas que eles deixam em suas enunciações. Além da relação matrimonial, os sujeitos manipulam diferentes espaços-tempos e ideologias, a partir de suas práticas translíngues:

Quadro 26 – “Piki Piki”

TEXTO DO FACEBOOK

Com essa atividade, são levantadas outras configurações espaço-temporais e, conseqüentemente, outras relações semióticas, evocadas por “E” e seu marido (Sujeito 6).

Começo pela própria imagem do mapa em que se indica onde o evento recontextualizado (a apreciação de “E” da conversa entre seu marido e motociclistas) ganhou forma. Aqui, “E” nos leva a compreender que a ação se desenrola no mesmo momento em que a sua publicação é postada, o que é indexicalizado pelo mapa compartilhado na postagem e pelo tempo verbal empregado no enunciado: “Ouvir ‘SUJEITO 6’ conversando com entregadores motociclistas quenianos sobre motocicletas é a coisa mais linda!!!”. Além disso, outro tempo é evocado, dessa vez pelo “Sujeito 6”, quando comenta “ele não entendeu quando eu disse...”, indicando seu *status* epistêmico do evento, agora já passado.

A possibilidade de marcação de tempo e espaço no FB pode ser estudada a partir do que Zolin-Vesz (2016) e Christiansen (2017), embasados em Deleuze e Guattari (1983), chamam de **discursos/enunciados desterritorializados**, isto é, [...] construções (linguístico-culturais) que sugerem transitoriedade múltipla e maior por territorialidades, estimulando desestabilizações em relação ao sentido e ao valor de verdade que compõem determinadas territorialidades” (ZOLIN-VESZ, 2016, p. 219), produzidos pelos atores sociais via cronotopos. Segundo aquela autora, usuários do FB evocam memórias a partir de fotos e outros recursos semióticos, para imaginar que estão vivendo o evento expresso nesses recursos na mesma hora em que interagem. Assim, o cronotopo seria uma realidade imaginada e compartilhada, e os recursos semióticos empregados para produzi-lo seriam, nesse contexto, digitais e desterritorializados. Partindo desse pressuposto, portanto, os sujeitos que agem no e a partir do FB se valem de discursos desterritorializados para criar espaços-tempos imaginados como modo de pertencimento a um grupo e como recursos para a performance identitária.

O que é notório nesses enunciados ainda é a negociação escalar indexicalizada pelas diferenças de sotaques da língua inglesa. Para “E”, a interação entre um norte-americano (Sujeito 6) e quenianos (os motociclistas) resulta em uma série de negociações entre as variedades, ou como ela pontua “vários ‘o que você disse?’”. Essa abertura para a negociação fica expressa no próprio enunciado do “Sujeito 6”, quando declara que depois de tentativas frustradas de criar sentido a partir do item lexical “motocicleta”,

altera o seu *footing* e assume as normas mais adequadas àquele espaço-tempo: “Tive que dizer piki piki⁶³”.

O posicionamento de “Sujeito 6” ilustra, assim, o que Canagarajah (2016) chama de **escala pós-colonial**, onde os sujeitos esperam que seus interlocutores acomodem outras normas através de um esforço mútuo, ou seja, espaço onde se espera que diferentes normas de língua inglesa sejam acomodadas. Tal processo de coconstrução se torna importante porque as escalas translocais não são limitadas a normas de um espaço-tempo geográfico específico. Essa prática se mostra ainda mais relevante porque “Sujeito 6” é tido como falante “nativo” de língua inglesa e sua postura demonstra que “[...] variedades privilegiadas do inglês britânico no Reino Unido e americano nos Estados Unidos são tratadas como pertencentes a um nível escalar nacional relativamente localizado [...]”. (CANAGARAJAH, 2016, p. 52).

Portanto, para Canagarajah (2016, p. 52):

[...] [e]mbora os falantes nativos, assim como todo mundo, tenham um direito a sua própria variedade em espaços locais e devem mantê-la por questões identitárias, em escalas translocais de comunicação, é esperado que eles negociam as normas que os outros trazem com eles [...]. Nesses espaços, as variedades privilegiadas são tratadas como parte de uma escala inferior (aquela de lugar geográfico) [...].

Essa ação conjunta de negociação de sentido a partir de normas plurais também foi experienciada pelos sujeitos em suas práticas *offline*. O que esses processos nos dizem é que o sujeito multilíngue precisa negociar seus posicionamentos identitários e para isso não se embasa em palavras apenas, mas no alinhamento de diferentes virtualidades/possibilidades contextuais, ambientais e ecológicas. Sobre isso, “D” afirma que:

Estou muito satisfeito com minha competência comunicativa embora, inicialmente, tenha sido desafiador quando eu comecei a ensinar na Universidade Estadual de Fayetteville, ano passado. A maioria dos meus alunos era afro-americana e eu não conseguia entendê-los bem. E eu tive que fazer um grande esforço para isso. Mas, hoje em dia é ok para eu entender todos em minha sala de aula. (Questionário).

⁶³ Nome dado às motocicletas quenianas usadas por entregadores.

Já para “E”:

Apesar do fato de eu ter um sotaque e algumas diferenças semânticas, meu inglês não é tão diferente do “inglês americano”. [...] Eu acho que os americanos (eu só morei no Centro-Oeste, então eu não generalizaria todos eles) tendem a ser mais amigáveis na superfície e a dizer mais no que eles não dizem do que no que dizem. Constantemente, eu me encontrei tentando entender o que é que eles estavam tentando me dizer. Entretanto, eu realmente acho que isso seja algo cultural porque eu cheguei à conclusão de que alguns aspectos do que eles consideram como rude são vistos como algo cordial em minha experiência como queniana e vice e versa. Por exemplo: situações em que eles são mais diretos soam como rudes para mim e situações que são normais para mim soam como rudes para eles. (Entrevista via Messenger do Facebook).

O que se observa nesses dois posicionamentos é que os sujeitos, embora se coloquem como falantes competentes de língua inglesa (“estou feliz com minha competência comunicativa”; “meu inglês não é tão diferente do ‘inglês americano’”), reconhecem que precisam negociar e assumir diferentes *footings* e *frames* na e para a comunicação. Esses dois processos definem as normas e os termos de cada processo de negociação de sentido. Se os interlocutores estão confusos ou em dúvida sobre os elementos ecológicos relevantes e as condições contextuais que embasam a comunicação, eles não conseguirão estabelecer configurações espaço-temporais adequadas para “enquadrar” a interação e os sentidos de seus recursos semióticos. Para “D”, foi preciso “fazer grande esforço” para compreender a variedade do *Black English* de seus alunos afro-americanos, já para “E” foi um processo de buscar compreender o que de fato os americanos queriam dizer.

O que se pode inferir dessas posturas é que a busca pelo alinhamento decorre de questões culturais, de tentar entender como os sujeitos interpretam as ações uns dos outros; ou em outros termos, da troca de formas de signos ideológicos em situações contextualizadas (TANZI NETO; OLIVEIRA, 2018). Ficou sugerido em outras entrevistas que para ambos o importante era buscar pistas contextuais (GUMPERZ, 1982) que pudessem indicar de que forma cada negociação deveria ser compreendida, o que foi possível a partir do engajamento constante desses em diferentes situações de ação através da linguagem. Com isso, fica claro que os **espaços translíngues**, sejam eles *on* ou *offline*, são coconstruídos a partir dos modos como os sujeitos mobilizam recursos móveis em

zonas de contato (PRATT, 1991) para exercerem suas vozes no discurso. Posto isso, embasar-se em configurações cronotópicas outras para buscar compreender e negociar sentidos sem precisar partir de uma “competência compartilhada” é o que caracteriza os espaços de socialização construídos por esses sujeitos.

Para explorar um pouco mais os modos através dos quais “E” se vale de diferentes normas de espaços-tempos para se posicionar a partir de seus enunciados, eu retomarei, a seguir, parte do *post* aqui discutido.

Quadro 27 – Posicionamentos sobre Nyakundi

TEXTO DO FACEBOOK

TRADUÇÃO
“E”: Eu juro que eu estava sentada aqui dando uma olhada em meu Facebook e me deparei com esse cara que se chama de Cyprian, Is Nyakundi. Juro que eu quero meus cinco minutos de volta!

Fonte: elaborado pelo autor.

Cyprian, Is Nyakundi é famoso no Quênia por suas declarações tidas como machistas e preconceituosas direcionadas, principalmente, às mulheres quenianas. Em uma de suas entrevistas a uma emissora de rádio (KASUJJA, 2017), por exemplo,

Cyprian tratou de forma trivial um caso de violência sexual no Quênia, dando a entender que nenhum homem teria vontade de violentar uma mulher como a vítima, o que indica a preocupante ideia de que existiriam mulheres que levariam os homens a terem o desejo de violentá-las. Tais declarações são alvos constantes de protestos, pois evidenciam que discursos históricos que inferiorizam as mulheres nas sociedades daquele país ainda estão vivos e são endossados por parte da população (a julgar pelo crescente número de seguidores do *blogger*).

Utilizando os conceitos da Teoria dos Posicionamentos, no *post* em questão, é possível observar um caso de posicionamento de **terceira ordem** que se dá através da negociação de outras relações cronotópicas e escalares. Isso pode ser notado na modalização epistêmica de “E” ao afirmar: “Juro que eu quero meus cinco minutos de volta”, indicando a sua desaprovação quanto ao posicionamento de primeira ordem que Nyakundi atribui às mulheres quenianas e, conseqüentemente, a ela. Nesse ato, “E” não só contesta a ordem de indexicalidade sugerida pelo queniano, como também reivindica para si uma outra ordem, atribuindo ao *blogger*, ao mesmo tempo, uma possível posição de homem machista. Caracterizo esse posicionamento como de terceira ordem, uma vez que o ato de reposicionamento ocorre em um novo espaço-tempo e não na mesma interação em que o primeiro posicionamento é atribuído.

Esses atos são alcançados através do processo de **recontextualização** das falas de Cyprian, Is Nyakundi (que não são descritas pela participante) em um novo contexto (o próprio *post* de “E”, publicado em sua rede social). Esse processo de **recontextualização**, ligado ao que Bauman e Briggs (1990) chamam de **entextualização**, está no centro dos posicionamentos identitários contemporâneos. Para esses autores, a **entextualização** é o processo de tornar um discurso passível de ser extraído, de transformar um trecho de uma outra esfera comunicativa em uma unidade que pode ser deslocada de seu cenário interacional. Nesse sentido, um texto é um discurso tornado passível de descontextualização.

Esses processos de **entextualização** levam, então, os textos/enunciados a serem recontextualizados em novas configurações espaço-temporais, estando eles abertos à negociação de outros sentidos. Com base no exposto, é possível perceber que é nessa relação entre processos de re/descontextualização e ordens de indexicalidade que “E” confronta o posicionamento do *blogger* queniano. Com isso, o que percebemos é a criação

de um **espaço translíngue**, onde representações alternativas e enunciações podem ser geradas porque histórias enterradas são libertadas e conhecimentos conflitantes e alternativos são produzidos (GARCÍA; LI WEI, 2014).

A escolha lexical e a de demais recursos semióticos também acentua diferentes posturas adotadas por “E”. Ao fazer uma avaliação crítica das posições assumidas por Nyakundi, ela expressa seus sentimentos pessoais, atitudes e juízo de valor, indicando seu *status* epistêmico. Com isso, “E” se posiciona diante de e desafia performances que instituem discursos limitadores sobre o que vem a ser identidade de gênero no Quênia, através de atos discursivos que apontam para a não aceitação de práticas que vêm, historicamente, subalternizando determinados sujeitos. Além disso, o fato de “E” demonstrar seu descontentamento com a posição de Nyakundi, a partir de variados recursos linguísticos, também oferece pistas de sua identidade multilíngue, projetando-a como um sujeito que transita entre diferentes contextos étnico-culturais.

Face ao debatido até o momento, sugere-se que a combinação de recursos de línguas tidas como menos prestigiadas verticalmente, como o suaíli, com outras “majoritárias”, como é o caso do inglês, indica a posição de “E” como uma usuária translocal de redes sociais. Tais recursos só ganham sentido juntos e colocam em xeque a rígida categorização escalar, que relegaria o suaíli a uma escala inferior e o inglês a uma escala superior (se tomada a perspectiva de Blommaert (2007), aqui já discutida). Tais recursos linguísticos são mobilizados com propósitos sociais específicos e não só expressam diferentes identidades linguísticas, como também tornam visíveis práticas de linguagem pouco debatidas na grande rede. Nessa perspectiva, sujeitos como “E” evocam **escalas pós-coloniais** (CANAGARAJAH; DE COSTA, 2016), aqui já mencionadas, por ressaltarem a diversidade das experiências de sujeitos transnacionais em espaços-tempos outros.

Postagens de fotografia, assim como o compartilhamento de *links* de vídeos do *Youtube* na interação de “D”, representada no quadro 22, e de mapas como no enunciado de “E” (Quadro 26), desempenham não só função **mediadora das práticas translíngues** como também papel importante na **dimensão espaço-temporal**. Além de oportunizar modos outros de construir sentido *online*, essas virtualidades multimodais também mobilizam outros cronotopos, como meios para a negociação identitária ligada a

diferentes experiências espaço-temporais, como mostro no exemplo do sujeito “W”, a seguir.

6.3.2 “Muito obrigado e adeus, Lualhati”: fotografias e cronotopias

O ato de tirar fotos é uma maneira de reter práticas passadas no presente para o futuro. A captura de imagens, nesse sentido, é uma forma de os sujeitos interpretarem tais momentos à luz de suas próprias culturas e experiências espaço-temporais. Na contemporaneidade, imagens digitais têm se tornado poderosos instrumentos de comunicação, potencializando as possibilidades de construção identitária a partir do uso de câmeras digitais e outros aparelhos eletrônicos.

Valer-se das virtualidades oferecidas por dispositivos móveis em conjunto com os aplicativos de redes sociais tem significado que o cotidiano das pessoas estão sendo (re)mediados em novos contextos de visibilidade social. Uma vez que os *smartphones* são usados, em sua maioria, por um indivíduo, as imagens capturadas se relacionam com seus pontos de vistas e experiências sobre o que é fotografado.

Uma maneira através da qual as redes sociais influenciam as fotografias de câmeras digitais é a possibilidade de expressar uma forma de copresença. Essa virtualidade potencializou um senso de “você poderia estar aqui comigo”, por meio do qual o fotógrafo/ator social impele os seus “amigos” a se imaginarem naquele mesmo *frame*. Segundo Hochman e Manovich (2013), a própria interface de redes sociais, como o FB e *Instagram*, suprimem estruturas temporais em favor de conectividades espaciais, ou seja, embora as fotografias venham acompanhadas de um tempo específico, elas não estão organizadas numa estrutura fixa, mas sim num intervalo de tempo dinâmico.

No que tange à construção identitária, é importante registrar que a postagem de fotos no FB é motivada pela representação de relação social que os sujeitos querem performar/construir, isto é, as escolhas semióticas realizadas tanto na produção da foto como na postagem em si buscam criar diferentes tipos de posicionamentos. Esses posicionamentos multi/transmodais (BARTON; LEE, 2015) são alicerçados na estreita inter-relação entre os recursos semióticos empregados, que combinados de diferentes maneiras podem oferecer múltiplos sentidos para os espectadores, tecendo, assim, uma gama de possibilidades de ação. Tomemos esta postagem de “W”, como exemplo.

Quadro 28 – “Muito obrigado e adeus”

TEXTO DO FACEBOOK

is at University of ***

the East (UE).

19 Jun 2019 · Manila, Philippines · 🧑🏻🧑🏻

maraming salamat at paalam, Lualhati

See Translation



👍👎👤 522

52 Comments

TRADUÇÃO

“W”: Muito obrigado e adeus, Lualhati

COMENTÁRIOS

“SUJEITO 7”: Senhor, nos apresentamos na EU de Manila um tempo atrás.

“W”: “SUJEITO 7” Sim, eu vi você hahaha

“SUJEITO 8”: “W” Verdade? Você nos assistiu?

“W”: “SUJEITO 8” Assisti por alguns minutos apenas porque eu estava com pressa.

“SUJEITO 9”: Você nos viu, mas não nos chamou

“W”: “SUJEITO 9” Eu deveria ter chamado enquanto vocês estavam se apresentando?
Hahahaha. Ladrão de cena?

Fonte: elaborado pelo autor.

Através dos pressupostos da **dimensão mediadora e espaço-temporal** das práticas translíngues, é possível observar que embora o tempo específico da foto exista, seu registro na rede social é dinâmico, já que a imagem mostra uma representação de tempo em constante mudança. Mesmo a foto tendo sido postada no dia “19 de junho de 2019”, ela pode ter sido tirada dias ou meses antes. Além disso, sua visualização pode ocorrer meses após a sua postagem, por exemplo. De toda maneira, ela não só registra como também documenta e recontextualiza, num espaço-tempo virtual, uma ação social com suas próprias relações cronotópicas (a despedida de “W” de um local onde estudava/trabalhava). Dessa forma, a representação de tempo no FB se torna elusiva. Além da questão temporal, o que fica sugerido nessa postagem é o sentido de copresença que a imagem constrói nos atores sociais, perceptível pelas valorações dos sujeitos “7”, “8” e “9”, na seção de comentários.

Ao postar a imagem de uma estátua, acompanhada de uma legenda, que indexaliza um espaço-tempo universitário, “W” não só dá pistas de suas identidades

profissionais/acadêmicas, mas motiva o compartilhamento de experiências de sujeitos que, de alguma forma, têm ou tiveram acesso àquela configuração cronotópica. Isso pode ser inferido pelos enunciados e marcação de tempo nos comentários: “nos **apresentamos na EU de Manila um tempo atrás**”; “Você nos **assistiu**” e “Você nos **viu**, mas não nos **chamou**” que criam um alinhamento de diferentes espaços-tempos e experiências numa mesma postagem. Aqui, o cronotopo da vida profissional/acadêmica é laminado com as experiências cronotópicas de amizade, apresentação pública e até de decepção “Você nos viu, mas não nos chamou”.

Com esses exemplos, observamos que **discursos/enunciados desterritorializados** (ZOLIN-VESZ, 2016; CHRISTIANSEN, 2017) conectam relações temporais e espaciais para a criação de contextos compartilhados. Nesse sentido, eles são multi/transmodais e diluem as noções de tempo e espaço na comunicação como se os sujeitos estivessem num mesmo contexto de uma interação síncrona. Ao criarem cronotopos a partir de suas práticas translíngues, “W” e sujeitos “7”, “8” e “9” compartilham e co-constroem experiências (as)síncronas imaginadas que os permitem fundir tempo e espaço mesmo separados fisicamente. Logo, as **dimensões espaço-temporal e mediadora** nos oferecem perspectivas de análises para revelar como a manipulação de diferentes recursos semióticos no FB gera posicionamentos identitários que não só transcendem a (falsa ideia de) participação individual do ato enunciativo, a localização geográfica e o tempo, mas criam um espaço social onde os sujeitos negociam e “fazem” linguagem em conjunto. Prática semelhante é negociada num *post* do sujeito “O”, sobre o qual reservo minhas considerações, na sequência.

6.3.3 “Her wahala is too much!”: memórias mediadas no *Facebook*

Desde a sua criação, o FB tem sido um importante registro digital de práticas sociais. Para alguns, grande parte da vida é representada nessa plataforma através de variados recursos, como a atualização de *status*, com indicações de mudança na área profissional ou na moradia, por exemplo, ou pelo compartilhamento e marcação em fotos, pela mudança no nível de escolaridade, que indexa conquistas educacionais, entre outros. Com isso, seus usuários são capazes de passear pela *timeline* – o grande registro digital – para refletir sobre o seu próprio uso da plataforma, o que pode ser uma experiência tanto

nostálgica quanto desafiadora, já que confrontar determinadas práticas passadas não impede a emergência de lembranças indesejadas.

O que não é novidade é que os *sites* de redes sociais são ambientes chave para a compreensão das transformações na maneira como os sujeitos lidam com diferentes experiências espaço-temporais, ou cronotopos. O FB, por exemplo, permite o registro permanente de práticas e memórias em sua plataforma através da documentação de datas de aniversário de amizade, casamento, noivado e outras. Essas memórias, também denominadas “rastros digitais” (HAND, 2016), emergem do mútuo relacionamento entre aspectos sociais e as virtualidades das plataformas de rede social. Diante disso, percebemos que os modos através dos quais o FB tem servido como um arquivo digital de memórias íntimas e co-criadas potencializam o engajamento em ações cronotópicas a partir da translinguagem. Observemos o *post* que segue:

Quadro 29 – “Her wahala is too much”

TEXTO DO FACEBOOK



TRADUÇÃO

“O” está com “SUJEITO 10”

“O”: “SUJEITO 10” Ufa! Conheço-a desde os meus dez anos. A única amiga mulher que eu tenho por tanto tempo! Mas, eu estou cansado dela, Facebook. O atrevimento dela é muito grande.

Tradução dos enunciados verbais da imagem

8 anos atrás hoje

“O” e “Sujeito 10” estão comemorando 8 anos de amizade no Facebook!

8 anos atrás, você fez um(a) amigo(a)

Nele, “O” compartilha com o seu grupo de “amigos” um evento de celebração de aniversário de amizade criado pelo próprio FB. Além de tornar pública essa celebração, o sujeito marca a sua amiga (Sujeito 10) e acrescenta experiências cronotópicas pessoais sobre a relação que tem com ela. Por mais que o FB armazene uma lembrança de amizade, ele o faz com base na data que esses se tornaram “amigos” na rede social, por isso, ao enunciar “Conheço-a desde os meus dez anos”, “O” transcende as informações trazidas no evento e marca sua relação por meio de uma outra configuração espaço-temporal, fincada na experiência pessoal. Diferentemente do *post* de “W”, em que há a predominância de configurações temporais passadas (ali se encerrou um vínculo acadêmico/profissional), o enunciado de “O” combina o presente e o passado, mas mirando o futuro, uma vez que a celebração abre caminhos para a continuidade da relação de amizade entre os sujeitos.

Os laços de amizade também são reforçados pelos recursos linguísticos empregados. Em “Her wahala is too much” (O atrevimento dela é muito grande), enunciado numa configuração híbrida de línguas, “O” se aproxima ainda mais de sua amiga por sugerir que seu *background* etnolinguístico também é compartilhado por essa. Além disso, “O” brinca com o fato de o FB ter trazido essa memória quando enuncia “Mas, eu estou cansado dela, Facebook”, nos convidando a analisar com mais atenção as valorações dos sujeitos frente às virtualidades oferecidas pela tecnologia digital.

Com seus enunciados, “O” apresenta o FB como um facilitador de “memórias mediadas” (van DIJCK, 2007), isto é, de atividades e objetos que produzimos e nos apropriamos, a partir das tecnologias digitais, para a (re)criação de um senso de passado, presente e futuro em relação aos outros. Nesses termos, “O” desenvolve um relacionamento com a tecnologia, marcando as redes sociais como “agentes”, um elemento atuante e gerador de experiências, que afetam o dia a dia dos seus usuários. Dessa forma, por meio do manejo de recursos mediados pelo próprio FB, o sujeito realça como as práticas desenvolvidas nessa plataforma trazem à tona complexas histórias pessoais, coconstruídas através dos “traços digitais” que constituem suas ações.

6.4 REVISITANDO E SINTETIZANDO AS DIMENSÕES ANALÍTICAS

Este capítulo buscou articular as principais formulações teórico-metodológicas desenvolvidas ao longo da tese. Para isso, a análise dos dados foi orientada pelas

dimensões debatidas nos Capítulos 4 e 5, além de ser relacionada aos construtos que deram base à minha defesa de uma perspectiva translíngua no e para o estudo de posicionamentos identitários no *Facebook*.

Foram discutidas, sob a **dimensão decolonial**, que as práticas de linguagem de sujeitos multilíngues de países pós-coloniais demandam não só outras teorizações, nos forçando a rever nossas bases epistemológicas, mas também um contínuo processo de engajamento com as suas **metalinguagens metrolíngues**, o que significa dizer que o entendimento que o pesquisador tem sobre o que vem a ser língua, bi/multilinguismo e práticas translíngues precisa acompanhar, ou pelo menos considerar, as vozes e posicionamentos dos próprios sujeitos da pesquisa sobre esses assuntos. Tal prática se mostra de grande relevância por ter o potencial de expandir nossos arcabouços teórico-metodológicos sobre o que estamos chamando de translíngua. Isso ficou sugerido não só nas respostas que os sujeitos deram aos questionários e nas entrevistas conduzidas, mas também na análise dos *posts* dos quais emergiram posicionamentos que ora retomavam ora confrontavam concepções fixas e fluidas de língua(gem) e identidade, como uma tentativa de os sujeitos reivindicarem filiações identitárias múltiplas em espaços virtuais translíngues.

Nessa dimensão, a atenção também foi dada à investigação das práticas translíngues dos sujeitos participantes da pesquisa como um índice dos repertórios experienciais que desenvolveram ao longo de suas trajetórias de vida. Através dessa percepção, foi possível sugerir, por exemplo, que “D” emprega pequenos pedaços de língua inglesa (BLOMMAERT, 2010) em seus *posts* como uma possível consequência da intensa valorização dessa língua em políticas locais em Bangladesh que indexa prestígio e conhecimento. No que diz respeito às práticas de “W”, foi possível indicar que a sua frustração por não saber chinês min-nan pode ser resultado de políticas linguísticas chinesas em escolas filipinas que elevam a importância do mandarim em detrimento das línguas locais. Além disso, os *posts* de “W” indicam como suas práticas de linguagem se deslocam entre recursos semióticos comumente atrelados a dois territórios e identidades “distintos”, quais sejam, Hong Kong e Filipinas, o que confere a esse sujeito autoridade para se posicionar frente a assuntos políticos de ambos os locais. Já no caso de “E”, a marcante presença de *posts* escritos em suaíli, inglês, japonês e luaia indexa sua biografia e experiências como um sujeito transnacional.

Por fim, sob a **dimensão decolonial**, foram discutidas noções de **pertencimento**. Para problematizar esse aspecto, discuti práticas do sujeito “W” em que ele se filia a múltiplos territórios, a partir da negociação de diferentes posicionamentos identitários.

Os recursos linguísticos atuaram ativamente para essas performances, uma vez que foi através das línguas que tais efeitos de sentido foram alcançados. Ao empregar recursos do mandarim para indexar uma possível identidade chinesa e se posicionar sobre assuntos desse país e recursos do tagalog para avaliar a situação política das Filipinas, “W” lança mão do *envoicing*, uma prática translíngua para expressar e representar sua voz no discurso. Para Canagarajah (2013a), a partir da estratégia de *envoicing*, os sujeitos conseguem estabelecer diferentes níveis de relacionamento com diferentes pessoas e grupos sociais. Para esse autor, sujeitos translíngues tomam decisões complexas sobre como expressar suas vozes em textos, o que envolve considerar quais recursos linguísticos misturar, como, onde e com quem.

Outro exemplo envolvendo a discussão de **pertencimento** foi o episódio de negociação entre “E” e “Sujeito 3”. Na interação analisada, observamos que os sujeitos se alinhavam a determinados grupos sociais e discursos políticos não apenas pelas línguas que adotaram, mas pelo valor semiótico atrelado a recursos outros; nesse caso, a experiência. Viver nos Estados Unidos, casar-se com um cidadão estadunidense e ter laços familiares e de amizade constituíram importantes recursos para a tomada de diferentes posições discursivas sobre estar ou não autorizado a opinar em assuntos políticos daquele país.

Ademais, nesse e em outros enunciados analisados, foi possível perceber que a prática translíngua através do *crossing* não era “livre para todos” (RAMPTON, 2014). Se partirmos da noção de que todo enunciado (aqui entendido como unidade mínima de sentido das práticas translíngues) é valorado de acordo com os posicionamentos axiológicos dos sujeitos, já que “[...] é impossível uma compreensão sem avaliação” (BAKHTIN, 2003, p. 378), indica-se que as identidades requerem um cuidadoso processo de manejo, uma vez que pelo *crossing* se pode tanto reivindicar pertencimento, como atribuir ou negar pertencimento de/a outrem. É por esse motivo, que o *crossing*, como uma prática translíngua, precisa ser compreendido ao lado das histórias, biografias e ordens indexicais que modelam e são modeladas pelos repertórios que os sujeitos empregam e transformam enquanto negociam sentidos (CREESE; BLACKLEDGE,

2010).

Os *posts* de “D” também são ilustrativos dessas práticas. Foram recorrentes os enunciados em que sua identidade nacional foi não só celebrada e performada, mas também contestada. Na interação com a “senhora”, “D” se valeu do **essencialismo estratégico** para criticar posturas equivocadas sobre identidade. No *post* de “DEAR ALL”, o sujeito se posicionou como um legítimo bangladeshiano, já no *post* em que recontextualiza uma interação que versava sobre o povo de Bangladesh, “D” manipula seus recursos linguísticos para atender a propósitos distintos para públicos também diferentes.

O envolvimento em práticas translíngues por meio das estratégias de **recontextualização** e **entextualização** também se mostrou preponderante como um ato de posicionamento identitário. Nesse cenário, é válido lembrar que “E” recontextualizou um polêmico vídeo para se posicionar de forma contrária ao seu conteúdo e resistir a discursos que subjugam mulheres quenianas. “D” recorreu às suas experiências como professor e aluno de pós-graduação nos Estados Unidos para evocar cronotopos específicos e indexar seu *background* literário a partir do emprego de trechos de obras famosas em seus posts. “W” se posicionou frente a diferentes aspectos políticos da China e das Filipinas através da recontextualização de notícias de protesto e de escândalos envolvendo parlamentares.

Já sob a **dimensão espaço-temporal**, os dados discutidos reforçaram a defesa de se enxergar a identidade como uma performance discursiva, construída e negociada na interação. Nesse cenário, ver a identidade como algo que os sujeitos “fazem” discursivamente demanda uma posição voltada para a negociação de diferentes relações de poder, normas, expectativas e experiências que trazem e contestam na e para a performance de seus posicionamentos. Os conceitos de **escala** e **cronotopo** foram retomados como importantes ferramentas para a análise das práticas translíngues com foco em seu aspecto espacial e temporal.

Guiado pelo que Canagarajah (2013a; 2016) chamou de **escala pós-colonial**, discuti como o sujeito “D” negociou escalas estrategicamente para indexar novos valores por meio de suas práticas translíngues. Ao redefinir o *Facebook* como um espaço translocal, “D” lançou mão de recursos semióticos em seus *posts* para acomodar novas **ordens de indexicalidade** e se posicionar diante da crítica feita por “Sujeito 5”. Dessa

maneira, aquele sujeito redefiniu as perspectivas sobre o que contaria como “adequado” ou “esperado” para a comunicação nesse *site* de rede social. Conforme Canagarajah (2013a, p. 165, grifos meus), portanto, esses sujeitos

[...] interpretam as normas impostas como locais e restritas, e não como pertencentes a uma escala translocal superior. O exercício de poder do interlocutor é resistido. Dessa forma, espera-se que o *footing* e o *frame* da interação sejam sempre negociados [...].

Por fim, na **dimensão mediadora**, o foco foi dado no papel das virtualidades que o *Facebook* oferece tanto para as posições identitárias dos sujeitos quanto para a construção de espaços translíngues. Nessa dimensão, discuti como o uso do tradutor automático do *Google* permitiu que “D” performasse uma identidade multilíngue através do emprego momentâneo de recursos do iorubá como uma estratégia de alinhamento e aproximação com sujeitos falantes dessa língua. Para o marido de “E”, tal ferramenta se mostrou preponderante na negociação de sua posição de exclusão atribuída em um dos *posts* de sua esposa.

No próximo e último capítulo desta tese, essas reflexões finais serão retomadas, a fim de responder às perguntas de pesquisa que orientaram o desenvolvimento da discussão aqui proposta. Espaço será reservado também para as possíveis limitações desta pesquisa e para os caminhos que podem ser trilhados por investigações futuras que busquem um estudo translíngue de performances identitárias em *sites* de rede social.

CAPÍTULO 7 – RETOMANDO E EXPANDINDO PONTOS: NOTAS CONCLUSIVAS E OUTRAS POSSIBILIDADES DE PESQUISA

[...] perguntas e respostas não são relações (categorias) lógicas; não podem caber em uma só consciência (uma e fechada em si mesma); toda resposta gera uma nova pergunta. Perguntas e respostas supõem uma distância recíproca. Se a resposta não gera uma nova pergunta, separa-se do diálogo e entra no conhecimento sistêmico, no fundo impessoal. (BAKHTIN, 2003, p. 408).

Nesta tese, propus a translinguagem como uma opção possível para o estudo de práticas identitárias de sujeitos multilíngues. Centrei-me nessa defesa por considerá-la mais que uma proposta teórico-metodológica, mas um fazer em conjunto que busca reconhecer e valorizar os recursos que os sujeitos trazem seja para o cumprimento de seus propósitos sociais, seja para a construção de outros conhecimentos sobre o que entendemos por língua(gem) e identidade. Esta tese é também uma tentativa de se afastar de perspectivas que reduzem a natureza heteroglósica das práticas translíngues à dicotomia entre monolinguismo e bi/multilinguismo.

Estudar a translinguagem com foco em sua natureza heteroglósica e em seu potencial desestabilizador significa encará-la como uma **constelação móvel de epistemes**, que ressalta a flexibilidade, fluidez e expansividade (PENNYCOOK, 2018) de campos do conhecimento como a Sociolinguística e Linguística Aplicada, onde as reflexões sobre a temática têm sido mais recorrentes. Tendo isso em mente, a expansão desses campos, bem como do próprio conceito de translinguagem, deve muito às contribuições de estudos centrados nas maneiras através das quais sujeitos linguagizam seus mundos (JASPERS; MADSEN, 2019) em tempos de globalização, mobilidade e tecnologia digital.

Como uma proposta de expansão de teorias, metodologias e epistemes, devo pontuar que toda tentativa de encarar a translinguagem como um mero neologismo ou um novo termo para substituir o que entendemos por bi/multilinguismo, língua(gem) e identidade deve ser analisada com cuidado. Para além disso, é preferível pensar a translinguagem como uma perspectiva que envolve e é envolvida pelos posicionamentos tanto dos sujeitos participantes da pesquisa como os de pesquisadores que buscam um caminho para pensar diferente, isto é, um pensamento outro (MIGNOLO, 2000).

O que está em discussão aqui não é o caráter de originalidade de um “novo” prefixo para os estudos da linguagem, mas a possibilidade de uma revisão crítica de

olhares sobre práticas multilíngues que não só desconsideram o impacto da invenção das línguas na maneira como pesquisamos como também se afastam do contexto sócio-histórico no qual os sujeitos se inserem. Isso não significa dizer que a translanguagem não “enxerga” línguas. Pelo contrário. Como debatido ao longo desta tese, fazer pesquisa sobre translanguagem é reconhecer que embora a noção de “línguas diferentes” não tenha uma realidade objetiva em si mesma, seus efeitos materiais (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) nas vidas dos sujeitos são visíveis. Frente ao exposto, assumir um ponto de vista translíngue é se engajar em um constante processo de indagação, reflexão e de transformação do olhar sobre o nosso objeto de estudo.

Esse objeto de estudo, desde uma mirada translíngue e dialógica, não é o texto como unidade linguística, muito menos uma “coisa muda” (BAKHTIN, 2003) sobre a qual o pesquisador levanta hipóteses ou a qual ele observa e descreve. O objeto da translanguagem é “o ser expressivo e falante” (BAKHTIN, 2003), isto é, o sujeito que enuncia e que se constitui como tal ao semiotizar e simbolizar. Esse sujeito, portanto, “[...] é o ser humano e sua dialógica interior-exterior, um ser que é situado em um dado contexto e que também possui horizonte próprio, ou seja, um ser histórico, posicionado e portador de subjetividade”. (OLIVEIRA, 2012, p. 271).

Pesquisar sobre e a partir da translanguagem é construir sentido das práticas de sujeitos multilíngues através de uma interação dialógica, na busca por suas **metalinguagens metrolíngues** (PENNYCOOK; OTSUJI, 2019). É um caminho através do qual “[...] pesquisador e seu *outro* produzem e negociam sentidos e, ambos, atravessados por diversas vozes e valorações sociais, estabelecem um diálogo no qual a tensão se torna inevitável [...]”. (OLIVEIRA, 2019, p. 137, grifos da autora). É por essa razão, que ao lidar com performances identitárias, foi optado por se pensar em **posicionamentos**, afinal, fazer pesquisa é uma constante negociação de posições no discurso. Produzir conhecimento, assim, é expressar uma atitude valorativa sobre a vida.

Neste capítulo, revisito discussões que me apoiaram na defesa da translanguagem como uma opção outra nos estudos sobre as práticas de linguagem de sujeitos “expressivos e falantes”. Na busca por responder ou tratar das perguntas que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa, desde o emaranhamento das perspectivas teóricas realizadas entre os Capítulos 1 e 5, até a análise dos dados, retomarei as possibilidades de investigação que a translanguagem nos oferece. Para além de simplesmente responder às

perguntas ou constatar se os objetivos foram ou não alcançados, esse retorno ao já dito será uma oportunidade de indicar caminhos e acentuar a necessidade de outras propostas de pesquisas que busquem discutir língua e identidade desde um viés potencialmente translíngue.

7.1 RETOMANDO PONTOS: RETORNO ÀS PERGUNTAS DE PESQUISA

7.1.1 Um retorno aos repertórios e à proposta de análise multidimensional das práticas translíngues

Ao longo desta tese, acredito que tenha sido possível vislumbrar a translinguagem tanto como uma proposta teórica (GARCÍA; LI WEI, 2014; LI WEI, 2018) quanto como uma prática de linguagem (JACQUEMET, 2005; JØRGENSEN et al, 2011; OTSUJI; PENNYCOOK, 2011; CANAGARAJAH, 2013a; PENNYCOOK; OTSUJI, 2015). Tais eixos, por assim dizer, compartilham o entendimento da perspectiva translíngue como uma proposta de ruptura com o paradigma monolíngue (ZOLIN-VESZ, 2016) e com perspectivas mais centradas nos recursos linguísticos *stricto sensu* do que nos sujeitos.

Nesse horizonte, faz-se necessário apontar que as reflexões a serem desenvolvidas nesta seção se concentram no impacto desses eixos nos estudos sobre performances identitárias de sujeitos que translinguam mediados pela tecnologia digital. Destarte, tais considerações serão guiadas pela primeira pergunta de pesquisa levantada ainda no Capítulo 1 desta tese:

a) De que forma a perspectiva translíngue pode contribuir para os estudos sobre performances identitárias em sites de redes sociais como o Facebook, levando em consideração as tensões entre o fixo e fluido das práticas de linguagem e os diferentes repertórios negociados por sujeitos multilíngues?

Para se estudar práticas de linguagem com foco nas performances identitárias de sujeitos que translinguam é vital retomar a discussão sobre **repertório** e seus deslocamentos no entendimento de língua e identidade.

No que concerne à natureza desta tese, o estudo dos **repertórios**, considerados na situacionalidade das práticas de linguagem no *Facebook*, foi orientado pela noção de que os enunciados negociados em forma de postagens apontam para experiências que os

sujeitos desenvolveram em outros espaços e tempos (LEE, 2011). Assim, um *post* de *Facebook* é uma importante fonte para a investigação dos recursos manejados para a construção de sentido *online*. Além dos *posts* como índices biográficos (BUSCH, 2015), os questionários aplicados e as entrevistas conduzidas com os participantes ofereceram importantes dados sobre os seus posicionamentos em relação às práticas de linguagem negociadas nesses espaços.

Com isso em mente, os dados gerados a partir desses diferentes instrumentos ressaltaram a busca por uma abordagem para o estudo de práticas identitárias que não tomasse uma língua nacional ou uma variedade específica como ponto de partida, mas o sujeito que experiencia repertórios semióticos (BUSCH, 2015).

Face ao exposto, esta tese colocou em destaque que o estudo das práticas translíngues, com foco nos repertórios manejados para a performance identitária, não deve considerar somente a mobilidade de recursos semióticos no tempo e no espaço, mas também ser orientado pela busca de um pensamento alternativo que não perpetue formas de opressão e silenciamento dos sujeitos que translinguam (ROCHA; MEGALE, 2021). É com base nessa defesa que o percurso de análise dos dados resultou numa proposta multidimensional das práticas translíngues. Dessa maneira, esta tese pôde contribuir para o estudo de performances identitárias a partir da discussão de três dimensões complementares: **decolonial, espaço-temporal e mediadora**.

Na **dimensão decolonial**, esta tese apresentou os bi/multilíngues como legítimos translíngues e nos convidou a enxergar as suas práticas para além da diferença colonial como a única forma válida de linguajar. Nessa lógica outra, discutir as práticas translíngues guiadas pela sua **dimensão decolonial** possibilitou questionar a **colonialidade do poder e do saber** na maneira como estudamos as línguas e o bi/multilinguismo (GARCÍA; ALVIS, 2019). Desse modo, conforme Rocha e Megale (2021, no prelo), “[...] a translíngua incorpora a luta travada pela decolonialidade”.

Nessa dimensão, foi discutida também como um olhar translíngua para as performances identitárias precisa levar em conta que “[...] toda e qualquer luta que envolva novas línguas, cultura e identidade inevitavelmente confronta as tradições fixas de lugar e ser”. (OTSUJI; PENNYCOOK, 2011, p. 244). Dessa forma, amparado em Otsuji e Pennycook (2010), Jaspers e Madsen (2019) e Pennycook e Otsuji (2019), debati como a perspectiva translíngua, desde um viés decolonial, pode nos oferecer formas de ir

além de propostas mais tradicionais de língua, acomodando tanto o fixo quanto o fluido em sua abordagem de estudo de performances identitárias.

A perspectiva translíngua também pode contribuir para os estudos de performances identitárias no *Facebook* a partir da observação de que a mobilidade implica não apenas o movimento de pessoas de um país para o outro, mas a mobilidade de línguas e outros recursos semióticos no tempo e no espaço. Para discutir esse cenário, propus a **dimensão espaço-temporal** das práticas translíngues, fundamentando-a nos conceitos de **cronotopo**, **ordens de indexicalidade** e **escala**.

A perspectiva escalar e cronotópica adotada nesta tese considerou que o **poder** não está concentrado em uma escala específica (seja ela local, nacional, global etc.), mas é negociado a partir dos sentidos que os sujeitos atribuem aos recursos empregados em suas práticas de linguagem em determinados espaço-tempos. Tal postura nos distancia, assim, do julgamento do que contaria como uma escala superior ou inferior, dando foco, portanto, na distribuição de sentidos no tempo e no espaço e aos recursos que os sujeitos empregam para negociarem tal distribuição.

E, por fim, a perspectiva translíngua pode contribuir para o estudo das performances identitárias a partir da **dimensão mediadora** da tecnologia digital.

Esta tese pressupõe que toda relação entre sujeitos no *Facebook* é desenvolvida em espaços potencialmente translíngues. Dessa orientação, sugere-se que a translíngua oportuniza a criação de espaços onde os sujeitos podem lançar mão de diferentes dimensões de suas histórias pessoais, de suas experiências e de contextos de ação. Portanto, o espaço translíngua no *Facebook* é construído levando em conta as relações cronotópicas e mediadoras das práticas de linguagem.

Quando discuto a **dimensão mediadora** das práticas translíngues, estou me referindo às possibilidades que a tecnologia digital oferece (diversos recursos multimodais, redes sociais e condições materiais) para a construção de sentido em múltiplos espaços. Tais possibilidades ou *affordances* (GIBSON, 1986) não só moldam as práticas de linguagem, mas também expandem as oportunidades de ação por meio de variados recursos semióticos.

Dada a importância da translíngua como um recurso mediador das relações virtuais, as diferentes possibilidades de ação emergem, assim, da interação dinâmica entre a percepção que os sujeitos têm do *Facebook* como um “espaço para a linguagem” e as

ferramentas tecnológicas que permitem tal interação. Dessa maneira, a **dimensão mediadora** das práticas translíngues pode contribuir para o estudo de performances identitárias no *Facebook* por possibilitar a expansão das *affordances* que o meio digital oferece para a negociação de diferentes posições no discurso.

Com base no exposto, defendi que os princípios de uma perspectiva translíngue para o estudo de performances identitárias no *Facebook* se tornam mais produtivos quando refletimos sobre as práticas de linguagem como envolvida por diferentes dimensões que ressaltam as relações decoloniais, espaço-temporais e mediadoras nas quais os sujeitos se envolvem quando agem por meio da linguagem. Um olhar holístico para a translíngue, nesses termos, nos conduz a perceber que as performances identitárias são um processo sócio-histórico, em que os sujeitos negociam e modificam, constantemente, seus posicionamentos em diferentes configurações espaço-temporais. Nesse sentido, os **repertórios semióticos** dos sujeitos que translínguem são formados por recursos situados, ecológicos, negociados e emergentes das práticas identitárias.

7.1.2 As práticas translíngues como recurso para a tomada de posição identitária

Com relação à segunda pergunta de pesquisa, questioneei o seguinte:

b) Em que práticas translíngues os sujeitos se engajam quando negociam sentidos a partir de seus posicionamentos identitários?

Com base nos **dados de anotação, dados de arquivo** (coleta e análise dos *posts*) e **dados suscitados** por meio de questionários e entrevistas, foi possível observar que os sujeitos participantes se engajaram em uma gama de práticas translíngues para a performance de suas identidades. As mais recorrentes, e que serão foco desta seção, foram: ***crossing, envoicing, recontextualização, entextualização*** e **essencialismo ou posicionalidade estratégica**.

Compreender as práticas translíngues como recursos para a construção dos posicionamentos identitários dos sujeitos multilíngues pode nos levar a vislumbrar **identidade** como algo através do qual os sujeitos conseguem cumprir diferentes ações sociais, o que demanda, assim, um entendimento de identificação como um processo de

negociação (HUA, 2017) atrelado a questões de diferenças, semelhanças, (des)alinhamento, relações de poder e voz.

O (des)alinhamento e identificação por meio das virtualidades da tecnologia digital foram práticas recorrentes dos sujeitos desta pesquisa, e aqui foram mais bem compreendidas em termos de *crossing* (RAMPTON; 1995a; 1995b; 2014). Embora Rampton tenha focado no movimento de diferenciação linguística de um determinado grupo étnico, os dados levantados apontaram que a prática de *crossing* foi negociada como uma estratégia de proximidade e de resistência a posicionamentos atribuídos.

Reivindicar o pertencimento e se diferenciar em termos étnicos foram outros sentidos que os sujeitos buscavam negociar através de suas práticas translíngues no *Facebook*. Tais práticas foram estudadas em termos de **pertencimento nacional híbrido** (BHABHA, 2007) ou **multiterritorialidade** (HAESBAERT, 2007a; 2007b), **envoicing**, **recontextualização** e **entextualização** (CANAGARAJAH, 2013a; 2013b) e **essencialismo** ou **posicionalidade estratégica** (SPIVAK, 1985; 1988; BUTLER, 1993).

O que pôde ser sugerido através da discussão sobre em quais práticas translíngues os sujeitos participantes se envolviam é que a construção de laços e a performance de diferentes posições discursivas são orientadas por múltiplas configurações espaço-temporais e experiências. Quando os sujeitos se movimentam por entre fronteiras, sejam elas físicas ou virtuais, eles levam consigo suas línguas e se apropriam de novos recursos semióticos para a construção de suas identidades. A partir dessa consideração, percebe-se os sujeitos não como donos de uma única língua ou recurso; é possível que a partir de seus repertórios, eles reivindiquem relações íntimas com múltiplas línguas e territórios simultaneamente (CANAGARAJAH, 2017a).

Nesse contexto, sentimentos de pertencimento e de diferença, embora construídos localmente, evocam histórias, normas e expectativas negociadas em diferentes escalas de interação. Através dessas e outras práticas translíngues discutidas ao longo da tese, foi possível considerar que o acesso a diferentes recursos semióticos ao passo em que possibilita a construção de um espaço social específico para a ação por meio da linguagem também produz os posicionamentos identitários dos sujeitos.

Feitas essas ponderações, dou sequência à discussão dos pontos conclusivos, agora com foco na última pergunta de pesquisa, a qual me possibilitará resumir as contribuições da perspectiva translíngua para os conceitos de língua, identidade e para a

condução de pesquisas. Além disso, apresentarei direcionamentos futuros e outras possibilidades de pesquisa com foco nas práticas translíngues.

7.1.3 Desdobramentos das práticas translíngues nos conceitos de língua e identidade e na produção de conhecimento sobre a linguagem

Quais deslocamentos a perspectiva translíngue pode provocar nas concepções de língua, identidade e pesquisa em estudos sobre práticas de linguagem de sujeitos multilíngues?

Nesta tese, situei a defesa de uma opção translíngue para os estudos de performances identitárias no *Facebook* na interface da chamada Sociolinguística da Globalização/Mobilidade (BLOMMAERT, 2010), da Linguística Aplicada Indisciplinar ou da Modernidade Recente (MOITA LOPES, 2006; 2013a), da Sociolinguística Decolonial (GARCÍA; ALVIS, 2019) e de outros campos que compartilham as chamadas “viradas” discursivas, performáticas e pós-estruturalistas. Fiz isso como uma tentativa de contribuir para a produção de conhecimento mais responsivo aos desafios atuais e à incessante necessidade de reavaliação conceitual e paradigmática nos estudos da linguagem em tempos de mobilidade e digitalização da comunicação. Nesse contexto, a translíngua como outra orientação para os estudos da linguagem é guiada pela possibilidade de reinventarmos tanto o mundo social quanto as lentes através das quais o experienciamos. Tal reinvenção necessita, portanto, de um esforço transdisciplinar e uma maior ênfase em contextos e sujeitos antes pouco representados em estudos (socio)linguísticos.

Uma opção translíngue nos desloca do foco das “línguas” como códigos distintos para a ação entre sujeitos que se engajam no uso, na criação e na interpretação de signos para cumprirem propósitos sociais. García e Li Wei (2014) definem translíngua como uma abordagem para as práticas de sujeitos multilíngues não em termos de línguas autônomas, mas de repertórios com recursos que, social e ideologicamente, são associados a sistemas linguísticos diferentes. Assim, a translíngua como prática não se refere a duas ou mais línguas separadas ou à síntese de diferentes práticas de linguagem e nem à mera hibridação linguística. Ao invés disso, ela refere-se a novas práticas de linguagem que tornam visíveis a complexidade dos recursos semióticos negociados por sujeitos com diferentes histórias.

Nessa orientação, língua é entendida como recurso semiótico, ou como Canagarajah (2017a, p. 7)) pontua, como um “significante flutuante”, que pode ser “[...] apropriado pelas pessoas em um tempo e espaço específico para seus propósitos comunicativos [...]”, indexando valores e normas ao longo do tempo. Para esse autor, “[...] [t]al perspectiva resistiria a territorialização de línguas nomeadas como pertencentes a um lugar ou comunidade, com normas estáticas e sentidos derivados de uma estrutura pré-construída [...]”. (CANAGARAJAH, 2017a, p. 7).

No que diz respeito à concepção de bi/multilinguismo, a opção translíngue põe ênfase nas formas de se fazer bi/multilinguismo, ressaltando a necessidade de compreendermos as complexas redes semióticas pelas quais os sujeitos se movem, formadas não apenas de línguas, mas de registros, sotaques, palavras e assemblagens de recursos digitais diversos. Tal visão de bi/multilinguismo assume uma perspectiva de língua como atividade, ao invés de sistema enumerável de recursos linguísticos, e traz à tona as diferentes ideologias ainda calcadas em paradigmas que têm orientado nosso olhar sobre bi/multilinguismo em termos (e epistemologias) monolíngues (PENNYCOOK; MAKONI, 2020).

Com relação aos estudos sobre identidade, uma opção translíngue busca oferecer um olhar multifacetado dos posicionamentos que os sujeitos negociam. Essa opção se engaja com teorizações socioconstrutivistas segundo as quais as identidades estão sempre abertas à negociação, reapropriação, recontextualização e transformação. Nesse sentido, entender identidade em termos de **posicionamento** nos oferece caminhos para investigar como os sujeitos lançam mão de uma gama de recursos móveis para performar, atribuir ou negar posições discursivas. Assim, identidade é vista como “[...] formas particulares de potencial semiótico, organizadas em um repertório”. (BLOMMAERT, 2005, p. 207).

Essa tendência nos estudos sobre identidade desde um viés translíngue e socioconstrutivista tem se afastado de posições essencialistas que veem as identidades como preexistentes, caminhado em direção a uma visão mais dinâmica e emergente em que ressalta as identidades como um processo. No entanto, embora tal perspectiva tenha se mostrado produtiva, esta tese indicou a importância de considerar as estruturas sociais, as relações de poder e ao acesso desigual a recursos semióticos para a performance identitária. Desse modo, uma pergunta que se coloca é: quão longe podemos ir quando falamos de agência, fluidez e flexibilidade numa perspectiva pós-estruturalista de

identidade? (HUA, 2017). Isso posto, o impacto da globalização e mobilidade urge uma abordagem que discuta tanto o fixo quanto o fluido das práticas identitárias (JASPERS; MADSEN, 2019).

Em contextos digitais, seja na concepção de língua, seja na de identidade, o que uma opção translíngue nos coloca é a necessidade de teoria e prática atenderem à complexidade e diversidade dos posicionamentos. Nesse sentido, fazer pesquisa sobre e a partir de um viés translíngue demanda um incessante processo de readaptação de nossas lentes conceituais. Quando incluímos o papel das redes sociais nessa discussão, percebemos que o quadro se complexifica ainda mais por conta da necessidade de problematizar a criatividade e agência de sujeitos que usam e adaptam essas plataformas para os seus próprios propósitos comunicativos, criando, assim, não apenas novas práticas de linguagem (GARCÍA; LI WEI, 2014), mas outras maneiras de se filiarem a grupos sociais. A pesquisa no campo translíngue pode nos levar, então, a refletir não só como o local e o global se encontram, mas como recursos semióticos diversos coexistem.

Face ao exposto, é possível considerar que a translíngua, como uma opção teórica e metodológica, provoca deslocamentos epistemológicos, afetando a produção de conhecimento sobre a linguagem em diferentes campos. Pensar a translíngua nesses termos nos conduz a abordar as práticas de linguagem não como um tópico a ser discutido sob o escrutínio de paradigmas existentes, mas refletir sobre como elas impactam as maneiras como estudamos e interpretamos o mundo social. Dessa orientação, vislumbro a translíngua não como um objeto teórico apenas, mas como uma perspectiva epistêmica de rupturas.

Tais rupturas demandam uma orientação qualitativa de se fazer pesquisa, como uma forma de explicar as relações paradoxais entre fixidez e fluidez, estabilidade e mudança evocadas pelas práticas translíngues. Elas demandam também um foco nos processos, práticas, fluxos e repertórios envolvidos nas práticas de linguagem, de modo que possam compreender como os sentidos são negociados, estabelecidos e alcançados. Nessa lógica, quanto mais nos tornamos sensíveis ao lugar das práticas translíngues nas nossas bases teórico-metodológicas, mais compreendemos linguagem e identidade como verbos, isto é, como recursos em constante mudança.

A translíngua, assim sendo, pode nos indicar uma **desobediência epistêmica**, como propôs Mignolo (2008, p. 290), uma opção que “[...] se desvincula dos fundamentos

genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento [...]” e se aproxima [...] de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada) [...]”. A translíngua, portanto, requer mais que um simples deslocamento do positivismo científico e uma aproximação de abordagens qualitativas de pesquisa. Ela demanda uma reconceituação do próprio ato de pesquisar.

7.1.4 Translinguar para quê e para quem? Direcionamentos e possibilidades de pesquisa

Para discutir os impactos e direcionamentos aqui tensionados, trago propostas de Canagarajah (2017a; 2017b) como uma síntese dos deslocamentos possibilitados pela opção translíngua no estudo de práticas de linguagem. Nessa síntese, mantereí o termo “orientação estruturalista”, que é utilizada pelo autor para se referir às propostas que vão de encontro a uma orientação translíngua.

Quadro 30 – Deslocamentos de uma orientação estrutural para uma orientação translíngua

<i>Estruturalista</i>	<i>Translíngua</i>
● Gramática	● Repertório semiótico/experiencial
● Comunicação	● Atividade
● Multimodalidade	● Assemblagem
● Binarismo texto/contexto	● Cronotopo
● Contexto	● Escalas espaço-temporais
● Pesquisa quantitativa	● Métodos móveis
● Pesquisador observador	● Pesquisa participativa
● Identidade fixa	● Posicionamentos identitários

A abordagem das práticas de linguagem através dessa perspectiva se mostra muito promissora para o debate dos impactos da mobilidade, tecnologia digital e da globalização na maneira como pesquisamos e compreendemos língua e identidade. No entanto, tal

perspectiva também apresenta desafios. Canagarajah (2017a, p. 18) exemplifica bem esse ponto quando nos diz que:

[p]rimeiro, temos que reconhecer que a linguística aplicada tem muito trabalho pela frente para a redefinição e re teorização dos construtos básicos do campo. Depois de um período de investigação positivista/empírica [...], adotando uma orientação estruturalista e experimental, há agora a consciência de que devemos começar tudo de novo em contexto de mobilidade [...].

É válido ressaltar que há muitas propostas “começando tudo de novo” no que diz respeito aos trabalhos em LA desde um viés translíngue. A pedagogia bilíngue, mais especificamente, tem sentido os impactos dessa teorização de maneira mais expressiva. Embora esta tese tenha trilhado outros caminhos que não a discussão pedagógica, penso ser de grande relevância destacar os avanços e as possibilidades de pesquisa no que concerne à educação linguística, de maneira mais ampla, a partir da ótica translíngue.

Pesquisas atuais sobre pedagogia de línguas têm colaborado para se pensar os processos de ensino e aprendizagem a partir da concepção de educação linguística. Atenção tem sido dada à dinamicidade da relação entre subjetividade, fatores sociais, culturais, políticos e ideológicos que impactam os processos de construção de sentido dos sujeitos sobre as línguas, suas práticas discursivas e demais sistemas semióticos (BAGNO, 2005; BAPTISTA, 2018). Dessa maneira, a língua é entendida como um objeto de conhecimento inseparável da identidade linguística dos sujeitos que vão se formando como tais em diferentes espaços de socialização (BAPTISTA, 2018). Nessa perspectiva, a educação linguística tem sido vista como uma possibilidade de incluir debates sobre crenças, representações e ideologias, atrelando-os a nossa visão de língua, ensino e formação de professores.

García e Li Wei (2014) são alguns dos autores cujas propostas enfocam a translíngua como uma opção para o ensino e aprendizagem e formação de professores de línguas, considerando a educação linguística de forma mais ampla. De acordo com esses autores, a translíngua tem o potencial de expandir e transformar programas tradicionais de ensino bilíngue. Inspirados pelos pressupostos da Pedagogia Crítica de Paulo Freire, García e Li Wei (2014) advogam que a educação bilíngue, pensada a partir da translíngua, reforça o compromisso com a justiça social ao valorizar as múltiplas práticas de linguagem que os sujeitos (principalmente os de comunidades

minoritarizadas) trazem para a construção de sentido em sala de aula. Para esses autores, assim, a proposta translíngue tem como objetivo superar a hierarquia linguística imposta pelos sistemas educacionais ainda calcados em princípios monolíngues.

Seguindo as premissas dos trabalhos de García e Li Wei, Lucena e Cardoso (2018) discutem o ensino bilíngue português-inglês a partir da translanguagem, problematizando as principais ideologias linguísticas que estão por trás das práticas discursivas de professores e alunos numa escola privada de ensino médio no Sul do Brasil. A partir de um estudo etnográfico de sala de aula, Lucena e Cardoso (2018) defendem a translanguagem como uma alternativa aos modelos subtrativos e aditivos de educação bilíngue. Essas autoras concluem que a translanguagem, como recurso pedagógico, acentua a agentividade, criatividade e criticidade de alunos e professores, se constituindo como uma importante ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem.

Espírito Santo e Baptista (2018) também se voltam para as implicações da translanguagem em uma perspectiva da educação linguística. Diferentemente dos trabalhos supracitados, esses autores focam os impactos das práticas translíngues digitais no nosso entendimento acerca de como se produzem e se negociam sentidos e quais estratégias os sujeitos mobilizam para a performance de suas identidades em contextos multilíngues. Para esses autores, as práticas translíngues possibilitam a abertura para uma “[...] compreensão mais dilatada das práticas languageiras dos sujeitos que não se desconsidere seus repertórios, o contato entre línguas [e] os cenários complexos em que as interações ocorrem [...]”. (ESPÍRITO SANTO; BAPTISTA, 2018, p. 16).

Como é possível perceber, há estudos que se voltam para a translanguagem como uma possível lente a partir da qual podemos transver a educação linguística. No entanto, embora essa área tenha sido a mais produtiva em termos de teorização, tenho observado que a sua atenção ora se volta para contextos de educação bilíngue em escolas privadas, ora desconsidera outros processos de ensino e aprendizagem de línguas que não aqueles do ensino formal/escolar.

Pensando nisso, se torna imperativo o desenvolvimento de mais trabalhos que se debrucem sobre o lugar da translanguagem, como abordagem e prática, no dia a dia das escolas públicas brasileiras. O estudo de Takaki (2019), por exemplo, pode inspirar mais projetos de pesquisa interessados nesse contexto de investigação. Além disso, outros espaços de socialização, como os de fronteira, bem como os de ensino de línguas em

contextos de imigração, acolhimento e língua de herança também poderiam ganhar mais atenção. No Brasil, estudos de Silva (2016), Santos (2017), Milozo e Gattolin (2019) e Oliveira e Buleton (2019) podem oferecer caminhos para o desenvolvimento de mais pesquisas nessas áreas.

Somo à discussão supracitada, a necessidade de debates mais expressivos no que diz respeito aos processos de avaliação de proficiência a partir da translanguagem. Por mais que algumas propostas já tenham trazido encaminhamento para o tratamento dessa lacuna (SHOHAMY, 2011; GARCÍA; JOHNSON; SELTZER, 2017; SOUZA, 2021), há muito o que se discutir quando pensamos que exames internacionais de proficiência pouco refletem uma orientação translíngue.

Além dos caminhos produtivos sobre educação linguística num viés translíngue, discussões sobre autenticidade (DOVCHIN, 2020a), sobre o fixo e fluido das práticas translíngues (OTSUJI; PENNYCOOK, 2011; PENNYCOOK; OTSUJI, 2019), sobre essencialismos estratégicos e sobre as contradições nas filiações a multiterritórios e identidades se mostram produtivas para a investigação das tensões entre normas e estrutura social, entre relações desiguais de poder e sujeitos transnacionais e entre desigualdade política e econômica nos processos de identificação identitária de sujeitos pós-coloniais a partir da perspectiva da translanguagem.

Por último, no que concerne aos métodos de pesquisa, os desafios são colocados em abordagens que buscam lidar com a geração de dados em configurações espaço-temporais múltiplas e simultâneas. Embora Dovchin, Pennycook e Sultana (2018) já tenham indicado caminhos possíveis para o tratamento dessa questão, ao proporem um estudo linguístico e etnográfico de práticas translíngues em contextos *on* e *offline*, o desenvolvimento de métodos móveis (CANAGARAJAH, 2017a) e de uma etnografia em campos múltiplos ainda é incipiente, principalmente no Brasil.

7.2 CONCLUINDO PONTOS: ENTRE O PESQUISAR E O AGIR TRANSLÍNGUE NO TEMPO-ESPAÇO DIGITAL

Com base na discussão das perguntas de pesquisa, acredito ter sido possível discutir e caracterizar a translanguagem como um caminho possível para o estudo de performances identitárias no *Facebook* por meio da proposição de uma perspectiva multidimensional de análise. Além disso, pôde-se refletir sobre as principais práticas

translúngues nas quais sujeitos multilúngues se envolveram enquanto negociavam seus posicionamentos identitários e problematizar os deslocamentos que a translíngua, como uma opção epistemológica outra, pode provocar tanto no nosso entendimento de língua e identidade quanto na maneira como pesquisamos.

Por mais que esta tese tenha o potencial de expandir o escopo da investigação de práticas translúngues a partir de uma proposta outra de análise, reforço a necessidade de mais pesquisas se engajarem nas **metrolinguagens metrolúngues** dos sujeitos como forma de melhor capturar as ideologias e posicionamentos que dão forma às suas práticas identitárias. Ademais, é preciso ter em mente que investigações netnográficas, isto é, desenvolvidas exclusivamente *online* como a aqui discutida, estão sujeitas às peculiaridades do mundo digital. Digo isso porque o percurso metodológico pode ser impactado por questões específicas das práticas em *sites* de redes sociais, como por exemplo o cancelamento dos perfis públicos dos sujeitos e a impossibilidade de estabelecer contato via meios eletrônicos, o que foi uma realidade nesta pesquisa. Somo a isso o período pandêmico que vivemos desde o ano de 2020, que pode ter sido uma das causas do afastamento de três dos quatro sujeitos participantes das redes sociais e do não retorno aos *e-mails* enviados. Portanto, acredito que um aprofundamento nas ideologias linguísticas deles poderia ter sido mais explorado caso o cenário tivesse sido favorável.

Salvaguardadas as particularidades da pesquisa netnográfica, aqui foi proposta uma perspectiva sobre a translíngua que julguei como a mais adequada às perguntas e objetivos traçados nesta tese. Uma perspectiva ligada ao meu entendimento de língua e identidade perpassado por minhas leituras e experiências com os sujeitos participantes.

Esta tese é a apresentação de um caminho possível para aqueles envolvidos em discussões sobre práticas de sujeitos multilúngues, desde bases que acentuam a complexidade e (i)mobilidade que acompanham as suas performances identitárias. É uma tentativa de um compromisso ético com e para o outro; de considerar a pessoa investigada como sujeito, isto é, coparticipante do processo de construção de conhecimento (FREITAS, 2003).

O que aqui foi escrito é resultado de um longo processo de reflexão, confronto epistemológico e (necessário) desconforto causado pelo contato com propostas que nos deslocam de nossas certezas. A translíngua, como aqui defendida, precisou ser

“inventada” para acompanhar as ideologias e posicionamentos que os sujeitos pesquisados-pesquisadores assumiram ao longo do desenvolvimento do trabalho. Tal invenção se justifica porque muito embora as teorias mobilizadas tenham orientado parte considerável das reflexões que empreendi, elas foram pensadas para outros contextos e com outros objetivos. Por isso, pensar na translinguagem como prática, e não como uma verdade preexistente, me abriu possibilidades para retomar, experimentar e propor caminhos alternativos para a investigação de práticas identitárias. Isso me permitiu discutir com mais cuidado os impactos do paradigma monolíngue na maneira como interpretamos as nossas práticas de linguagem e foi uma oportunidade de investigar os efeitos materiais do “fixo” nas identidades e língua(gens), considerando-o em sua relação com a fluidez dos nossos tempos.

Dessa maneira, esta tese não pressupõe uma separação rígida e incontestável do que seria “translíngue” ou “língua nomeada”, mas a necessidade de considerar que “[...] [p]ara sobreviver às fronteiras, você deve viver sem fronteiras, ser uma encruzilhada”. (ANZALDÚA, 1987, p. 155). Parafraseando Anzaldúa (1987): pesquisar translinguagem é viver na intersecção, mirando o potencial do novo ou de uma outra opção possível.

Em conclusão, esta é uma proposta de trabalho transdisciplinar que combina e expande pressupostos da Linguística Aplicada, Sociolinguística e campos afins, na busca pelo estudo da linguagem como um ato social e político, capaz de transformar não apenas os recursos que os sujeitos empregam, mas também suas subjetividades. Esta tese é a proposição de um espaço **trans** em que foco pode ser dado em outras práticas de linguagem e performances identitárias, com o objetivo de oferecer um olhar mais justo para e com aqueles que translinguam.

REFERÊNCIAS

- AGAR, M. Ethnography. In: VERSCHUEREN, J.; ÖSTMAN, O.; BLOMMAERT, J. (org.). **Handbook of pragmatics**. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1995, p. 583-590.
- AGHA, A. Recombinant selves in mass mediated spacetime. **Language and Communication**, v. 27, p. 320–335, 2007.
- ALI, M. A. Language policy and planning for Bangla in the current context of Bangladesh: possibilities and constraints. **Prime University Journal**, v. 7, n. 2, p. 113-138, 2013.
- AMIN-KHAN, T. **The post-colonial State in the era of globalization: historical, political and theoretical approaches to State formation**. London: Routledge, 2012.
- ANDERSON, B. **Imagined Communities: reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1991.
- ANDROUTSOPOULOS, J. Introduction: Sociolinguistics and computer-mediated communication. **Journal of Sociolinguistics**, v. 10, n. 4, p. 419-438, 2006.
- ANDROUTSOPOULOS, J. Potentials and limitations of discourse-centered online ethnography. **Language@Internet**, v. 5, p. 1-20, 2008.
- ANSALDO, U. Asian typology of English: theoretical and methodological considerations. In: LIM, L.; GISBORNE, N. (org.). **The typology of Asian Englishes**, p.11-24, 2011.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AUER, P. **Bilingual conversation**. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- AUER, P. The pragmatics of code-switching: a sequential approach. In: MILROY, L.; MUYSKEN, P. (org.). **One Speaker, two languages: Crossdisciplinary perspectives on code-switching**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 115-135.
- AUER, P. ‘Translanguaging or ‘doing languages’? Multilingual practices and the notion of ‘codes’. MCSWANN, J. (org.). **Language(s): multilingualism and its consequences**. Clevedon: Multilingual Matters, 2019, p. 1-31.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. 1ª ed. Lisboa: 90 Graus, 1992.

- AUSTIN, J. **How to do things with words**. Massachusetts: Harvard University Press, 1962.
- AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAGNO, M. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.
- BAILEY, B. Heteroglossia. In: JONES, M. M.; BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. **The handbook of multilingualism**. London: Routledge, 2012, p. 499–507.
- BAJTÍN, M. M. El problema de los géneros discursivos. In: BJTÍN, M. M. **Estética de la creación verbal**. Buenos Aires: Século XXI editores, 2002 [1979].
- BAKER, C. **Foundations of bilingual education and bilingualism**. 3rd ed. Clevedon: Multilingual Matters, 2001.
- BAKHTIN, M. **The dialogic imagination**: four essays by M. M. Bakhtin. Trad.: Michael Caryl Emerson and Michael Holquist. Austin, TX: Texas University Press, 1981.
- BAKHTIN, M. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Trad.: C. Emerson. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1984.
- BAKHTIN, M. **Speech genres and other late essays**. Trad.: C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Austin Press, 1986.
- BAKHTIN, M. Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaio de poética histórica). In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Tradução de Aurora F. Bernadini et al. São Paulo: Hucitec; Annablume, 1993.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M. **Teoria do romance II**: As formas do tempo e do cronotopo. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929].

- BAKHTIN, M.; MEDVEDEV, P. N. **The formal method in literary scholarship: a critical introduction to sociological poetics**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1985 [1928].
- BALOGUN, T. A. In defense of Nigerian pidgin. **Journal of languages and culture**, v. 4, n. 5, p. 90-98, 2012.
- BANDA, F. Critical perspectives on language planning and policy in Africa: accounting for the notion of multilingualism. **Stellenbosch Papers in Linguistics**, v. 38, p. 1–11, 2009.
- BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Parábola, 2015.
- BATESON, G. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P.M. (org.). **Sociolingüística Interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 [1972], p. 85-105.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Tradução de Vânia Z. Cardoso. **ILHA, Revista de Antropologia**, p. 185-229, 1990.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Language philosophy as language ideology: John Locke and Johann Gottfried Herder. In: KROSKRITY, P. V. (org.). **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Oxford: James Currey, 2000, p. 139-204.
- BAPTISTA, L. M. T. R. Multiletramentos, letramento visual e ensino de espanhol: algumas questões sobre as práticas comunicativas contemporâneas. In: BAPTISTA, L. M. T. R. **Autores e produtores de textos na contemporaneidade: multiletramentos, letramento crítico e ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 65-83.
- BAPTISTA, L. M. T. R. Representação e educação linguística de professores de línguas: revisitando algumas concepções teóricas. **Línguas & Letras**, v. 19, n. 44, p. 40-58, 2018.
- BAPTISTA, L. M. T. R. (De)colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa: uma “new mestiza”. **Polifonia**, v. 26, n. 44, p. 01-163, 2019.
- BAPTISTA, L. M. T. R.; LÓPEZ-GOPAR, M. Educação crítica, decolonialidade e educação linguística no Brasil e no México: questões epistemológicas e metodológicas traçadas por um paradigma-outro. **Letras & Letras**, v. 35, n. especial, p. 1-27, 2019.

- BERNARDO, E.; AGGABAO, N.; TARUN, J. Z. Implementation of the Mother Tongue-Based Multilingual Education (MTBMLE) Program: reactions, attitudes and perceptions of teachers. **The Philippines Asian Conference on Education & International Development**, 2018.
- BERRY, J. Acculturation as varieties of adaptation. In: PADILLA, A. (org.). **Acculturation: Theory, models, and some new findings**. Boulder, CO: Westview Press, 1980, p. 9-25.
- BEZERRA, P. Prefácio. In: BAKHTIN, M. **O discurso no romance**. In: BAKHTIN, M. Teoria do romance I: o romance como gênero literário. Tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Organização da edição russa de Serguei Botcharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. Heteroglossia as practice and pedagogy. In: BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (org.). **Heteroglossia as practice and pedagogy**. Dordrecht: Springer, 2014, p. 1-20.
- BLOM, J.; GUMPERZ, J. Social Meaning in Linguistic Structures: code switching in Northern Norway. In: GUMPPERZ, J.; HYMES, D. (org.). **Code switching in Sociocultural Linguistics. Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1972, p. 407-434.
- BLOMMAERT, J. Reconstructing the sociolinguistic image of Africa: Grassroots writing in Shaba (Congo). **Text**, v. 19, n. 2, p. 175–200, 1999.
- BLOMMAERT, J. **Discourse: a critical introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BLOMMAERT, J. Sociolinguistic scales. **Intercultural Pragmatics**, v. 4, n. 1, p. 1-19, 2007.
- BLOMMAERT, J. **Grassroots literacy: writing, identity and voice in Central Africa**. London: Routledge, 2008.
- BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BLOMMAERT, J. Chronotopes, scales, and complexity in the study of language in society. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, p. 105–116, 2015.
- BLOMMAERT, J. Are chronotopes helpful? **Working Papers in Urban Language & Literacies**. Paper 243, p. 1-9, 2018.

- BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Repertoires revisited: ‘Knowing language’ in superdiversity. **Working Papers in Urban Language and Literacies**. Paper 67, p. 1-26, 2011.
- BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Superdiverse repertoires and the individual. In: SAINT-GEORGES, I.; WEBER, J. (org.). **Multilingualism and multimodality**. Rotterdam: Sense Publishers, 2013, p. 11-32.
- BLOMMAERT, J.; WESTINEN, E.; LEPPÄNEN, S. Further notes on sociolinguistic scales. **Intercultural Pragmatics**, v. 12, n. 1, p. 119–127, 2015.
- BLOMMAERT, J.; DE FINA, A. Chronotopic identities: on the timespace organization of who we are. In: DE FINA, A.; IKIZOGLU, D.; WEGNER, J. (org.). **Diversity and Super-Diversity: Sociocultural Linguistic Perspectives**. Washington: Georgetown University Press, 2017, p. 1-15.
- BLOCK, D. **The social turn in second language acquisition**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2003.
- BLOCK, D. Moving Beyond “Lingualism”: Multilingual Embodiment and Multimodality in SLA. In: MAY, S. (org.). **The Multilingual Turn: Implications for SLA, TESOL, and Bilingual Education**. NY: Routledge, 2014, p. 54-77.
- BOLANDER, B. Language and identity on Facebook. In: THORNE, S.L.; MAY, S. (org.). **Language, education and technology**. Encyclopedia of language and education. Springer International Publishing, 2017, p. 143-153.
- BOLANDER, B.; LOCHER, M. A. Constructing identity on Facebook: Report on a pilot study. In: KUNOD, K.; MAILLAT, D. (org.). **Constructing the self**. Tübingen: Narr Francke, 2010, p. 165–185.
- BOLANDER, B.; LOCHER, M. A. Peter is a dumb nut: Status updates and reactions to them as ‘acts of positioning’ in Facebook. **Pragmatics**, v. 25, n. 1, p. 99–122, 2015.
- BORE, S. K. Multilingual education in Kenya: implications for culture preservation and transmission. In: JOHANNESSEN, B. G. G. **Bilingualism and bilingual education: politics, policies and practices in a globalized society**. Texas, USA: Springer, 2019, p. 125-146.
- BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.
- boyd, d.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210–230, 2007.

- boyd, d. Social Network Sites as networked publics: Affordances, dynamics, and implications. In: PAPACHARISSI, Z. (org.). **Networked self: Identity, community, and culture on Social Network Sites**. London/New York: Routledge, 2010, p. 39–58.
- BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BRANDÃO, L. A. **Respostas a Bakhtin**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012.
- BRANCO, L. K. C. Nossas línguas são crioulas ou “a” língua não há: Mito? Verdade? Ou interpretação? **Fragmentum**, n. 52, p. 141-164, 2018.
- BRAVO-SOTELO, K. P. Exploring the tagalog-english code-switching types used for mathematics classroom instructions. **Journal of Education: language learning in education**, v. 8, n. 1, p. 47-64, 2020.
- BUSCH, B. The linguistic repertoire revisited. **Applied Linguistics**, v. 33, n. 5, p. 1-22, 2012.
- BUSCH, B. Building on heteroglossia and heterogeneity: the experience of a multilingual classroom. In: BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (org.). **Heteroglossia as practice and pedagogy**. Dordrecht: Springer, 2014, p. 21-40.
- BUSCH, B. Expanding the notion of the linguistic repertoire: on the concept of *Spracherleben*—The lived experience of language. **Applied Linguistics**, v. 38, n. 3, p. 340-358, 2015.
- BUDOHOSKA, N. **English in Lenya or Kenyan English?** Peter Lang Edition, 2014.
- BUTLER, J. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. London: Routledge, 1990.
- BUTLER, J. **Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”**. London: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. **Excitable speech: A politics of the performative**. London: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. Performativity’s social magic. In: Shusterman, R. (org.). **Bourdieu: a critical reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999, p. 113-128.
- BUTLER, J. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, R.; MÉRIDA, M. **Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria editorial, 2002, p. 55-80.

- BUTLER, J. **Repensar la vulnerabilidad y la resistencia**. XV Simposio de la Asociación Internacional de Filósofas, Madri, 2014.
- CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade**: clássicos traduzidos. Tradução de Beatriz Fontana. São Paulo: Parábola Editorial, 2010 [1998], p. 129-149.
- CANAGARAJAH, A. S. Multilingual writers and the struggle for voice in academic discourse. In: PAVLENKO, A.; BLACKLEDGE, A. **Negotiation of identities in multilingual contexts**. Multilingual Matters LTD., 2004, p. 266-289.
- CANAGARAJAH, A. S. Changing communicative needs, revised assessment objectives: testing English as an international language. **Language Assessment Quarterly: An International Journal**, v.3, n. 3, p. 229-242, 2006.
- CANAGARAJAH, A. S. The ecology of global English. **International Multilingual Research Journal**, v. 1, n. 2, p. 89–100, 2007.
- CANAGARAJAH, A. S. Translanguaging in the classroom: emerging issues for research and pedagogy. **Applied Linguistics Review**, v. 2, p. 1-28, 2011.
- CANAGARAJAH, A. S. **Translingual practice**: global Englishes and cosmopolitan relations. New York: Routledge, 2013a.
- CANAGARAJAH, A. S. **Negotiating translingual literacy**: an enactment. Research in the Teaching of English, v. 48, n. 1, p. 40-67. Michigan, 2013b.
- CANAGARAJAH, A. S. Shuttling between scales in the workplace: reexamining policies and pedagogies for migrant professionals. **Linguistics and Education**, v. 34, p. 47-57, 2016.
- CANAGARAJAH, A. S. (org.). **The handbook of migration and language**. New York: Routledge, 2017a.
- CANAGARAJAH, A. S. Translingual practice as spatial repertoires: expanding the paradigm beyond structuralist orientations. **Applied Linguistics**, v. 39, n. 1, p. 1-25, 2017b.
- CANAGARAJAH, A. S. **Translingual practices and neoliberal policies**: attitudes and strategies of African skilled migrants in Anglophone workplaces. New York: Springer, 2017c.

CANAGARAJAH, A. S. The unit and focus of analysis in lingua franca English interactions: in search of a method. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, v. 21, n. 4, p. 1-20, 2018.

CANAGARAJAH, A. S. Transnational work, translingual practice, and interactional sociolinguistics. **Journal of Sociolinguistics**, v. 24, n. 4, p. 1-19, 2020.

CANAGARAJAH, A. S. Materialising semiotic repertoires: challenges in the interactional analysis of multilingual communication. **International Journal of Multilingualism**, v. 18, n. 2, p. 183-189, 2021.

CANAGARAJAH, A. S.; DE COSTA, P. I. Introduction: scales analysis, and its use and prospects in educational linguistics. **Linguistics and Education**, v. 34, p. 1-10, 2016.

CANAGARAJAH, A. S.; DOVCHIN, S. The everyday politics of translingualism as a resistant practice. **International Journal of Multilingualism**, v. 16, n. 2, p. 127-144, 2019.

CANALE, M.; SWAIN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. **Applied linguistics**, v. 1, n. 1, p. 1-47, 1980.

CARR, E. S.; LEMPERT, E. **Scale**: discourse and dimensions of social life. Berkeley, CA: University of California Press, 2016.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**: volume III. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CICOUREL, A. The interpenetration of communicative contexts: examples from medical encounters. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (org.). **Rethinking Context**: Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 291-310.

COLLING, L.; ARRUDA, M. S. A.; NONATO, M. N. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 57, p. 1-34, 2019.

CONSELHO DA EUROPA. **Common European Framework of Reference for Languages: Learning, Teaching, Assessment**, 2000. Disponível em: <https://rm.coe.int/1680459f97>. Acesso em: 07 jan. 2022.

COPE, B. KALANTZIS, M. (org.). **Multiliteracies**: literacy learning and the design of social futures. Londres: Routledge, 2000.

COUPLAND, N. **Style**: language variation and identity. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

- CREESE, A.; BLACKLEDGE, A. Translanguaging in the bilingual classroom: a pedagogy for learning and teaching? **The modern language journal**, v. 94, n. 1, p. 103-115, 2010.
- CHRISTIANSEN, M. S. Creating a unique transnational place: desterritorialized discouse and the blending of time and space in online social media. **Written Communication**, v. 34, n. 2, p. 135-164, 2017.
- CRYSTAL, D. **Language and the Internet**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.
- CUSHMAN, E. Translingual and decolonial approaches to meaning making. **College English**, v. 78, n. 3, 234-240, 2016.
- DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning: The discursive production of selves. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 20, n. 1, p. 43–63, 1990.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Anti-Oedipus: Capitalism and schizophrenia**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.
- DEPPERMAN, A. Positioning. In: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (org.). **The handbook of narrative analysis**. Malden, MA: Wiley, 2015, p. 369–387.
- DERRIDA, J. Signature event context. In: GRAFF, G (org.). **Limited Inc**. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1986.
- DERRIDA, J. **Le monolinguisme de l'autre, ou la prothèse d'origine**. Paris: Galilée, 1996.
- DIMACULANGAN, N. Another look into Philippine English: towards users' awareness and celebration. **International Journal of Advanced Research and Publications**, v. 2, n. 8, p. 17-22, 2018.
- DOMÍNGUEZ, D.; BEAULIEU, A.; ESTALELLA, A.; GÓMEZ, E.; READ, R.; SCHNETTLER, B. (org.). **Virtual ethnography**. Thematic issue. Forum: Qualitative Social Research, v. 8, n. 3, 2007.
- DOVCHIN, S. **Language, social media and ideologies: translingual Englishes, facebook and authenticities**. Cham: SpringerBriefs in Linguistics, 2020a.
- DOVCHIN, S. Inverted youth language in Mongolia as macroscopic and microscopic chronotopes. In: SWANENBERG, J.; KROON, S. (org.). **Chronotopic identity work**. Londres: Multilingual Matters, 2020b, p. 25-48.

- DOVCHIN, S.; PENNYCOOK, A.; SULTANA, S. **Popular Culture, Voice and Linguistic Diversity: young Adults On- and Offline**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- DURHAM, M. Language choice on a Swiss mailing list. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 9, n. 1, 2003.
- DUSSEL, E. **Posmodernidad y transmodernidad: diálogos con la filosofía de Gianni Vattimo**. Mexico City: Universidad Iberoamericana Plantel Golfo Centro, 1999.
- ESPÍRITO SANTO, D. O. do E.; BARROS, K. A invenção do monolinguismo no Brasil: por uma orientação translíngue em aulas de “línguas”. **Calidoscópico**, v. 16, n. 1, 152–162, 2018.
- ESPÍRITO SANTO, D. O. do E.; BAPTISTA, L. M. T. R. Performances identitárias e práticas translíngues em redes sociais: implicações para o ensino de línguas. **TheSpecialist**, v. 39, n. 2, p. 1-20, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. 2º ed. Essex: Pearson Education Limited, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**. Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. 2ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.
- FARACO, C. A. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. **Letras de Hoje**, v. 46, n. 1, p. 21-26, 2011.
- FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FELLINI, D. G. N.; FRANZI, J. Aportes de Paulo Freire para a formação docente na perspectiva da pedagogia decolonial. **Revista Sures**, v. 1, n. 14, p. 7-15, 2020.
- FELTES, H. P. de M.; NETO, G. B. Humor na sitcom “friends”: code-switching, footing e performance. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 41, p. 113-137, 2018.
- FERNANDES, E. **Existe índio gay? A colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. Curitiba, Editora Prismas, 2017.

- FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORIN, J. L. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SILVA, M. C. S. e. (org.). **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2017, p. 145-165.
- FINARDI, K. R.; JUNIOR, C. A. H.; GUIMARÃES, F. F. Affordances da formação de professores de línguas na era digital. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-20, 2020.
- FIRTH, A. Lingua franca negotiations: towards an interactional approach. **World Englishes**, v. 9, p. 69-80, 1990.
- FIRTH, A. The discursive accomplishment of normality. On 'lingua franca' English and conversation analysis. **Journal of Pragmatics**, v. 26, p. 237-59, 1996.
- FIRTH, A.; WAGNER, J. On discourse, communication, and (some) fundamental concepts in SLA research. **The Modern Language Journal**, v. 81, n. 3, p. 285–300, 1997.
- FLEURI, R. M. Educação intercultural: decolonizar o poder e o saber, o ser e o viver (Apresentação). **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 7-22, 2012.
- FOUCAULT, M. **Les mots et les choses: une archéologie des sciences humaines**. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, M. Of other spaces. **Diacritics**, v. 16, p. 22–27, 1967.
- FOUCAULT, M. **Power/Knowledge**. Sussex: Harvester Press, 1980.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martin Fontes, 2000 [1966].
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 77ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2021 [1970].
- FREITAS, M. T. de A. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T.; SOUZA E JOBIM, S.; KRAMER, S. **Ciências Humanas e Pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 26-38. (Coleção Questões de Nossa Época).
- FREITAS, L. F. R. de; MOITA LOPES, L. P. da. Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 147-172, 2019.

- FRISSEN, V.; LAMMES, S.; DE LANGE, M.; DE MUL, J.; RAESSENS, J. (org.). **Playful identities**: the ludification of digital media cultures. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2015.
- FUSS, D. **Essentially Speaking**: feminism, nature, and difference. New York, Routledge, 1988.
- GARCÍA, O. **Bilingual education in the 21st century**: A Global Perspective. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- GARCÍA, O. Decolonizing foreign, second, heritage and first languages: implications for education. In: MACEDO, D. (org.). **Decolonizing foreign language education**: the misteaching of English and other colonial languages. New York: Routledge, p. 152-168, 2019.
- GARCÍA, O.; LEIVA, C. Theorizing and enacting translanguaging for social justice. In: BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (org.). **Heteroglossia as practice and pedagogy**. Dordrecht: Springer, 2014, p. 199-216.
- GARCÍA, O.; LI WEI. **Translanguaging**: language, bilingualism, and education. New York: Palgrave MacMillan, 2014.
- GARCÍA, O.; JOHNSON, S. I.; SELTZER, K. **The translanguaging classroom**: leveraging student bilingualism for learning. Philadelphia: Caslon, 2017.
- GARCÍA, O.; KLEIFGEN, J. A. Translanguaging and literacies. **Reading Research Quarterly**, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2019.
- GARCÍA, O.; ALVIS, J. The decoloniality of language and translanguaging: Latinx knowledge production. **Journal of Postcolonial Linguistics**, v. 1, p. 26-40, 2019.
- GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011. p. 39-46.
- GIBSON, J. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1986.
- GILES, H.; BYRNE, J. An intergroup approach to second language acquisition. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, v. 3, n. 1, 1982, p. 17-41.
- GOFFMAN, E. **A apresentação do eu una vida cotidiana**. Edinburgh: University of Edinburgh Press, 1959.
- GOFFMAN, E. The neglected situation. **American Anthropologist**, v. 66, n. 2 (Part 2), p. 133-136, 1964.

- GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. An essay on the organization of experience. New York: Harper and Row, 1974.
- GOFFMAN, E. **Forms of talking**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1981.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 32, p. 1489–1522, 2000.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, p. 223-244, 1980.
- GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. da. Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: indexicalidade, escalas e entextualização. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57. n. 2, p. 1102-1136, 2018.
- GRADDOL, D. **The future of English?** A guide to forecasting the popularity of English language in the 21st century. London: British Council, 1997.
- GRAMLING, D. **The invention of monolingualism**. New York: Bloomsbury Academic, 2016.
- GROSGOUEL, R. La descolonización de la economía y los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa**, n. 4, p. 17-48, 2006.
- GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, 2008.
- GUIMARÃES, T. F.; MOITA LOPES, L. P. da. Trajetórias de um texto viral em diferentes eventos comunicativos: entextualização, indexicalidade, performances identitárias e etnografia. **Alfa**, v. 61, n. 1, p. 11-33, 2017.
- GUMPPERZ, J.; HYMES, D. (org.). **Code switching in Sociocultural Linguistics. Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication**. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1972.
- GUMPERZ, J. J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Tradução de T. McCarthy. Boston: Beacon Press, 1984.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. de; HAESBAERT, R. (org.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007a, p. 33-56.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007b.

HALL, S. New ethnicities. **ICA Documents**, v. 7, p. 27-31, 1988.

HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (org.). **Identity: Community, culture, difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990, p. 222–237.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text**: Aspects of Language in a Social Semiotic Perspective. Geelong, Vic.: Deakin University Press, 1985.

HALLWAY, W. Gender difference and the production of subjectivity. In: HENRIQUES, J. et. al. (org.). **Changing the Subject**: Psychology, Social Regulation and Subjectivity. London: Methuen, 1984.

HAMID, M. O. The linguistic market for English in Bangladesh. **Current issues in language planning**, v. 17, n. 1, 36-55, 2016.

HAND, M. Persistent traces, potential memories: smartphones and the negotiation of visual, locative, and textual data in personal life. **Convergence**, v. 20, n. 3, 2016.

HARDY, J. **Western media systems**. London: Routledge, 2010.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (org.). **Positioning theory**: moral contexts of intentional action. Oxford: Blackwell, 1999.

HARRÉ, R. Positioning theory: Moral dimensions of social-cultural psychology. In: VALSINER, J. (org.). **The Oxford handbook of culture and psychology**. New York: Oxford University, 2012, p. 191-206.

HELLER, M. **Codeswitching**: anthropological and sociolinguistic perspectives. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988.

HERBEL-EISENMANN, B. et. al. Positioning in mathematics education: Revelations on an imported theory. **Educational Studies in Mathematics**, v. 89, n. 2, p. 185–204, 2015.

- HERRING, S. C. Gender and democracy in computer-mediated communication. **Electronic Journal of Communication**, v. 3, p. 1–17, 1993.
- HERRING, S. C. (org.). **Computer-Mediated Communication**. Amsterdam, The Netherlands and Philadelphia, Pennsylvania: Benjamins, 1996.
- HERRING, S. C. Gender differences in CMC: Findings and implications. **Computer Professionals for Social Responsibility Journal**, v. 18, n. 1, 2000.
- HERRING, S. C. Computer-mediated communication on the Internet, **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 36, p. 109–168, 2002.
- HERRING, S. C. Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online communities. In: BARAB, S. A.; KLING, R.; GRAY, J. H. (org.). **Designing for Virtual Communities in the Service of Learning**. Cambridge, U.K. and New York: Cambridge University Press, 2004, p. 338–376.
- HIGGINS, C. Space, place, and language. In: CANAGARAJAH, A. S. (org.). **The Routledge Handbook of Migration and Language**. London/ New York: Routledge, 2017, p. 102-116.
- HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.
- HOCHMAN, N.; MANOVICH, L. Zooming into an Instagram City: Reading the local through social media. **First Monday**, v. 18, 2013.
- HOLQUIST, M. What would Bakhtin do? **Critical Multilingualism Studies**, v. 2, n. 1, p. 6-19, 2014.
- HOSSAIN, T.; TOLLEFSON, J.W. Language policy in education in Bangladesh. In: TSUI, A.B.; TOLLEFSON, J.W. (org.). **Language policy, culture and identity in Asian contexts**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2007, p. 241-258.
- HOUSE, J. Developing pragmatic competence in English as a lingua franca. In: KNAPP, K.; MEIERKORD, C. (org.). **Lingua franca communication**. Frankfurt: Peter Lang, 2002, p. 245-67.
- HOUSE, J. English as a lingua franca: a threat to multilingualism? **Journal of Sociolinguistics**, v. 7, n. 4, p. 556- 78, 2003.
- HUFFAKER, D. A.; CALVERT, S. L. Gender, identity, and language use in teenage blogs. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 10, n. 2, 2005.
- HUA, Z. New orientations to identity in mobility. In: CANAGARAJAH, A. S. (org.). **The handbook of migration and language**. New York: Routledge, 2017, p. 117-132.

HYMES, D. **Ethnography, linguistics, narrative inequality**: toward an understanding of voice. London: Taylor & Francis, 1996.

JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: language and power in the age of globalization. **Language and Communication**, v.25, p. 257-277, 2005.

JACOBSON, R. (org.). **Codeswitching worldwide**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998.

JAN, J. M. Codeswitching for power wielding: inter-gender discourse at the workplace. **Multilingua**, v. 22, n. 1, p. 41-57, 2003.

JASPERS, J.; MADSEN, L. M. (org.). **Critical Perspectives on linguistic fixity and fluidity**: languagised lives. New York: Routledge, 2019.

JENKINS, J. **The phonology of English as an international language**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

JØRGENSEN, J. N. Languaging. Nine years of poly-lingual development of young Turkish-Danish grade school students. **Copenhagen Studies in Bilingualism**, v. I-II. Copenhagen, Denmark: University of Copenhagen, 2010.

JØRGENSEN, J. N.; KARREBÆK, M. S.; MADSEN, L. M.; MØLLER, J. S. Polylinguaging in Superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 23–37, 2011.

JONES, R. H. Sites of Engagement as sites of attention: times, space and culture in electronic discourse. In: NORRIS, S.; JONES, R. H. (org.). **Discourse in action**: introducing mediated discourse analysis. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 141-154.

KACHRU, B. Standards, codification and sociolinguistic Realism: the English language in the Outer Circle. In: QUIRK, R.; WIDDOWSON, H. (org.). **English in the World**: Teaching and learning the language and literatures. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 11-36.

KACHRU, B. World Englishes and English-using communities. **Annual Review of Applied Linguistics**, v. 17, p. 66-87, 1997.

KACHRU, B.; NELSON, C. **World Englishes in Asian contexts**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

KALANTZIS, M.; COPE, B. Language education and multiliteracies. In: MAY, S.; HORNBERGER, N. H. (org.). **Encyclopedia of language and education**, 2° ed., Springer, 2008, p. 195-211.

KARREBÆK, M. S.; MØLLER, J. S. Languages and regimes of communication: students' struggles with norms and identities through chronotopic work. In: SWANENBERG, J.; KROON, S. (org.). **Chronotopic identity work**. Londres: Multilingual Matters, 2020, p. 128-152.

KARIMZAD, F. Multilingualism, chronotopes, and resolutions: towards an analysis of the total linguistic fact. **Tilburg Papers in Cultural Studies**, p. 1-19, 2020.

KARIMZAD, F.; CATEDRAL, L. **Chronotopes and migration**: language, social imagination, and behavior. New York: Routledge, 2021.

KASUJJA, M. **Blogger Nyakundi under fire for outrageous rape post on Adele Onyango**. Disponível em: <https://nairobinews.nation.co.ke/news/cyprian-nyakundi-rape-adelle-onyango>. Acesso em 30 jun. 2020.

KAYI-AYDAR, H. Social positioning, participation, and second language learning: Talkative students in an academic ESL classroom. **TESOL Quarterly**, v. 48, n. 4, p. 686–714, 2014.

KAYI-AIDAR, H. **Positioning theory in applied linguistics**: research, design & applications. Tucson, AZ: Palgrave Macmillan, 2019.

KHUBCHANDANI, L. M. Language plurality of South Asia: a search for alternative models in knowledge production. **Applied Linguistics Review**, v. 3, n. 2, p. 315-331, 2012.

KIRAMBA, L. Classroom discourse in bilingual and multilingual Kenyan primary schools. **Languages in Africa: Multilingualism, Language Policy, and Education**, p. 17–33, 2014.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **Delta**, n. 14, p. 169-90, 1998.

KOZINETS, R. V. On netnography: Initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. **Advances in Consumer Research**, v. 25, p. 366–371, 1998.

KOZINETS, R. V. The field behind the screen: using netnography for marketing research in online communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, p. 61-72, 2002.

KOZINETS, R. V. **Netnography**: doing ethnographic research online. Londres: Sage, 2010.

KOZINETS, R. V. **Netnography**: the essential guide to qualitative social media research. London: Sage, 2020.

KRAMSCH, C. The multilingual subject. **International Journal of Applied Linguistics**, v. 16, n. 1, p. 97-110, 2006.

KRAMSCH, C. Applied Linguistics: A theory of the practice. **Applied Linguistics**, n. 36, p. 454-65, 2015.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse**: The modes of media of contemporary communication. New York: Oxford University Press, 2001.

KUMARAVADIVELU, B. Critical classroom discourse analysis. **TESOL Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 453-484, 1999.

KUMARAVADIVELU, B. The decolonial option in English teaching: can the subaltern act? **TESOL Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 66-85, 2016

LEE, C. Micro-blogging and status updates on Facebook: Texts and practices. In: THURLOW, C.; MROCZEK, K. (org.). **Digital discourse**: Language in the new media. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 110-128.

LE PAGE, R. B; TABOURET-KELLER, A. **Acts of Identity**: Creole-based Approaches to Language and Ethnicity. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LEPPÄNEN, S. "Cybergirls in trouble": fan fiction as a discursive space for interrogating gender and sexuality. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; IEDEMA, R. (org.). **Identity in trouble**: discursive constructions. London: Palgrave Macmillan, 2007.

LEPPÄNEN, S.; PEURONEN, S. Multilingualism on the internet. In: JONES, M. M.; BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. **The handbook of multilingualism**. New York: Routledge, 2012, p. 384-402.

LEROY, H. As práticas discursivas translinguajeras, transculturais e decoloniais e as (in)visibilidades das identidades performativas dos sujeitos na sala de aula de língua portuguesa adicional em contexto fronteiriço. **Revista do SELL**, v. 7, n. 1-20, 2018.

LI, D. Pragmatic dissonance: The ecstasy and agony of speaking like a native speaker of English. In: LI, D. (org.). **Discourses in search of members**: In honor of Ron Scallan. Lanham. MD: University Press of America, 2002, p. 559- 95.

- LIMA, S. M. M. Sujeito em Bakhtin: autoria e responsabilidade. **PERcursos Linguísticos**, v. 8, n. 19, p. 59-76, 2018.
- LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos**. Tradução de Rodrigo Borba e Cristiane Maria Schnack. São Paulo: Parábola Editorial, 2010 [1997], p. 109-127.
- LI WEI. Moment analysis and translanguaging space: discursive construction of identities by multilingual Chinese youth in Britain. **Journal of Pragmatics**, v. 43, p. 1222-1235, 2011.
- LI WEI. Conceptual and methodological issues in bilingualism and multilingualism research. In: BHATIA, T. K.; RITCHIE, W. C. (org.). **The handbook of bilingualism and multilingualism**, 2ª ed. Blackwell Publishing Ltd, 2013, p. 26-51.
- LI WEI. Translanguaging as a practical theory of language. **Applied Linguistics**, v. 39, n. 1, p. 9-30, 2018.
- LI WEI; HUA, Z. Translanguaging identities and ideologies: creating transnational space through flexible multilingual practices amongst Chinese university students in the UK. **Applied Linguistics**, v. 34, n. 5, p. 516–535, 2013.
- LI WEI; GARCÍA, O. From Researching Translanguaging to Translanguaging Research. In: KING, K. et al. (org.). **Research Methods in Language and Education**. Encyclopedia of Language and Education, 2016, p.1-14.
- LOUREIRO, C. W. Seria possível uma epistemologia freireana decolonial? "Cultura do silêncio" ao "Dizer a sua palavra". **Roteiro**, v. 44, n. 3, p. 1-18, 2019.
- LUCENA, M. I. P.; CARDOSO, A. C. Translinguagem como recurso pedagógico: uma discussão etnográfica sobre práticas de linguagem em uma escola bilíngue. **Calidoscópico**, v. 16, n. 1, p. 143-151, 2018.
- LUCENA, M. I. P.; HALL, S. C. B. de S. Protagonismo local e crítico no translinguajar de quatro moradoras de Alter do Chão. **Letras & Letras**, v. 35, n. especial, p. 344-360, 23 out. 2019.
- MAKONI, S. Toward a more inclusive applied linguistics and English language teaching: A symposium. **TESOL Quarterly**, 39, 716-719, 2005.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. Disinventing and (re)constituting languages. **Critical inquiry in language studies**, v. 2, n. 3, p. 137-156, 2005.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (org.). **Desinventing and reconstituting languages**. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.

- MAKONI, S.; MAKONI, B.; ABDELHAY, A.; MASHIRI, P. Colonial and post-colonial language policies in Africa: historical and emerging landscapes. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge handbook of language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 523-543.
- MALABONGA, V. **Heritage voices**: language-tagalog. Center for Applied Linguistics, p. 1-5, 2009.
- MARIANI, B. **Colonização lingüística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MARWICK, A. E.; boyd, d. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2010.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. RJ: Editora Lucerna, 2004.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **The tree of knowledge**. The biological roots of human understanding. Boston and London: Shambhala, 1998.
- MAY, S. (org.). **The Multilingual Turn**: Implications for SLA, TESOL, and Bilingual Education. NY: Routledge, 2014.
- MAZAK, C. M. Introduction: theorizing translanguaging practices in higher education. In: MAKAK, C. M.; CARROLL, K. S. (org.). **Translanguaging in higher education**: beyond monolingual ideologies. Bristol: Multilingual Matters, 2017.
- MCARTHUR, T. The English language or the English languages? In: BOLTON, W. F.; CRYSTAL, D. (org.). **The English language**. University Press, p. 323-341, 1993.
- MEGALE, A. H.; LIBERALI, F. C. As implicações do conceito de patrimônio vivencial como uma alternativa para a educação multilíngue. **Revista X**, v. 15, n. 1, p. 55-74, 2020.
- MEIERKORD, C. Syntactic variation in interactions across international Englishes. **English World-wide**, v. 25, n. 1, p. 109-32, 2004.
- MENARD-WARWICK, J. Because she made beds. Every day. Social positioning, classroom discourse, and language learning. **Applied Linguistics**, v. 29, n. 2, p. 267–289, 2008.
- MENDES, E. A promoção do português como língua global no século XXI – um cenário a partir do Brasil. **Linha D'Água**, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019a.

MENDES, E. Educação escolar indígena no Brasil: multilinguismo e interculturalidade em foco. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 4, p. 43-49, 2019b.

MICCOLI, L.; VIANINI, C. Análise experiencial: um marco de referência para pesquisar o ensino em sala de aula. In: SILVA, K. A. da.; MASTRELLA-DE-ANDRADE, M.; PEREIRA FILHO, C. A. (org.). **A formação de professores de línguas: políticas, projetos e parcerias**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 153-169.

MIGNOLO, W. **Local histories/global designs**: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción de colonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005a.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005b, p. 71-103.

MIGNOLO, W. Delinking. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, p. 449-514, 2007.

MIGNOLO, W. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 1-17, 2017.

MIGNOLO, W. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, p. 187-224, 2020.

MILLER, H. J. Performativity as performance / performativity as speech act: Derrida's special theory of performativity. **South Atlantic Quarterly**, v. 106, n. 2, p. 219-235, 2007.

MILOZO, G. GATTOLIN, B. “Eles começam sanguear”: translíngua como prática criativa e de construção de conhecimento em Português Língua Estrangeira. **Pensares em Revista**, n. 15, p. 109-125, 2019.

MIÑOSO, Y. E. El futuro ya fue: una crítica a la idea del progreso en las narrativas de liberación sexo-genérica y queer identitarias en Abya Yala. In: FERRERA-BALANQUET, R. M. (org.). **Andar Erótico Decolonial**. Buenos Aires, Ediciones del Signo, 2015, p. 21-35.

MOITA LOPES, L. P. da (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, L. P. da (org.). **Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013a.

MOITA LOPES, L. P. da (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo, Parábola, 2013b.

MØLLER, J. S. Recognizing languages, practicing languaging. In: JASPERS, J.; MADSEN, L. M. (org.). **Critical Perspectives on linguistic fixity and fluidity: languaged lives**. New York: Routledge, 2019, p. 29-52.

MOLON, N. D.; VIANNA, R. O Círculo de Bakhtin e a Linguística Aplicada. **Bakhtiniana**, v. 8, n. 2, p. 142-165, 2012.

MONDARDO, M. L. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-territorialização. **Geo UERJ**, v.2, n.19, p. 111-137, 2009.

MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.

MUFWENE, S. S. Pidgin and creole languages. In: WRIGHT, J. D. (org.). **International encyclopedia of the social & behavioral sciences**, 2. ed. Oxford: Elsevier, 2015, p. 133-145.

MUFWENE, S. S. Simplicity and complexity in creoles and pidgins: what's the metric? A response to Faraclas, N, **Journal of language contact**, v. 6, p. 161-179, 2013.

MUNIZ, K. Ainda sobre a possibilidade de uma linguística "crítica": performatividade, política e identificação racial no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 32, n. 3, p. 767-786, 2016.

MYERS-SCOTTON, C. **Social motivations for codeswitching: Evidence from Africa**. Oxford: Clarendon Press, 1993.

MYERS-SCOTTON, C. Structural uniformities vs. community differences in codeswitching. In: JACOBSON, R. **Codeswitching worldwide**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998, p. 91-108.

NANI, G. **The colonisation of time**: ritual, routine and resistance in the British Empire. Manchester: Manchester University Press, 2012.

NASCIMENTO, G. O negro-tema na Linguística: rumo a uma descolonização do racismo e do culturalismo racista nos estudos da linguagem. **Polifonia**, v. 27, n. 46, 2020.

NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. **Harvard Educational Review**, 66, 60-92, 1996.

NDHLOVU, F. Decolonising sociolinguistics research: methodological turn-around next? **International Journal of the Sociology of Language**, v. 9, p. 193-201, 2021.

NITRINI, R. V. **Liberdade de expressão nas redes sociais**: o problema jurídico da remoção de conteúdos pelas plataformas. São Paulo: Dialética, 2021.

NORRIS, S. **Analyzing multimodal interaction**: A methodological framework. London: Routledge. 2004.

NORRIS, S. **Systematically working with multimodal data**: research methods in multimodal discourse analysis. John Wiley & Sons, Inc, 2019.

NORRIS, S.; JONES, R. H. (org.). **Discourse in action**: introducing mediated discourse analysis. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2005.

NORTON, B. **Identity and language learning**: Gender, ethnicity, and educational change. London: Longman, 2000.

OBLER, S. The politics of labeling: Latina/o cultural identities of self and others. In: VÉLEZ-IBÁÑEZ, C.; SAMPAIO, A. (org.). **Transnational Latino/a communities**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2002.

O'GORMAN, E. **La invención de América**: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir. México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

OJOSE, B. Languages in Nigeria's educational sector: issues, challenges, and perspectives. In: JOHANNESSEN, B. G. G. **Bilingualism and bilingual education**: politics, policies and practices in a globalized society. Texas, USA: Springer, 2019, p. 39-53.

OLIVEIRA, M. B. F. de. Um olhar bakhtiniano sobre a pesquisa nos estudos do discurso. **Filol. lingüíst. port.**, n. 14, p. 265-284, 2012.

OLIVEIRA, B. S. de; BULEGON, M. Reflexões sobre o ensino de português como língua de acolhimento pelo viés da pedagogia translanguaging. **Revista EntreLínguas**, v. 5, n. 2, p. 430-445, 2019.

OLIVEIRA, G. F. P. A metodologia para ciências humanas do Círculo de Bakhtin. **Revista Diálogos**, v. 7, n. 3, p. 135-148, 2019.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). **Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 3º ed, 2015, p. 13-35.

OTHEGUY, R.; GARCÍA, O.; REID, W. Clarifying translanguaging and deconstructing named languages: a perspective from linguistics. **Applied Linguistics Review**, v. 6, n. 3, p. 281-307, 2015.

OTSUJI, E.; PENNYCOOK, A. Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux. **International Journal of Multilingualism**, v. 3, n. 7, p. 240-254, 2010.

PAGE, R. **Stories and social media**. London/New York: Routledge, 2012.

PAIVA, V. L. M. O. Propiciamento (*affordance*) e autonomia na aprendizagem de língua inglesa. In: LIMA, Diógenes Cândido de (org.). **Aprendizagem de língua inglesa: Histórias refletidas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010, p.151-161.

PAIVA, V. L. M. O. Affordances for language learning beyond the classroom. In: BENSON, P.; REINDERS, H (org.). **Beyond the language classroom**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2011. p. 59-71

PAIVA, V. L. O. Facebook: um estado atrator na internet. In: ARAÚJO, J.; LEFFA, V. (org.). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** São Paulo: Parábola, 2016.

PAVLENKO, A.; BLACKLEDGE, A. (org.). **Negotiation of identities in multilingual contexts**. Multilingual Matters LTD., 2004.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PENNA, C. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, p. 181-199, 2014.

PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics: a critical introduction**. Londres, New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, Publishers, 2001.

PENNYCOOK, A. Performativity and language studies. **Critical inquiry in language studies**: an international journal, v. 1, n. 1, p. 1–19, 2004.

PENNYCOOK, A. **Global Englishes and transcultural flows**. London, New York: Routledge, 2007.

PENNYCOOK, A. **Language as a local practice**. New York: Routledge, 2010.

PENNYCOOK, A. Language policies, language ideologies and local language practices. In: WEE, L.; GOH, R. B. H.; LIM, L. (org.). **The politics of English**: South Asia, Southeast Asia and the Asia Pacific. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2013, p. 1-18.

PENNYCOOK, A. Applied Linguistics as epistemic assemblage. **AILA review**, v. 31, n. 1, p. 113-134, 2018.

PENNYCOOK, A.; OTSUJI, E. **Metrolingualism**: language in the city. Oxon, UK: Routledge, 2015.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. **Innovations and challenges in applied linguistics from the global South**. London; New York: Routledge, 2020.

PENNYCOOK, A.; OTSUJI, E. Lingoing and everyday metrolingual metalanguages. In: JASPER, J.; MADSEN, L. M. (org.). **Critical Perspectives on linguistic fixity and fluidity**: languagised lives. New York: Routledge, 2019, p. 76-96.

PIERCE, C. S. **Philosophical writings of Peirce**. New York: Dover Publications, 1955.

PILLER, I. Intercultural communication: an overview. In: PAULSTON, C. et al (org.). **The handbook of intercultural discourse and communication**. Blackwell Publishing Ltd., 2012, p. 3-18.

PILLER, I. **Linguistic diversity and social justice**: An introduction to applied sociolinguistics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

PIRES, V. L.; SOBRAL, A. Implicações do estatuto ontológico do sujeito na teoria discursiva do Círculo Bakhtin, Medvedev, Voloshínov. **Bakhtiniana**, v. 8, n. 1, p. 205-2019, 2013.

PRATT, M. L. Arts of the contact zone. **Profession**, v. 91, p. 33-40, 1991.

PURI, A. The web of insights: the art and practice of webnography. **International Journal of Market Research**, v. 49, n. 3, p. 387-408, 2007.

- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, 1992.
- QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and latin America. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.
- RAHMAN, T. Multilingual language-in-education policy for indigenous minorities in Bangladesh: challenges and possibilities. **Current Issues in Language Planning**, v. 11, n. 4, p. 341-359, 2010.
- RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.
- RAMPTON, B. **Crossing**: language and ethnicity among adolescents. London: Longman., 1995a.
- RAMPTON, B. Language crossing and the problematization of ethnicity and socialization, **Pragmatics**, v. 5, n. 4, p. 485-513, 1995b.
- RAMPTON, B. Dissecting heteroglossia: interaction ritual or performances in crossing and stylization? In: BLACKLEDGE, A.; CREESE, A. (org.). **Heteroglossia as practice and pedagogy**. Dordrecht: Springer, 2014, p. 275-300.
- RANGER, T. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (org.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- RECUERO, R. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- RIBEIRO, B. T.; ROYLE, S. M. Frame Analysis. In: PEREIRA, M. G. D. (org.), 2002, **Interação e Discurso**: Estudos na perspectiva da Sociolinguística Interacional / Áreas de interface. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2002, p. 36-53.
- RIOS, J. A. V. A constituição do sujeito de linguagem: entre “eu” e o “outro”. **Revista da Faced**, n. 09, p. 2013-2016, 2005.
- ROCHA, C. H. **Propostas para o inglês no ensino fundamental I público**: plurilinguismo, transculturalidade e multiletramentos. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2010.
- ROCHA, C. H. Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: o potencial decolonial da perspectiva translíngue. **D.E.L.T.A.**, v. 35, n. 4, p. 1-39, 2019.

ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Ensino de língua estrangeira como prática translíngue: articulações com teorizações bakhtinianas. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 411-445, 2015.

ROCHA, C. H.; MEGALE, A. H. Translinguagem e seus atravessamentos: dos entendimentos conceituais e das possibilidades para decolonizar a educação linguística contemporânea. **SciELO Preprints**, submetido em 02 de agosto de 2021.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, p. 11-31.

ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramento. In: ROJO, R. (org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**, 1 ed., São Paulo: Parábola, 2013. p.13- 36.

ROJO, R.; BARBOSA, J. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**, 1 ed., São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ROJO, R.; MELO, R. de. Letramentos contemporâneos e a arquitetura Bakhtiniana. **D.E.L.T.A.**, v. 33, n. 4, p. 1271-1289, 2017.

RYMARCZUK, R.; DERKSEN, M. Different spaces: exploring Facebook as heterotopia. **First Monday**, v. 19, n. 6, 2014.

SAID, E. W. **Orientalismo: representações ocidentais do Oriente**. Lisboa Livros Cotovia, 2004.

SANTOS, A. S. dos; ZOLIN-VESZ, F. A (des)legitimação do paradigma monolíngue em enunciados des/reterritorializados. **Revista Estudos em Letras**, v. 1, n. 1, p. 115-129, 2020.

SANTOS, B. de S. **Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, mimeo, 2004.

SANTOS, B. de S. Beyond abyssal thinking: from global lines to ecologies of knowledges. **Review (Fernand Braudel Center)**, v. 30, n. 1, p. 45-89, 2007.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M. E. P. “Portunhol Selvagem”: translinguagens em cenário translíngue/transcultural de fronteira. **Gragoatá**, v. 22, n. 42, p. 523-539, 2017.

SCHILLER, G. N. Transnationality. In: NUGENT, D.; VINCENT, J. (org.). **A Companion to the Anthropology of Politics**. Blackwell, 2004, p. 448–67.

SCHREIBER, B. R. I am what I am. Multilingual identity and digital translanguaging. **Language, Learning and Technology**, v. 19, p. 69–87, 2015.

SCHMIED, J. East African English (Kenya, Uganda, Tanzania): morphology and syntax. In: MESTHRIE, R. (org.). **Varieties of English 4: Africa, South and Southeast Asia**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008, p. 451-472.

SCHMIED, J. East African Englishes. In: KACHRU, B.; KACHRU, Y.; NELSON, C. L. (org.). **The Handbook of world Englishes**. Oxford: Blackwell, 2009, p. 188-202.

SCHUMMAN, J. H. Take My Word for It: Missionary Influence on Borrowings in Hawaiian Oceanic. **Linguistics**, v. 15, p. 75-92, 1974.

SCOLLON, R. Handbills, tissues, and condoms: a site of engagement for the construction of identity in public discourse. **Journal of Sociolinguistics**, v. 1, n. 1, p. 39–61, 1997.

SCOLLON, R. **Mediated discourse as social interaction**. London: Longman, 1998.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. **Nexus analysis – discourse and the emerging internet**. New York, NY: Routledge, 2004.

SEARLE, J. R. **Expression and meaning: studies in the theory of speech acts**. Cambridge, London, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1979.

SEIDEL, K. **Modals in Kenyan English: a Contrastive Corpus Analysis of Modals in the ICE-K and ICE-GB**, 2004.

SEIDLHOFER, B. Closing a conceptual gap: The case for a description of English as a lingua franca. **International Review of Applied Linguistics**, v. 11, n. 2, p. 133–158, 2001.

SELINKER, L. Interlanguage. **IRAL- International review of Applied Linguistics in language teaching**, n. 10, p. 209-231, 1972.

SKANDERA, P. **Drawing a Map of Africa: Idiom in Kenyan English**. Tübingen: Gunter NarrVerlag, 2003.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016.

SEVERO, C. G. Das línguas indígenas: por um olhar decolonial em políticas linguísticas. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, v. 11, p. 143-158, 2019.

- SHOHAMY, E. Assessing multilingual competencies: adopting construct valid assessment policies. **The Modern Language Journal**, v. 95, p. 418-429, 2011.
- SILVA, J. I. da. Práticas transidiomáticas e ideologias linguísticas no rap guarani-kaiowá – Brô Mc's: a mistura guarani-português como estratégia de negociação social e de luta política. **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 4, p. 1424-1448, 2016.
- SILVA, D. C. P. Materialização discursiva da cis-heteronormatividade em perspectiva escalar: contribuições para a linguística *queer*. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 280-306, 2020.
- SILVEIRA, S. A. da. Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **História, Ciências, Saúde**, v. 22, p. 1637-1651, 2015.
- SILVERSTEIN, M. The indeterminacy of contextualization: When is enough enough? In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (org.). **The Contextualization of Language**. Amsterdam: John Benjamin, 1992, p. 55-76.
- SILVERSTEIN, M. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. **Language & communication**, University of Chicago, n. 23, p.193-229, 2003.
- SMITH, N; KATZ, C. Grounding metaphor: towards a spatialized politics. In: KEITH, M. (org.). **Place and the politics of identity**. Routledge, 1993, p. 66-81.
- SOJA, E. W. **Thirdspace: journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Malden, MA and Oxford: Blackwell, 1996.
- SOUZA, A. de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da histórica. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, n. 4, p. 29-39, 2011.
- SOUZA, A. L. S.; MUNIZ, K. da S. Decolonialidade, performance e diáspora africana no interior do Brasil: sobre transições identitárias e capilares entre estudantes da UNILAB. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 80-101, 2017.
- SOUZA, R. S. de. **Performatividade na produção escrita de falantes plurilíngues: um estudo de caso de alunos(as) africanos(as) do PEC-G**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Salvador, BA, 2021.
- SPIVAK, G. Interview with Angela McRobbie. **Block**, v. 10, p. 5-9, 1985.
- SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1988].

- STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: CUP, 1984.
- SULTANA, S. English as a medium of instruction in Bangladesh's higher education: empowering or disadvantaging students? **The Asian EFL Journal Quartely**, v. 16, n. 1, p. 11-52, 2014.
- SULTANA, S.; DOVCHIN, S.; PENNYCOOK, A. Transglossic language practices of young adults in Bangladesh and Mongolia. **International journal of multilingualism**, p. 1-15, 2014.
- SWAIN, M. Linguaging, agency and collaboration in advanced language proficiency. In: BYRNES, H. (org.). **Advanced language learning: the contribution of Halliday and Vygotsky**. London: Continuum, 2006, 95–108.
- TAJFEL, H. **Human groups and social categories**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- TAKAKI, N. H. Towards translanguaging with students at public school: multimodal and transcultural aspects in meaning making. **Calidoscópio**, v. 17, n. 1, p. 163-183, 2019.
- TAN, S. L.; MOGHADDAM, F. M. Reflexive positioning and culture. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 25, n. 4, p. 387–400, 1995.
- TANZI NETO, A.; OLIVEIRA, G. C. de A. Translocalidade, repertórios e indexicalidades: efeitos constitutivos do discurso contemporâneo em espaços digitais superdiversos. **Revista Intercâmbio**, v. 38, p. 46-68, 2018.
- TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- THOMPSON, C. J.; HOWARD R. P.; LOCANDER, W. B. The Spoken and The Unspoken: A Hermeneutic Approach to Understanding Consumers' Expressed Meanings. **Journal of Consumer Research**, v. 21, p. 432-53, 1994.
- THUKU, W. **Kiswahili becomes Kenya official language**. Disponível em: <https://www.standardmedia.co.ke/article/2000017118/kiswahili-becomes-kenya-official-language>. Acesso em: 03 jul. 2020.
- TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. As dimensões da linguagem em livros didáticos de inglês para o ensino fundamental. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 48, n. 2, p. 295-315, 2009.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VALLE, J. D. Glotopolítica, ideología y discurso: categorías para el estudio del estatus simbólico del español. In: VALLE, J. D. (org.). **La lengua, ¿patria común?** Ideas e ideologías del español. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2007, p. 31-56.

VALLE, J. D.; ARNOUX, E. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in Context**, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2010.

van DIJCK, J. **Mediated memories in the digital age**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007.

van DIJK, T. A. Discourse analysis as ideology analysis. In: SCHAFFNER, C.; WENDEN, A. L. (org.). **Language and peace**. Brookfield, VT: Dartmouth Publishing Company, 1995, p. 17-36.

van DIJK, T. A. (org.). **Discourse as social interaction: discourse studies: A multidisciplinary introduction**, Vol. 2. Sage Publications, Inc, 1997.

VAN LANGENHOVE, L.; HARRÉ, R. Introducing positioning theory. In: HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (org.). **Positioning theory: moral contexts of intentional action**. Oxford: Blackwell, 1999, p. 14-31.

VAN LIER, L. From input to affordance: social-interactive learning from an ecological perspective. In: LANTOLF, J. P. **Sociocultural theory and second language learning**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 155-177.

VAN LIER, L. **The ecology and semiotics of language learning: a sociocultural perspective**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2004.

VARIS, P.; WANG, X. Superdiversity on the internet: a case from China. **Diversities**, v. 13, n. 2, 2011, p. 71-83.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VERONELLI, G. Sobre a colonialidade da linguagem. Tradução de Silvana Daitch. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021 [2015].

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and racial studies**, v. 29, n. 6, p. 1024-1054, 2007.

VOGT, H. Language Contacts. **Word**, v. 10, n. 2-3, p. 365-374, 1954.

VOLOSHINOV, V. La palabra en la vida y la palabra en la poesía: Hacia una poética sociológica. In: BAJTIN, Mijail. **Hacia una filosofía del acto ético. De los borradores y otros escritos**. Trad. Tatiana Bubnova. Barcelona/San Juan: Anthropos/Universidad de Puerto Rico, 1997, pp. 106-137 [1926].

- WALLERSTEIN, I. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.
- WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala: Quito, 2009.
- WARK, M. Lost in space: into the digital image labyrinth. **Continuum: Journal of Media & Cultural Studies**, v. 7, n. 1, p. 140-160, 1993.
- WEINREICH, U. **Languages in Contact**. The Hague: Mouton, 1953.
- WILLIAMS, C. **Arfarniad o Ddulliau Dysgu ac Addysgu yng Nghyd-destun Addysg Uwchradd Ddwyieithog**. Unpublished PhD thesis. University of Wales, Bangor, 1994.
- WORTHAM, S. **Narratives in action**. New York: Teacher College Press, 2001.
- WORTHAM, S.; REYES, A. **Discourse analysis beyond the speech event**. Abingdon: Routledge, 2015.
- WRIGHT, S. (org.). Multilingualism on the Internet. Theme Issue, **International Journal on Multicultural Societies**, v. 6, n. 1. UNESCO Social and Human Sciences, 2004.
- YOUNG, S. Of cyber spaces: the internet & heterotopias. **M/C Journal**, v. 1, n. 4, 1998.
- ZAMORA, G. H. From new literacy studies to decolonial perspectives in literacy research. **Íkala**, v. 24, n. 2, p. 363-386, 2019.
- ZOLIN-VESZ, F. Gusta me mucho: enunciados des/reterritorializados e a concepção de língua. **Linguagem & Ensino**, v. 19, n. 1, p. 217-228, 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Performances identitárias no *Facebook*: a perspectiva translíngue como uma proposta decolonial para se pensar as práticas de linguagem de sujeitos multilíngues” desenvolvida pelo pesquisador Diogo Oliveira do Espírito Santo, sob orientação da Prof^a Dr^a Livia Márcia Tiba Rádis Baptista, do Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

A pesquisa tem como objetivo geral investigar práticas híbridas de linguagens em redes sociais construídas por pessoas bi/multilíngues e propor arcabouço teórico-metodológico para análise de práticas translíngues em redes sociais. Os resultados obtidos nesta pesquisa nos permitirão problematizar e discutir aspectos ainda pouco explorados em Linguística Aplicada, como a adoção de uma perspectiva que extrapole a noção monocêntrica e monolíngue de língua e cultura na forma como se ensina e pesquisa sobre as linguagens.

Você será convidado(a) para falar sobre sua experiência como falante multilíngue que se vale de diferentes recursos linguístico-semióticos para construir sentido nas redes sociais, através de entrevistas e questionários. A primeira entrevista ocorrerá antes da análise dos *posts* em sua rede social e terá finalidade de levantar reflexões sobre a sua percepção quanto ao emprego de estratégias de negociação em diferentes línguas e semioses; as demais ocorrerão pós-análise dos textos e análise da primeira entrevista. A entrevista somente será gravada se houver a sua autorização. As entrevistas gravadas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso os pesquisadores anteriormente mencionados. Você também será convidado(a) a preencher um questionário e poderá ser convidado(a) a disponibilizar informações adicionais, caso sejam necessárias. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/ENSP e, com o fim

deste prazo, será descartado.

Informamos, ainda, que todos os dados das entrevistas e das observações de aulas serão analisados qualitativamente pelos pesquisadores para se refletir sobre as demandas e especificidades de uma perspectiva de estudo sobre a linguagem sob o viés translíngue e que os resultados serão apresentados aos participantes em forma de publicação em periódicos científicos da área.

Salientamos que essa pesquisa oferece risco mínimo a você. É possível que sinta algum desconforto ao responder questões sobre suas práticas de linguagem *online* e sinta-se cansado com o preenchimento do questionário e com as entrevistas. Caso sinta algum descontentamento ou desconforto maior, salientamos que a sua participação é voluntária, ou seja, você é livre para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que considerar oportuno, agora ou no futuro, sem nenhum tipo de prejuízo. Por fim, informamos que o material coletado pode ser utilizado em trabalhos acadêmicos; no entanto, nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores, e as identidades dos participantes serão preservadas de quaisquer identificações, garantindo, portanto, o anonimato de todos. Não haverá qualquer despesa ou compensação financeira relacionada à participação neste estudo.

O benefício relacionado com a sua colaboração, nesta pesquisa, é para as práticas de ensino e pesquisa que sejam orientadas pelas especificidades identitárias dos multilíngues visto que, esta pesquisa, problematiza e discute a tradição em pesquisa sobre a linguagem que tem como norma falantes ideias/monolíngues. Assim, você será motivado(s) a refletir sobre como suas práticas, que denominamos translíngues, podem colaborar com o debate sobre o lugar do uso de diferentes linguagens para se construir sentido no mundo contemporâneo.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa e, também, caso surja qualquer dúvida ou problema, você poderá entrar em contato com o pesquisador Diogo Oliveira do Espírito Santo, pelo *e-mail* diogo_oliveira.ufba@outlook.com, ou com a Prof.^a Dr.^a Livia Márcia Tiba Rádis Baptista, orientadora responsável pela pesquisa, pelo *e-mail* liviarad@yahoo.com.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, pelos seguintes endereços:

Endereço: Rua Augusto Viana, s/n, 4º andar, sala 432-437. Canela, Salvador, Bahia. CEP: 40110-060.

Telefone: (71)3283-7615.

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

O Comitê é formado por um grupo de pessoas que tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

O presente termo é elaborado em 2 (duas) vias de igual teor: uma que ficará com os pesquisadores e outra com você. Todas as páginas deverão ser rubricadas por você, participante da pesquisa, e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Assim, se você se sentir suficientemente esclarecido(a), solicito a gentileza de assinar sua concordância no espaço a seguir:

Eu,, declaro estar esclarecido(a) sobre a pesquisa intitulada “Performances identitárias no *Facebook*: a perspectiva translíngue como uma proposta decolonial para se pensar as práticas de linguagem de sujeitos multilíngues” e concordo em participar.

Salvador, ___ de _____ de _____.

.....
Assinatura do(a) participante de pesquisa

Nome do participante:

Diogo Oliveira do Espírito Santo

.....
Assinatura do Pesquisador Responsável

Diogo Oliveira do Espírito Santo

Letter of Introduction and Informed Consent Form

This informed consent form is for multilingual subjects that *translanguage* in social networking sites posts and whom I am inviting to participate in a study, titled *Identity Performances on Facebook: the translingual perspective as a decolonial proposal for the study of multilinguals' language practices*.

Name of Principle Investigator: Diogo Oliveira do Espírito Santo

Name of Organization: Federal University of Bahia

Name of Sponsor: Bahia State Foundation for Research Support (FAPESB)

Name of study: Identity Performances on Facebook: the translingual perspective as a decolonial proposal for the study of multilinguals' language practices.

This Informed Consent Form has two parts:

- **Information Sheet (to share information about the study with you)**
- **Certificate of Consent (for signatures if you choose to participate)**

You will be given a copy of the full Informed Consent Form

Part I: Information Sheet

I am Diogo Oliveira, a PhD student at the Federal University of Bahia. I am doing research on the multilingual practices of subjects that use social networking sites such as *Facebook*, for different purposes. I am going to give you information and invite you to be part of this study. You do not have to decide today whether you will participate in the study. Before you decide, you can talk to anyone you feel comfortable with about the study.

Translanguaging or translingual practice refers to the bilingual/multilingual speakers' construction and use of original and complex interrelated discursive practices to achieve communicative purposes. I want to find ways to understand why these subjects *translanguage* in social media and how these practices might be connected to their multilingual identities. I believe that you can help me by telling me the reasons why you shuttle between languages in your posts and by allowing me to use some of these hybrid linguistic productions so I can analyze them according to *translanguaging* theories. I want to learn what people who *translanguage* know about the causes of their hybrid linguistic practices and why they do it. I want to learn about the different ways that people adopt language resources from different communities and *languages* to accomplish their communicative purposes. I also want to know more about your sociolinguistic background and linguistic practices in different situations.

Explanation of Procedures

Participation in the study involves completion of surveys that ask you questions about yourself, your cultural background and your own perspective on your social media productions, translations of the languages that I am not familiar with, and interviews by Skype

or Facebook chat, which will last for approximately one to two hours. The interviews will be conducted by me, and later transcribed for the purpose of data analysis.

Risks and Discomforts

There are no risks or discomforts that are anticipated from your participation in the study. Potential risks or discomforts include possible emotional feelings of sadness when asked questions during the interview.

Participant Selection

You are being invited to take part in this study because I feel that your experience as a multilingual subject can contribute much to my understanding and knowledge of online linguistic practices.

Voluntary Participation

Your participation in this research is entirely voluntary. It is your choice whether to participate or not. You may change your mind later and stop participating even if you agreed earlier. You are free to withdraw consent and discontinue participation in this project at any time without prejudice or penalty. You are also free to refuse to answer any question I might ask you.

Benefits

There will be no direct benefit to you, but your participation is likely to help me find out more about your own perspective, perceptions, and concerns related to the experience of *translanguaging* on social media.

Confidentiality

The information gathered during this study will remain confidential in secure premises during this project. Only the researcher will have access to the study data and information. There will not be any identifying names on the surveys or interview transcripts. Your names and any other identifying details will never be revealed in any publication of the results of this study. The results of the research will be published in the form of research papers, and may be published in conferences, seminars and presented at professional meetings. It may also be published in book form. The knowledge obtained from this study will be of great value in guiding professionals, especially applied and sociolinguists to be more effective in analyzing the use of hybrid languages on the Internet.

Who to Contact

You are welcome to ask the researcher any questions that occur to you during the survey or interview. If you have further questions once the interview is completed, you are encouraged to contact the researcher and/or his advisor using the contact information given below:

Diogo Oliveira do Espírito Santo, tel: 05571991943270/ e-mail:
diogo_oliveira.ufba@outlook.com

Lívia Márcia Tiba Rádis Baptista, tel: 05571991894715/ e-mail:

liviarad@yahoo.com

For any doubt or claim, you can contact the Ethics Committee, the body that must ensure your rights as a research participant are protected, at the telephone number: 0557132837615. E-mail: cepee.ufba@ufba.br

Part II: Certificate of Consent

I have read the foregoing information. I have had the opportunity to ask questions about it. I consent voluntarily to be a participant in this study. I understand that I am free to refuse to answer any question and to withdraw from the study at any time. I understand that my responses will be kept anonymous.

Print Name of Participant _____

Signature of Participant _____

Signature of Researcher _____

Date _____

Month/Day/Year

Apêndice C – Questionário sociolinguístico

BIO DATA	
Name:	
Age:	
Gender:	
Place of birth:	
Places you've lived and how long:	
Education:	
Occupation:	
There are different words/labels people use to name themselves. Someone calls himself or herself a Brazilian, Kenyan, while someone else may call himself or herself Pakistani. And what do you call yourself?	

SOCIOLINGUISTIC QUESTIONNAIRE
I want to know more about YOUR experiences in using languages in your family, with relatives, friends, and neighbors.
1. What languages do you speak?
1.1 Which language do you speak best?

What was the first language you learned to speak? What other languages were you exposed to?
What language do you consider your mother tongue, or "your own language"? Why?
2. What languages do you speak with your family: mother, father, sisters, brothers, grandmothers/grandfathers? Where, when and how did you learn them?
2.1 Which language do you LIKE to speak most? Why? Which language do you NOT like to speak? Why?
Do you consider yourself a bilingual/multilingual speaker? Why?
How successfully do you communicate in English?
Are you happy with your own abilities to communicate in English in the United States?
Do you mix the languages you speak? Why?
Do you think mixing languages is some kind of interrupting?
Do you think mixing languages is helpful?
I often borrow <u>English</u> words and expressions when speaking <u>other languages</u> (you can <u>highlight your choices</u>)

1 2 3 4 5 6 7

Very true Somewhat true Not at all true

I do this in situations when (check all that apply):

- I'm not sure of the other languages words
- No translation or only a poor translation exists for the words and expressions
- The words are hard to pronounce
- When I'm teaching new words
- Other times/not sure

I often borrow words and expressions from other languages I speak when speaking English (you can highlight your choices)

1 2 3 4 5 6 7

Very true Somewhat true Not at all true

I do this in situations when (check all that apply):

- I'm not sure of the English words/expressions
- No translation or only a poor translation exists for the words/expressions
- The English words/expressions are hard to pronounce
- When I'm teaching new words
- Other times/not sure

LANGUAGE AND THE INTERNET

In the last four weeks, how often have you used the Internet – whether at home, at work, or somewhere else?

What do you use the internet for?

What social networks/blog websites do you regularly use in English? What do you usually use them for?

What languages do you use to read or watch content on the Internet – and how often?

What languages do you use to write (e.g. emails, comments, messages posted on a website) on the Internet – and how often?

3. What languages do you speak/write while writing posts on Facebook? Why, where, when and how did you learn them?

3.1 Which language do you LIKE to use most? Why? Which language do you NOT like to use? Why?

Apêndice D – Diário eletrônico

Roteiro de observação da rotina dos participantes da pesquisa:

Data de observação:

Participante:

Horário:

Atividades realizadas:

- 1- Sobre o que os participantes mais postam?
- 2 – Há o uso de línguas diferentes para cada tipo de produção? Quais?
- 3 – Em que línguas elas escrevem?
- 4 – Para qual audiência eles escrevem?
- 5 – Em quais horários eles mais produzem?
- 6 – Quem comenta em seus posts e em que línguas?
- 7 – Qual o padrão de escrita desses participantes? (Há uso de *emojis*? Vídeos? *Links*?)

ANEXOS

Anexo A – Parecer de aprovação do Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERFORMANCES IDENTITÁRIAS NO FACEBOOK: A PERSPECTIVA TRANSLÍNGUE COMO UMA PROPOSTA DECOLONIAL PARA SE PENSAR AS PRÁTICAS DE LINGUAGEM DE SUJEITOS MULTILÍNGUES

Pesquisador: DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 07034819.9.0000.5531

Instituição Proponente: Instituto de Letras

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.168.263

Apresentação do Projeto:

A popularização do uso de computadores e outros recursos com acesso à Internet tem trazido diversas mudanças na forma de se comunicar por oferecer, dentre outros aspectos, a possibilidade de os sujeitos produzirem sentido através de novos processos de interação. Tal mudança tem levado pesquisadores a investigarem as mais diversas práticas de linguagem dos sujeitos que, cada vez mais, se apoiam no uso de múltiplas línguas e outros recursos semióticos para construir sentido online (BARTON; LEE, 2015). Esse processo evidencia não só a riqueza da comunicação mediada pela tecnologia, como também põem em xeque noções de língua, identidade e cultura que ainda se embasam em discursos homogeneizantes, monolíngues e monoculturais. Com base na análise de discurso mediada por computador – ADMC – (HERRING, 2004), e pautado nas noções de práticas translíngues ou translíngualismo (CANAGARAJAH, 2013; GARCÍA, 2014), termos usados para descrever as múltiplas práticas comunicativas de sujeitos bi/multilíngues que negociam sentido através e além das línguas que conhecem.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Propor caminhos possíveis tanto para a investigação de práticas de linguagem de sujeitos multilíngues no Facebook sob o viés translíngue como para a construção de posturas decoloniais nos estudos sobre língua e identidade na contemporaneidade.

Objetivo Secundário:

Quanto aos objetivos secundários, eu pretendo:

- a) Investigar as práticas translíngues que sujeitos multilíngues performam no Facebook;
- b) Analisar a maneira como os sujeitos performam suas identidades através da adoção de estratégias de negociação translíngues.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Saliento que essa pesquisa oferece risco mínimo aos participantes. Entretanto, é possível que eles sintam algum desconforto ao responder questões sobre suas práticas de linguagem online e sintam-se cansados com o preenchimento do questionário e com as entrevistas. Caso sintam algum descontentamento ou desconforto maior, salientamos que a participação é voluntária, ou seja, eles estão livres para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que considerar oportuno, agora ou no futuro, sem nenhum tipo de prejuízo. Por fim, informo que o material coletado pode ser utilizado em trabalhos acadêmicos; no entanto, nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores, e as identidades dos participantes serão preservadas de quaisquer identificações, garantindo, portanto, o anonimato de todos. Não haverá qualquer despesa ou compensação financeira relacionada à participação neste estudo.

Benefícios:

O benefício relacionado com a colaboração nesta pesquisa é para que as práticas de ensino e pesquisa sejam orientadas pelas especificidades identitárias dos sujeitos multilíngues visto que este projeto problematiza e discute a tradição em pesquisa sobre a linguagem que tem como norma falantes ideais/monolíngues. Assim, os participantes serão motivados a refletir sobre como suas práticas, que denominamos translíngues, podem colaborar com o debate sobre o lugar do uso de diferentes linguagens para se construir sentido no mundo contemporâneo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo de práticas de linguagem em redes sociais de seis sujeitos de países como Quênia, Nigéria e Bangladesh (2 de cada país). Portanto, trata-se de uma etnografia online centrada no discurso, ou seja, uma combinação de métodos etnográficos orientados à compreensão do significado social resultado das mais diversas formas que os sujeitos usam a linguagem. Essa perspectiva de estudo se situa dentro dos estudos conhecidos como Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC), entendida não como uma teoria ou um método, mas como uma abordagem que permite a investigação do comportamento online

através do emprego de uma variada gama de instrumentos de geração de dados. Assim, para a geração de dados, será adequada a adoção de entrevistas e questionários online, já que podem ser úteis para a pesquisa de informações que exija comunicação pessoal e privada. Além disso, esses instrumentos se mostram pertinentes à natureza desta pesquisa por ela tratar de práticas de sujeitos que não se encontram no mesmo espaço físico que os pesquisadores. Dessa forma, as entrevistas podem ser realizadas por meio de mensagens instantâneas na própria rede social e os questionários podem ser enviados por e-mail.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos foram apresentados.

Recomendações:

Elaborar Relatórios e promover a devolutiva dos Resultados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendidos os princípios éticos e bioéticos opinio pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Colegiado homologa parecer de aprovação emitido pelo relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1285504.pdf	31/01/2019 17:51:21		Aceito
Outros	apendices.pdf	31/01/2019 17:49:23	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	31/01/2019 17:46:04	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura.pdf	31/01/2019 17:38:36	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Outros	concordancia.pdf	31/01/2019 17:33:16	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	31/01/2019 17:32:06	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO	Aceito

Cronograma	cronograma.pdf	31/01/2019 17:32:06	SANTO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	31/01/2019 17:30:52	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Outros	campo.pdf	31/01/2019 17:29:52	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito

Outros	inicio.pdf	31/01/2019 17:29:12	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Outros	coleta.pdf	31/01/2019 17:27:49	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Outros	confidencialidade.pdf	31/01/2019 17:26:33	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao.pdf	31/01/2019 17:25:39	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Outros	compromisso.pdf	31/01/2019 17:23:47	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	24/01/2019 11:31:43	DIOGO OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 25 de
Fevereiro de 2019

Assinado por:

**Daniela Gomes
dos Santos
Biscarde
(Coordenador(a))**